

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNO VICENTE LIPPE PASQUARELLI

POLÍTICA EXTERNA, PARTIDOS POLÍTICOS E RELAÇÕES
EXECUTIVO/LEGISLATIVO NAS DEMOCRACIAS PRESIDENCIALISTAS DO
BRASIL E DO CHILE

SÃO CARLOS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

POLÍTICA EXTERNA, PARTIDOS POLÍTICOS E RELAÇÕES
EXECUTIVO/LEGISLATIVO NAS DEMOCRACIAS PRESIDENCIALISTAS DO
BRASIL E DO CHILE

BRUNO VICENTE LIPPE PASQUARELLI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Socorro Sousa Braga

SÃO CARLOS

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P284p Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe
Política externa, partidos políticos e relações
executivo/legislativo nas democracias
presidencialistas do Brasil e do Chile / Bruno
Vicente Lippe Pasquarelli. -- São Carlos : UFSCar,
2016.
385 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Coalizões. 2. Comissões. 3. Partidos Políticos.
4. Política Externa. 5. Preferências Ideológicas. I.
Título.

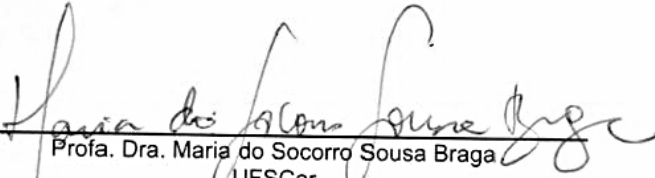


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

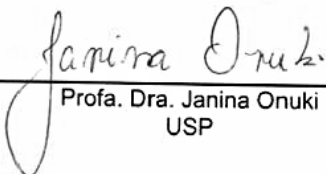
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

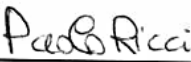
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Bruno Vicente Lippe Pasquarelli, realizada em 30/09/2015:



Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
UFSCar



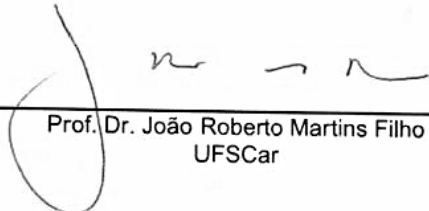
Prof. Dra. Janina Onuki
USP



Prof. Dr. Paolo Ricci
USP



Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP



Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
UFSCar

*A meus pais, Nilson e Suleima, e à minha irmã
e melhor amiga, Daniela, por todo amor,
confiança e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, por todo carinho e compreensão. Ao meu pai e à minha mãe, que sempre me proporcionaram todos os meios para que minha carreira acadêmica se desenvolvesse. À minha irmã, pelo companheirismo e amizade, o que deixou a rotina acadêmica muito mais agradável.

À professora Maria do Socorro Sousa Braga, orientadora desta tese, que sempre acompanhou minha formação acadêmica ao longo dos anos com muito afinho e dedicação, e por sempre estar sempre disponível durante todo o período deste trabalho.

Aos professores Janina Onuki, da Universidade de São Paulo, e Timothy Power, da Universidade de Oxford, pelas valiosas contribuições, comentários e sugestões em diferentes momentos do presente estudo. Aos professores Eduardo Noronha e Cristina Pecequillo, pelas sugestões e críticas na fase de qualificação.

Ao corpo docente e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, pela atenção, seriedade e oportunidade de participar de diversas disciplinas.

Aos meus amigos de Bauru, pelos momentos de descontração, e pelo auxílio em diversos momentos do estudo.

À minha tia Chris e aos meus avós, Carlos e Yara, pela atenção e carinho.

Aos professores Maria Teresa Kerbauy, João Roberto Martins Filho, Janina Onuki e Paolo Ricci, pela disponibilidade em participar da Banca Examinadora.

À FAPESP, que financiou esta pesquisa no Brasil. E à CAPES, fundamental para o desenvolvimento do Doutorado-Sanduiche na Universidade de Oxford, no Reino Unido.

RESUMO

O presente estudo analisou o processo de tomada de decisão em política externa a partir das mensagens presidenciais enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, examinando comparativamente os governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2010), no Brasil, e do *Partido Socialista* (2000 a 2009), no Chile, investigando como o processo decisório de atos internacionais pode ser objeto de atuação legislativa e partidária e, mais importante, que está sujeito ao conflito/consenso entre governo e oposição a partir da estruturação ideológica de coalizões que influenciam a negociação do acordo no plano internacional e principalmente no contexto doméstico. Por conseguinte, o fator ideológico presente nas coalizões é uma variável que afeta o processo decisório em política externa. Quanto maior a heterogeneidade ideológica e o tamanho da coalizão, maior o conflito partidário em política externa. Por outro lado, quanto maior a homogeneidade ideológica e quanto menor o tamanho da coalizão, menor o conflito partidário em atos internacionais. No Chile, a atuação do Partido Socialista em política externa, baseada na continuidade de paradigmas de inserção internacional, ocorreu em um ambiente pautado pela moderação e pelo compromisso partidário e construção do consenso em torno dos objetivos governamentais, quais sejam, os acordos comerciais e os tratados de livre-comércio, enfatizando a parceria com a América Latina. A atuação partidária, dessa maneira, ocorreu pautada pelo consenso, com poucas modificações em acordos comerciais e tratados de livre-comércio, e procurando acelerar o processo de tomada de decisão dos atos internacionais. No Brasil, por sua vez, o Partido dos Trabalhadores obrigou-se a formar coalizões amplas e heterogêneas e não tão estáveis quanto as chilenas, considerando diversas preferências partidárias e ideológicas e aumentando, por conseguinte, o componente conflituoso do processo de tomada de decisão, evidenciando o maior combate ideológico interno, na própria coalizão, e externo, em relação aos partidos opositores. Em suma, devido à relevância do componente doméstico em acordos internacionais, as conclusões desse estudo são importantes para articular uma explicação das razões que levam países administrados por partidos políticos de centro-esquerda a atuarem de maneira diferente/similar em política externa, considerando governos anteriores e até mesmo os próprios países em períodos semelhantes, pois houve diferenças importantes entre os dois estilos de governo, considerando os objetivos gerais e partidários de política externa de cada um, assim como a composição e preferências ideológicas das coalizões de governo.

PALAVRAS-CHAVE: Coalizões – Comissões – Partidos Políticos – Política Externa – Preferências Ideológicas – Processo Decisório.

ABSTRACT

This study analyzed the decision-making process in foreign policy from the presidential messages sent by the Executive Branch to the National Congress, examining comparatively the center-left governments of the Workers Party (2003-2010) in Brazil, and the Socialist Party (2000-2009) in Chile, investigating how the decision-making process of international acts may be the object of legislative and partisan action and, most important, that is subject to conflict/consensus between government and opposition from the ideological structure of coalitions that affects the negotiation of the agreement at the international level and especially in domestic context. Therefore, the ideological factor present in coalitions is a variable that affects the decision-making process in foreign policy. The higher the ideological heterogeneity and the size of the coalition, the greater the partisan conflict in foreign policy. On the other hand, the greater the ideological homogeneity and the smaller the size of the coalition, the lower the partisan conflict in international acts. In Chile, the role of the Socialist Party in foreign policy, based on the continuity of international integration paradigms, occurred in an environment marked by moderation and by partisan commitment and building consensus around government objectives, namely, trade agreements and free trade agreements, emphasizing the partnership with Latin America. The party activity in this way was guided by consensus, with few changes in trade agreements and FTA's, seeking to speed up the decision-making process of international acts. In Brazil, in turn, the Workers Parties undertook to form broad and heterogeneous coalitions and not as stable as the Chilean ones, considering various partisan and ideological preferences and increasing therefore the conflicted component of the decision-making process showing the largest internal ideological fight, in the coalition, and external, in relation to the opposition parties. In short, due to the importance of the domestic component in international agreements, the findings of this study are important to articulate an explanation of the reasons why countries administered by center-left political parties to act differently/similarly in foreign policy, considering previous governments and even the countries themselves in similar periods, because there were important differences between the two styles of government, considering the overall and partisan objectives in foreign policy of each one, as well as the composition and ideological preferences of the government coalition government.

KEYWORDS: Coalitions – Committees – Decision-Making Process – Foreign Policy – Ideological Preferences – Political Parties

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 – Desenho de pesquisa.....	45
Tabela 2 – Efeitos hipotéticos do modelo binomial.....	74
Tabela 3 – Pressupostos centrais das abordagens teóricas das relações internacionais.....	102
Tabela 4 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros e chilenos.....	251
Tabela 5 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos em política externa.....	259
Tabela 6 – Coalizões amplas e heterogêneas durante o governo Lula (2003-2010).....	261
Tabela 7 – Coalizões menores e mais homogêneas durante os governos Lagos e Bachelet.....	262
Tabela 8 – Variáveis estruturais/procedimentais e poder nas comissões do Brasil e do Chile.....	266
Tabela 9 – Relatorias e composição partidária na CREDN da Câmara dos Deputados do Brasil.....	273
Tabela 10 – Relatorias e composição partidária na CRE do Senado Federal do Brasil.....	274
Tabela 11 - Relatorias e composição partidária na CREAM da Câmara dos Deputados do Chile.....	275
Tabela 12 - Composição partidária na CRE do Senado do Chile.....	276
Tabela 13 – Área da mensagem presidencial por governo no Brasil e no Chile (2000-2010).....	277
Tabela 14 – Sujeito da mensagem presidencial por governo no Brasil e no Chile (2000-2010).....	278
Tabela 15 – Região geográfica da mensagem presidencial por governo no Brasil e no Chile.....	279
Tabela 16 – Urgência nas Comissões de Relações Exteriores do Brasil e do Chile.....	280
Tabela 17 – Situação final das Mensagens Presidenciais nas Comissões.....	281
Tabela 18 – Mensagens presidenciais e atuação legislativa no Brasil e no Chile.....	285
Tabela 19 – Mensagens presidenciais a aprovação político-partidária nas Comissões.....	286
Tabela 20 – MSC e preferências político-partidárias em política externa no Brasil.....	287
Tabela 21 – MSC e preferências político-partidárias em política externa no Chile.....	295
Tabela 22 – Tempo de tramitação das mensagens presidenciais, em média de dias.....	303
Gráfico 1 – TTC1 das mensagens presidenciais por partido, em média de dias, no Brasil.....	306
Gráfico 2 – TTC1 das mensagens presidenciais por partido, em média de dias, no Chile.....	307

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE – Acordo de Complementação Econômica

AFEPA - Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC - Associação Latino Americana de Livre Comércio

ALCA – Área de Livre Comércio para as Américas

APEC - Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

AUGE - *Plan de Acceso Universal de Garantías Explícitas*

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BNDESPAR - BNDES Participações S.A.

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAN – Comunidade Andina de Nações

CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CFT – Comissão de Finanças e Tributação

CLPC - Comissão para os Limites da Plataforma Continental

CD – Câmara dos Deputados

COAL – Coalizão Governista

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

CRE – *Comisión de Relaciones Exteriores del Senado de Chile*

CREAI – *Comisión de Relaciones Exteriores, Asuntos Interparlamentarios e Integración Latinoamericana*

CREDN - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

DEM – Democratas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRAP – Frente de Ação Popular

G-20 – Grupo dos 20

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

GOV – Governo

IBAS – Fórum Índia, Brasil e África do Sul

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MINUSTAH - Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
MHC – *Movimiento Humanista Cristiano*
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MSC – Mensagem Presidencial
NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NECON - Núcleo de Estudos sobre o Congresso
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Oposição
OPA - Operação Pan-Americana
OXC - Organização para a Cooperação de Xangai
PC – *Partido Comunista de Chile*
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC DO B – Partido Comunista do Brasil
PDC – *Partido Demócrata Cristiano*
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
PDS- Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEI – Política Externa Independente
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PETI - *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*
PFL – Partido da Frente Liberal
PH – *Partido Humanista*
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPD - *Partido por la Democracia*
PPS - Partido Popular Socialista
PR – *Partido Radical*
PR – Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRI - *Partido Regionalista Independiente*
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRSD – *Partido Radical Social Demócrata*)
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PS – *Partido Socialista de Chile*
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD - *Partido Social Demócrata*
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
RICD – Regimento Interno da Câmara dos Deputados)
RISF – Regimento Interno do Senado Federal)
RN – *Renovación Nacional*
SF – Senado Federal
TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNJ – Transformada em Norma Jurídica
TTC1 – Tempo de Tramitação na Comissão da Casa Iniciadora
TTC2 – Tempo de Tramitação na Comissão da Casa Revisora
TTCD – Tempo de Tramitação na Câmara dos Deputados
TTE – Tempo de Tramitação Executiva
TTSF – Tempo de Tramitação no Senado Federal
TTT – Tempo de Tramitação Total
UDI – *Unión Democrática Independiente*
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Escopo teórico e metodologia.....	25
Fontes de informação e critérios de análise.....	49
Plano de trabalho: a estrutura da tese.....	53
SEÇÃO I – REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL E NO CHILE: OS INCENTIVOS INSTITUCIONAIS QUE MOLDAM O SISTEMA PARTIDÁRIO E O PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA	58
1.1. Processo de redemocratização política e sistema partidário: autoritarismo, elites políticas, multipartidarismo e formação de coalizões	60
<i>1.1.1. Regime militar, política partidária e redemocratização no brasil</i>	<i>60</i>
<i>1.1.2 A evolução do sistema partidário chileno: sistema eleitoral e enclaves autoritários</i>	<i>68</i>
<i>1.1.3. Relações Executivo/Legislativo no Brasil e no Chile: a formação de coalizões como condição necessária para o funcionamento do processo decisório</i>	<i>75</i>
1.1.3.1 Coalizões no brasil: heterogeneidade e amplitude partidária.....	79
1.1.3.2 As coalizões ideológicas do chile.....	82
SEÇÃO II – ESTADO DA ARTE: O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA	95
2.1. A análise de política externa	99
<i>2.1.1. Os Antecedentes teóricos – o realismo, o liberalismo e o construtivismo</i>	<i>99</i>
<i>2.1.2. Fortalecimento da análise de política externa</i>	<i>103</i>
<i>2.1.3. Os Antecedentes teóricos – o realismo, o liberalismo e o construtivismo</i>	<i>106</i>
<i>2.1.4. A “caixa de ferramentas” para o estudo da política externa</i>	<i>110</i>
2.1.4.1 O que os estados querem: fatores sistêmicos e internos.....	111
2.1.4.2 O que os estados escolhem: o processo decisório.....	114
<i>2.1.5. A política externa como política pública</i>	<i>117</i>
2.2. O Poder Legislativo na política externa	118
<i>2.2.1. O jogo de dois-níveis: condicionantes domésticos da política externa</i>	<i>118</i>
<i>2.2.2. Preferências legislativas, instituições políticas e processo decisório em política externa: pressupostos teóricos para se analisar o papel dos partidos políticos em atos internacionais</i>	<i>121</i>
SEÇÃO III – A POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL E NO CHILE: POLÍTICA PARTIDÁRIA E GOVERNOS DE COALIZÃO NA CONFORMAÇÃO DA POSIÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES ..	135

3.1. Regime militar e política externa no Brasil e no Chile: desenvolvimentismo, liberalismo e acordos prioritários com as grandes potências	139
3.1.1. <i>O Regime Militar e o projeto desenvolvimentista</i>	139
3.1.2. <i>A política externa da ditadura militar de Augusto Pinochet: conservadorismo e liberalismo</i>	148
3.2. Redemocratização e política externa no Brasil e no Chile.....	153
3.3. O neoliberalismo a formulação da política externa.....	158
3.3.1. <i>Neoliberalismo e atuação internacional nos governos Collor, Itamar e Cardoso: instabilidade política, privatizações e crise mundial</i>	158
3.3.2. <i>Governos da Concertación, estabilidade democrática e consenso na formulação da política externa de cunho neoliberal.....</i>	170
3.4. Globalização, interdependência econômica e dispersão dos centros de poder: a nova configuração internacional e os condicionantes sistêmicos para a América do Sul.....	176
3.5. Política externa e governos de centro-esquerda: novos paradigmas ou continuidade?	180
3.5.1. <i>Política externa e novo desenvolvimentismo no governo Lula</i>	180
3.5.2. <i>A Política Externa do Chile nos governos do Partido Socialista.....</i>	200
SEÇÃO IV – COALIZÕES PARTIDÁRIAS E POLÍTICA EXTERNA: PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA E CELERIDADE DE TRAMITAÇÃO EM ATOS INTERNACIONAIS.....	223
4.1. Aspectos jurídico-constitucionais e político-institucionais da interação entre Executivo/Legislativo no processo de tomada de decisão em política externa no Brasil e no Chile.....	228
4.1.1. <i>Poder Legislativo e atuação partidária em política externa no Brasil.....</i>	230
4.1.2. <i>A atuação legislativa e partidária em atos internacionais no Chile.....</i>	241
4.1.3. <i>Considerações finais</i>	246
4.2. Programas partidários, ideologia e formação de coalizões: a posição dos partidos políticos brasileiros e chilenos em política externa.....	249
4.3. As Comissões no presidencialismo brasileiro e chileno: relatorias, atuação partidária e clivagem governo/oposição em atos internacionais	263
4.3.1. <i>As relatorias e a dimensão informacional e institucional das comissões.....</i>	271
4.3.2. <i>Velocidade de tramitação e coalizões partidárias em política externa</i>	300
SEÇÃO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	314
SEÇÃO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	319
SEÇÃO VII – ANEXO	343

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos surgiram, no campo da política externa, novas análises que procuraram institucionalizar o debate das relações internacionais a partir de pressupostos da ciência política, observando o funcionamento do processo decisório em atos internacionais e questionando a teoria realista, e revendo o peso dos condicionantes domésticos no processo decisório em política externa. Isso porque, anteriormente, o modelo realista (Waltz, 1979) visualizou a atuação do Estado como ator unitário, centrado na figura do Poder Executivo, sem considerar que existem condicionantes externos e internos, além de outros atores domésticos. Segundo a teoria da escola realista, o Poder Executivo prepondera na condução da política externa, e os partidos políticos influenciam apenas as políticas domésticas (Wildavsky, 1969; Edwards, 1989; Ragsdale, 1995). Essa perspectiva influenciou grande parte da literatura sul-americana do início do século XXI, que não acreditava que o Legislativo tinha papel relevante na formulação da política externa (Oliveira, 2003; Lima e Santos, 2001)¹.

Porém, a teoria realista se esvaziou porque a natureza das relações internacionais mudou, substancialmente, com os processos de globalização e as aberturas política e econômica. Particularmente na América do Sul, após décadas de regimes burocrático-autoritários e modelos de economia protegida, houve, no final da década de 1980, processos de redemocratização e liberalização econômica que redesenharam o perfil político e

¹ De acordo com Feliu (2008), existem três explicações para a preponderância do Executivo em política externa: em primeiro lugar, a posse de poderes formais destinada ao presidente; em segundo lugar, a dificuldade de um parlamentar atuante em temas de política externa para obter a sua reeleição; e, em terceiro lugar, a maior capacidade operacional do Poder Executivo.

econômico de boa parte dos países². Enquanto a democratização induziu à descompressão das demandas da sociedade sobre o sistema político, à redistribuição dos poderes no processo decisório e à politização do processo de formulação de políticas públicas, a liberalização econômica implicou a retirada da proteção pública, a exposição à competição de mercado e a redefinição dos direitos de propriedade da esfera pública para o mercado (Lima, 2000). Sendo assim, os processos de diluição das fronteiras, provocados pela globalização, facilitaram a democratização da política externa nos países sul-americanos – marcados pela concentração de poder no Executivo no âmbito das relações internacionais. Tal democratização contribuiu para fomentar o componente doméstico e distributivo em política externa, aumentando a participação do poder Legislativo nas deliberações. E, na América do Sul, em especial no Brasil e no Chile, a perspectiva de inclusão de novos atores passou a demonstrar a influência do Legislativo e dos partidos políticos na formulação da política externa.

Brasil e Chile são países que passaram e ainda passam por processos políticos e econômicos semelhantes desde o período do regime militar³ até a atualidade, o que influenciou a dinâmica da política externa de ambos os países. Durante o regime militar houve, tanto no Brasil quanto no Chile, forte repressão política e uma economia aberta ao comércio e às finanças internacionais. Ademais, a ratificação doméstica de tratados internacionais era destinada exclusivamente ao Poder Executivo e ao Ministério de Relações Exteriores.

No final dos anos setenta e início dos anos oitenta, a crise financeira que se seguiu à desvalorização das moedas brasileira e chilena implicou no início da recessão econômica.

² Politicamente, podem-se citar os casos da Argentina (1983), do Uruguai (1984), do Brasil e do Peru (1985), do Paraguai (1989) e do Chile (1990). Quanto à liberalização econômica, podem-se observar os governos de Fujimori (Peru), Collor (Brasil), Lacalle (Uruguai), Menem (Argentina) e Aylwin (Chile).

³ No Brasil, o regime militar foi iniciado em 1964. No Chile, o golpe militar ocorreu alguns anos depois, em 1973.

Politicamente, houve o reagrupamento da oposição, com articulação de novas demandas políticas. Sendo assim, o retorno à democracia, a crise do Estado e do modelo de industrialização protegida e a abertura econômica redundaram na importância da política doméstica no processo de formação e politização da política externa.

No Brasil, após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o Poder Executivo continuou a exercer papel preponderante em política externa⁴, ocupando lugar central no planejamento, na execução e na tomada de decisões das ações do país em âmbito internacional. E, entre 1985 e 2000, durante os governos de Sarney, Collor, Franco e Cardoso, a política externa foi influenciada pela ideia de fortalecimento da cooperação internacional, na qual o país passou a defender a *autonomia pela participação*, que buscava aumentar a credibilidade internacional do país (Pinheiro, 2004). Ademais, uma modalidade diplomática se somou ao Itamaraty na formulação e condução da política externa no Brasil: a *diplomacia presidencial*, que ocorre quando o presidente tem participação pessoal, ativa e efetiva na concepção e na execução da mesma (Danese, 1999; Preto, 2006).

Começou-se a falar em *diplomacia presidencial* a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), marcado pela intenção de influenciar o desenho da nova ordem internacional através da intensificação da participação brasileira em foros decisórios da ONU e da OMC, onde permanecia a busca pela autonomia, mas em articulação com o meio internacional. Porém, parte dos êxitos da diplomacia do governo Cardoso ocorreu devido à existência de um ambiente internacional cooperativo. No entanto, em 2001, quando George W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos, houve mudanças conceituais das relações internacionais (como o fortalecimento do unilateralismo), o que trouxe dificuldades para o ex-presidente brasileiro. Com as dificuldades surgidas, Cardoso ampliou as relações com China,

⁴ Segundo o Artigo 84, inciso VII, cabe “exclusivamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos a referendos do Congresso Nacional” (Constituição Brasileira, 1988).

Índia, e África do Sul, buscou maior equilíbrio com os Estados Unidos nas negociações da ALCA e tentou utilizar as negociações Mercosul-União Europeia para assegurar maior espaço de manobra (Vigevani e Cepaluni, 2007).

Durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva, a *diplomacia presidencial* continuou, mas ao mesmo tempo em que não houve ruptura significativa com a política externa de Cardoso, houve mudança gradual da *autonomia pela participação* para a estratégia de *autonomia pela diversificação* – onde prevaleceram alianças com países do Sul, além da construção de coalizões do Sul (IBSA ou G-3 e G-20) para alterar a geografia do poder mundial. Com isso, o governo Lula procurou inserir o Brasil no cenário mundial, garantindo maior autonomia e diversificação de opções (Vigevani e Cepaluni, 2007). A política externa de Lula colocou em prática um programa de *diplomacia presidencial* tão intenso quanto o do governo anterior, mas buscando alianças privilegiadas no Sul (Cason e Power, 2009).

O Poder Legislativo, por sua vez, tem um papel de co-decisor, pois é responsável pela aprovação das decisões do Poder Executivo sobre celebração de tratados, declaração de guerra e celebração da paz⁵. Enquanto o Executivo guarda papel central na formulação e na decisão da política externa, o Legislativo atua no processo *a posteriori*, podendo ratificar ou vetar acordos.

A partir dessas definições, muitos afirmam que o Congresso Nacional possui papel insignificante na formulação e implementação da política externa, pois se limitaria a referendar atos internacionais celebrados pelo Poder Executivo (Lima e Santos, 2001; Souza, 2009), abdicando de assuntos internacionais (Oliveira, 2003). Porém, o papel do Legislativo em política externa não é de abdicação, e sim, de delegação, pois pode influenciar o Executivo de maneira direta por meio de comissões temáticas, ratificação ou não de acordos

⁵ Artigo 49, inciso I (Constituição Brasileira, 1988).

internacionais e votação de leis domésticas previstas em acordos internacionais; ou de maneira indireta, através de pressão e da demora em aprovar os projetos, que pode resultar em maior participação institucionalizada do Legislativo ou na absorção de interesses dos parlamentares pelo Executivo (Neves, 2003).

O custo de rejeição legislativa aos acordos internacionais é muito alto, pois eles já resultaram em uma alteração do *status quo* no nível externo, onde houve o comprometimento do Estado. Dessa maneira, os parlamentares são induzidos a cooperar. De acordo com Diniz e Ribeiro (2008), o Legislativo colabora com o Executivo porque facilita a aprovação do ato internacional e evita pontos de veto e resistências, o que pode ser observado a partir da solicitação de urgência dos líderes partidários e de mecanismos de controle. Um dos mecanismos de controle é o poder de agenda, que permite que o Executivo regule a pauta dos trabalhos legislativos, implementando a disciplina partidária no plenário (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2003). Ou seja: a possibilidade do Legislativo influenciar acordos internacionais esbarra nos limites do processo legislativo no Brasil, pois o Executivo possui apoio dos líderes partidários (Diniz e Ribeiro, 2008).

Mas tal fato não indica que não há participação congressual em atos internacionais. Isso porque o Legislativo aumenta sua participação no processo decisório referente a acordos internacionais por meio da formulação de emendas, ressalvas ou cláusulas interpretativas (Alexandre, 2006). Há, portanto, preponderância decisória por parte do Executivo devido aos padrões institucionais do presidencialismo de coalizão, mas os parlamentares vêm aumentando a utilização de instrumentos disponíveis, atuando por meio de substitutivos, de pareceres contrários nas comissões e, principalmente, por meio do aumento de tempo de tramitação de alguns projetos de lei específicos.

Em relação ao Chile, de acordo com a Constituição de 1980, o sistema político do país é amplamente dominado pelo Poder Executivo⁶, que controla o processo legislativo, detendo exclusividade de iniciativa em diversas áreas, controlando o processo orçamentário e uma gama de urgências e opções de veto, tornando-se o principal definidor da agenda política (Aninat et al, 2004). E, assim como nas políticas públicas em geral, o Poder Executivo tem papel predominante em política externa, pois de acordo com o artigo 32 da Constituição chilena, o Poder Executivo tem competência exclusiva para conduzir as relações exteriores do país, negociando, assinando e ratificando tratados.

Em 1990, após a posse de Patricio Aylwin – primeiro presidente eleito de modo democrático depois do regime militar – e durante os governos de Eduardo Frei (1994-2000) e de Ricardo Lagos (2000-2006), o Chile, impulsionado pelo grau considerável de abertura política e liberalização comercial, esforçou-se no processo de reinserção internacional através do estabelecimento de relações estratégicas com os Estados Unidos, com países da América do Sul e da Ásia-Pacífico, e da incorporação às novas instâncias de política regional e global. Desde o início dos governos da coalizão de centro-esquerda denominada *Concertación*, a inserção internacional do país baseou-se no fortalecimento do comércio, do multilateralismo e da integração, onde prevaleceu a *diplomacia presidencial* (Millet, 2002; Fuentes e Fuentes, 2006). Por fim, durante o mandato de Michelle Bachelet (2006-2009), foram mantidos os pressupostos dos governos anteriores, ressaltando a liberalização econômica e os acordos de livre-comércio, e enfatizando o multilateralismo como estratégia da política externa do país no plano subregional (Mercosul), regional (OEA) e global (ONU, OMC).

Já o Congresso Nacional, de acordo com a Constituição do país, possui atribuição exclusiva para aprovar ou rejeitar tratados internacionais apresentados pelo Presidente da

⁶ Mesmo que as reformas constitucionais de 1989, 1991, 1994 e 2005 tenham limitado alguns poderes presidenciais, o chefe do Executivo continua sendo um dos mais poderosos da América Latina.

República (art. 50). Com isso, as Casas legislativas têm poderes constitucionais de vetar tratados internacionais, ou seja, são *veto players*. E, da mesma maneira que no Brasil, no presidencialismo multipartidário do Chile as coalizões governamentais garantem a estabilidade do sistema político através de altos níveis de disciplina partidária (Nolte, 2003; Sáez, 2003) sendo fundamentais no processo decisório em política externa.

A partir dessas constatações, e partindo do pressuposto de que diversos atores políticos participam do processo decisório de política externa, o presente estudo analisará o processo de tomada de decisão em política externa, assim como o posicionamento internacional do Brasil e do Chile durante os governos esquerdistas de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Ricardo Lagos (2000-2005) e Michelle Bachelet (2006-2009) através da atuação do Poder Executivo, do Ministério das Relações Exteriores e do Poder Legislativo, destinando especial atenção aos partidos políticos e ao modo pelo qual a divisão das preferências entre coalizão governista e oposição influenciou no debate parlamentar realizado no Congresso Nacional em questões relativas aos acordos internacionais. Com isso, o objetivo central deste trabalho é averiguar, em primeiro lugar, os meios que os parlamentares brasileiros e chilenos utilizam para influenciar o processo decisório de determinada política externa que foi objeto de discussão no plano internacional. Para tanto, serão analisadas todas as mensagens presidenciais que tramitaram nas comissões de Relações Exteriores do Congresso Nacional dos dois países, verificando se a atuação parlamentar em política externa pode ser medida a partir da dicotomia situação/oposição.

Por conseguinte, a hipótese é que, quanto maior a heterogeneidade e amplitude das coalizões governistas, como evidenciado no caso brasileiro, menor o consenso em torno do ato internacional. Por sua vez, quanto mais homogênea e estável é a coalizão, como observado nos governos chilenos da *Concertación*, menor é o conflito nas mensagens presidenciais,

resultando no maior apoio dos partidos políticos ao Poder Executivo. Com isso, a atuação parlamentar pode ser visualizada a partir do prisma do embate entre partidos oposicionistas e situacionistas. Mas, mais importante, será examinado como o tempo de tramitação é uma variável fundamental para que deputados e senadores pressionem o Poder Executivo com o intuito de garantir que suas preferências sejam consideradas. Com isso, serão analisados qualitativamente os projetos de lei em que não houve maioria de votos nas comissões e cujo tempo de tramitação foi considerado excessivamente longo, buscando demonstrar que o Poder Legislativo não apenas delega poderes ao Executivo, mas tem suas preferências consideradas no processo decisório em política externa. Por outro lado, quanto mais tempo um projeto tramita e demora para ter seu parecer aprovado, maior será o conflito partidário em torno da política externa. Neste caso, a hipótese é que os projetos relativos a questões internacionais cujo tempo de tramitação nas comissões de Relações Exteriores foi longo tiveram, em sua maioria, pareceres realizados por relatores pertencentes à partidos oposicionistas, corroborando a ideia de que além de participar e influenciar o processo decisório em política externa, há disputa partidária entre oposição e situação.

Por conseguinte, a análise verificará o papel dos partidos políticos governistas e oposicionistas no processo legislativo do Congresso brasileiro e chileno com o objetivo de verificar se a dinâmica parlamentar, o tempo de tramitação do projeto legislativo e as decisões do governo em política externa ocorreram neste período de análise como uma disputa entre blocos de poder partidário (situação *versus* oposição) e não entre poderes de Estado – ou seja, entre Poder Executivo e Poder Legislativo –, visando responder a seguinte questão: as preferências partidárias importam enquanto variáveis explicativas em matéria de política externa? O centro do problema reside na compreensão da maneira pela qual se resolvem, institucionalmente e no âmbito da preferência, os conflitos inerentes a governos e maiorias

multipartidárias em acordos internacionais que foram objeto de discussão no Congresso Nacional. Com isso, busca-se checar o pressuposto de que o papel dos partidos políticos em política externa é substancial e que há divisão entre governistas e oposicionistas.

Em segundo lugar, considerando o contexto político e econômico do Brasil e do Chile e a atuação em política externa no período pós-redemocratização, o objetivo secundário deste trabalho é verificar se governos tidos e classificados de centro-esquerda (PT, no Brasil, e PS, no Chile) tiveram padrões de atuação diferentes dos governos precedentes, de tradição neoliberal, em relação ao plano internacional. Analisando o caso brasileiro, a hipótese a ser desvendada é que, como o Partido dos Trabalhadores (PT), durante o governo Lula, possuía pouca margem de manobra em políticas econômicas e sociais, era necessária uma nova dimensão de atuação, ou seja, a política externa. Com isso, o governo Lula utilizou a política externa como um contrapeso às outras decisões de política econômica e social. Por sua vez, no caso chileno, a coalizão da *Concertación* governou o país de 1990 a 2010. O Partido Socialista (PS) foi eleito, pela primeira vez, com Ricardo Lagos, em 1999, e em seguida, com Michelle Bachelet, em 2005. No entanto, diferentemente do caso brasileiro, o presidencialismo chileno possui coalizões mais coesas e estáveis, que possuem objetivos semelhantes, independentemente do partido eleito para a Presidência. Dessa maneira, a hipótese para o caso chileno é que, em oposição ao Brasil, a manutenção no poder durante vinte anos da mesma coalizão ocasionou poucas mudanças sociais, econômicas e principalmente em relação à política externa, pois tais partidos se mantiveram mais coesos em relação aos seus objetivos primordiais no plano internacional, privilegiando acordos de livre-comércio. Sendo assim, apesar de ambos países possuírem partidos de esquerda governando em períodos semelhantes, o PT utilizou-se de estratégias diferentes para promoção da política externa, enquanto que o PS manteve-se fiel aos objetivos da coalizão partidária. Por

consequente, a característica do sistema político-partidário, assim como a correlação de forças dentro da coalizão de cada país, é uma variável que influencia a formulação em política externa, ocasionando objetivos diferentes em partidos de tradição de centro-esquerda.

A questão-chave no estudo acerca das diferenças em posições em política externa de governos de centro-esquerda diz respeito à compreensão das transformações e mudanças em política externa a partir do grau de institucionalização do sistema partidário e da construção de coalizões estáveis, coesas e homogêneas. Nesse sentido, países com sistema partidário fortemente institucionalizado – ou seja, com processo político estruturado e previsível, com legitimação perante a população e com tradição de respeito às regras do jogo – e com coalizões mais estáveis, como é exemplificado no caso chileno, são mais prováveis em preservar a orientação e o status pró-mercado e pró-liberalismo em política externa, além de conduzir transformações econômicas moderadas. Com isso, os incentivos e restrições institucionais facilitam a cooperação intra-partidária, intra-coalizão e entre os poderes, sendo que haverá pouco conflito entre as preferências dos partidos e do Poder Executivo em matéria de política externa.

Por outro lado, países com sistema partidário institucionalizado mas com coalizões menos estáveis e mais heterogêneas tendem a modificar alguns paradigmas de atuação em política externa (como é o caso do Brasil), realizando algumas mudanças de acordo com a nova política econômica – baseada em governo anteriores, preservando reformas de mercado, mas conferindo ajustes às políticas redistributivas. Neste caso, os incentivos para cooperação existem, mas a formação de coalizão é mais heterogênea e com preferências partidárias não tão próximas, de maneira que haverá maior conflito entre partidos políticos e Poder Executivo.

A variável dependente, afetada ou explicada pelas variáveis independentes, é a política externa dos dois países. Entretanto, é necessário escolher uma variável dependente muito específica, e que funcione para diferenciar Brasil e Chile no âmbito da política externa. Dessa maneira, serão analisados os acordos internacionais com o objetivo de demonstrar que o posicionamento do Chile privilegia o bilateralismo e a inserção internacional, enquanto que o do Brasil busca a integração regional via liderança, visando aumentar sua influência como *soft power* no plano internacional. No Chile, a coalizão é mais estável, de maneira que a política externa é mais consensual entre os componentes do pacto concertacionista em torno do bilateralismo. Em outras palavras, supomos que a agenda da política externa chilena é compartilhada entre os partidos da coalizão, sendo raríssimos os casos onde há veto presidencial. Por sua vez, no Brasil, a política externa (variável dependente) é alvo de conflito dentro da própria coalizão governista, e principalmente em relação aos partidos oposicionistas, de maneira que os partidos políticos são considerados como variáveis independentes que influenciam o processo decisório em política externa. Nesse sentido, os partidos oposicionistas seriam menos entusiastas com a política externa brasileira e seu fator de integração regional e comercial. Diferentemente do ocorrido no caso chileno, o PT, nas administrações de Lula da Silva, promoveu um paradigma de política externa próprio, com viés partidário, mas corroborando o já tradicional aparato estatal de atuação internacional do país. Houve, dessa maneira, novas ênfases e critérios de projeção, mas sempre de acordo com as premissas básicas e históricas da política externa brasileira. A formulação em política externa, portanto, depende das preferências partidárias do governo (PT), da coalizão dominante (*Concertación*) e do conflito entre oposição e situação perante o Poder Executivo. Contudo, tal formulação respeita os pressupostos básicos e históricos da política externa dos dois países, sendo que as mudanças realizadas são paradigmáticas e partidárias.

Escopo teórico e metodologia

Grande parte dos estudos sobre o ressurgimento da esquerda na América Latina, e especificamente no Brasil e no Chile, focaram em dimensões políticas, sociais ou econômicas. Alguns acadêmicos analisaram as mudanças em partidos políticos de esquerda que foram eleitos (Lanzaro, 2004; Samuels, 2004; Hunter, 2007; Luna, 2007). Outros procuraram explicar os fatores explicativos que causaram o surgimento da nova esquerda (Cleary, 2006; Baker e Greene, 2011). Por sua vez, diversos autores enfatizaram as classificações de tais esquerdas e a variedade de seus projetos, rejeitando classificações dicotômicas ou monolíticas (Petkoff, 2005; Gallegos, 2006; Cameron, 2009). Por fim, outros traçaram um paralelo entre a expansão de direitos sociais e fortalecimento da nova esquerda (Castañeda, 1993; Roberts, 1998; Schamis, 2006; Yashar, 2011).

Contudo, apesar de tais estudos oferecerem valiosas análises acerca de questões políticas, taxonômicas e sociais, existem poucos trabalhos propostos a examinar a esquerda nos governos em geral e seus tipos de política externa, em consonância com a atividade político-partidária, em particular; da mesma maneira que havia pouca evidência da documentação e análise das coincidências e disparidades em relação ao tipo de política econômica seguida por esses dois países e pelas nações latino-americanas em geral⁷, poucos autores debateram os padrões de política externa e de processo decisório conduzidos por esses governos.

Mais importante, o estudo da trajetória em política externa dos governos de centro-esquerda requer a definição clara dos conceitos de esquerda, partidos de esquerda e de centro-

⁷ Exceções: Weyland, Madrid e Hunter, 2010; Levitsky e Roberts, 2011; Flores-Macías, 2012.

esquerda e de governo de esquerda. Castañeda (1993, p.18) define *esquerda* como partidos, movimentos, grupos e lideranças que privilegiam a democracia e os direitos humanos sobre a segurança doméstica, justiça social sobre desempenho econômico, distribuição de renda sobre mercados em bom funcionamento, gastos públicos sobre inflação controlada, e a necessidade de gastos em programas de saúde sobre sistemas de financiamento de saúde. Contudo, o autor negligencia experiências de governos que privilegiaram políticas econômicas ortodoxas e bom desempenho econômico – como é o caso do Brasil, do Chile e de outros países latino-americanos. Para tanto, o estudo se utiliza de definição de Cleary (2006, p.36), segundo a qual a esquerda

“é um movimento político com antecedentes históricos em partidos políticos socialistas e comunistas, organizações sociais populistas, ou outras forças políticas que tradicionalmente possuem objetivos anti-sistêmicos, revolucionários ou transformadores. A forma de mobilização e o grau de radicalismo pode variar de acordo com os países. Mas em todos os casos a esquerda compartilha (ao menos retoricamente, e usualmente substantivamente) a preocupação com a redistribuição e justiça social, encontrando apoio entre segmentos da população que estão em severa desvantagem na ordem econômica atual”.

A esquerda encontrou seu principal meio de atuação a partir do surgimento da social-democracia, em meados do século XIX e ao longo do século XX, na Europa, quando se utilizou de instituições políticas previamente existentes para se inserir na competição democrática, diluindo o caráter de classe e orientando-se para as camadas médias da população com o objetivo primordial de ganhar eleições, buscando promover, quando no poder, as transformações revolucionárias (Przeworski, 1989, p.23; 39-43; 57-8). Contudo, quando no poder, tornaram-se governos minoritários, introduzindo reformas graduais visando obter maioria parlamentar. Para tanto, abandonaram projetos nacionalizantes e o controle estatal, inviabilizando o projeto reformista e revolucionário, orientando a economia para o

bem-estar geral e por meio de reformas intermediárias que permitiram o estabelecimento de uma plataforma eleitoral bem-sucedida.

O estudo utiliza o conceito de *partidos de esquerda* e de *centro-esquerda* a partir da definição clássica de Bobbio (1995) e de Levitsky e Roberts (2011), segundo a qual os partidos de esquerda são aqueles que perseguem, como objetivo programático central, a redução da desigualdade econômica e social, utilizando a autoridade pública para promover a redistribuição de riqueza, diminuir as hierarquias sociais e fortalecer a participação dos grupos mais desfavorecidos, de maneira que sua base eleitoral é composta por setores baixos e médios da sociedade. Já os partidos de centro-esquerda podem ser divididos em dois tipos (Levitsky e Roberts, 2011, p.12-3). Em primeiro lugar, existem partidos de centro-esquerda orgânicos de massa, com ativa participação de suas bases e fortes vínculos com sindicatos, sendo que os militantes e bases exercem forte pressão a favor de uma agenda redistributiva. Em segundo lugar configuram-se os partidos profissionais e eleitorais, que se organizam sobre uma base de políticos profissionais, com distância perante movimentos populares, privilegiando uma organização mais elitista e com maior independência de pressão de seus membros.

Por fim, *governos de esquerda* são aqueles que alcançaram o poder através da eleição, visando defender políticas públicas de redistribuição, de aumento da igualdade social e de luta contra a discriminação social e formas violentas de opressão, articulando o valor da liberdade com o valor da igualdade, privilegiando a defesa da liberdade de expressão e do pluralismo nos mais variados segmentos e, conseqüentemente, a democratização do Estado via participação cidadã e independência das instituições – especialmente do Poder Judiciário. Por fim, são governos que defendem a soberania nacional e a soberania de outros países, procurando inserir mecanismos para maior redistribuição de poder no arena internacional,

visando a resolução pacífica de conflitos e a maior equidade em fóruns e organizações multilaterais.

Contudo, nem todo governo resultante de tais definições de partidos políticos irá implementar um conjunto de políticas semelhantes, unificadas e coerentes com as caracterizações. E são essas diferenças que importam para o a comparação proposta neste estudo.

A partir dessas considerações, analisar-se-á a relação entre partidos políticos e continuidade/mudança em política externa em países governos por partidos políticos de centro-esquerda, considerando os fatores que determinam as mudanças de atuação em política externa em geral. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é analisar o processo decisório em política externa no Brasil e no Chile em governos de tradição de centro-esquerda, examinando a atuação dos partidos políticos em matérias que versam sobre questões internacionais a partir do conflito entre os poderes e entre partidos da coalizão governista e da oposição, evidenciando a preferência dos legisladores como variável intrínseca à formulação da política externa. Com isso, esse trabalho buscou analisar as ferramentas de atuação dos partidos políticos em política externa a partir do posicionamento do Brasil e do Chile, especificamente PT e do PS, respectivamente, em acordos e tratados internacionais. Para tanto, foram examinados as orientações e paradigmas em política internacional dos governos de orientação de centro-esquerda no presidencialismo brasileiro e chileno para, posteriormente, evidenciar a percepção das preferências partidárias como central ao processo decisório, seja no plano externo (negociação) ou no plano interno (aprovação e promulgação das leis).

A perspectiva temporal considera os antecedentes e paradigmas em matéria da evolução da política externa do Brasil e do Chile desde o período autoritário, passando pelo

contexto de redemocratização e chegando até o atual sistema democrático, sendo que o centro do estudo se encontra nos governos de liderança de centro-esquerda do Brasil, sob as administrações de Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), e nos governos encabeçados por líderes socialistas da coalizão *Concertación* do Chile, quais sejam, Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010). A trajetória dos dois países em política externa ao longo dos anos, assim como seus paradigmas de atuação, são imprescindíveis para se visualizar, assim, as diferenças e causas de atuação e de orientação no plano externo em governos de centro-esquerda que se pautaram por objetivos semelhantes no plano econômico, político e social.

Visto que a pesquisa se utiliza da lógica da metodologia da política comparada de estudo de caso observando os contextos democráticos do Brasil e do Chile em relação ao sistema partidário e à política externa em governos de centro-esquerda a partir das múltiplas arenas do processo decisório, o estudo propõe uma estratégia de análise de tipo “N-pequeno”, examinando em profundidade a trajetória e aprofundando o conhecimento dos processos históricos e as causas que geraram as mudanças ou a estabilidade em política externa nos dois casos, verificando os processos causais que produziram o resultado em cada unidade analisada, o que permite detalhar, assim, em primeiro lugar, as diferentes formas de atuação em política externa e, em segundo lugar, o processo decisório a partir da disputa entre coalizão governista e oposição.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo segue uma abordagem estruturada dos mesmos aspectos para comparação dos casos, examinando os fatores explicativos que guiam as análises dos eventos em cada caso. Analisando sistematicamente um pequeno número de

casos⁸ por meio da realização de múltiplas comparações entre o desenvolvimento da política externa, das relações Executivo/Legislativo, do contexto de redemocratização e do fortalecimento do sistema partidário de cada país, e considerando os novos governos de centro-esquerda de meados dos anos 2000, permite-se incrementar e identificar a função de diferentes fatores causais, mantendo constante outro conjunto de condições, suavizando, assim, o conhecido problema deste tipo de desenho de pesquisa – a questão de muitas variáveis e poucos casos, que considera que a existência de poucas observações diminui a capacidade de se avaliar numerosos fatores explicativos (Lijphart, 1971).

Apesar do estudo conter limitações especialmente em torno da questão da inferência causal⁹ e das possibilidades de generalização (King, Keohane e Verba, 1994)¹⁰, o desenho de pesquisa e a própria seleção de casos procuram minimizar tais inconvenientes. A seleção de casos baseia-se na estratégia de comparar casos mais semelhantes na maior quantidade possível de variáveis contextuais, mantendo constantes vários fatores culturais, institucionais e históricos – ambos países, por exemplo, são presidencialistas e com sistemas multipartidários recentemente democratizados, além de abandonaram o sistema de substituição de importações nos anos 1980 – de maneira que o tipo de política externa e de atuação dos partidos políticos fornecem evidência empírica para essa relação causal. Assim, justifica-se a escolha de Brasil e Chile porque são similares em com conjunto de dimensões

⁸ De acordo com Lijphart (1971, p.685), a principal vantagem do método comparado é que, devido à falta de recursos e à escassez de tempo, a análise de um pequeno número de casos pode ser mais promissora do que o exame estatístico superficial de muitos casos

⁹ Ao recomendar procedimentos de análise quantitativos, King, Keohane e Verba (1994) subestimaram ferramentas e critérios metodológicos empregados pela tradição qualitativa – como a definição e a seleção do universo de casos, a mensuração e a coleta de dados, e a avaliação causal. Uma questão principal em qualquer pesquisa é a definição do universo de casos, verificando a homogeneidade causal e a independência condicional. E, para tanto, é necessário conhecer o contexto político, cultural e histórico.

¹⁰ Contudo, ao mesmo tempo, justifica-se a utilização de um pequeno número de casos para testar hipóteses e construir teorias, sendo que a aplicação de determinado conceito para uma ampla quantidade de casos pode provocar generalizações (*conceptual stretching*) e diferenças entre as unidades comparadas (Sartori, 1970). Sendo assim, as generalizações não são o principal objetivo deste estudo, mas sim, o exame cuidadoso de cada caso, observando como os padrões variam de acordo com o contexto a história (Almond e Greco, 1977).

contextuais relevantes para o resultado que interessa neste estudo - ou seja, a política externa em si e seu processo decisório – como se verá a seguir. Portanto, o estudo utiliza-se do método comparativo para analisar variáveis de controle semelhantes, para depois explicar as diferenças nas variáveis explicativas e nos resultados (Collier, 1993).

Em primeiro lugar, após a crise do neoliberalismo em meados dos anos 1990, ambos países foram governados por partidos de centro-esquerda que rejeitaram ideais revolucionários e pautaram-se pelo princípio da moderação, enfatizando a preponderância da estabilidade econômica, mas preocupando-se com a efetivação de mecanismos de redistribuição e de proteção social.

Durante as décadas de 1970 e 1980, Brasil e Chile envolveram-se em crises de ordem política, econômica e social. No plano político, houve a desagregação do regime autoritário e a implementação de uma nova ordem democrática. No plano econômico, sob o impacto da dívida externa, as duas décadas foram marcadas pela inflação, descontrole das finanças públicas e prevalência de taxas de crescimento erráticas. Por fim, no plano social, houve o agravamento da desigualdade social e da concentração de renda. Com isso, no curso dos anos oitenta e noventa, as economias de Brasil e Chile moveram-se para um modelo de abertura comercial ao mercado e de reformas liberalizantes, substituindo o modelo de intervencionismo estatal denominado de *Substituição de Importações*. Tal modelo, que consistia na primazia governamental para direcionar políticas de industrialização baseadas na troca de importações com a produção doméstica de bens, além da proteção das indústrias de base por meio de subsídios e de barreiras comerciais em forma de tarifas (Hirschman, 1968), predominou entre os países latino-americanos até meados dos anos 1980, proliferando as empresas estatais e os bancos de desenvolvimento.

No entanto, a crise da dívida externa marcou o fim do modelo de substituição de importações e a aceleração da adoção de reformas orientadas ao mercado. A Crise do Estado Desenvolvimentista, então, começou com a liberalização econômica do governo militar de Augusto Pinochet – que influenciou a adoção por outros países latino-americanos de um conjunto de medidas de políticas orientadas para o mercado, reduzindo o papel do Estado na economia. Permitiu-se, dessa maneira, o estabelecimento do *Consenso de Washington*, que visava estabilização monetária e restabelecimento das leis de mercado, em conjunto com a disciplina fiscal e mudanças das prioridades no gasto público, sempre de acordo com as leis do mercado e com a eliminação ou redução de barreiras comerciais. Em primeiro lugar, a transição de modelo adotou medidas de estabilização para conter a inflação e a dívida para, em seguida, conduzir mudanças estruturais para reorientar a economia sem o auxílio do Estado.

Sendo assim, nos anos 1990, durante os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e de Patricio Ailwyn e de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, no Chile, a agenda de reformas era essencialmente neoliberal, com redução do papel do Estado na economia. Ocorreram privatizações, abertura comercial, desregulamentações e ajustes, forçando os países a caminharem em uma mesma direção: a das democracias de livre mercado abertas aos fluxos comerciais e de investimento. E, em um contexto internacional favorável, as reformas atraíram investimentos estrangeiros, o que contribuiu para o crescimento econômico (Panizza, 2006; Flores-Macías, 2012)¹¹.

¹¹ Especificamente no caso brasileiro, a administração de Cardoso promoveu a estabilidade monetária, reduzindo as taxas de inflação e permitindo a diminuição da pobreza, e o aumento do consumo e do investimento internacional (Oliveira, 1995; Kingstone e Ponce, 2010, p.103). Para manter as baixas taxas de inflação, Cardoso realizou medidas para atrair e manter o fluxo de capitais, elevando as taxas de juros. Com isso, se absteve das reformas estruturais relativas aos impostos e ao sistema de pensão, além de aumentar as dívidas do setor público. Ademais, as crises econômicas mundiais também colaboraram para a deterioração da ortodoxia monetária de Cardoso

A adoção do modelo neoliberal foi benéfica para amparar as finanças públicas, mantendo a inflação baixa, e trazendo estabilidade macroeconômica. Além disso, a liberalização aumentou o consumo de produtos de melhor qualidade, ao mesmo tempo em que as privatizações ocasionaram a melhoria do setor de serviços. Por fim, a eliminação dos subsídios estatais e das tarifas forçou as empresas nacionais a se tornarem competitivas com o objetivo de sobreviver na ordem global capitalista (Flores-Macías, 2012, p.11). No entanto, apesar do sucesso inicial, as reformas liberalizantes e o consenso não cumpriram suas promessas de aumentar a prosperidade da população, e exacerbaram outros problemas, como o desemprego e as desigualdades sociais (Weyland, 2010, p.2). O Estado continuou a enfrentar problemas fiscais, o crescimento econômico permaneceu baixo, e o desemprego, a informalidade e a desigualdade social aumentaram. Ao mesmo tempo, indústrias expostas à competição externa desapareceram, e empresas reduziram seus custos de produção a fim de competir.

Mesmo com essas constatações do fracasso, o modelo neoliberal permaneceu como o paradigma dominante do sistema internacional e da região, sendo que as próprias instituições financeiras internacionais condicionaram o auxílio monetário à aderência aos princípios do Consenso de Washington, cuja liberalização financeira criou incentivos para os governos manterem políticas ortodoxas como um meio de atrair investimento direto estrangeiro. Por fim, diversos acordos bilaterais e multilaterais tornavam difícil a mudança e a reversão das reformas orientadas ao mercado (Flores-Macías, 2012, p.11).

Entretanto, na virada do século, uma onda de vitórias da esquerda latino-americana acabou com a hegemonia do modelo neoliberal, defendendo mudanças no modelo de desenvolvimento do Estado. Sendo assim, com a crise do modelo neoliberal, verificou-se o surgimento de novas lideranças políticas e o fortalecimento de partidos de esquerda e de

centro-esquerda – no Brasil, no Chile e na América Latina como um todo (Panizza, 2006; Lanzaro, 2009). Convém destacar que não apenas Brasil e Chile, mas grande parte da esquerda da América Latina ascendeu ao poder. Contudo, isso não significa que foi um movimento unificado e anti-neoliberal, com políticas econômicas coerentes, mas sim que a extensão das reformas de mercado variou severamente entre os países.

O ponto em comum é que, tanto no Brasil quanto no Chile, o PT de Luis Inácio Lula da Silva e o PS de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet foram classificados como partidos de centro-esquerda a partir do prisma da social-democracia (ou da moderação), adotando políticas alinhadas com o programa social-democrático no eixo sócio-econômico como alternativa ao neoliberalismo, preservando o mercado como o centro do modelo de desenvolvimento e tentando corrigir algumas de suas falhas através do aumento da intervenção governamental na economia, com prioridade para a redução do desemprego, para políticas de redistribuição de renda para combater a pobreza, e investimento em infraestrutura (Lanzaro, 2009; Weyland, 2009; Flores-Macías, 2012). Sendo assim, no plano econômico, PT e PS procuraram realizar medidas prudentes e ortodoxas de intervenção estatal, com extensão do crescimento econômico, garantindo a estabilidade econômica e o pragmatismo de mercado, a redução da pobreza e da desigualdade por meio do fortalecimento de programas de proteção social iniciados pelas gestões anteriores. No Brasil, paralelamente ao bom momento vivido pela economia internacional fomentado pelos mercados emergentes da China e da Índia, o PT adotou a estabilidade monetária e a negociação para promover reformas graduais, com uma abordagem relativamente flexível com a agenda de reformas de mercado, evitando o ataque aos setores privados e mantendo o equilíbrio fiscal; tais estratégias permitiram considerável crescimento, impulsionando a diminuição do desemprego e o aumento do nível

de renda entre a população pobre¹². Por fim, houve o fortalecimento de alguns programas sociais via transferência de renda¹³, mas procurando manter o equilíbrio macroeconômico e os baixos níveis de inflação, sem iniciar, por conseguinte, um processo de desenvolvimento que poderia diminuir ou superar as limitações econômicas e os déficits sociais (Barros Silva, Braga e Costa, 2010, p.125). Por sua vez, no Chile, o PS seguiu as políticas ortodoxas dos governos anteriores do PDC, protegendo a estabilidade macroeconômica com baixas taxas de inflação, gerando crescimento econômico em torno de 5% ao ano e oportunidades de emprego, investindo em capital humano, e suavizando as taxas de pobreza. Tais melhorias foram decorrentes de políticas fiscais conservadoras, estipuladas por um Banco Central independente e impostas pelos mercados financeiros internacionais por meio de acordos de livre-comércio com Estados Unidos, União Europeia e Japão, da integração com os mercados mundiais, do aumento do salário mínimo, de programas-alvo de combate à extrema pobreza, e da inserção de novos programas sociais universais de proteção social¹⁴.

Pode-se dizer que, assim como os governos neoliberais de centro-direita dos anos anteriores, os governos do PT e do PS preservaram um modelo de desenvolvimento baseado na economia de mercado. Entretanto, enquanto os governos à direita do espectro ideológico mantiveram a aderência às políticas pró-mercado, os de esquerda procuraram alternativas

¹² Para efeito de comparação, o crescimento econômico médio da administração Cardoso foi de 2,3% - taxa pouco inferior ao governo petista de Lula da Silva (3,4%). O crescimento per capita médio teve diferença mais substantiva: 0,7% (Cardoso) e 2,7% (Lula da Silva). Mas a principal diferença foi observada na taxa de inflação, que foi de 14,6% nos governos do PSDB e 6,6% na administração petista (fontes: FMI, World Economic Outlook Database, Weyland, 2010, p.11; Kingstone e Ponce, 2010, p.99).

¹³ Os principais programas sociais centraram-se no combate à fome e à pobreza, como o *Programa Fome Zero*, que fornece acesso a alimentos e fortalecimento da agricultura familiar, o *Bolsa Família*, por meio da transferência de renda, e com seguros alimentícios e nutricionais, além da tentativa de erradicação do trabalho infantil e da expansão da rede de proteção social. O programa *Bolsa Família*, que beneficiou 20% da população do país, unificou quatro programas de transferências de renda já existentes: o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* (Peti), de 1996, o *Bolsa Escola* e o *Bolsa Alimentação*, ambos de 2001, e o *Cartão Alimentação*, criado em 2003.

¹⁴ As principais políticas sociais foram o *Plano AUGE* (na área da saúde) e o *Chile Solidario* (componente monetário do *Puente* – programa que auxilia famílias em condições de extrema pobreza através de conjunto de serviços de apoio, considerando condições de moradia, educação, renda e inserção no mercado de trabalho).

estatais em diversas áreas de reforma (Flores-Macías, 2012, p.20). Contudo, enquanto o governo Lula procurou preservar reformas de mercado enquanto compensava a área social com políticas de redistribuição, o Chile de Lagos e Bachelet manteve muitas das políticas das administrações anteriores, que visaram a redução das desigualdades em um contexto de economia pró-mercado.

Em segundo lugar, Brasil e Chile passaram por décadas de regimes autoritários que minaram a atuação da esquerda em diversos aspectos. Houve, por exemplo, a perseguição de políticos vinculados à esquerda, que foram banidos da vida política. E, mesmo durante o processo de redemocratização, as restrições institucionais continuaram, ocasionando importantes obstáculos para o fortalecimento dos partidos de esquerda. No Chile, o legado institucional ditatorial permaneceu mesmo após a eleição de Patricio Aylwin, pois Pinochet se manteve como Comandante-Chefe do Exército do país, e houve a continuidade, de início, dos senadores designados e do sistema eleitoral binomial¹⁵. No Brasil, o regime militar manteve importantes prerrogativas, incluindo a nomeação de cargos ministeriais, o controle sobre a agência de inteligência e o poder de veto sobre decisões políticas centrais (Stepan, 1988). Cabe destacar, nesse ínterim, que os militares continuaram como importantes atores, sendo que as Forças Armadas permaneceram como guardiãs dos valores nacionais e do interesse nacional, garantindo a ordem constitucional. Mesmo com tais restrições políticas e condicionantes estruturais e institucionais, o atual sistema político democrático de ambos os países se consolidou com um sistema partidário fortemente institucionalizado, no caso chileno, e institucionalizado, no caso brasileiro, com partidos políticos disciplinados e que competem de acordo com suas bases programáticas (Altman e Luna, 2011, p.7-9) e com

¹⁵ Em 14 de janeiro de 2015, a Câmara dos Deputados do Chile despachou a reforma do sistema eleitoral, eliminando o atual sistema binomial e substituindo-o pelo proporcional inclusivo, que passará a funcionar a partir das eleições legislativas de 2017, além de aumentar o número de deputados e de senadores (Pasquarelli, 2015).

instituições legislativas fortes e imprescindíveis para o processo decisório democrático. Tanto PT quanto PS atuam em sistemas partidários e instituições políticas sólidas, com a presença de partidos políticos institucionalizados e enraizados na sociedade. Para tanto, se inseriram politicamente por meio da moderação, do consenso político e da necessidade de negociação e estabelecimento de amplas coalizões para governar, respeitando a competência eleitoral como via exclusiva e a normatividade da democracia representativa e das regras do jogo, rejeitando, assim, ideais revolucionários e de desestabilização das instituições políticas. Desse modo, PT e PS se estabeleceram como partes de um sistema partidário institucionalizado, enfrentando restrições políticas (com maiores dificuldades de se tornar uma potência partidária), participando de modo competitivo como oposição e considerando a hipótese de ser eleito para a presidência nas próximas eleições¹⁶. Com isso, internalizaram tais restrições, respeitando o *modus operandi* da democracia na qual estão inseridos, adotando um programa moderado de reformas, e participando da arena eleitoral sem o estigma de serem rotulados como agentes do comunismo internacional.

Assim como os partidos social-democratas do final do século XIX e início do século XX, PT e PS inicialmente entraram para a disputa política institucional para assegurar aos trabalhadores a representação dos seus interesses, para, em alguns anos, tornaram-se os partidos políticos mais poderosos e institucionalizados dos seus respectivos sistemas partidários, assim como aqueles com maior penetração social. E, à medida que se transformaram, PT e PS investiram suas forças em âmbito nacional; ademais, os parlamentares e a própria direção nacional concentraram seu poder decisório no âmbito do partido, e não mais nas assembleias de base e dos movimentos sociais. Por fim, são partidos com uma forte presença democrática interna, com divergência permitida e institucionalizada,

¹⁶ Weyland, 2010, p.17.

com tolerância entre seus membros e compostos por vários grupos de esquerda, tornando comum a existência de críticas mais radicalizadas a decisões moderadas ou conservadoras dos líderes partidários.

O PT emergiu em um contexto distinto da social-democracia europeia, surgindo, em meados dos anos 1980, como um impulso de novo sindicalismo, formado por operários e outros setores com presença significativa, tais como movimentos sociais e ativistas católicos, tornando-se, ao longo dos anos uma das principais forças partidárias do presidencialismo brasileiro e da centro-esquerda (Hunter, 2007), além de ser classificado como um partido de massa¹⁷ (Mair, 1995), mas com grande heterogeneidade de pensamento e de atuação no campo da esquerda (Samuels, 2004). No início do processo de redemocratização, o PT nasceu ocupou a esquerda do espectro ideológico, enquanto o PMDB dominava o centro. Em 1988, o conservadorismo do PMDB propiciou o surgimento do PSDB, que se localizava à esquerda do PMDB, mas à direita do PT. Contudo, isso não quer dizer que o partido se manteve o mesmo ao longo das últimas décadas. Após 1995, as lideranças internas do partido, de tradição de esquerda, foram aos poucos sendo substituídas por concepções mais moderadas, centristas e programáticas. Enquanto nas primeiras disputas eleitorais presidenciais o partido se pautou por alguns paradigmas da esquerda radical – como a nacionalização dos bancos e a reforma agrária – ao longo dos anos o PT começou a se mover para o centro do espectro ideológico, abandonando a retórica radical e a busca da transição para o socialismo (Árabe, 2001). Nesse sentido, em 2002, durante a campanha presidencial, Lula da Silva publicou a “Carta para o povo Brasileiro (Silva, 2002), declarando as mudanças internas do partido e revelando seu comprometimento com a estabilidade econômica; ademais, o Programa de

¹⁷ Um partido é considerado de massa quando é fundado fora da legislatura, com amplo número de membros e forte mobilização organizacional, sendo que grande parte dos recursos são provenientes dos próprios membros, contém comunicação interna institucionalizada, com estrutura hierárquica, e com disciplina entre seus membros na legislatura.

Governo de 2002 não continha as palavras *socialista* ou *socialismo* (Partido dos Trabalhadores, 2002, p.2-4).

Já o PS surgiu em meados da década de 1930, após um momento de instabilidade e repressão política. E, de 1933 a 1973, o PS tornou-se um ator político relevante no período democrático (Drake, 1978; Corte de Oliveira, 2013), participando dos governos radicais entre 1938 e 1952, e conquistando a presidência do Chile com Salvador Allende, em 1970. Com o golpe de militar de 1973, a democracia chilena foi interrompida por meio do fechamento do Congresso e o banimento dos partidos políticos, sendo que o PS atravessou o período ditatorial no exílio e na clandestinidade¹⁸. Já em 1979, os líderes exilados do PS dividiram o partido em duas principais correntes: o *PS-Altamirano*, que operava a partir da Europa Ocidental e da revisão das teorias gramscianas, defendendo a democracia como meio de avanço rumo ao socialismo e transição pacífica; e o *PS-Almeyda*, mais próximo do bloco comunista de Berlim, contando com grande parte dos militantes que permaneceram no Chile, além de possuir uma posição ideológica mais ortodoxa e fomentar a insurgência contra o regime militar, aliando-se, para tanto, ao Partido Comunista (Fuente, 2007, p.102).

Durante a redemocratização, o sistema partidário chileno se reorganizou nos moldes do padrão encontrado antes do golpe de 1973. Na direita, formaram-se o *Renovación Nacional* (RN) e o *Unión Demócrata Independiente* (UDI). Na esquerda, o *Partido para la Democracia* (PPD) foi formado em 1987, suprimindo a ausência do PS. Com sua reunificação, em 1990, o PS incorporou-se às principais instituições democráticas contemporâneas (como o sistema eleitoral) e se consolidou como parte integrante da coalizão de centro-esquerda denominada *Concertación*, unindo o PS às forças de centro do país, em uma clara política de

¹⁸ De acordo com Roberts (1994, p.24-6), a manutenção do PS durante o período militar foi facilitada devido às características organizacionais do partido, dentre as quais, a penetração ideológica, ou seja, a capacidade de interagir com ideias e acontecimentos exógenos para mudar suas posições; a absorção ideológica, incorporando novas forças políticas; e a inovação endógena, revendo o curso de sua atuação a partir do pluralismo e da divergência de seus grupos internos.

entrelaçamento do partido com a coalizão. E, ao ser eleito pela primeira vez em 2000, com Ricardo Lagos, o PS assegurou a continuidade das principais ideias já presentes na Concertación, como o crescimento econômico e a desigualdade social – sem, contudo, deixar de satisfazer os interesses do próprio partido, como a necessidade de reorientar o Estado para servir aos mais necessitados. Em suma, o PS orientou-se para cumprir com os compromissos sociais sem colocar em risco a estabilidade econômica, não cedendo ao apelo interno em torno de um Estado forte e de políticas de nacionalização, abrindo mão de objetivos programáticos caros ao partido para aderir ao governo e garantir a unidade da coalizão (Concertación de partidos por la democracia, 1999). Por sua vez, de 2006 a 2010, o governo de Michelle Bachelet desenvolveu vínculos partidários mais consistentes com o PS, especialmente com o setor ortodoxo (Gamboa, 2007), ampliando recursos destinados aos serviços da saúde, educação e proteção social, mas sem rupturas em favor das capacidades estatais de intervenção na economia (Siavelis, 2009). Entretanto, tendências internas do partido continuaram a criticar a forma como o governo Bachelet manteve algumas premissas do modelo neoliberal.

Ao serem eleitos, tais governos de centro-esquerda, denominados de social-democratas, fizeram parte da chamada “onda de esquerda” na América Latina, em alusão aos múltiplos governos de esquerda e de centro-esquerda que se iniciaram após a crise do neoliberalismo, em meados dos anos 2000 (Panizza, 2005; Castañeda, 2006; Lanzaro, 2009). No entanto, apesar de adotarem programas de governo baseados na social-democracia, PT e PS não evoluíram e foram eleitos à custa dos tradicionais paradigmas social-democratas, mas principalmente devido ao desencantamento com o neoliberalismo e de suas poucas oportunidades para a mobilidade social, ao colapso da União Soviética (que fez com que as retóricas socialistas não afetassem as dinâmicas dos partidos de centro-esquerda), ao fraco

desempenho de governos democráticos, ao descontentamento com a manutenção das tradicionais elites políticas, e a um sistema internacional econômico interdependente, que deixa poucos espaços de manobras para fora da economia de mercado, de maneira que as novas forças políticas devem operar dentro de certos parâmetros, reduzindo o medo da transformação radical na economia e perpetuando a ideia de moderação e de posições centristas.

Em terceiro lugar, Brasil e Chile possuem instituições políticas semelhantes no processo decisório das políticas públicas em geral, de maneira que o Poder Executivo possui as maiores faculdades para controlar boa parte do processo legislativo através do poder de decreto, do veto total e parcial de leis aprovadas, da autoridade exclusiva para iniciar leis e da possibilidade de estabelecimento de urgência. Desta forma, o Poder Executivo controla a agenda do processo legislativo, ditando o que será votado e quando, incentivando os parlamentares a cooperar. Em ambos os países, a presença de um Poder Executivo forte é uma influência do regime militar anterior. No Brasil, a Constituição de 1988 estipulou que o Poder Executivo possui importantes prerrogativas, incluindo a autoridade exclusiva para introduzir leis em algumas áreas delimitadas e a capacidade para implementar reformas por meio de decretos, denominados de *Medidas Provisórias*. Já o Chile é considerado como um dos países latino-americanos com o maior número de poderes, de acordo com a Constituição de 1980, e que foram mantidos após as reformas constitucionais de 1989 e 2005. Dentre os principais poderes estão a exclusividade para introduzir legislação em todas as matérias de taxação, a criação de agências governamentais, de programas sociais e de seguridade social, e procedimentos de barganha coletiva. Ademais, o Presidente chileno pode convocar o Congresso para sessão extraordinária sempre que necessário e prioritário, fornecendo ao Executivo diversas vantagens.

Em quarto lugar, apesar da predominância do Poder Executivo, tanto Brasil quanto Chile possuem um Poder Legislativo atuante nas mais variadas políticas públicas, inclusive em relação à política externa. Apesar da força dos presidentes, a existência de um sistema partidário institucionalizado aumenta a influência legislativa, considerando as preferências partidárias, as coalizões governistas e até mesmo os partidos opositoristas para promover o programa governamental. Em razão da separação de poderes, adotada pelas Constituições do Brasil e do Chile como princípio fundamental, o presidencialismo de ambos os países pressupõe um conjunto de restrições destinadas a evitar a independência absoluta dos poderes, qual seja, o sistema de *freios e contrapesos*, que possibilita o equilíbrio e evita o arbítrio de um poder em detrimento do outro. A sujeição dos tratados, convenções e atos internacionais, dessa maneira, é de celebração privativa do Presidente da República, com posterior referendo do Congresso Nacional como condição necessária para aperfeiçoamento jurídico do ato. E, com os processos de liberalização da economia e de democratização política em meados da década de 1980, houve a internacionalização da agenda doméstica, na qual os grupos de interesse – no caso, os partidos políticos – passaram a influenciar com maior assertividade o processo decisório. Dessa forma, o Poder Legislativo do presidencialismo brasileiro e chileno é sensível a temas internacionais, sendo necessário analisá-lo e compreender sua atuação. Por conseguinte, o Poder Executivo considera as preferências legislativas no processo decisório, compondo uma agenda de maioria e formando coalizões amplas e heterogêneas com o intuito de aprovar atos internacionais no plano doméstico. Em ambos os países ocorre o presidencialismo de coalizão, no qual o Poder Executivo estrutura o apoio à agenda legislativa em bases partidárias e, apesar da expectativa de comportamento individualista dos parlamentares, o Legislativo é classificado como uma instituição de ação coletiva, na qual um parlamentar agindo por si próprio tem pouca chance de influenciar as decisões legislativas.

Com o comportamento coletivo e agenda compartilhada, formada por membros da coalizão, os parlamentares e os partidos políticos têm suas preferências atendidas. Nessa configuração institucional, o papel dos partidos políticos e seu pertencimento à coalizão governista ou à oposição é de extrema importância, destacando-se a influência da ideologia e das preferências partidárias enquanto variáveis explicativas a partir da divisão entre situação e oposição. Isso porque a estrutura ideológica dos partidos políticos é necessária para compreender o comportamento dos congressistas em estudos sobre políticas públicas (Poole e Rosenthal, 1997; Leoni, 2000) e política externa (Xie, 2004; Milner e Judkins, 2004; Marks et al, 2002).

No entanto, como discutido anteriormente e como se verá nos capítulos seguintes, esses países apresentam diferenças significativas na variável dependente: a política externa e trajetória de inserção internacional seguida por cada país durante os governos de centro-esquerda de Lula, Lagos e Bachelet. Enquanto o governo Lula procurou a maior inserção internacional e diversificação de parceiros como uma forma de efetivação da liderança na América Latina a partir do conceito de *soft power*, Lagos e Bachelet deram continuidade às políticas dos governantes anteriores, preferindo acordos de livre-comércio para garantir a inserção internacional. Há também diferenças nas dimensões de análise que o estudo se propõe a testar como causas possíveis que explicam os diferentes padrões de atuação em política externa: a composição da coalizão governista e a disputa entre as preferências dos blocos de partidos como forma de influenciar o processo de tomada de decisão em política externa, considerando tanto a arena internacional quanto a arena doméstica. Nesse sentido, considerando a atuação legislativa nas Comissões de Relações Exteriores do Brasil e do Chile, a presença de uma coalizão mais institucionalizada e coesa, como visualizado no caso chileno, contribui para que os partidos políticos aprove um acordo internacional com maior velocidade e com menores mudanças, enquanto que a coalizão ampla e heterogênea formada

por Lula da Silva permitiu o aumento do conflito partidário e do tempo de tramitação, evidenciando a disputa entre blocos de partidos e até mesmo na própria coalizão governista. Tendo isto em mente, quanto maior a distância ideológica entre os partidos incluídos na coalizão e o Poder Executivo, mais difícil o processo decisório em razão da disparidade de interesses envolvidos. No mesmo sentido, quanto maior o número de partidos políticos incluídos na coalizão, maior a dificuldade para a tomada de decisão, visto que os custos de obtenção de um acordo passam a ser maiores. Por sua vez, quanto menor a distância ideológica entre os partidos governistas e o Poder Executivo, mais célere é o processo decisório em política externa. E quanto menor o número de partidos coalicionistas, menos conflituoso será o processo decisório.

Devido a esse conjunto de razões, Brasil e Chile são países adequados para realização de uma comparação sistemática de estudo de caso¹⁹, cujos principais elementos que fundamentam a seleção de casos estão dispostos a seguir, conforme a tabela 1 a seguir.

¹⁹ De acordo com George e Bennett, 2005., p.50-5), o método de estudo de caso possui quatro vantagens. Em primeiro lugar, identifica e mede indicadores, prevenindo o *conceptual stretching* ao colocar casos semelhantes e diferentes em uma mesma amostragem. Em segundo lugar, identifica novas hipóteses e variáveis por meio de casos desviantes, desenvolvendo novas teorias que podem ser testadas através de evidências que não haviam sido examinadas. Em terceiro lugar, como não omite fatores contextuais, permite examinar o papel hipotético de mecanismos causais e de variáveis intervenientes inesperadas em casos individuais. Por fim, aborda a complexidade causal.

Tabela 1 – Desenho de pesquisa

	Variáveis explicativas	Variáveis de controle	Variável dependente
Brasil	Coalizões amplas e ideologicamente heterogêneas Preferências partidárias heterogêneas	Governos moderados de centro-esquerda Políticas econômicas e sociais ortodoxas Partidos políticos	Política externa própria do partido presidencial, visando tornar-se um soft power Maior conflito partidário e maior tempo de tramitação de acordos internacionais
Chile	Coalizões menos amplas e ideologicamente mais homogêneas Preferências partidárias homogêneas	Predominância do Poder Executivo e centralização do processo decisório Participação legislativa em política externa Agenda da Maioria e presidencialismo de coalizão	Política externa histórica da própria coalizão, baseada em acordos de livre-comércio Menor conflito partidário e menor tempo de tramitação

Fonte: elaboração própria, de acordo com Seawright e Gerring, 2008.

Sendo assim, em primeiro lugar, em termos de procedimento de análise, o estudo verifica se as variáveis explicativas se correlacionam com a variável dependente, ou seja, se a forma como ocorre a interação entre Executivo e Legislativo e a posterior formação de coalizões e de busca de apoio partidário com maior ou menor heterogeneidade explicam e afetam a conformação da política externa de cada país, assim como a dinâmica das preferências partidárias e do conflito entre partidos no processo decisório relativo a acordos internacionais. Por fim, em segundo lugar, o estudo estabelece os mecanismos causais que vinculam a configuração político-institucional com o tipo de política externa e de atuação partidária em acordos internacionais em cada caso, de acordo com o modelo da teoria da escolha racional acima proposto, e por meio da ferramenta de metodologia qualitativa denominada de *process-tracing*, que descobre mecanismos e sequências causais em determinados contextos específicos por meio da exame histórico, ou seja, permite identificar

os processos causais intervenientes que realizam a conexão entre as variáveis independentes e dependentes (George e Bennett, 2005, p.350-3).

A partir das considerações a respeito do estudo de caso, estudo compreenderá a dinâmica em política externa do Brasil e do Chile, observando o papel do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos partidos políticos durante o período determinado – nos governos de Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, no Chile. Apesar de serem países com instituições políticas semelhantes, nas quais prepondera o presidencialismo de coalizão e a cooperação entre Executivo/Legislativo, e governados por partidos políticos de centro-esquerda, não necessariamente haverá uma atuação semelhante dos poderes e dos partidos políticos em relação à política externa. Sendo assim, o estudo corrobora a tese de que as semelhanças políticas, econômicas e sociais de ambos os países são extremamente importantes, mas reitera que diferenças encontradas em variáveis e em resultados relativos às questões internacionais serão imprescindíveis para melhor compreensão do fenômeno estudado.

Mas qual é, então, a influência dos partidos no processo decisório em política externa no presidencialismo brasileiro e chileno? Para responder à essa questão, parte-se do pressuposto da racionalidade para explicar o comportamento dos atores envolvidos nas regras do jogo da coalizão, identificando seus objetivos, as estratégias disponíveis e como as instituições os influenciam.

Para analisar o funcionamento de um governo de coalizão, considera-se que a análise do processo decisório e da interação entre os poderes é uma premissa básica do neo-institucionalismo, centrado nas instituições e no seu impacto sobre o comportamento dos agentes políticos. Por conseguinte, as regras que estruturam o processo decisório são responsáveis pela estabilidade das decisões e pelos resultados das escolhas, de maneira que as

instituições são variáveis explicativas centrais dos processos políticos (Shepsle, 1986), de modo que os atores respondem a um conjunto de regras formais ou informais circunscritas às instituições (Peres, 2008, p.65). E, tanto no caso brasileiro quanto no chileno, o presidencialismo, o sistema eleitoral e a interação entre Executivo e Legislativo influenciam o comportamento dos atores políticos.

Em primeiro lugar, no Brasil e no Chile, o presidencialismo afeta a relação entre Poder Executivo e coalizão governista devido à eleição direta para presidente, cujo partido será componente da coalizão formada, podendo governar sem que forme uma coalizão, e sendo admitida a entrada e saída dos mais variados partidos da coalizão sem maiores custos – pois os poderes são independentes. Em segundo lugar, o sistema eleitoral brasileiro e chileno estabelece eleições majoritárias de distrito nacional para a presidência, mas enquanto os parlamentares brasileiros são eleitos pelo sistema de representação proporcional de lista aberta, o Chile elege seus legisladores por meio do sistema eleitoral binomial de lista aberta. Com isso, como presidente e parlamentares são eleitos por meio de regras e incentivos diferentes, espera-se o comportamento diferenciado dos atores políticos considerados no estudo. Por fim, as regras do processo legislativo corroboram a centralidade de poderes nas mãos do presidente e dos líderes partidários, sendo que o comportamento individualista não é benéfico para os parlamentares, do modo que os partidos políticos agem coletivamente e de forma disciplinada, apoiando às decisões do Executivo.

O neo-institucionalismo, por meio do método da escolha racional²⁰, possui como pressuposto central a ideia de que os atores agem deliberadamente para maximizar suas vantagens, sendo racionais para satisfazer seus interesses, ou seja, com capacidade para

²⁰ O método da escolha racional surgiu a partir de estudos do Congresso norte-americano. Tinha como pressuposto o postulado da dificuldade de se reunir maiorias estáveis no Congresso do país. No entanto, as decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal eram estáveis. Como explicar essa estabilidade? Através das instituições políticas, que resolvem grande parte dos problemas de ação coletiva enfrentados pelos legisladores.

estabelecer uma adequação entre meios e fins (Downs, 1999; Olson, 1999)²¹. Por conseguinte, o pressuposto central desse estudo é que o processo decisório em política externa é marcado pela racionalidade de seus atores individuais e institucionais, que buscam promover ao máximo a realização de seus objetivos; atuam, portanto, de maneira previsível, dentro das regras do jogo e com regularidade, lidando com fenômenos políticos complexos em múltiplas arenas de atuação. No processo decisório, há uma série de regras e *payoffs*²², de maneira que os atores escolhem estratégias para maximização de seus interesses, considerando a atuação dos outros atores. Por conseguinte, o ator centra sua atenção em apenas um jogo, na arena principal, procurando maximizar seus interesses legislativos, mas está envolvido em uma rede de jogos – no caso, nas múltiplas arenas do processo decisório (Tsebellis, 1995, p.21; p.30). A análise, dessa maneira, parte da teoria da escolha racional e da ideia de veto players, um ator individual ou coletivo cuja concordância, por meio da regra da maioria, pode mudar a decisão de uma política (Tsebellis, 1995, p.15) como variável central para explicar o processo de tomada de decisão e interação entre os poderes no Brasil e no Chile. Tais vetos podem ser institucionais, determinados pela engenharia institucional e sendo constitucionalmente estabelecidas; e partidários, com interação em coalizões, sejam elas governistas ou da oposição.

Ou seja, a ideia central deste estudo, a partir do pressuposto da teoria dos jogos ocultos, é que o Poder Executivo do Brasil e do Chile são extremamente poderosos para conformação de suas preferências no plano interno, construindo coalizões amplas para consecução dos seus objetivos principais, quais sejam, a aprovação de acordos internacionais no Poder Legislativo. Dessa forma, pode haver divergência entre as preferências do Poder

²¹ Obviamente, a ideia de atores racionais não é completamente aceitável, visto que eles não são suficientemente sofisticados para realizar cálculos.

²² Ou seja, o ganho, o pagamento, o prêmio ou a sanção a uma certa ação.

Executivo e as preferências dos demais partidos; com isso, existem dois atores – Poder Executivo e coalizões legislativas – com interesses divergentes ou semelhantes, que participam do processo decisório por meio da barganha.

Considerando o esquema proposto por Downs (1999, p.50) de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições e não ganham eleições para formular políticas”, pressupõe-se que, enquanto o Poder Executivo forma coalizões para alcançar status majoritário e necessita do apoio legislativo para aprovar sua agenda legislativa, os partidos políticos entram nas coalizões de governo com o objetivo de aumentar sua presença em cargos para influenciar políticas que são convertidas em sucesso eleitoral, além de participar de governos para influenciar a elaboração de políticas e controlar a sua implementação (Meneguello, 1998, p.52). Pode-se dizer que, com as coalizões formadas, enquanto o Poder Executivo busca apoio, os partidos políticos procuram influenciar o processo decisório. E, tendo em vista os incentivos da engenharia institucional de ambos os países, o estudo pressupõe que o Poder Executivo considera as preferências partidárias, assim como os partidos políticos esperam que o Poder Executivo considere suas preferências quando formula acordos, tratados e convenções no plano internacional.

Fontes de informação e critérios de análise

Considerando os termos explicitados acima, a metodologia e a análise dos resultados estão divididas em três tópicos.

O primeiro tópico diz respeito ao exame da atuação do Poder Executivo em política externa, pois a eleição de líderes políticos vinculados à esquerda incluiu novos direcionamentos em questões internacionais. É necessário, então, visualizar o direcionamento

da inserção internacional de Lula, Lagos e de Bachelet – conjuntamente com a atuação do Ministério das Relações Exteriores²³ e dos principais atores políticos – em acordos internacionais bilaterais e multilaterais, em blocos regionais e inter-regionais e em convenções internacionais, enfatizando aspectos de cooperação comercial, observando as visitas e encontros bilaterais, a participação em reuniões multilaterais, os discursos proferidos em política internacional e as iniciativas presidenciais. Tal análise será feita a partir da literatura especializada e de documentos oficiais – como Programas de Governo, Mensagens Presidenciais ao Congresso Nacional, discursos presidenciais e relatórios sobre os acordos.

Já o segundo e terceiro tópicos consideram as preferências do Poder Legislativo e dos partidos políticos. Em relação ao Poder Legislativo, o estudo verificará todas as mensagens presidenciais de acordos internacionais enviadas ao Congresso do Chile e do Brasil durante os governos Lula, Lagos e Bachelet, observando os atos internacionais que foram encaminhados para aprovação do Congresso, especificamente nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal dos dois países.

No caso brasileiro, os tratados e acordos negociados pelo Executivo no cenário internacional são enviados pelo Presidente ao Congresso Nacional sob a forma de *Mensagem*. A Mesa da Câmara dos Deputados lê a mensagem e o Presidente da Câmara a encaminha para a Comissão de Relações Exteriores. Se aprovada, o PDL (Projeto de Decreto Legislativo) pode ser concluído sem chegar ao plenário. No Senado, a tramitação é semelhante. Quando aprovada, torna-se decreto legislativo, sendo promulgada, posteriormente, pelo Presidente da República. Já no caso chileno, de maneira semelhante, a tramitação de um projeto legislativo consiste em três etapas. Na primeira, o presidente submete um projeto de lei (*mensaje*) que é direcionado para as comissões parlamentares. Neste estágio, denominado *discusión em*

²³ A atuação do MRE do Brasil e do Chile é importante porque as políticas advindas do Executivo são elaboradas, em sua maioria, pelos respectivos ministérios.

general, a comissão pode modificar a proposta legislativa. Logo em seguida, as modificações feitas são submetidas ao plenário. Caso ocorra alguma modificação, o projeto de lei retorna às comissões, no processo *discusión en particular*. Quando não existe modificação no projeto, o mesmo é aprovado em *general y particular*. Na segunda etapa, o projeto de lei tramitado é encaminhado ao Senado. Caso ocorra alguma modificação, a proposta legislativa tramita em uma comissão conjunta entre ambas as casas. Por fim, na terceira etapa, o projeto de lei passa pelo crivo presidencial, que pode vetá-la (total ou parcialmente) ou sancioná-la. Se ocorrer o veto presidencial, este pode ser derrubado com a obtenção de 3/5 dos votos de ambas as casas.

Após destacar os atos internacionais que foram encaminhados para votação no Congresso, a pesquisa analisará qualitativamente se o Poder Legislativo, por meio dos pareceres realizados pelos relatores das Comissões de Relações Exteriores, ampliou seus poderes institucionais, ou seja, se houve votos contrários ou falta de unanimidade, assim como a apresentação de emendas, ressalvas e cláusulas interpretativas nos acordos internacionais realizados anteriormente pelo Poder Executivo, e se o processo de tramitação se prolongou ao longo do tempo, sendo esta uma estratégia para que o Poder Executivo considere as preferências dos legisladores. Para tanto, serão selecionados os casos paradigmáticos, onde houve maior demora para aprovação congressional e processos de modificação feito por relatores das Comissões, observando a variável dicotômica oposição/situação como central para configuração do processo decisório em política externa. Então, como forma de expressão das preferências partidárias, será analisada a duração dos intervalos entre a apresentação e a aprovação das mensagens do Poder Executivo com o texto de acordos e tratados internacionais nas Comissões da Câmara dos Deputados, para depois observar o tempo de tramitação do projeto de lei no Senado Federal e sua efetiva publicação como norma jurídica.

Por fim, é necessário sistematizar a atuação dos partidos políticos brasileiros e chilenos em política externa. A partir da divisão entre partidos políticos situacionistas e opositoristas²⁴, e considerando os acordos internacionais propostos pelo Poder Executivo nos quais o Poder Legislativo se utilizou do tempo de tramitação longo e de emendas, ressalvas e cláusulas interpretativas, serão interpretados os casos onde houve conflito partidário, observando se as intervenções e se a maior participação do Legislativo ocorre a partir da divisão ideológica entre os partidos da situação e da oposição, ou seja, se os acordos que sofreram modificações foram realizados pelos partidos políticos membros da coalizão governista ou por aqueles que fazem oposição ao governo. E, para sistematizar a atuação dos partidos políticos em matérias que versam sobre acordos internacionais, será verificada a atividade e as preferências partidárias nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil e do Chile, analisando seu poder propositivo e programático, a proporcionalidade e quem foram e quais partidos políticos pertenciam os relatores dos processos. Portanto, é necessário definir como ocorreu o projeto de tramitação nas comissões, assim como a procedência das emendas realizadas – sejam elas provenientes de legisladores ou de partidos. Com isso, avalia-se o peso dos partidos políticos nas questões, a divisão entre situação/oposição e a ideologia partidária.

Com isso, a partir dos dados obtidos sobre a análise do processo legislativo das proposições que referendaram atos internacionais, permite-se refutar a ideia predominante de que o papel dos partidos políticos na política externa do Brasil e do Chile seria de meros chanceladores das iniciativas do Executivo, indicando que a atuação legislativa ocorre dentro do princípio da separação de poderes e de *checks and balances*, ora cooperando, ora

²⁴ Tanto no Brasil quanto no Chile serão analisados os principais partidos políticos de situação e oposição. No caso brasileiro, serão considerados os seguintes partidos políticos: PT, PMDB, PP, PR, PTB e PDT (situação) e PSDB, DEM e PPS (oposição). Já os partidos políticos chilenos examinados serão aqueles pertencentes à coalizão governista *Concertación* (PS, PDC, PPD e PRSD) e à coalizão de oposição *Coalición por el Cambio* (RN e UDI).

defendendo posição contrária à adotada pelo Poder Executivo. Mas, mais importante, os dados coletados corroboram a ideia de que não apenas há a participação do Poder Legislativo, mas que essa ocorre por critérios partidários, considerando a divisão entre coalizão governista e partidos de oposição.

Plano de trabalho: a estrutura da tese

A fim de analisar a atuação brasileira e chilena no plano internacional e a questão das preferências partidárias, da atuação parlamentar e da disputa entre partidos governistas e oposicionistas em torno do processo decisório relativo à política externa durante governos situados à esquerda do *continuum* ideológico, esta tese está dividida em cinco seções.

Com o pressuposto de que crise econômica do modelo neoliberal permitiu o fortalecimento e a posterior eleição de partidos de centro-esquerda no Brasil e no Chile, e considerando que tanto PT quanto PS implementaram políticas econômicas e sociais com pouca variação, a primeira seção do estudo examina o desenvolvimento e os processos políticos do contexto de redemocratização no Brasil e no Chile, o que nos auxilia a compreender com maior exatidão a formulação de políticas públicas do período analisado. Por conseguinte, e considerando a importância dos partidos políticos de ambos os países como variável explicativa para a configuração do ambiente político-institucional e do processo decisório em política externa, será elaborada uma investigação exploratória acerca da evolução do sistema político dos dois países a partir das variáveis explicativas relacionadas ao sistema político, ao sistema partidário e às relações entre Poder Executivo e Poder Legislativo, demonstrando o tipo de competição partidária e de institucionalização, assim

como a importância da formação de coalizões como variável central ao processo decisório de política externa.

Em qualquer estudo, a análise teórica é imprescindível para começar uma investigação ou para explicar um fenômeno específico – como a política externa – observando os principais pressupostos, o nível de análise e a explicação lógica do fenômeno a ser examinado. Dadas estas observações, a segunda seção tratará acerca do conceito de política externa, assim como suas principais explicações teóricas, seus antecedentes na teoria de relações internacionais e sua importância para qualquer tipo de análise que considera tanto fatores exógenos, relativos ao sistema internacional, quanto fatores endógenos, que evidenciam o componente doméstico. Com isso, procura-se responder à seguinte questão: o Poder Legislativo e, conseqüentemente, os partidos políticos são atores primordiais para a formulação e aprovação da política externa, ou são meros ratificadores de propostas oriundas do Poder Executivo, abdicando de sua posição no processo decisório relativo à temas internacionais? Com isso, o cerne da questão diz respeito à possibilidade de posicionamento e de participação dos partidos políticos em política externa, assim como sua interação com o Poder Executivo – principal negociador dos acordos no plano internacional.

Tanto no plano externo quanto no plano doméstico, a escolha da estratégia de cada jogador implica em um resultado conjunto, mutuamente ótimas, conduzindo a um *payoff* positivo ou negativo para cada ator do processo decisório. E, considerando o objetivo principal da pesquisa, os jogos em múltiplas arenas é essencial para compreender o processo decisório em política externa, pois os *payoffs* dos atores na arena principal variam de acordo com a situação predominante em outras arenas, ou de acordo com os movimentos efetuados pelos atores nessas arenas (Tsebellis, 1995, p.68). Ou seja, tanto o Poder Executivo quanto os partidos políticos atuam no plano interno e externo considerando ambas preferências.

Influenciado pela teoria do ator racional, Putnam (1988) visualiza a política externa como jogos em múltiplas arenas, reiterando que ela não está atrelada somente a condicionantes externos, mas também a domésticos. O Estado, então, não pode ser concebido como um ator unitário, pois a explicação dos determinantes domésticos da política externa deve considerar partidos políticos, clivagens sociais, grupos de interesse, legisladores e até mesmo a opinião pública e as eleições. A partir dessa linha de argumentação, Milner (1997) descreve que a política externa é resultado do jogo estratégico entre atores domésticos na luta pelo poder interno. Dessa maneira, o interesse de uma nação depende das preferências e interesses da coalizão política. Já Martin (2000) adaptou os modelos de delegação desenvolvidos na Ciência Política e observou que os atores nacionais consideram tanto o cenário interno quanto o externo. Os legisladores influenciam os resultados da política externa mesmo quando há situação de delegação de poderes ao Executivo – pois, nesse caso, o Legislativo buscará aumentar sua participação através de mecanismos de controle. Portanto, a partir da teoria da escolha racional, pressupõe-se que a racionalidade na política é de especial adequação, tendo em vista que as questões em jogo são importantes, os objetivos dos atores são determinados e as regras do jogo são claras (Tsebellis, 1995). Considera-se que o Executivo está envolto em uma rede de jogos nas quais os partidos políticos têm suas preferências atendidas – mesmo em uma área na qual há o domínio executivo, ou seja, em política externa. Sendo assim, o Poder Executivo considera as preferências legislativas no plano externo ao realizar um acordo com país, organização ou convenção, pois está envolvido em múltiplas arenas no processo decisório. Por conseguinte, o objetivo central desta seção é verificar o papel do Congresso e dos partidos políticos em matéria de política externa, observando suas preferências intrínsecas ao processo decisório, questionando a hegemonia do modelo realista de predominância do Executivo. Para tanto, será destacada a maneira pela

qual o Legislativo pode influenciar a formulação, a aplicação e os resultados em política externa, assumindo-se como um ator central no processo decisório. Neste capítulo, a hipótese central consiste na ideia de que, quanto mais institucionalizado e democrático, mais o sistema político e o processo decisório de determinado país estará propenso aos *checks and balances* em política externa, evidenciando a participação e as preferências partidárias, e não sua abdicação em favor do Poder Executivo.

Em seguida, na terceira seção, será analisada e caracterizada a política externa dos casos analisados, o Brasil e o Chile, evidenciando seus principais pressupostos e comparando a atuação de Luis Inácio Lula da Silva, do PT, e de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, do PS, com seus antecessores. Com isso, o estudo examina as transformações em política externa em governos de centro-esquerda – o que constitui a variável dependente. Neste capítulo, a hipótese central é a de que o Brasil possui uma política externa histórica, de Estado, mas que, com a administração petista, os paradigmas e preferências de atuação mudaram, pois o partido procurou seguir seu próprio programa partidário em política externa, contrabalanceando a continuidade dos campos econômico e social. No Chile, por sua vez, a hipótese é que, como o Partido Socialista pertence à uma ampla coalizão, há a preferência por se manter fiel à atuação histórica da *Concertación*, privilegiando acordos de livre-comércio para a inserção internacional, sendo que a formulação da política externa não é o principal objetivo de exacerbação do programa da coalizão dominante.

A quarta seção analisa empiricamente o papel dos partidos políticos e do Congresso na formulação e nos resultados de política externa em acordos de cooperação no Brasil e no Chile durante governos ideologicamente situados à centro-esquerda do *continuum* ideológico, examinando como ocorre a articulação e a oposição entre base governista e oposição nos dois casos analisados. A hipótese a ser destacada é que, enquanto no Brasil ocorre maior conflito

no processo decisório de atos internacionais devido à maior heterogeneidade ideológica da coalizão governista, o Chile possui um menor grau de conflito em seu processo decisório devido ao fato de que a coalizão governista é muito mais homogênea ideologicamente? Para tanto, em primeiro lugar, será destacado o funcionamento do processo decisório, a tramitação de projetos de lei, e as relações entre Executivo e Legislativo no presidencialismo brasileiro e chileno em matérias de política externa, evidenciando como as instituições políticas influenciam na tomada de decisão de políticas públicas. Em segundo lugar, a partir do exame qualitativo de acordos de cooperação previamente discutidos pelo Executivo no plano internacional e que tramitaram no Congresso e nas Comissões temáticas de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal durante os anos de 2003 a 2010, no Brasil, e de 2000 a 2010, no Chile, o estudo examina a articulação das preferências e a maneira pela qual os legisladores e os partidos políticos influenciam o processo de tomada de decisão em política externa com o objetivo central de demonstrar a dinâmica parlamentar como uma disputa entre bloco governista e oposição. Cabe ressaltar que a atuação legislativa nesse tipo de política pública possui um formato singular pois, regra geral, não há rejeição do ato internacional, mas apenas emendas, cláusulas restritivas ou explicativas; mas, mais importante, os partidos políticos utilizam-se do silêncio legislativo para aumentar a demora da conclusão do processo legislativo de referendo do ato internacional. Por conseguinte, o tempo de tramitação congressional elevado é uma forma de manifestação da posição do Congresso Nacional, e especialmente dos partidos políticos, em relação à matéria do ato internacional.

Por fim, na quinta seção, serão tecidas as considerações finais a partir dos resultados encontrados, além de evidenciar as lacunas e limites que surgiram a partir da contribuição deste estudo.

I

REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL E NO CHILE: OS INCENTIVOS INSTITUCIONAIS QUE MOLDAM O SISTEMA PARTIDÁRIO E O PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA

Este capítulo examina as democracias presidencialistas do Brasil e do Chile ao longo do atual período democrático com o objetivo de demonstrar como os regimes e sistemas políticos anteriores moldaram e influenciaram a configuração político-institucional, o sistema partidário e as Relações entre Executivo e Legislativo de cada país analisado, acarretando configurações diferentes no processo de tomada de decisão das mais variadas políticas públicas, e, no caso específico do estudo, em relação à política externa.

Sendo assim, em primeiro lugar, o estudo faz uma reconstituição do sistema político-partidário do Brasil e do Chile ao longo dos anos e após a redemocratização ocorrida em meados da década de 1980, verificando se a mudança no regime político alterou ou manteve os alicerces políticos básicos do período democrático, dentre eles, o sistema partidário, o sistema eleitoral, os partidos políticos, e as relações Executivo/Legislativo.

O Chile manteve muitas das facetas do regime militar, os chamados enclaves autoritários, tais como a Constituição de 1980, o que garantiu a continuidade dos principais partidos políticos anteriores ao regime militar, com divisão mais acentuada entre direita e esquerda e alto grau de polarização entre situação e oposição e de estabilidade interna nas coalizões de governo, o maior consenso em torno do processo decisório de política externa – como se verá nos capítulos posteriores. A hipótese a ser examinada, por conseguinte, é que a

configuração institucional do regime militar chileno propiciou a formatação de um sistema político com proeminência do Poder Executivo, mas com a presença de partidos políticos que estavam presentes no período pré-autoritarismo, resultando em um sistema partidário fortemente institucionalizado e com legendas partidárias com preferências mais coesas e com centralidade do fator ideológico, delimitando a configuração político-partidária e aumentando o grau de consenso em torno das políticas públicas.

No Brasil, por sua vez, a engenharia institucional do novo período democrático permitiu o surgimento de novos partidos políticos, substituindo o bipartidarismo do regime militar; mas, mesmo com o pluripartidarismo em evidência, apenas PT e PSDB se tornaram as principais forças para concorrer à Presidência da República, enquanto que os demais partidos concentraram-se para obtenção de outros cargos executivos e legislativos. Com isso, tais partidos procuraram construir coalizões amplas em busca da governabilidade no processo decisório, desconsiderando, em alguns casos, o fator ideológico para busca de apoio congressual, o que acarretou, como se verá nos capítulos seguintes, um maior conflito interno em matérias de política externa.

Por conseguinte, o regime militar, nos dois casos, procurou instituir o pluripartidarismo como forma de manter seu poder. No entanto o que se viu foi cada vez mais uma divisão entre centro-esquerda e centro-direita, com a formação de duas coalizões estáveis no Chile e do fortalecimento de PT e PSDB no Brasil, que formaram coalizões com viés mais amplo e heterogêneo.

A seguir, o estudo analisará o contexto de redemocratização e de reorganização dos sistemas pluripartidários em cada país, destacando suas especificidades e seus principais atores, assim como a dinâmica de relacionamento entre Poder Executivo e Poder Legislativo e de formação de coalizões. Isso porque, com o retorno da democracia, tanto Chile quanto

Brasil tiveram seus sistemas presidencialistas moldados a partir de instituições previamente existentes, nos moldes dos regimes autoritários. Então, o sistema de partidos, a presença de um Poder Executivo forte e centralizado, e a dinâmica de formação de coalizões são variáveis contextuais imprescindíveis para se compreender a configuração do processo de tomada de decisão da política externa, especificamente, e das políticas públicas em geral.

1.1. Processo de redemocratização política e sistema partidário: autoritarismo, elites políticas, multipartidarismo e formação de coalizões

1.1.1. Regime militar, política partidária e redemocratização no Brasil

O regime militar brasileiro, que se iniciou em 1964 e perdurou até 1985 (com a eleição de Tancredo Neves), teve fases distintas. A primeira fase, que vai de 1964 até 1974, pode ser vista como o início da atividade repressiva, sendo que em 1968, houve a supressão de direitos políticos. Já a segunda fase teve início em 1974, com Ernesto Geisel na presidência, iniciando-se diversas tentativas de liberalização do sistema.

Nos primórdios do regime militar, o governo Castelo Branco manteve os partidos políticos. No entanto, em 1965, após ser derrotado nas eleições para os governos de estado, as legendas foram extintas. Já em 1966, os militares aboliram os partidos existentes até então e instituíram o bipartidarismo sem alternância de poder, criando a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). À Arena caberia sempre a posição de sustentar o novo regime, aprovando grande parte dos projetos de cunho repressivo, e ao MDB, de efetuar uma oposição dentro dos limites estabelecidos pelos governantes, vivendo

um dilema: manter-se em funcionamento, com poucas condições de uma forte oposição, ou dissolver-se. (Fernandes, 2007, p. 133; Carvalho, 2008).

Em 1967, com a promulgação da nova Constituição, ratificou-se o bipartidarismo, e estabeleceu-se que as eleições para os cargos executivos estaduais e municipais seriam indiretas, assim como as eleições para a Presidência da República. Com a instauração do Ato Institucional n. 5, o Congresso foi fechado, e diversos mandatos políticos foram cassados. Como resultado, os partidos eram controlados pelo governo. De acordo com Kinzo (2001), tratava-se de um regime tipicamente militar; no entanto, havia arena de disputa pelo poder político, pois foi mantido o funcionamento de alguns mecanismos de democracia representativa, em um arranjo que combinava traços autoritários com democráticos.

Em 15 de março de 1974, o presidente Médici foi substituído pelo general Ernesto Geisel. Em seus pronunciamentos, Geisel utilizava a expressão *distensão lenta, segura e gradual* para retornar à democracia. Ou seja: o regime militar promoveria a abertura política, mas sem deixar o processo escapar do seu controle. No entanto, o modo de condução do processo de liberalização foi influenciado por vários fatores (Kinzo, 1990). O primeiro fator foram as eleições. Em 1974, houve um surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição, o MDB – que foi eleito para 16 das 22 cadeiras do Senado Federal. O segundo fator era a instituição militar e seus diversos conflitos internos. Já o terceiro fator estava ligado ao agravamento da situação econômica do país, com evidências de que o *milagre econômico* estava se esgotando.

Sendo assim, a partir do governo Geisel, com a diminuição do crescimento da economia brasileira e com as crises internas entre os setores militares e civis, o esgotamento

do modelo militar começou a aparecer²⁵. A oposição, então, começou a mobilizar a sociedade para pressionar o governo. Passou-se a exigir anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos, exilados e cassados. Diante da crescente pressão da sociedade civil, o Congresso aprovou proposta do governo, pelo qual o AI-5 ficava revogado a partir de primeiro de janeiro de 1979. Geisel, então, escolheu como seu sucessor na presidência da República o general João Baptista Figueiredo, que tinha o compromisso de aprofundar o processo de abertura política. Sendo assim, em 28 de agosto de 1979, o governo sancionou a Lei da Anistia. No mesmo ano, o bipartidarismo foi extinto através de lei aprovada pelo Congresso, sendo que o pluripartidarismo era visto como uma estratégia do próprio governo para dividir e manter a oposição sob controle, pois os partidos oposicionistas se tornariam menos unidos e coesos (Kinzo, 2011).

Então, o atual sistema partidário brasileiro se originou em 1982, sendo vinculado com fim do regime militar e com o processo de reconstrução da democracia representativa no país. Com a extinção do bipartidarismo, em 1979, a nova configuração partidária compreendia cinco legendas: dois partidos sucessores – da Arena, o PDS, e do MDB, o PMDB; um novo partido de centro, o PP (formado por moderados do ex-MDB, liderados pelo senador Tancredo Neves, e dissidentes liberais da Arena, liderados pelo deputado Magalhães Pinto)²⁶; o ressurgimento de um partido trabalhista nos moldes do antigo PTB, liderado pelo ex-

²⁵ Tais fatores não impediram que o governo militar procurasse conter o avanço visível da oposição que vinha ocorrendo desde 1974. Em 1976, por exemplo, limitou a propaganda eleitoral e os debates foram proibidos. Já em 1977, decretou um conjunto de medidas repressivas conhecido como *Pacote de Abril*, onde o Congresso foi fechado, o mandato do presidente da República aumentou para seis anos, manteve-se a eleição indireta para governadores por colégios eleitorais estaduais manipulados para favorecer a Arena, e estabeleceu-se que um terço dos senadores passaria a ser eleito de modo indireto. Com isso, nas eleições legislativas de 1978, a Arena conseguiu recuperar muitas cadeiras que havia perdido nas eleições de 1974.

²⁶ Nas eleições de 1982, o governo Figueiredo tentou garantir a hegemonia do PDS através do voto vinculado e da proibição de coligações. Com isso, o PP se sentiu inviabilizado e se reincorporou ao PMDB. Então, O PP, em consequência dos obstáculos criados pelo chamado “Pacote Eleitoral” de novembro de 1981, resolveu incorporar-se ao PMDB, visando aumentar suas chances eleitorais.

governador Leonel Brizola e pela ex-deputada Ivete Vargas²⁷; e a possibilidade de surgimento de um partido baseado no novo sindicalismo emergente nas regiões Sul e Sudeste – o PT, liderado por Luis Inácio Lula da Silva (Fleischer, 2007, p. 312). Ademais, é importante salientar que o realinhamento partidário pós-1979 teve como ponto de referência a Arena e o MDB, e não os partidos do regime de 1946 (Kinzo, 1993, p.39) – diferentemente, como veremos a seguir, do caso chileno. Então, a nova estrutura partidária do presidencialismo brasileiro assumiu um formato divergente do período militar, com o advento do pluripartidarismo em detrimento do bipartidarismo.

Em 1982, o primeiro pleito contou com cinco partidos (PMDB, PDS, PDT, PTB e PT), e incluiu a escolha para o governo dos estados e suas respectivas Assembleias Legislativas, para o Congresso Nacional, e para as prefeituras e Câmaras Municipais, de maneira que o regime militar perdeu sua maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Ademais, o PMDB ganhou as eleições estaduais em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Acre e Pará; já o PDT venceu no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. O Brasil, então, ficou dividido politicamente, sendo que o PMDB se elegeu onde havia vida política mais intensa. Com isso, os alicerces excludentes do regime militar foram abalados por um vigoroso processo de democratização política (Kinzo, 1990).

Com a promulgação da Emenda Constitucional n° 25, em 1985, o processo de formação de novas organizações partidárias foi flexibilizado e houve a fusão de novos partidos, estabelecendo a liberdade total de organização partidária, e impulsionando a reorganização de partidos comunistas²⁸, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e de várias outras legendas pequenas, oriundas de grupos do PMDB e do PDS. Da direita, egressos do

²⁷ Porém, pouco depois o PTB se dividiu, fazendo com que Brizola criasse um novo partido, o PDT.

²⁸ Da esquerda, saíram da clandestinidade os dois partidos até então enrustidos no PMDB – o PCB e o PCdoB – e também o PSB.

PDS, foram criados o PDC e o PL. Assim, o sistema partidário expandiu-se de 5 para 11 partidos, e o PMDB tornou-se dominante (Kinzo, 1993; Nicolau, 1996).

Em 1985, derrotada a campanha das Diretas-Já, a escolha do novo presidente ocorreu conforme os ditames da ditadura, de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral - formado pelos integrantes do Congresso Nacional (deputados e senadores) e por representantes das Assembléias Legislativas estaduais - mantendo o controle dos militares sobre a sucessão presidencial. Tendo em vista a sucessão presidencial marcada a cargo do Colégio Eleitoral para 15 de janeiro de 1985, promoveu-se uma cisão no PDS em torno da escolha do seu candidato para a eleição indireta. Uma facção dentro do PDS, liderada por Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney, preconizava a realização de uma eleição prévia interna no partido para determinar o seu candidato à Presidência da República. Já o grupo majoritário governista decidiu manter o mecanismo tradicional de articulações informais numa convenção nacional do partido. O grupo dissidente, denominado *Frente Liberal*, selou a *Aliança Democrática* com o PMDB e articulou a chapa com Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice-; quanto ao PDS, sua convenção nacional escolheu o ex-governador Paulo Maluf para presidente e o deputado Flávio Márcílio para vice. Com isso, a chapa da *Aliança Democrática* conseguiu 113 votos dos dissidentes da Frente Liberal e ainda 55 votos dos que permaneceram no PDS, vencendo, assim, a chapa Maluf-Márcílio por uma margem de 300 votos.

Com a eleição de Tancredo Neves, em 1985, o pacto conservador fora preservado, pois mesmo fora do poder, o viés militar continuou por trás da presidência (Fernandes, 1986). Neves adotou a composição política que garantiu ao capital nacional e internacional uma transição sem turbulências. Ou seja: a ditadura não seria totalmente desmantelada politicamente, servindo de guia para a democratização.

Por conseguinte, o impacto do autoritarismo sob o sistema partidário foi marcante. Por um lado, legitimou o processo eleitoral como a principal via de resistência à ditadura. Porém, ao mesmo tempo, reforçou a adesão partidária e o aprofundamento da relação de dependência dos partidos em relação ao Estado com a extensão do processo decisório burocrático-centralizador (Cardoso, 1988). O regime autoritário brasileiro, então, teve papel crucial na formação dos partidos políticos – que não se originaram do Parlamento e não são movidos por uma concepção global de mundo. Convém destacar que o processo de abertura política teve duas estratégias básicas: a continuidade, que permitiu que a elite política se mantivesse no poder, e o conservadorismo, com ausência de um projeto articulado e consensual pelas forças de oposição ao autoritarismo, confinando-as a um espaço limitado pelos alicerces institucionais do regime precedente (Souza, 1988). A partir dessa constatação, o processo político-partidário de meados da década de 1980 é caracterizado pela existência de um vasto centro, o qual Souza (1988) denomina de *centrismo invertido*. Ou seja: há a presença do velho regime no interior dos dois partidos que inicialmente sustentaram a Nova República e o comando dos ministérios (o PMDB e o PDS), o que mostra o perfil conservador do processo democrático. Contudo, é preciso considerar que cada partido não é formado por uma unidade coesa, possuindo pensamentos e atitudes divergentes. O PMDB, por exemplo, acabou por implodir a tese do *centrismo invertido* quando uma ala mais à esquerda do partido fundou o PSDB.

De acordo com Souza (1988, p. 593; 600), os partidos políticos do período de 1985 a 1989 foram "diversos dos anteriores, em suas siglas, na amplitude de suas bases, nos seus pontos programáticos e mesmo na militância de seus quadros". Porém, ainda eram extremamente frágeis na função governamental e decisória, e especialmente na representação de interesses da população, dependendo do acesso às benesses estatais. Com o papel central

do Estado na política partidária, o clientelismo cresceu à medida que aumentava a incerteza dos resultados eleitorais; nesse sentido, a competição partidária, ainda incipiente, era baseada na disputa pelos recursos do Estado - que, por sua vez, dificultaram o fortalecimento inicial da democratização política.

Por conseguinte, o período de transição democrática foi caracterizado por um quadro de indefinição partidária acentuado que dificultou o desenvolvimento dos partidos no Brasil. Tal quadro, segundo Kinzo (1990), tem ligação com três fatores. Em primeiro lugar, devido ao peso excessivo da estrutura estatal no sistema político (Souza, 1990). Em segundo lugar, em razão da herança do autoritarismo, de maneira que a interferência do governo militar na estrutura partidária dificultou sua estabilidade. E, em terceiro lugar, a própria transição política, pois o caminho de liberalização dos militares brasileiros seguiu uma estratégia que limitava a capacidade das forças oposicionistas.

Já em 1988, com a consolidação do arranjo político-institucional após a promulgação da Constituição Federal, que manteve a estrutura federativa, a forma presidencial do sistema de governo e o Congresso Nacional bicameral, alguns políticos se desligaram do PMDB e fundaram o PSDB. E, no início dos anos 1990, mais de 30 partidos participavam do sistema político partidário do Brasil, embora um número bem menor competiu em todos os 15 pleitos realizados durante os 25 anos de competição partidária. A Nova República, então, estava inaugurada. Mas seria mesmo uma *Nova República* ou haveria a manutenção de algumas características do regime militar na democracia? Haveria inovação político-partidária ou manutenção da ordem antiga?

De acordo com Braga (2006), o sistema partidário inicial era caracterizado pela presença de partidos com perfis diferenciados que expressavam posições político-programáticas definidas no espectro ideológico, e eram dotados de recursos políticos e

organizacionais desiguais. Assim, enquanto PDS e PMDB eram estruturados e dispunham da maioria dos recursos públicos, PTB, PDT e PT não se caracterizavam pela presença de bases organizacionais e de uma quantidade expressiva de parlamentares.

No entanto, o desgaste do PMDB ao longo do governo Sarney (1985-1990) propiciou as condições para mudanças na correlação de forças partidárias. E, no contexto de redemocratização, Luis Inácio Lula da Silva se candidatou para a presidência nas eleições de 1989, sendo o segundo candidato mais votado²⁹. Com isso, o PT iniciou a conquista de uma posição hegemônica na esquerda do país.

Após as eleições de 1995, que alçaram o PSDB de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do país, a dinâmica do sistema partidário brasileiro polarizou-se em torno de duas grandes coligações de partidos, que se mantiveram em lados opostos: uma de centro-direita, liderada pelo PSDB e pelo PFL/DEM, e outra de centro-esquerda, controlada pelo PT. Enquanto a coligação de centro-direita venceu novamente as eleições de 1998, reelegendo Cardoso com 53,1% dos votos válidos, a coligação de centro-esquerda, liderada por Lula da Silva, venceu os pleitos de 2002 e de 2006, ambos com 62% dos votos da população no segundo turno, de 2010 e 2014, elegendo Dilma Rousseff (PT) por duas vezes consecutivas.

Ao observar a atuação dos partidos em eleições nacionais presidenciais, Braga (2010) constatou que PSDB e PT foram os principais partidos que arregimentaram votos, o que mostra uma dinâmica de bipartidarismo no âmbito federal. Isso porque ambos se configuraram “como organizações políticas que agregam líderes e quadros políticos ao redor de um programa nacional. Além de programáticos são também partidos ideológicos, que

²⁹ Nas eleições de 1989, dois candidatos de partidos pequenos, Fernando Collor (PRN) e Lula (PT), foram para o segundo turno. Já os dois maiores partidos, parceiros na *Aliança Democrática* – o PMDB e o PFL –, ficaram reduzidos à sétima e nona posições na corrida presidencial: Ulysses Guimarães, com 4,74%, e Aureliano Chaves, com 0,89% dos votos válidos. No segundo turno, realizado em 17 de dezembro, Collor se elegeu com 49,94% dos votos, contra os 44,21% de Lula.

defendem projetos políticos diversos para o país”. (Braga, 2010, p. 63-4)³⁰. No entanto, se observarmos apenas as disputas para o Congresso Nacional, o PMDB foi o partido mais competitivo até 1994. Após esse período, PSDB, PT e PFL/DEM equalizaram o poder eleitoral na competição proporcional. Sendo assim, o sistema brasileiro vem caminhando para uma estrutura de competição mais fechada, concentrada em duas forças partidárias (para cargos do Executivo nacional) e em torno de um maior número de partidos para o Poder Legislativo – denominada como uma estrutura de competição multipartidária moderada (Braga, 2010, p. 70). Portanto, tanto PT quanto PSDB vêm controlando os principais cargos eletivos do país, sendo que o primeiro tornou-se a principal força proveniente do campo da esquerda. Por conseguinte, apesar do regime militar procurar instituir um sistema partidário pluripartidário e com baixa tendência ideológica de esquerda, os últimos vinte e cinco anos de democracia evidenciaram o fortalecimento de um partido de centro-esquerda (PT) e um de centro-direita (PSDB), que passaram a polarizar as disputas para os principais cargos nacionais.

1.1.2. A evolução do sistema partidário chileno: sistema eleitoral e enclaves autoritários

O Chile conta com uma extensa tradição democrática – ainda que nas décadas de 1920 e 1970 tenha vivido relevantes experiências autoritárias – com um sistema de partidos de caráter estável (Mainwaring e Scully, 1995), estruturalmente alinhados em blocos ideológicos (Scully, 1996) e com a presença de um Poder Executivo forte (Siavelis, 2000).

³⁰ De acordo com Braga (2010, p. 64), o PMDB possui baixo rendimento nas eleições presidenciais porque não possui projeto político para o país, configurando-se como uma confederação de grupos políticos estaduais e onde prepondera a descentralização.

Porém, para entender o funcionamento do sistema partidário atual, é necessário compreender como o mesmo se desenvolveu ao longo de um amplo período situado no tempo. Desde o século XIX, a evolução do sistema partidário do país ocorreu em torno de três clivagens: religiosa, urbana e rural (Scully, 1995). Em meados do século XIX, a clivagem religiosa era predominante, sendo que o conflito entre partidos clericais e anti-clericais era fundador do panorama político-partidário do país. No período, havia três tendências políticas, com quatro partidos políticos distintos que formavam alianças entre si: o Partido Radical (anti-clerical), o Partido Liberal e o Partido Nacional (centro) e o Partido Conservador (clerical). Tanto os conservadores quanto os liberais se alternaram no poder até 1920, mas dependiam dos liberais e dos nacionais para construção de maiorias (Scully, 1995, p.104).

Nas primeiras décadas do século XX, a emergência de novos atores ligados à classe trabalhadora urbana fez aumentar as demandas para a inclusão social. Foram criados, então, o Partido Democrático e o Partido Comunista, que passaram a atrair os votos dos trabalhadores e da nova classe média em ascensão; no entanto, após Arturo Alessandri (político populista com apoio dos democratas e dos radicais), vencer as eleições de 1920 e permanecer até o fim do seu mandato, em 1924, os militares tomaram o poder e fecharam o Congresso, reprimindo os partidos e exilando líderes partidários. Já em 1931, o coronel Carlos Ibañez foi deposto devido à crise econômica; e, em um período de intensa mobilização dos sindicatos e das organizações trabalhistas, as classes trabalhadoras urbanas deveriam ser incorporadas em partidos viáveis; surgia, então, o Partido Socialista (Scully, 1995, p.109). Nesse sentido, o período passou a ser caracterizado pelo pluralismo, pois haviam 27 partidos; destes, 9 detinham representatividade congressional. Mas, apesar do pluralismo, um sistema tripartite ainda era visível por meio da clivagem de classe urbana, com partidos de esquerda (PC e PS), de centro (PR, mais flexível) e de direita (conservadores e liberais).

Já nas décadas de 1950, 1960, e 1970, a arena partidária classista se expandiu à medida que houve o aparecimento de novos atores. À esquerda, grupos ligados a Ibañez, e o recém-formado Partido Democrata Cristão (formado a partir da cisão entre nacionais e conservadores) passaram a construir fortalezas eleitorais nas áreas rurais, sendo que o controle oligárquico sobre o campesinato tornou-se o alicerce do sistema partidário (Scully, 1995, p.112). No entanto, o PR ainda era a principal legenda, pois detinha capacidade de moldar alianças. E, com o predomínio dos radicais, os partidos ligados à classe trabalhadora fundaram a FRAP (Frente de Ação Popular) e passaram a aceitar a hipótese de não cooperação com os partidos burgueses, apresentando suas próprias candidaturas e reforçando a rigidez e a polarização (Scully, 1995, p.115). Ao mesmo tempo, após a eleição do caudilho Carlos Ibañez, em 1952, diversos partidos pequenos ascenderam ao poder, assinalando a terceira reorganização do sistema partidário, pois houve elevada fragmentação e declínio da representação dos principais partidos de direita.

Em 1964, Eduardo Frei, do PDC, elegeu-se presidente com 55% dos votos; desde o início do seu mandato, procurou governar acima dos partidos; conseqüentemente, o sistema partidário ficou cada vez mais reduzido a três blocos competitivos, que não se aliavam. Já em 1970, Salvador Allende foi eleito com apenas 36% dos votos; no entanto, o sistema já se mostrava totalmente conflituoso e centrífugo, com ideologias extremadas, levando à quebra do regime democrático, em 1973.

Assim, desde meados dos anos trinta até o colapso da democracia, em 1973, o sistema partidário chileno teve um caráter multipartidário e estruturação ideológica, com forte divisão entre segmentos de direita, um de centro e outro de esquerda, evidenciando um sistema de partidos polarizado ao extremo, estruturado em torno do conflito Estado-Igreja e do conflito de classe (Scully e Valenzuela, 1993).

Durante o regime autoritário de Augusto Pinochet, os partidos políticos foram banidos; já os partidos de direita entraram em recesso, enquanto os de esquerda foram reprimidos; por sua vez, o PDC tinha relacionamento privilegiado com a igreja, recebendo indulgência do regime. Em 1980, ainda durante a ditadura militar, foi promulgada a nova Constituição – que ainda permanece vigente – representando a coroação de um processo histórico que envolveu a gradual expansão dos poderes presidenciais, caracterizada pelo domínio do Poder Executivo³¹ e por um sistema eleitoral designado a limitar a fracionalização do sistema partidário, fornecendo benefícios para os partidos de direita e limitando a representação congressual da maioria dos partidos políticos. Como reflexão jurídica da visão negativa do governo militar sobre a capacidade dos processos políticos democráticos, foi projetada para prevenir a emergência da polarização e da instabilidade; ademais, os partidos não poderiam monopolizar a representação, o que encorajou a presença de candidatos independentes.

Mas, mais importante para a presente análise, cabe destacar, assim como no caso brasileiro, a presença de dispositivos institucionais herdados do regime militar, os chamados “enclaves autoritários”, que condicionaram o funcionamento da democracia. Dentre eles, pode-se citar a existência de senadores designados, as leis de quórum especial com necessidade de super maiorias e o sistema eleitoral binomial, o que fez que preservassem os interesses das elites políticas e econômicas do período militar³².

³¹ De acordo com a Constituição de 1980, o sistema político chileno é amplamente dominado pelo Poder Executivo. Mesmo que as reformas de 1989, 1991, 1994 e 2005 tenham limitado alguns poderes presidenciais, o chefe do Executivo do país continua sendo um dos mais poderosos da América Latina, controlando o processo legislativo, pois detém exclusividade de iniciativa em diversas áreas, controle do processo orçamentário e uma gama de urgências e opções de veto, tornando-o definidor da agenda política (Aninat, Londregan, Navia e Vial, 2004).

³² Augusto Pinochet, por exemplo, continuou sendo o Comandante em Chefe do Exército durante oito anos depois de instaurada a democracia, o que pode ter restringido a autonomia decisória dos primeiros governos democráticos.

Em primeiro lugar, após perder o plebiscito de 1988 e com o retorno da democracia, a presença de nove senadores designados (ou seja, 1/3 do Senado) continuou a distorcer o relacionamento entre os partidos no plano governamental. Isso porque, além dos 38 senadores eleitos, havia 9 *designados* pelo governo e 2 vitalícios (neste caso, os últimos presidentes possuíam cadeiras no Senado). De acordo com o art. 45 da Constituição, dos nove senadores institucionais, quatro deveriam ser escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional – controlado por Pinochet durante os anos noventa - , três pela Corte Suprema, um pelo Presidente e um pelo Procurador-Geral. Somente em 16 de agosto de 2005 o Congresso aboliu a previsão de senadores designados, de maneira que a Reforma Constitucional entrou em vigor em 2006, permitindo fossem eliminados os senadores designados e vitalícios.

Em segundo lugar, com o objetivo de preservar as mudanças introduzidas pelo regime militar, a Constituição de 1980 tornou mais dificultoso o processo de construção de maiorias em ambas as Casas para aprovar legislação, além da necessidade de supermaiorias, dependendo do assunto em questão, o que forçou a coalizão governista da *Concertación* a incluir partidos de oposição para obter a governabilidade³³.

Por fim, em terceiro lugar, além da manutenção da força do Poder Executivo, uma das mais importantes facetas da transformação feita pelos militares na Constituição de 1980 foi a reforma do sistema eleitoral parlamentar. Os militares entendiam que o sistema de representação proporcional agravava as divisões da sociedade, permitindo a ascensão de uma *partidocracia*, caracterizada pela polarização ideológica. Sendo assim, as reformas introduzidas pelos militares tinham dois objetivos (Siavelis, 2000). Em primeiro lugar, buscavam projetar um sistema que limitaria a fragmentação do sistema partidário, formando o bipartidarismo. E isso seria feito através do sistema eleitoral binomial. Já o segundo objetivo

³³ Procurava-se, assim, impedir o retorno das características da Constituição de 1925, que facilitava a aprovação de matérias legislativas sem amplo apoio congressional, tornando o sistema mais volátil (Scully, 1996, p.112).

era elaborar uma fórmula eleitoral que garantisse a representação dos partidos de direita³⁴. Sendo assim, os militares transformaram o sistema em distritos de dois membros. Para a Câmara dos Deputados, 60 novos distritos legislativos foram estabelecidos – em um total de 120 membros. Para o Senado, foram estabelecidos 19 distritos, cada um elegendo dois senadores, totalizando 38.

Enquanto o presidente chileno é eleito por sistema majoritário com dois turnos, a principal especificidade do sistema político é o sistema eleitoral binomial (Carey, 2002; Aninat, Londregan, Navia e Vial, 2004; Vásquez, 2006). Para eleger representantes na Câmara dos Deputados, o Chile utiliza o sistema proporcional de lista aberta com dois representantes (magnitude 2) em cada um dos 60 distritos eleitorais, utilizando a fórmula *D'Hondt* para distribuição das cadeiras, sendo que cada partido (ou coalizão) apresenta dois nomes, mas o eleitor vota em apenas um candidato. Após a eleição, os votos dos dois candidatos de cada lista são somados, e o mais votado fica com a primeira cadeira. Em seguida, o número de votos do partido mais votado é dividido por dois. Se esse número for maior que a votação do segundo partido, o primeiro ficará com a segunda cadeira. Ou seja: o partido majoritário recebe as duas cadeiras do distrito somente se obter o dobro do número de votos conquistados pelo segundo colocado³⁵. A tabela 2, a seguir, apresenta a dinâmica do modelo binomial a partir de três cenários, supondo que o total de votos em cada distrito é 100.

³⁴ Segundo Siavelis (2000), os distritos foram desenhados de acordo com a preferência dos partidos de direita, que tinham maior apoio no meio rural do que no urbano.

³⁵ Para um partido ou coalizão conseguir as duas cadeiras do distrito, ele precisa dobrar o voto do competidor mais próximo. Consequentemente, um partido precisa ganhar somente 33,4% dos votos para obter uma cadeira, enquanto que precisa ganhar 66,7% dos votos para conseguir duas cadeiras. Dessa maneira, se a coalizão ou partido ganha 66,6% dos votos e seu mais próximo competidor recebe 33,4%, cada um obtém uma cadeira, ou 50% do total das cadeiras do distrito. De acordo com Nicolau (2004, p. 60), apesar de o Chile utilizar o sistema proporcional de lista aberta de distritos de dois representantes, muitos autores consideram que o sistema eleitoral do país é classificado como majoritário.

Tabela 2 – Efeitos hipotéticos do modelo binomial

Cenário 1			
Coalizão A		Coalizão B	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
a1	25	b1	15
a2	40	b2	11
Total	65	Total	35

Cenário 2			
Coalizão A		Coalizão B	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
a1	1	b1	1
a2	66	b2	32
Total	67	Total	33

Cenário 3					
Coalizão A		Coalizão B		Coalizão C	
Candidato	Votos	Candidato	Votos	Candidato	Votos
a1	23	b1	14	c1	24
a2	26	b2	12	c2	1
Total	49	Total	26	Total	25

Fonte: Altman (2008, p. 49).

Nos dois primeiros cenários, somente dois grupos competem pelas bancadas. No cenário 1, a Coalizão A supera amplamente a Coalizão B. No entanto, A não duplica os votos de B. Sendo assim, os eleitos são A2 e B1. Já no cenário 2, a Coalizão A duplica os votos da Coalizão B. Com isso, é eleito para os dois cargos em disputa – ou seja, A2 e A1 são eleitos. Mas na grande maioria dos distritos são três grupos políticos que competem. E de acordo com a situação hipotética do cenário 3, a Coalizão A obtém mais votos do que B e B mais do que C. Mas apesar de C1 ter quase a mesma quantidade de votos de toda a Coalizão B, os candidatos eleitos são A2 e B1, pois a Coalizão A não duplica seus votos em relação à Coalizão B – a segunda mais votada.

Como efeito de tal sistema eleitoral, pode-se citar, em primeiro lugar, a redução do número relevante de atores advinda do forte incentivo dos partidos a formarem coalizões e o fortalecimento das lideranças nacionais dos partidos (Aninat, Londregan, Navia e Vial, 2004). Em segundo lugar, o modelo binomial faz com que as disputas políticas eleitorais ocorram principalmente no interior das coalizões – e não entre as mesmas. Como é muito difícil um partido conseguir ser eleito para as duas cadeiras de determinado distrito, a competição política ocorre primordialmente dentro das coalizões – definindo a primazia da competição

intrapartidária em detrimento da disputa interpartidária (Altman, 2008, p.51). Então, o sistema eleitoral chileno favorece coalizões amplas, mas também aumenta a competição eleitoral entre partidos da mesma coalizão. Isso porque o sistema encoraja a identificação com o candidato – e não com o partido - o que faz parecer que a eleição real seja realizada dentro de cada lista da coalizão, e não entre governo e oposição (Angell, 2003, p. 103). Por fim, em terceiro lugar, a dificuldade de se obter 2/3 dos votos em cada um dos distritos, a facilidade em alcançar 1/3 dos votos somadas à regra que constrange a formação de coalizões apenas em nível nacional torna a formação de duas coalizões nacionais o resultado mais provável (Aninat, Londregan, Navia e Vial, 2004), onde um partido ou candidato pagaria um elevado custo caso decidisse deixar a coalizão a qual pertence (Feliú, 2008).

Por conseguinte, a combinação de senadores designados, necessidade de supermaiorias e de sistema eleitoral binomial transformaram o sistema partidário chileno num dos mais estáveis da América Latina, como se verá a seguir. Isso permitiu a formação de governos multipartidários com coalizões disciplinadas e com posições políticas previsíveis, com enraizamento societário, com a negociação se tornando um pressuposto central para qualquer iniciativa do processo de tomada de decisão, encorajando um sistema político com alto nível de moderação entre as diferentes forças políticas (Flores-Macías, 2012, p.160).

1.1.3. Relações Executivo/Legislativo no Brasil e no Chile: a formação de coalizões como condição necessária para o funcionamento do processo decisório

Até meados dos anos noventa, havia uma postura extremamente crítica sobre o funcionamento do presidencialismo de coalizão na América do Sul, em especial no Brasil e no Chile, devido a fatores como a fragmentação do sistema partidário, a centralização do Poder

Executivo e a indisciplina partidária, dentre outros. Tais variáveis ocasionariam um período de grande instabilidade democrática para o continente (Mainwaring, 1993). Nas décadas anteriores, concomitantemente ao fortalecimento do Poder Executivo e enfraquecimento dos partidos políticos durante os governos militares, as críticas eram influenciadas pela perspectiva que dominou as análises sobre o presidencialismo, onde predominava a exaltação das virtudes do sistema parlamentarista, exacerbando o principal fator que deturpa o presidencialismo: a separação de poderes, que ocasionaria a falta de cooperação entre partidos políticos e Poder Executivo e, conseqüentemente, o surgimento de governos minoritários e de conflitos que levariam indubitavelmente ao colapso desse tipo de sistema (Linz, 1978, 1994; Mainwaring, 1993; Valenzuela, 1998).

O ponto de partida é que a separação dos poderes, que define o presidencialismo, implica em uma relação de mútua independência entre o Executivo e o Legislativo, contrastando com a relação de mútua dependência que caracteriza os poderes em sistemas parlamentaristas. No presidencialismo, quando o Poder Executivo fosse considerado demasiado forte e centralizado (casos de Brasil e Chile), haveria maior utilização de seus poderes constitucionais para imposição de suas preferências, o que tornaria a Assembleia ineficaz (Shugart e Carey, 1992, p.147). Por conseguinte, Legislativo e Executivo possuem interesses antagônicos, ocasionando pouco ou nenhum incentivo à formação de coalizões devido ao presidente não depender da cooperação dos legisladores e dos partidos políticos para se manter no cargo, preferindo não dividir o poder no processo político, encorajando, por conseguinte, a formação de governos minoritários e maximizando as chances de impasses legislativos. Caso formadas, as coalizões seriam caracterizadas pela fragilidade e indisciplina dos partidos, pois não haveria incentivos para a lealdade partidária, de maneira que as

agregações iriam esperar pelo eventual fracasso do governo para obter maiores chances de vitória nas eleições seguintes (Stepan e Skach, 1993, p.17; Linz, 1994, p.41-2).

No Brasil e no Chile, após a transição democrática, muitos analistas procuraram exacerbar o tom pessimista em relação ao sistema presidencialista, evidenciando o problema da governabilidade a partir da força do Poder Executivo e da falta de incentivos para formação de uma base parlamentar viável e estável. Enquanto o Chile possuía partidos historicamente mais enraizados na sociedade e com maior institucionalização, disciplina e coesão, o sistema partidário brasileiro era considerado a partir do prisma da baixa institucionalização, cujos partidos seriam frágeis, com menos legitimidade e precária organização, além da presença marcante do clientelismo, da indisciplina e da falta de coesão interna (Mainwaring, 1999, p.58; Ames, 2003). No Chile, enquanto o sistema eleitoral binomial favorecia o consenso entre os partidos, o sistema de representação proporcional brasileiro inviabilizaria a formação de governos majoritários, o que resultaria, na maioria dos casos, na falta de cooperação entre os poderes. Mas, tanto no Brasil quanto no Chile, o principal fator de crítica ao sistema provinha na ideia da força preponderante do Poder Executivo via poderes constitucionais, sejam eles reativos (que impedem mudanças no *status quo*) ou proativos (alterando o *status quo*), tornando-o o principal ator no processo legislativo, minando a atuação partidária.

Contudo, mesmo com a fragmentação partidária e o multipartidarismo, o sistema político de ambos os países possuem instituições corretivas que garantem a governabilidade, tais como os poderes presidenciais, a existência de lideranças partidárias e de um sistema partidário institucionalizado (Figueiredo e Limongi, 1999; Siavelis, 2000). Nesse sentido, um Poder Executivo forte não necessariamente irá conduzir à paralisia legislativa, pois existem circunstâncias onde governos minoritários e coalizões são apoiados por maiorias legislativas

em sistemas presidencialistas (Limongi, 2003; Cheibub, 2007). À medida que o Executivo domina a agenda legislativa e os líderes partidários são capazes de disciplinar suas bancadas, a governança pode emergir. Contudo, no presidencialismo, mesmo dominando a agenda legislativa, o Poder Executivo governa considerando a agenda da maioria, onde há a fusão das agendas dos dois ramos governamentais (Figueiredo e Limongi, 2009). Não há uma agenda do Executivo isolada e independente do Legislativo. Existe, de outra maneira, uma agenda da maioria elaborada no interior da coalizão governista que responde aos interesses partidários. A formulação da agenda, então, é resultado de um processo de negociação e de barganha realizados para acomodação de interesses no interior do próprio partido ou dos partidos da coalizão, sendo que há conflitos e disputas entre seus formuladores (Figueiredo e Limongi, 2009, p. 86-7; Inácio, 2009). E, quando se considera um governo de coalizão, a agenda proposta deve expressar os interesses dos diferentes partidos governistas – corroborando para a análise das mais variadas políticas públicas a partir do embate entre oposição e situação. Nesse sentido, a agenda do Poder Executivo constitui-se por acordos que passam pela distribuição de pastas ministeriais entre diferentes partidos. A agenda, então, é realizada de acordo com a preferência da maioria, onde as ações do Executivo e do Legislativo se interpenetram e são consideradas.

Por conseguinte, a cooperação existe, e é possibilitada por meio de acordos de coalizão, nos quais os partidos obtêm benefícios de cargos ministeriais em troca de apoio legislativo ao presidente. Uma coalizão partidária ocorre quando um conjunto de partidos políticos persegue objetivos comuns através de recursos, distribuindo os benefícios do cumprimento desses objetivos (Strom, 1990), sendo formada quando a política do partido do governo encontra-se distante das preferências dos outros partidos (Cheibub, 2007). Com isso, os partidos não pertencentes ao governo têm interesse em trocar ministérios por uma política

mais próxima do seu ponto ideal. Ademais, para a coalizão ser formada, o Executivo deve considerar, em primeiro lugar, seu tamanho, ou seja, se convida poucos ou muitos partidos para fazer parte do governo; em segundo lugar, se as preferências ideológicas devem ser homogêneas ou heterogêneas; e, em terceiro lugar, a divisão de poder entre os membros da coalizão, considerando a porcentagem de ministérios distribuídos para cada partido pertencente ao governo (Raile, Pereira e Power, 2006).

Mas, então, como são formadas/compostas e mantidas/desenvolvidas as coalizões no Brasil e no Chile ao longo do atual período democrático? É necessário responder a essa indagação pois, como veremos nos capítulos seguintes, a divisão de preferências ideológicas em uma coalizão de governo é um fator importante para se medir o conflito partidário em determinada política pública – no caso específico, a política externa. É de se esperar, por exemplo, a hipótese de que quanto mais heterogênea for a coalizão, mais conflito legislativo e partidário irá ocorrer e, por conseguinte, maior o número de vetos e substitutivos em uma determinada política externa. Por sua vez, quanto mais homogênea for a coalizão, menor será o número de conflitos e, por conseguinte, de atuação legislativa por meio de política externa. Portanto, o cerne da questão está relacionado com o fato de que as preferências ideológicas de formação e manutenção partidária de uma coalizão são fatores importantes para a maior participação do Poder Legislativo e dos partidos políticos em política externa.

1.1.3.1. Coalizões no Brasil: heterogeneidade e amplitude partidária

Analisando o caso brasileiro no período pós-1988, cabe destacar que todos os governos brasileiros que obtiveram sucesso legislativo foram aqueles que governaram com coalizões amplas e heterogêneas (Power, 2010), visando, acima de tudo, atingir objetivos

legislativos do Executivo. Com isso, as coalizões legislativas não são apenas desproporcionais (com o número de membros maior do que o necessário para aprovar leis), mas também desconectadas (os partidos que compõem a aliança não são ideologicamente próximos uns dos outros), ou seja, com alta heterogeneidade ideológica, e com distribuição proporcional de cargos ministeriais.

Grande parte dos presidentes brasileiros desde 1988 possuíram as mesmas ferramentas institucionais, mas enfrentaram diferentes condições de barganha e empregaram diversas táticas para conseguir o sucesso legislativo. Todos os ministérios formados desde a posse de Sarney, em 1985, até o final do segundo mandato de Lula, em 2010, combinaram multipartidarismo com maior ou menor grau de fragmentação e heterogeneidade ideológica.

O governo de José Sarney (1985-1990) iniciou seu trabalho com ministérios formados por Tancredo Neves, nos quais havia a repartição dos cargos entre os membros da Aliança Democrática – formada por PFL, PMDB, PTB e PDS. Aos poucos, Sarney tentou ganhar autonomia, sem romper com a base de sustentação partidária do governo, pois escolheu políticos de sua confiança provenientes do PFL e do PMDB, conquistando apoio de 64% dos partidos da Câmara dos Deputados e de 62% do Senado Federal. Entretanto, com a crise do Plano Cruzado, integrantes dos dois partidos retiraram o apoio ao presidente. E, em 1987, Aliança Democrática foi rompida, fazendo com que Sarney construísse maiorias parlamentares sem uma base sólida de sustentação. Sarney sempre buscou alcançar autonomia frente aos ministros, procurando realizar suas próprias escolhas e manter a governabilidade. No entanto, precisou dividir o poder para governar, pois não gozava de tanta legitimidade – foi eleito indiretamente – e o momento econômico era de extrema instabilidade.

Já o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), cuja administração foi marcada pela eleição de um *outsider* do sistema partidário e pelo processo de *impeachment*

realizado em 1992, efetivou de maneira errônea a distribuição de cargos ministeriais, procurando governar acima dos partidos e dos grupos de interesse. Isso porque o perfil ministerial foi definido pelo marketing político e pela imagem pública dos seus ocupantes – sem considerar o peso da representação política (Abrucio e Loureiro, 1998, p. 11). Sendo assim, no início de seu governo havia somente três partidos políticos (PFL, PMDB e PRN) na coalizão – que ocupavam 49% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Era, portanto, uma coalizão minoritária. Com a debandada do PMDB, Collor tentou governar sem o apoio dos partidos. No entanto, quando começou a enfrentar problemas e acusações de corrupção, buscou-se um novo perfil ministerial com a inclusão do PSDB, do PTB e do PL. Mas tal mudança não foi capaz de impedir o desgaste político e o *impeachment*.

Após a destituição de Collor, Itamar Franco assumiu a Presidência da República até 1995, com comprometimento de apoio partidário. Franco privilegiou a construção de maiorias estáveis no Congresso Nacional, distribuindo ministérios aos partidos da base aliada. Com isso, sua base de sustentação girou em torno de 58% na Câmara dos Deputados e 70% no Senado Federal.

Com o exemplo mal-sucedido de Collor, a administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) compreendeu que governar sem uma coalizão estável seria arriscado. Com isso, houve a criação de amplas coalizões e, após seu primeiro mandato, conseguiu o apoio de quase 75% da Câmara dos Deputados (PSDB, PFL, PTB, PMDB, PPS E PPB), recompensando proporcionalmente os partidos da coalizão com ministérios. Apesar de grande, a coalizão não sofria com diferenças ideológicas internas, além de possuir um perfil de centro-direita.

Já a partir de 2003 até o fim do seu primeiro mandato, em 2006, Luis Inácio Lula da Silva realizou 64 nomeações. Pela primeira vez, o PT assumia o principal cargo do Executivo,

encontrando dificuldades com a distribuição de preferências ideológicas no Legislativo, pois a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados pertencia a partidos de centro e de direita. O presidente, então, precisava atuar de maneira mais centrista, obtendo o apoio de setores da direita da distribuição ideológica – como foi o caso do PL (atual PR). E para acomodar as facções internas do PT, Lula aumentou o número de pastas ministeriais de 21 para 35. Portanto, em seu primeiro ano de governo, o Chefe do Executivo satisfaz as facções internas do partido, pois distribuiu 20 pastas ao PT. Havia uma clara preocupação com a proporcionalidade dentro do partido do que entre partidos membros da coalizão governista (Pereira, Power e Raile, 2009, p. 221).

Já o segundo ministério de Lula, a partir de 2004, exibiu uma proporcionalidade mais baixa em função da entrada do PMDB, que recebeu apenas dois cargos ministeriais, diminuindo o índice de proporcionalidade da coalizão. Dessa maneira, a crise política que se abateu sobre o país a partir de junho de 2005 teve sua origem na formação do governo Lula, no início de 2003. Isso porque as decisões em relação à maneira de formar e manter sua base criaram terreno fértil para a crise que explodiu em 2005. O governo Lula não atendeu às expectativas dos outros partidos da coalizão – que receberam poucos cargos nos ministérios. Ademais, a grande maioria das políticas distributivistas foi destinada aos partidos de fora da coalizão, pois o governo tinha interesse em aprovar reformas constitucionais (Pereira, Power e Raile, 2009). Segundo Amorim Neto (2007), a principal razão para o surgimento da crise política reside na fragmentação do governo Lula, com ministérios muito amplos, altamente partidarizados e heterogêneos ideologicamente, e desequilibrados em termos de proporcionalidade entre o peso legislativo dos partidos e sua participação ministerial. O PT, por exemplo, possuía 29% da base parlamentar, mas controlava 60% dos ministérios. Já o PMDB representava 25% da maioria legislativa, mas só estava à frente de dois ministérios

(6% do total). Ou seja: apesar de Lula querer formar um governo de coalizão, não houve partilha efetiva do poder. Tal fato gerou uma insatisfação crescente, principalmente entre PTB e PL (definidos como partidos de direita). Com isso, os desequilíbrios internos desencadearam uma crise política que chegou ao seu ápice em maio de 2005.

Por fim, durante o segundo mandato, Lula continuou a formar gabinetes ministeriais com grande diversidade partidária, o que se refletiu no aumento da bancada governista da Câmara dos Deputados (que chegou ao patamar de 70% de representação entre 2008 e 2010) e a manutenção dos índices encontrados no Senado Federal (em torno de 58%) – em relação aos quatro anos anteriores.

Portanto, grande parte dos presidentes brasileiros do período pós-1988 tiveram sucesso em aprovar sua agenda legislativa, formaram coalizões para governar e obtiveram apoio confiável dos partidos da base governista. Esse resultado provém da maneira como o Congresso brasileiro, altamente centralizado, é organizado e também da articulação dos partidos políticos e dos líderes partidários, que são peças imprescindíveis para a manutenção do equilíbrio entre os poderes. A combinação entre sistema partidário razoavelmente estabilizado, presidentes fortes e processo decisório centralizado garante que o presidencialismo brasileiro apresente os padrões de eficácia governamental observados.

1.1.3.2. As coalizões ideológicas do Chile

A transição democrática, de caráter pactuado, fez com que os militares conservassem poder para estabelecer as características do novo regime, além de condicionar a reestruturação do sistema de partidos. Com isso, houve o surgimento de novos partidos e o desaparecimento de outros, além da diminuição da distância ideológica entre eles, modificando a estrutura de

alianças e os eixos de competição partidária (Luna, 2006). Mas mesmo com as mudanças efetuadas, os partidos políticos do atual período democrático possuem raízes que podem ser visualizadas tanto no período pré-regime militar como durante a ditadura de Augusto Pinochet.

A polarização do sistema partidário diminuiu, com moderação das posturas dos partidos de esquerda – especialmente o Partido Socialista – desmobilizando suas bases de apoio. Assim, o radicalismo que caracterizara os partidos políticos da América Latina nos anos 1960 e 1970 foi substituído pelo compromisso com a democracia. E, no Chile, não foram apenas os partidos que se transformaram. O sistema partidário, como um todo, foi significativamente sujeito a modificações. Segundo Siavelis (2000), as duas transformações mais importantes foram a renovação programática dos partidos relevantes e a diminuição do fator ideológico.

Em primeiro lugar, transformações domésticas, como o fortalecimento de instituições políticas, e internacionais, como o fim da Guerra Fria, juntamente com a experiência autoritária, encorajaram o processo de renovação ideológica no Chile, fazendo com que nenhum partido grande prefira outro tipo de sistema político que a democracia. Os partidos de esquerda, como o PS (*Partido Socialista*) e o PPD (*Partido por la Democracia*), assumiram papéis ativos nos governos. No contexto da transição à democracia, o PS abandonou retórica marxista-leninista e a agenda de socialização dos meios de produção, adotou a estratégia eleitoral e a democracia liberal, e experimentou um processo de profunda renovação ideológica, de cunho moderado³⁶, valorizando o consenso e o modelo neoliberal de mercado, passando a formar coalizões amplas com o centro, e abandonando a histórica coalizão com o

³⁶ A derrota do governo de Salvador Allende, a repressão durante a ditadura, os anos de exílio e o processo de transição à democracia configuraram um cenário que conduziram as elites política do partido a optar pela estratégia de moderação (Roberts, 1998). Contudo, a estratégia de moderação resultou de processo interno conflituoso, gerando diversas dissidências e a formação de duas correntes – o PS-Almeyda e o PS-Altamirano.

Partido Comunista³⁷ (Roberts, 2011, p.329). Já o outro partido de centro-esquerda relevante, o PPD, definido como um partido *catch-all*³⁸, também se caracterizou como uma alternativa moderada, mas com tendência mais centrista do que o PS, competindo para concorrer com os votos do eleitor mediano tradicionalmente captado pelo PDC (Huneus, 2003); ademais, se configurou como um partido de notáveis (Roberts, 1998). Com o aumento do pragmatismo dos partidos de esquerda e de centro-esquerda, houve maior cooperação com os partidos de centro, sendo que o PDC se tornou a principal organização partidária, experimentando a moderação ideológica em relação ao posicionamento que teve durante os anos sessenta, quando impulsionou uma ambiciosa agenda de reformas denominada de “Revolución en libertad”. Portanto, durante o período pós-ditadura, os partidos integrantes da *Concertación* moderaram seus postulados programáticos e seus programas eleitorais, se organizaram como partidos eleitorais e profissionais³⁹ (Panebianco, 1990), optando por diminuir o conflito e a mobilização social e aumentar, assim, suas bases eleitorais entre os setores sociais médios da população, paralelamente ao desenvolvimento de uma estratégia de pactos entre as elites políticas (Roberts, 1998, p.116; Altman, 2004).

O consenso e a moderação prevalecerem, sem desconsiderar, contudo, as divergências internas da própria *Concertación*. Em 1998, um grupo de ministros de governo publicaram o documento *La fuerza de nuestras ideas*, assinalando os êxitos obtidos pelos governos da coalizão, atribuindo os problemas existentes no país ao processo de

³⁷ O Partido Comunista Chileno se incorporou à ordem democrática, mas com menor força, possuindo participação escassa no debate político e carecendo de representação congressual durante o período analisado como consequência do sistema eleitoral binomial, que impossibilitou sua representação parlamentar. Somente em 2009, graças a um pacto com a *Concertación*, o partido obteve representação parlamentar (Garretón, 2008, p.88; Gamboa et al, 2003).

³⁸ De acordo com a definição clássica de Kirchheimer (1966, p.184), o partido *catch-all* evidencia a procura de apoio para sucesso eleitoral imediato e transforma a ideia de que um partido deve representar setores pré-definidos da sociedade; vencer eleições é primordial, de modo que o apelo eleitoral não dever ser restrito a um tipo de grupo ou classe, mas sim, à totalidade e à heterogeneidade da população.

³⁹ Os partidos eleitorais e profissionais se caracterizam pela centralidade dos políticos profissionais, pela orientação eleitoral e pelo estabelecimento de fracos vínculos verticais com os membros do partido.

modernização. Um mês depois, outros membros do governo, descontentes com o desempenho e com a aliança de centro-esquerda, publicaram o documento *La gente tiene razón*, que criticava o caráter incompleto da democracia, a persistência das desigualdades estruturais e a desmobilização da sociedade civil (Navia, 2006; Garretón, 2011). Portanto, a moderação é característica dos partidos de centro e de centro-esquerda, mas ainda há espaço para o conflito de ideias dentro da própria coalizão.

Já os partidos de direita, a RN (*Renovación Nacional*) e a UDI (*Unión Democrática Independiente*), nasceram a partir do *Partido Nacional* e do movimento *Gremialista*, e abandonaram a ideia de que a representação política poderia ser organizada de maneira não democrática, e estabeleceram um forte vínculo com grupos de interesse econômicos, especialmente com o empresariado. Contudo, a RN manteve grupos da direita tradicional vinculados ao regime militar ao mesmo tempo em que surgiram críticos desse regime, evidenciando um perfil mais liberal (Gamboa et al, 2013). Já a UDI surgiu a partir do *Movimiento Gremial*, fundado em 1965, e passou a se constituir como o principal apoio do regime militar, mas passou a enfatizar a necessidade de abandonar atitudes classistas, comprometendo-se com a manutenção da democracia. Ambos os partidos são portadores de uma ideologia de direita, de defesa do Estado mínimo e do funcionamento da economia de mercado, mas com diferenças. Enquanto a UDI tem um perfil liberal no plano econômico e conservador na questão dos valores, com defesa do legado autoritário, a RN também possui um perfil econômico liberal, mas crítico em relação ao legado autoritário (Luna e Rovira Kaltwasser, 2011).

Em segundo lugar, no Chile contemporâneo, as legendas não são mais caracterizadas pela polarização dos anos 1970, mas sim pelo pluralismo moderado, o que fez aumentar o grau de interação, de cooperação interpartidária e de formação de coalizões. Houve

moderação do conteúdo ideológico, mas o pluralismo continuou, com governos de coalizões. Assim, os partidos políticos convergiram para o eleitor mediano, apresentando baixo nível de polarização (Guzmán, 1993; Vásquez, 2003).

Todavia, diversas análises empíricas observaram que o sistema binomial pode encorajar a competição centrífuga, com existência de polarização ideológica entre os partidos políticos chilenos, de maneira que a formação de coalizões incentiva posições ideológicas semelhantes no plano intra-coalizão e divergentes no aspecto inter-coalizes (Dow, 1998; Feliú, 2008, p.57). Há um alto grau de coesão e de disciplina dentro das coalizões, prevalecendo a homogeneidade interna na *Concertación*, e a forte oposição dos partidos da *Alianza* (Alemán e Saiegh, 2006) – embora a RN tenha maior disposição para negociar com o governo, enquanto que a UDI tem uma postura sistematicamente de oposição (Maureira, 2007). Por fim, há baixa incidência de legisladores localizados no centro do espectro ideológico, evidenciando a polarização político-partidária na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Feliú, 2008).

Assim, de início, as alianças partidárias passaram a refletir a divisão entre os partidos que apoiaram e os que se opuseram ao regime militar – e não mais em razão de clivagens ideológicas. Com sua reestruturação, o sistema partidário chileno passou a organizar-se em torno do eixo democracia-autoritarismo. Atualmente, pode-se destacar que o fator ideológico é uma variável central, o que delimita a configuração político-partidária e as preferências dos congressistas em políticas públicas, especificamente a política externa.

No final da década de 1980, os partidos se uniram para se opor a Pinochet. Dentre eles, o PS e o PDC, que objetivavam a volta à democracia; ademais, houve o ressurgimento de partidos de esquerda, como o PPD (Partido para a Democracia), com tendência moderada. Com o plebiscito de 1988, no qual a população deveria decidir se Pinochet continuava no

poder, 13 partidos oposicionistas de centro e de esquerda formaram a *Concertación* dos partidos para o NÃO – dentre eles, o centrista PDC e os principais partidos de esquerda, o PS, o PPD e o PRSD, de menor apelo eleitoral; por sua vez, a RN e a UDI (ambas de direita) apoiaram o ditador. Houve vitória do NÃO, e Pinochet foi rejeitado com 54% dos votos.

Com a inauguração do novo regime democrático, o partido eleito para a presidência necessita contar com o apoio das coalizões. Isso porque é praticamente improvável a eleição de um presidente apenas com o respaldo de seu próprio partido e que este detenha a maioria dos assentos no Congresso (Nolte, 2003). Assim, assim como no caso brasileiro, é necessária a formação de coalizões para garantir a estabilidade e a governabilidade do sistema político⁴⁰. E ao observar a formação das coalizões no Chile, pode-se notar a coalizão de centro-esquerda denominada *Concertación*, que governou o Chile de 1990 a 2010, sendo formada por PS (*Partido Socialista de Chile*), PPD (*Partido por la Democracia*), PRSD (*Partido Radical Social Demócrata*)⁴¹ e PDC (*Partido Demócrata Cristiano*), de tradição centrista. Já o Partido Comunista não se integrou ao pacto, diferentemente dos anos setenta, quando formou a aliança partidária governamental; preferiu, juntamente com o PH (*Partido Humanista*), formar o pacto *Juntos Podemos*, de menor expressão.

⁴⁰ Para o caso chileno, é possível enumerar alguns fatores que favorecem a formação de coalizões, tais como: o sistema eleitoral de maioria absoluta, que gera forte incentivo para a formação de coligações que se tornarão coalizões governamentais; a existência de um sistema de compensações através dos cargos no governo; as coalizões não correspondem somente a cálculos eleitorais, mas também se baseiam em um programa de governo comum e com consenso; existe uma coordenação de trabalho entre o Congresso e os parlamentares dos diferentes partidos que formam a coalizão, o que é refletido na composição das mesas parlamentares, nas presidências e nos integrantes das comissões, e nas votações das bancas que são membros da aliança; os cargos ministeriais se dividem entre os partidos membros da coalizão levando em consideração seu apoio eleitoral (Nolte, 2003).

⁴¹ Nas eleições legislativas de 1997, o Partido Radical (PR) se fundiu ao Partido Social Demócrata (PSD), criando o Partido Radical Social Demócrata (PRSD).

Já a coalizão de direita, que foi oposição até 2010, é denominada, atualmente, como *Coalición por el Cambio*⁴², e é composta por UDI (*Unión Demócrata Independiente*), RN (*Renovación Nacional*), CH1 (*ChilePrimero*) e MHC (*Movimiento Humanista Cristiano*). Tanto a RN, formada a partir do *Partido Nacional*, quanto a UDI (que contava com diversos líderes políticos que haviam ocupado posições políticas privilegiadas durante o governo militar), principais partidos da coalizão, surgiram durante o período militar e apoiaram sua continuidade no plebiscito de 1988.

Como visto anteriormente, a estabilidade das alianças de centro-esquerda e de direita deriva dos incentivos gerados pelo sistema eleitoral binomial, que foi configurado pelo governo autoritário como forma de sobre-representação do bloco de direita e manter baixo controle sobre os níveis de fragmentação partidária (Scully, 1997).

O primeiro presidente eleito pelo atual sistema democrático chileno foi Patricio Aylwin, do PDC. Foi eleito, em 1989, com 55,1% dos votos e contou com o apoio legislativo de PS (15%), PPD (13,3%), PDC (31,6%) e PRSD (5%), totalizando 56,6% das cadeiras do Congresso Nacional. No governo Aylwin, todos os partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados foram agraciados com ministérios. O PDC foi o partido com o maior percentual de ministérios: 13, ou 52%. O PS, segundo partido na Câmara dos Deputados (15%), arregimentou 24% (6, no total) das pastas ministeriais (Pasquarelli, 2011).

Já em 1993, Eduardo Frei, também do PDC, foi eleito com 58,0% do total de votos, e ocupou o cargo até o ano de 2000. Durante o período, sua base de apoio congressual foi de aproximadamente 58,2%, sendo sustentado por PS (13,3%), PPD (12,5%), PDC (30,8%) e PR

⁴² Nas eleições de 1989, a *Coalición por el Cambio* chamava-se *Democracia y Progreso*. Em 1993, denominava-se *Unión por el Progreso*. Já em 1997, mudou o nome para *Unión por Chile*. Nas eleições de 2005, adotou o nome de *Alianza por Chile*, que perdurou até a eleição de Piñera, em 2009.

(1,6%)⁴³. Tanto Aylwin quanto Frei construíram maiorias através da negociação e do compromisso a fim de introduzir mudanças e reformas de maneira gradual. Estas dinâmicas estabeleceram a etapa da democracia consensual – o princípio definidor dos dois primeiros governos democráticos (Siavelis, 2000, p. 223)⁴⁴.

Nas eleições de 1999, Ricardo Lagos, do PS, obteve vitória no primeiro turno e no segundo turno, com 47,95% e 51,3% dos votos, respectivamente. Até 2005, governou com base de apoio partidário menor do que aquela verificada nas administrações Aylwin e Frei, pois totalizou 51,8% das cadeiras do Congresso Nacional, no qual o PDC manteve-se como o partido aliado com maior representatividade (20%), seguido por PPD (17,5%), PS (9,2%) e PRSD (5%). Já a UDI, principal partido opositor, aumentou drasticamente seu percentual de representação, passando a possuir 25% de assentos.

Nas administrações Frei e Lagos, a dinâmica manteve-se praticamente a mesma: o PDC, maior partido na Câmara, obteve metade dos cargos ministeriais (25). E o PPD, com o aumento da representatividade, passou a receber maior número de ministérios (16% e 21% do total nos governos Frei e Lagos, respectivamente), assemelhando-se ao total de ministros do PS.

Já em 2006, Michelle Bachelet, também do PS, elegeu-se com 53% dos votos no segundo turno – após receber 46% de apoio nas urnas no primeiro turno. Assim como Lagos, sua base governista congressual também foi relativamente baixa (51,8%), sendo novamente o PDC o principal partido da base aliada (20,8%), seguido por PPD (15,6%), PS (9,8%), PRSD (3,5%) e por partidos independentes (2%). Contudo, durante o período de 2000 a 2009, apesar do menor índice de representatividade no Congresso Nacional e do crescimento da UDI no

⁴³ Fontes: *Tribunal Calificador de Elecciones de Chile* e *Observatório de Política Sul-Americana*.

⁴⁴ Porém, segundo Siavelis (2000), as raízes do sucesso da administração de Aylwin e de Frei não são resultado da engenharia institucional feita pelos militares, mas sim do contexto político, social e partidário criado pelo processo de democratização.

campo da oposição, tanto Bachelet quanto seu antecessor, Ricardo Lagos, conseguiram implementar algumas reformas e estipularam novas formas de atuação política, principalmente em questões sociais e de política externa. Algumas mudanças ocorreram após a eleição de Bachelet, em 2006. Na Câmara dos Deputados, a UDI e a RN (ambos pertencentes à coalizão *Alianza por Chile*) tornaram-se os dois maiores partidos. Na base governista, quem obteve o maior índice de representação foi o PPD (15%, ou 13 no total), mas quem continuou com a maioria dos cargos ministeriais foi o PDC, com 16 (36%). Portanto, pode-se observar que, durante 1990 a 2010 – período no qual a coalizão *Concertación* governou – houve grande semelhança de representação na Câmara dos Deputados e nos ministérios.

Por fim, Sebastian Piñera, da RN (pertencente à *Coalición por el Cambio*), foi eleito em 2010 com 51,6% dos votos do segundo turno. Contou com 46% de base de apoio parlamentar.

Em suma, durante os primeiros pleitos, a *Concertación* manteve-se como a principal coalizão, obtendo a maioria das cadeiras no Congresso. Contudo, a partir de 1999, começou a perder apoio eleitoral, sendo que o bloco de centro-direita foi fortalecendo sua base eleitoral, se tornando um ator com forte capacidade de veto congressional, até transformar-se no partido governista nas eleições de 2009. O poder de veto se tornou ainda mais importante em função das maiorias especiais que se requerem para apoiar ou reformar um conjunto de normas, cujo trâmite os governos da *Concertación* tiveram que negociar com a oposição conservadora (Aninat et al, 2006, p.24). Por conseguinte, o Partido Socialista, durante os governos de Lagos e de Bachelet, teve que interagir com os diversos partidos da coalizão governista e mesmo com os partidos de direita (RN e UDI), mantendo uma democracia consensual, com abertura de espaço para o diálogo com a oposição e cooperação com o Congresso.

* * *

Com o final dos regimes autoritários e o retorno à democracia, os partidos políticos do Brasil e do Chile se moldaram conforme as características do período anterior, prevalecendo fatores tais como a centralização do processo decisório nas mãos do Poder Executivo, a manutenção de sistemas eleitorais que prejudicassem partidos de esquerda, e a formação de coalizões para lidar com o problema de governos minoritários. Contudo, apesar de diversas semelhanças contextuais, os dois países se diferenciam em algumas características que explicam os padrões em política externa.

No Chile, um sistema partidário fortemente institucionalizado⁴⁵ forneceu incentivos para a moderação com dinâmica centrípeta e para a construção de coalizões governamentais estáveis e com maior homogeneidade, que buscaram promover acordos por meio da deliberação e da construção do consenso, concedendo aos partidos a oportunidade para moldar, de acordo com suas preferências, os resultados nas mais variadas políticas públicas. Então, o processo de tomada de decisão no presidencialismo chileno deve ser entendido a partir de um sistema de incentivos para a negociação intrapartidária, interpartidária e intercoalizão, no qual o Poder Executivo necessita do apoio legislativo para governar. Mesmo que possuam fortes poderes, os presidentes chilenos procuram formar maiorias para aprovação de seus projetos, o que resulta em um processo de tomada de decisão caracterizado pelo consenso, e não pelo extremismo ou pelo conflito. Desde a volta da democracia, na década de

⁴⁵ Tal institucionalização foi possível devido a quatro características centrais (Flores-Macías, 2012, p.152): apesar do regime autoritário ter interrompido a atuação de diversos partidos políticos, houve a continuidade das principais legendas partidárias, sendo que a identificação e a lealdade partidária permaneceram ao longo dos anos; presença de lideranças partidárias com ampla trajetória de negociação; forte conexão entre partidos políticos e sociedade civil – apesar do declínio nos anos recentes; e, por fim, a correspondência entre as plataformas dos candidatos e as políticas implementadas quando no governo.

noventa, a *Concertación* foi forçada a negociar com ao menos um dos partidos de direita para aprovar legislação, obtendo o consentimento de uma oposição previsível e estável. Conseqüentemente, como se verá nos próximos capítulos, a escolha pela continuidade em matérias de política externa e pela manutenção de políticas propostas ocorre devido a um ambiente político no qual os presidentes se pautam por atitudes moderadas e visando a construção do consenso, e onde há o compromisso partidário em favor do Poder Executivo.

No Brasil, por sua vez, o sistema partidário que emergiu sob a égide dos militares era considerado como imprevisível, com alianças instáveis e posições ideológicas extremas, baixa disciplina partidária e fracos laços com a sociedade. Ademais, enquanto o surgimento os partidos políticos chilenos pós-Pinochet podem ser rastreados ao se observar o período pré-colapso da democracia, a ditadura militar do Brasil rompeu com o sistema partidário anterior, criando artificialmente dois partidos políticos (MDB e Arena) e inserindo regras eleitorais que permitiram o surgimento de várias agremiações partidárias em meados da década de oitenta, ocasionando a fragmentação do sistema. Contudo, o sistema partidário brasileiro se tornou cada vez mais institucionalizado e previsível, com partidos com altos níveis de disciplina, permitindo que os presidentes garantissem maiorias multipartidárias e que os partidos políticos representados no Congresso moldassem as políticas públicas. Mas a presença de coalizões mais amplas e heterogêneas e não tão estáveis quanto as chilenas faz com que as posições políticas não sejam tão previsíveis, aumentando a presença do conflito entre Poder Executivo e partidos políticos governistas e oposicionistas - apesar da contínua busca pelo consenso e pela moderação (Armijo et al, 2006) – e ocasionando a diferenciação da atuação dos governos em política externa, de acordo com a lógica de formação das coalizões, como se verá nos capítulos seguintes. Isso porque, em alguns casos, as iniciativas presidenciais foram

aprovadas; porém, em outros, o governo não foi hábil em obter apoio congressual mesmo entre os partidos da base aliada.

Nos capítulos seguintes, veremos se o fator ideológico presente nas coalizões é uma variável que afeta o processo decisório em política externa, verificando se quanto maior a heterogeneidade ideológica, maior o conflito partidário em política externa; e se quanto maior a homogeneidade ideológica, menor o conflito partidário em atos internacionais. Parte-se do pressuposto de que há a atuação legislativa e que ela é pautada em disputas partidárias nas próprias coalizões, e entre situação e oposição.

II

ESTADO DA ARTE: O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

De acordo com os objetivos propostos no início desta tese, a política externa, caracterizada como a variável dependente, é resultante das preferências partidárias e da composição das coalizões do processo decisório do presidencialismo brasileiro e chileno, durante os governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista. Sendo assim, o plano doméstico, em particular o processo decisório, é uma das variáveis explicativas para o comportamento e para a definição da atuação internacional dos presidentes das duas nações sul-americanas.

O estudo parte do pressuposto de que a política externa é uma política pública, seja em sua formulação no plano externo quanto em sua tramitação no plano interno, sendo parte integrante do processo decisório do Brasil e do Chile e envolvendo atores estatais, instituições governamentais e não governamentais. Dessa forma, é uma política pública que necessita de parâmetros de investigação que incorporem os diversos atores presentes no processo decisório e que condicionam sua formulação e execução a partir das suas preferências, influência, participação, cooperação e conflito.

A partir dessas considerações, e considerando as diversas correntes teóricas das relações internacionais, assim como as abordagens acerca do processo decisório, o principal objetivo deste capítulo é pensar e analisar a política externa como um contínuo entre o nacional e o internacional, considerando-a como uma política pública na qual tanto o Estado quanto o governo entram em ação no plano internacional, trazendo-a para o terreno da

politics. Para tanto, considera-se que o governo é uma instituição do Estado, e que os governos, independentemente de sua posição ideológica, são produtores de políticas públicas (Souza, 2006), sendo necessário considerar a participação de outros atores no processo decisório. Reconhece-se, dessa maneira, e considerando os objetivos centrais desse estudo, que a formulação e implementação da política externa é resultante da dinâmica das escolhas do governo que, por sua vez, derivam de coalizões, barganhas, disputas partidárias e acordos de preferências que expressam a própria dinâmica da política. Com isso, de acordo com o objetivo proposto, o capítulo refuta e discorda de três aspectos centrais sobre a política externa: em primeiro lugar, a tese realista que a trata como uma política resultante de iniciativas exclusivas do Poder Executivo; em segundo lugar, a ideia de que existe abdicação do Poder Legislativo em razão do pouco interesse dos parlamentares em tratá-la como uma política pública, pois não traria retorno em termos eleitorais⁴⁶; e, por fim, a ideia de tratar a política externa a partir de uma condição inercial, associada a interesses nacionais permanentes e protegidos das conjunturas do sistema político-partidário. Dessa maneira, desvincula-se a formulação e execução da política externa da noção de política de Estado⁴⁷, ou seja, com singularidade frente às demais políticas públicas dos governos. Isso porque, como verá nos capítulos seguintes, a política externa dos casos analisados seguem parâmetros e paradigmas gerais da diplomacia de ambos os países; porém, no contexto examinado, enquanto no caso brasileiro a política externa pauta-se por características do próprio partido

⁴⁶ Não há abdicação do Poder Legislativo, mas sim delegação, na qual os partidos políticos aumentam sua participação através de mecanismos de controle, institucionalizando suas preferências nas negociações internacionais (Martin, 2000).

⁴⁷ Cabe destacar que mesmo as políticas públicas consideradas como de *Estado* não nasceram com essa denominação, mas sim, pertenciam aos governos e à sua interação com as inúmeras instituições que o compõem, assim como com os atores societários (Milani e Pinheiro, 2013, p.24). Assim, analisar a política externa como política pública implica procurar entender “como e por que os governos optam por determinadas ações” (Souza, 2006, p.22).

governista (o PT), por sua vez, no Chile, ela pode ser considerada como uma política de governo mais institucionalizada nos moldes da coalizão da *Concertación*.

A política externa, por conseguinte, deve ser analisada a partir da arena do embate político, considerando suas forças capazes de influenciar as preferências dos atores. Sua politização deve ser considerada para qualquer tipo de análise sobre políticas públicas, observando a pluralidade dos atores, suas preferências e suas áreas de interesse. Nesse sentido, e considerando o presidencialismo brasileiro e chileno e seus respectivos sistemas partidários como de coalizão, onde o Poder Executivo, para manter a governabilidade, necessita construir uma base de apoio entre os partidos políticos, é de vital importância examinar como a dinâmica político-partidária influencia a política externa e suas especificidades.

Entretanto, para definir o conceito de política externa a partir da ideia de política pública, com participação da arena doméstica e segundo os interesses do governo e dos partidos políticos, foi necessário revisitar, em primeiro lugar, as principais escolas teóricas das relações internacionais que versaram sobre o tema. De acordo com o modelo realista, as relações internacionais são uma anarquia composta de Estados que variam somente em um aspecto importante: o poder relativo. E tal anarquia tende a perdurar porque os Estados desejam preservar sua autonomia. Sendo assim, a busca dos Estados pelo poder e pela segurança é motivada em função da estrutura do sistema internacional que os obriga a agir desta maneira (Waltz, 1979). Porém, apesar da contribuição para a análise das questões internacionais, o realismo destacou a atuação do Estado como um ator unitário, centrado na figura do Poder Executivo, pouco considerando a importância de atores domésticos. Tal modelo, portanto, enfatiza os condicionamentos, limitações, opções e oportunidades impostas a determinado estado, pouco considerando seu componente interno. Consequentemente, até

meados da década de 1980, muitos estudos enfatizaram a relação entre Executivo e Legislativo no âmbito da política externa a partir da dominância dos Chefes de Estado e da sua aparelhagem burocrática. O Legislativo, por sua vez, estaria mais propenso à temas paroquiais e concernentes à sua circunscrição eleitoral, sem atentar para a política internacional, abdicando do processo decisório (Sundquist, 1981; Friedberg, 1991). Porém, os fundamentos do realismo, ao retificarem a noção de interesse nacional sem propor uma teoria abrangente do Estado, não abarcaram as transformações contemporâneas no campo da política externa (Milani e Pinheiro, 2013, p.16).

Com o fim da Guerra Fria e o nascimento de uma Nova Ordem Mundial, as análises de política externa se fortaleceram, evidenciando a importância do componente doméstico e do conjunto de atores que influenciam as decisões e os estímulos que eles possuem para definir ou orientar o comportamento de um Estado. As novas abordagens, então, passaram a ser mais otimistas acerca da organização e da participação do Legislativo e dos partidos políticos em política externa, demonstrando sua influência em acordos internacionais – não apenas por meio da delegação, mas também via mecanismos procedimentais, de acordo com as regras do processo decisório de cada país.

Sendo assim, em segundo lugar, o estudo define o termo *política externa* a partir da interação entre o cenário internacional e o contexto doméstico, considerando as três fases do seu desenvolvimento, quais sejam, a formulação, o processo decisório e os resultados de sua implementação, e destacando as abordagens que evidenciaram a função do Poder Legislativo em política externa, destacando a sua influência no processo decisório. Para tanto, o processo decisório em política externa será examinado a partir da caracterização do *jogo de dois-níveis* (Putnam, 1988), onde há a necessidade de ratificação interna de compromissos internacionais (Milner, 1997). A hipótese central, por conseguinte, é que o Estado é composto por atores

políticos com preferências distintas e que compartilham poderes no processo decisório de política externa, e o Poder Legislativo possui influência na negociação internacional por meio de mecanismos procedimentais e da influência de suas preferências. No nível nacional, os grupos domésticos, tais como partidos políticos e parlamentares, pressionam o governo para a prática de políticas favoráveis; já no nível internacional, os governos nacionais, por meio de diplomatas, embaixadores ou até mesmo os próprios presidentes, procuram maximizar sua habilidade para satisfazer pressões domésticas. Nesse sentido, visualiza-se a ideia central desse estudo, qual seja: as preferências partidárias são imprescindíveis ao processo decisório de política externa, sendo que o Poder Legislativo influencia atos internacionais no plano externo.

2.1. A análise de política externa

2.1.1. Os Antecedentes teóricos – o realismo, o liberalismo e o construtivismo

O realismo, um dos antecedentes teóricos da análise de política externa, possui três premissas básicas (Holsti, 2004, p.58; Beach, 2012, p.17-20). Em primeiro lugar, os Estados são caracterizados como unidades soberanas, independentes e autônomas, determinando o comportamento das organizações internacionais. Aqui, nesse sentido, cabe a primeira questão crítica à escola realista: onde estariam situados os componentes domésticos? E como caracterizar um Estado somente a partir da presença predominante do Poder Executivo, desconsiderando os outros atores que o conformam?

Em segundo lugar, o sistema internacional contemporâneo é anárquico e descentralizado, onde cada Estado é soberano (Waltz, 1979). Então, a anarquia estrutural, com a ausência de uma autoridade central que decide disputas, é o conceito central do sistema internacional, pois a busca da segurança de uma nação deixa os potenciais adversários inseguros. Então, grande parte dos realistas adota uma concepção moderada de anarquia, definindo-a como a ausência de governo no sistema internacional. A ideia da capacidade relativa é um fator crucial, de maneira que os estados estão mais preocupados com o quanto irão ganhar em relação aos outros do que o quanto eles próprios irão ganhar⁴⁸; no sistema anárquico, não há uma força relativamente ampla que consegue impor a ordem e resolver conflitos, e, com a incerteza, os estados são forçados a proteger sua própria soberania e autonomia. Vê-se, aqui, uma clara influência de um contexto histórico do pós-Guerra onde predominava a corrida armamentista entre as duas principais potências, quais sejam, os Estados Unidos e a União Soviética; privilegiava-se, portanto, a ideia das relações internacionais a partir dos ganhos relativos de uns sobre os outros, desconsiderando ideais de cooperação – que se tornaram viáveis principalmente em meados dos anos 1960 e 1970.

Por fim, em terceiro lugar, o comportamento estatal é racional e guiado pela lógica do interesse racional, prevalecendo a busca pela sobrevivência, segurança, poder e capacidade relativa. Os Estados, vistos como atores unitários, atuam em decorrência de fatores externos, pois os condicionantes sistêmicos são tão poderosos que os forçam a atuarem independentemente em relação às decisões domésticas (Waltz, 1979).

De 1940 a 1990, o realismo tornou-se o modelo dominante para a análise das relações internacionais e para o entendimento de um mundo onde duas forças (Estados Unidos e União Soviética) dividiam o poder e a influência no sistema internacional. Mas durante o

⁴⁸ Convém destacar que a obsessão realista com os ganhos relativos torna a cooperação praticamente impossível, exceto quando os estados reúnem-se em alianças a fim de conter os ganhos de outro acordo.

século XX, os desafios enfrentados pelos estados passaram a ser maiores, envolvendo questões relativas ao bem-estar social, à modernização e ao meio-ambiente. Então, as questões centrais tornaram-se mais diversas, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ambientais. Paralelamente, aumentou o número de atores no plano internacional, dentre os quais, as organizações internacionais, transnacionais e não-governamentais, além de multinacionais, com consequências e objetivos variados. Nesse sentido, o foco primordial da análise realista – a questão da paz e da guerra – deixou de compreender as complexidades do sistema internacional contemporâneo, além de ter desconsiderado as instituições, processos e normas que os estados poderiam utilizar.

Considerando tais elementos críticos, o *liberalismo* utilizou elementos do realismo como ponto de partida, ao mesmo tempo em que contestou sua insuficiência para compreensão da complexa interdependência de estruturas da contemporaneidade. Isso porque, em um contexto de novas normas e valores, com estados permeáveis e atores não estatais, cada unidade, estatal ou não, compete com uma agenda crescente de tratados e oportunidades (Holsti, 2004, p.65-7)⁴⁹. Da mesma maneira, o *construtivismo* procurou expandir as perspectivas teóricas, tendo, como problemas centrais, os conteúdos, as fontes e as consequências dos interesses e identidades dos estados. O sistema internacional passou a ser visto como um ambiente no qual prevalecem as ações sociais que dão significado ao mundo material e ideacional. Os Estados são atores-chave, mas com interesses e identidades socialmente construídas, não fixadas por estruturas (Holsti, 2004, p.74; p.109).

⁴⁹ O marxismo e a teoria da dependência também são modelos que desafiaram as características centrais do realismo, tais como a questão da guerra e da paz e o Estado como elemento central. Diferentemente do modelo liberal, esse tipo de análise pautou-se por diferentes temas, incluindo o desenvolvimento, a pobreza, e a exploração e desigualdade entre as nações; e, a partir da dinâmica do modo de produção do sistema capitalista concebido em termos de capacidades materiais, o conflito ocorre entre as classes e seus respectivos agentes, integrando aspectos das arenas global e doméstica que transcendem a função do Estado.

As três abordagens teóricas das relações internacionais possuem diferenças centrais, conforme a tabela 3 desenvolvida a seguir:

Tabela 3 – Pressupostos centrais das abordagens teóricas das relações internacionais

	Realismo	Liberalismo	Construtivismo
Natureza da política internacional	Conflito e estado de anarquia	Cooperação entre estados	Cooperação entre atores sociais
Nível de análise	Sistêmica	Sistêmico e doméstico	Doméstico
Fatores explicativos	Modelo racional	Institucionalismo	Culturalismo

Fonte: elaboração própria, a partir de Gilpin (1981), Beach (2012, p.16-25).

Em primeiro lugar, o pressuposto central do realismo é que a política internacional é caracterizada pelo conflito constante entre bem-estar e autonomia entre atores independentes em um estado natural de anarquia (Gilpin, 1981, p.7). Já para o liberalismo, o interesse próprio é circunstancial e pode ser transformado do anarquismo para a cooperação entre os estados através da interdependência, da democracia e da institucionalização. Por sua vez, o construtivismo postula a necessidade de compreensão intersubjetiva da atuação dos indivíduos e grupos sociais..

Em segundo lugar, o realismo possui nível de análise sistêmica, observando a posição relativa e estrutural do Estado no sistema internacional. Assim como o realismo, o construtivismo também é sistêmico, mas considera fatores internos e o impacto de diferentes lógicas de tomadores de decisão. Já o liberalismo, por outro lado, foca seu nível de análise nos atores sociais, como os grupos de interesse.

Por fim, os fatores explicativos da escola realista estão ligados com a utilização do modelo da lógica racional para examinar a atuação do estado. No liberalismo, tais fatores são os padrões de interdependência, as instituições internacionais e a democracia. Já o

construtivismo examina fatores como as diferentes culturas de anarquia, a identidade nacional e os tratados.

As três abordagens acerca das relações internacionais foram extremamente importantes para o desenvolvimento dos estudos da política internacional. Contudo, com o final da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, em 1989, era preciso uma nova adaptação aos novos tempos. Isso porque as ferramentas de até então pareciam não se encaixar com a dinâmica da Nova Ordem Mundial, pois não havia mais um sistema estável e previsível na arena internacional. Dessa maneira, houve o fortalecimento da análise de política externa, considerando-a a partir de uma lógica onde os Estados estão submetidos à lógica doméstica do processo decisório, na qual os atores políticos, governamentais ou não, influenciam a tomada de decisão. Com isso, o estudo rejeita a tese realista de que são apenas os Estados, na figura do Poder Executivo, os responsáveis pela formulação e implementação da política externa. Acima de tudo, os Estados deve ser considerados a partir do termo “governo”, evidenciando, assim, a política externa como uma política pública, onde interesses conflitantes e preferências distintas contribuem para sua caracterização.

2.1.2. O fortalecimento da análise de política externa

O final da Guerra Fria tornou evidente a influência de agentes domésticos, transnacionais, subnacionais e não-governamentais para o processo decisório. Com isso, o campo de análise da política externa tornou-se mais complexo. Enquanto analistas da escola realista privilegiaram a estrutura do sistema internacional e enfatizaram as preferências racionais do Estado por meio do prisma da coação estrutural, novas análises em política externa passaram a observar os processos políticos internos, buscando entender os limites e

barreiras para a escolha dos atores (Holsti, 2004, p.88). Dessa maneira, os modelos de análise de política externa

“desafiam as premissas de que é fecundo conceitualizar a nação como um ator unitário racional cujo comportamento pode ser adequadamente explicado como referência à estrutura do sistema, porque os indivíduos, grupos e organizações que agem em nome do Estado também são sensíveis a pressões internas e restrições, incluindo a manutenção de elite, a política eleitoral, a opinião pública, os grupos de interesses, as preferências ideológicas e políticas burocráticas⁵⁰”.

Conseqüentemente, a definição de qualquer conceito não deve considerar apenas o plano ou a estrutura internacional, mas elementos da política doméstica, considerando processos internos, a atuação dos *policymakers* e a organização burocrática.

Para analisar o comportamento individual e coletivo que compreende os países, é necessário uma teoria que analise a escolha daqueles que produzem a política externa. Então, a análise da política externa examina como as decisões são tomadas, assumindo que a fonte de grande parte do comportamento e da maioria “das mudanças na política internacional é produto do ser humano, agindo individualmente ou em coletividades⁵¹”, sendo caracterizada “pelo foco específico no ator, com base no argumento de que tudo o que ocorre entre as nações se baseia nas tomadas de decisões feitas individualmente ou em grupos⁵²”. Ou seja, a unidade de análise da política externa consiste em compreender ações nas quais, expressas na

⁵⁰ Traduzido do original: “challenge the premises that it is fruitful to conceptualize the nation as a unitary rational actor whose behavior can adequately be explained by reference to the system structure because individuals, groups, and organizations acting in the name of the state are also sensitive to domestic pressures and constraints, including elite maintenance, electoral politics, public opinion, interests groups, ideological preferences, and bureaucratic politics” (Holsti, 2004, p.74-5)

⁵¹ Traduzido do original: “how foreign policy decisions are made and has assumed that the source of much behavior and most change in international politics is human beings, acting individually or in collectivities” (Hudson e Vore, 1995, p.210).

⁵² Traduzido do original: “by an actor-specific focus, based upon the argument that all that occurs between nations and across nations is grounded in human decision makers acting singly or in groups”. (Hudson, 2005, p.1).

forma de objetivos explícitos, e exercidas por representantes do governo, são direcionadas através de objetivos, condições e atores, sejam eles governamentais ou não-governamentais.

Sendo assim, a análise de política externa considera a abordagem do processo decisório no estudo das relações internacionais, alterando a visão monolítica da atuação unitária do Estado-nação, onde o foco passa a ser as pessoas e as unidades que abrangem o Estado. Conseqüentemente, ao privilegiar o aspecto específico dos atores, a teoria de análise de política externa explica a atuação de países em circunstâncias mais particulares, especificando determinadas situações que afetam todo o processo a partir das características dos líderes, da argumentação e do discurso, dos processos consultivos, da burocracia, das políticas legislativas, dos grupos de oposição e dos partidos políticos e, acima de tudo, da política doméstica (Hudson e Vore, 1995, p.211).

Como definir, então, o conceito de política externa? A partir de uma definição, a política externa é considerada como a soma de relações externas conduzidas por um ator independente – na maioria das vezes, o Estado (Hill, 2003, p.3). Entretanto, tal conceito não considera ações individuais e decisões. E, para definir o termo, é preciso considerar três questões centrais: como definir o aspecto “externo” da política externa? Ela pode ser definida como a soma de ações externas de um ator específico ou como ações específicas de vários atores? Por fim, é realizada pela ação dos estados, ou existem atores coletivos atuando para a consecução dos seus objetivos? A partir dessas considerações, o estudo considera a definição de Beach (2003, p.3), segundo a qual política externa é

“tanto as grandes tendências de comportamento quanto as ações particulares tomadas por um estado ou outro ator coletivo direcionado para outros atores coletivos dentro do sistema internacional. Ações de política externa podem ser entendidas utilizando-se uma variedade de instrumentos diferentes, que vão desde declarações e discursos até negociações de tratados, ajuda econômica a outros estados, e a

prática de atividade diplomática, como cúpulas, e o uso da força militar⁵³”.

É evidente que a política externa deve ser considerada como o comportamento de um estado ou ator coletivo. Entretanto, existe a intersecção entre determinantes primários do comportamento do Estado, considerando aqueles que realizam a tomada de decisão – ou seja, os atores individuais e coletivos. Então, a chave teórica são as tomadas de decisões, onde se destaca a importância da política doméstica e a possibilidade de incorporar um conceito mais robusto de agência e de tomada de decisão⁵⁴ pois, para cada possibilidade de combinação das condições materiais e estruturais dos atores envolvidos, há variabilidade no resultado da política externa. Conseqüentemente, passa-se de uma descrição generalizante acerca do comportamento do Estado para uma explicação que considera a contribuição dos mais variados atores para a decisão da política externa.

2.1.3. A evolução da análise de política externa

Com as mudanças no contexto internacional e a inclusão de atores no processo decisório, três diferentes abordagens se destacaram. A primeira abordagem teórica decorre dos estudos de Rosenau (1966), e é conhecida como a tradição que analisa a política externa com viés comparado, enfatizando a multicausalidade e a integração de explicações

⁵³ Traduzido do original: “both the broad trends of behavior and the particular actions taken by a state or other collective actor as directed toward other collective actors within the international system. Foreign policy actions can be undertaken using a variety of different instruments, ranging from adopting declarations, making speeches, negotiating treaties, giving other states economic aid, engaging in diplomatic activity such as summits, and the use of military force”.

⁵⁴ O conceito de agência se tornou mais complexo ao longo do tempo, incorporando variáveis organizacionais e relativas a grupos. Isso porque as decisões em política externa são produtos de deliberações entre vários grupos (sejam eles pequenos ou maiores) e organizações, que influenciam a tomada de decisão (a variável interveniente). O processo de tomada de decisão, então, é a variável interveniente. Com isso, é preciso desenvolver metodologias para obter informações confiáveis sobre quem fez, o que, quando e quais foram os efeitos. Então, mover-se da variável independente para a interveniente força o pesquisador a analisar assuntos de tempo e mudança, pois o processo decisório é dinâmico.

multiníveis, além de realizar generalizações científicas e sistemáticas de estudos longilíneos de vários países acerca do seu comportamento em política externa e encorajar o desenvolvimento de teorias de médio alcance e da comparação através de testes estatísticos, onde os eventos passaram a ser comparados ao longo de dimensões comportamentais, sendo que as decisões em política externa são produtos da interação entre uma ampla gama de variáveis, que devem ser testadas e reproduzidas. Com isso, desenvolveu-se a teoria de ator específico, integrando informações em vários níveis de análises, de líderes individuais até o sistema internacional, para compreensão da política externa. Rosenau tinha o objetivo de construir uma ampla teoria unificada do comportamento de política externa para todas as nações em um vasto período de tempo; e, como esse tipo de análise acumula generalizações empíricas sobre comportamentos, a política externa é vista como o exercício da influência nas relações internacionais, com eventos especificando quem faz o que para quem, e como (Carlsnaes, 2002, p.434).

Entretanto, em meados das décadas de 1970 e 1980, tal abordagem foi objeto de diversas críticas, que consideravam três aspectos: parcimônia, quantificação e relevância política. No primeiro aspecto, criticou-se a insustentabilidade de construir uma enorme teoria unificada que considerasse detalhes de nível micro; era evidente que o objetivo de construção de uma teoria unificada baseada em análise agregada seria rejeitada como empiricamente impraticável e analiticamente improdutiva (Carlsnaes, 2002, p.434). Em segundo lugar, alegava-se que, em muitos casos, as mais importantes variáveis independentes, intervenientes e dependentes dificilmente seriam quantificadas, tais como a cultura, a história e a emoção. Por fim, muitos comparativistas acreditavam que os dados coletados seriam importantes para a construção de informações confiáveis para políticas públicas, mas que seria necessário um tratamento teórico mais adequado para explicar suas implicações para ações futuras.

Já a segunda tradição teórica é vista a partir da obra seminal de Snyder, Bruck e Sapin (2002), ao enfatizar o processo decisório e a estruturação dos atores individuais ou coletivos que tomam a decisão no processo de construção da política externa. Tal análise busca compreender a relação entre a variável dependente, uma política externa específica escolhida por um ator, e a escolha feita pelos agentes envolvidos, sejam eles indivíduos, grupos ou organizações, em nome do Estado, no processo de tomada de decisão. Com isso, destacam a importância de processos organizativos e da burocracia, onde o poder não é pessoal, mas burocrático, de modo que os atores envolvidos nas barganhas representam interesses seccionais⁵⁵. Essa abordagem tem, como principais pressupostos, o foco na unidade de decisão, cuja informação é imperfeita e resultante da centralização, da hierarquia e da especialização. Tal processo de tomada de decisão é influenciado por padrões internos e externos, que são avaliados pelos atores nele inseridos; sendo assim, não é um fator coagido apenas por normas formais e legais, mas também por aspectos informais do comportamento organizacional, cujos indivíduos e unidades possuem percepções, valores e identidades contrastantes, onde impera o fator político (Holsti, 2004, p, 111; Stuart, 2008, p.580).

Porém, é extremamente complicado adquirir informações sobre a burocracia. Com isso, alguns autores passaram a desenvolver indicadores de processos burocráticos que permitiram previsões e explicações das escolhas de política externa (Stewart, Hermann e Hermann, 1989). Outro ponto crítico é que, ao enfatizar a barganha burocrática, muitos analistas não diferenciaram as várias posições dos participantes no jogo (Holsti, 2004, p.78).

Por fim, a terceira abordagem, de Sprout e Sprout (1965), contextualiza a política externa, sugerindo a necessidade da compreensão dos seus resultados produzidos a partir das

⁵⁵ Allison (1971), em seu estudo sobre a crise dos mísseis em Cuba, popularizou a análise burocrática da política externa, mostrando que o modelo unitário da ação racional não é suficiente para entender aspectos do sistema internacional e da crise dos mísseis (ocorrida na década de 1960); para o autor, fatores intra-organizacionais (processo organizativo) e inter-organizacionais (burocráticos) devem se integrar ao primeiro aspecto, ampliando a análise para diferentes níveis.

estratégias, decisões e intenções dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos pequenos. Isso porque a tomada de decisão não é feita por meio de um cálculo racional, pois

“decisões importantes geram conflito, e a relutância em fazer escolhas irrevogáveis muitas vezes resulta em um comportamento que reduz a qualidade das decisões. Estes modelos dirigem a atenção do analista para os sistemas políticos de crenças, para as imagens de atores relevantes, percepções, estratégias de processamento de informações, heurística, certos traços de personalidade (capacidade de tolerar a ambiguidade, a complexidade cognitiva, etc), e seu impacto sobre o desempenho da tomada de decisão⁵⁶”.

Cada decisão tomada é um microcosmo de diversas variações possíveis em uma sociedade, onde a cultura, a história, a economia, a geografia, as instituições políticas e inúmeros outros fatores que moldam o contexto social devem ser considerados como imprescindíveis à atuação do ator no processo decisório de política externa. Sendo assim, a análise das características particulares e as instituições de determinada nação são variáveis que devem ser consideradas. Para tanto, ao examinar o poder de determinado sistema ou país, é necessária a compreensão das estratégias, das decisões e intenções dos atores em política externa. Mas como observar tais variáveis? Através do meio psicológico que atuam os indivíduos e grupos que tomam a decisão, ou seja, o ambiente internacional e operacional, assim como o contexto e sua percepção e interpretação feita por tais atores.

Atualmente, com a inclusão de novos pressupostos de análise (como o foco nas informações provenientes dos atores específicos – ou seja, a substituição da *actor-general theory*, das relações internacionais, para a *actor-specific theory*, da análise de política externa) e a construção de teorias de médio alcance com múltiplos níveis de análise, novos estudos incrementaram o processo de construção teórica das três abordagens, procurando observar

⁵⁶ Tradução feita pelo autor, extraída do original: “important decisions generate conflict, and a reluctance to make irrevocable choices often results in behavior that reduces the quality of decisions. These models direct the analyst’s attention to policymakers’ belief systems, images of relevant actors, perceptions, information-processing strategies, heuristics, certain personality traits (ability to tolerate ambiguity, cognitive complexity, etc), and their impact on decision-making performance”. (Holsti, 2004, p.72).

como os atores respondem às mudanças e às incertezas do ambiente interno e externo, evidenciando a política externa como um jogo multinível e a partir da lógica da escolha racional, no qual os líderes de cada país atuam simultaneamente no plano internacional e doméstico.

2.1.4.A “caixa de ferramentas” para o estudo da política externa

Existem três questões analíticas relacionadas à análise da política externa. Em primeiro lugar, “*o que os estados querem?*” Tal questão pode ser observada a partir da formação das preferências, seja no âmbito externo ou doméstico, investigando como fatores societários ou governamentais podem afetar as preferências nacionais.

Em segundo lugar, “*como os estados tomam decisões em política externa?*” Para responder à essa questão, é necessário entender a situação de escolha e a tomada de decisões, ou seja, quais políticas os estados adotam de acordo com as preferências. Nesse sentido, é imprescindível a análise do sistema daqueles que tomam a decisão, examinando percepções nas quais as decisões governamentais são divididas entre vários tipos de atores inseridos no processo decisório, e de acordo com o rito de tramitação.

Finalmente, em terceiro lugar, “*o que os estados fazem?*” Ou seja, quais são os resultados das políticas externas de cada país – sejam elas ligadas à segurança, à diplomacia ou às políticas econômicas e comerciais.

2.1.4.1. O que os estados querem: fatores sistêmicos e internos

Quando atuam no sistema internacional, os estados são condicionados pela formação de preferência externa e interna. De acordo com Zakaria (1992, p. 18), “para se considerar a política externa de uma nação, devem-se incluir influências sistêmicas e domésticas, especificando quais aspectos da política podem ser explicados, e por quais fatores⁵⁷”. Então, a análise deve ser multinível, onde “fatores sistêmicos atuam como um primeiro corte que determina a gama de opções políticas disponíveis, mas onde a escolha real dentre essas opções é analisada utilizando teorias ao nível dos decisores⁵⁸”.

Considerando os fatores sistêmicos, para a tradição teórica realista, as preferências nacionais são baseadas na necessidade de sobrevivência no sistema internacional anárquico, de acordo com seu lugar no sistema. As incertezas da anarquia criariam pressões para que os estados atuassem de acordo com suas preferências, sem confiar em outros, com o intuito de sobreviver e preservar sua autonomia. Conseqüentemente, a chave para compreender o que estados querem é observar a distribuição de poder no sistema internacional e os estados mais poderosos, assim como os objetivos (defensivos ou ofensivos). De acordo com o argumento defensivo (Waltz, 1979), os estados procuram manter o *status quo*, fortalecendo sua própria autonomia; por sua vez, o realismo ofensivo destaca que a natureza conflitiva e incerta do sistema anárquico pressupõe a maximização do poder regional e global de cada estado e a ideia de que os outros são inimigos em potencial, tornando as alianças improváveis (Beach, 2012, p.33-47).

⁵⁷ Traduzido do original: “a good account of a nation’s foreign policy should include systemic, domestic, and other influences, specifying what aspects of the policy can be explained by what factors”.

⁵⁸ Traduzido do original: “system-level factors act as a first cut that determines the range of policy options available, but where the actual choice between these options is then analyzed using theories at the level of decision-makers (Beach, 2012, p.33).

Já a tradição do pensamento liberal em relações internacionais observa o impacto do nível de interdependência e efeitos da institucionalização sobre a necessidade e os objetivos dos estados, destacando a ideia de cooperação em política externa. A interdependência refere-se à dependência mútua causada pelas interações internacionais que causam efeitos entre os países ou atores de diferentes estados – como os acordos comerciais. Dessa maneira, o crescimento do comércio entre os estados incentiva maior demanda para o fortalecimento da institucionalização e da cooperação, criando autoridades centrais e reduzindo barreiras alfandegárias. Consequentemente, as instituições internacionais, definidas como “arranjos explícitos, negociados entre os atores internacionais, que prescrevem, proíbem, e/ou autorizam comportamentos⁵⁹”, quando fortalecidas, produzem interesses mais cooperativos entre os estados. Então, de acordo com o argumento liberal, as duas variáveis sistêmicas (interdependência entre os estados e importância de instituições regionais) podem influenciar os objetivos de determinada política externa (Beach, 2012, p.47-57).

Já para o construtivismo, os interesses sistêmicos dos estados não são apenas materiais, mas ideacionais, de acordo com as diferentes culturas e identidades do sistema internacional. Dessa maneira, os estados não estão interessados somente no produto da distribuição de recursos no sistema internacional, pois refletem identidades coletivas que podem mudar através de processo de interação social entre os próprios estados⁶⁰ (Beach, 2012, p.57-61).

⁵⁹ Traduzido do original: “explicit arrangements, negotiated among international actors, that prescribe, proscribe, and/or authorize behavior” (Koremenos et al., 2001, p.762).

⁶⁰ De acordo com Wendt (1999), a política externa de um estado não deve ser vista somente por fatores materiais – como padrões de comércio ou de poder relativo – pois “também refletem crenças imateriais, compartilhadas e coletivas, como as ideias sobre a natureza do sistema anárquico, que são incorporadas como um consciente cultural coletivo de um sistema internacional” (also reflect immaterial, shared, collective beliefs such as ideas about the nature of the anarchical system that are embedded as a collective cultural conscious of an international system).

Mas, além dos fatores sistêmicos, é necessário considerar o que os estados querem a partir dos interesses domésticos, tais como a opinião pública⁶¹, os grupos de interesse, os partidos políticos, as instituições burocráticas e as identidades societárias.

O realismo pressupõe que as pressões sistêmicas são processadas em questões internas – ou seja, fatores sistêmicos afetam o processo pelo qual fatores domésticos são traduzidos em política externa. Então, fatores domésticos são variáveis intervenientes cruciais entre forças sistêmicas e preferências de um determinado estado em política externa (Beach, 2012, p.63-70).

Por outro lado, os liberais, influenciados pelo modelo pluralista de democracia, investigam a luta doméstica entre diferentes grupos sociais, como empresas, organizações de comércio e partidos políticos, assim como a competição intragovernamental e a opinião pública para definir os objetivos em política externa que, conseqüentemente, reflete as demandas sociais, sendo absorvidas pelo sistema político, de maneira que a ideia básica é que as preferências nacionais resultam da agregação de demandas sociais através do sistema político do país.

Como um dos aspectos analisados no estudo é o exame da disputa entre Poder Executivo e Poder Legislativo e, conseqüentemente, dos partidos políticos, em política externa, é imprescindível observar em que grau o Poder Executivo deve considerar as demandas do Congresso Nacional e das coalizões governamentais para definir as preferências. De acordo com esse fator, o Poder Executivo deseja permanecer no poder, e para tanto se torna dependente do apoio societário e governamental, de maneira que, em primeiro lugar, o

⁶¹ A opinião pública é estruturada e estável, respondendo racionalmente às mudanças do sistema internacional. Alguns autores argumentam também que a política externa muda de acordo com o direcionamento dado pela política pública (Page e Shapiro, 1983). Como, então, a opinião pública pode direcionar a política externa? Através da conexão eleitoral (ou seja, da eleição de representantes que constroem o conteúdo da mesma) e da popularidade do presidente, que pode contribuir com a reeleição de alguns legisladores – que, por sua vez, irão ajudar a aprovar a agenda política do Poder Executivo no Congresso (Beach, 2012, p.75).

nível de coação do Poder Legislativo sobre o Executivo é determinado pelas regras e prerrogativas formais do processo decisório em matéria de política externa, considerando o número de *veto players* (atores que possuem o poder de vetar uma determinada decisão), visto que tal fator é crucial quando o Poder Executivo negocia acordos internacionais que devem ser ratificados pelos legisladores; ademais, a força do Poder Executivo sobre o Congresso varia de acordo com o tempo e com a área específica (Milner, 1997). Então, de acordo com os objetivos centrais desse estudo, quando os legisladores influenciam as preferências em política externa, é necessário investigar as preferências dos importantes *veto players* de acordo com os interesses do seu eleitorado, da sua própria ideologia, da sua percepção do interesse nacional e, mais importante, do pertencimento partidário.

2.1.4.2. O que os estados escolhem: o processo decisório

O processo de tomada de decisão é baseado nos interesses e preferências do estado. Nesse sentido, o enfoque da tomada de decisão concebe a política externa como resultado de um conjunto de decisões que se adotam entre diferentes atores frente a determinadas circunstâncias que acontecem no cenário doméstico ou internacional.

O modelo da escolha racional, influenciado pela teoria realista, e adotado nesse estudo, pressupõe que as escolhas são feitas de acordo com os objetivos, e considerando um grau mínimo de risco. De acordo com tal modelo, a ligação entre estrutura e comportamento dos atores é forjada pela racionalidade, preponderando a maximização dos ganhos e a minimização dos custos. O pressuposto central é que a ação em política externa é determinada

por um ator unitário com funções utilitárias coerentes, maximizando tratados e oportunidades⁶².

Entretanto, quando existe uma ampla gama de opções, como as decisões são tomadas? De acordo com o modelo realista da escolha racional, todas as alternativas possíveis são acessadas, de maneira que a melhor opção é escolhida, maximizando os ganhos para o estado. Entretanto, os estados não são atores unitários com um único interesse nacional; existem diferentes objetivos com vários atores burocráticos e políticos. Nesse sentido, o critério para escolher quais opções sobreviverão é baseado na política doméstica, observando quatro dimensões: política, militar, econômica e diplomática (Mintz, 2004). As ações resultam de disputas entre diferentes atores, e podem ser divididas em dois estágios: uma não holística, que elimina as opções que são ameaças à sobrevivência política do líder, que procura evitar perdas, enfatizando o critério da política doméstica; e outra mais racional, escolhendo entre as opções restantes através da maximização dos ganhos e observando todas as dimensões.

A disputa na arena política doméstica é evidenciada por duas teorias que explicam o processo de tomada de decisão como produto de batalhas políticas: a teoria das coalizões; e das políticas burocráticas e governamentais (Beach, 2012, p.132). No primeiro modelo teórico, observam-se quais tipos de resultados de decisão pode-se esperar em política externa em situações políticas diferentes – isto é, no parlamentarismo, no presidencialismo e em

⁶² Porém, ainda que o estudo se pautasse pela lógica do modelo racional e da presença de múltiplas arenas no processo decisório de política externa, compreende-se que existem outros métodos que também são importantes para compreensão de como a política externa é realizada. Com o passar dos anos surgiram teorias cognitivas que passaram a ter um entendimento mais realista do processo de tomada de decisão. Isso porque existem limitações naturais que impedem que os atores percebam corretamente as situações de escolha que eles enfrentam. Dada a imensa complexidade dos ambientes internacionais e da política doméstica, os atores envolvidos no processo de decisão não conseguem captar todos os custos envolvidos. Com isso, não há uma preferência racional, pré-ordenada, mas sim a ambiguidade e a presença do conflito interno e externo. O processo de tomada de decisão, então, não deve ser entendido por meio de ações e objetivos combinados mecanicamente, ou seja, racionalmente. Existem limitações cognitivas que impedem o entendimento total e a maximização utilitária, fazendo com que a ambiguidade e a incerteza tornem a escolha mais complexa (Beach, 2012, p. 103-5).

regimes autoritários. Dessa maneira, em primeiro lugar, verifica-se a presença de regras constitucionais estabelecidas e de outras normas informais. Em segundo lugar, constata-se a necessidade de construção de maiorias para aprovação de determinado projeto em política externa. Em uma situação de unanimidade, cada ator tem um veto, tornando muito difícil o alcance de acordos. Já em um sistema de voto majoritário, deve-se esperar que as coalizões atuassem com um número mínimo de atores (Hagan et al, 2001).

Já o segundo modelo é conhecido pelo componente burocrático e governamental. Enquanto a política governamental é baseada nos atores com maior peso e possui questões centrais sendo discutidas (especialmente durante situações de crise), o componente burocrático é visto como uma batalha em níveis políticos mais profundos, intra-ministeriais, e lida com questões mais rotineiras e com menor saliência. Mas o núcleo central das duas abordagens é que as decisões em política externa resultam de batalhas políticas entre diferentes tomadores de decisões, cada qual com seu interesse e com diferentes percepções acerca do interesse nacional. Sendo assim, as decisões não são racionais e baseadas no custo-benefício, mas advêm de barganhas internas entre os decisores que possuem preferências distintas, onde as políticas refletem as preferências dos atores com maior poder de barganha. Então, as preferências e os poderes do Legislativo e do Executivo são variáveis intervenientes imprescindíveis acerca do processo de tomada de decisão em política externa. E, refutando a tese do realismo, qualquer análise acerca da política externa deve considerar a compreensão de seu processo decisório, com suas regras institucionais, atores e veto-players, o que transforma sua dinâmica interna e externa.

2.1.5. *A política externa como política pública*

Com o fim da competição bipolar, e com o aumento da diversificação dos processos de globalização e com a liberalização econômica, surgiram novas possibilidades de atuação internacional dos Estados, assim como houve um aumento do leque de novas questões que demandam conhecimentos particulares e da diversidade de atores envolvidos em assuntos internacionais. Com isso, houve o reconhecimento da conexão entre problemas internacionais e temas domésticos, e a concepção da política externa como resultado das iniciativas tomadas por diferentes atores, em conjunto com o Estado, e em interação com o ambiente internacional, aumentando a complexidade do processo decisório. E, nessa nova realidade, a política externa deve ser caracterizada como uma política com efeitos distributivos, redistributivos e regulatórios, que contempla interesses setoriais. Para ser considerada como uma política pública, a política externa deve conter componentes e atores domésticos, pois estes são relevantes para sua formulação e conteúdo. Para tanto, sua concepção deve incorporar os mais distintos atores presentes no processo decisório e suas formas de participação, de influência, de cooperação, de resistência e de conflito (Milani e Pinheiro, 2013, p.13-5).

Ao considerar a política externa como política pública, tanto o Estado quanto o governo atuam no plano internacional; contudo, o governo é uma instituição do Estado, e que os governos (composto por Poder Executivo, Legislativo e Judiciário), assim como outros atores, são aqueles responsáveis pela produção de políticas públicas, exercendo influência sobre seu conteúdo (Souza, 2006). Como política pública, a política externa passa a fazer parte do terreno da *politics*, ou seja,

"reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes

de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política. Em decorrência, estamos retirando a política externa de uma condição inercial associada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes, protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária. Estamos, portanto, despidendo a política externa das características geralmente atribuídas ao que se chama de política de Estado, que nos levava a lhe imputar uma condição de extrema singularidade frente às demais políticas públicas do governo" (Milani e Pinheiro, 2013, p.24).

Assim, analisar a política externa como política pública resulta em entender como e por que os governos optam por determinadas ações, sendo que há uma relação cada vez mais íntima entre política externa e outras políticas públicas (Souza, 2006, p.22; Ardissonne, 2011, p.31-2).

O estudo considera, então, dois aspectos centrais: as políticas domésticas e externa compõem um *continuum* de processo decisório, de maneira que a política externa, considerada como uma política que depende do governo que está no poder, não se diferencia das demais políticas públicas, pois ambas estão interrelacionadas. Ademais, defende-se a concepção de política externa como uma continuidade entre as políticas doméstica e internacional, contribuindo para o seu componente poliárquico (Milner, 1997).

2.2. O Poder Legislativo na política externa

2.2.1. O jogo de dois-níveis: condicionantes domésticos da política externa

Na década de 1960, houve o fortalecimento teórico do componente doméstico na política internacional. Porém, com a recharacterização do realismo, na década de 1980, as variáveis domésticas foram praticamente desconsideradas, pois o estado era concebido como um ator unitário. Com o desenvolvimento da abordagem teórica do *jogo de dois-níveis*, a política doméstica ressurgiu na teoria das relações internacionais (Putnam, 1988). Nesse novo

tipo de abordagem, o Poder Executivo de um estado nem sempre prevalece, pois presume-se que há a divisão do poder com outros grupos internos no processo decisório, sendo que as escolhas políticas resultam do jogo estratégico entre atores internos.

De acordo com Putnam (1988), a política externa não está atrelada somente a condicionantes externos, mas também a domésticos. A partir desse argumento, o Estado não pode ser concebido como um ator unitário. É necessário um equilíbrio teórico que considere a interação entre fatores internos e externos, pois a explicação dos determinantes domésticos da política externa deve considerar partidos políticos, clivagens sociais, grupos de interesse, legisladores e até mesmo a opinião pública e as eleições. Sendo assim, o *jogo de dois-níveis* é a metáfora para entender as interações internas e externas nas relações internacionais. No nível nacional, os grupos domésticos (partidos, parlamentares, grupos de interesse) pressionam o governo para a prática de políticas favoráveis; já no nível internacional, os governos nacionais (diplomatas, conselheiros) procuram maximizar sua habilidade em satisfazer pressões domésticas. Com isso, nenhum dos *dois jogos* pode ser ignorado pelos decisores centrais.

Em uma negociação entre duas organizações, cada lado é representado por um líder, o chefe de negociação, que não tem preferências políticas independentes, mas que procura alcançar acordos que serão atrativos para seus constituintes. Nesse processo, há duas etapas, nas quais quatro conjuntos de atores procuram maximizar seus objetivos. No plano internacional, somente dois atores unitários e racionais participam do jogo e negociam a escolha da política e o alcance do acordo: o governo estrangeiro e o Poder Executivo do país, ocorrendo a negociação e a barganha entre os negociadores com o objetivo de acordo. E, no âmbito doméstico, o Poder Executivo (o proponente), o Congresso (o escolhido), e os grupos de interesse domésticos (os endossadores), ocorrendo a ratificação ou a não aprovação do

acordo. Assim, o Poder Executivo e o Poder Legislativo dividem os poderes no processo decisório. O Executivo tem o poder de propor políticas e de impor a agenda de política externa. Entretanto, necessita do apoio e da ratificação congressional para aprovar os acordos negociados no plano internacional. Nesse sentido, o Legislativo ratifica ou rejeita o acordo proposto⁶³, observando a maximização dos seus objetivos eleitorais.

Assim, torna-se claro, de acordo com Putnam (1988), a importância dos *win-sets*⁶⁴: com majorias mais amplas na etapa de ratificação, os acordos na negociação se tornam mais prováveis; por outro lado, quanto menor for o tamanho do *win-set*, maiores os riscos de que as negociações parem. Ou seja, estabelece-se um *win-set* suficientemente amplo para que o acordo não seja rejeitado no plano doméstico. É preciso entender, dessa maneira, quais circunstâncias afetam o tamanho do *win-set*. Segundo Putnam (1988), existem três circunstâncias: em primeiro lugar, a construção de majorias depende da distribuição de poder, preferências e possíveis coalizões entre os constituintes do nível doméstico⁶⁵; em segundo lugar, o tamanho do *win-set* depende das instituições políticas domésticas – tais como a separação de poderes, a disciplina partidária e a autonomia do Estado; por último, a dimensão do apoio ao governo depende das estratégias realizadas durante a etapa de negociação⁶⁶.

Portanto, diferentemente das teorias do Estado, a abordagem de *dois-níveis* reconhece a necessidade do conflito doméstico sobre o que o interesse nacional deseja e

⁶³ Se o acordo é rejeitado pelo Congresso, a manutenção do status quo é o resultado; conseqüentemente, não há cooperação.

⁶⁴ Pode-se definir *win-set* como um conjunto de medidas que satisfaça as preferências dos atores pivotais no plano doméstico.

⁶⁵ Quanto menores os custos para os constituintes não realizarem o acordo, menor será o *win-set*; o tamanho do *win-set* depende do tamanho relativo das forças isolacionistas (que se opõem à cooperação internacional) e dos internacionalistas (que oferecem apoio); o apoio para acordos internacionais é provavelmente maior em países pequenos, dependentes e com economias abertas – se comparados com países auto-suficientes (como os Estados Unidos, onde para a maioria dos cidadãos os custos de não-acordo são geralmente baixos).

⁶⁶ Segundo Putnam (1988), o principal objetivo do negociador é expandir seu *win-set* para encorajar a ratificação do acordo. Qualquer líder tem uma posição política e uma coalizão particular. Se um tratado internacional ameaça essa posição, ou se a ratificação requer que ele construa uma coalizão diferente, o chefe negociador relutará em sancionar isso.

afirma que os decisores centrais esforçam-se em reconciliar os imperativos domésticos e internacionais de modo simultâneo⁶⁷. Em suma, a principal contribuição de Putnam foi destacar a interação entre a esfera doméstica e a internacional, além da função do poder ratificador no plano interno. Contudo, apesar de inovar no debate acerca da questão das preferências, Putnam utilizou poucos exemplos empíricos, e desconsiderou a questão ideológica e partidária como central em sua análise. Na última década, uma leva de trabalhos se utilizou do modelo explicativo de Putnam para pensar a importância das variáveis domésticas em relações internacionais. Sendo assim, nos capítulos seguintes, o estudo procurará analisar tal disputa de preferências a partir de evidências empíricas, considerando a variável da ideologia e do pertencimento partidário na coalizão governista ou na oposição como variáveis centrais para a formulação em política externa.

2.2.2. Preferências legislativas, instituições políticas e processo decisório em política externa: pressupostos teóricos para se analisar o papel dos partidos políticos em atos internacionais

Apesar do reconhecimento da importância do componente doméstico na política internacional, poucos analistas desenvolveram arcabouços teóricos consistentes, com

⁶⁷ Um exemplo de como a diplomacia e a política doméstica podem influenciar umas às outras ocorreu na Conferência Bonn de 1978. Na década de 1970, um programa coordenado global, liderado pelas economias de Estados Unidos, Alemanha e Japão, foi proposto para encorajar o restabelecimento das economias ocidentais frente ao primeiro choque do petróleo. Todos os lados concordaram que a economia mundial estava com sérios problemas. No entanto, não estava claro de quem era a culpa. Durante a Conferência, foi produzido um acordo balanceado entre as partes. A questão principal, segundo Putnam (1988), é que os governos adotaram políticas diferentes daquelas que eles teriam perseguido na ausência de negociações internacionais; e que o acordo somente foi possível porque uma minoria poderosa dentro de cada governo favoreceu os fundamentos domésticos dentro das demandas internacionais. Ou seja: o acordo representou uma coordenação política internacional, pois dentro de cada país uma facção apoiou a mudança política que vinha sendo pedida, mas as pressões internacionais foram condições necessárias para a mudança dessas políticas. Por outro lado, sem repercussão doméstica, as forças internacionais não conseguiriam produzir o acordo. Sendo assim, o acordo Bonn combinou pressões internas e externas.

hipóteses testáveis. A partir desta lacuna, Milner (1997) procura desenvolver sua teoria, desenvolvendo hipóteses por meio do método da escolha racional, e observando a influência de aspectos domésticos e sua interação com fatores externos a partir do argumento central de que a política doméstica e as relações internacionais estão inter-relacionadas, de maneira que a posição internacional de um determinado país influencia a economia e a política interna - que, por sua vez, molda o comportamento da nação no plano externo. Já Martin (2000) busca analisar os compromissos externos dos Estados através de determinantes políticos domésticos, observando a forma como o Poder Legislativo influencia o processo decisório em matéria de política externa, se suas preferências são consideradas e qual o impacto da participação para o processo como um todo.

Como observar, então, a interação entre política doméstica e internacional? Através da cooperação entre as nações, que ocorre quando “os atores ajustam seu comportamento para a atualidade ou antecipam preferências de outros, através de um processo de coordenação política⁶⁸”, assumindo que seu comportamento visa certos objetivos, desde que recebam ganhos ou recompensas provenientes da cooperação. Dessa maneira, cada ator auxilia outros atores a realizar seus objetivos, moldando suas políticas e antecipando recompensas. Consequentemente, a cooperação é caracterizada como um processo de troca, envolvendo o ajuste das políticas de um estado com outro. Mas, mais importante, a cooperação entre as nações é afetada pelas consequências distributivas domésticas dos esforços cooperativos. Os acordos de cooperação criam vencedores e perdedores no âmbito doméstico, e é a luta interna entre os atores domésticos que molda a natureza dos acordos. Então, “todos os aspectos da cooperação são afetados por componente domésticos porque a cooperação é uma continuação

⁶⁸ Traduzido do original: “actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination”. (Keohane, 1984, p.51-2).

das batalhas políticas internas”⁶⁹. Se, para os realistas, a política internacional e a política doméstica são anárquica e hierárquica, Milner (1997) destaca o componente poliárquico de ambas, onde o poder e a autoridade são compartilhados sem equidade, com atores e várias preferências e decisões. Nesse sentido, a política doméstica é resultante do conflito pelo poder, pela influência e pela tomada de decisão, moldando a política externa de cada país (Milner, 1997, p.7-8)

Ao observar o componente poliárquico da política doméstica, existem três fatores que definem a posição de um determinado estado e sua caracterização como uma poliarquia (Milner, 1997, p.11): as preferências distintas dos atores domésticos, as instituições internas e o processo de tomada de decisão compartilhado, e a distribuição de informação entre os atores. Dessa maneira, interesses, instituições e informação são variáveis centrais para o desenvolvimento de sua teoria e para o estudo da cooperação internacional. Em sua perspectiva teórica, os atores domésticos são essenciais para a cooperação internacional, e podem ser divididos em três tipos: o Poder Executivo (incluindo sua burocracia, departamentos e ministérios); o Poder Legislativo; e, por fim, os grupos societários. A política interna é raramente considerada como hierárquica; evidencia-se, assim, sua delimitação poliárquica, com diversos atores controlando e influenciando o processo de decisão⁷⁰. E o jogo entre os atores domésticos depende de três variáveis: as diferenças das preferências (os interesses dos atores), a natureza das instituições políticas domésticas e a distribuição de informação (Milner, 1997, p.12-4).

⁶⁹ Traduzido do original: “all aspects of cooperation are affected by domestic considerations because cooperation is a continuation of domestic political struggles by other means”. (Milner, 1997, p.10).

⁷⁰ “Quanto maior as divergências entre as preferências, mais igualmente a informação é adquirida, e quanto mais instituições dispersam poder sobre políticas, mais poliárquica é a situação doméstica. Traduzido do original: “The greater the divergences among their preferences, the more equally information is possessed, and the more institutions disperse power over policy, the more polyarchic is the domestic situation”. (Milner, 1997, p.14).

Em primeiro lugar, Milner (1997) destaca o relacionamento entre interesses dos atores e instituições políticas, e suas implicações para a cooperação internacional. Os interesses e as preferências dos atores importam porque o estado não é um ator unitário, contendo grupos com preferências políticas distintas. Qualquer mudança no sistema internacional e na cooperação tem consequências domésticas distributivas e eleitorais, provocando o apoio ou a oposição de determinados atores internos, que irão pressionar o governo a cooperar ou não. Dessa maneira, “as diferenças nas preferências políticas entre os atores que dividem poder sobre o processo decisório exercem poderosa influência em como a política doméstica afeta a cooperação internacional”⁷¹, o que torna a estrutura doméstica de preferências um variável independente central para explicar a cooperação. Milner (1997), portanto, parte da perspectiva de Tsebelis (1995) para demonstrar que quanto maior o número de *veto players* no sistema, mais dificultoso será negociar em razão da multiplicidade de preferências.

Em segundo lugar, as instituições políticas domésticas determinam como o controle do processo decisório é distribuído entre os atores, moldando o processo pelo qual as preferências são internamente agregadas. As instituições, definidas como as regras do jogo em uma sociedade, ou as restrições delineadas pela sociedade para moldar a interação social (North, 1990, p.3), importam, mas as preferências são aspectos primordiais, interferindo nos resultados. No campo da análise em política externa, é necessário examinar como é feita determinada escolha política. Para tanto, é importante observar o funcionamento do processo legislativo, determinando quais atores dividem o poder do processo decisório - com isso, define-se a extensão da poliarquia (Milner, 1997, p.18). Portanto, são elementos centrais dos

⁷¹ Traduzido do original: “the differences in policy preferences among actors who share power over policy making exert a powerful influence on how domestic politics affects international cooperation”. (Milner, 1997, p.16)

poderes dos atores domésticos, fazendo com que um ator influencie o processo decisório: quem inicia e controla a agenda; o processo de emenda; a ratificação e os vetos; e os referendos.

Finalmente, em terceiro lugar, a função da distribuição da informação doméstica é de extrema relevância. Quando todos os atores não possuem informação completa acerca de uma determinada questão, diversas desvantagens políticas podem aparecer, assim como resultados ineficientes. Na maioria dos casos, o Poder Executivo possui vantagens informacionais sobre outros atores domésticos; por outro lado, o Poder Legislativo e o eleitorado são menos informados acerca dos temas de política externa. Entretanto, a extensão da poliarquia depende da distribuição da informação doméstica, que está sempre vinculada com as instituições políticas do país em questão. Dessa maneira, “certas configurações institucionais, combinadas com a incerteza doméstica, torna a rejeição às políticas executivas mais prováveis, enfraquecendo sua dominância”⁷², além de (e mais importante para esse análise) promover o maior equilíbrio entre os poderes, evidenciando o sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) e a *accountability* horizontal.

Como se viu nos capítulos anteriores, a questão das preferências em política externa é primordial para contribuir para o maior conflito ou cooperação no processo de tomada de decisão. Isso porque, em qualquer sistema democrático institucionalizado e com um eficiente sistema de freios e contrapesos, cada ramo e ator governamental, considerados como atores racionais e maximizadores de seus interesses, atua dentro dos seus limites institucionais, de acordo com as regras do jogo, mas procurando estipular maneiras de ter suas preferências atendidas nas mais variadas políticas públicas. Então, é sempre necessário considerar que a estrutura de preferências tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo varia de

⁷² Traduzido do original: “certain institutional configurations, combined with uncertainty domestically, make rejection of the executive’s policies more likely and undermine her dominance”. (Milner, 1997, p.22).

acordo com a posição relativa das preferências dos atores (Milner, 1997, p.33-7). E, considerando a política externa como uma política pública, os atores, sejam eles parte integrante do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, procuram se manter no poder e se eleger, escolhendo políticas de acordo com seus interesses eleitorais, mas considerando as preferências dos grupos que os apoiam. Nesse sentido, em sistemas presidencialistas, mesmo que controle a agenda, o Poder Executivo considerará as preferências da sua coalizão governista ao negociar o acordo no plano internacional, antecipando as reações congressuais, pois caso envie para aprovação um projeto que não será ratificado, os custos internos e externos serão extensos. Da mesma maneira, os partidos políticos membros da coalizão considerarão este apoio, e irão tomar a decisão sobre determinada política pública considerando seus custos de rejeição e de aprovação. Ou seja, as preferências dos congressistas impactam a natureza do acordo internacional, moldando as condições de acordo - que irão refletir mais intimamente as preferências legislativas. Pressupomos, portanto, que o controle da agenda é dividido entre membros da base governista, onde a questão da informação se torna essencial.

Se os congressistas têm a percepção de que o acordo negociado no plano internacional será propício para eles, ocorrerá a ratificação. Por outro lado, caso não haja a percepção de que suas preferências estão inseridas devido à informação assimétrica, é mais provável que os legisladores não ratifiquem o acordo (Martin, 1997, p. 84-5). Contudo, a assimetria de informação não impede que o Poder Legislativo se informe por outros meios e atores domésticos⁷³, obtendo informação sobre o acordo para depois ratificá-lo ou rejeitá-lo,

⁷³ Tais como grupos de interesse, comissões legislativas, membros partidários ou agências independentes. Com o aumento da informação via outros atores (e, por conseguinte, do component poliárquico), os congressistas aperfeiçoam seu conhecimento, sendo favoráveis ao grupo mais próximo do seu ponto ideal (Milner, 1997, p.95). Se o sistema partidário é mais institucionalizado, há maior probabilidade dos legisladores apoiarem as informações que obtiveram em comissões legislativas e em relatorias (Krehbiel, 1991). Ademais, é ilógico pensar que os legisladores fortaleceriam as comissões institucionalmente e, ao mesmo tempo, se manteriam

havendo maiores chances de aprovação no plano doméstico, nos moldes das preferências ideais do Poder Legislativo. Nesse sentido, o papel das relatorias em comissões legislativas se torna essencial, pois nelas os legisladores se informam melhor acerca do ato internacional, consultando especialistas ou membros do governo. Com o acúmulo de informação e a utilização da *expertise*, os parlamentares possuem recursos e meios de auxílio para atingirem suas metas, de maneira que a centralidade das comissões é imprescindível para o processo legislativo (Krehbiel, 1991)⁷⁴. Com a aquisição de informação, os legisladores compreendem melhor o acordo internacional, de maneira que o Executivo antecipará suas reações e considerará as preferências legislativas. Então, não há abdicação em temas de política externa, mas delegação ao Executivo (Martin, 2000). E, como se verá no capítulo final, tanto o sistema partidário do Brasil quanto do Chile são extremamente úteis para se verificar a função dos relatores no processo de tomada de decisão em política externa, visualizando a forma como as preferências são dispostas, auxiliando os partidos políticos no jogo estratégico com o Poder Executivo e a nação estrangeira, contrabalanceando os poderes (Milner, 1997, p.86-92).

Contudo, as preferências podem variar, criando divergências entre o Executivo e o legislador mediano, ocasionando governos divididos e a dificuldade em aprovação de matérias. E, quando Executivo e Legislativo possuem preferências distantes, o governo é mais dividido, tornando a cooperação menos provável. Ademais, espera-se que as legislaturas deleguem autoridade ao Executivo quando as preferências e os objetivos deste último são próximos às suas – ou seja, quando o Congresso confia que o Executivo execute políticas de

ausentes do processo decisório; nas comissões, os congressistas obtêm poderes que permitem a utilização de mecanismos procedimentais, ganhando novas fontes de informação, e influenciando o processo decisório (Martin, 2000, p.400).

⁷⁴ As comissões são depositárias de informação e de *expertise*, podendo controlar a agenda legislativa, o que acaba explicando o comportamento dos parlamentares e os efeitos produzidos pelo Congresso. Assim, além das preferências dos *policy makers*, o enfoque deve incidir sobre as próprias instituições, que moldam o comportamento dos legisladores (Krehbiel, 1991).

acordo com as preferências legislativas. Por outro lado, quando há desconfiança em relação às preferências do Executivo, presume-se que ocorra maior atividade legislativa, especialmente em governos divididos. Apesar de o conflito de interesse entre os poderes ser um fator que pode reduzir o nível de cooperação alcançado pelo Poder Executivo, é também um fator que acentua a habilidade legislativa no processo decisório, influenciando a política externa, e demonstrando a importância de governos divididos e da participação legislativa institucionalizada na cooperação internacional (Martin, 2000, p.488-505).

Além disso, em sistemas presidencialistas e multipartidários - como é o caso do Brasil e do Chile - governos divididos ocorrem quando o partido presidencial não possui maioria legislativa, de maneira que o conflito entre os poderes é elevado quando possuem diferentes preferências políticas. Com a formação de coalizões, os governos procuram tornar as preferências mais próximas, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão, e ocasionando diferentes formas de configuração da política externa de um país. A partir da lógica da ação coletiva-partidária, os congressistas podem se organizar e tomar conhecimento dos acordos internacionais, informando-se acerca das preferências do Executivo a partir das lideranças partidárias; por outro lado, ao cederem requisitos informacionais, os líderes partidários fomentam a disciplina aos congressistas. Há, então, um modelo de partidos como instituições que resolvem os problemas da ação coletiva, incentivando o vínculo partidário e a delegação. Então, mais importante, governos divididos dependem não apenas das preferências, mas também das instituições políticas, tais como a configuração constitucional, o sistema de freios e contrapesos, o número de partidos políticos, a disciplina partidária e, por conseguinte, a formação de coalizões. Ou seja, preferências e instituições estão intrinsecamente ligadas no processo de decisão de governos, sejam eles divididos ou majoritários, e suas consequências para aprovação de acordos internacionais.

As preferências dos atores também estão intrinsecamente relacionadas com as instituições políticas e seu efeitos no processo decisório, tais como o controle de agenda, a ratificação e o veto (Milner, 1997, p.101-112). Quanto maior o controle de determinado ator, maior as chances de implementar suas preferências. Por outro lado, se há distribuição de tais poderes, o processo decisório em política externa passa a ser compartilhado, observando as preferências conjuntas. Tanto no Brasil quanto no Chile, o Poder Executivo controla a agenda do processo decisório das políticas públicas em geral – como visto no primeiro capítulo. Contudo, a agenda é compartilhada entre os partidos da coalizão, considerando as preferências programáticas. Apesar do processo de emendamento de atos internacionais não ser uma rotina presente em ambos os países (pois a barganha internacional pode colapsar caso o Legislativo emende o acordo, aumentando os custos da negociação), o processo de ratificação e de poder de veto são variáveis imprescindíveis para observar a participação dos partidos políticos no processo de tomada de decisão, limitando a atuação do *agenda-setter* (Tsebellis, 1995) por meio de mecanismos procedimentais contidos nos próprios regimentos internos das Casas Congressuais, tais como a rejeição, a inclusão de substitutivos e a demora para apreciar a matéria. Conseqüentemente, as legislaturas podem exercer influência substantiva através de mecanismos indiretos de controle – como o atraso ou a obstrução em implementar legislação para acordos internacionais. E, com a antecipação de reações, pode-se prever se o acordo será ratificado ou não, pois a decisão de iniciar uma negociação no plano externo depende das chances de ratificação doméstica.

Tanto o controle de agenda, quando o processo de emendamento e de ratificação/veto podem afetar a distribuição de preferências e o processo decisório de política externa, considerando sua multiplicidade de arenas (Milner, 1997, p.112-7). Em primeiro lugar, quando não há emenda nem ratificação legislativa, o Executivo domina o processo decisório,

implementando suas preferências no plano externo e diminuindo as chances do ato internacional não ser aprovado. Em segundo lugar, quando apenas o Legislativo emenda e o Executivo não pode vetar (mas apenas negociar no plano internacional), ocorre a máxima influência congressual, sendo que os partidos políticos emendam a partir de suas preferências. Em terceiro lugar, quando há maior emendamento, as preferências legislativas aumentam ainda que ocorra o veto presidencial. Por fim, e mais importante para a presente análise do presidencialismo brasileiro e chileno, quando o Executivo negocia no plano internacional e o Legislativo pode ratificar ou não, sendo que os congressistas possuem influência no plano externo, enquanto que o Executivo deve considerar o plano doméstico para obter a ratificação. O estudo, então, evidencia o processo de ratificação e de tramitação do ato legislativo como variável explicativa central para se compreender o posicionamento de política externa de ambos os países, considerando, para tanto, as preferências do Poder Executivo, dos partidos políticos e da coalizão governista. Assim, a dinâmica em política externa (a variável dependente) reflete e varia em função das mudanças em variáveis relacionadas ao sistema partidário e às comissões congressuais, demonstrando os caminhos pelos quais as legislaturas podem exercer influência, trazendo resultados próximos às suas posições preferidas.

A partir desses pressupostos, pode-se demonstrar que a influência legislativa em acordos internacionais ocorre, sendo que, quanto maior a participação institucionalizada do Poder Legislativo e a consideração das preferências legislativas, maior a credibilidade dos acordos, assim como da estabilidade dos padrões de cooperação. Não há dominação executiva, pois existe a delegação legislativa e a negociação de autoridade com o Executivo, que antecipa as reações dos congressistas, considerando suas preferências. Conseqüentemente, a organização legislativa e suas instituições, assim como as relações entre Executivo e Legislativo, são variáveis explicativas cruciais para examinar a influência sobre a

política externa e aumentar a capacidade das democracias em dar credibilidade a acordos internacionais⁷⁵ (Martin, 2000, p.154).

Em primeiro lugar, dado que o Poder Executivo possui prerrogativas constitucionais e funcionais em política externa, é extremamente dificultoso que os legisladores exerçam influência por conta própria. Então, para compreensão da influência doméstica em política externa, a função do Poder Legislativo deve sempre ser entendida em sua interação com o Executivo. A delegação de poderes ocorre, mas de maneira que o Legislativo mantenha influência sobre os resultados de determinadas políticas públicas. Por conseguinte, são nas comissões que os legisladores conseguem influenciar a distribuição das preferências, trocando votos e aprovando acordos, e fornecendo informação através das relatorias (Weingast e Marshall, 1988).

Em segundo lugar, outra fonte de influência parlamentar observada a partir do relacionamento entre Executivo e Legislativo provém dos mecanismos estruturais e processuais que os congressistas possuem sobre atividades executivas, controlando agências burocráticas através de quatro mecanismos (Martin, 2000, p.416-425): da “patrulha policial”, com controle centralizado, ativo e direto; dos “alarmes de incêndio” (McCubbins e Schwartz, 1984), no qual os grupos de interesse advertem os legisladores; do poder orçamentário, onde o Congresso realiza ajustes financeiros em agências burocráticas; e do processo de implementação de acordos internacionais, segundo o qual o Executivo antecipa a reação legislativa e incorpora as preferências congressuais na barganha com outros países.

A análise das preferências dos atores e das instituições políticas corroboram a tese de que a política externa de um determinado país está envolta por múltiplas arenas decisórias,

⁷⁵ De acordo com seu argumento, a influência legislativa institucionalizada complica a barganha internacional, mas torna os acordos mais confiáveis. Como consequência, o comprometimento fortemente institucionalizado do legislativo em processos de cooperação internacional permite que as democracias realizem acordos confiáveis no plano internacional, pois as preferências congressuais são consideradas pelos negociadores (Martin, 2000, p.684).

interagindo com fatores internacionais e moldando a cooperação entre as nações. Por conseguinte, o Estado não deve ser tratado como um ator unitário, pois a interação das variáveis relacionadas à estrutura das preferências domésticas e das instituições políticas e à distribuição de informação entre os atores (variáveis que condicionam o processo de ratificação doméstico) afetam as possibilidades e as condições das negociações no plano externo. Sendo assim, pode-se constatar que fatores domésticos contidos nas preferências dos atores poliárquicos e na distribuição de informação afetam as negociações internacionais, sendo que as legislaturas irão institucionalizar sua participação em atos internacionais, havendo conflito ou cooperação perante o Poder Executivo. E as instituições, em conjunto com as preferências e a distribuição de informação, afetam as probabilidades e condições dos atos internacionais.

* * *

A partir da crítica à teoria realista, novas formulações em política externa passaram a considerar a presença de novos atores na condução de tal política pública. Putnam (1988) contribuiu para a superação da divisória entre o âmbito doméstico e o internacional. Isso porque a cooperação internacional somente pode ser compreendida como parte de um jogo complexo de dois-níveis, em que a política doméstica e a barganha internacional estão ligadas.

Influenciada por Putnam, Milner (1997) descreve que os Estados não são atores unitários, mas sim poliárquicos, pois uma pluralidade de atores participa do processo de tomada de decisão. Sendo assim, os processos decisórios formam um *continuum*, do nacional ao internacional, onde a autoridade pela produção de decisões é compartilhada. Os Estados

não são atores unitários, pois existem atores com preferências variáveis e que compartilham o poder na tomada de decisão. Na concepção de Milner (1997), o Estado é composto por atores políticos com preferências distintas e que compartilham poderes no processo decisório de política externa, sendo que o Poder Legislativo possui influência na cooperação internacional.

Em Martin (2000), tanto o Executivo quanto o Legislativo beneficiam-se da cooperação na formulação de política externa. Sendo assim, a participação do Legislativo na condução da política externa é relevante, pois são os mecanismos do Legislativo que implementam os acordos internacionais e, além disso, a participação institucionalizada, via Congresso, nos processos de cooperação internacional, aumenta a credibilidade dos compromentimentos internacionais do Estado. Os legisladores influenciam a cooperação internacional através de mecanismos indiretos e pouco aparentes. Para se compreender a influência legislativa, deve-se visualizar além da aprovação ou não dos tratados no plano doméstico, mas através de outros mecanismos de influência e de transferência de autoridade ao Poder Executivo com o objetivo de alcançar suas preferências. Como resultado, a participação legislativa institucionalizada aumenta a credibilidade de acordos interestatais, e conseqüentemente, dos níveis de cooperação internacional. A delegação é um mecanismo de influência, onde a variação institucional é uma variável-chave no processo de cooperação. Este tipo de análise, por conseguinte, não vê a política externa a partir da influência de apenas um poder, mas considera a interação entre Executivo e Legislativo como uma relação de troca competitiva e distributiva, de maneira que ambos podem ganhar nos acordos – desde que estejam permeados por instituições fortes.

Para o presente trabalho, a discussão anterior importa devido à necessidade de pressupostos teóricos, pesquisas empíricas e comparadas que considerem o desenho da engenharia institucional e a formalidade dos atores no processo de tomada de decisão, sem

desconsiderar, conforme já fora debatido no capítulo primeiro, o contexto em que essas instituições estão inseridas. Ainda que seja dificultoso determinar precisamente os efeitos de fatores formais e informais, tais como a antecipação de reações, a barganha pela ameaça do veto e o componente burocrático, o estudo parte do pressuposto de que, tanto no Brasil quanto no Chile, há a participação legislativa, seja por meio de mecanismos procedimentais ou por meio da influência indireta e da aquisição de informações, de maneira que o Poder Executivo considerará as preferências dos partidos políticos e dos legisladores no cenário internacional.

III

A POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL E NO CHILE: POLÍTICA PARTIDÁRIA E GOVERNOS DE COALIZÃO NA CONFORMAÇÃO DA POSIÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES

O capítulo anterior definiu o conceito de política externa, comparando-o com as principais escolas teóricas das relações internacionais, além de realizar uma evolução das suas correntes analíticas, evidenciando o componente doméstico como fator essencial para compreensão da atividade internacional de qualquer nação, assim como da importância da atuação legislativa e partidária em política externa.

A seguir, a partir da definição do conceito de política externa e da análise do contexto internacional, o presente estudo analisará o *modus operandi* da política externa do Brasil e do Chile, evidenciando suas formas de inserção no sistema internacional e regional, considerando seus objetivos primordiais e se existem diferentes formas de atuação do PT e do PS em relação à tal política pública, destacando os principais atores em política externa, assim como seus paradigmas de atuação ao longo dos anos e as diferenças entre governos e regimes. Isso porque, de acordo com os objetivos propostos no início do estudo, Brasil e Chile possuem variáveis contextuais semelhantes, dentre as quais, o surgimento de governos de centro-esquerda após o declínio do neoliberalismo e que procuraram atuar de maneira semelhante em políticas econômicas e sociais, além de se pautarem pela moderação política e pelo aceite das regras do jogo democráticas, onde prepondera a atuação centralizada do Poder Executivo e do presidencialismo de coalizão, de maneira que os partidos políticos são

importantes para a formulação e implementação das políticas públicas em geral, e especificamente no tocante à política externa. No entanto, os governos de centro-esquerda de PT e PS se diferenciaram, como se verá a seguir, na atuação em política externa; em primeiro lugar, o PS manteve características dos governos da coalizão da *Concertación* anteriores, considerando a composição governista e de preferências ideológicas dos partidos coalicionistas como variáveis centrais para a conformação da política externa; por sua vez, em segundo lugar, o PT diferiu em alguns dos governos anteriores no âmbito da política externa, e procurou influenciar a ordem internacional evidenciando sua atuação como *soft power* e a partir da ideia de liderança entre os países sul-americanos – o que pode ser explicado pela maior influência do próprio partido na formulação da política externa, e não da coalizão governista em si. Com isso, a política externa do PT perpetuou outros paradigmas, diferenciando-se dos governos anteriores; e, mais importante, diferenciou-se do próprio PS em seus objetivos primordiais, preterindo acordos de livre comércio e pautando-se pelo aumento da influência nos principais organismos internacionais.

A hipótese a ser desvendada é que, como o PT, durante o governo Lula, possuía pouca margem de manobra em políticas econômicas e sociais, era necessária uma nova dimensão de atuação. Com isso, o governo Lula utilizou a política externa como um contrapeso às outras decisões de política econômica e social. Por sua vez, no caso chileno, a coalizão da *Concertación* governou o país de 1990 a 2010 e, diferentemente do caso brasileiro, o presidencialismo chileno possui coalizões mais coesas e estáveis, que possuem objetivos semelhantes, independentemente do partido eleito para a Presidência. Dessa maneira, a hipótese para o caso chileno é que, em oposição ao Brasil, houve poucas mudanças sociais, econômicas e principalmente em relação à política externa, pois tais partidos se mantiveram mais coesos em relação aos seus objetivos primordiais no plano internacional,

privilegiando acordos de livre-comércio. Sendo assim, a hipótese a ser destacada é que, apesar de ambos países possuírem partidos de esquerda governando em períodos semelhantes, o PT utilizou-se de estratégias diferentes para promoção da política externa, enquanto que o PS manteve-se fiel aos objetivos da coalizão partidária. Por conseguinte, a característica do sistema político-partidário, observada no capítulo anterior, assim como a correlação de forças dentro da coalizão de cada país, é uma variável que influencia a formulação em política externa, ocasionando objetivos diferentes em partidos de tradição de centro-esquerda.

A partir dessas premissas básicas, o capítulo delimita a atuação em política externa dos governos de Luis Inácio Lula da Silva, do PT (2003-2010) e no Chile, nas administrações de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, ambos do PS (2000-2009), demonstrando as possíveis transformações ocorridas ao longo dos anos, assim como quais são as principais diferenças encontradas no tipo de inserção internacional promovido por cada país.

Como diversos países da América Latina, Brasil e Chile experimentaram, ao longo de sua história, diversas dinâmicas de política externa conforme o cenário doméstico e internacional. Ao longo do século XX, a dinâmica política pautou-se pela presença predominante das democracias, que se alternaram com regimes autoritários, que se combinaram com distintas correlações de forças políticas. Tais cenários ocasionaram diferentes estratégias em política externa. Por conseguinte, a história da política externa de cada país opera como legados com fortes consequências sobre a forma de atuação do Poder Executivo e dos partidos políticos na etapa posterior de democracia, sendo que as tradições de cada país em política internacional, assim como a reação autoritária e conservadora que se produziu com os governos ditatoriais de Augusto Pinochet, no Chile, e dos governos militares, no Brasil, constituem dados imprescindíveis para se entender o caráter *path*

dependent da configuração em política externa a partir da transição para a democracia nos anos 80 e com o posterior fortalecimento e eleição dos partidos de centro-esquerda.

Justifica-se a análise temporal dos dois países para observar os legados de atuação em política externa nos atuais governos de centro-esquerda. A ideia central, portanto, é que o conceito de *path dependency* é central para observar os fatores em um dado momento histórico que determinam e influenciam o presente, demonstrando o impacto dos legados políticos (Kato, 1996). Isso significa que, se um país já iniciou determinada trajetória, os custos para mudanças serão maiores pois os arranjos institucionais obstruem a tentativa de reversão da escolha inicial (Levi, 1997, p.28).

Em primeiro lugar, será feita uma análise sobre a política externa brasileira ao longo do regime militar, da redemocratização e do novo contexto democrático, caracterizando suas especificidades. Durante o regime militar, o chamado “milagre econômico” coexistiu com uma política externa que englobava aspectos americanistas e globalistas. Por sua vez, com a redemocratização, marcada por crises econômicas, sociais e políticas, prevaleceu a ideia de ampliação do mercado e do consumo interno por meio de investimentos estrangeiros e da utilização da política de substituição de importações. Com o passar dos anos, os presidentes José Sarney, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco procuraram resgatar a credibilidade do país no plano internacional, fortalecendo a integração regional. Por sua vez, com as ideias de cunho liberal ganhando cada vez mais força, a política externa de Fernando Henrique Cardoso pautou-se na ideia de universalismo e no fortalecimento dos laços com Estados Unidos e União Europeia, além do fortalecimento da cooperação internacional através da adesão aos regimes internacionais. Por fim, os governos de Luis Inácio Lula da Silva consideraram o aumento do peso do Brasil em negociações políticas internacionais, diversificando as opções e as estratégias de atuação. Por conseguinte, nos últimos anos, o país aumentou

consideravelmente seu ativismo em questões internacionais, buscando consolidar uma posição de liderança entre os países sul-americanos.

Por sua vez, o Chile, após o retorno à democracia, utilizou três tipos de estratégia em política externa: em um primeiro momento, a abertura internacional; em seguida, a consolidação da inserção internacional e o excepcionalismo; por fim, o aumento do interesse pelo regionalismo. Dessa maneira, em primeiro lugar, a pesquisa analisará o contexto da ditadura militar para, em seguida, examinar a atuação internacional do país durante a transição democrática, na qual houve o combate aos resquícios do período anterior através de uma atuação pragmática, da adesão à democracia liberal, à estrutura internacional e às economias de livre-mercado, privilegiando, assim, a internacionalização econômica. Em seguida, será observada a dinâmica da atuação em política externa nos quatro governantes da *Concertación*, destacando suas formas de inserção internacional e de privilégio do regionalismo. Por fim, destacar-se-á a razão pela qual o Chile prefere acordos de livre comércio como uma característica central de sua política externa.

3.1. Regime militar e política externa no Brasil e no Chile: desenvolvimentismo, liberalismo e acordos prioritários com as grandes potências

3.1.1. O Regime Militar e o projeto desenvolvimentista

Após ser instaurado no Brasil em 1964, o governo militar introduziu uma correção de rumos em relação ao nacionalismo populista da *Política Externa Independente* ocorrida

durante os governos anteriores⁷⁶ e engajou-se em um projeto de longo prazo em matéria de política externa que, para Pinheiro (2004) e Cervo e Bueno (2011), em muitos aspectos, não teve sua continuidade comprometida após a redemocratização, ocorrida em meados da década de 1980.

Nesse novo momento, política interna e externa passaram a se reforçar mutuamente. A política externa do regime militar pode ser caracterizada, em grande parte, como um instrumento para o desenvolvimentismo econômico do país, fortalecendo o desenvolvimento industrial por substituição de importações, com ritmo acelerado, em consonância com o modelo político repressivo, excludente e desmobilizador de massas, com concentração de poder em um pequeno grupo de *policy makers* (Visentini, 2013, p.65). O projeto de desenvolvimento dos governos militares, então, pode ser caracterizado por três fases: de consolidação da indústria de transformação, com apoio do capital transnacional, nos governos Costa e Silva e Médici; de consolidação da indústria de base, com investimento norte-americano, na administração de Ernesto Geisel; e a de implementação de tecnologias de ponta, com associação do Estado à empresa privada nacional, durante o governo Figueiredo (Cervo e Bueno, 2011, p.393 e 422). Prevaleceu a ideia de projeto nacional de desenvolvimento visando a autonomia internacional, com o intuito de construção de uma potência média industrializada (Visentini, 2013), sem destacar a integração latino-americana, e privilegiando o *americanismo*⁷⁷, com incorporação da Doutrina de Segurança Nacional à ação diplomática.

⁷⁶ Durante os anos 1950 e 1960, com o processo de industrialização do país e à progressiva alteração do contexto internacional, a PEI era considerada como um projeto para transformar a atuação internacional do Brasil, tornando-se um instrumento para realização de projetos nacionais, conferindo sentido ao nacionalismo que marcou o período. Contudo, o fracasso da PEI é associado à queda do populismo e do governo João Goulart no Brasil (Visentini, 2013, p.51-5).

⁷⁷ O americanismo identifica os Estados Unidos como a principal potência, sendo que o Brasil deve manter boas relações com os norte-americanos com o intuito de aumentar seu poder de barganha internacional perante as principais potências e sua influência no continente. Tal paradigma prevaleceu durante a Primeira República, e

De 1964 a 1967, o general Castello Branco governou e procurou dismantelar, de início, os princípios da *Política Externa Independente*⁷⁸, criando uma política discreta de projeção de poder político e econômico, com efetivo descaso perante os países da América Latina. Consequentemente, prevaleceram quatro aspectos centrais. Em primeiro lugar, em um momento inicial, a bipolaridade, alinhando-se automaticamente com os Estados Unidos e o Ocidente, contrariando-se à ideologia comunista, e buscando eliminar atritos com as principais potências estrangeiras viabilizando a associação entre capitais, mercados e tecnologia com afinidade política; para tanto, o Brasil contribuía com o fortalecimento do bloco ocidental e, em troca, buscava a abertura do mercado estado-unidense a produtos brasileiros. Como consequência, as relações com os Estados Unidos tonaram-se prioritárias a partir de 1964, atingindo um nível de excelência em 1966. Apesar de servil, tal estratégia não obteve dos Estados Unidos a contrapartida esperada na concepção de ajuda ao desenvolvimento, pois houve aumento de empréstimos externos, provocando a ascensão da dívida externa de 3,9 para 5,2 bilhões de dólares (Cervo e Bueno, 2011, p.401-4). Prevalecia, ainda, a noção de interdependência das decisões de política internacional⁷⁹, revisando o conceito de Segurança Nacional e a limitação da soberania. Por outro lado, a integração latino-americana era tida como secundária, sendo vista através do prisma da segurança coletiva e das fronteiras ideológicas, com consistente apoio aos Estados Unidos. Em segundo lugar, a abertura ao capital estrangeiro, contrapondo-se ao nacionalismo e à estatização. Em terceiro lugar, a ênfase nas relações bilaterais e hemisféricas. E, em quarto lugar, a

teve algumas fases ao longo do século XX, principalmente quando os militares estavam no poder (Pinheiro, 2004).

⁷⁸ O nacionalismo, a autonomia do Brasil frente à divisão bipolar do mundo e a estatização, que impedia o desenvolvimento livre do capitalismo.

⁷⁹ Em discursos, por exemplo, o presidente enfatizou a cooperação com a potência norte-americana, sugerindo que “a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, seja no campo militar no político. Consideramos nosso dever optar por uma íntima colaboração com o sistema ocidental”.

contradição, significando que o alinhamento automático com o Ocidente não geraria ruptura com o universalismo geográfico e político e a adesão a outros países. Com a adoção do realismo universalista, procurava-se recolocar o Brasil no quadro das relações prioritárias com o Ocidente, além de ampliar o mercado para a exportação brasileira; para tanto, houve a atuação em órgãos multilaterais (UNCTAD, GATT e ONU), além de investimentos em países socialistas e na África subsaariana (Cervo e Bueno, 2011, p.395-405; Visentini, 2013, p.59-64).

Cervo e Bueno (2011) destacam que o projeto de política externa de Castello Branco caracterizou-se pelo anacronismo e apresentou poucos resultados relevantes, pois não considerou as necessidades, os interesses e as aspirações do país em um momento internacional no qual se observava a diluição do confronto bipolar e o deslocamento de seu eixo gravitacional de Leste-Oeste para Norte-Sul. Com tal radicalização, a imagem do país no exterior teria ficado comprometida. Para Visentini (2013, p.62), seu governo abandonou o terceiro-mundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da *Política Externa Independente*, regredindo para uma aliança automática com os Estados Unidos e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral. Porém, houve alinhamento da política externa brasileira para o diálogo Norte-Sul, com aceitação bilateral de divergências políticas. Com isso, contrariando o argumento de Cervo e Bueno (2011) não é possível certificar que houve radicalização da política externa, mas sim a busca pela abrangência de parceiros visando a exportação de produtos brasileiros e o fortalecimento do comércio exterior do país.

Com o malogro do modelo bipolar, Costa e Silva, que sucedeu Castello Branco em 1967, efetivou diversas mudanças e reformulou diretrizes fundamentais da política externa, pautando-a cada vez mais nos moldes do desenvolvimento econômico nacional. Considerando a primazia do sistema internacional e a utilização do setor externo para auxiliar o crescimento

econômico, foram eliminados o conflito Leste-Oeste, a segurança coletiva, a interdependência militar, política e econômica e o ocidentalismo. Privilegiou-se, por conseguinte, a divisão Norte-Sul, a constatação das assimetrias, os interesses nacionais não ideológicos e o universalismo (Cervo e Bueno, 2011). Visto dessa maneira, as relações internacionais do país representaram profunda ruptura em relação ao governo anterior, contrariando os Estados Unidos por meio do fortalecimento da autonomia e da soberania (ideia de *diplomacia da prosperidade*, do chanceler Magalhães Pinto). Nessa nova conjuntura, a política externa, realista e anti-ideológica, sem espaço para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas, deveria pautar-se pelo interesse nacional e desenvolvimento, de maneira que, de acordo com o *Relatório de 1967*, o setor externo deveria ser um dos vetores de aceleração do progresso e da modernização do país por meio da reformulação das bases do comércio internacional, da aquisição de tecnologia e do aumento diversificado de fluxos financeiros para empréstimos e investimentos. Para tanto, intensificaram-se os contatos do Brasil com o mundo, sem áreas prioritárias de relações, mas aceitando acordos que pudessem aperfeiçoar as metas fixadas em termos de comércio, de serviços, de fluxos de capitais, de ciência e tecnologia, com o intuito de manter o esforço do desenvolvimento (Visentini, 2013, p.67). Por outro lado, ainda havia ceticismo em relação às possibilidades de um mercado comum latino-americano, pois alegava-se que havia disparidade de economias nacionais e auto-suficiência do mercado interno para responder à expansão econômica. Mesmo assim, a integração regional era vista como um processo a ser concretizado⁸⁰, repudiando o supranacionalismo norte-americano, pois o desenvolvimento visava a aliança dos países pobres contra os ricos.

A diplomacia, então, era concebida como instrumento de expansão econômica, com viés universalista, onde o paradigma do Estado desenvolvimentista fortalecia princípios

⁸⁰ Em 1969, foi realizado acordo com Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, denominado “Tratado da Bacia do Prata”.

históricos, dentre eles, a autodeterminação dos povos, a não intervenção em assuntos internos, a solução pacífica de controvérsias, a rejeição da conquista pela força e o respeito aos tratados, sempre em consonância com o conceito de cooperação internacional (Cervo e Bueno, 2011, p.426-7).

Com presença constante em foros multilaterais, e percebendo que o conflito Leste-Oeste havia se dissipado para o Norte-Sul, a política externa de Costa e Silva, com atuação moderada e realista, reiterou a posição de potência intermediária do país e procurou atingir metas nacionais de desenvolvimento e de segurança, além da busca de influência sobre a reforma da ordem mundial, reforçando o poder e ampliando a ação do Sul e atacando veementemente a divisão internacional do trabalho que discriminava os países em desenvolvimento.

Com o fim do governo Costa e Silva, e devido aos graves conflitos dentro do grupo no poder e entre este e a oposição, a “linha-dura” interveio e houve a emergência de uma nova coalizão que excluiu o processo de abertura política e evitou um confronto aberto com a diplomacia da principal potência mundial. Para tanto, em 1969, a Junta Militar indicou o general Emílio Garrastazu Médici, que governou até o ano de 1974. Se, por um lado, o governo Médici era repressivo e pró-Estados Unidos, por outro, era desenvolvimentista, mas com visíveis alterações em relação à *Diplomacia da Prosperidade* de Costa e Silva. Na autointitulada *Diplomacia do interesse nacional* (do chanceler Mário Gibson Barboza), a solidariedade terceiro-mundista e o multilateralismo foram abandonados em favor do pragmatismo e do estrito bilateralismo (Visentini, 2013, p.71), com o objetivo de ingresso do país no Primeiro Mundo - ideia que foi facilitada pelo desempenho positivo da economia mundial entre 1969 e 1973. No entanto, pode-se refutar tal afirmação pois, no Governo Médici, continuou a busca pela diminuição de disparidades entre Norte e Sul, criticando-se a

lentidão dos foros internacionais em lidar com assuntos econômicos e objetivando a ampliação das possibilidades da paz internacional. Para Visentini (2013, p.73), a *diplomacia do interesse nacional*, “preocupada exclusivamente em tirar proveito das brechas existentes no sistema internacional, enfatizou uma estratégia individual de inserção, estabelecendo relações essencialmente bilaterais, especialmente em direção aos países mais pobres”. Contudo, não concordamos com a ideia de que a diplomacia do período preocupou-se de forma exclusiva com as brechas existentes no sistema internacional, mas sim, que o *americanismo* foi o principal eixo de definição dos interesses brasileiros.

Contudo, cresciam as evidências de que o reconhecimento da liderança norte-americana não garantiria ao país a assistência econômica requerida e uma posição de destaque na América Latina. Outro fator é que a conjuntura internacional se apresentava mais receptiva a uma agenda diplomática com conotação autônoma, tendo em vista o fortalecimento de novos pólos de poder – como a Europa Ocidental e o Japão. Porém, embora as tendências apontassem para o fortalecimento do *globalismo*⁸¹, o governo Médici retardou essa decisão, mantendo o *americanismo* como eixo principal de definição dos interesses brasileiros (Pinheiro, 2004).

Porém, o sucesso econômico se esvaíra em razão do aumento do preço do petróleo, que encareceu as importações brasileiras e produziu recessão nos países industrializados, gerando queda de investimentos externos e nas importações de produtos brasileiros, reduzindo a estrutura de sustentação do crescimento. Por conseguinte, em 1974, com a volta dos

⁸¹ O *globalismo* elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento do seu poder de barganha do mundo. Isso porque como a economia brasileira havia se tornado mais complexa, era crucial a diversificação das parcerias para os países do bloco socialista e para as novas nações libertas do sistema colonial (Pinheiro, 2004). Ressalta, então, a importância da busca pelo interesse nacional sem vínculos preferenciais, mas sim, com a diversificação de parceiros ao redor do mundo. Com isso, tornou-se a principal alternativa ao *americanismo*, principalmente nos anos 1950, através da Política Externa Independente (PEI), que buscava a neutralidade de acordos comerciais e políticos ao invés de privilegiar algum lado da disputa Leste-Oeste que vigorava durante a Guerra Fria.

castelistas ao poder com a eleição indireta do General Ernesto Geisel, e a fim de evitar a radicalização motivada pelos conflitos sociais e principalmente pelo término do “milagre econômico”, era iniciado o processo de descompressão política e de aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações, visando tornar o país autossuficiente em insumos básicos. A mudança de ênfase na economia tornou necessária a alteração do objetivo das relações exteriores do país, cuja diplomacia, pautada pelo *globalismo* (Pinheiro, 2004) e denominada *Pragmatismo Responsável e Ecumênico* (do chanceler Antônio Azeredo da Silveira), passou a se aproximar de outros parceiros, como os países árabes e africanos, além do restabelecimento de relações diplomáticas com a China e com outros países do bloco socialista, como a União Soviética, e, frente ao relacionamento insatisfatório com os Estados Unidos, não hesitou em privilegiar o relacionamento com a Europa Ocidental e o Japão. Com isso, as relações do Brasil com os Estados Unidos deixaram de ser um meio para aumentar o poder de negociação e passaram a estar condicionadas ao próprio aumento do poder de barganha, onde a linha de atuação do país se manteve fiel a política de estímulo à diversificação de parcerias. Na América Latina, o país estreitou a cooperação, abandonando o discurso ufanista de grande potência (Visentini, 2013, p.76) e atuando intensamente em órgãos multilaterais regionais e na esfera bilateral, reforçando programas em andamento e ampliando a cooperação por meio de acordos e tratados. Já em relação aos órgãos multilaterais, evidenciava-se o ceticismo em relação à sua eficiência. E, com a crise decorrente do primeiro choque do petróleo, em 1973, a diplomacia do país apresentou a proposta denominada “Acordo Geral”, cujo objetivo era mudar as regras injustas do comércio internacional que permaneciam no GATT.

Porém, com o segundo choque do petróleo e o maior protagonismo norte-americano nas relações internacionais, a situação econômica e política mundial se tornou severamente

negativa para o Brasil. A estrutura internacional se deteriorou, privilegiando a re-bipolarização e o protecionismo, a instabilidade cambial e a oligarquização dos foros decisórios (Cervo e Bueno, 2011, p.458). Diante disso, houve a diminuição da influência brasileira sobre o sistema internacional, de maneira que o país se tornou passivo de influências. E, em um quadro internacional e doméstico cada vez mais adverso, a reestruturação do capitalismo eliminou parte do espaço existente para um projeto de desenvolvimento, de inserção internacional e de articulação de atuação coordenada do Terceiro Mundo (Cervo e Bueno, 2011; Visentini, 2013).

Nesse contexto desfavorável, a política externa do general João Baptista Figueiredo, empossado em 1979 (e que tinha como objetivo central a continuidade e a conclusão do processo de redemocratização), autodenominou-se de *Universalismo* (do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro), com fortes traços de continuidade com o Pragmatismo Responsável. Com isso, em meados dos anos 1980, reagindo aos condicionamentos da dívida externa⁸², à crescente dificuldade das exportações e à redução da capacidade de influenciar o sistema internacional, o país engajou-se em um novo processo de integração. Neste novo paradigma, a América Latina se tornou prioritária, incrementando a cooperação político-econômica cujo eixo central era a aproximação com a Argentina; perante os Estados Unidos, por sua vez, houve progressivo desalinhamento. Por fim, a diplomacia brasileira do governo Figueiredo buscou maior leque de atuação através de projetos conjuntos com potências médias da periferia do sistema internacional, concretizando a Cooperação Sul-Sul. Tais projetos não

⁸² De acordo com Visentini (2013, p.89), “os acordos com o FMI obrigavam o Brasil a fazer um esforço exportador, com a finalidade de pagar a dívida externa. Contudo, como a situação da economia mundial era cada vez mais difícil para um país como o Brasil, o governo era obrigado a subsidiar as exportações. Isso produziu dois resultados negativos: a deterioração ainda mais acelerada da economia interna, que era quem pagava os subsídios, e uma acomodação dos empresários, que negligenciaram as inovações tecnológicas e organizativas, com forte impacto sobre os custos. Afinal, o governo pagaria a conta. O resultado foi, ao longo dos anos 1980, perda de competitividade dos produtos brasileiros e defasagem cada vez maior em relação aos estrangeiros”.

implicavam subordinação nem hegemonia, sendo parcerias que compensavam, simetricamente, a falta de recursos dos países envolvidos.

Portanto, durante o regime militar, a política externa brasileira alternou momentos de defesa do americanismo, de implementação do globalismo, e de fortalecimento de outros parceiros – combatendo ideais de esquerda e revolucionários. Contudo, todos os paradigmas se encontraram pautados em uma questão central, que permeou a atividade em política externa nos anos seguintes: o Estado deveria ser um indutor de desenvolvimento por meio da substituição de importações, mas privilegiando o mercado livre e a entrada de capital estrangeiro no país.

3.1.2. A política externa da ditadura militar de Augusto Pinochet: conservadorismo e liberalismo

As relações internacionais de um país são fortemente influenciadas pela noção de forças profundas, que se dividem em forças materiais e espirituais. Enquanto as primeiras se relacionam com fatores geográficos, demográficos e econômicos, as forças espirituais se referem ao sentimento nacional das pessoas e ao papel dos tomadores de decisão e dos fatores que influenciam tais decisões (Renouvin e Duroselle, 1964).

Historicamente, o tamanho e o isolamento do Chile são fatores que influenciaram a sua política estrangeira (Jedlicki, 2009). Dessa maneira, as forças profundas influenciam a política externa desde meados do século XIX, devido às dificuldades de orientação geográfica com os vizinhos Peru, Bolívia e Argentina. E, atualmente, fatores como a estabilidade institucional, os processos democráticos e o presidencialismo também são variáveis importantes na conformação da política externa do país. Tais fatores contribuíram

para dar ao país uma forte identidade que permitiu aos chilenos se sentirem relativamente diferentes do resto das nações latino-americanas, além de ser percebido como tal pelos seus vizinhos (Jedlicki, 2009, p.174-5)⁸³

Até 1973, o Chile se assumiu como um país de pequeno porte, mas com considerável prestígio devido à sua prolongada trajetória democrática e pela busca da solução pacífica de conflitos, respeitando tratados e compromissos internacionais, cujos eixos centrais eram a América Latina, os Estados Unidos e os países europeus. Ademais, desde os anos 1920, o Chile desenvolveu sua política externa de acordo com a estrutura de integração e cooperação latino-americana, mas sempre baseada na concepção de que os interesses fundamentais do país deveriam convergir com aqueles do sistema internacional (Fernandois, 2011, p.36).

A formulação da política externa do país era conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, que contava com recursos e uma tradição de excelência no Direito Internacional Público. E, especialmente nos governos de Eduardo Frei Montalva, em 1964, e de Salvador Allende, em 1970, os projetos políticos tiveram repercussão global, pois enfatizavam experimentos de consolidação democrática e de mudança social (Maira, 2010, p.64-5). A esquerda chilena identificou o “Oeste” com o capitalismo e o imperialismo, de maneira que o governo de Allende direcionou-se contrariamente à orientação estado-unidense.

Porém, com o golpe militar de 1973, iniciou-se o período de maior isolamento internacional do Chile, distanciando-se dos trabalhos diplomáticos e desvalorizando a ação da chancelaria do país. De acordo com Maira (2010, p. 67),

a gestão das relações internacionais ao longo do regime militar, teve a chancela do constante fracasso e foi dominado pelas más relações entre a equipe política do governo e os diplomatas profissionais, que se viam impotentes em suas tentativas de reverter uma situação péssima. Neste contexto deve-se considerar também a extensa depuração político-ideológica que o corpo profissional da Chancelaria sofreu nas semanas

⁸³ Traduzido do original: “à donner au pays une identité forte qui a permis aux Chiliens à la fois de se sentir relativement différents du reste des nations latino-américaines et d’être perçus comme tels par leurs voisins”.

posteriores ao golpe, quando dezenas de oficiais foram exonerados por ter apoiado o governo de Allende⁸⁴.

Dessa maneira, novos funcionários foram promovidos, mas com uma visão ideológica distorcida dos assuntos mundiais e sem qualquer vinculação partidária – além de possuírem escassa formação acadêmica e profissional.

Na primeira fase do regime militar (1973-1976), prevaleceu a abordagem neoliberal, estruturada ao redor dos grandes grupos financeiros nacionais e dentro de uma perspectiva de capitalismo liberal, com profunda reforma política alfandegária dentro do ciclo de substituição de importações. Já na segunda etapa (1976-1981), houve a inserção do Chile dentro da economia transnacional através de um modelo econômico de orientação neoliberal, apoiado sobre os grandes centros financeiros internacionais e de promoção de exportações. No entanto, a característica central do modelo do regime militar era a abertura ao comércio e às finanças internacionais. E, com a política de investimentos estrangeiros, o Chile se retirou, em 1976, do Pacto Andino. A partir de tal fato, houve um processo acelerado de integração dentro da economia transnacional e de distanciamento político e econômico em relação à América Latina (Bernal-Meza, 1997).

Pinochet estipulou uma política econômica de modernização e de abertura unilateral ao exterior, mas sempre em conformidade com o modelo político-econômico liberal. Nesse sentido, o anticomunismo serviu como sustentação ideológica do regime, assim como a plataforma de apoio regional dos Estados Unidos. A abertura ao capital estrangeiro e o grau de dependência do país reforçaram o papel dos Estados Unidos dentro da economia chilena.

⁸⁴ Traduzido do original: “el manejo de las relaciones internacionales a lo largo del régimen militar, tuvo el sello del constante fracaso y estuvo dominado por las malas relaciones entre el equipo político del gobierno y los diplomáticos profesionales que se veían impotentes en sus intentos por revertir la mala situación. En este contexto se debe considerar también la extensa depuración político-ideológica que el cuerpo profesional de la Cancillería sufrió en las semanas posteriores al golpe, cuando decenas de funcionarios fueron exonerados por haber apoyado al gobierno de Allende”.

Entre 1974 e 1980, 80% dos investimentos estrangeiros provinham dos norte-americanos (Sanchez, 1983). A estratégia central do regime era a combinação de nacionalismo e realismo, modelando uma postura que buscava realçar o bilateralismo, em detrimento do multilateralismo. Nessa perspectiva,

“a cooperação e a integração regional, assim como o multilateralismo global, eram instâncias que giravam ao redor de opções ideológicas, quase todas contrapostas com os princípios da política externa do sistema (Wilhelmy e Duran, 2003)⁸⁵.”

Dessa maneira, para o regime militar, o multilateralismo trazia uma visão utópica das relações internacionais, característica que convertia os organismos multilaterais em instâncias sensíveis às ideologias ocidentais.

Economicamente, iniciou-se uma política de desregulamentação e de privatizações em setores produtivos da economia nacional. Com isso, diversos atores econômicos viram nas políticas econômicas da nova administração uma promessa para superar a persistente hiperinflação. Porém, com o passar dos anos, o regime passou a ser deslegitimado principalmente pelos Estados Unidos que, com a administração de Jimmy Carter, passaram a promover o tema do respeito pelos direitos humanos e da democracia. Já no início dos anos oitenta, a crise financeira que se seguiu à desvalorização do *peso chileno* implicou no colapso dos grupos econômicos, dando início à uma profunda recessão econômica. Politicamente, houve o reagrupamento da oposição, o que permitiu a articulação de novas demandas políticas e, conseqüentemente, o governo militar elevou a repressão interna. Externamente, a representação diplomática dos Estados Unidos no Chile, em conjunto com outros países da Comunidade Europeia, assumiram uma postura crítica frente à realidade política do país, pressionando para a restituição de direitos políticos e para o retorno à democracia. Outro fator

⁸⁵ Traduzido do original: “la cooperación y la integración regional, así como el multilateralismo mundial, eran instancias que giraban al tenor de opciones ideológicas, casi todas contrapuestas con los principios de la política externa del sistema”. (Wilhelmy e Durán, 2003).

que afetou a política externa do regime militar foi a tendência regional à democratização dos países da América Latina.

Sendo assim, em 1988, com a crise política e econômica do regime, realizou-se um plebiscito para decidir a permanência de Pinochet no poder, onde o *não* recebeu 56% dos votos no plebiscito nacional. O plebiscito de 1988 contribuiu decisivamente para mudar a situação externa do país. No período plebiscitário e posteriormente à vitória do *não*, a oposição, através da *Concertación*, consolidou-se como uma coalizão viável, combinando suas bases internas com importantes apoios externos – dentre eles, Estados Unidos e países da Europa.

Portanto, assim como no caso brasileiro, o regime militar chileno procurou extirpar as tendências socialistas de sua política externa, combatendo resquícios populistas e esquerdistas do governo anterior de Salvador Allende. Nos anos do regime militar, privilegiou-se a internacionalização da economia através de uma política unilateral de abertura – condição necessária para o desenvolvimento de uma economia pequena. Para tanto, baseou-se na liberalização econômica, acordos de livre-comércio e defesa de interesses americanistas, de maneira que os enclaves autoritários do regime militar acabaram por influenciar a formulação da política externa nos períodos posteriores. O que se vê, no caso chileno, foi uma maior coerência e homogeneidade da conformação da sua política externa, devido principalmente à presença única de Augusto Pinochet no poder. Por sua vez, o caso brasileiro demonstra um claro exemplo de como forças políticas dissonantes e elites políticas divergentes, mesmo em um regime de exceção, podem configurar atuações diferentes em matéria de política externa ao longo de um curto período de tempo.

3.2. Redemocratização e política externa no Brasil e no Chile

A estrutura do sistema internacional continuava cada vez mais prejudicial aos interesses brasileiros e chilenos: a bipolarização e o protecionismo das grandes potências se fortaleceram, enquanto o multilateralismo entrou em crise. Com isso, a dependência histórica dos países sul-americanos estava no seu auge, sendo que a nova divisão do comércio internacional dava aos países mais ricos o controle da informação e da tecnologia de ponta. Paralelamente ao fator externo da estrutura hierárquica no sistema internacional, no âmbito doméstico, houve a crise do modelo nacional-desenvolvimentista. Alicerçado em uma política econômica de substituição de importações, os modelos brasileiro e chileno entraram em decadência no final da década de 1970, e não responderam positivamente à forte instabilidade econômica do período, devido aos choques do petróleo e à crise da dívida externa.

No Brasil, de 1974 a 1979, quando os recursos foram destinados ao desenvolvimento da base econômica, o endividamento externo passou de 12,5 para 49,9 bilhões de dólares, mergulhando o país em profunda recessão. De 1980 a 1987, quando o crescimento da dívida ocorreu devido à contratação de empréstimos para prorrogar serviços e ao acréscimo de juros, o montante da dívida evoluiu até 115 bilhões de dólares (Cervo e Bueno, 2011, p.467-8). Nesse contexto de déficit econômico e de passividade no ambiente internacional, o Brasil, em meados dos anos 1980, finalizava sua transição democrática com a posse de José Sarney, encerrando um período de mais de duas décadas de governos militares, instalados após o golpe de 1964. E, no início da Nova República, a política externa caracterizava-se pela continuidade em relação ao regime anterior, sem rupturas bruscas; importava o controle da recessão econômica, com abertura ao mercado externo e tendências menos protecionistas, com esforço diplomático para construção de uma agenda com os Estados Unidos. Ademais, as

ideias de cunho neoliberal passaram a ganhar mais força, evidenciando a força do FMI e do Banco Mundial e a efetiva convicção dos potenciais benefícios das ideias liberais.

Em um primeiro momento argumentava-se que o Brasil deveria maximizar suas oportunidades, em cooperação com os Estados Unidos, para chegar ao Primeiro Mundo, afastando-se do Terceiro Mundo e de suas reivindicações. Porém, em um segundo momento, o Itamaraty resistiu à essa orientação⁸⁶, e percebeu que quanto mais se reduziam as possibilidades de atuação do Brasil no plano global, mais a América Latina era valorizada como alternativa estratégica para aumentar a base regional para a inserção internacional do país. A crise da dívida fez com que os países latino-americanos ficassem ainda mais vulneráveis às pressões do FMI e, aliada à redemocratização, foi fundamental para alterar o padrão de desconfiança mútua que preponderava entre os países da região. A cooperação veio como uma tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, com complementaridade comercial e esforço conjunto no campo tecnológico. Dessa maneira, em 1985 foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre Brasil e Argentina. Um ano depois, foi assinada a Ata para a Integração e Cooperação Econômica, que privilegiava as trocas comerciais. Por fim, em 1988, foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina que conduziu, em 1991, à criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

⁸⁶ Cabe ressaltar que as relações entre Brasil e Estados Unidos tornaram-se cada vez mais instáveis e turbulentas. Enquanto o governo norte-americano de Ronald Reagan impunha sanções comerciais e retaliações à integração latino-americana, o governo Sarney se mostrava reticente aos acordos e negociações da dívida junto ao FMI, aos contenciosos da informática e das patentes farmacêuticas e às negociações da Rodada Uruguaí no GATT. No caso de negociação da dívida externa, o embate entre Brasil, de um lado, e Estados Unidos, bancos credores privados e instituições financeiras internacionais, de outro, fizeram com que o Brasil passasse a adotar políticas econômicas menos desenvolvimentistas e mais liberais. No caso das patentes, as pressões estadunidenses fizeram com que o Brasil cogitasse alterar sua lei de propriedade intelectual. Em relação à informática, houve a alteração da lei protecionista brasileira e a abertura à indústria de computadores provenientes dos países do Primeiro Mundo. Por fim, o país teve de aceitar a introdução de novos temas nas negociações multilaterais de comércio do GATT, adotando uma postura mais flexível com o intuito de poder influenciar a agenda da futura Organização Mundial do Comércio (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.67-8).

Nesse ínterim, em um momento de grave crise econômica e de transição de regime, o governo brasileiro passou a sofrer fortes pressões que alteraram o rumo da sua política externa e diminuíram a autonomia do país, desencadeando uma série de iniciativas da diplomacia brasileira em direção a outras regiões, diversificando suas parcerias (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.66-7; Visentini, 2013, p.92). Contudo, convém ressaltar que o termo “diminuição”, empregado por Vigevani e Cepaluni (2011), não está necessariamente correto, pois a política externa de Sarney procurou preservar a diversificação dos eixos diplomáticos em direção a outras regiões, em uma clara alusão à necessidade de desenvolver projetos de cooperação em áreas estratégicas e como uma forma de demonstrar autonomia em relação aos Estados Unidos.

No Chile, o novo ciclo democrático tornava o processo de transição à democracia difícil e prolongado, devido principalmente às amarras institucionais e aos enclaves autoritários sistematicamente promovidos pela ditadura de Pinochet e internalizados na Constituição de 1980. Assim, o esforço para restabelecer a atividade internacional contrastava com os problemas internos, provenientes do período ditatorial.

Nesse sentido, o retorno à democracia implicou novos desafios à política interior e exterior do Chile. Era necessário adaptar a política às realidades emergentes da nova ordem internacional – ainda que fossem herdadas da estratégia econômica de abertura ao mercado mundial. Tal adaptação deveria se realizar dentro das novas instituições e, no plano regional, era confrontada aos novos processos de integração e interdependência que estavam se desenvolvendo na América Latina. Dessa maneira, a reorientação em torno da liberalização das políticas econômicas e comerciais implicou o abandono relativo das estratégias de substituição de importações – o que diminuiu a distância entre a política comercial chilena em relação aos outros países da América Latina. Por conseguinte, quatro pontos essenciais podem

caracterizar a evolução da política externa chilena pós-regime militar: grau considerável de abertura; dinamismo e liberalização comercial; crescimento contínuo com estabilidade política e monetária; atração de investimentos estrangeiros diretos (Bernal-Meza, 1997). Segundo Bernal-Meza (1997, p. 10),

“a política econômica da transição democrática teve, como objetivo principal, uma internacionalização mais forte da economia chilena: o aprofundamento de sua inserção nos fluxos internacionais de comércio, de investimentos e de transferência de tecnologia”⁸⁷.

Desde então, os quatro governos da *Concertación* tiveram amplo apoio internacional de governos e organizações sociais no mundo, normalizando rapidamente as relações diplomáticas anteriormente congeladas. Concomitantemente, o Chile se reintegrou aos mais diversos organismos internacionais, adquirindo importante protagonismo⁸⁸. Dessa maneira, com a volta da democracia, houve o restabelecimento da presença do país no sistema internacional (Maira, 2010, p. 68-70).

Por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores foi o organismo governamental que teve menores mudanças, mantendo sua estrutura nas décadas seguintes ao fim do regime militar e sendo, dessa maneira, o setor mais atrasado durante os vinte anos dos governos concertacionistas. De acordo com Maira (2010, p.73),

“não se discutiu a reestruturação da estrutura da Chancelaria, nem foi analisado o desempenho adequado de suas funções, tampouco se incluíram dentro de suas competências novas tarefas que já faziam parte do trabalho de organismos semelhantes em países mais avançados”⁸⁹.

⁸⁷ Traduzido do original: “la politique économique de la transition démocratique a eu comme objectif principal une internationalisation encore plus poussée de l’économie chilienne: l’approfondissement de son insertion dans les flux internationaux du commerce, des finances, des investissements et des transferts de technologie”.

⁸⁸ Tais como a proposta para convocar a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Social, que se realizou em 1995, em Copenhague (Dinamarca); e a volta como membro não permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

⁸⁹ Traduzido do original: “no se abordó um rediseño de la estructura de la Cancillería ni se revisó el adecuado cumplimiento de sus funciones, ni tampoco se incluyeron dentro de sus competencias nuevas tareas que ya eran parte del quehacer de organismos equivalentes en países más avanzados”.

Com isso, debilitou-se a coordenação do trabalho realizado com relação às outras políticas públicas e impediu-se a correção de algumas debilidades.

Então, durante o início dos governos democráticos, havia diversas restrições estruturais da chancelaria, que contava com um corpo diplomático proveniente do período militar. Para fazer frente a tal contexto e formular uma política externa com maior qualidade, formou-se uma pequena cúpula diretiva com profissionais de alto nível de preparação em temas internacionais (que haviam cursado estudos de pós-graduação ou que exerceram a docência em universidades dos Estados Unidos e da Europa) e que foram posteriormente incorporados ao corpo diplomático – sem, entretanto, pertencerem à carreira. Dessa maneira, a aplicação da estratégia internacional a partir de 1990 foi impulsionada por essa equipe de profissionais que desempenhava tarefas diretivas no Ministério das Relações Exteriores e também nas principais Embaixadas chilenas (Maira, 2010, 73-4).

Pode-se constatar que, durante o período de redemocratização, Brasil e Chile procuraram se desvencilhar do regime de substituição importações, vivenciando contextos de crise econômica e política (especialmente no caso brasileiro) que contribuíram para a formulação de uma política externa sem mudanças drásticas, privilegiando a abertura de mercado e alguns pressupostos neoliberais – que seriam ainda mais enfatizados durante os anos seguintes, com o fortalecimento da democracia, da economia e com a ideia de inserção internacional como uma forma de fortalecimento dos dois países no plano internacional.

3.3. O neoliberalismo a formulação da política externa

3.3.1. Neoliberalismo e atuação internacional nos governos Collor, Itamar e Cardoso: instabilidade política, privatizações e crise mundial

Em 1989, a economia estava completamente deteriorada, com ameaça de hiperinflação e acirramento da crise social. Nesse contexto, desencadeou-se a primeira eleição presidencial em três décadas, onde Fernando Collor de Melo venceu Luis Inácio Lula da Silva e foi eleito para a Presidência da República.

Nos anos 1990, a matriz do Estado desenvolvimentista, que reforça o aspecto nacional e autônomo da política externa como um meio para a superação de dependências econômicas estruturais (Cervo e Bueno, 2011), assim como a diplomacia autonomista e a noção de interesse ou soberania nacional, se tornaram aspectos secundários. O desenvolvimentismo não desapareceu, mas deixou de ser o elemento primordial da política externa brasileira, pois supunha-se que houvesse desembocado na crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica dos anos 1980. Contudo, o objetivo do projeto desenvolvimentista manteve-se presente nos esforços do Brasil durante as negociações da Rodada Uruguaí do GATT, na criação do Mercosul e na proposta da criação da ALCA (Cervo e Bueno, 2011, p.490).

Passou a vigorar, então, a abertura inevitável à nova ordem neoliberal e globalizante do Pós-Guerra Fria, com papel limitado do Estado da economia, maior abertura do mercado interno ao comércio internacional e a defesa do livre comércio. Prevalencia, dessa maneira, o paradigma do *Estado normal*, invenção latino-americana dos anos 1990, que envolve três características: é subserviente ao centro hegemônico do capitalismo; dissolve o núcleo da

economia central e transfere renda ao exterior; e reserva para a nação as funções da infância social. Havia, dessa maneira, o combate às estratégias do desenvolvimento pelas políticas estatais, reduzindo a funcionalidade do Estado. Inspirando-se no neoliberalismo, as administrações de Collor e Cardoso promoveram a política externa do país por meio de reformas sugeridas pelo *Consenso de Washington*, implementando políticas fiscais rígidas, retirando o Estado dos investimentos produtivos, privatizando empresas públicas, e vendendo-se às companhias estrangeiras para pagamento da dívida externa (Cervo e Bueno, 2011, p.489).

Nesse contexto, a política externa do governo Collor passou por duas fases distintas (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.70). Em primeiro lugar, sob o comando de Francisco Rezek, procurou se afastar do paradigma de política externa consolidado a partir de Geisel, alinhando-se com os países desenvolvidos e fortalecendo a modernização via inserção competitiva da economia internacional. Seu governo buscou retomar o paradigma do *americanismo* através da adoção do liberalismo econômico e da modernização pela internacionalização. Esse quadro se construiu paralelamente ao afastamento do Itamaraty do núcleo de formulação da política externa, perdendo muitas de suas atribuições em favor da atuação do próprio presidente. Nessa primeira fase, a atuação internacional da administração Collor possuía três pilares fundamentais (Hirst e Pinheiro, 1996, p.6): a atualização da agenda internacional do país de acordo com os novos temas e práticas internacionais - tais como propriedade intelectual, meio ambiente, direitos humanos e tecnologias sensíveis; a construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos, pautada pelo *Consenso de Washington*; e a descaracterização do perfil terceiro-mundista. Conforme Rezek, “as relações internacionais são baseadas no princípio da troca, e a verdade é que a maioria dos países mais pobres tem pouco a nos oferecer”. (Jornal do Brasil, 1990).

Na política comercial, a liberalização econômica buscou eliminar as barreiras não tarifárias e as proibições no sistema de licenças para importação, além de incentivar a exportação por meio da diminuição de requisitos burocráticos que incidiam sobre ela. Entretanto, não houve impacto decisivo sobre a indústria nacional devido à recessão, ao câmbio desvalorizado e ao fortalecimento dos investimentos diretos (Visentini, 2013, p.96). Prevaleceu a abertura unilateral ao mercado interno via redução tarifária (de 31,6% em 1989 a 13,2% em 1993), o que inundou o mercado interno com importações desnecessárias, ao mesmo tempo em que empresas estatais lucrativas começaram a ser privatizadas. Portanto, para melhorar sua imagem perante a comunidade internacional, Collor eliminou várias taxas de comércio externo, sem efetivas contrapartidas dos parceiros comerciais e sem proteger os produtos brasileiros da concorrência externa.

Em menos de um ano de mandato, Collor começou a lidar com a inflação e com acusações de corrupção, o que inviabilizou diversas transformações almejadas pelo governo em relação à política externa. Para conter a inflação, Collor instituiu um plano econômico que bloqueou a poupança e outros investimentos. Tais medidas reduziram a inflação, mas provocaram uma recessão sem precedentes, com inúmeras falências. Mesmo no plano externo, houve progressiva redução da cooperação com os países ricos. Paralelamente, os Estados Unidos pressionavam pela liberalização interna da economia e de barreiras que protegiam o mercado e as indústrias nacionais, retomando a relação brasileira de subordinação e de abertura às proposições do FMI. Por fim, a noção de soberania foi relativizada em nome da globalização, resultando no encolhimento drástico da diplomacia brasileira e na dilapidação do patrimônio acumulado ao longo de séculos (Vigevani e Cepaluni, 2011; Visentini, 2013).

E, nesse cenário de instabilidade, Collor passou a se envolver menos na coordenação de assuntos internacionais. Por conseguinte, com a reforma ministerial de abril de 1992, Celso Lafer assumiu o Ministério das Relações Exteriores e instaurou a segunda fase da política externa do governo, a qual se caracterizou pelo estreitamento das relações com os países do Cone Sul e pelo consenso de que a relação especial com Washington deixara de existir. Isso porque havia a percepção de que o Mercosul, criado em 1991, seria uma plataforma para a inserção competitiva no plano mundial. Contudo, os maus resultados políticos e econômicos fizeram Collor perder o apoio dos políticos tradicionais, o que ocasionou o processo de *impeachment*.

Herdando um cenário doméstico conturbado e uma agenda externa marcada por reiteradas pressões dos Estados Unidos em direção às reformas liberalizantes, o Vice-Presidente Itamar Franco assumiu a Presidência em outubro de 1992. Assim como Collor, seu governo não implementou uma política externa clara e coerente, pois também enfrentou um período com forte instabilidade interna (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.70). Mas, diferentemente do seu antecessor, os processos de privatização estancaram, pois Itamar defendia a importância da soberania nacional, além de destacar a necessidade da participação estatal na economia do país (Visentini, 2013, p.99).

Além da recente instabilidade política, o país sofria com o atraso do processo de estabilização monetária e das reformas econômicas. Com isso, Itamar Franco delegou a formulação da política externa brasileira ao Ministério das Relações Exteriores, na figura de Fernando Henrique Cardoso, Senador do PSDB. Cardoso iniciou um processo de cooptação de quadros do Itamaraty para um novo projeto de inserção internacional, com integração do país ao sistema internacional, defendendo a democracia por meio da não intervenção em assuntos internos e da solução pacífica dos conflitos. Ao assumir o Ministério da Fazenda, em

1993, Cardoso foi substituído pelo Embaixador Celso Amorim, que também procurou revalorizar a presença do Brasil no plano internacional a partir da defesa política e econômica do sistema multilateral e da integração regional, além de consolidar a atuação junto a órgãos internacionais, como a ONU e a OMC, com o objetivo de combater o protecionismo dos países ricos e ter acesso às tecnologias de ponta. No âmbito da ONU, de acordo com Visentini (2013, p.102-3), a diplomacia brasileira defendeu maior transparência no seu processo decisório, incluindo a maior representatividade e democratização do Conselho de Segurança. Amorim propôs uma política externa sem rótulos, sem especificidades, mas que ao mesmo tempo fosse voltada para o desenvolvimento e para a democracia. Para tanto, resgatou a formulação de Araújo Castro (ministro das Relações Exteriores durante o Governo João Goulart) sobre os “3Ds (Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização), propondo sua atualização para Democracia, Desenvolvimento e Desarmamento (Amorim, 1994, p.21), afirmando o compromisso brasileiro com o tema dos direitos humanos.

No plano regional, o governo Itamar Franco priorizou a integração sul-americana para a projeção da economia brasileira, fornecendo dimensão estratégica ao Mercosul e às relações com Argentina e Chile, de maneira que as negociações eram cruciais para diminuir o poderio norte-americano sobre a América do Sul. Em 1994, por exemplo, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que institucionalizava a estrutura intergovernamental do Mercosul, com processo decisório alicerçado no consenso entre os países membros. Essa estratégia, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2011, p.85), buscava a autonomia do país com participação no plano internacional, sem privilegiar vínculos exclusivos, visando aumentar o poder de barganha do país por meio do maior número de opções, mas sem abandonar o vínculo prioritário com os Estados Unidos.

Por fim, em 1994, o Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso implantou o Plano Real, cuja característica central era a alta taxa de juros, objetivando atrair investimentos externos, erradicar a elevada inflação e estabilizar a moeda. Com isso, houve a melhora da imagem do governo perante a opinião pública, colocando o Brasil em um patamar mais favorável de negociação da dívida externa diante dos organismos financeiros internacionais (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.87). Por conseguinte, a estabilização econômica derivada do Plano Real favoreceu a eleição de Cardoso à Presidência no pleito de 1994, além de significar um novo posicionamento do país no contexto internacional – embora com a manutenção de alguns paradigmas americanistas e fortalecendo a ideia de *Estado Normal*.

Assim como Collor, em seu primeiro mandato, Cardoso retirou do Estado o papel de “coordenação da economia” e reconheceu o predomínio do capitalismo de mercado, retomando o projeto neoliberal, de maneira que o Estado perdeu funções estratégicas e as privatizações foram acompanhadas pelo estabelecimento de Agências Reguladoras, pouco se preocupando com setores privados nacionais e com os custos sociais (Visentini, 2013, p.104-5). Indo além das exigências do *Consenso de Washington*⁹⁰, sua administração optou pela venda preferencial das empresas públicas às companhias estrangeiras, onde grande parte do patrimônio econômico estatal foi desmantelado com privatizações desnacionalizantes. Os mecanismos das privatizações eram importantes para transferência de ativos nacionais às empresas estrangeiras, abrindo nova via de transferência de renda ao exterior por meio dos lucros e aprofundando a dependência estrutural da nação à especulação financeira internacional. Ademais, como as empresas estrangeiras traziam equipamentos sofisticados e não se voltaram para as exportações, mas apenas para o mercado brasileiro, o país deixava à míngua sua política de comércio exterior (Cervo e Bueno, 2011, p.492-6). Então, a

⁹⁰ A preferência pelas diretrizes do *Consenso de Washington* pode ser observada na indicação de Pedro Malan, identificado com o programa do FMI e do Banco Mundial, para o Ministério da Fazenda.

privatização impediu a inserção internacional do país em condições de competitividade sistêmica, que demandava a expansão para fora de empresas nacionais.

Durante o primeiro mandato de Cardoso, paralelamente à intensificação do processo de privatizações das grandes empresas públicas, o contexto interno de estabilidade monetária, com saldo negativo na balança comercial e grande volume de reservas cambiais, demonstrou a escolha pela inserção no processo de globalização econômico-financeira⁹¹. Por conseguinte, no plano diplomático, Cardoso nomeou Luiz Felipe Lampreia para o Ministério das Relações Exteriores, esvaziou o Itamaraty de algumas de suas funções (pois ainda prevalecia, nesse órgão, a primazia do projeto nacional-desenvolvimentista), transferiu atribuições econômicas do MRE para o Ministério da Economia e fortaleceu a dimensão política da *diplomacia presidencial*, ao comandar a política externa pessoalmente⁹². De acordo com Cason e Power (2009), o advento da *diplomacia presidencial* levou a mudanças significativas no processo de formulação da política externa, o que diminuiu a centralidade e a autonomia do Itamaraty. Para tanto, houve a expansão do universalismo da política externa do país, cujas linhas de ação prioritárias foram (Cervo, 2008, p.27; Visentini, 2013, p.104): aprofundamento da inserção regional, da diversificação de parceiros bilaterais e do ideal de multilateralismo, concentrando esforços para elevar a condição de potência internacional do Brasil - mas sem definir claramente o paradigma estratégico de orientação. Em primeiro lugar, no plano regional, Cardoso deu início à substituição da ênfase na América Latina pela América do Sul.

⁹¹ Para Vigevani e Cepaluni (2011, p.93-4), durante seus oito anos de mandato, Cardoso procurou substituir uma agenda de política externa reativa, dominada pela lógica da autonomia pela distância, por uma agenda proativa internacional, alinhada ao neoliberalismo, aceitando os valores hegemônicos universais e guiada pela lógica da autonomia pela participação, impulsionando, assim a inserção internacional do Brasil como *global player*. De acordo com Lampreia (1999, p.11), o governo Cardoso conferiu um novo significado ao conceito de autonomia, onde prevaleceu a participação articulada com o meio internacional - e não o isolamento.

⁹² Segundo Danese (1999) e Preto (2006), a *diplomacia presidencial* ocorre quando o presidente tem participação pessoal, ativa e efetiva na concepção e na execução de política externa. Sendo assim, pode ser definida como “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de Estado e/ou pelo chefe de governo”. (Danese, 1999, p. 51).

Sendo assim, a partir de 1994, o Mercosul assumiu personalidade jurídico-institucional para os países-membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), além de agregar, como associados, a Bolívia e Chile. Contudo, o Mercosul deve ser entendido como um instrumento de inserção internacional, pois optou-se, desde o início, pela baixa institucionalização, pela diplomacia presidencial e pelos baixos custos do processo de integração. Com isso, há maior capacidade de diálogo com outros blocos, e poucos empecilhos para novos acordos comerciais. De acordo com Visentini (2013, p.105), de 1991 a 1997, o comércio intrazonal apresentou taxas aceleradas de crescimento e avançou no caráter político-estratégico, dando dinamismo à ideia de integração⁹³.

Em segundo lugar, as relações bilaterais continuaram a ser realizadas por meio da diplomacia *global trader*⁹⁴, com cooperação com vários pólos. Nesse sentido, o fortalecimento do bilateralismo com os Estados Unidos, a partir do espaço sul-americano era considerado como fator necessário para a ampliação do papel do país no cenário internacional. Além de priorizar o Mercosul e das relações com a União Europeia e com o NAFTA, houve aumento da importância do intercâmbio com os países asiáticos e africanos, com uma diplomacia voltada para a estruturação de um sistema internacional multipolar, objetivando contornar a hegemonia unilateral dos Estados Unidos e redirecionar novas formas de participar nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.96; Visentini, 2013, p.106). Por conseguinte, a inserção do Brasil como um *global trader* assinalava a diversificação das relações externas, agregada ao fortalecimento do regionalismo. Entretanto, de acordo com

⁹³ Pode-se destacar, por exemplo, a cláusula democrática, institucionalizada em 1998 pelo Protocolo da Ushuaia, que se tornou garantia da consolidação dos regimes democráticos na região e foi decisivo durante a eclosão das crises políticas paraguaias.

⁹⁴ O conceito de *global trader* pressupõe a adesão à liberalização comercial multilateral, de maneira que o Brasil procurava interesses globais, assumindo posições e agendas diversificadas, buscando mercados e novas relações, mas sem se vincular a um único parceiro (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.97).

Visentini (2013, p.106-7), o grande problema foi que o país não cumpriu grande parte dos acordos, fazendo prevalecer apenas os compromissos com os países do Primeiro Mundo e com os organismos internacionais. Isso porque a política externa de Cardoso, direcionada a formas mais apropriadas de inserção do Brasil, levou em consideração a preponderância dos Estados Unidos.

Em terceiro lugar, em relação ao multilateralismo, prevaleceu a negociação simultânea na OMC, no Mercosul, na União Europeia e na ALCA, reconhecendo a forte assimetria de poder do sistema internacional. A partir de uma orientação globalista, o Brasil aceitou, em 1994, a proposta de iniciar negociações para a criação da ALCA - pois, se obstruísse o processo, iria se confrontar diretamente perante os Estados Unidos. Por conseguinte, a diplomacia brasileira defendeu o multilateralismo nos planos de integração regional, sem se opor frontalmente à ALCA, pois havia a necessidade de melhora do relacionamento com os norte-americanos. Em suma,

a congruência com a agenda global foi a premissa suprema da política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, definida pela fórmula de autonomia pela participação, juntamente com a aspiração a uma posição mais fortalecida na arena global. O governo pretendia eliminar a percepção negativa do Brasil na comunidade internacional, especialmente no setor financeiro, e convencer seus parceiros de que o país estava preparado tanto arcar com as obrigações da economia mundial quanto para tirar vantagens de seus benefícios (Visentini, 2011, p.102).

Porém, a ascensão do livre comércio e do livre fluxo de capitais ocasionaram a deturpação da questão da segurança entre os anos de 1990 e 2001, mas principalmente durante o governo Cardoso. Historicamente, a diplomacia do país privilegia a persuasão como meio de ação, reforçando o pacifismo e os pactos internacionais de desarmamento, além de estabelecer, desde os anos 1980, medidas de confiança mútua com os países da região. Com isso, o governo brasileiro passou a atuar na esfera da segurança global, agindo nos foros de

negociação para regular o sistema multilateral de segurança e combatendo o uso da força como instrumento de política externa via participação em inúmeras operações de paz. Com tais iniciativas pacifistas, procurou-se influenciar a questão do desarmamento no Cone Sul, além da construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul, desmontando o sistema nacional de segurança e renunciando ao realismo da ação na arena internacional (Cervo e Bueno, 2011, p.503-4).

O comércio exterior também foi severamente afetado pela abertura do mercado brasileiro durante o governo Cardoso. Visto que não houve modernização do sistema produtivo e aumento da competitividade externa, o Itamaraty passou a negociar em diversas frentes, visando alcançar um sistema multilateral com regras transparentes, fixas e justas. Havia diversas denúncias de assimetrias e a busca pela atenuação do unilateralismo, tendo em vista a luta por um ordenamento voltado para a cooperação. E, associado ao fato de não gerar superávits⁹⁵ (ocasionando a deterioração das contas externas), o comércio exterior tornou-se uma variável dependente da estabilidade monetária, desempenhando a função de contenção da inflação. Ademais, o comércio exterior enfrentou dificuldades conjunturais: no plano global, o governo brasileiro teve de ceder, junto ao GATT, à pressão dos países avançados; e, no plano regional, os Estados Unidos mantiveram barreiras às importações brasileiras de manufaturados e primários. Durante os dois mandatos de Bill Clinton, o governo Cardoso evidenciou a histórica parceria bilateral com benefícios recíprocos, segundo o qual a estratégia de participação via autonomia postulava que os Estados Unidos manteriam a cooperação em assuntos internacionais. Porém, a eleição de George W. Bush, em 2001, aumentou medidas de proteção contra produtos brasileiros, o que motivou o Senado Federal a obstruir o projeto norte-americano de hegemonia continental a ser implantado por meio das

⁹⁵ Entre 1980 e 1989, a balança de comércio exterior registrou superávit de 89,5 bilhões de dólares, caindo para 60,4 bilhões entre 1990 a 1994. Mas, entre 1995 e 2000, o déficit somou 24,3 bilhões.

regras da Alca. Sendo assim, quando houve o abandono dessa proposta, como ocorrido nos últimos anos do governo Cardoso, após a chegada de George W. Bush à presidência, as relações com o Brasil endureceram e as críticas aos Estados Unidos se intensificaram (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.111)

Já em 1998, Cardoso se reelegera com base no controle da inflação através do aumento da taxa de juros e da atração de capital estrangeiro, na sobrevalorização do Real e nos baixos preços dos produtos básicos, com a convicção de que haveria a manutenção do sistema financeiro internacional favorável. Ademais, a liberalização financeira pressupunha o livre fluxo de capitais e a abertura dos sistemas financeiro, empresarial e dos mercados de valores. Após as reformas privatizantes de Cardoso abrir os domínios da economia brasileira aos capitais internacionais (sem, no entanto, internacionalizá-la), houve a consequência: o aumento dos fluxos de capitais especulativos e as crises financeiras. Entre 1995 e 2000, a dívida pública interna passou de 33% para 53% do PIB, enquanto que a dívida externa elevou-se de 148 para 237 bilhões de dólares. Isso acarretou novas medidas na taxas de juros para atrair fluxos de capitais constantes, o que fez com que a política exterior tivesse uma nova função, a de prover recursos para o pagamento da dívida externa - e não mais para estabilização de preços e contenção da inflação - bloqueando o crescimento econômico e aumentando a dependência do país (Cervo e Bueno, 2011, p. 509-11).

As crises ocorridas na Ásia, em 1997, e na Rússia, em 1998, criaram as condições para o desenvolvimento da crise financeira e cambial de 1999, que desvalorizou o Real e teve consequências graves nos países vizinhos e associados ao Mercosul. Nesse cenário de desarticulação, no qual o governo Cardoso baseara sua estratégia de inserção internacional, passou a prevalecer a fuga de capitais e o aumento do protecionismo dos países do Primeiro

Mundo, com o posterior esgotamento do modelo econômico do Mercosul⁹⁶ e a diminuição da capacidade de iniciativa. Ademais, devido à crise dos países do Cone Sul e da pressão norte-americana para implementação da área de livre comércio, em seu segundo mandato, Cardoso enfatizou a questão ALCA-Mercosul na pauta da política externa brasileira.

No final do seu mandato, após ter indicado Celso Lafer para o Ministério das Relações Exteriores, em 2001, Cardoso esforçou-se em reafirmar a integração regional da América do Sul e se tornou mais cético em relação à ALCA - devido principalmente ao descompasso perante o novo presidente eleito dos Estados Unidos, George W. Bush, que adotou diversas medidas protecionistas que prejudicaram o comércio exterior do Brasil. Com isso, Cardoso buscou equilibrar o diálogo com Washington nas negociações da ALCA e fora dela, por meio do fortalecimento das relações entre o Mercosul e a União Europeia e insistindo em acordos com China, Índia e África do Sul.

Portanto, a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, baseada no universalismo, melhorou o conceito internacional em relação ao Estado brasileiro, consolidando a conduta pacífica do país. Cardoso reforçou a opção pelo fortalecimento das instituições multilaterais internacionais, calcada em princípios de poder, garantindo maior autonomia e respaldo no sistema global. Sendo assim, sua atuação diplomática pautou-se pela lógica dos ganhos absolutos no entorno global, e para isso a cooperação regional foi enfatizada. No entanto, os problemas domésticos e a opção pelas privatizações, aliados ao fortalecimento da crise econômica, contribuíram para dificultar um papel de maior relevância do Brasil no cenário mundial, além de deixar o governo com poucas conquistas a serem celebradas.

⁹⁶ De acordo com Vigevani e Cepaluni (2011, p. 113), durante o governo Cardoso, grandes projetos de integração física foram realizados. Mas, ao mesmo tempo, as instituições regionais não se fortaleceram, de maneira que, a partir de 1999, o Mercosul passou por uma crise significativa, consolidando-se a perspectiva de União Alfandegária incompleta.

O paradigma do *Estado normal*, de cunho neoliberal, que impregnou as políticas públicas de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, não produziu uma política externa que estabilizasse o país através de profundas reformas sociais, de maneira que a exclusão social massiva permaneceu inalterada, pois não havia a perspectiva afirmativa das noções de soberania, interesse nacional, projeto nacional e integração desenvolvimentista. Cardoso promoveu o recuo do Estado como agente econômico e o fim do conceito de nacional-desenvolvimentismo, além de equiparar as empresas nacionais às transnacionais, privatizar o patrimônio público e diminuir com a função empresarial do Estado. Por conseguinte, a internacionalização da economia e a adesão submissa à globalização neoliberal alterou o padrão de inserção do Brasil na economia global, enfraquecendo seu poder em negociações internacionais relevantes.

3.3.2. Governos da Concertación, estabilidade democrática e consenso na formulação da política externa de cunho neoliberal

A transição democrática do Chile coincidiu com um dos períodos de maiores transformações nos últimos séculos no cenário internacional, como a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética. Houve, então, a reestruturação do sistema internacional, que também coincidiu com a terceira revolução técnico-científica e com o novo período da globalização. Ou seja, o sistema internacional foi tomado por uma lógica de incertezas e de constantes ajustes de suas regras de funcionamento, onde passou a imperar três grandes regiões econômicas: a União Europeia, a Comunidade da América do Norte e o bloco da Ásia-Pacífico. Tais ajustes produziram um grande impacto na América Latina, influenciando o processo de definição e execução das políticas exteriores – que não era mais

um processo monolítico de formulação e de tomada de decisão, mas onde diversos atores passaram a ter influência sobre a mesma.

No novo período democrático, a política externa chilena foi influenciada por seis fatores (Ferro, 2011, p.37-8): em primeiro lugar, a crítica ao regime de Pinochet, considerando a presença dos enclaves autoritários em qualquer tipo de política do país; em segundo lugar, havia consenso político e social com respeito à legitimidade democrática; em terceiro lugar, rejeitava-se o extremismo e o radicalismo político dos tempos da Guerra Fria, de maneira que a política deveria ser consensual, com negociações entre situação e oposição; em quarto lugar, havia pressão internacional para efetivação da democracia eleitoral e da economia de mercado; em quinto lugar, a redemocratização na América Latina teve o Chile como o seu principal modelo, pois houve a combinação de elementos pragmáticos e centristas; por fim, em sexto lugar, houve o surgimento de uma nova classe política, com defesa de ideais democráticos e contrária a qualquer tipo de radicalismo.

Então, dentre os principais objetivos da política externa do Chile, estavam a internacionalização democrática, rompendo o isolamento ocorrido no período autoritário, a defesa dos interesses do país e dos direitos humanos, e a redução da dependência exterior. Em relação à América Latina, a equipe que conduzia as relações exteriores do Chile aderiu à proposta de regionalismo aberto, propiciando a vinculação dos países da região com o entorno global e favorecendo acordos comerciais que ligariam o país aos mais variados mercados. Tratava-se, então, de uma estratégia para obter vantagens da globalização a partir de uma coordenação eficaz das políticas econômicas e comerciais dos governos latino-americanos (Maira, 2010, p.83).

No Chile, Patricio Aylwin foi o primeiro presidente do novo ciclo democrático, governando entre 1990 e 1994, encarando mudanças significativas do contexto interno e

externo, mas onde grande parte das premissas dos governos autoritários foram mantidas. De acordo com Maira (2010, p. 78), se já era custoso realizar uma transição da ditadura para a democracia no plano interno, o manejo da situação no plano internacional era ainda mais incerto. Mas a *Concertación* pode se adaptar rapidamente ao novo cenário internacional, planejando propostas bem organizadas. A partir da estratégia da globalização e do regionalismo aberto, Aylwin priorizou a reinserção do Chile na comunidade internacional como um marco da transição democrática. O país tinha, então, como eixo de sua política externa, criar uma condição multilateral em seus acordos comerciais através de uma estratégia de inserção internacional bilateral por meio de tratados de livre comércio e acordos de complementação econômica, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa e potencializar o acesso dos produtos chilenos às principais economias internacionais (Fuentes, 2009, p.126; Rodríguez, 2009, p.105-6). Para Jedlicki (2009, p. 178),

“esta proliferação de acordos comerciais foi possível, de um lado, devido ao retorno ao Estado de direito, e, por outro lado, à extensão da ideologia neoliberal no restante do mundo, particularmente na América Latina, bem como com a progressão e o aprofundamento do processo de globalização em escala global⁹⁷”.

Ainda de acordo com Jedlicki (2009, p.181), a reinserção internacional foi, sem dúvida alguma, o eixo central da política exterior do Chile. O plano econômico e comercial foi materializado através de um grande número de acordos com uma pluralidade de países. No plano político, o retorno à democracia permitiu que o país saísse do isolamento diplomático dos anos ditatoriais e transformasse sua própria imagem.

⁹⁷Traduzido do original: “cette multiplication d’accords commerciaux a été rendue possible, d’une part, par le retour à un État de droit, politiquement fréquentable, et d’autre part par l’extension de l’idéologie néolibérale dans le reste du monde, et tout particulièrement en Amérique Latine, ainsi que par la progression et l’approfondissement du processus de globalisation à l’échelle planétaire”.

Nesse sentido, a integração regional foi apresentada como um dos objetivos prioritários, mas sempre de acordo com o pressuposto de integração à economia mundial – favorecendo, assim, o regionalismo aberto. Então, “a integração regional deveria estar compatível com a abertura do país ao resto do mundo⁹⁸”, pois a abertura da economia chilena excluiu o pertencimento pleno a qualquer bloco. Ou seja, o Chile mostrou interesse na integração, mas sempre privilegiando o regionalismo aberto e os acordos com os Estados Unidos, Europa e Ásia.

A globalização e a inserção internacional também foram os eixos ordenadores da administração de Eduardo Frei-Tagle (1994-2000), cuja política externa variou substancialmente muito pouco, de maneira que foram enfatizados os interesses econômico-comerciais e a consolidação do Chile no sistema internacional. Com isso, foram buscados acordos de Livre Comércio, além de instrumentos que permitissem o aumento da atividade exportadora do país e que favorecessem propostas integradoras subregionais em vigor – como a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercosul. A política externa do país procurou firmar uma extensa rede de tratados de livre comércio, de maneira que o novo processo de globalização que estava em curso não pressupunha acordos com países latino-americanos como uma forma de liderança regional, mas a busca por interlocutores externos apropriados e de acordos convenientes para ambos. Conseqüentemente, foram firmados acordos com Canadá e México e com todos os demais países da América Latina, além de tratados com Estados Unidos, União Europeia e Ásia. A questão central, portanto, era a diversificação de acordos⁹⁹, enfatizando o cenário globalizante iniciado com a final da Guerra Fria – que

⁹⁸ Traduzido do original: “l’intégration régionale doit être compatible avec l’ouverture du pays au reste du monde” (Jedlicki, 2009, p.183).

⁹⁹ Entretanto, de acordo com Jedlicki (2009, p.187), realizar acordos comerciais com diferentes países do mundo é um fator que pode dificultar a política internacional chilena. Isso porque “cada parceiro acredita que pode contar com ele, em seu voto, enquanto o concorrente ou adversário deste último pode esperar o mesmo” (chacun de ses partenaires croit pouvoir compter sur lui, sur son vote par exemple, alors que le concurrent ou l’adversaire

preponderava sobre a prioridade política de impulsionar o processo de integração da região (em especial, na América do Sul), pois este exigia vontade política e entendimento com os países vizinhos (Maira, 2010, p.84-7). No âmbito regional,

“desenvolveram-se acordos econômicos e comerciais com países da América Latina, principalmente com o Mercosul. Se concretizou, assim, a incorporação do Chile ao bloco regional, ainda que somente como membro associado, pois não se considerou viável uma integração plena devido às notórias diferenças em políticas tarifárias e, em menor medida, em razão do tratamento de certos investimentos externos¹⁰⁰”.

Dessa maneira, era importante o pertencimento ao regionalismo latino-americano, pois se conformou um mercado comum com livre circulação de bens e serviços, avançando no processo de integração, mas sem exclusividade ou incorporação plena. De acordo com Fernandois (2011, p.39), o Chile não se entusiasmou com a criação do Mercosul. Na condição de parceiro-associado, desfrutou de direitos, como a participação na estrutura política. Porém, a posição chilena manteve-se extremamente pragmática, sem comprometer seus extensos acordos comerciais ou sua independência econômica. O enfoque, então, era a integração não discriminatória, com as atividades comerciais sendo fatores fundamentais para o dinamismo econômico e para ampliação dos fluxos comerciais. Por conseguinte, o Chile passou a ser visto pelo critério da excepcionalidade, com certo distanciamento e isolamento dos problemas locais. Para Jedlicki (2009, p.186), o retorno à democracia, apesar de evidenciar o papel político do país na América Latina, não alcançou o prestígio econômico efetivado na região, pois

de ce dernier peut s’attendre à la même chose). Em 2003, por exemplo, o Chile apoiou a decisão francesa no Conselho de Segurança da ONU na questão da Guerra do Iraque – mesmo que os Estados Unidos, seu principal parceiro comercial, tenha sido o principal proponente da invasão aos territórios iraquianos.

¹⁰⁰ Traduzido do original: “se desarrollaron acuerdos económicos y comerciales con países de América Latina, principalmente con el Mercosur. Se concretó así la incorporación de Chile al bloque regional, aunque sólo como miembro asociado, debido a que no se consideró viable una integración plena por las notorias diferencias en políticas arancelarias y en menor medida, por el tratamiento de ciertas inversiones extranjeras” (Rodríguez, 2009, p.107).

“seu multilateralismo de livre mercado, o fato de privilegiar a globalização e não a regionalização, assim como o livre mercado em detrimento de uma integração mais profunda, foram fatores que criaram desconfiança e relutância e, por vezes, o ciúme¹⁰¹”.

Durante toda a década de 1990, os países latino-americanos foram influenciados pelo contexto de crise interna e de fortalecimento da neoliberalismo no plano mundial. Com isso, Brasil e Chile seguiram padrões impostos pelo comércio internacional e procuraram reforçar suas democracias contemporâneas por meio da diminuição do papel do Estado na economia e nas relações exteriores, privilegiando a abertura comercial e as privatizações, no caso brasileiro, e o aumento da inserção internacional por intermédio de novos acordos de livre-comércio, como exemplificado no caso chileno. O momento, dessa maneira, era de defesa da democracia (mesmo que o regime militar ainda influenciasse severamente o comportamento dos atores), concomitantemente à necessidade de maior inserção no plano internacional e de aumento da dependência perante as nações com maior poderio econômico e militar. Contudo, no Brasil, o surgimento de uma nova crise mundial ocasionou a crise do modelo neoliberal e do paradigma de *Estado Normal* e, nesse ínterim, o final da administração Cardoso buscou novas formas de atuação no plano externo, combinando fatores desenvolvimentistas e de acordo com um estado mais atuante e logístico. O Chile, por sua vez, foi menos afetado pelo contexto de crise, mas ainda assim teve que lidar com novos acordos no plano internacional. Mais importante, em ambos os casos, o novo contexto permitiu o fortalecimento dos partidos de centro-esquerda, que foram eleitos e passaram a realizar algumas mudanças e inovações em política externa. Contudo, como se verá a seguir, essa mudança interna só foi possível graças à nova configuração da política internacional do começo do século, que permitiu o

¹⁰¹ Traduzido do original: “son multilatéralisme libre-échangiste, le fait de privilégier la globalisation plus que la régionalisation, le libre-échange plus que l’intégration plus profonde ont crée des méfiances et des réticences, parfois des jalousies”.

surgimento e o reaparecimento de novos paradigmas e da dispersão de centros de poder hegemônicos.

3.4. Globalização, interdependência econômica e dispersão dos centros de poder: a nova configuração internacional e os condicionantes sistêmicos para a América do Sul

Para se entender o contexto de transformações da política externa dos governos do PT e PS, é necessário compreender os determinantes sistêmicos da ordem internacional, pois estes condicionam a atuação dos países em sua interação com o mundo, gerando incentivos para a inserção externa e para explicar suas respectivas estratégias. Ou seja, a política externa de um Estado é determinada a partir da interação entre determinantes domésticos e sistêmicos. Como, então, a transformação da ordem internacional afeta a estrutura de estratégias no campo da política externa? E em que medida os novos condicionantes sistêmicos geraram incentivos aos países em desenvolvimento para se integrarem ao sistema político internacional?

Nas últimas décadas, as relações internacionais como um todo vêm sofrendo transformações em diversos aspectos. Na nova conjuntura internacional, as divisões antigas (Norte-Sul e Leste-Oeste) passaram a ser repensadas a partir da maior inserção e do fortalecimento do poderio dos países do Sul do Globo. Em um contexto de aceleração da globalização, houve a desconcentração relativa de poder, ocasionando novas formas de se pensar a hegemonia, a integração das estruturas econômicas e políticas, e as mudanças nas estruturas e instituições de cada Estado-Nação. Com isso, o envolvimento dos atores e sua

cooperação/conflito no cenário internacional, sejam eles Estados, indivíduos, empresas transnacionais ou organizações internacionais, passou a ser mais abrangente e complexo, tanto em relações intra-estatais como interestatais e transnacionais.

De acordo com Milani e Laniado (2006), as relações internacionais e a política internacional contemporânea possuem três dimensões centrais: a dimensão vertical das relações internacionais, com elementos tradicionais e aspectos interestatais; a relação entre sociedade civil e Estado e sua dinâmica no plano internacional; e a dinâmica do processo produtivo, considerando a materialidade estrutural de construção do mundo.

Em primeiro lugar, após o final da Guerra Fria não houve ruptura sistêmica da ordem internacional, de maneira que a dimensão vertical em constante transformação é caracterizada pela incerteza e pela instabilidade, mas cuja transitoriedade confere a ideia de permanência – diferentemente, por exemplo, de uma mudança de ordem internacional por meio de ruptura, que antecipa os delineamentos futuros (Albuquerque, 2006). Ainda assim, o contexto de transformação deu continuidade à preponderância estratégico-militar dos Estados Unidos no plano da geopolítica mundial e da segurança internacional, com relativa hegemonia e reestruturação de estratégias a fim de manter sua influência e poder no âmbito global. Contudo, no campo econômico, o aumento da interdependência tornou as transformações mais evidentes, ocasionando a mudança do jogo entre os países, cujo sucesso da globalização promoveu a maior distribuição de poderes e de influência entre os estados – sobretudo em relação ao leste e em alguns países do Sul do Globo. Nessa nova movimentação, os Estados se tornaram atores mais influentes, ao mesmo tempo em que as estruturas de poder passaram do eixo Estados Unidos-União Europeia para o eixo Estados Unidos-China (Hurrell, 2010, p.3). A China, então, se destacou como principal polo de poder econômico e de potência com interesses globais de uma imbricada rede asiática e mundial. Mas, mais importante, a

globalização difundiu o poder econômico em direção aos países periféricos (ou potências emergentes, ou intermediárias), reconfigurando a ordem mundial comercial e os investimentos internacionais, promovendo a desconcentração relativa de poder mundial, além de permitir novas formas de cooperação e de realização de alianças estratégicas (Dupas, 2006; Hurrell, 2006). As potências emergentes, tais como o Brasil, a Índia, a China, e a África do Sul, teriam em comum a disposição de recursos de poder militar, econômico e político, contribuindo para a governança internacional em termos regionais ou globais, além da capacidade de efetiva ação estatal para lidar com a incerteza e a indefinição da ordem internacional em transição como forma de constranger os países mais poderosos por meio de normas, regras e procedimentos em organizações multilaterais (Tiago de Oliveira, 2013, p.67-8).

Nesse novo contexto, e mais importante para o presente estudo, em segundo lugar, a interdependência entre os Estados e as sociedades nacionais se intensificou, tornando-se multidimensional. Isso porque a globalização (assim como a liberalização econômica, nos casos brasileiro e chileno) fomentou a superação das barreiras entre os planos doméstico e externo, internacionalizando a agenda doméstica e considerando as preferências dos mais variados atores nos processos decisórios de política externa. Nesse sentido, é importante frisar que

“No mundo da globalização recente, os Estados nacionais são simultaneamente atores unitários e plurais. São unitários no sentido de que existe sempre uma resultante, por mais provisória que seja em alguns casos, dos alinhamentos e coalizões políticas domésticas. E são plurais já que múltiplos atores sectoriais e subnacionais procuram maximizar seus interesses particulares dentro do país, estabelecendo redes e alianças com forças similares de outros países, construindo, desse modo, dinâmicas transnacionais”. (Viola e Reis, 2007, p.42).

Nesse sentido, a interdependência econômica e política aumentaram, resultando na mudança da percepção acerca das trocas internacionais e da influência política servirem como elemento circunstancial para o desenvolvimento de nações emergentes, em consonância com os interesses dos atores nacionais. Contudo, cabe reiterar que o jogo de poder mundial continua a ser realizado pelos Estados, que podem reestruturar políticas e interesses para facilitar ou dificultar a globalização; com isso, os Estados ainda possuem relativa autonomia frente aos estritos interesses econômicos, deslocando polos dominantes e criando novos parceiros conforme os avanços da globalização (Cardoso, 2008, p.56).

Em terceiro lugar, a partir da década de 1990 e particularmente nos anos 2000, a interdependência econômica e o processo de globalização ocasionaram a expansão do comércio internacional e da formação do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, incrementando as disputas comerciais por potenciais mercados exportadores. Ademais, a integração dos países nas cadeias produtivas globais impulsiona a cooperação econômica e comercial, facilitando as relações econômicas em rede. Nessa nova dinâmica, os países emergentes aumentaram sua participação total no comércio internacional – principalmente as exportações chinesas¹⁰². Em contrapartida, houve perda da participação relativa da América do Norte da Europa, constatando a desconcentração relativa do comércio e do poder no cenário internacional (Tiago de Oliveira, 2013, p.70).

Portanto, a desconcentração e a interdependência da nova ordem internacional ampliaram a relação entre o que é interno e o que é externo, onde as fronteiras passaram a ser construídas num plano que vai além dos conflitos dicotômicos entre as nações (Badie, 2000). Ou seja, com a diversificação dos centros de poder, as regras internacionais se modificaram e

¹⁰² A participação dos países em desenvolvimento no PIB mundial passou de 18,5% em 1990 para 24% em 2010. Já a China representava 1,8% da economia mundial em 1990, passando a 9,3% do PIB mundial em 2010 (Fonte: Fundo Monetário Internacional).

promoveram a emergência de uma agenda política mais descentralizada e menos hierarquizada em alguns aspectos, criando condições de atuação de novos atores mundiais (Milani e Laniado, 2006, p.480). Por conseguinte, os vetores de transformação da ordem internacional contemporânea são caracterizados pela multiplicidade de atores políticos e pela interdependência econômica entre os países, além da conformação de novas estruturas de poder, na qual os polos de poder regionais e sub-regionais passaram a ter maior importância em diversos fóruns de negociação, estruturando demandas fundadas em interesses fragmentados (Tiago de Oliveira, 2013, p.74).

Nesse novo contexto, como se verá a seguir, Brasil e Chile realizaram diferentes estratégias de inserção internacional durante os governos de PT e PS, respectivamente. Enquanto o primeiro se aproveitou do fato de ser uma potência emergente e procurou difundir novas estratégias de divisão do poder mundial e de interdependência, o último manteve-se fiel aos elementos de continuidade, de maneira que os governos de Lagos e Bachelet permaneceram fieis ao princípio de regionalismo aberto.

3.5. Política externa e governos de centro-esquerda: novos paradigmas ou continuidade?

3.5.1. Política externa e novo desenvolvimentismo no governo Lula

O neoliberalismo produziu efeitos nocivos e positivos para a política internacional do Brasil. Do ponto de vista negativo, houve abertura sem contrapartida ao mercado de consumo nacional, déficit de comércio exterior, endividamento externo, alienação de ativos de

empresas brasileiras, submissão aos países centrais, obediência às regras de governança global, sacrifício de relações com os países emergentes e perda do poder do país no cenário internacional. Do ponto de vista positivo, a abertura econômica resultou na modernização das indústrias e no aumento da competitividade sistêmica global da economia brasileira, além de promover maior distribuição de responsabilidades para o crescimento e desenvolvimento econômicos e em relação à ação externa (Cervo e Bueno, 2011, p.525-6).

No contexto de crise do neoliberalismo, era necessário, então, um outro paradigma que mesclasse características do Estado desenvolvimentista com a inserção madura no plano internacional, destacando o papel da América do Sul como área de fortalecimento das economias regionais sob a liderança brasileira, e conferindo à política externa funções assertivas e avaliadoras das assimetrias determinadas pela distribuição desigual de poder e de benefícios, tais como o reforço da capacidade empresarial do país, a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas, a abertura dos mercados do Norte em contrapartida ao nacional, mecanismos de proteção diante de capitais especulativos e uma política de defesa nacional (Cervo e Bueno, 2011, p.493-4). Considerando tais características, o *Estado logístico* fortalece o núcleo nacional, transferindo responsabilidades empreendedoras à sociedade e ajudando-a a operar no exterior, equilibrando os benefícios da interdependência mediante inserção internacional. É aquele Estado que não se resume à prestação de serviços e nem é passivo frente às forças do mercado e do poder hegemônico, recuperando o planejamento estratégico do desenvolvimento e exercendo a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais. Esse novo paradigma, introduzido por Cardoso e consolidado por Lula, não admite a incapacidade de governar diante das forças internacionais (Cervo e Bueno, 2011, p.489; 529).

No plano externo, com o recuo do neoliberalismo na periferia, a ordem internacional revelava uma efervescência entre atores e poderes. A globalização se desacoplou, em alguns aspectos, da doutrina liberal, se aproximando da ordem estatal e das empresas transnacionais, transformando-se em uma nova fase, mais global, com maior interdependência entre os Estados – como visto na seção anterior. E, em razão da crítica acerca das assimetrias globais, houve o fortalecimento de nações emergentes e o nascimento do contrapoder, com a defesa da democracia internacional, num extremo, e do terrorismo, em outro. Os países emergentes, dentre os quais o Brasil passou a se tornar parte ativa, passaram a propor a democratização da ordem global e a distribuição dos benefícios da ordem internacional por meio da negociação do Estado e da sustentação logística dos interesses nacionais e alianças com países emergentes. Visou-se, portanto, a redistribuição do poder e a adesão do componente moral nas relações internacionais (Badie, 2004; Parola, 2007; Silva, 2009; Cervo e Bueno, 2011).

Nesse contexto de crise do modelo neoliberal e da necessidade de uma nova atuação em política externa, o candidato de centro-esquerda Luis Inácio Lula da Silva foi eleito para a Presidência da República em 2002, e reeleito em 2006, permanecendo no cargo até 2010. E, embora o segundo governo Cardoso já tivesse iniciado mudanças no curso da política externa brasileira, moldando novas parcerias com Índia, África do Sul, China e Rússia, a posse de Lula implicou em uma inflexão significativa em termos de política externa, enfatizando novos pressupostos nas negociações comerciais internacionais e aprofundando a coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, propondo novas medidas para o maior protagonismo internacional, com capacidade de negociação por meio de um projeto que contribuiu para a inserção da agenda social na globalização. Para tanto, a política externa do governo Lula foi concebida como uma política de Estado, mas de acordo com as características do Partido dos Trabalhadores, tais como a vocação industrial e a harmonia

entre Estado e sociedade, com presença intensa nos órgãos de negociação multilateral, suplantando a passividade dos governos anteriores e buscando alianças fora do hemisfério para ampliar o poder e a influência no âmbito internacional a partir de uma postura ativa e programática, de acordo com os seguintes objetivos estratégicos: fixar o liberalismo de mercado por meio de regras de reciprocidade de benefícios; estipular a expansão dos negócios no exterior pela via comercial e a internacionalização de empresas brasileiras; e reforçar o poder de influenciar o ordenamento global e os regimes setoriais (Cervo e Bueno, 2011, p.528).

Por quê, então, a política externa de Lula da Silva pode ser considerada como uma política partidária, mas nos moldes das tradições da política externa brasileira? O governo Lula procurou impulsionar alguns temas caros à antiga agenda internacional do PT, ou seja, de viés partidário, com opções preferenciais para as forças progressistas e contestadoras de uma ordem mundial dominada pelos países capitalistas avançados, mas sempre de acordo com princípios pragmáticos que norteiam a política externa brasileira.

Historicamente, a política externa brasileira busca o reconhecimento internacional do país (Hirst e Lima, 2006). Mesmo sendo um poder emergente, o Brasil está vinculado à noção de *soft power*¹⁰³ (Nye, 1990), sem a intenção de se tornar uma potência militar, além de se utilizar de meios pacíficos para mediar conflitos. Desde o início do século XX, a negociação prevaleceu na configuração do espaço territorial do país, resolvendo pacificamente as disputas territoriais com os países vizinhos, sendo que o processo de construção do Estado resultou de negociações diplomáticas, e não de disputas militares (Gratius, 2007). Contudo, para se entender a política externa do PT no governo, é necessário compreender sua evolução ao longo do tempo.

¹⁰³ O conceito de *soft power* está ligado com a habilidade para alcançar os objetivos da nação por meio da cooptação – e não da coerção – utilizando ideias e instituições como instrumentos.

O PT, em seus primórdios com vocação afirmadamente socialista, tinha como objetivo central a luta contra o imperialismo e o capital internacional, prevendo uma “política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional”, com um plano de ação contra a dominação imperialista, com uma política externa independente, de respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos (Partido dos Trabalhadores, 1984, p.14-5). Já em 1989, ao disputar pela primeira vez pelo cargo da Presidência, Lula apresentou um programa de governo que propunha uma

“política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de auto-determinação dos povos, não-ingerência nos assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base da plena igualdade de direitos e benefícios mútuos” (GPRI, 1989, p.55).

Como se vê, tais propostas se mantiveram extremamente atuais, conformes aos princípios e posições de política externa seguidos pelo Brasil até a contemporaneidade. Contudo, com a formação da coligação de partidos radicais de esquerda, alguns pontos mais polêmicos foram mantidos, tais como “a decretação de uma moratória unilateral para solucionar a questão da dívida externa” (GPRI, 1989, p.55). Mesmo derrotado, Lula da Silva continuou a figurar no campo da política externa do partido, participando do Foro de São Paulo, em 1991, onde o PT e outros agrupamentos de esquerda da América Latina concordaram na oposição à integração imperialista prometida pela “Iniciativa para as Américas”, do presidente norte-americano George Bush.

Já nas eleições de 1994, o PT definiu seu programa de governo com propostas articuladas em torno da questão da falta de um projeto nacional de desenvolvimento para a política externa do Brasil. Nas palavras de Lula, “o Brasil só poderá ter uma política externa

consistente se tiver um claro projeto nacional de desenvolvimento, com o correspondente fortalecimento da democracia, o que significa universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, reforma e democratização do Estado”. Com isso, o projeto de desenvolvimento deveria ser uma modelo de crescimento “que favoreça a criação de um gigantesco mercado de bens de consumo de massas que permita redefinir globalmente a economia, dando-lhe, inclusive, novas condições de inserção e de cooperatividade internacionais” (ADB, 1994, p.8-9). Isso porque a política externa brasileira era concebida, de acordo com a plataforma do partido, nos moldes dos governos militares, sendo que, em face do quadro de mudanças políticas e econômicas do início dos anos 1990, o “governo democrático e popular deveria desenvolver uma política externa que buscará simultaneamente uma inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de uma ordem mundial justa e democrática”. (Partido dos Trabalhadores, 1994, p.29-30). No documento, que concebe a política externa como parte do projeto nacional do partido, o programa de governo destacou, como áreas prioritárias, a América Latina e o Mercosul, além da cooperação com países da esfera Sul-Sul, dentre eles, China, Índia, Rússia e África do Sul, e com países de língua portuguesa, além do incentivo para rediscussão das propostas das dívidas externas dos países periféricos, do combate à fome e à pobreza para buscar uma nova ordem política e econômica internacional justa e democrática e para recuperação da estrutura do Ministério das Relações Exteriores (Partido dos Trabalhadores, 1994, p.30).

Em 1998, mais uma vez Lula não conseguiu se eleger para a Presidência da República. Em uma coligação que contava com Leonel Brizola, do PDT, como vice-presidente, Lula da Silva assumiu uma postura de moderação, criticando a abertura irresponsável e privatizante do governo de Fernando Henrique Cardoso, o que fez com que o país perdesse a soberania

econômica (PT-PDT-PCDOB-PSB-PCB, 1998). De acordo com Programa de Governo do PT, o país deveria se inserir soberanamente no cenário internacional, com uma política externa fundada em princípios de autodeterminação, visando alterar as relações desiguais e injustas que se estabeleceram na Ordem Mundial e por mudanças profundas em organismos internacionais, tais como a ONU, o FMI e a OMC, além da participação na construção de novas instituições financeiras internacionais (Partido dos Trabalhadores, 1998, p.247). Novamente, o programa procurava fortalecer as relações do Brasil com outros países do Sul, enfatizando a América Latina – e em especial o Mercosul¹⁰⁴ - a África e os países de língua portuguesa.

Apesar dos posicionamentos radicais de início, o PT e seus dirigentes evoluíram ideologicamente, no sentido de aderir a um conjunto de propostas diplomáticas que não diferem muito de princípios e valores já consagrados na política externa brasileira. Nesse sentido, durante a campanha presidencial de 2002, houve uma sutil transição para uma política externa mais pragmática como expressão inédita de um novo realismo diplomático – o que pode ser visto, por exemplo, na formação da coligação eleitoral, que envolveu partidos de direita do espectro ideológico (Almeida, 2003, p.88; p.92). Com a inserção no centro do espectro ideológico, Lula da Silva iniciou uma estratégia de moderação¹⁰⁵ e em direção à governabilidade, visando diminuir o grau de dependência financeira externa do país via promoção comercial ativa com outros países em desenvolvimento – como a China, a Índia e a Rússia – sem rejeição dos pressupostos do livre-comércio, contudo, exigindo a promoção de

¹⁰⁴ O processo de integração regional era visto de maneira positiva, visando efetuar a “ampliação e reforma do Mercosul que reforce sua capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos graves problemas sociais da região”. (PT-PDT-PCDOB-PSB-PCB, 1998).

¹⁰⁵ A moderação pode ser vista, por exemplo, na “Carta ao Povo Brasileiro”, de junho de 2002, cujas premissas básicas de política externa eram vinculadas à ideia de respeito aos contratos e obrigações do país (Partido dos Trabalhadores, 2002, p.1).

regras de reciprocidade. Sendo assim, no programa oficial da campanha, fundamentava-se que a política externa do governo seria um meio fundamental para implantação de

“um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do país diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo”. (Programa oficial do Candidato Lula, 2002).

Ressaltava-se a ideia da diplomacia do país como um meio de transformação do cenário internacional e especialmente da integração sul-americana, procurando reduzir as tensões e buscar o maior equilíbrio econômico, social e político. O Mercosul era considerado como peça-chave desse novo conceito de atuação diplomática brasileira, privilegiando a construção de instituições políticas e jurídicas e o desenvolvimento de uma política externa comum para o bloco para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ainda de acordo com os programas de governo anteriores, o PT continuava com a postura mudancista de aproximar-se de países de importância regional, enfatizando a necessidade do fortalecimento das coalizões Sul-Sul e da construção de “sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a ONU, o FMI, a OMC e o Banco Mundial”. (Programa Oficial do Candidato Lula, 2002), paralelamente ao desenvolvimento de potencialidades do mercado interno via incremento de exportações e de melhoria da infra-estrutura.

Por conseguinte, a candidatura do PT para as eleições de 2002 conferiram à política externa uma postura mais realista, de acordo com as regras da boa governança global e das instituições financeiras internacionais – mas com o pressuposto de que era necessária a melhoria das regras de reciprocidade e de democratização dos organismos internacionais. Havia um claro esforço, de acordo com Almeida (2003, p.96), do PT e de Lula da Silva para

provar que o partido e seus aliados “estavam plenamente habilitados a assumir as responsabilidades governamentais e a representar os interesses externos do país com maior dose de realismo econômico e diplomático do que tinha sido o caso nas experiências precedentes”.

Com a vitória eleitoral, a moderação da política externa do partido se confirmou nos moldes da tradição brasileira, aderindo aos princípios de estabilização econômica, de defesa da democracia negocial no plano internacional, e de fortalecimento do multilateralismo e do regionalismo, sem destoar das conhecidas posições defendidas pela diplomacia do país, de cunho desenvolvimentista. Contudo, a ascensão do PT ao poder significou a defesa mais enfática dos interesses nacionais e de promoção da soberania via aprofundamento da “integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul¹⁰⁶ como instrumento de integração regional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA”, e através do fortalecimento de acordos comerciais bilaterais e da promoção da ideia de justiça na ordem econômica internacional, diminuindo a “distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento”. (Silva, 2002). O que se viu, portanto, é que o PT procurou inserir um novo formato de atuação em política externa, com novas ênfases e iniciativas mais ousadas pautadas nos interesses históricos do partido, mas sempre de acordo com o realismo da tradição diplomática brasileira.

Ao longo dos anos, a política externa de Lula teve três atores centrais e três dimensões estratégicas (Visentini, 2011, p.112). O Embaixador Celso Amorim foi novamente empossado como Ministro das Relações Exteriores, enquanto que o Embaixador Samuel

¹⁰⁶ Apesar do otimismo frente à capacidade de Lula resolver os problemas do Mercosul, os graves problemas estruturais, institucionais e conjunturais que se escondiam atrás das deficiências do processo integracionista preponderaram. Mesmo a intenção de acolher o Chile como membro pleno do bloco foi dissuadida com o exame da realidade econômica do país, reconhecidamente neoliberal (Almeida, 2003, p.97).

Guimarães (Secretário Geral) e o Professor Marco Aurélio Garcia (assessor da presidência para assuntos internacionais) tiveram funções relevantes na formulação da política externa e na resolução de conflitos internacionais. Por conseguinte, a gestão de Lula da Silva inovou ao nomear um intelectual dos quadros do PT para ocupar tal cargo, de maneira que, em alguns momentos, houve rumores de conflitos entre o assessor e o Ministro Celso Amorim, sugerindo-se a existência de embates entre ambos em torno da formulação da política externa do país. Porém, enquanto Garcia era responsável pelas questões ideológicas da atuação internacional do Brasil - como, por exemplo, quando houve a necessidade de diálogo com líderes esquerdistas da América do Sul - Amorim atuava no plano técnico da agenda internacional, como as negociações na OMC e no NAFTA (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.140). Cabe ressaltar, ainda, que uma das razões do sucesso da política externa do Governo Lula está ligada à direção e condução feita pelo Itamaraty, que recuperou seu espaço e passou a contar com o apoio de diversos segmentos do Estado, como o BNDES e as Forças Armadas (Visentini, 2013, p.119).

Já as dimensões estratégicas de seu governo podem ser divididas em diplomacia econômica, política e social.

Em relação ao primeiro aspecto, baseado no realismo, foram preservados os acordos com o Primeiro Mundo para obtenção de investimentos e tecnologia, com negociação da dívida externa e sem ruptura do modelo macroeconômico da gestão Cardoso. Contudo, houve o reforço da negociação em organismos financeiros multilaterais e o ajustamento doméstico para reforçar a capacidade de atuação do Estado e do mercado interno. Para tanto, foram efetivadas medidas que revalorizaram o mercado doméstico e a capacidade da poupança interna, com combate aos fatores internos que debilitam uma ação internacional mais qualificada. Isso porque a fé cega na abertura dos mercados e na retração do Estado seriam

incapazes de induzir o desenvolvimento e a igualdade entre as nações. Era necessária, dessa maneira,

a consciência do papel do Estado, ao requisitar a ação política com o fim de fazer o país penetrar os processos globais como agente ativo do sistema, sem submeter-se ao jogo das forças tradicionais (Cervo e Bueno, 2011, p.529).

O Estado define o interesse nacional na política externa a serviço do desenvolvimento, tornando-se agente da governança global.

Aproveitando-se das brechas existentes no sistema internacional, aprofundadas após o 11 de setembro de 2001, e a partir da consolidação da conduta do estado logístico, pautado na diplomacia econômica, a política externa do governo Lula tornou possível o desenvolvimento da internacionalização econômica das empresas brasileiras como estratégia de ação externa e de inserção internacional através do globalismo industrialista¹⁰⁷, ampliando as exportações de bens e serviços. Para tanto, com o apoio logístico do Estado e financeiro das instituições nacionais tais como o BNDES e o Banco do Brasil, procurou-se formar empresas fortes para competir majoritariamente na América do Sul, em escala global e para investir no exterior em diferentes áreas, como mineração, prospecção, metalurgia, indústria e tecnologia, de maneira que a internacionalização da economia brasileira entrou em ritmo acelerado a partir de 2005 (Cervo e Bueno, 2011, p. 544-8).

No contexto de fortalecimento do desenvolvimento nacional e de consolidação do Brasil como o principal articulador da integração política e econômica do continente sul-americano, o Governo Lula continuou o processo da consolidação da América do Sul como área de interesse prioritário da política externa brasileira, consolidando a ideia de Estado logístico como induzidor da capacitação de empresas transnacionais do país. Dessa maneira, o

¹⁰⁷ Por outro lado, a estratégia chilena de inserção internacional é caracterizada pelo prisma do globalismo comercialista, com preponderância dos acordos de livre-comércio e da economia primário-exportadora (Cervo e Bueno, 2011, p.530).

desenvolvimento nacional direcionado à política externa criou condições para que o BNDES pudesse operar internacionalmente em prol do desenvolvimento do país. E, no decorrer do governo Lula, o BNDES apoiou a internacionalização das empresas brasileiras, sendo que, ao final do seu governo, o principal destino dos investimentos no exterior passou a ser a América do Sul¹⁰⁸.

O segundo aspecto, da diplomacia política, procurou reafirmar os interesses nacionais e enfatizar o protagonismo no cenário internacional por meio de uma diplomacia ativa e afirmativa, com multilateralismo de reciprocidade, na qual o Itamaraty ocupou posição estratégica na formulação e execução da política externa do país. Ademais, em termos práticos, a política externa fortaleceu a *diplomacia presidencial*, apresentando uma postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais (Cason e Power, 2009). De acordo com Cervo e Bueno (2011, p.531-2), a diplomacia brasileira elaborou o conceito de multilateralismo de reciprocidade a partir do comércio e da segurança¹⁰⁹, por meio de dois pressupostos: da existência de regras para compor o ordenamento internacional e prevenir a disparidade de poder em benefício das grandes potências; e da elaboração conjunta dessas regras, garantindo a reciprocidade de efeitos e eliminando a estabilidade hegemônica¹¹⁰ e o vínculo necessário entre política externa e regime político¹¹¹.

¹⁰⁸ Além de financiar as exportações de bens e serviços nacionais, o BNDES apoiou a fusão de empresas nacionais, que passam a atuar com maior competitividade no mercado internacional. Como contrapartida, ao financiar essas fusões, o BNDES adquiriu ações da nova empresa por intermédio da subsidiária BNDESPAR - BNDES Participações S.A.

¹⁰⁹ Em seu primeiro passo, a diplomacia de Lula e dos países emergentes expressaram essa nova linha de ação externa na Conferência da OMC, ocorrida em 2003, defendendo a confecção de regras legítimas e justas. Para tanto, foram formadas coalizões ao Sul, dentre as quais a primeira foi o G20 comercial.

¹¹⁰ A teoria da estabilidade hegemônica determina que a ordem internacional é baseada na conduta unilateral da potência dominante (os Estados Unidos) e na subserviência das demais, com ofuscamento dos órgãos multilaterais.

¹¹¹ De acordo com Cervo e Bueno (2011, p.532), o regime político não exibe vínculo necessário com a paz, o desenvolvimento, a justiça e o bem-estar da humanidade. Na América do Sul, por exemplo, modelos de desenvolvimento apresentaram resultados semelhantes, independentemente da natureza democrática ou autoritária.

A diplomacia ativa e afirmativa, por meio do multilateralismo de reciprocidade, definiu quatro eixos de atuação (Cervo e Bueno, 2011, p.533-43). Em primeiro lugar, no plano da economia internacional, buscou-se a interdependência via reciprocidade na realização de interesses, negociando a atuação na OMC, na ALCA, com a União Europeia e na articulação de coalizões com países emergentes, com o objetivo de fortalecer o maior número possível de países, em especial aqueles do hemisfério Sul. Para tanto, os tratados de livre comércio que perpetuassem assimetrias foram, em sua maioria, rejeitados, e houve a preocupação primordial com a integração sul-americana. Em segundo lugar, em relação ao comércio internacional e na atuação do país na Rodada Doha da OMC. Historicamente, o Brasil não consegue modificar sua pauta de exportações e elevar a participação do comércio exterior no PIB. Por conseguinte, na OMC, a diplomacia do país defendeu a liberalização dos mercados, enfrentando o desequilíbrio entre a elevação da produtividade brasileira em nível global e a baixa participação no comércio internacional com o objetivo de exigir a liberalização do mercado agrícola e o fim dos subsídios na Europa e nos Estados Unidos, procurando estabelecer, com isso, a reciprocidade de benefícios no comércio entre ricos e emergentes¹¹², formando coalizões ao Sul e privilegiando a integração sul-americana¹¹³. Em terceiro lugar, no domínio da segurança internacional, a diplomacia brasileira propôs uma estratégia de prevalência da negociação sobre o uso da violência para solução de conflitos e

¹¹² O G-20 comercial, nascido em 2003, é um dos instrumentos de negociação no qual os países emergentes dispõem-se a impedir decisões predeterminadas pelos principais países do globo nas negociações multilaterais de comércio. Houve contínuo poder de mobilização da diplomacia do governo brasileiro na estruturação do G-20, prevalecendo a atuação contestadora por meio do estabelecimento de uma rede com os países em desenvolvimento afetados pelo protecionismo e pelos subsídios agrícolas do Primeiro Mundo. Em 2007, a OMC surpreendeu-se com a irrupção dos emergentes e mudou os padrões de negociação, não aceitando acordos prévios entre países ricos e considerando a penetração dos interesses do Sul nas dinâmicas (Cervo e Bueno, 2011, p.538; Visentini, 2013, p.117).

¹¹³ Em relação à OMC, tanto o governo Cardoso quanto o governo Lula deram relevância à participação nas negociações comerciais multilaterais. Mas enquanto o primeiro dedicou-se ao diálogo sem coordenação institucionalizada, o segundo traçou novas alianças, com destaque para a formação do G-20 e do IBAS (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.141).

manutenção da paz¹¹⁴, além de reivindicar a democratização das decisões do Conselho de Segurança¹¹⁵ e a criação, em 2009, do Conselho de Defesa Sul-Americano como um dos órgãos diretivos da Unasul. Por fim, em quarto lugar, no enfrentamento das questões ambientais, a diplomacia brasileira também procurou inserir a reciprocidade de efeitos com a associação de desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Porém, apesar do debate com efetivos ganhos conceituais, houve minguados efeitos concretos.

Já o terceiro aspecto diz respeito à proposição de um programa social interno com impacto internacional, cujas propostas estavam estritamente relacionadas com a nova agenda externa que procurava corrigir as distorções criadas pela globalização centrada em comércio e investimentos livres. Nesse sentido, a política externa do governo Lula criticou veementemente o ordenamento internacional sem reciprocidade e injusto, associando direitos humanos e sociais ao desenvolvimento, ao combate à pobreza e à fome. Dessa maneira, em diversas assembleias gerais da ONU, como também em reuniões de líderes mundiais e nos órgãos multilaterais, a diplomacia brasileira, pautada em programas sociais internos como o Bolsa Família, procurou efetivar a cooperação prestada a países mais pobres, especialmente

¹¹⁴ Em 2004, a política externa do Brasil se associou aos países do Cone Sul, Argentina e Chile, obteve a cooperação de Uruguai, Peru e Bolívia, assumiu o comando das tropas e se propôs a levar a paz o desenvolvimento e a redemocratização ao Haiti. O caso do Haiti, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2011, p.144), serve para exemplificar a característica de autonomia pela diversificação do governo Lula. Isso porque a diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também a capacidade de intervenção em questões mediatas e referentes aos bens públicos internacionais. Já em 2009, ainda no âmbito regional, o Brasil teve papel fundamental na resolução do caos político instaurado em Honduras após o golpe contra o Presidente Manuel Zelaya, mantendo o presidente hondurenho abrigado em sua embaixada em Tegucigalpa durante o golpe e rompendo relações diplomáticas com o governo de facto de Honduras, além de discordar fortemente dos Estados Unidos e sendo contrário à readmissão do país na OEA. Ademais, ainda no campo político-diplomático, o início do governo Lula coincidiu com a eclosão da invasão norte-americana no Iraque. A posição brasileira foi firme, recusando o respaldo de qualquer ação sem que os inspetores da ONU concluíssem seu trabalho. Com isso, houve a rejeição da agenda da Guerra ao Terrorismo de George W. Bush.

¹¹⁵ Como consequência de sua política externa de característica pacífica, o Brasil atribui importância à reforma do Conselho de Segurança da ONU devido à falta de representatividade e eficácia diante dos conflitos do século XXI. Em 2005, o governo brasileiro apresentou à Assembleia Geral da ONU uma proposta de reforma do Conselho, contando com o apoio de grandes potências. Porém, apesar de ativa movimentação, a reação global não permitiu o avanço da reforma devido ao receio da perda de poder pelos cinco membros permanentes, às rivalidades regionais e à discordância quanto aos termos da reforma (Cervo e Bueno, 2011, p.541).

da África. Paralelamente, através da Cooperação Sul-Sul, houve a construção de uma política de direitos humanos pluralista e substantiva, levando dignidade material a diversos povos excluídos do consumo mínimo.

Para contribuir com o estabelecimento de um sistema internacional multipolar e democrático e visando criar um equilíbrio perante as grandes potências e o capital internacional, foi iniciada a construção de um espaço maior de barganha, buscando novos parceiros. O governo Lula, por sua vez, começou a negociar mais firmemente, visando defender os interesses econômicos nacionais, mantendo suas relações com várias áreas do mundo. E, ao contrariar alguns desígnios da maior potência hegemônica mundial, criou razoável margem de manobra, ressaltando sua autonomia. Nesse sentido, as maiores prioridades da agenda em política externa do governo Lula foram: a revitalização do Mercosul e da integração sul-americana, com espaço para uma liderança brasileira compartilhada; a solidariedade com os países africanos; o estreitamento do intercâmbio com potências emergentes, tais como China, Índia, Rússia e África do Sul, com o objetivo de estabelecer parcerias estratégicas e o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul; o aprofundamento das relações com a União Europeia; e valorização das organizações internacionais.

Na América do Sul, devido à deterioração ocorrida durante o período neoliberal, diversos governos se envolveram na busca de melhores condições sociais e econômicas, buscando soluções centradas em projetos nacionais e com diferentes estratégias de inserção internacional. Com isso, houve o retorno da região ao protagonismo diplomático e ao processo de integração, com a afirmação de agendas internas de desenvolvimento econômico e social, objetivando uma ação concertada no plano mundial - e não apenas regional - no qual diversos novos governos assumiram o poder com posições internacionais comuns às da

diplomacia brasileira¹¹⁶. No Brasil, a política externa do governo Lula fortaleceu os processos de integração como forma de estabelecer e consolidar a rede de cooperação entre os países do Sul e evidenciar a atuação do país no plano internacional, realizando metas de multilateralismo da reciprocidade e da globalização da economia brasileira. Ademais, Lula possuiu grande credibilidade como porta-voz da América do Sul, o que também facilitou a sua atuação por meio da diplomacia presidencial.

Nesse contexto, a integração sul-americana passou a se realizar e se fortalecer em três níveis: o Mercosul, a IIRSA e a CASA/Unasul. O Mercosul representa o nível comercial e de investimentos, e recebeu atenção primordial, sendo um projeto político utilizado pela diplomacia brasileira como instrumento de reforço do poder de barganha internacional, além de se constituir como meio de negociação para segmentos organizados da sociedade brasileira. Foi através do Mercosul que se ofereceu aos vizinhos sul-americanos uma parceria necessária para retomada do crescimento econômico através da estratégia de reversão da marginalização que a região sofre, garantindo a governabilidade e o desenvolvimento dos países membros. Por conseguinte, para reforçar o processo de integração, o BNDES iniciou o financiamento de diversas obras que visassem a integração física sul-americana, e foram estabelecidas Cadeias Produtivas Regionais e um Programa de Substituição Competitiva de Importações, com o objetivo de fomentar as exportações dos demais membros para o Brasil, equilibrando o comércio.

A IIRSA, por sua vez, representa uma forma de integração funcional, voltada à construção de infraestrutura de transportes, comunicações e energia (Visentini, 2013, p.115),

¹¹⁶ O principal exemplo dessa convergência ocorreu na Argentina, onde houve mudança de posição política, de maneira que o Presidente Nestor Kirchner abandonou o neoliberalismo dos anos 1990 e buscou, no plano interno, um modelo baseado em investimentos públicos e combate à pobreza, e, no plano externo, estreitou a cooperação com o Brasil, além de resgatar e contribuir ativamente para a integração sul-americana.

contornando a Lei de Responsabilidade Fiscal que limita a política de desenvolvimento dos Estados, além de constituir-se como um marco para a construção de oleodutos e gasodutos.

Por fim, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em 2004 e consolidada institucionalmente após sua transformação, em 2007, no tratado constitutivo da Unasul (União das Nações Sul-Americanas), é um fórum de desenvolvimento político da integração¹¹⁷, com diálogo entre os Estados-membros, procurando assentar a região no mapa mundial, expressando a independência política sul-americana e criando um polo de poder regional, com ênfase na segurança baseada na ação diplomática, no respeito à soberania e na não intervenção em assuntos internos dos Estados, afastando a interferência de potências e de órgãos externos; por fim, no plano econômico, a Unasul busca a promoção da integração produtiva, energética e da infraestrutura - porém, sem substituir o Mercosul e a Comunidade Andina (Cervo e Bueno, 2011, p.549-51).

Fortalecida com a base sul-americana, a política externa da administração de Lula da Silva estendeu-se ao mundo e buscou a projeção internacional, com adesão à universalização dos princípios democráticos e aceleração do processo de globalização, de modo que a ascensão das relações entre o país e as potências emergentes, baseados na Cooperação Sul-Sul, encontrou no multilateralismo uma forte base de sustentação e articulação de posições comuns no sistema internacional, enfatizando um tipo de política externa com alto grau de interdependência em relação a outros países (Lima e Hirst, 2006, p.25).

Dentre as coalizões compostas por países emergentes e que atuam no plano global, a mais conhecida é o BRICS. O termo foi cunhado em 2001 pelo economista Jim O'Neill, do banco de investimento Goldman-Sachs, que afirmou que Brasil, Rússia, Índia e China se

¹¹⁷ De acordo com Visentini (2013, p.115), na Unasul se resolvem muitas diferenças e divergências, sendo “particularmente útil com o advento de regimes de esquerda na região: se o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile representam modelos institucionalizados, a Venezuela, a Bolívia e o Equador ainda buscam formatar seus sistemas políticos, gerando a necessidade de um diálogo permanente”.

tornariam responsáveis pela transformação do cenário político-econômico mundial, com impactos profundos e abrangentes. O Brasil teve a iniciativa de criar o bloco político de países emergentes, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, depois, África do Sul), que se institucionalizou em 2007 e adquiriu significado político em 2008 - quando, nessa ocasião, os países da OCDE foram atingidos pela crise econômica, enquanto os membros do BRICS mantinham seu crescimento econômico e buscavam atuar de forma articulada, com soluções para a crise. O objetivo central do bloco é promover negócios entre seus membros e articular a tomada de decisões conjuntas em temas internacionais, fomentando a cooperação. E, com a recessão dos países ricos e crescimento acelerado das economias dos BRICS, instalou-se a multipolaridade, objetivando a confecção de regras do ordenamento global com responsabilidade compartilhada e objetivos comuns, sem a criação de uma frente anti-hegemônica. Na Primeira Cúpula dos BRICS, em 2009, discutiu-se que os países emergentes deveriam ter um papel de maior importância em instituições financeiras internacionais, além da necessidade de se instaurar um sistema financeiro internacional mais estável, previsível e diversificado, e de ratificar reformas na Organização das Nações Unidas. Na mesma linha, defendeu-se a manutenção do sistema de comércio multilateral estável, a diminuição do protecionismo comercial, a demanda por resultados justos para a Rodada Doha da OMC e a implementação do conceito de desenvolvimento sustentável. Já em 2010, na Segunda Cúpula, continuaram na pauta de debates a reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e a proposta de uma moeda de reserva alternativa ao dólar. Em sua terceira cúpula, de 2011, as discussões envolveram temas econômicos e relativos à segurança, saúde, meio ambiente e cooperação científica e tecnológica. Por fim, a quarta reunião, ocorrida em 2012, teve foco principal nas questões econômicas, com a discussão da possibilidade de criação de um Banco de Desenvolvimento dos BRICS, nos moldes do Banco Mundial, com o objetivo de

complementar a atuação das instituições financeiras internacionais já existentes (Visentini, 2013, p.143-5).

O BRICS abriga duas organizações de extrema importância mundial: a Organização para a Cooperação de Xangai (OXC)¹¹⁸, e o IBAS, fórum de diálogo e de cooperação estratégica entre Índia, Brasil e África do Sul¹¹⁹. Este último, institucionalizado em 2003 com a Declaração de Brasília, tem seu foco na emergência de um novo espaço geopolítico meridional e oceânico, e constitui-se como um grupo político voltado à cooperação entre seus membros e à harmonização de posições sobre o cenário internacional. Além dos interesses globais para inclusão social e desenvolvimento, a cooperação sul-sul também se desenvolve mediante acordos em áreas de necessidades específicas, como comércio, segurança, tecnologia de informação, energia, saúde e alimentação. Para Visentini (2013, p.116; p.135; p.145), a criação do IBAS foi uma iniciativa importante para mobilização dos interesses dos países do Sul, propondo a alteração de pontos importantes da agenda mundial, defendendo o multilateralismo e a multipolarização. Em relação ao Brasil, o IBAS formalizou a estratégia de contribuir para a constituição de um sistema internacional multipolar governado por organizações multipolares e para priorizar o desenvolvimento econômico e social. Por conseguinte, o processo de adensamento real da Cooperação Sul-Sul permitiu a consolidação de novos mecanismos de projeção internacional para o Brasil.

Com a Rússia e a China, o país ampliou intercâmbios comerciais, tecnológicos e militares. As relações com a China atingiram o patamar de parceria estratégica, e a cooperação com a Rússia, no plano bilateral, também evoluiu nessa direção.

¹¹⁸ Criada em 1996, é integrada por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

¹¹⁹ Enquanto o IBAS possui uma lógica geoestratégica e representa um mecanismo de Cooperação Sul-Sul, o BRICS se destina às potências emergentes, combinando duas lógicas geoestratégicas.

Em relação aos países africanos, Lula visitou a África uma dezena de vezes, promovendo a cúpula países africanos-América Latina. Nesse relacionamento, a política externa brasileira mostrou-se ativa e afirmativa, desempenhando uma diplomacia solidária em locais onde a *expertise* do país poderia auxiliar na solução de problemas. No Oriente Médio e na Ásia, a busca pela ampliação de parcerias políticas e econômicas é exemplificada pela cordialidade diplomática estabelecida pelo país com o Irã¹²⁰, Coreia do Norte, Israel, Cazaquistão, Butão e países do Leste Europeu, assim como na manutenção da participação brasileira nos esforços pela paz entre Israel e Palestina.

Portanto, durante o governo Lula, o Brasil retomou um ciclo positivo, com ganho de importância política e econômica, de maneira que a diplomacia restabeleceu uma posição global, a economia tornou-se mais dinâmica e houve o estabelecimento de vínculos com todos os continentes (Visentini, 2013, p.111). Embora sem ruptura significativa com paradigmas históricos de sua política externa, houve mudança na ênfase, com resultados específicos muito distintos, preservando a autonomia política e defendendo a soberania nacional com maior ênfase do que a administração anterior. Para tanto, sua gestão evidenciou o aprofundamento da estratégia de autonomia pela diversificação de parceiros e acordos, com adesão a princípios e normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul e de acordos com parceiros não tradicionais, tentando reduzir as assimetrias nas relações externas com os países centrais (Vigevani e Cepaluni, 2011, p.130-1; 143;150-1). A diplomacia se consolidou como um dos campos mais bem-sucedidos do governo Lula, recuperando a ação de grande intensidade e alcance planetário, compatível com seus recursos e relevância (Visentini, 2013, p.118).

¹²⁰ Em junho de 2010, Brasil e Turquia mediarão um acordo nuclear com o Irã, no qual este enviaria algumas de suas reservas de urânio enriquecido aos turcos. Porém, Estados Unidos, Rússia e China formularam uma resolução contendo sanções ao governo iraniano. E, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil se posicionou contrariamente à aplicação de sanções contra o Irã, atraindo críticas dos países favoráveis e que aprovaram essas medidas. Isso porque, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2011, p.151), a diplomacia brasileira tradicionalmente procura acordos balanceados, sem medidas repressoras, como embargos e sanções.

3.5.2. A Política Externa do Chile nos governos do Partido Socialista

De 1990 a 2010, após quase duas décadas sob o domínio do regime autoritário de Augusto Pinochet, o Chile foi governado pela coalizão *Concertación*, de tradição de centro-esquerda, que implementou continuidades e mudanças no âmbito político e econômico. Desde 1990, os governos da *Concertación* procuraram efetivar uma abordagem pragmática em política externa, através da sua economização e da aceitação da globalização e do dinamismo das fronteiras, procurando uma orientação ideológica em conjunto com os Estados Unidos e com outras economias industrializadas, além de buscar acordos de livre comércio e a participação em tratados internacionais. Houve, contudo, três tipos de estratégias de política externa: a primeira, na década de 1990, enfatizou a abertura internacional do país, como visto no início deste capítulo; a segunda, ocorrida até meados de 2005, consolidou a inserção internacional do país e procurou se desacoplar de políticas de cooperação com países da região; por fim, a terceira estratégia se define em função da renovação do relacionamento externo com os países da América Latina, com o objetivo de promover o Chile como ponto de ligação para as inversões asiáticas na região e de aumentar a presença política do país nas relações com outros atores regionais.

Já em 2000, em um contexto mundial caracterizado pela conformação dos blocos econômicos regionais, pela globalização e pela crescente internacionalização da economia mundial, Ricardo Lagos foi eleito para presidência do país, reiterando a importância e a necessidade do protagonismo internacional e de consolidação da inserção externa do país. Em seu programa de governo, Lagos procurou manter os objetivos centrais dos governos anteriores da *Concertación*, além de considerar os objetivos da própria coalizão governista,

promovendo o aprofundamento da inserção do Chile na economia global e a continuidade da abertura comercial, destinando especial atenção ao Mercosul e impulsionando o Livre-Comércio das Américas de acordo com o princípio central de regionalismo aberto. Para tanto, foram destacados três eixos definidores de sua política externa comercial: a defesa das exportações chilenas com a implementação de novas barreiras comerciais; a proteção das empresas do país e da concorrência desleal perante investidores estrangeiros; e, por fim, a promoção de reformas orientadas a desenvolver um sistema de garantias no setor de exportação, compatível com a maior inserção econômica internacional (Programa de Gobierno, 1999, p.5; p.29). No plano multilateral, privilegiou-se as soluções pacíficas de controvérsias e a diminuição da arbitrariedade do sistema internacional, fortalecendo, assim, a cooperação política e de segurança com os países da região.

Ainda que seu programa de governo tenha definido o âmbito latino-americano como prioridade, Lagos manteve o regionalismo aberto e consolidou a estratégia, baseada na abertura unilateral, de acordos bilaterais e multilaterais com diversos blocos e países, de inserção econômica internacional dos períodos anteriores, firmando acordos de liberalização comercial com a União Europeia (2002), com os Estados Unidos (2003) e com a China e a Coreia do Sul (Rodríguez, 2009, p.108). Entretanto, diferentemente dos governos anteriores, Lagos esforçou-se para fazer do Chile um ator mais importante no âmbito regional, mas mantendo a estratégia de inserção econômica internacional, consolidando a imagem de excepcionalidade e de desacoplamento com a região, e impulsionando as relações extra-regionais até países de importante peso internacional. Portanto, a estratégia de consolidação econômica centralizava-se nas forças de mercado, procurando efetivar a maior participação chilena via acordos comerciais (essencialmente, tratados de livre comércio) com os principais países e blocos econômicos, e procurando efetivar cada vez mais a consolidação democrática,

exercendo, assim, uma liderança crescente e ativa no cenário latino-americano¹²¹. Mas permanecia o desacoplamento regional como resultado de proeminência da agenda econômica da política externa da *Concertación* e seu propósito de consolidação da estratégia de inserção internacional.

Já em 2006, com a ascensão de Michele Bachelet ao *Palácio de la Moneda*, houve uma mudança substancial na política exterior do país, que passou a reavaliar o relacionamento com a região, mas sem alterar substancialmente seu perfil econômico. Seu programa de governo definiu, como prioridades, a continuidade de sua inserção geográfica regional e mundial, o multilateralismo e a cooperação internacional. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes eixos de atuação: na América Latina, visando a integração comercial e a defesa da democracia por meio do fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações e da Integração Sul-Americana; promoção do multilateralismo e defesa da solução pacífica de controvérsias, comprometendo-se no plano subregional (Mercosul), regional (OEA), e global (ONU e OMC); aumento de acordos de livre-comércio para integração econômica, principalmente com os países da região da Ásia-Pacífico, além de procurar melhorias nas regras de comércio para contar com um sistema multilateral de comércio mais justo, com regras claras, e que elimine os subsídios à agricultura; defesa do bom relacionamento com os Estados Unidos e consolidação do projeto de criação da ALCA; e, por fim, a modernização do Ministério das Relações Exteriores (Programa de Gobierno, 2005, p.97-102).

¹²¹ Tal cenário de liderança regional cristalizou-se em três momentos: em 2002, no voto no Conselho de Segurança da ONU acerca das armas de destruição em massa no Iraque, quando os representantes chilenos se posicionaram contrariamente ao unilateralismo dos Estados Unidos; em 2004, com a participação de tropas do Chile nas forças de Paz do Haiti; e em 2005, quando José Miguel Insulza foi postulante para a Secretaria Geral da OEA. Entretanto, a posição negativa quanto ao Mercosul e a CAN, além da fragilidade de vínculos com países vizinhos, fizeram com que o modelo chileno de política externa fosse caracterizado pela excepcionalidade (Fernandois, 2006, p.96; Betancourt, 2010, p.12).

A consolidação a estratégia de inserção internacional dos governos anteriores tornou plausível a necessidade de novas estratégias que considerassem outros elementos necessários para o desenvolvimento do Chile. Ademais, aumentou

“a percepção de que o desenvolvimento do Pós-Guerra Fria e da globalização deu forma a um mundo de grandes regiões econômicas, onde a América do Sul poderia constituir-se como o primeiro bloco do mundo em desenvolvimento, delimitando a quarta região econômica do planeta¹²²”(Maira, 2010, p.87).

Dessa maneira, com o menor impacto do fator da excepcionalidade, a política externa chilena passou a privilegiar acordos com a América do Sul, promovendo uma identidade regional comum e enfatizando a cooperação e ações concretas para participação ativa nas soluções dos problemas regionais – como a participação na Missão de Paz do Haiti e a criação da Unasul. Durante a administração de Bachelet, portanto, se impulsionou uma estratégia de renovação do relacionamento externo do país, resultando no reacoplamento regional em virtude das inversões asiáticas e das novas demandas energéticas.

Com as mudanças ocorridas no panorama político e econômico da América do Sul, essa nova forma de estratégia privilegiou a integração estruturada em torno de uma visão de desenvolvimento distante dos programas neoliberais e sustentada por uma concepção neodesenvolvimentista do Estado, preocupando-se com temas como a pobreza, a desigualdade e as assimetrias comerciais, assim como a necessidade de adotar políticas mais ativas no campo da energia e da infraestrutura (Sanahuja, 2009; Betancourt, 2010). Então, a maior inclusão dos processos políticos e econômicos na região relacionou-se com uma atuação mais

¹²² Tradução feita pelo autor, extraída do original: “la percepción que el desarrollo de la PosGuerra Fría y la globalización había dado forma a un mundo de grandes regiones económicas donde América del Sur podía constituirse en el primer bloque del mundo en desarrollo que afianzara esta perspectiva, dando forma a la cuarta macro-región económica del planeta.”

política e participativa, com maior sensibilidade frente aos acontecimentos ocorridos no entorno geográfico¹²³. De acordo com Rodríguez (2009, p. 113),

“o resgate ideológico que pode estar fazendo a presidente Bachelet das primeiras décadas do seu partido, quando a identidade latinoamericana do Partido Socialista se expressava em abordagens clara para a região, pensando que eles compartilhavam questões comuns a ser resolvidos de forma integrada. Mas, além do plano identitário, o fato é que esta aproximação regional dos últimos três anos se mostra, e por isso temos tentado mostrar, como um importante ponto de inflexão para a integração da América Latina e a participação do Chile na mesma¹²⁴”.

Economicamente, a América do Sul se tornou ainda mais viável. As exportações chilenas e os capitais nacionais privados cresceram na região, sendo que o país passou a promover diversos acordos energéticos e de infraestrutura. Mas, mais importante, com a inserção internacional consolidada, Michelle Bachelet também privilegiou a necessidade da maior presença política do Chile entre seus vizinhos, no qual a Unasul, o processo de integração latino-americana mais amplo dos últimos anos, passou a ter grande importância¹²⁵.

¹²³ De acordo com Betancourt (2010, p.16), “não é de se estranhar que os maiores éxitos da política externa chilena no período 2006-2010 fossem produzidos na região e se expressaram em marcos como a geração de uma diretriz de diálogo para o trabalho bilateral com a Bolívia, o aprofundamento da aliança estratégica com a Argentina e o papel jogado pelo Chile diante da crise social desencadeada na Bolívia no ano de 2008, quando Michelle Bachelet assumiu a Presidência Pro Témpore da UNASUL” (no extraña que los mayores logros para la política exterior chilena en el período 2006-2010 se hayan producido en la región y se expresasen en hitos como la generación de una directriz de diálogo para el trabajo bilateral con Bolivia, la profundización de la alianza estratégica con Argentina o el papel jugado por Chile ante la crisis social desencadenada en Bolivia el año 2008, cuando Michelle Bachelet detentó la Presidencia Pro Témpore de UNASUR). Entretanto, diversas discórdias bilaterais entre os países da região comprometeram os objetivos da integração, impedindo o fortalecimento institucional e a captação de recursos financeiros necessários para dinamizar mecanismos de cooperação. Ademais, em um processo de integração com baixa institucionalização (como é o caso do Mercosul, da Unasul e da CAN), os países mais populosos e mais fortes economicamente possuem maiores vantagens. Dessa maneira, a participação do Chile em tal processo requer maiores compensações direcionadas aos países de pequeno porte, com instituições fortes e eficazes que reduzam as desvantagens de economias menos desenvolvidas.

¹²⁴ Traduzido do original: “el rescate ideológico que pueda estar haciendo la Presidenta Bachelet de las primeras décadas de su partido, cuando la identidad Latinoamérica del Partido Socialista se expresaba en claras consignas de acercamiento con la región, en el pensar que se compartían problemáticas comunes que debían resolverse de manera integrada. Pero más allá de ese plano identitario, lo cierto es que ésta aproximación regional de los tres últimos años se muestra, y así se ha querido mostrar, como un importante punto de inflexión para la integración latinoamericana y la participación de Chile en ella”.

¹²⁵ A UNASUL, criada em 2007, propôs-se a criar uma convergência entre os dois grandes blocos comerciais da região, o Mercosul e a CAN, além de incluir Chile, Suriname e Guiana. Apesar do elemento econômico, busca fortalecer o diálogo político e consolidar o desenvolvimento social e humano com equidade, promovendo a

Portanto, a governabilidade da região, a valorização da democracia e o alcance de um diálogo comum adquiriram maior relevância (Rodríguez, 2009, p.112).

Dessa maneira, tanto Lagos quanto Bachelet continuaram os acordos de livre comércio e a internacionalização do país, enfatizando a necessidade da cooperação latino-americana, a defesa social da democracia, dos direitos humanos e o repúdio a qualquer variante de governos autoritários (Fernandois, 2011, p.47). Porém, existem nuances que diferenciam seus governos no aspecto da política externa. Enquanto o primeiro era figura notória no cenário internacional e procurou seguir uma carreira diplomática após sua presidência, a segunda possuía presença internacional mais simbólica, sendo mais conhecida pela sua história pessoal na luta contra a ditadura.

De acordo com Betancourt (2010, p.18-21), existem fatores essenciais, ligados ao contexto interno do regime democrático com forte ligação com o desenvolvimento econômico, ao processo de tomada de decisão fortemente presidencialista e ao papel da liderança orientando a política externa, que explicam a diferença de prioridade concedida à região durante os governos de Lagos e Bachelet. Sendo assim, para a autora, os estilos de liderança política exercidos por Lagos e Bachelet, devido à proeminência presidencial na estrutura decisória de política externa, constitui a variável que determinou as variações na orientação acerca da posição regional do país.

Lagos adotou um estilo de liderança diretivo, com alta concentração de tomada de decisões, e impulsionou o desacoplamento com a região. Na liderança diretiva, prevalece o estilo personalista de condução da política externa, reiterando a importância de fatores como a

integração energética de infraestrutura para interconexão da região. Como ponto negativo, pode-se destacar a lenta ratificação do tratado constitutivo e a falta de coordenação entre governantes e instituições. Uma das causas, segundo Rodríguez (2009, p.115-6), seria devido aos sistemas políticos presidenciais da região – pois, com a mudança de governo, um acordo previamente estabelecido pode não ser aprovado, diminuindo a probabilidade de maior integração. Entretanto, apesar dos conflitos iniciais, a UNASUL vem se constituindo como uma organização que avança no processo de integração, permitindo o estabelecimento de uma organização política regional que resolva os problemas internos e que trabalhe pela maior inserção internacional da região.

experiência, as crenças e a racionalidade. Mas, mais importante, um líder diretivo é mais centralizador. Nesse sentido, a liderança personalista de Lagos permitiu o desacoplamento regional devido a dois fatores (Betancourt, 2010, p.199-200): em primeiro lugar, a imagem de inserção internacional do Chile e a estratégia de regionalismo aberto não permitiram que Lagos interviesse nas crises econômicas que estavam ocorrendo nos países latino-americanos que adotaram o modelo neoliberal; e, em segundo lugar, Lagos estabeleceu uma estrutura decisória vertical, tornando-se o principal interlocutor de questões internacionais, além de centralizar tal processo.

Por sua vez, Bachelet impulsionou o reacoplamento com a América Latina por meio de um estilo de liderança adaptativo, com descentralização de tomada de decisões e compartilhamento da responsabilidade no processo decisório, imperando uma política externa baseada no consenso e no respeito às demais opiniões para abordar situações complexas e conflituosas. Dessa maneira, a liderança adaptativa pressupõe o vínculo com o pragmatismo. Em seu mandato, Bachelet manteve a continuidade da estratégia de inserção comercial, mas passou a priorizar a região latino-americana, efetivando o reacoplamento em duas questões centrais (Betancourt, 2010, p.202-3): em primeiro lugar, o caráter adaptativo da política externa esteve ligado à falta de uma imagem pré-configurada do papel internacional do Chile, de maneira que ela procurou ligar o continuísmo econômico com a atuação política regional e a recomposição dos vínculos regionais e vicinais; e, em segundo lugar, houve a abertura do processo de tomada de decisão e o empoderamento de diversas equipes na gestão de política externa, tornando-a mais sensível e receptiva às oportunidades regionais. Sendo assim, de acordo com Maira (2010, p.88),

“os governos da *Concertación* preferiram manter uma política externa com dois tipos de impulsos. Isso fez a diferença na potência que levou à internacionalização da economia, de um lado, e à integração sulamericana regional, de outro lado, com veredicto favorável à primeira opção, embora os discursos

oficiais e as propostas de políticas dos quatro governos sempre apontaram para construção do espaço regional e integrado como o primeiro objetivo da política externa do país¹²⁶.

Entretanto, para Rodríguez (2009), o Chile deixou de se autodenominar pelo prisma da excepcionalidade e passou a reconhecer a necessidade da cooperação regional, pois a governabilidade, a pobreza, a coesão, a segurança energética e o desenvolvimento científico e tecnológico somente serão melhor aproveitados com a atuação conjunta dos países latino-americanos.

Pode-se destacar que, enquanto os três primeiros presidentes eleitos no atual período democrático privilegiaram as relações econômicas no plano regional, somente Michelle Bachelet enfatizou a dimensão política na América do Sul, assumindo um papel de liderança e de aproximação com seus parceiros da região.

Portanto, nos anos 2000, Brasil e Chile foram governados por partidos de centro-esquerda (PT e PS), por um período de quase dez anos. Porém, enquanto o PT viabilizou um programa de governo em política externa pautado por preferências intrínsecas à agenda internacional do próprio partido, diferenciando-se em alguns aspectos dos governos anteriores, mas em consonância com os princípios básicos diplomáticos do país, o PS, cujas preferências são mais voltadas para a consecução de políticas públicas da coalizão da *Concertación*, elaborou um programa de política externa de continuidade de paradigmas, visando a integração regional e os acordos de livre-comércio como principais alternativas para a inserção internacional.

¹²⁶ Traduzido do original: “los gobiernos de la Concertación prefirieron mantener una política exterior a dos aguas. Esto hizo que la diferente potencia de los motores que impulsaban la internacionalización económica de un lado y la integración regional sudamericana por otra, acabaron en los hechos afianzando un veredicto favorable a la primera opción, por más que en los discursos oficiales y propuestas programáticas de los cuatro gobiernos siempre se señalo al espacio regional y a su construcción integrada como el primer objetivo de la política exterior del país”.

* * *

A política externa brasileira da atualidade possui três características centrais (Hirst e Lima, 2006, p.22-33). Em primeiro lugar, tem natureza instrumental e com estreito relacionamento com a economia do país. Isso porque, com o caráter pacífico das resoluções territoriais, os acordos foram pautados pelo âmbito econômico e negocial. Sendo assim, enquanto até meados da década de 1970 a política externa foi pautada pelo papel central do Estado desenvolvimentista como indutor da industrialização, por sua vez, após o regime militar, houve a integração competitiva na economia global, visando, em um primeiro momento – durante os governos Collor, Franco e Cardoso – a busca da credibilidade (segundo a qual o país não possui excedentes de poder, sendo que deve se fortalecer em organismos multilaterais e consolidar acordos com países e regiões economicamente mais fortes) e, em um segundo momento, a estratégia da autonomia adotada pelo governo Lula da Silva, de acordo com as pautas internacionais históricas do PT, mas considerando a consolidação diplomática do país, com projeção internacional, diversificação das opções e multilateralismo, de maneira que a cooperação com os países do Sul tornaram-se estratégicas para o país, além de aprofundar a inserção regional e a liderança corporativa na América do Sul (Lima, 2005, p.17-8). Em segundo lugar, a política externa brasileira é pautada pelo comprometimento e envolvimento ativo com o multilateralismo e com a cooperação internacional, atuando como mediador e com uma agenda em favor da promoção do desenvolvimento para os países em piores condições, e comprometendo-se com o fortalecimento da legitimidade das organizações internacionais¹²⁷. Por fim, e mais importante para a presente análise, há a

¹²⁷ A atuação diplomática brasileira vem reiterando a necessidade de reforma do processo decisório do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aumentando a legitimidade, a representatividade e a efetividade das decisões coletivas. Ademais, a diplomacia brasileira também procurou fortalecer as instâncias multilaterais por meio da

crescente importância das políticas regionais e de segurança a partir de três eixos centrais: a promoção e o fortalecimento de acordos regionais; a intervenção em crises políticas; e a defesa da soberania do país e do continente.

O primeiro eixo da liderança do Brasil como uma potência diz respeito ao fortalecimento dos processos de integração regional. Durante grande parte do século XX, havia receio mútuo no relacionamento do Brasil com seus vizinhos da região. No início do século XX, o Barão do Rio Branco procurou manter bom relacionamento com as nações vizinhas, porém, compreendia os limites da efetiva solidariedade. Para tanto, tinha uma postura de equilíbrio, sem evidenciar as pretensões de liderança do Brasil, convivendo cordialmente com os principais parceiros da época, dentre eles, Chile e Argentina. Porém, não havia um projeto que contemplasse questões econômicas ou comerciais, mas apenas para a manutenção da paz e para aumentar o prestígio das três nações a partir do apoio norte-americano. Nesse interim, durante o governo Getúlio Vargas, o pan-americanismo ganhou força, de maneira que o regionalismo integrou-se à ordem mundial no Pós-Guerra com a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948.

Com o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), as relações do país com a América Latina voltaram a ser enfatizadas com o lançamento, em 1958, da Operação Pan-Americana (OPA). Porém, a OPA apresentou poucos resultados práticos; privilegiou-se, acima de tudo, o caráter político da integração, sendo que as relações comerciais ainda eram provenientes de acordos bilaterais. Foi somente nos anos 1960, com a política externa independente de San Thiago Dantas e Araújo Castro, que houve uma mudança de posicionamento dos principais atores brasileiros no âmbito das questões internacionais. Com

expansão do papel das Nações Unidas em operações de paz realizadas em El Salvador, Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti.

forte influência do pensamento cepalino, ambos buscavam a construção de uma identidade econômica entre os países latino-americanos (Mello e Silva, 1995). Com as discussões na Cepal, surgiram propostas mais concretas em favor da integração econômica entre os países da região. Porém,

os objetivos cepalinos em relação à integração e a passos de maior envergadura demonstravam-se difíceis de serem alcançados porque os pressupostos das políticas nacionais a respeito do desenvolvimento não os colocavam como questões centrais (Bueno, Ramanzini Júnior e Vigevani, 2014, p.564).

Como não foram consideradas as diversidades de interesses ou de uma integração abrangente, muitos classificaram as propostas da Cepal como românticas, ou seja, sem aplicação pragmática e/ou palpável. Sendo assim, o processo de integração não teve impacto sobre a gestão estratégica dos governos, além de escasso impacto nas economias regionais – sobretudo em relação aos países menores e médios. Isso porque

qualquer processo de integração regional deve ser percebido pelos Estados e pela sociedade como de interesse próprio. No caso da ALALC, desde o início, mas com maior ênfase na segunda metade dos anos 1960, mesmo com o crescimento do intercâmbio, o esforço da integração estagnava. Da mesma forma, os objetivos cepalinos dos anos 1950 e 1960 demonstravam-se impossíveis de serem alcançados, nem mesmo se podiam dar alguns passos de maior envergadura em sua direção porque os pressupostos das políticas nacionais os inviabilizavam. Outra razão de debilitação da perspectiva da integração, razão provavelmente decisiva na América Latina, é o papel do Estado nacional e, sobretudo, a perspectiva nacionalista com que a própria integração foi considerada, particularmente nos casos da Argentina e do Brasil (Bueno, Ramanzini Junior, Vigevani, 2014, p.568).

Apesar de diversas tentativas anteriores buscarem fomentar a cooperação regional, a busca pela integração regional como um objetivo primordial e como eixo estruturador da política externa brasileira só tomou forma pragmática a partir de meados dos anos 1980. Isso porque, anteriormente, privilegiava-se o desenvolvimento nacional autônomo ou o relacionamento prioritário com os Estados Unidos, além de o contexto sul-americano ser

historicamente permeado pelo receio e tensão entre os vizinhos. Sendo assim, esse panorama só mudou em 1985, com a assinatura da Declaração de Itaipu e posteriormente, em 1990, com o âmbito do Mercosul. As relações entre Brasil e Argentina tornaram-se prioritárias, iniciando o processo de integração econômica a partir do ideal de complementaridade entre os países, com uma lógica de cooperação política, envolvendo consolidação da democracia e participação no sistema internacional, e econômica, visando combater a inflação e o endividamento externo. Houve, assim, um redirecionamento, com a efetiva criação de uma política de integração – apesar de a política externa brasileira continuar a privilegiar a própria independência, destacando a integração como um instrumento de fortalecimento nacional. Portanto, principalmente após o processo de redemocratização, a relação com os países da América do Sul se tornou prioridade na agenda da política externa brasileira. Com o esgotamento do modelo de substituição de importações, a alta inflação e a dívida externa, era necessário pensar um novo modelo de desenvolvimento econômico, com preponderância da abertura externa e do regionalismo. Nesse novo modelo, seria vital a inserção competitiva do Brasil no sistema econômico internacional, de maneira que a integração regional via Mercosul e a aliança com a Argentina viabilizariam maior peso nas instituições internacionais e nas diretrizes econômicas, aumentando a capacidade de relacionamento com os maiores centros de poder. O foco, então, passou a ser a integração regional e o desenvolvimento do Mercosul, considerado como um instrumento para melhor inserção do Brasil na economia mundial, visando a credibilidade internacional e a autonomia. Dessa maneira, desde seu início, optou-se pela baixa institucionalização e pelo processo intergovernamental (ou seja, da diplomacia presidencial), sem a necessidade de uma burocracia pesada, visando uma atuação mais independente e com o fortalecimento da liderança do país¹²⁸. A lógica intergovernamental,

¹²⁸ De acordo com a teoria neofuncionalista, com a integração regional, transferem-se funções e lealdades dos

pautada na atuação dos governos e dos presidentes, viabilizou o equilíbrio do tratado, mas com baixa intensidade e com burocratização mínima, priorizando a não institucionalização e a debilidade dos mecanismos regionais, além da ausência de pressões de elites ou de grupos de interesses (Vigevani et al, 2008, p.14-5). O grau de institucionalização, então, é mantido propositalmente baixo, garantindo a liderança regional do país como um instrumento para a liberdade de ação no sistema internacional.

O segundo eixo que caracteriza a liderança regional brasileira, especificamente no governo Lula, é observado nas intervenções diplomáticas em crises políticas. Durante o governo de Itamar Franco, preponderou o modelo de não intervenção e de solução pacífica de conflitos. Porém, desde a segunda metade da década de 1990, o país vem adotando posições mais intrusivas em questões regionais, privilegiando a defesa de princípios básicos de governança no interior dos países vizinhos, orientando-se pelo preceito da não indiferença (Spektor, 2010, p.28) e com uma atuação hegemônica pautada no consenso, na disseminação de ideias e na coerção implícita. A atuação do Itamaraty, nos últimos anos, tem sido pautada pela importância da cooptação e da cooperação como instrumentos centrais para a liderança regional – e não da coerção, conceito tradicional de hegemonia da abordagem neorrealista, determinado pelo componente da dominação econômica e militar como fator vital para a força de determinado Estado, que deve despender fontes de poder para manter sua posição de liderança mundial (Keohane, 1984; Payne, 1996). Por conseguinte, na administração Cardoso, a liderança diplomática do país procurou garantir a segurança e a estabilidade democrática,

Estados para instituições supranacionais – que, em determinado momento, ganham dinâmica própria, independentemente dos governos. Mas tais lealdades dependem da eficiência da agência, e de atores sociais e econômicos, que devem participar ativamente do processo, pressionando a transferência de parcelas de soberania para a esfera regional. No Mercosul, porém, não se desenvolveram agências que influenciariam as lealdades, pois a dinâmica manteve-se ligada às iniciativas dos governos e de seus respectivos presidentes, atenuando a possibilidade de ganhos dos agentes; ademais, para os diversos atores envolvidos, não interessava a cessão de soberania à tal instância supranacional, considerando o peso majoritário do país no bloco (Vigevani, Favaron, Ramanzini e Cintra, 2008, p.6-12).

mediando situações de crise na América do Sul¹²⁹. Já durante o governo Lula, o fortalecimento da autonomia e da liderança projetaram o abandono de posições defensivas, evidenciando a presença brasileira como um fator de estabilidade e de defesa da democracia em toda a região, assumindo um papel de contenção de crises locais (Hirst, Lima e Pinheiro, 2010, p.29-31; Saraiva, 2007, p.48-9)¹³⁰.

Por fim, o terceiro eixo do papel positivo da liderança brasileira na região está relacionado com a questão da segurança. Para tanto, no plano interno, o país procurou defender a soberania, protegendo a integridade territorial e os interesses nacionais por meio do crescimento econômico fortalecido pela negociação de acordos multilaterais. Como não havia maneiras de o Brasil arcar com os custos econômicos da segurança, o Itamaraty estendeu a soberania e a autonomia ao nível continental, protegendo a democracia e estabelecendo que os limites territoriais deveriam ser vistos como fronteiras de cooperação, e não como zonas de separação, pois intervenções armadas poderiam retardar os objetivos maiores da política externa do país. Então, como já observado, a preservação do ideal democrático foi questão primordial da hegemonia consensual do país, refreando a atuação dos Estados Unidos e de organizações supranacionais, e garantindo a preservação de governos

¹²⁹ Atuando, por exemplo, em crises políticas ocorridas no Paraguai (em 1997, atuou contrariamente ao golpe ocorrido) e no Peru (mediando a disputa territorial com o Equador ocorrida entre 1995 e 1998).

¹³⁰ A atuação diplomática brasileira em situações de crise pode ser visualizada em dois casos emblemáticos: em 2006, na Bolívia, durante o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos iniciado pelo presidente Evo Morales, prevalecendo o princípio da não intervenção; e em 2009, em Honduras, durante o golpe que depôs o presidente Manuel Zelaya, preponderando o preceito da não indiferença. No primeiro caso, após ser eleito em 2005, Evo Morales adotou medidas vinculadas aos setores de petróleo e de gás, estipulando a nacionalização das propriedades das companhias estrangeiras que utilizavam o gás boliviano – dentre elas, a Petrobrás. Após intensas negociações, a Petrobrás, que investiu no país e colaborou com o aumento da prospecção das reservas de gás natural, teve que renegociar seus contratos. Mesmo criticado pela oposição, o governo Lula da Silva destacou que Morales agia em nome da soberania boliviana, atuando de maneira conciliatória e preservando a integração da América do Sul. Entretanto, tal evento fez com que a Bolívia não se tornasse mais um parceiro confiável. Já no segundo caso, em 2009, houve a destituição do presidente hondurenho Manuel Zelaya do poder. Com isso, o Brasil atuou conjuntamente com os Estados Unidos na OEA para suspender o país centro-americano, rejeitando o diálogo com o governo golpista e defendendo o princípio de que os militares não poderiam expulsar um presidente eleito democraticamente. Para tanto, estabeleceu um papel de mediador do conflito em um caso no qual a intervenção não possuía interesses imediatos.

nacionais (Burgess, 2008). Ademais, convém destacar que a defesa da soberania interna também foi um dos alicerces fundamentais da liderança regional brasileira. Em 2005, com a aprovação do novo decreto acerca de defesa nacional e da segurança regional e internacional, o governo Lula estabeleceu as principais prioridades, como a Amazônia (guerra contra o tráfico) e o Atlântico Sul¹³¹ (pelo seu papel comercial, ligado aos recursos provenientes do pré-sal), além de estabelecer o papel crescente do país em operações de manutenção de paz (Hirst e Lima, 2006, p.37).

Portanto, a partir dos três eixos analisados, pode-se observar que a diplomacia brasileira procurou exercer a liderança na região por meio da integração regional, mantendo a institucionalização fraca do Mercosul como um instrumento para a atuação internacional, mediando situações de crise e fortalecendo aspectos de segurança, nos quais prevaleceram princípios consensuais e de não indiferença. Dessa maneira, o país pode ser caracterizado, nos últimos anos, e de acordo com os objetivos do governo Lula, como uma potência regional?

Em primeiro lugar, pode-se destacar que o Brasil preenche seis das onze características que distinguem uma potência regional (Nolte, 2010, p.893). Isso porque está interconectado economicamente, politicamente e culturalmente com a região, convivendo e dialogando com todos os países, possuindo uma posição de liderança nas principais organizações multilaterais e fóruns, além de induzir a definição da agenda regional de segurança por meio da defesa da democracia e da soberania, influenciando o estabelecimento da delimitação geopolítica e dos limites territoriais como zonas de cooperação. Por fim, a

¹³¹ No caso específico do Atlântico Sul, o governo brasileiro apresentou à ONU, em 2004, uma proposta de extensão de seu território marítimo da plataforma continental visando elevar as dimensões de exploração de recursos minerais, biológicos e fósseis – destacando a importância das reservas do pré-sal na ‘Amazônia Azul’. Em 2007, Comissão para os Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC) emitiu um relatório de recomendações, sugerindo um recuo nas pretensões da propositura brasileira. Entretanto, fica evidente que, mesmo com a redução, a incorporação da nova área deverá ocorrer brevemente, o que corrobora o fato de que o Brasil vem adotando uma postura que defende a soberania e os interesses nacionais, podendo ser o primeiro país do mundo a ter sua proposta de ampliação dos limites da plataforma continental aceita pela ONU (Martins, 2011).

diplomacia brasileira atua por meio de estruturas de governança regional, como o Mercosul e a Unasul, operando como interlocutor dos vizinhos sul-americanos em fóruns e organizações internacionais; então, articula como representante dos interesses regionais, procurando o reconhecimento de países em desenvolvimento como parceiros igualitários.

Em segundo lugar, a diplomacia brasileira possui um posicionamento dúbio em três itens. Enquanto o país exibe recursos políticos para fortalecimento da integração regional, os recursos materiais, sejam eles econômicos, demográficos ou militares, são destinados principalmente para a defesa da soberania interna e para o próprio crescimento econômico; ademais, o fator ideológico é um elemento importante, mas não é essencial para a projeção internacional da região. Com isso, não há um claro projeto de identidade regional comum, pois as iniciativas regionais do país não ressaltam um conjunto de valores ou uma percepção de comunidade compartilhada que daria base ao regionalismo. Finalmente, a diplomacia brasileira possui posição de liderança na região, atuando em crises e na defesa da soberania. Mas, como observado por Malamud (2011), tal liderança não conta com o apoio irrestrito dos países sul-americanos – em especial, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, descontentes com a falta de provisão de bens públicos – além de rivalizar com o fortalecimento da Venezuela de Hugo Chávez.

Por último, em terceiro lugar, o Brasil falha em dois aspectos da integração regional: não exibe grande influência nas atividades e resultados de assuntos regionais, além de não fornecer bens coletivos para a região. Para o fortalecimento e institucionalização da integração regional, são necessários três tipos de condições (Malamud, 2004, 2005, 2008): de demanda (comércio, investimento, interações sociais, tratados e oportunidades comuns), de oferta (atuação como *paymaster*, distribuição de orçamento regional e de bens públicos, diplomacia presidencial e empreendedorismo supranacional) e inertes (instituições de

monitoramento, *enforcement*, resolução de litígios, fóruns de socialização). Com isso, pode-se constatar que, especificamente no Mercosul e considerando a atuação brasileira como a principal liderança da América do Sul, as condições de demanda são fracas, com declínio relativo da interdependência regional, além de haver poucos recursos ou empreendedorismo, e inexistirem instituições formais e normas regionais.

Portanto, a atuação diplomática brasileira na região é pautada pela defesa da democracia, da soberania e do princípio da não-indiferença – o que evidencia sua caracterização como uma potência regional. O processo de integração está centrado no Brasil, que utiliza forças coletivas e Estados individuais como plataforma para inserção no sistema internacional, procurando unificar questões comerciais, promover a integração das estruturas físicas, a segurança, a proteção da democracia, e a cooperação internacional (Burgess, 2008, p.80).

Porém, como o principal objetivo do Itamaraty é o fortalecimento do país via inserção, autonomia e credibilidade no plano internacional, a integração regional é caracterizada pela baixa institucionalização, na qual o país pouco arca com seus custos – o que deslegitima sua posição de liderança regional. E, para determinado Estado demonstrar sua capacidade em assumir o papel de líder regional, seriam necessárias instituições supranacionais mais fortes e saudáveis, com maiores custos ao país, mas sendo aceito entre seus próprios vizinhos como um líder responsável.

Especialmente durante a administração de Lula da Silva, o Brasil se envolveu com maior afinco em questões regionais e internacionais, sendo identificado como uma liderança na América do Sul, e um dos principais representantes dos países emergentes (ou pertencentes à cooperação Sul-Sul) nos mais variados fóruns internacionais. Contudo, apesar de algumas mudanças estruturais na configuração dos paradigmas de política externa, o governo de Lula

da Silva manteve o aspecto histórico tradicional de busca pela autonomia e de um papel com maior significância na política internacional (Pinheiro, 2004; Saraiva e Valença, 2011, p. 100; Valença e Carvalho, 2014, p. 67). Durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva, a política externa pautou-se pela defesa do aumento do multilateralismo e do maior equilíbrio internacional, com aumento do peso do país em negociações políticas e econômicas e o aprofundamento das relações diplomáticas para aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio financeiro, tecnológico e cultural. Houve, portanto, uma atuação diferente em política externa, de acordo com os objetivos do Partido dos Trabalhadores, mas tal mudança foi realizada dentro dos paradigmas já estáveis da atuação internacional do Brasil.

Tais objetivos, então, estão estritamente ligados com a ideia de *soft power* (Nye, 2003, p.66), onde prevalece a “habilidade em atrair e persuadir ao invés da coerção”, pois o Brasil utilizou-se, principalmente a partir da década de 1990, de estratégias que desenvolvem aspectos não-materiais de poder (Hamann, 2012, p.71), tais como as iniciativas de construção de consenso, de diplomacia e de persuasão – e não pelo uso da força – privilegiando o multilateralismo e a participação em instâncias internacionais como um meio de fortalecer o diálogo na América do Sul e com os países emergentes, além de ganhar algumas vantagens com as principais potências globais.

Portanto, para se pensar e analisar a política externa brasileira, é necessário ressaltar a ideia de continuidade, mas sem desconsiderar as visões diferentes dos grupos políticos que estavam e estão no poder. Ou seja, apesar de mudanças de regimes políticos ou de governos, os temas centrais em política externa continuam semelhantes, de maneira que prevaleceu a continuidade, baseada em regras gerais e estáveis, com a busca do interesse nacional.

Mas, mais importante, a conformação da atuação brasileira em política externa durante o período proposto pelo estudo deve considerar elementos internos, de acordo preferências

intrínsecas ao próprio Partidos dos Trabalhadores e com a engenharia institucional do país, considerando os processo decisório a partir da dinâmica entre partidos políticos e Poder Executivo. Nesse sentido, apesar do política externa ter mudando em alguns aspectos, o PT, durante o período analisado, manteve-se atrelado aos condicionantes históricos da diplomacia brasileira. E, considerando o processo decisório, deve-se considerar, como veremos no capítulo seguinte, as preferências partidárias como fator-chave de influência do Poder Executivo na arena internacional.

Por sua vez, no atual período democrático, a política externa do Chile procurou combinar a adesão às leis internacionais, aos acordos e aos tratados com uma atuação pragmática em relação aos países da região, privilegiando o regionalismo aberto, a defesa de ideias democráticos e o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, evidenciou o pragmatismo através de acordos de livre comércio e do investimento direto em países vizinhos, comprometendo-se com a estabilidade democrática na região. E, ultimamente, o Chile permanece fiel à política externa pragmática, refletindo seus interesses políticos e econômicos, mantendo-se dentro da estrutura ideológica da democracia liberal, ao sistema internacional e às economias de livre mercado, mas fornecendo maior atenção ao entorno latinoamericano.

Assim, pode-se notar diversos avanços entre o período que vai de 1990 a 2010 (Maira, 2010, p.88-100). Em primeiro lugar, o Chile se estruturou como um país mediano. Se em grande parte do século XX os chilenos enxergavam seu próprio país como sendo pequeno e distante, a situação mudou com o fortalecimento das economias japonesa e chinesa, pois o eixo político e econômico fortaleceu as relações entre Ásia e América do Sul, sendo que o Chile se tornou um dos principais parceiros destes países. Dessa maneira, o país se tornou

internacionalmente mais importante, sendo classificado como uma nação mediana no sistema internacional.

Em segundo lugar, e como consequência do primeiro aspecto, o Chile se tornou o país do Pacífico, pois a primazia econômica do Sudeste Asiático elevou a importância do país no entorno global. Ao se tornar membro da APEC, obteve um vínculo especial com países mais influentes, aumentando seu peso internacional. Cabe ressaltar que ser um país influente nas relações com o Pacífico também colabora com o desenvolvimento da cooperação sul-americana, pois parceiros bilaterais como Brasil e Argentina utilizam os portos chilenos como rota comercial para exportar produtos para a Ásia. Com isso, o Chile adquiriu maior capacidade de negociação regional.

Em terceiro lugar, o Chile estabeleceu a mais importante rede de Tratados de Livre Comércio no mundo, diversificando seus parceiros e elevando o volume das exportações para as principais regiões do mundo, gerando um cenário de interdependência complexa. Através da estratégia de internacionalização e do processo de liberalização econômica, o Chile se tornou um dos países com o maior número de acordos de livre comércio no mundo¹³². Mas quais os motivos dessa política de acordos de livre comércio? Com o aumento do investimento direto externo, os acordos de livre comércio favoreceram a atuação do país em questões centrais e mais representativas à sua própria realidade econômica, além de incentivar o país em situações de dificuldades de liberalização e de auxiliar a reduzir as assimetrias e vulnerabilidades econômicas e a dependência política com poderes regionais e estruturais (Wehner, 2011, p.209). Sendo assim, o projeto de internacionalização econômica do Chile ajudou a reduzir a influência político-econômica do Mercosul sobre o país, e, ao abrir novos mercados,

¹³² De acordo com Wehner (2011, p.212), o Chile alcançou 21 acordos de livre comércio, além de estabelecer trocas econômicas com outros 55 países.

“o Chile está reduzindo tanto o impacto econômico e a influência política que as potências mundiais e agrupamentos regionais podem exercer sobre ele, através do efeito de difusão produzido por múltiplos laços comerciais¹³³” (Wehner, 2011, p.222).

Os governos chilenos da Concertación vêm adotando tal política como resposta aos interesses econômicos domésticos, evidenciando a diversificação nas exportações e os avanços em objetivos estratégicos para o estado, que procura reduzir a dependência econômica e aperfeiçoar as relações bilaterais do país – e, conseqüentemente, o status internacional (Wehner, 2011, p.209). É importante frisar, então, a preocupação do governo chileno com a formação das preferências internas e com a economia doméstica, pois questões ligadas à globalização econômica e à liberalização de mercado afetam os interesses materiais dos atores domésticos, tais como a distribuição de custos e benefícios e o nível de influência política (Schirm, 2008, p.4). Nesse sentido, as posições tomadas pelos governantes são moldadas pelas preferências econômicas, políticas e sociais de determinados grupos estratégicos, destacando a importância do jogo de dois-níveis (Putnam, 1988). Dessa maneira, para a compreensão da agressiva política de tratados de livre comércio do Chile, é necessário entender as fontes domésticas das preferências governamentais, assim como das coalizões, pois a política externa de qualquer país é dirigida por interesses endógenos, que exercem pressão e constroem as tomadas de decisão da liderança do país nas arenas domésticas e internacional.

Em quarto lugar, houve o avanço em tratados e acordos que reduziram o perigo do conflito com nações vizinhas – tais como o Peru, a Bolívia e a Argentina – criando condições para acordos estratégicos e pulverizando a probabilidade de confrontos militares. Ou seja, a

¹³³ Traduzido do original: “Chile is reducing both the economic impact and the political influence that world powers and regional groupings may exert over it, through the diffusing effect that having multiple commercial ties produces”. (Wehner, 2011, p.222).

política vicinal manteve definições tradicionais, priorizando o diálogo, a continuidade e flexibilidade, sem renunciar aos princípios, o realismo e a superação construtiva de situações difíceis.

Em quinto lugar, com o retorno à democracia, houve o aumento do prestígio internacional do país, enfatizando um papel de liderança *conceitual* no cenário regional. Enquanto o Brasil possui liderança vinculada com o tamanho de sua economia, com sua força militar e com a persistência no tempo de uma influência regional, a liderança conceitual chilena é mais subjetiva e se relaciona com a boa imagem interna (eleições livres e recorrentes, governos legítimos), com a defesa dos direitos humanos e com a participação ativa e altruísta em questões internacionais.

Por fim, em sexto lugar, a política externa dos governos da Concertación optou pelo aumento do multilateralismo e pela solução pacífica dos conflitos no sistema internacional, evidenciando a necessidade de novas regras no campo do Direito Internacional Público para reforçar e efetivar a modernização dos órgãos superiores da comunidade internacional¹³⁴.

A partir de análise desenvolvida, pode-se constatar uma clara diferença entre a atuação brasileira e chilena em política externa. Durante as últimas duas décadas, a América Latina passou por diversas transformações, seja no âmbito político, econômico e social. Dentre elas, pode-se destacar a crise do modelo neoliberal e a ascensão de partidos de centro-esquerda – como o PT, no Brasil de Luis Inácio Lula da Silva, e o PS, no Chile de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Em ambos os casos, as administrações pautaram-se pela atuação

¹³⁴ Um exemplo ocorreu em 2003, quando o país, na condição de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, foi contra a petição dos Estados Unidos para que uma força militar internacional ocupasse o Iraque com base no argumento de que este possuía armas de destruição em massa. Dessa maneira, a postura chilena, junto com a mexicana, obrigou os Estados Unidos a realizar tal operação somente com sua própria força militar e com o respaldo de poucos aliados, como Inglaterra e Espanha.

moderada, enfatizando o pragmatismo e a estabilidade econômico com mecanismos de redistribuição de renda e de proteção social.

Entretanto, apesar da semelhança de algumas políticas sociais e econômicas, Brasil e Chile atuaram de maneiras distintas em relação à política internacional. Enquanto as administrações do PT evidenciaram a busca pela liderança regional na América Latina como uma forma de maior inserção nas principais instâncias internacionais (sem, entretanto, fortalecer institucionalmente o Mercosul), Lagos e Bachelet, assim como Aylwin e Frei, adotaram acordos de livre comércio com a intenção de maior inserção internacional. Por um lado, como se verá no próximo capítulo, havia maior consenso em relação à política exterior do Chile, em razão, principalmente, das características institucionais do sistema partidário fortemente institucionalizado e da formação de coalizões com preferências ideológicas mais próximas; no caso brasileiro, havia o consenso interno, no próprio PT. Porém, como o partido construiu uma coalizão ampla e heterogênea, teve que lidar com os custos dessa diversidade, sendo que, mesmo que tenha efetivado uma mudança de paradigma em política externa, o conflito partidário apareceu com mais força, evidenciando o maior embate ideológico interno, na própria coalizão, e externo, em relação aos partidos políticos de oposição.

IV

COALIZÕES PARTIDÁRIAS E POLÍTICA EXTERNA: PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA E CELERIDADE DE TRAMITAÇÃO EM ATOS INTERNACIONAIS

De forma geral, a literatura latino-americana tende a concluir como precária a participação do Parlamento em questões internacionais devido à alta concentração de poder na Presidência da República e no Ministério de Relações Exteriores, ao baixo retorno eleitoral e à falta de instrumentos de *expertise*, dos quais os parlamentares não desfrutam. Assim, “os parlamentares têm tido tradicionalmente pouca participação na formulação das políticas externas nacionais. Sob o pretexto que a política externa é assunto de príncipes e não do povo, ao longo de sua história, os parlamentares têm estado alijados do tema” (Alcântara, 2001, p.13). E, com o hiper-presidencialismo brasileiro e chileno, o Legislativo não teria meios de participar da formulação de atos internacionais, conformando-se em sua apatia e abdicando em favor do Executivo no processo decisório de política externa, acatando as políticas negociadas no plano externo em função do alto custo de rejeição (Lima e Santos, 2001).

No entanto, diversos estudos recentes têm demonstrado a relevância dos legislativos e dos partidos políticos latino-americanos em política externa – em especial, no Brasil e no Chile – incluindo agentes domésticos em sua formulação *ex ante* e *ex post*. Sendo assim, mesmo com poucos casos de rejeição de atos internacionais (Diniz, 2009), os partidos políticos vêm institucionalizando sua participação no processo de tomada de decisão, aumentando seu poder quando há conflito de interesses mesmo quando diante de um Executivo predominante (Ribeiro e Onuki, 2009).

Este capítulo, em primeiro lugar, realiza a análise jurídico-constitucional e político-institucional da interação entre Poder Executivo e Poder Legislativo em política externa no Brasil e no Chile, conferindo os principais mecanismos que os partidos políticos, entendidos como *veto players*, possuem para a atuação em política externa. Para tanto, partindo-se do pressuposto que o Congresso Nacional de ambos os países influencia e tem suas preferências consideradas pelo Chefe do Executivo e pelo Ministério das Relações Exteriores, serão analisados os principais documentos referentes ao processo de tomada de decisão em política externa, tais como a Constituição Federal e os Regimentos Internos das Casas Congressuais, destacando os mecanismos formais e informais que os legisladores possuem para participar ativamente na formulação de acordos e tratados internacionais. Com isso, o Congresso não apenas delega ao Poder Executivo, mas tem suas preferências consideradas no processo de tomada de decisão.

Considerando que a preponderância do Executivo sobre o Legislativo não é privilégio das tomadas de decisões que envolvem política externa, mas nos processos decisórios das políticas públicas em geral, a participação legislativa e partidária em política externa ocorre, sempre em virtude de seus interesses e de suas preferências e das características institucionais do sistema partidário, observando a formação das coalizões como central em sistemas presidencialistas. Assim, quando há divergência de interesses entre Executivo e partidos políticos (e até mesmo aqueles pertencentes à coalizão governista), aumenta a participação dos parlamentares, especialmente via mecanismos procedimentais e por meio do aumento do tempo de tramitação das propostas. E, conforme a característica da coalizão, a divergência é mais provável de acontecer.

A partir desses pressupostos, o objetivo central deste capítulo é analisar a participação legislativa e partidária nas Comissões de Relações Exteriores das Câmaras Alta e

Baixa em governos de centro-esquerda do Brasil (2003-2010) e do Chile (2000-2009), verificando, qualitativamente, a influência dos partidos políticos e do Poder Legislativo em todos os atos internacionais negociados pelo Poder Executivo no plano externo e que tramitaram no Congresso durante o período¹³⁵, e examinando a dinâmica parlamentar em política externa a partir da dicotomia governo *versus* oposição. Parte-se da hipótese de que há a atuação legislativa em atos internacionais em ambos os países e que, mais importante, tal participação se dá nos moldes de uma política pública comum, com interesses conflitantes entre os poderes e entre os membros do governo e de partidos opositores, e de acordo com as instituições políticas existentes. Para tanto, serão examinados dois aspectos centrais: em primeiro lugar, os mecanismos de controle e de voto que os parlamentares possuem para atuação *ex post* em política externa; e, em segundo lugar, a variável tempo de tramitação dos projetos em Casas Legislativas. Em ambos os casos, será destacado que, além da participação legislativa institucionalizada por meio de mecanismos procedimentais e de velocidade de tramitação de mensagens presidenciais, verifica-se a maior ou a menor disputa entre governo e oposição na arena decisória de política externa a partir da configuração político-partidária das coalizões governistas.

Para se observar a atuação *ex-post* do Poder Legislativo em política externa e a velocidade de tramitação nas comissões a partir das preferências partidárias e da análise das coalizões, o estudo caracteriza o sistema de comissões brasileiro e chileno a partir das três principais teorias que dissertaram sobre o tema, quais sejam, a distributivista, a informacional

¹³⁵ Foram classificados como atos internacionais negociados pelo Poder Executivo as mensagens presidenciais que se referiam a tratados e acordos internacionais com países estrangeiros e organizações internacionais, em temas relacionados à política comercial, ações diretas em assuntos internacionais, medidas referentes ao funcionamento do Ministério das Relações Exteriores e da *Cancilleria*, além de questões relacionadas à Defesa Nacional. Por fim, foram mapeadas as mensagens presidenciais que se referem à ausência presidencial, pois é de competência do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente a se ausentarem do país.

e a partidária, evidenciando a importância dos partidos, dos legisladores e dos relatores para a dinâmica do processo de tomada de decisão.

Em seguida, será examinado o controle *ex-post* nas comissões e os mecanismos que deputados e senadores possuem para interferir no processo de tramitação de mensagens presidenciais de atos internacionais, examinando se os pareceres de membros da situação e da oposição são aprovados totalmente ou parcialmente, por unanimidade ou com ressalvas, e se são apresentadas emendas, reservas, cláusulas interpretativas ou substitutivos. A atuação partidária será sistematizada a partir da dualidade oposição/situação, observando como e por meio de quais mecanismos os deputados federais e senadores atuaram. Com isso, o estudo procurará demonstrar que a atuação do Poder Legislativo ocorre e é pautada por interesses partidários, e que apesar da preponderância do Poder Executivo, não há plena aceitação de todos os projetos provenientes deste último, pois ocorre a negociação. Mais importante, serão verificadas duas hipóteses. Por um lado, em primeiro lugar, sistemas presidencialistas cujo Poder Executivo forte constrói coalizões mais amplas e heterogêneas, como é o caso brasileiro, são estruturados tendo por base maiores conflitos de preferências entre partidos governistas e oposição, e até mesmo entre partidos da base aliada, ocasionando a maior presença de relatores oposicionistas, de falta de unanimidade, de votos contrários e de modificações nos projetos relativos à política externa, aumentando, por conseguinte, a participação partidária e o conflito em atos internacionais. Por outro lado, em segundo lugar, sistemas presidencialistas com maior centralização do Executivo e coalizões menores e homogêneas, como é o caso chileno, são pautados pela moderação e consenso entre partidos governistas, e até mesmo entre partidos da base aliada e oposição, resultando na menor presença de relatores oposicionistas, com poucos votos contrários e menor número de modificações substantivas em acordos internacionais submetidos ao Congresso pelo Poder

Executivo, aumentando o consenso em torno de questões internacionais e de formulação de política externa.

Regra geral, não há apresentação de emendas incidindo em um ato internacional que tramita no Congresso brasileiro e chileno, mas apenas de substitutivos e cláusulas interpretativas. Porém, analisando o processo de tomada de decisão como um todo, verifica-se que as fases de implementação do ato internacional influenciam tanto o tempo de duração das etapas sob a responsabilidade do Executivo quanto o tempo de tramitação do processo de referendo do ato internacional no Congresso Nacional. Sendo assim, uma outra forma de se evidenciar a participação legislativa e partidária nas comissões, nos moldes da disputa entre situação e oposição, ocorre na demora da conclusão do processo legislativo para referendar ato internacional. Ou seja, uma forma sutil de expressão parlamentar e de divergências de preferências está na duração dos intervalos entre a apresentação e aprovação das mensagens do Poder Executivo em atos internacionais (Souza, 2013, p.93). Com isso, o aumento do tempo de tramitação é uma forma de manifestação de posição do Congresso Nacional em relação à matéria do ato internacional. Considerando o presidencialismo brasileiro e chileno como sistemas multipartidários estáveis, onde a formação de coalizões majoritárias é uma variável que garante a governabilidade e a manutenção da democracia, o estudo considera o tempo de tramitação a partir da dinâmica de formação de coalizões e de suas preferências em relação ao Poder Executivo em política externa.

Com isso, e de acordo com os pressupostos anteriores, procura-se verificar duas hipóteses centrais. Por um lado, em primeiro lugar, quando há a formação de coalizões amplas e heterogêneas, o tempo de tramitação e de silêncio legislativo é maior, provocando o maior conflito entre partidos e, conseqüentemente, entre legendas partidárias e Poder Executivo, ocasionando a maior participação em atos internacionais. Tal hipótese é verificada no caso

brasileiro, onde o PT, durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), considerou diversos partidos com preferências distintas para compor sua base governista. Por outro lado, em segundo lugar, quando o Poder Executivo forma coalizões com um menor número de partidos e maior homogeneidade, o tempo de tramitação e de silêncio legislativo é menor, ocorrendo consenso e moderação de preferências entre os partidos e, por conseguinte, entre agremiações partidárias e Poder Executivo, resultando na menor participação legislativa em projetos relativos à questões internacionais. Essa hipótese pode ser verificada no caso chileno, no qual o PS, nas administrações de Ricardo Lagos (2000-2006) e de Michelle Bachelet (2006-2009), compôs sua coalizão governistas com partidos políticos com preferências semelhantes.

4.1. Aspectos jurídico-constitucionais e político-institucionais da interação entre Executivo/Legislativo no processo de tomada de decisão em política externa no Brasil e no Chile

Enquanto no primeiro capítulo se procurou discutir a configuração politico-institucional do presidencialismo brasileiro e chileno, assim como as especificidades dos respectivos sistemas partidários e do desenvolvimento de coalizões como variável central para definição das políticas públicas em geral, a grande contribuição das análises discutidas no segundo capítulo é de acrescentar, ao debate sobre política externa, a variável do processo decisório, ou seja, a dinâmica interna de tomada de decisões e a disputa de preferências, com múltiplos interesses em disputa pelos atores, concebidos como *veto players*, determinando o produto final da ação externa do governo através de uma visão poliárquica. Sendo assim, após

conhecer as principais teses, metodologias, conceitos e correntes teóricas que problematizaram e procuraram desvendar a natureza dos processos de tomada de decisão em política externa, assim como o posicionamento divergente dos governos brasileiros e chilenos em tal política pública ao longo dos últimos anos, é necessário evidenciar o principal objetivo deste estudo, qual seja, a influência dos partidos políticos em política externa a partir da dicotomia governo/oposição, considerando as preferências ideológicas e programáticas dos partidos, e a influência das coalizões sobre a caracterização do processo de tomada de decisão.

A partir desses pressupostos, é necessário destacar como ocorre a atuação em política externa do Poder Legislativo do Brasil e do Chile, em consonância com a preponderância do Chefe do Executivo e do corpo diplomático em questões internacionais. Para tanto, em primeiro lugar, serão observadas as regras do processo decisório, assim como as instituições formais e informais que colaboram para uma participação mais eficaz dos legisladores em matérias de política externa nos dois países. Isso porque a análise dos processos de negociação internacional não pode desconsiderar a dinâmica do arranjo institucional doméstico que dita a relação entre Executivo e Legislativo; tal dinâmica é estabelecida pela Constituição, que fixa o papel de cada um dos poderes, e dos regimentos internos das Casas Congressuais.

Tanto no Brasil quanto no Chile, as Constituições atuais destacam o controle de agenda legislativa por parte do Poder Executivo. Com isso, este último possui prerrogativas exclusivas para iniciar legislação em determinadas áreas (Shugart e Carey, 1992), dominando a *agenda setting* e o processo decisório na política externa por meio de uma série de vantagens, tais como maior capacidade de decisão, acesso à informação sigilosa, celeridade, etc-. Conseqüentemente, o Executivo dispõe de meios formais e informais para influenciar o

processo de decisão em política externa. Por sua vez, reconhecer o papel secundário do Congresso na produção de política externa não significa dizer que ele é irrelevante, podendo influenciá-la de forma significativa.

4.1.1. Poder Legislativo e atuação partidária em política externa no Brasil

No Brasil, o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 pouco alteraram o padrão vigente de relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo na tomada de decisões em política externa. Isso porque o Chefe do Executivo e seu corpo diplomático ainda predominam em matérias relativas à questões internacionais. Porém, o processo de democratização política e liberalização econômica ocasionou o surgimento e posterior fortalecimento da atuação de diversos atores no campo da política externa - dentre eles, o Poder Legislativo. Portanto, em termos políticos, os tratados e qualquer política externa de um país são assuntos não apenas de governantes, mas também dos governados, através das assembleias (Medeiros, 1983). Dessa maneira, com o objetivo de se analisar a democratização da política externa no Brasil, será observada a atuação dos legisladores brasileiros em política externa a partir de aspectos jurídico-constitucionais e político-institucionais.

Quanto ao aspecto jurídico-constitucional, a Carta Constitucional do Brasil distingue as competências entre Executivo e Legislativo em matéria de política externa, destacando a ideia de *treaty-making power* (ou “poder de celebrar tratados”) como o processo de formação da vontade do Estado quanto ao comprometimento externo, sendo baseado no direito constitucional do país (Fares, 2005). Desse modo, de acordo com o art. 84, incisos VII e VIII, o Poder Executivo é destinado a manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus

representantes diplomáticos, assim como celebrar tratados, convenções e atos internacionais. Já o Presidente da República, nos moldes do art. 84, incisos XIX, XX e XIII, celebra a paz, declara a guerra e autoriza que forças estrangeiras permaneçam ou transitem no território nacional (Brasil, 2012). Assim sendo, baseado nas prerrogativas do texto constitucional, o Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, detém exclusividade de iniciativa das conversações diplomáticas com o objetivo de celebrar um tratado internacional.

Das seis fases de constituição de tratado internacional (negociação, assinatura, remessa, aprovação, ratificação e promulgação), somente a aprovação passa pelo crivo do Poder Legislativo. A decisão de assinar o tratado cuja negociação foi concluída pertence ao Poder Executivo. E, com a assinatura, autentica-se o texto do acordo e se manifesta a concordância dos negociadores com seus termos¹³⁶.

Caso o Congresso Nacional aprove o texto do tratado remetido, cabe ao Executivo ratificá-lo ou não. A ratificação é um ato unilateral pertencente ao Presidente da República (art. 84, VIII, da CF), pelo qual “o sujeito de direito internacional, signatário de um tratado, exprime definitivamente, no plano internacional, sua vontade de obrigar-se” (Rezek, 2000, p.50)¹³⁷. Caso ratifique, o tratado passa a produzir efeitos, entrando em vigor no âmbito do direito internacional, e o Estado confirma definitivamente sua disposição em cumpri-lo, notificando as outras partes, sendo que o tratado é incorporado ao ordenamento jurídico do país por meio de promulgação e publicação de decreto presidencial no Diário Oficial da União.

¹³⁶ Porém, caso o Presidente da República seja autorizado pelo Congresso Nacional, a assinatura pode vincular o Estado brasileiro, dispensando a aprovação legislativa. São os chamados “acordos executivos”, que são entendidos como acordos complementares às iniciativas diplomáticas anteriores que não necessitam de aprovação Congressual para a entrada em vigor, que é realizada imediatamente após a assinatura pelo Executivo (Baena Soares, 2005). Porém, como regra geral, o ato é firmado sob reserva de ratificação, estabelecendo a necessidade das etapas seguintes para que o país se vincule ao tratado no plano internacional.

¹³⁷ É, portanto, um ato discricionário do Estado signatário, de maneira que o país pode retardar ou até mesmo deixar de dar o seu consentimento definitivo a um tratado assinado sob reserva de ratificação.

Isso torna o Executivo o principal responsável pela agenda de política externa do país, pois cabe a ele a iniciativa da adoção ou não de um acordo internacional. E, enquanto o Poder Executivo preside a política externa, o Legislativo exerce o controle dos atos executivos, de maneira que os tratados não podem produzir efeitos se não forem aprovados pelo Congresso (Mazzuoli, 2001).

Terminada a fase de negociação e assinado o tratado, o Presidente da República pode ou não dar curso ao processo de criação do tratado internacional, remetendo-o ao Congresso-. Quando remete para exame congressional, tal ato é realizado por meio de mensagem¹³⁸, com inteiro teor e exposição de motivos elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores. O Congresso Nacional se manifesta através da elaboração de decreto legislativo (CF, art. 59, IV), que resolve “definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” (art. 49, I). Após ser remetida ao Congresso Nacional, portanto, a matéria é discutida e votada separadamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e em suas respectivas comissões.

Mas há grande confusão por parte da doutrina em relação ao verdadeiro papel do Congresso Nacional no procedimento de celebração de tratados internacionais. Em relação à função do legislativo na aprovação de tratados internacionais, a interpretação das expressões “resolver definitivamente” e “encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” deve ser sempre relacionada com a competência do Chefe do Executivo para “celebrar tratados, convenções e atos internacionais”. Somente o Presidente da República é habilitado para ratificar tratados internacionais; por sua vez, o Parlamento pode aprovar ou rejeitar o tratado assinado pelo Executivo. Sendo assim, a expressão “resolver definitivamente sobre

¹³⁸ A mensagem presidencial é um instrumento de comunicação oficial do Poder Executivo aos outros poderes. Quando destinada ao Poder Legislativo, é utilizada para informar sobre fato da Administração Pública, export o plano de governo por ocasião da abertura de sessão legislative, submeter ao Congresso Nacional matérias que dependem de deliberação de suas Casas, apresentar veto, e realizar comunicações que sejam de interesse dos poderes públicos e da Nação. (Fonte: Glossário do Portal da Câmara dos Deputados).

tratados” deve ser entendida em termos, sem dar a ela um significado além do seu real alcance, pois “resolver definitivamente” não significa ratificação – ato próprio do Poder Executivo – mas sim, autorizar a ratificação do acordo internacional, por meio de decreto legislativo, do Executivo, segundo critérios de conveniência e oportunidade. Por conseguinte, o Parlamento está incumbido de aprovar ou não os tratados internacionais submetidos à sua apreciação, e ao Chefe do Executivo compete ratificá-los se aprovados pelo Congresso Nacional¹³⁹. Isso quer dizer, como veremos adiante, que o Parlamento só resolve definitivamente sobre tratados quando os rejeita¹⁴⁰ e o Executivo é impedido de ratificar o acordo.

Então, o Congresso Nacional aprecia a viabilidade de se aderir aos tratados internacionais recepcionando, em primeiro lugar, a mensagem do Presidente da República, acompanhada da exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, em conjunto com o inteiro teor do tratado internacional que irá ser apreciado com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. Após a Mesa Diretora receber a mensagem presidencial, esta é distribuída, por ato de seu Presidente, a não mais do que três comissões de mérito com competência sobre o tema versado no tratado (art. 139, V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), bem como obrigatoriamente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, caso seja necessário, à Comissão de Finanças e Tributação. No despacho de

¹³⁹ “Assim, o Presidente da República assina o tratado, por delegado seu, mediante uma condição: a de submeter ao Congresso Nacional o texto assinado. Depois do exame pelo Congresso, estará o Presidente habilitado, ou não, a confirmar ou ratificar o ato em causa. A rejeição pelo Congresso impede a ratificação; a aprovação permite-a, mas não a torna obrigatória (Mazzuoli, 2001, p.96)”.

¹⁴⁰ Desde 1988, três mensagens presidenciais foram integralmente rejeitadas pelo Congresso Nacional (Camino, 2012). A primeira a sofrer rejeição foi a Mensagem 65, de 1988, que, em seu teor, submetia “à consideração do Congresso Nacional os textos de recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, em diversas ocasiões, no período de 1962 a 1974”, sendo rejeitada e arquivada em 2000 pelo Senado Federal. A segunda foi a Mensagem 166, de 1988, que submetia “à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção 153, da OIT, relativa à duração do trabalho e períodos de decanos nos transportes por rodovias, adotada em Genebra em 1979”, sendo rejeitada e arquivada na Câmara dos Deputados no ano de 1997. Por fim, a última mensagem rejeitada foi a 607, de 1992, que submetia “à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana sobre conflitos de lei em matéria de letras de câmbio, notas promissórias e faturas”, sendo arquivada pelo Senado Federal em 1995.

distribuição, o Presidente da Mesa Diretora indica que a proposição se sujeitará à apreciação do plenário.

As matérias relativas a tratados internacionais devem ser inicialmente distribuídas à primeira comissão que profere parecer de mérito. Como regra, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) possui competência primária para pronunciar-se acerca de “tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa” (art. 32, XV, c, do RICD). A seguir, a mensagem presidencial é distribuída, pelo Presidente da Comissão, a um dos seus membros que, na qualidade de relator, examina a matéria e emite parecer (art. 41, VI, do RICD). Caso o relator decida pela sua procedência, a matéria é apresentada à comissão com parecer favorável, formulando o projeto de decreto legislativo que irá referendá-lo (art. 129, §2, RICD). Se aprovado em todos os seus termos, o parecer é tido como o da comissão (art. 57, X, RICD). Por outro lado, se a opinião do relator não for acatada, será designado relator substituto para a redação do parecer vencedor (art. 57, XII, RICD). Caso o texto seja rejeitado, não é necessária a apresentação de um projeto de decreto legislativo, bastando reprová-lo em tramitação; com isso, a matéria será considerada definitivamente rejeitada e arquivada pelo Congresso Nacional (exceto se houver recurso de um décimo de deputados para o Plenário da Câmara dos Deputados), havendo a possibilidade que um único órgão colegiado decida pela cessação da tramitação de um acordo internacional.

Uma vez aprovado pela CREDN, o PDL tramita em regime de urgência (art. 151, I, “j” do RICD), sendo que cada comissão subsequente, conforme a necessidade e os campos temáticos (art. 139, II, “a” do RICD), deve analisá-lo e emitir os pareceres em cinco sessões, podendo aprová-lo ou rejeitá-lo. Por fim, o PDL deverá ser obrigatoriamente examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 32, III, “a”, combinado com o art. 139, II, “c”, do RICD), que irá examinar os aspectos constitucional, legal, jurídico-

regimental- e de técnica legislativa-, podendo declarar sua inconstitucionalidade, cessando sua tramitação (art. 54, I, do RICD). Convém destacar que, se envolver aspectos financeiros ou orçamentários, o projeto também é avaliado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Tanto na CCJC quanto na CFT, os pareceres são terminativos, de maneira que a rejeição provoca o arquivamento da matéria, sem necessidade de posterior submissão ao plenário (art. 54 do RICD).

Ao ser aprovada pelas comissões-, a matéria é remetida ao Plenário da Câmara dos Deputados, sendo incluída na pauta da ordem do dia, de acordo com a conveniência do Presidente da Câmara, ouvido o Colégio dos Líderes (art. 17, I, "s" e art. 86 do RICD). Ao ser incluída na ordem do dia, a matéria será discutida e votada em turno único (art. 148 do RICD). Ademais, a discussão poderá ser adiada em até duas sessões, desde que seja requerido tal adiamento por um décimo dos membros da Câmara dos Deputados (art. 177, §1 do RICD).

Com o fim da fase de discussão, a matéria é votada (art. 180, §1, I, do RICD), via processo simbólico (art. 185 do RICD), no qual o Presidente da Câmara anuncia a votação do PDL. Havendo verificação de votação, a matéria é colocada novamente em votação, em processo nominal (art. 186, III, do RICD)-. Se aprovada em definitivo na Câmara dos Deputados, o PDL, juntamente com o texto do tratado e seus pareceres (assinados pelo relator da matéria na CCJC), é encaminhado ao Senado Federal, sendo submetido à tramitação semelhante, sendo despachado pelo Presidente da Casa à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)-, que tem cinco dias úteis para apresentação de emendas ao projeto, após o qual a comissão terá quinze dias úteis para se manifestar sobre a proposição. Com o fim da fase de propositura de emendas, o Presidente da CRE distribui a matéria a um dos membros da comissão, responsável pelo relatório que, se aprovado, torna-se o parecer da

CRE. Caso não seja aprovado, o Presidente designa novo relator (art. 128 do RISF)¹⁴¹. Ao ser apreciado pelo plenário, a proposição é discutida e votada-. Caso seja aprovado pelo Senado Federal, o decreto legislativo é promulgado pelo presidente do Congresso Nacional, sendo finalizada a fase de apreciação do tratado pelo Poder Legislativo, de maneira que o Presidente da República pode optar pela sua ratificação ou não no plano internacional-. No caso de rejeição, não cabe a emissão de decreto legislativo, de maneira que a ausência do abono congressional basta para que o acordo internacional seja prejudicado.

Caso o Poder Legislativo, ao examinar o tratado internacional, opte por aprová-lo com restrições, neste caso, o Executivo irá ratificá-lo com reservas-, ou irá aprová-lo com declaração de desabono às reservas. Quando há a constatação das reservas, não há prejuízos ao restante do processo normal de estabelecimento do tratado, não devendo ser renegociado pelo Executivo antes de ratificado. Porém, quando a Assembleia sugere qualquer reserva a tratado bilateral, entende-se que o texto foi emendado; com isso, os termos do acordo deverão ser renegociados com o outro Estado, pois não há a possibilidade de apor reservas a tratados bilaterais. Por fim, ocorre a rejeição em tratados multilaterais aprovados com restrições feitas pelo Congresso Nacional. Desse modo, o Poder Legislativo deve observar com cuidado as possibilidades de apor reservas a tratados, pois pode ocorrer a sua rejeição total (Feres, 2005, p.16), assim como o Presidente da República não pode manifestar seu consentimento sem o abono congressional.

Porém, um dos meios mais eficazes do Legislativo atuar em matéria de política externa via dispositivos constitucionais é a partir da proposição de emendas. Por um lado, diversos analistas defendem a tese da impossibilidade congressional de propor emendas a atos

¹⁴¹ De acordo com Gabsh (2010, p.104), é importante frisar que, no Senado Federal, o Presidente da Casa pode conferir à comissão o poder de deliberação em instância final sobre tratados internacionais, seguindo direto para promulgação, sem ser devolvida ao plenário - embora que esta atribuição de poder terminativo não tem sido a norma.

internacionais, contestando a participação ativa e direta dos legisladores. Caso emende, o tratado deverá ser considerado juridicamente rejeitado em sua totalidade - pois se o Executivo quisesse prosseguir com o tratado, deveria renegociar o consentimento da outra parte no plano internacional. Por conseguinte, o texto que resultasse das modificações propostas seria um novo acordo, comprovando a ideia de que o tratado anterior fora rejeitado (Apud Medeiros, 1983; Apud Pareceres, 2002). Por outro lado, diversos juristas vêm destacando a tese de que é facultado ao Congresso Nacional o direito de propor emendas a tratados internacionais. Para Valladão (Pareceres, 2002), a apresentação de emendas aceitas pelas partes integrarão definitivamente o ato internacional, sem necessidade que o mesmo retorne para ser analisado na Assembleia. Assim, o Congresso Nacional pode desaprovar um tratado totalmente, ou aprová-lo e estabelecer as condições para tanto. Da mesma forma, a Consulta n.7 elaborada pela CCJC da Câmara dos Deputados concluiu que o Congresso Nacional pode referendar parcialmente atos internacionais, desde que não figure na hipótese de reserva a dispositivo.

Cabe ressaltar que o RICD (art. 118) conceitua emenda como uma proposição apresentada como acessória de outra, mas não prevê a possibilidade de emenda que remete a texto de tratado internacional. Sendo assim, de acordo com Fares (2005, p.23-4), o conceito de emenda do processo legislativo brasileiro não comporta a noção de interferência após a negociação feita pelo Executivo no plano internacional. Desse modo, a Consulta n.4 de 2004 da CCJC da Câmara dos Deputados concluiu que o emendamento efetuado diretamente ao texto do ato internacional é inconstitucional devido ao vício de iniciativa. Tal consulta reiterou, no entanto, que é possível a aprovação parcial de tratado por meio da inclusão indireta, no texto do Projeto de Decreto Legislativo (PDL), de condicionamentos que, caso

sejam aceitos pelos Estados, modificariam o texto do acordo¹⁴².

Mas a atuação legislativa em acordos internacionais não está circunscrita ao processo de emendamento. Os regimentos internos das Casas Parlamentares, respeitando os limites constitucionais, apresentaram outros instrumentos para que os deputados exercessem a diplomacia congressional.

Além da competência de emendamento, o Legislativo possui outros instrumentos para interferir no processo decisório de política externa, tais como: a indicação (art. 113 do RICD), que pode ser apresentada por qualquer deputado federal para sugerir ao Executivo a adoção de determinada postura em matéria de política externa; o requerimento de informação (art. 116 do RICD), feito por meio das Mesas de cada uma das Casas do Congresso Nacional, incidindo sobre o MRE ou quaisquer titulares subordinados à Presidência da República; o requerimento de convocação e convite (arts. 219 a 223 do RICD), que confere à Câmara de Deputados a possibilidade de convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para comparecerem pessoalmente perante o Plenário ou comissões¹⁴³; os votos de regozijo ou louvor (art. 117 do RICD), que deverão ser deliberados pela Câmara dos Deputados, exigida maioria simples para sua aprovação; a proposta de fiscalização e controle, que interfere na gestão administrativa do MRE via fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (art. 60 do RICD); o grupo parlamentar internacional, cujo objetivo central é o estreitamento de laços de amizade entre o país e qualquer outro Estado por meio de diálogos constantes entre os seus

¹⁴² De acordo com Dallari (2003, p.94), com o condicionamento, o Presidente da República fica autorizado por decreto legislativo a somente proceder à ratificação se as outras partes aquiescerem com a alteração feita pelo Parlamento brasileiro.

¹⁴³ Com isso, os legisladores podem inquirir acerca da viabilidade de proposição de emenda, os custos de um não-acordo no caso de rejeição do tratado em tramitação no Legislativo e até mesmo pedir que determinado Ministério adota uma medida no âmbito internacional. É através desse instrumento que Executivo e Legislativo mais trocam informações sobre as linhas adotadas pela política externa do país.

legisladores, além de aumentar a possibilidade de acompanhamento mais detido de tratados que envolvam seus países; as audiências públicas com entidades da sociedade civil para instruir PDL ou MSC que versa sobre tratado internacional (art. 255 do RICD), promovendo seminários com a presença de especialistas, políticos e parlamentares, sendo proibido convidar a depor nessas reuniões membros de representação diplomática estrangeira; as comissões especiais (art. 33 do RICD), criadas para apreciar determinado assunto, extinguindo-se quando alcançado o fim destinado; as comissões externas, que verificam e acompanham *in loco* as condições de determinado país (art. 38 do RICD); as comissões parlamentares de inquérito, criadas para apurar fato de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social (arts. 35 e 36 do RICD); a sabatina pelo Senado Federal de embaixadores, aprovando a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV da CF); e, por fim, os parlamentares buscam aumentar o papel do Congresso Nacional em temas de política externa através da apresentação de projetos de lei, de decreto legislativo e de proposta de emenda à Constituição¹⁴⁴.

Assim, o Legislativo é a instituição que possui maior poder de exercer pressão sobre o Executivo, desafiando a primazia do insulamento do MRE e fortalecendo a democratização na formulação da política externa. O MRE, com alto grau de profissionalização e institucionalização, é o órgão incumbido de auxiliar o/a Presidente na formulação e na execução da política externa e de manter relações com Estados estrangeiros e organizações

¹⁴⁴ Nos últimos anos, diversas proposições foram apresentadas pelos parlamentares (embora algumas tenham já tenham sido arquivadas) com o intuito de alterar o procedimento legislativo quanto à formulação, autorização e fiscalização de política externa no Brasil. Dentre elas, pode-se citar as seguintes propostas: i. PEC n. 402, de 2001, que visa instituir a previsão do poder de emenda do Legislativo quando da apreciação de tratado internacional celebrado pelo Executivo; ii. PEC n. 122, de 1999, que destaca a inclusão de ressalvas, emendas e cláusulas interpretativas para a atuação legislativa; iii. PEC n. 321, de 2004, que define regras relativas aos tratados internacionais de direitos humanos, além de estipular prazos para que o Congresso delibere acerca de tratados internacionais; iv. PEC n.36, de 1999, que visa obrigar o Executivo a submeter todo e qualquer ato internacional celebrado pelo país, extinguindo a figura do acordo em forma simplificada ou acordo executivo; v. PDL n. 8, de 1999, prevendo a competência de o Congresso propor emendas a atos internacionais.

internacionais¹⁴⁵. Contudo, nos últimos anos, o insulamento burocrático do órgão foi sendo substituído pela conformação de um processo de formulação da política externa mais poroso, plural e democrático, com diminuição de sua autonomia decisória e de aumento de participação de outros atores e organizações, sejam elas governamentais ou não (Pimenta de Faria, 2012, p.2). Tais atores, assim como o Poder Legislativo, se inserem no jogo democrático e procuram concretizar seus interesses por meio de pressões sobre o governo e sobre o MRE, aumentando o poder de barganha e de credibilidade do Executivo no plano internacional.

Nesse sentido, o papel do Legislativo na formulação da política externa brasileira não deve ser entendido a partir da ideia de submissão e de mero referendário de tratados feitos pelo Executivo. Quando há convergência de interesses entre os poderes, o Legislativo delega. Quando há divergência, os congressistas procuram influenciar o processo decisório a partir de meios diretos ou indiretos (Neves, 2003), caracterizando-se como um *veto player ex post* para o processo de tomada de decisão, forçando modificações para seu ponto ideal de preferência (como se verá nas seções posteriores) ou sinalizando a provável rejeição do acordo quando o Executivo o negocia no plano internacional. Nesse caso, o Legislativo atua *ex ante*, na etapa de negociação da formulação do acordo no plano externo, expressando seu acordo ou desacordo em proposições de política externa por meio de mecanismos institucionais contidos em indicações enviadas ao Poder Executivo para que o mesmo atue de determinada maneira em relação ao acordo, ou sinalizando suas preferências ao antecipar a proposta executiva¹⁴⁶.

¹⁴⁵ De acordo com a Lei n. 10.683/2003, são da alçada do MRE: a política internacional; as relações diplomáticas e serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras; os programas de cooperação internacional; e o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais.

¹⁴⁶ Para tanto, o Legislativo utiliza-se da AFEPA, que assessora o Ministro das Relações Exteriores no seu relacionamento político com o Congresso Nacional, dinamizando a apreciação dos atos internacionais no interior das Casas Legislativas (Gabsch, 2010), consultando os requerimentos formulados no interior do Poder Legislativo, além de informar os parlamentares acerca dos interesses do Itamaraty em determinados temas.

4.1.2. A atuação legislativa e partidária em atos internacionais no Chile

Já no sistema político chileno, a Constituição destina ao Presidente da República a competência de conduzir as relações políticas com potências estrangeiras, possuindo capacidades legais que encontram sua complementação em práticas arraigadas no próprio ideal do presidencialismo, tais como: a iniciativa exclusiva em diversas matérias; a prioridade em tratar os projetos de lei mediante mecanismos de urgência; e a faculdade de vetar projetos de lei aprovados pelo Congresso. E, em conjunto com o Poder Executivo, as relações internacionais do país são manejadas pelo Ministério de Relações Exteriores, que conta com uma estrutura burocrática complexa, pessoal e com recursos próprios. Dessa maneira, o Poder Executivo tem capacidade para conduzir as relações internacionais e liderar a área de política externa mediante a utilização de instrumentos legais, com coordenação ministerial e controle de agenda (Valdivieso, 2007, p.157). Para tanto, o ordenamento jurídico estabelece a/ao Presidente da República a condução das relações políticas com os países estrangeiros e organismos internacionais por meio da negociação, da conclusão, assinatura e ratificação de tratados internacionais que julgue convenientes para o interesse do país; ademais, pode nomear embaixadores, ministros diplomáticos e representantes em organismos internacionais; por fim, pode declarar a guerra, desde que com prévia autorização legislativa. Concomitantemente, o Ministério das Relações Exteriores é a repartição encarregada de planificação, direcionamento, coordenação, execução, controle e informação da política externa formulada pelo Chefe do Executivo (Chile, 1980).

Porém, para se compreender a atuação e a interação entre os poderes no processo decisório de política externa, é necessário analisar, em primeiro lugar, as mudanças ocorridas

após a reforma constitucional de 17 de agosto de 2005, que revisou o papel do Parlamento quanto à aprovação de tratados internacionais, outorgando maior participação legislativa no processo de aprovação de tratados.

Em primeiro lugar, a aprovação de um tratado internacional, dependendo do caso, se submeterá aos trâmites de uma lei. Sendo assim, os tratados se submetem a tais trâmites se forem compatíveis com a natureza própria dos tratados internacionais.

Em segundo lugar, a reforma constitucional contemplou as regras acerca da formulação e exclusão de reservas, outorgando maiores atribuições ao Congresso nesta matéria. Isso porque se estabeleceu um dever de informação do Executivo ao Congresso, pois o/a Presidente da República deverá informar ao Congresso sobre as reformas que pretenda confirmar ou formular. Com isso, o dever de informação funda-se na ideia de que se o Congresso irá aprovar um tratado, é completamente razoável que conheça sobre o conteúdo do consentimento e que será alterado pela formulação de reservas (art. 50, II). E, da mesma maneira, também se reconheceu ao Congresso a iniciativa para sugerir a formulação de reservas e declarações interpretativas a um tratado internacional, no curso do trâmite da sua aprovação, desde que em conformidade ao previsto no próprio tratado ou de acordo com as normas gerais do direito internacional (art. 50, n.1, III). Dessa maneira, o art. 62, I, da Constituição Chilena assinalou que

“la sugerencia de formular reservas y declaraciones interpretativas, en conformidad a lo establecido con el párrafo tercero del número 1 del Artículo 54 de la Constitución Política de la República, puede tener su origen en cualquiera de las Cámaras. Si una de ellas la aprueba, dicha sugerencia pasará a la otra para que se pronuncie, y si ésta la acepta, se comunicará al Presidente de la República tal circunstancia”.

Consequentemente, do ponto de vista político-constitucional, o Congresso pode exercer grande influência, pois o Presidente da República não pode ignorar o pronunciamento

majoritário das Casas Legislativas, o que está em congruência com a ideia do órgão legislativo como contrapeso efetivo à supremacia do Poder Executivo.

Para retirar uma reserva, também é necessário que o Congresso aceite, estabelecendo-se um prazo dentro do qual deve se pronunciar - 30 dias contados, desde a recepção do ofício (art. 50, n.1, VIII). Como consequência, o retiro de uma reserva é uma atribuição compartilhada entre Executivo e Legislativo quando se trata de tratado aprovado pelo segundo ou quando a reserva considera o Congresso no momento de aprovar um tratado.

Em terceiro lugar, o/a Presidente da República tem competência exclusiva para denunciar ou retirar-se de um tratado, mas deve pedir a opinião de ambas as Casas congressuais caso o tratado tenha sido aprovado no Poder Legislativo, devendo o Poder Executivo informá-las dentro do prazo de 15 dias após feita a denúncia (art. 50, n.1, VI e VII). E uma vez que a denúncia ou a exclusão de um tratado produzam seus efeitos de acordo com o estabelecido no tratado internacional, este deixará de ter efeito no ordenamento jurídico chileno (art. 50, n.1, VI). De acordo com Torres (2006, p.52), a respeito destas modificações cabe destacar que, dado que a denúncia/retirada implica na vontade soberana do Estado de não ser obrigado pelo tratado, a participação do Legislativo é fundamental, visto que foi ele quem aprovou o mesmo.

Em quarto lugar, a reforma constitucional estipulou a necessidade de publicidade de aspectos relativos à tratados internacionais, diminuindo a incerteza dos mesmos. Para tanto, deve-se destacar sua entrada em vigor, a formulação e o retirada de reservas, as declarações interpretativas, as objeção a uma reserva, a denúncia do tratado, o retirada, a suspensão, a conclusão e a nulidade do mesmo (art. 50, n.1, IX).

Por fim, em quinto lugar, incorporou-se o controle preventivo obrigatório da constitucionalidade dos tratados que tratem sobre matérias de lei orgânica constitucional (art.

82, n.1), com vista a preservar a supremacia constitucional e evitar a contestação dos tratados uma vez comprometida a vontade do Estado. Assim, o controle preventivo visa evitar que o Estado se comprometa internacionalmente de forma incompatível com sua Constituição, ou possibilita a reforma constitucional prévia, permitindo a ratificação posterior do tratado.

As mudanças provocadas pela reforma Constitucional de 2005, portanto, foram benéficas para o processo de democratização de política externa do país. O Poder Legislativo, um dos principais atores no processo de formulação de políticas públicas no Chile, também pode participar ativamente em todos os aspectos da política exterior e de defesa do país (Art. 54 da Constituição Chilena), pois dispõe de mecanismos legais, administrativos e regimentais para adquirir informação relevante sobre a política externa do país. Tais normas legais contêm ferramentas para atuação autônoma, independente e ativa do Legislativo. Dessa maneira, a Constituição do país estabelece que o Poder Legislativo tem competência exclusiva para aprovar ou rejeitar tratados internacionais apresentados pelo Presidente da República, mas que deve informar o Congresso Nacional sobre o conteúdo e alcance do tratado, assim como as reservas que pretende confirmar ao formulá-lo. Por sua vez, o Congresso poderá sugerir a formulação de reservas e declarações interpretativas a um tratado que está em tramitação, possuindo poder para vetar tratados internacionais, sendo classificado como um *veto player* institucional e partidário¹⁴⁷.

Para aprovação ou rejeição de um tratado internacional no Congresso Nacional, o rito de tramitação segue caminho semelhante ao caso brasileiro. Quem tem iniciativa é o Presidente da República, através de uma mensagem enviada obrigatoriamente à Câmara dos Deputados. Na mensagem deve-se ter a exposição dos motivos e os fundamentos que levaram

¹⁴⁷ Normas legais que regulam as atribuições e relações dos poderes públicos no Chile para o trabalho ativo do Congresso Nacional em política externa: arts. 1, 5, 8, 19.2, 19.12, 19.14, 19.15, 22, 32.21, 34-36, 37, 38, 39, 41, 48, 50, 60, 61, 61 da Constituição; lei orgânica constitucional 18.918 (arts. 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 14, 22, 23, 24).

à assinatura do acordo cuja aprovação se pede ao Congresso. Na discussão, o projeto de lei é enviado à comissão de relações internacionais e para a Comissão de Constituição e Justiça para ser analisado em aspectos gerais, técnicos e constitucionais, decidindo se aprova ou rechaça. É a denominada discussão geral, cujo objetivo é admitir ou rechaçar em sua totalidade o projeto de lei, considerando suas ideias fundamentais. Concluído o debate, se procede à votação segundo o quórum exigido pela Constituição. Dessa maneira, o primeiro trâmite legislativo ocasiona três possíveis resultados: projeto aprovado em sua totalidade, passando imediatamente à Casa Revisora; projeto aprovado com modificações; projeto rejeitado em sua totalidade. Quando enviado ao Senado Federal, há o mesmo procedimento, onde a Câmara Revisora pode aprovar, modificar ou rejeitar o projeto providente da Câmara de origem. Porém, se um tratado internacional é aprovado por uma Câmara e reprovado por outra, se formará uma Comissão Mista nos termos do art. 70, com igual número de deputados e senadores, permitindo que o Congresso volte a considerar a conveniência de aprovar um tratado em que houve discrepância entre ambas as Casas. Caso seja, aprovado, o projeto de lei é enviado ao Presidente da República, que possui prazo de 30 dias para promulgá-lo.

Porém, a Constituição outorga outras faculdades aos legisladores que podem ser utilizadas no âmbito da aprovação de tratados de política externa. Dentre elas, pode-se destacar a atribuição exclusiva da Câmara dos Deputados na fiscalização dos atos governamentais e do Senado Federal no âmbito de prestar o seu consentimento aos atos presidenciais nos casos em que a Constituição ou a lei desejarem. Um dos aspectos importantes desse consentimento está na lei que destaca que o envio de tropas chilenas ao exterior depende de autorização do Senado Federal. Os legisladores também podem consultar oralmente ou por escrito os funcionários dos ministérios, apresentar moções, iniciar investigações, interagir com as instituições do sistema de administração de justiça para

controle dos atos governamentais, convidar para audiências em comissões, solicitar estudos especializados, fazer apresentações em ministérios, além de revisar políticas. Através do convite aos Ministros de Relações Exteriores para que os mesmos exponham os objetivos da condução da política externa, permite-se que o Congresso aprofunde seu conhecimento acerca de determinado tema e sobre as linhas gerais da política internacional do país.

Tanto senadores quando deputados podem apresentar projetos de acordo referentes à temas internacionais para ser submetido à aprovação congressional. Tais projetos fazem referência aos fundamentos da própria lei que trata de acordo internacional, transmitindo o conteúdo do mesmo para o/a Presidente da República, que opina sobre o acordo.

Grande parte das atividades congressuais em temas vinculados à política externa do país estão relacionadas às atribuições constitucionais – como a aprovação/rejeição de acordos internacionais submetidos ao Congresso pelo Poder Executivo. E é necessário destacar que a participação do Poder Legislativo chileno em relações internacionais tem sido ativa e constante, contribuindo para consolidá-lo como um ator relevante do processo decisório¹⁴⁸.

4.1.3. Considerações finais

O padrão de centralização executiva na formulação da política externa brasileira e chilena em atos internacionais resultou, até meados dos anos oitenta, da vigência do modelo de desenvolvimento pautado na substituição de importações, minimizando o caráter ideológico e visando a proteção do mercado interno e a abertura ao capital internacional,

¹⁴⁸ De acordo com Cook (2012, p. 246), pode-se destacar alguns casos emblemáticos que geraram maior atividade congressional e, por conseguinte, maior intenção para influenciar e estruturar a política externa do país. São eles: o embargo à fruta chilena decretado pelas autoridades norte-americanas em 1989; os limites fronteiriços com a Argentina; o acordo de associação econômica com o Mercosul; a Corte Penal Internacional; a participação do país em operações de paz; a incorporação chilena na APEC; a demanda marítima com a Bolívia e com o Peru; o acordo de associação com a União Europeia; o tratado de livre-comércio com os Estados Unidos; as restrições às exportações do gás argentino; a crise do Oriente Médio.

contando com amplo apoio do empresariado, dos partidos políticos e da sociedade em geral (Pimenta de Faria, 2008, p.83). Contudo, tal panorama começou a mudar no início dos anos noventa. Com a globalização e a crise e superação do modelo econômico de substituição de importações, o objetivo, de acordo com o processo de liberalização econômica, passou a ser a inserção internacional competitiva dos países, o que acarretou uma mudança significativa no impacto do componente doméstico na política externa, aumentando sua politização por meio da multiplicidade de negociações internacionais (Lima, 2000). Com o desdobramento desses processos, verificou-se, tanto no Brasil quanto no Chile, a mobilização de grupos de interesse e de organização da sociedade civil para defesa de seus objetivos em política externa, influenciando tanto a negociação executiva no plano internacional quanto o contexto doméstico por meio do *lobby*¹⁴⁹ em organizações partidárias (Santana, 2001; Carvalho, 2003; Oliveira e Pfeifer, 2006; Oliveira e Onuki, 2007; Pimenta de Faria, 2008).

Ademais, tanto a Constituição Brasileira de 1988 quanto a Constituição Chilena de 1980 conferem grande autonomia ao executivo nacional na formulação da política externa, com processos de tomada de decisão extremamente centralizados, sendo raríssimos os casos de rejeição de tratados internacionais nos parlamentos em razão dos elevados custos de não ratificação (Alcântara, 2001, p.15). Contudo, o estudo parte do pressuposto de que a formulação da política externa tanto no Brasil quanto no Chile é muito mais complexa do àquela contida nos textos constitucionais e regimentais. Isso porque o Legislativo e os partidos políticos possuem uma postura pro ativa no campo das relações internacionais, como será discutido na próxima seção. Ademais, existem pressões intra-governamentais, de governos subnacionais, de grupos de interesse e de organizações da sociedade civil.

¹⁴⁹ Em qualquer democracia, ao formular suas políticas públicas, os governantes e partidos políticos beneficiam a prestam favores a grupos de interesse, de maneira que temas com maior visibilidade geram maiores custos (Potters e Sloof, 1996). No Brasil, o *lobby* não é legalizado, mas constata-se sua existência por meio de percepções sutis. Já no Chile, o *lobby* se institucionalizou somente no ano de 2014.

O padrão do processo decisório em política externa no Brasil, portanto, indica um padrão de atuação do Legislativo no qual há a aprovação da grande maioria dos atos internacionais encaminhados para deliberação. Porém, na deliberação de atos internacionais, é possível verificar-se indicações de influência do Legislativo. E, nos últimos anos, o Congresso brasileiro desenvolveu maior participação em questões de política externa relativas à inserção internacional do país, com papel de destaque na ratificação do protocolo de adesão pelo qual se aprovou o ingresso da Venezuela no Mercosul, em 2009.

Da mesma maneira, o Congresso chileno vem se consolidando como um ator nacional relevante em matérias vinculadas à política externa do país, conduzindo maiores demandas de participação de seus membros. Somando-se a esse fato pode-se destacar a relevância e especialização de suas comissões de relações internacionais. Mas o essencial é que, de acordo com Cook (2012, p.262), além da participação direta via voto estratégico e aprovação de projetos de acordo, o Congresso tem capacidade de influenciar a política externa do país, analisando temas em comissões especiais e expressando opiniões, além de convidar autoridades da Chancelaria.

Portanto, o processo de formulação da política externa nos dois países é caracterizado pela capacidade de influência do Poder Legislativo, seja *ex ante*, expresso na capacidade de impor suas preferências quando o Executivo negocia o tratado, ou *ex post*, pois seus poderes e prerrogativas estão assegurados.

Porém, a seguir, e considerando a tramitação de acordos internacionais nas comissões, será observada a atuação parlamentar a partir da consideração do tempo em que determinado projeto demorou para ser votado, além da proposição de emendas e substitutivos. Em alguns casos singulares e emblemáticos, os parlamentares, divididos em situação e oposição, utilizam-se de artifícios para aumentar o tempo de determinado projeto no âmbito

das comissões, tais como: propostas de fiscalização e controle; convocação de ministros e requerimentos de informação, além de outros mecanismos informais. O Poder Executivo, por sua vez, pode acelerar o processo de tramitação por meio de medidas provisórias, urgência e veto. Portanto, uma hipótese a ser verificada é que, se os parlamentos demoram muito tempo para discutir uma proposta de política externa introduzida pelo Poder Executivo, tal fato pode estar situado no embate entre partidos da situação e da oposição, considerando o peso da política externa em questão para cada legenda partidária.

4.2. Programas partidários, ideologia e formação de coalizões: a posição dos partidos políticos brasileiros e chilenos em política externa

Como visto na seção anterior, o contexto de redemocratização do Brasil e do Chile trouxe à tona novos componentes e atores no processo decisório em política externa. Se antes havia consenso na literatura em torno da falta de participação e da abdicação do Legislativo brasileiro e chileno em temas internacionais, a globalização e a liberalização econômica evidenciaram o componente doméstico atuação legislativa, “sobretudo no marco da tensão entre abdicação e delegação legislativa ao longo do processo decisório”. (Oliveira e Onuki, 2010, p.148).

Contudo, considerar apenas a atuação legislativa não é a intenção desse estudo; mas sim, de acordo com os objetivos propostos, e considerando a política externa como uma política pública sujeita a condicionantes exógenos e endógenos e disputa de interesses, parte-se da ideia central de que os partidos políticos são atores importantes no processo de tomada de decisão, atuando como *veto players* e influenciando diretamente a tramitação de atos

internacionais a partir de variáveis ideológicas e de composição de coalizões. Isso porque todo governante, ao formular qualquer tipo de política pública, deve construir maiorias partidárias visando a aprovação de seus projetos, e a composição da coalizão, com muitos ou poucos partidos, heterogêneos ou homogêneos, influencia o posicionamento do país no plano internacional.

As preferências ideológicas dos partidos políticos em política externa importam para estimar os pontos ideais dos legisladores e, conseqüentemente, classificar as coalizões a partir da sua composição e homogeneidade/heterogeneidade. Sendo assim, a seguir, o estudo contemplará a análise dos programas de governo, de estatutos e de princípios dos partidos brasileiros e chilenos da base governista, assim como os da oposição, o que permite, a partir de classificações preexistentes, adicionar o critério da política internacional como variável central para compreensão sobre preferências e ideologia partidária (Oliveira e Onuki, 2010, p.162; Oliveira, 2011).

A classificação em partidos políticos a partir de sua ideologia utiliza os critérios de definição de Coppedge (1997), segundo a qual *partidos de direita* são aqueles cuja base está ligada às elites políticas e econômicas, com definição de valores tradicionais e sem a necessidade de ampliar sua base de apoio eleitoral às camadas médias e baixas da população. Por sua vez, *partidos de centro-direita* buscam apoio eleitoral da classe média e baixa, mas privilegiam o componente elitista, promovendo a cooperação com o setor privado e defendendo a ordem pública e a economia de mercado, a moralidade e a prioridade do crescimento econômico sobre a distribuição. Já *partidos de centro* defendem o neoliberalismo com aumento da participação política, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da democracia, sem privilegiar uma agenda econômica ou social. Em seguida, *partidos de centro-esquerda* privilegiam a justiça, a equidade, a mobilidade social, e a

complementariedade da distribuição e acumulação, sem desconsiderar as classes médias e altas em sua base eleitoral. Por fim, *partidos de esquerda* empregam a ideologia ou retórica marxista para sinalizar a prioridade da distribuição sobre a acumulação, fornecendo amplo papel ao Estado para corrigir injustiças econômicas e sociais.

No Brasil e no Chile, de acordo com a tabela 4 a seguir, as preferências ideológicas dos principais partidos políticos com representatividade congressional podem ser estruturadas no *continuum* unidimensional que vai da esquerda à direita, cujos valores variam de um a dez, em que “um” é esquerda e “dez” é direita.

Tabela 4 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros e chilenos

Partidos	Esquerda	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita	Direita
Brasil	PC do B PSOL	PT PSB	PDT PPS PMDB PSDB	PTB PR PP	PFL DEM
Chile		PS PRSD	PDC	RN	UDI
		PPD			

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir de Coppedge (1997), Figueiredo e Limongi (1999), Londregan (2000), Saez (2003), Power e Zucco (2009), Cruz (2010).

Considerando o intervalo de tempo que vai de 2000 a 2010, enquanto no caso brasileiro houve uma significativa mudança de posicionamento de alguns partidos políticos¹⁵⁰ ao longo dos anos, os partidos políticos chilenos são considerados, na América Latina, aqueles que melhor

¹⁵⁰ Por conseguinte, o estudo classificou ideologicamente as legendas partidárias a partir de uma média, considerando os diversos estudos sobre o tema.

se localizam no *continuum* esquerda-direita (Sáez, 2003) – de acordo com a percepção dos eleitores e dos próprios legisladores. Dessa maneira, pode-se constatar que o PSOL e o PC do B são as legendas mais à esquerda do espectro ideológico. Por sua vez, PS, PT, PRSD e PSB caracterizam-se a partir do prisma da centro-esquerda, enquanto o PPD caminha para posições mais centristas. PMDB, PSDB e PPS se encontram no centro do *continuum* ideológico, com o PDC e o PDT posicionados ligeiramente mais à esquerda desse centro. Já PTB, PR e RN podem ser classificados como agremiações partidárias de centro-direita, assim como PP, DEM e UDI – estes, com posições mais à direita. Por fim, apenas o PFL era considerado como um partido que se encontrava no limiar entre centro-direita e direita. Com isso, pode-se dizer que, tanto no Brasil quanto no Chile, prevalecem três blocos ideológicos dispostos: de centro-esquerda, de centro e de centro-direita.

Mas como podem ser classificados ideologicamente os partidos políticos no tocante à uma política pública específica, qual seja, a política externa? Para tanto, foram observados os documentos oficiais das legendas partidárias, sendo possível formar um quadro mais específico do princípios programáticos de cada agremiação em política externa e seu posicionamento no *continuum* ideológico a partir da divisão dos temas em dois grupos principais (Oliveira e Onuki, 2010, p.172-3): os princípios comuns a todos os partidos e a polarização das posições partidárias em torno do espectro ideológico.

Em primeiro lugar, os temas comuns para ambos os países são a defesa do multilateralismo, da participação em organismos internacionais e de princípios tradicionais da política externa brasileira - tais como a auto-determinação dos povos, a não ingerência, a soberania, o desarmamento, a cooperação internacional e a não intervenção (Art. 4 da

Constituição Federal) - e chilena¹⁵¹ – com respeito ao direito internacional e à soberania, solução pacífica de controvérsias e defesa da integridade territorial, além da promoção da democracia, dos direitos humanos e da cooperação internacional. Em relação ao Chile, todos os partidos políticos analisados fazem menção, em seus programas partidários, aos temas comuns, priorizando a preservação da paz mundial e a solução pacífica de controvérsias, respeitando tratados e convenções internacionais. Em relação às agremiações do Brasil, prevalece a adesão quase que total aos princípios da política exterior do país – à exceção do PC do B e do PSOL¹⁵², que atribuem às organizações internacionais o papel de vetor de dominação hegemônica e imperialista.

Em segundo lugar, para medir a importância da ideologia dos partidos políticos em política externa, o estudo considera quatro aspectos contidos nos programas de governo, estatutos e declarações de princípios: a dinâmica de acordos e parceiros no plano internacional; a integração regional; a influência do Estado/mercado na formulação da política externa; e, por fim, a reforma de organismos internacionais. Dessa maneira, em relação à política externa, partidos de centro-esquerda são aqueles que atribuem prioridade para as relações Sul-Sul como contrapeso à predominância dos países do Norte do globo, com fortalecimento da integração regional política, sendo ambos fundamentados pela maior atuação do Estado como promotor do desenvolvimento internacional, além da defesa de reformas e do aumento do peso do país em organismos e fóruns internacionais. Por outro lado, a classificação de partidos de centro-direita em política externa considera a maior importância ao pragmatismo econômico e à manutenção do vínculo não-exclusivo com o

¹⁵¹ Fonte: Ministério das Relações Exteriores, disponível em: <http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20080802/pags/20080802194424.html>. Acesso em 11/09/2015.

¹⁵² O PSOL se autodenomina como internacionalista, com concretização do socialismo e a internacionalização dos direitos trabalhistas (Partido Socialismo e Liberdade, 2010, p.10).

hemisfério Norte, além de priorizarem a integração regional econômica, os acordos de livre-comércio e a manutenção do peso do país em organismos internacionais.

No Brasil, no campo da base governista, o PC do B (que, assim como o PSOL, caracteriza-se pela predominância de elementos da esquerda) sustenta a linha de integração latino-americana, com parcerias estratégicas com regiões da periferia e diversificação comercial externa, fortalecendo o Mercosul e a Unasul e priorizando as relações Sul-Sul, visando superar a condição de nação periférica.

Nos programas de governo de 2002 e 2006, o PT priorizou as relações com os países do Sul do Globo (África do Sul, Índia, Rússia e China) e do fortalecimento do vínculo econômico-comercial com a África como alternativas para melhorar a posição relativa do país no marco do eixo Norte-Sul e de se opor à ALCA. Da mesma maneira, valorizou a integração regional e o fortalecimento político-institucional do Mercosul, destacando a cooperação bélica com os vizinhos como forma de fortalecer a presença do Brasil no mundo, além de promover a política de comércio exterior via investimento do BNDES e de defender o multilateralismo e a reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança (Partido dos Trabalhadores, 2002, 2008, p. 13 e 26). Por conseguinte, de acordo com Oliveira e Onuki (2010, p. 169), pode-se destacar

“dois eixos orientadores claros da política externa brasileira propagada pelo partido. O primeiro é a ênfase clara às relações Sul-Sul como vetor de inserção internacional do país. O segundo é a explícita defesa da intervenção estatal na estruturação de instrumentos de política externa, tanto na área de comércio exterior quanto na área de segurança e defesa”.

O PSB, também considerado como de centro-esquerda, destaca a importância da integração latino-americana a partir da formação de um mercado comum da região, com emancipação dos trabalhadores e eliminação de relações de subordinação ou espoliação entre

países e nações por parte de grupos econômicos transnacionais, visando o controle estatal do comércio exterior brasileiro até que se torne uma função privativa do estado.

Já o PDT, único partido membro da Internacional no Brasil, realça a importância da cooperação econômica e o não alinhamento com países ou blocos, embora privilegie o relacionamento com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento da América Latina, com efetivação de Mercado Comum, e da África, lutando pela emancipação e aprofundando os laços culturais. Por fim, defende a participação igualitária em organismos internacionais (Partido Democrático Trabalhista, 2010, p. 54-5).

O PP exalta a diversidade de opções e de alinhamentos, além da promoção da integração latino-americana nos planos político e econômico, visando o equilíbrio entre atuação estatal e forças de mercado. No plano do multilateralismo, defende a participação brasileira em condições de igualdade nos organismos internacionais, com diálogo franco com todos os membros da comunidade internacional (Partido Progressista, 2010, p.18)

Por sua vez, o PPS não rechaça a consolidação da ALCA e privilegia as relações Norte-Sul, com defesa da integração entre Mercosul e União Europeia e consolidação do regionalismo sul-americano através de uma política externa independente crítica ao modelo de livre fluxo de capitais, com continuidade e manutenção da formulação proveniente do Itamaraty, que não deve ser submetida às demandas político-partidárias, além de privilegiar a reforma institucional de organizações internacionais (Partido Popular Socialista, 2002, p.8).

O PMDB, de centro, evidencia o fortalecimento do nacionalismo, valorizando a integração regional e a busca do interesse nacional através da diversidade de parceiros, como América Latina, Estados Unidos, Comunidade Europeia, Japão e China – sem mencionar as relações Sul-Sul. Com isso, o Brasil deve se inserir competitivamente na globalização com o fim do protecionismo comercial e por meio da integração latino-americana e do Mercosul,

complementando os objetivos domésticos de desenvolvimento do país. Por sua vez, há uma postura crítica à falta de assimetria em organizações internacionais (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, p.17, 2002; 2010).

O PR frisa a defesa da integração da América Latina e dos pactos regionais, mas com intensificação do diálogo Norte-Sul, defendendo relações diplomáticas e comerciais com quaisquer outros países. Contudo, exalta princípios que procuram defender uma política externa independente, objetivando o fim do imperialismo e do protecionismo comercial dos países mais ricos (Partido da República, 2010, p. 17 e 22).

O PTB propõe o privilégio do componente Norte-Sul nos acordos em política externa e do fortalecimento da integração regional via formação de um mercado comum latino-americano, além da adesão ao multilateralismo e organizações internacionais (Partido Trabalhista Brasileiro, 2010).

Por sua vez, na oposição, o PSDB salienta o combate ao protecionismo econômico, visando a eliminação de barreiras restritivas às exportações brasileiras, com consolidação da área de livre-comércio e flexibilização da união alfandegária. Diferentemente do PT, o programa do PSDB critica divisões fixas e posturas rígidas em política externa, como Norte-Sul ou o alinhamento Sul-Sul, pressupondo que o Brasil deve manter forte ligações com os países da Europa, das Américas e da Ásia, considerando o “interesse nacional como uma estratégia de geometria variável”¹⁵³. Contudo, há a ideia de ampliação da atuação, visando parceiros da América do Sul e o intercâmbio com potências emergentes – como China, Índia e África do Sul. Cabe ressaltar a defesa do papel do país em arenas de governança global e do

¹⁵³ De acordo com Oliveira e Onuki (2010, p.165), “é nítido o caráter reativo do programa peessedebista. Reação ao que o partido considera a política externa do governo petista como fruto de uma ideologização equivocada da política exterior expressa, dentre outras formas, na ênfase demasiada nas relações sul-sul do país”.

multilateralismo, com reforma dos organismos e do Conselho de Segurança da ONU (Partido da Social Democracia Brasileira, 2007, p.14).

Por fim, o DEM pouco enfatiza, em seu programa de governo, uma postura assertivamente liberal – à exceção do postulado neoliberal de livre fluxo de mercadorias. Para o partido, é essencial a formulação de diálogos amplos na direção Sul-Sul e Sul-Norte, com importância dos blocos regionais. Prepondera ainda a divisão mais justa do poder político e mundial, sem propor reformas efetivas, e não há menção de uma política externa autônoma (Democratas, 2010, p. 18).

No Chile, todas as legendas partidárias examinadas defendem a liberalização do mercado do país, enfatizando a necessidade de tratados de livre comércio para a integração econômica – em menor ou maior grau, de acordo com os objetivos e acordos – assim como a modernização das forças armadas e do Ministério das Relações Exteriores.

O PS, considerado como um partido de centro-esquerda, visa a amplitude de alianças com o entorno global, seja com Estados Unidos, União Europeia e países em desenvolvimento. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes eixos de atuação: na América Latina, visando a integração comercial e a defesa da democracia por meio do fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações e da Integração Sul-Americana; na Ásia-Pacífico e China, o aumento de acordos de livre-comércio para integração econômica; e, por fim, a defesa do bom relacionamento com os Estados Unidos e a consolidação do projeto de criação da ALCA. Ademais, o partido visa melhorias nas regras de comércio para contar com um sistema multilateral de comércio mais justo, com regras claras, e que elimine os subsídios à agricultura (Programa de Gobierno, 2005).

O PPD, partido que se autodenomina como progressista, com tradição socialista democrática e liberal, prioriza o fortalecimento da América Latina para permitir a inserção

mais vantajosa do país na economia mundial e a obtenção de uma ordem internacional mais justa e cooperativa, com readequação de organismos multilaterais devido ao crescente potencial dos países em desenvolvimento (Declaración de principios, 2006, p.26). Com objetivos semelhantes, o PRSD possui uma diferença central em relação ao PPD: a integração do país aos diversos órgãos internacionais, com liderança na CELAC e na UNASUL e como membro pleno do Mercosul (Programa de gobierno, 2009).

O outro partido membro da coalizão governista, o PDC, enfoca a materialização da vocação integracionista do Chile com a América Latina e o Caribe com o objetivo de transformar a região no quarto bloco econômico e político mundial, mas considerando o aprofundamento da integração com o mundo em termos econômicos e políticos, com manutenção de acordos de livre-comércio em sintonia com os Estados Unidos, Europa, China e países da Ásia.

No campo da oposição, a UDI privilegia a abertura comercial como política fundamental de seu programa econômico em política externa, por meio do fortalecimento da OMC nas rodadas de negociação e de acordos bilaterais convenientes para o país, com esquemas de fomento e proteção ao livre comércio. Ademais, exalta a necessidade de vínculos não exclusivos, com acordos com vários países, e integração regional visando o componente econômico.

Por fim, a RN defende a integração da América Latina via liberalização comercial, com base no regionalismo aberto e no aprofundamento da abertura comercial, além de destacar a importância da região da Ásia-Pacífico e da agenda bilateral com os Estados Unidos e União Europeia.

A partir dessas considerações, e com base nos programas de governo dos partidos políticos brasileiros e chilenos durante o período analisado (2000 a 2010), pode-se destacar,

conforme Oliveira e Onuki (2010, p.175-6), que as posições das agremiações partidárias focam em duas dimensões principais: as parcerias Norte-Sul/Sul-Sul e a integração regional, com maior ou menor assertividade. E, de acordo com a tabela 5, as preferências ideológicas dos principais partidos políticos com representatividade congressional em política externa podem ser estruturadas no *continuum* unidimensional que vai da esquerda à direita.

Tabela 5 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros e chilenos em política externa

Partidos	Esquerda	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita	Direita
Brasil	PC do B PSOL	PT PSB PDT	PP PPS PMDB	PTB PR PSDB DEM	
Chile			PS PRSD PPD	PDC UDI	RN

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir dos programas partidários.

De acordo com os dados encontrados, no Brasil, PC do B, PSOL, PSB, PT e PDT se moveram mais à esquerda do espectro ideológico. Isso mostra como o PT privilegiou uma política externa mais à esquerda do seu posicionamento geral, o que pode ter aumentado o conflito na própria coalizão em torno de acordos internacionais, pois “a filiação à base governista funciona mais como elemento de desagregação do que o oposto” (Oliveira e Onuki, 2010, p.161). O PMDB e o PPS mantiveram-se no centro, que passou a ser ocupado também pelo PP. PTB e PR continuaram a ser classificados como de centro-direita, acompanhados do

DEM (que suavizou suas tendências liberais). Por fim, o PSDB se mostrou como o partido mais liberal entre as agremiações partidárias do país, o que demonstra o aumento da tensão bipolar entre suas preferências com as do PT.

No Chile a tendência se mostrou completamente diferente. Enquanto os principais partidos políticos brasileiros (PT e PSDB) convergiram mais aos extremos, todas as legendas partidárias chilenas moldaram suas preferências em política externa buscando posições mais centristas e moderadas, privilegiando a continuidade da integração regional, com menor ou maior ênfase, e da liberalização comercial via tratados de livre-comércio. Com isso, as posições mais moderadas em política externa podem ter evidenciado a menor disputa partidária intra-coalizão e o menor conflito entre governo e oposição, evidenciando o maior consenso e continuidade em torno de temas de política internacional.

O estudo, então, concorda com a tese de que os partidos políticos brasileiros e chilenos possuem preferências no processo de tomada de decisão em política externa, de acordo com as suas coalizões, o que, de acordo com Oliveira e Onuki (2010, p. 145) “altera o curso do comportamento do país no plano externo”. Sendo assim, quanto mais ampla e heterogênea ideologicamente for a coalizão, maiores os pontos de participação e conflito entre os partidos, sejam eles da coalizão ou da oposição – como exemplificado no caso brasileiro durante o período analisado (2003-2010), conforme a tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Coalizões amplas e heterogêneas durante o governo Lula (2003-2010)

Duração	Partidos da Coalizão	Evento de início da nova coalizão	Tamanho (%) nominal do gabinete – CD	Tamanho (%) nominal do gabinete – SF
Lula I (2003-2007, 52ª Legislatura)				
01/03-01/04	PT-PSB-PDT-PPS-PCdoB-PV-PL-PTB	Eleições presidencial e legislativa	48,5	28,4
01/04-07/05	PT-PSB-PPS-PCdoB-PV-PL-PTB-PMDB	PDT sai e PMDB entra	62,3	64,2
06/05-08/05	PT-PSB-PCdoB-PV-PL-PTB-PMDB	PPS sai	59,8	59,2
08/05-09/05	PT-PSB-PCdoB-PL-PTB-PMDB	PV sai	69,4	61,7
09/05-04/06	PT-PSB-PCdoB-PL-PTB-PMDB-PP-PRB	PP e PRB entram	69,0	64,2
04/06-12/06	PT-PSB-PCdoB-PTB-PMDB-PP	PRB sai	58,4	62,2
Lula II (2003-2007, 52ª Legislatura)				
01/07-04/07	PCdoB-PL-PMDB-PP-PSB-PT-PTB	Eleições presidenciais e legislativas	53,8	61,70
04/07-12/10	PCdoB-PDT-PMDB-PP-PR-PRB-PSB-PT-PTB	Entra PDT	65,1	58,00

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir dos banco de dados Necon e Cebrap.

Pode-se destacar que o governo Lula da Silva procurou formar coalizões amplas e heterogêneas desde o início do seu mandato, envolvendo diversos partidos cujas preferências estão dispersas ao longo do espectro ideológico de esquerda e direita, o que pode ter resultado, como se verá a seguir, em maiores divergências no processo de tomada de decisão em política externa.

Por sua vez, quanto menor e homogênea for a coalizão, a exemplo do caso chileno, o consenso entre os poderes e entre os partidos é visualizado, ocasionando a delegação para a

atuação do Executivo. Na tabela 7 a seguir, pode-se verificar que tanto Lagos quanto Bachelet formaram coalizões menores e mais homogêneas, considerando apenas partidos do espectro ideológico de centro-esquerda e de centro. E, apesar da menor porcentagem de cadeiras no Congresso Nacional em relação ao caso brasileiro, foi possível a negociação e consenso com as outras forças partidárias, contribuindo para o menor conflito em atos internacionais que tramitaram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Tabela 7 – Coalizões menores e homogêneas durante os governos Lagos e Bachelet (2000-2010)

Governo e Legislatura	Partidos da Coalizão	Tamanho (%) nominal do gabinete – CD	Tamanho (%) nominal do gabinete – SF
Lagos (Período Legislativo L, de 11/03/98 a 11/3/2002)	PDC-PS-PRSD-PPD	58,3	48,9
Lagos (Período Legislativo LI, de 11/03/2002 a 11/3/2006)	PDC-PS-PRSD-PPD	52,5	50
Bachelet (Período Legislativo LII, de 11/03/2006 a 11/3/2010)	PDC-PS-PRSD-PPD	48,3	44,7

Fonte: Câmara de Diputados; Senado del Chile. Dados elaborados pelo autor.

*Considerou-se o período de 1998 a 2002 pois até então as eleições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo não ocorriam de forma simultânea.

Dessa maneira, na próxima seção, serão examinadas as mensagens presidenciais que tramitaram nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado do Brasil e do Chile de 2000 a 2010, com o objetivo de verificar a principal hipótese desse trabalho, qual seja, que o tamanho e heterogeneidade da coalizão governista pode ocasionar maiores pontos de conflito ou de consenso e aumento/diminuição do tempo de tramitação em matérias relativas a atos internacionais, o que, por sua vez, influencia na formulação da política externa do Poder Executivo e sua negociação no plano internacional.

4.3. As Comissões no presidencialismo brasileiro e chileno: relatorias, atuação partidária e clivagem governo/oposição em atos internacionais

A partir da perspectiva institucionalista e do modelo da escolha racional, o estudo do processo de tomada de decisão e a interação política entre os poderes e entre partidos a partir da participação congressual em política externa é melhor visualizado através da análise do sistema de comissões, que funcionam por meio de incentivos que asseguram a capacidade do Legislativo em influenciar o processo decisório via mecanismos institucionais, tais como as proposições, os emendamentos (poderes positivos), os vetos (poderes negativos) e o tempo de tramitação legislativa.

Isso porque a forma como o Poder Legislativo e os partidos políticos se estruturam é fundamental para a compreensão de suas oportunidades de formulação das mais variadas políticas públicas, sendo capazes de competir com o Executivo através do seu grau de competência interna e informacional. E isso ocorre principalmente por meio do processo de organização descentralizado dos trabalhos nas comissões permanentes (Strom, 1998), nas quais ocorre distribuição de direitos e alocação de recursos parlamentares, maximização de coleta e distribuição de informação, diminuição de custos decisórios e espaço para negociação de grupos minoritários¹⁵⁴, assegurando a influência no processo decisório (Lemos, 2008). Com isso, as comissões contribuem para solucionar problemas de coordenação do processo de tomada de decisão, fornecendo maior estabilidade ao jogo político ao permitirem empregar, para além do voto, outros métodos de tomada de decisão como a negociação e a deliberação, reduzindo a incerteza acerca da relação entre as políticas e seus resultados (Arrow, 1963).

¹⁵⁴ Assegurando sua participação através de instrumentos, tais como o voto em separado (relatório que compete com o relatório oficial), o pedido de vista (análise individual da matéria) e a audiência pública.

Na literatura americana sobre processo decisório e comportamento legislativo, o sistema de comissões é interpretado a partir de três linhas interpretativas que partem da ideia de que os indivíduos agem buscando maximizar seus interesses a partir das instituições, das condições e das preferências dos atores em jogo. A primeira abordagem, denominada de distributivista, considera que os parlamentares possuem autonomia na escolha da comissão mais adequada para aumentar suas chances de reeleição, defendendo o princípio da auto-seleção, de maneira que a negociação se dá em torno da alocação de benefícios políticos. O imperativo eleitoral os levaria a escolherem comissões que facilitam a alocação de recursos públicos para suas respectivas bases e distritos eleitorais. Com isso, as comissões serviriam aos propósitos de seus próprios integrantes, que agem orientados por políticas particularistas. (Shepsle e Weingast, 1987). Nessa corrente, portanto, os parlamentares são constituídos como uma unidade básica de análise, sendo orientados por preferências eleitorais dentro de uma arena competitiva, de maneira que as estruturas institucionais do Congresso visam facilitar a maximização dos benefícios para seus respectivos distritos eleitorais. Assim, a intervenção partidária é minimizada em razão dos interesses individuais de cada parlamentar, sendo que o contexto de tomada de decisões é caracterizado pela existência de partidos políticos fracos (Shepsle, 1978).

Já a segunda linha interpretativa é denominada de informacional e ressalta o caráter especializado das comissões, que promoveriam a estabilidade das decisões políticas através de informações, reduzindo as incertezas do processo decisório. Nesse sentido, o sistema de comissões existe para proporcionar ganhos informacionais por meio da especialização e da análise das consequências de determinada proposta considerada pelo plenário, sendo que os parlamentares adquirem *expertise* na área a que se restringem. Em contraposição à abordagem distributivista, a perspectiva informacional de estudos legislativos enfatiza dois postulados: o

majoritário e o da incerteza. O postulado majoritário estabelece que as decisões tomadas no Legislativo são realizadas a partir da vontade da maioria. Dessa forma, o poder nas comissões não é exclusivamente informacional, mas inerentemente majoritário, refletindo a distribuição de preferências heterogêneas e dotadas de polos opostos do espectro ideológico. Já o postulado da incerteza mostra que os legisladores não conhecem os resultados das políticas públicas que aprovam. Com isso, a análise realizada sobre determinado projeto informa as possíveis consequências do mesmo, e um parlamentar bem informado fará escolhas diferentes daquele que não tiver acesso à informação. (Krehbiel, 1991). Consequentemente, essa perspectiva enfatiza a ideia de que as próprias instituições estruturam a atividade legislativa, pois, como possuem informação e *expertise*, podem controlar a agenda legislativa, moldando o comportamento dos parlamentares. Como resultado, há o fortalecimento do Poder Legislativo, que se tornaria mais capaz em analisar uma multiplicidade de temas e de produzir decisões e políticas bem fundamentadas, aumentando o equilíbrio entre os poderes.

Por fim, a última interpretação recebe o nome de partidária, postulando que o controle das comissões é realizado de acordo com os interesses dos partidos políticos – que controlam o preenchimento das vagas. E o domínio exercido pelos partidos sobre seus parlamentares ocorre através do poder de agenda dos líderes de bancada. Assim, a versão partidária propõe que o sistema de comissões refere-se aos próprios partidos como relevantes no processo decisório, destacando a hipótese da existência de uma agenda partidária executada pelo Legislativo, onde os partidos políticos são elementos estruturadores, gerando benefícios e garantindo a estabilidade das decisões legislativas (Cox e McCubbins, 1993).

Contudo, para observar a atuação dos partidos políticos nas Comissões de Relações Exteriores, é necessário caracterizar as comissões legislativas permanentes do Brasil e do Chile por meio de suas Constituições e dos regimentos internos, destacando os critérios que

condicionam a organização legislativa dos dois países com base em três variáveis descritas na tabela 8 abaixo e caracterizadas a seguir: estruturais, procedimentais, e de poder das comissões (Santos, 2000; Rocha e Barbosa, 2008).

Tabela 8 – Variáveis estruturais/procedimentais e poder nas comissões do Brasil e do Chile

	Brasil	Chile
Variáveis estruturais		
Número de comissões permanentes	23 (art. 32 CD) 12 (art. 72 SF)	24 (art. 213 CD) 21 (art. 27 SF)
Número de membros	Entre 17 e 61 (art. 25 CD) Entre 11 e 27 (art. 77 SF)	13 (art. 213 CD) 5 (art. 29 SF)
Limite à participação de deputados e senadores	Sim (art. 26 CD e art. 77 SF)	Não
Variáveis procedimentais		
Composição	Proporcional, de acordo com o peso dos partidos na Casa (art. 25 CD e art. 78 SF)	Proporcional, de acordo com o peso dos partidos na Casa (art. 213 CD e art. 30 SF)
Indicação dos membros	Lideranças partidárias e designação da Mesa Diretora (art. 25 CD) e do Presidente do Senado Federal (art. 78 SF)	Aprovação pelo Plenário após proposta da Mesa Diretora (art. 214 CD) e do Presidente do Senado Federal (art. 30 SF)
Regra que incentiva a permanência em comissão	Não	Não
Tipo de poder nas comissões		
Iniciativa legislativa	Sim (art. 109 CD e art. 90 SF)	Não
Poder de emenda	Sim (art. 49 CD e art. 90 SF)	Sim (art. 129 CD e art. 189 SF)
Prazo para apreciação do parecer da comissão	Não	Não
Poder terminativo	Sim (art. 54 CD e art. 90 SF)	Não faz menção
Peticionar autoridades	Sim (art. 24 CD e art. 90 SF)	Sim (art. 293 CD e art. 198 SF)
Interlocução com a sociedade	Audiências públicas (art. 24 CD e art. 90 SF)	Audiências públicas e jornadas temáticas (art. 218 CD)

Fonte: Dados elaborados a partir do Regimento Interno da Câmara e do Senado de ambos os países, a partir das classificações de Santos (2001) e Rocha e Barbosa (2008).

As variáveis estruturais se referem ao número de comissões, à quantidade de membros em cada uma delas e à existência de restrições à participação do legislador em mais de uma comissão. No Brasil e no Chile, há uma quantidade semelhantes de comissões permanentes na Câmara dos Deputados, enquanto que o Senado chileno possui um número maior. Porém, a principal diferença se encontra no número de membros e no limite à participação de deputados: se no Brasil existem limites mínimos e máximos de composição de

comissões, onde cada deputado e senador somente pode participar de uma única comissão, por sua vez, no Chile, há um número fixo de seus membros, que podem participar de outras comissões.

Por sua vez, as variáveis procedimentais apontam para a forma como são escolhidos os membros das comissões, ou seja, se é proporcionalmente à distribuição dos partidos no Congresso, assim como quais atores podem nomear membros e se existem regras que incentivam a permanência em uma mesma comissão. Nos dois países, as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado devem ser compostas proporcionalmente à distribuição dos partidos em plenário, e não há incentivos para a permanência parlamentar na comissão. Contudo, enquanto no Brasil a prerrogativa de indicar membros para as comissões é dos líderes partidários¹⁵⁵, no Chile, seus membros são eleitos pela Câmara e pelo Senado via proposta da Mesa-Diretora e do Presidente, respectivamente.

Por fim, as variáveis de poder das comissões estão relacionadas com suas prerrogativas de iniciar legislação, emendar e controlar a tramitação de projetos do Poder Executivo, a aprovar projetos sem a necessidade de remetê-los ao Congresso. Ademais, é conveniente observar se existe o direito de peticionar à autoridades e de ampliar sua base informacional por meio de eventos de interlocução com a sociedade civil organizada. Nos casos analisados, as comissões de Brasil e Chile possuem poder de emenda, não há prazo para o plenário apreciar seus pareceres, podem peticionar a autoridades e promovem audiências públicas para interlocução com a sociedade. Mas, diferentemente do caso chileno, as comissões brasileiras têm a prerrogativa de iniciar legislação, e podem apreciar um projeto conclusivamente em casos específicos.

¹⁵⁵ Líderes partidários podem ser da Maioria, da Minoria, dos partidos, dos blocos parlamentares e do Governo, e possuem a atribuição de organizar a pauta das matérias que são levadas à votação em Plenário. (Fonte: Glossário do Portal da Câmara dos Deputados do Brasil).

Observando tais variáveis, pode-se destacar que o sistema de comissões do Brasil possui incentivos e instituições que podem classificá-lo de acordo com os três modelos de organização legislativa, pois há conexão entre parlamentares e representantes, o processo decisório reserva poderes às lideranças partidárias, além das comissões fornecerem um arcabouço de informações para a negociação e deliberação legislativas. Por sua vez, as comissões chilenas são melhor caracterizadas a partir da atuação informacional, pois o pequeno número de membros favorece a participação individual e a coordenação dos trabalhos. Contudo, como se verá a seguir, a perspectiva partidária também é importante, evidenciando a moderação entre partidos da coalizão governista e de oposição (Rocha e Barbosa, 2008, p.101).

Porém, alguns autores consideram que as comissões do sistema político brasileiro e chileno são secundárias no processo decisório. O sistema de comissões estaria subordinado às preferências do Executivo, que possui diversos meios para contorná-las de acordo com suas preferências devido à centralização do processo decisório e do seu poder de agenda (Figueiredo e Limongi, 1996). No Brasil, o Executivo conta com todas as principais prerrogativas legislativas e não-legislativas, influenciando o processo decisório e determinando a agenda e o ritmo do processo legislativo¹⁵⁶, de mesma maneira que o Colégio de Líderes promove a centralização e a concentração dos poderes nas mãos das lideranças partidárias. No Chile, o Presidente não emite decretos constitucionais, mas possui todas as demais prerrogativas, incluindo o pedido de urgência.

Contudo, contrariamente à essa posição, esta tese pressupõe que um sistema de comissões institucionalizado, como é o caso brasileiro e chileno, evidencia o papel dos seus

¹⁵⁶ A prerrogativa de urgência, por exemplo, tem sido apontada como a principal responsável pela fragilidade das comissões parlamentares (Pereira e Mueller, 2000). Quando há urgência, as comissões possuem apenas duas sessões para examinar e votar o projeto antes de enviá-lo ao plenário.

principais atores, dentre eles, o Presidente, os relatores e os partidos políticos, para que o Legislativo seja capaz de se contrapor ao Executivo, permitindo o desenvolvimento da clivagem governo *versus* oposição. Sendo assim, os efeitos das prerrogativas do Poder Executivo não podem ser deduzidos a partir de sua simples existência, mas deve-se destacar outras variáveis institucionais, como as relatorias, e de distribuição de preferências, considerando o tamanho da coalizão governista como central para observar a dicotomia entre partidos situacionistas e oposicionistas.

Tanto no Brasil quanto no Chile, um acordo negociado no plano internacional tramita no Congresso Nacional através da Mensagem Presidencial, que é enviada à Câmara dos Deputados para posteriormente ser despachada para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), no Brasil, e para a *Comisión de Relaciones Exteriores, Asuntos Interparlamentarios e Integración Latinoamericana*, no Chile. Em ambas, indica-se um relator que emite um parecer que, se favorável, transforma a mensagem em Decreto Legislativo, passando a tramitar em outras comissões. Ou seja, quando o relatório é aprovado pela maioria da comissão, passa a constituir o parecer do colegiado sobre a matéria em exame. Em seguida, é enviada ao plenário para votação, e sendo aprovado, o mesmo rito deverá ser percorrido no Senado, nas Comissões de Relações Exteriores (CRE) do Brasil e na *Comisión de Relaciones Exteriores* do Chile.

O relator é o parlamentar designado pelo Presidente da Comissão para examinar determinada proposição legislativa de competência do colegiado, em sua forma e conteúdo, e de elaborar relatório sobre esses aspectos, recomendando sua aprovação ou rejeição e devendo ser discutido e votado pelos demais membros da Comissão. Dessa maneira, o relator é ator-chave no processo decisório do Legislativo, coletando e divulgando informações sobre as consequências das políticas públicas, e negociando o parecer que atingiu o ponto de equilíbrio

entre diferentes posições. Na elaboração do parecer, se aprovado pela comissão sem alterações, é enviado para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para entrada na ordem do dia. Uma vez aceito pela maioria da comissão, o relatório passa a constituir o parecer a respeito da proposição submetida ao seu exame, devendo ser conclusivo em relação à matéria, manifestando-se pela aprovação ou rejeição, com ou sem emenda, ou pelo seu arquivamento, para votação em separado de parte da proposição principal e, por fim, pela apresentação de projeto, requerimento, emenda ou subemenda. Caso a comissão não se pronuncie a respeito da matéria sob seu exame, o parecer pode ser dado oralmente em Plenário, por relator designado pelo Presidente da Mesa-Diretora¹⁵⁷. Sendo assim, o relator não possui poderes formais para influenciar a comissão. Contudo, é um ator estratégico no processo decisório, pois possui função informacional, reduzindo as incertezas ao coletar e transmitir informação sobre o impacto da proposta (Santos e Almeida, 2005, p. 701).

No Brasil, os relatores são escolhidos pelo presidente da comissão em conjunto com as lideranças partidárias. Dessa maneira, é de se esperar que os partidos membros da base governista consigam o maior número de relatorias principais, colaborando para a formação de um cartel legislativo na aprovação de propostas. No Chile, no momento em que se inicia a tramitação de um projeto na Câmara dos Deputados, a Comissão designa um de seus integrantes para que, na condição de *Diputado Informante*, faça o pronunciamento durante a discussão. Em um primeiro momento, na *Discusión General*, o informe do relator deverá conter aspectos de caráter geral e relacionados fundamentalmente com o projeto. Já em um segundo momento, na *Discusión Particular*, o informe deverá abordar as emendas e

¹⁵⁷ Fonte: Glossário da Câmara dos Deputados do Brasil e do Chile, disponíveis em <http://www2.camara.leg.br/glossario> e <https://www.camara.cl/glosario.aspx>. Acesso em 27/05/2015

substitutivos introduzidos¹⁵⁸. Nas comissões do Senado do Chile, o informe da comissão também designa seus fundamentos essenciais e elabora as principais modificações realizadas. Contudo, diferentemente do caso brasileiro e da Câmara dos Deputados do Chile, o informe da Comissão é aprovado pela maioria de seus membros, sendo que cada Senador que não se conforme com a opinião da maioria pode apresentar, separadamente, seu informe particular¹⁵⁹. Sendo assim, apesar de haver a possibilidade de se indicar o senador informante (ou relator), o estudo observou que na Comissão de Relações Exteriores do Senado chileno não houve indicações, prevalecendo a os informes de todos os seus cinco membros.

Portanto, a presença do um Poder Executivo forte não exclui a possibilidade da existência de um sistema de comissões atuante. A primeira ferramenta ocorre através da *indicação de relatores* – que podem até ser de partidos opositoristas. Já a segunda forma de atuação decorre dos *poderes positivos das comissões*, como as emendas e os substitutivos.

4.3.1. As relatorias e a dimensão informacional e institucional das comissões

O estudo tem, como escopo temporal, duas legislaturas e dois mandatos presidenciais dos governos de Lula da Silva (2003 a 2010), no Brasil, e três legislaturas e dois mandatos presidenciais dos governos de Ricardo Lagos (2000-2006) e Michele Bachelet (2006-2010), no Chile. Em relação ao Brasil, foram analisadas todas as 446 mensagens presidenciais que tramitaram simultaneamente na Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, e na Comissão de Relações Exteriores (CRE), do Senado Federal. Por sua vez, para o caso chileno, o estudo examinou todas as 286 mensagens presidenciais que foram referendadas na *Comision de Relaciones Exteriores, Asuntos*

¹⁵⁸ Fonte: Acuerdos reglamentarios del Reglamento de la Camara de Diputados de Chile.

¹⁵⁹ Fonte: Art. 40 do Reglamento del Senado de Chile.

Interparlamentarios e Integración Latinoamericana da Câmara dos Deputados e na *Comision de Relaciones Exteriores* do Senado¹⁶⁰.

Em primeiro lugar, considerou-se a tramitação das mensagens presidenciais por meio da tipologia governo *versus* oposição, verificando a presença de relatores governistas e da oposição nos dois países – e considerando apenas o número de relatores que produziram os pareceres. O que se pode perceber, em ambos os países, foi o relativo equilíbrio entre relatores da situação e da oposição, de acordo com a representatividade partidária no Congresso; contudo, tal equilíbrio entre forças partidárias, como se verá a seguir, pode ter ocasionado diferentes mecanismos de controle *ex-post*.

Ao analisar o governo Lula da Silva e a atuação partidária na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme a tabela 9, pode-se destacar que a coalizão governista obteve, em média, 53% das relatorias na CREDN – índice um pouco inferior à porcentagem de cadeiras obtidas na Câmara Baixa e na própria comissão. De 2006 a 2010, por exemplo, o PSDB foi o partido político que obteve o maior número de relatorias (46), mesmo que o PMDB tenha obtido a maior porcentagem de cadeiras da Câmara dos Deputados. Como se vê, mesmo com uma coalizão ampla, o primeiro governo Lula teve dificuldades para manter a maioria dos relatores durante o período, o que poderá ter ocasionado maiores divergências em relação aos atos internacionais.

¹⁶⁰ Todas as mensagens presidenciais analisadas se encontram disponíveis no anexo, ao final do estudo.

Tabela 9 - Relatorias e composição partidária na CREDN da Câmara dos Deputados do Brasil

Partidos	Lula I			Lula II		
	Cadeiras	CREDN	Relatorias	Cadeiras	CREDN	Relatorias
DEM/PFL	84	4	33	61	2	24
PC do B	12	1	2	13	2	7
PDT	21	2	7	23	1	11
PL/PR	26	2	14	35	1	6
PMDB	74	2	7	93	6	29
PP	49	2	34	40	3	7
PPS	15	1	2	15	1	20
PRONA	6	1	1	0	0	0
PSB	22	2	9	27	1	24
PSC	1	0	0	12	1	3
PSDB	71	4	25	64	4	46
PSOL	4	1	5	3	1	3
PT	87	4	50	75	4	42
PTB	26	2	14	22	1	2
PV	5	1	9	14	1	10
Coalizão (%)	61,2	58,7	53,8	59,4	61,2	53,9
Oposição (%)	38,7	41,3	46,2	40,6	38,8	46,1
Total	503	29	212	497	29	234

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir da coleta na Câmara dos Deputados do Brasil.

Já em relação ao Senado Federal, ainda durante o governo Lula da Silva, de acordo com a tabela 10, 59,2% dos relatores na CRE foram provenientes do campo da base governista. Tal índice foi ligeiramente superior ao encontrado na porcentagem de cadeiras no Senado Federal e na CRE da Câmara Alta. Assim, de modo contrário ao ocorrido na Câmara dos Deputados, a porcentagem das relatorias CRE foi um pouco maior, o que pode ter gerado menor conflito partidário.

Tabela 10 – Relatorias e composição partidária na CRE do Senado Federal do Brasil

Partidos	Lula I		Relatorias	Lula II		Relatorias
	Cadeiras	CRE		Cadeiras	CRE	
DEM/PFL	16	4	35	12	4	10
PC do B	1	1	3	1	1	10
PDT	5	1	15	6	2	9
PL/PR	3	1	4	4	1	4
PMDB	20	6	44	20	4	34
PP	0	0	2	1	1	10
PPS	3	1	3	0	0	0
PRB	2	0	8	1	1	10
PSB	3	1	9	3	1	10
PSC	1	0	3	1	0	0
PSDB	11	3	33	15	3	59
PSOL	2	0	2	1	1	2
PT	11	4	27	9	5	30
PTB	3	1	14	7	1	33
Coalizão (%)	56,6	65,3	50,6	59	56	67,9
Oposição (%)	43,4	34,7	49,4	41	44	32,1
Total	81	23	70	81	25	64

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir da coleta no Senado Federal do Brasil.

No Chile, de acordo com a tabela 11, durante o governo de Ricardo Lagos, os partidos da coalizão governista arregimentaram em torno de 56% das relatorias, o que evidencia, assim como no caso brasileiro, o equilíbrio entre situação e oposição. Durante o governo de Michelle Bachelet, a dinâmica se manteve semelhante: em média, 55% das relatorias foram ocupadas pelos informantes provenientes da base aliada.

Tabela 11 - Relatorias e composição partidária na CREAM da Câmara dos Deputados do Chile

	Lagos			Lagos			Bachelet		
	2000-2001			2002-2005			2006-2009		
Partido	Câmara	CREAI- CD	Relatorias CREAI	Câmara	CREAI- CD	Relatorias CREAI	Câmara	CREAI- CD	Relatorias CREAI
PDC	38	4	14	24	3	48	16	3	19
PPD	16	1	2	21	1	23	20	1	11
PRSD	5	1	6	6	1	9	7	1	10
PS	11	1	5	12	1	9	15	1	11
RN	24	3	7	23	3	29	21	3	19
UDI	24	3	15	34	4	32	34	4	25
Coalizão (%)	58,3	53,9	56,5	52,5	46,1	57	48,3	46,1	54,6
Oposição (%)	41,7	46,1	43,4	47,5	53,9	43	51,7	53,8	45,4
Total	118	13	49	120	13	141	113	13	95

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir da coleta na Câmara dos Deputados do Chile.

No Senado do Chile e na CRE, por sua vez, não foram considerados os informantes. Isso porque, de acordo com o Regimento Interno do Senado chileno, como o número de membros na Comissão de Relações Exteriores é baixo (apenas cinco), todos podem ser relatores, só havendo a nomeação de um relator caso a comissão veja necessidade. Porém, de acordo com a tabela 12, no período analisado não houve a nomeação de um relator específico. Apenas é necessário ressaltar que a composição da CRE se manteve a mesma ao longo dos anos, com 60% das cadeiras ocupadas por senadores governistas.

Tabela 12 - Composição partidária na CRE do Senado do Chile

	Lagos		Lagos		Bachelet	
	2000-2001		2002-2005		2006-2009	
Partido	Senado	CRE-SF	Senado	CRE-SF	Senado	CRE-SF
PDC	16	1	14	1	5	1
PPD	2	1	3	1	2	
PRSD	2		2		3	1
PS	4	1	5	1	7	1
RN	8	1	7	1	7	1
UDI	9	1	11	1	9	1
Coalizão (%)	48,9	60	50	60	44,7	60
Oposição (%)	51,1	40	50	40	55,3	40
Total	41	5	42	5	33	5

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir da coleta no Senado do Chile.

Analisar o tipo de ato internacional que tramitou nas Comissões, assim como o sujeito e a região do acordo, é importante para demonstrar o tipo de preferência de cada país e de cada governante em política externa. Em primeiro lugar, de acordo com a tabela 13, a opção tradicional da política externa chilena por tratados comerciais preponderou tanto no governo Lagos quanto na administração de Bachelet. Das 286 mensagens presidenciais que tramitaram nas comissões, 62 (em torno de 22%) foram relativas a acordos comerciais, dentre os quais 16 foram tratados de livre-comércio. Em segundo lugar, acordos internacionais que tiveram o tema da Defesa e da extradição penal foram muito importantes e um dos objetivos primordiais durante o primeiro governo Lula, totalizando 14% das matérias que tramitaram no período. Em terceiro lugar, o governo Lula teve, como uma de suas prioridades, o investimento em Ciência em Tecnologia na América do Sul e em países da Região Sul-Sul, o que pode ser visto em 10% dos casos. Por fim, em quarto lugar, atos jurídicos, relativos à entrada dos países em organizações ou até mesmo que tratam da entrada de estrangeiros nos países, foram os que mais tramitaram nas comissões do Congresso Nacional do Brasil – em torno de 14% do total.

Tabela 13 – Área da mensagem presidencial por governo no Brasil e no Chile (2000-2010)

	Lagos	Bachelet	Lula 1	Lula 2
Agricultura	2	1	4	6
Aviação	18	6	3	7
Comércio	36	10	5	14
Combate ao terror	1	0	2	1
Combate ao tráfico	2	2	7	4
Comunicação	0	1	3	1
Cultura	3	5	9	12
Ciência e Tecnologia	9	0	18	23
Defesa	2	4	18	2
Direito Internacional	2	1	0	3
Direitos Humanos	1	6	2	1
Educação	4	0	10	9
Energia	0	0	2	9
Esporte	1	0	1	0
Evasão Fiscal	13	9	6	3
Extradicação	4	0	11	11
Infra-estrutura	0	0	2	7
Jurídico	26	7	36	27
Meio-ambiente	11	6	11	8
Patentes	0	2	0	1
Penal	6	5	15	10
Pesca	1	0	2	1
Saúde	5	3	8	8
Segurança	0	0	0	1
Social	14	8	4	2
Territorial	5	1	3	10
Tratados de Livre-Comércio	5	11	0	0
Trabalhista	11	6	10	21
Transporte	3	2	5	10
Turismo	3	0	14	5
Total	190	96	211	235

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir de coleta no Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

A política externa do Brasil e Chile também pode ser comparada à luz dos sujeitos nos quais os países negociaram os acordos no plano internacional. De acordo com a tabela 14, as negociações foram realizadas, em sua maior parte, com um país – em torno de 67% no Brasil e de 55% no Chile. No Brasil, convém destacar as 26 mensagens presidenciais que tramitaram durante a primeira administração de Lula da Silva, totalizando 13% do período.

Tabela 14 – Sujeito da mensagem presidencial por governo no Brasil e no Chile (2000-2010)

	Lagos	Bachelet	Lula 1	Lula 2
Convenção	14	0	12	8
FAO	1	0	0	0
FMI	0	0	0	1
IBAS	0	0	0	6
Mercosul	5	3	26	4
MRE	2	2	0	0
OEA	1	1	0	0
OIT	2	0	5	3
OMC	4	0	0	1
OMS	0	0	0	1
ONU	8	7	3	1
Outras organizações	39	29	26	44
País	108	49	136	164
Países	3	1	2	0
UNASUL	0	1	0	1
União Europeia	3	2	1	0
UNESCO	3	2	1	0
Total	190	96	211	235

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir de coleta no Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Por fim, de acordo com a tabela 15, considerando os países e organizações nos quais o Poder Executivo do Brasil e do Chile negociou no plano internacional, pode-se realçar, em primeiro lugar, que 17% das mensagens presidenciais que tramitaram durante as administrações de Lula da Silva foram relativas a acordos com a África – um dos objetivos da diplomacia do seu governo, que procurava diversificar os parceiros rumo ao Sul do globo. Em segundo lugar, e considerando o objetivo primordial da política externa da diplomacia brasileira e chilena, tanto Brasil quanto Chile privilegiaram tratados realizados com os países da região, totalizando em torno de 29% em ambos os países. Em terceiro lugar, a Europa Ocidental foi a segunda região com o maior número de acordos realizados com o Chile (23,1%). Por fim, enquanto os acordos feitos pela diplomacia chilena foram mais espalhados ao redor do globo, os realizados pela administração Lula da Silva enfatizaram principalmente os países da região Sul, o que exacerba um de seus principais objetivos no tocante à política externa.

Tabela 15 – Região geográfica da mensagem presidencial por governo no Brasil e no Chile (2000-2010)

	Lagos	Bachelet	Lula 1	Lula 2
África	5	0	25	31
América Central	13	10	18	20
América do Norte	6	2	3	6
América do Sul	30	20	63	37
Ásia	13	9	12	24
Europa Ocidental	29	12	19	32
Europa Oriental	13	1	15	10
Oceania	8	2	0	2
Oriente Médio	3	1	12	14
Total	120	57	167	176

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir de coleta no Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Portanto, a partir dos dados observados, pode-se confirmar os principais objetivos da diplomacia e da formulação da política externa dos dois países durante o período analisado, quais sejam: a preferência por acordos comerciais e de livre-comércio, com ênfase na diversificação de países e de regiões, como observado no Chile; e o privilégio de temas de Defesa e de Ciência e Tecnologia com países da região Sul-Sul, em especial com países africanos e da América do Sul, como destacado no Brasil.

Tanto a CREDN quanto a *Comision de Relaciones Exteriores, Asuntos Interparlamentarios e Integración Latinoamericana* (doravante, CREAMI) são as primeiras comissões por onde tramitam as mensagens presidenciais no Brasil e no Chile, examinando, dessa maneira, o mérito dos atos internacionais negociados pelo Poder Executivo. Por conseguinte, são comissões nas quais pode ser verificado se há ou não um regime especial de tramitação das mensagens presidenciais, o que não influencia o parecer final, mas reduz seu tempo de tramitação e facilita sua aprovação. Observando a tabela 16, tanto no Brasil quanto no Chile, o processo de tomada de decisão contém as seguintes regras de tramitação: ordinário e *ordinario*, com até 40 sessões para a matéria ser discutida; prioridade e *simples urgencia*, com 10 sessões para discussão; e urgência e *suma urgencia*, com até 5 sessões de tramitação da pauta. Ainda, quando há urgência urgentíssima e *discussion inmediata*, permite-se a

inclusão automática na Ordem do Dia de proposição para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que foi apresentada, dispensando parecer aprovado em comissão. Contudo, o parecer pode ser dado oralmente pelo relator, no caso brasileiro, ou oralmente ou escrito, no caso chileno¹⁶¹. Dessa maneira, a urgência, que pode ser solicitada por congressistas, comissões e pelo Presidente da República, é um mecanismo utilizado para apressar a tramitação e a votação das matérias legislativas, dispensando interstícios, prazos e formalidades regimentais¹⁶².

Tabela 16 – Urgência nas Comissões de Relações Exteriores do Brasil e do Chile

Regime de tramitação	Sessões para discussão	Total de MSC no Brasil	Total de MSC no Chile
Ordinária/ <i>ordinaria</i>	40	11 (2,4%)	242 (84,7%)
Prioridade/ <i>simples</i>	10	431 (96,6%)	12 (4,2%)
Urgência/ <i>suma urgencia</i>	5	4 (1%)	20 (6,9%)
Urgência urgentíssima e <i>discussión inmediata</i>	1	-	12 (4,2%)
Total		446	286

Fonte: Dados elaborados pelo autor, a partir de coleta no Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Enquanto na CREDN prevaleceu a tramitação com regime de prioridade (96,6%), as mensagens presidenciais na CREAM seguiram, em sua maioria, o regime de tramitação ordinário (84,7%). Dessa maneira, o caso brasileiro demonstra a tentativa de se acelerar o processo de tramitação, evitando o conflito partidário e a atuação parlamentar por meio das relatorias. Por sua vez, no Chile, o número relativamente baixo dos variados tipos de urgência pode ser considerado como uma possibilidade de maior atuação partidária e de satisfação de preferências em acordos internacionais.

Seja sob o regime de tramitação ordinária ou sob urgência, o exame de todas mensagens presidenciais que tramitaram nas duas comissões da Câmara dos Deputados do Brasil e do Chile, de acordo com a tabela 17, mostrou que grande parte delas foram aprovadas

¹⁶¹ Fonte: Regimento Interno da Câmara dos Deputados; *Reglamento de la Camara de Diputados*.

¹⁶² A urgência pode ser requerida quando se trata de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou providência para atender calamidade pública, para apreciar a matéria na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente à aprovação do requerimento, e para incluir matéria pendente de parecer na ordem do dia.

e seguiram o curso de tramitação normal, sendo objeto de referendo no Plenário da Câmara para depois seguir às Comissões do Senado, com posterior aprovação, promulgação e transformação em norma jurídica. No Brasil, 97,9% foram aprovadas e transformadas em norma jurídica durante o período, e nenhuma mensagem presidencial foi rejeitada, enquanto no Chile o índice também foi consideravelmente alto – em torno de 83% - além de uma matéria ter sido rejeitada.

Tabela 17 – Situação final das Mensagens Presidenciais nas Comissões

Situação da Mensagem Presidencial	Brasil	Chile
Transformada em norma jurídica	437	238
Em tramitação	6	28
Retirada de Pauta	2	8
Arquivada	1	11
Rejeitada	-	1
Total	446	286

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Cabe ressaltar que o mecanismo de retirada de tramitação de projeto pode indicar a perda de interesse pelo tema, ou até mesmo a possibilidade de rejeição da matéria por parte dos legisladores, e o Executivo, ao prever essa situação, retira-a de tramitação. Ou quando o Poder Legislativo enxerga uma possibilidade do Executivo ter negociado o ato internacional sem ter considerado suas preferências¹⁶³. No Brasil, a MSC 576/2004, que caracterizava o acordo de cooperação entre o Brasil e o Líbano, foi retirada de pauta em 2012 após ter passado por vários relatores (todos de partidos opositoristas), sem, contudo haver qualquer tipo de manifestação; já a MSC 285/2005, que discutia a Convenção sobre Linhas de Carga, foi despachada à CREDN em 2005, passou por quatro relatores e foi retirada em 2010, pelo Poder Executivo. Por sua vez, enquanto apenas uma mensagem presidencial foi arquivada¹⁶⁴

¹⁶³ Pois pode haver retirada de proposição em tramitação pelo Presidente da Casa Legislativa em qualquer fase do seu andamento, mediante requerimento do autor (RICD, art. 104).

¹⁶⁴ O arquivamento significa o recolhimento das proposições ao Arquivo da Casa Legislativa, e ocorre quando rejeitadas definitivamente, quando declaradas prejudicadas ou quando estiverem em tramitação no encerramento da Legislatura.

no Brasil – a MSC 451/2005, que previa o acordo de cooperação em comunicações entre o país e a Venezuela – , no Chile ocorreu o arquivamento de onze matérias no ano de 2002, sendo que todas, cujos relatores pertenciam ao PDC, eram relativas à acordos de investimento do país com países asiáticos. Assim, “engavetar” um projeto em uma das Casas Legislativas é um recurso estratégico do Poder Legislativo e dos partidos políticos para evitar levar o projeto à votação ou à rejeição, podendo ter ocorrido em razão das preferências opostas mesmo dentro da coalizão governista. Por fim, no Chile, o Senado rejeitou a MSC 81-351, que considerava a aprovação das emendas dos artigos 7 e 74 da Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS), adotadas, respectivamente, em 1965 e 1978.

Contudo, após verificar o resultado final da tramitação das matérias nas Comissões de Relações Exteriores do Congresso Nacional brasileiro e chileno durante o período analisado, é necessário compreender como se deu esse processo, examinando o passo a passo dos atos internacionais no Poder Legislativo, observando, em primeiro lugar, os mecanismos de participação congressual e de interesse dos deputados e senadores na formulação da política externa, para, em seguida, destacar como ocorreu a dinâmica do processo de tomada de decisão a partir da relação entre governo e coalizões partidárias, e entre governo e oposição. Com isso, busca-se demonstrar a principal hipótese desse estudo, qual seja, que o tamanho e a heterogeneidade das coalizões influencia a conformação da política externa.

A seguir, na tabela 18, são caracterizados os principais mecanismos institucionais e regimentais que os congressistas utilizaram para influenciar a tramitação em política externa, visando impor suas preferências ao ato internacional. Com base nas mensagens presidenciais analisadas, pode destacar que senadores e deputados do Brasil e do Chile utilizaram meios procedimentais diferentes de influência parlamentar sobre atos internacionais.

No Chile, o mecanismo de atuação mais utilizado pelos legisladores foram as reservas e os substitutivos, propondo alteração formal ou substancial do texto da proposição principal em 10% das matérias tramitadas. Destacam-se, dentre eles, três acordos relativos ao Mercosul realizados no ano de 2005, e que tiveram a mesma relatora, a Dep. Lily Pérez San Martín (RN), da coalizão da oposição. As mensagens presidenciais 49-353, 52-353 e 68-353 versavam, respectivamente, sobre assistência jurídica em assuntos penais, integração educativa e acordo de extradição entre o país e os Estados-membros do Mercosul, e todas foram objeto de substitutivos incluídos pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Por fim, convém ressaltar a solicitação de reestudo, em 2002, da MSC 41-347, que promovia o acordo entre o Chile e a Hungria para promoção e proteção de investimentos; tal solicitação foi atendida, e a Comissão aprovou o parecer três anos depois.

Os principais objetivos da política externa chilena quanto às áreas relativas às mensagens presidenciais são, como citado nas seções anteriores, os acordos comerciais e de livre-comércio. A partir desse pressuposto central, pode-se destacar que as modificações ocorreram apenas em 11% de tais acordos, o que evidencia a adesão de praticamente todos os partidos políticos chilenos e o consenso em torno do objetivo central da diplomacia do país. Os principais conflitos ocorreram em temas jurídicos (15%), educacionais (25%), de extradição (25%), de direito penal (27,7%), de agricultura (33,3%) e, acima de tudo, de direitos humanos (42,8%). Isso porque os temas de política externa relativos à normas penais e de direitos humanos são aqueles onde os partidos de centro-direita mais divergem em relação às políticas da *Concertación*, o que evidencia o maior conflito em torno dessas mensagens presidenciais.

Por sua vez, no Brasil, os substitutivos e reservas não foram tão comuns, apesar de constatados. Diferentemente dos legisladores chilenos, os congressistas brasileiros

aumentaram sua participação em atos internacionais enfatizando três instrumentos: o pedido de vista, quando o parlamentar solicita análise detalhada da matéria, possibilitando suspender seu processo de apreciação; o pedido de retirada, que ocorre quando o Presidente da Comissão ou o relator da matéria requerem que a matéria seja retirada antes de iniciada sua votação; e, por fim, quando vários relatores participam de análise de determinada matéria, caracterizando-se como uma maneira de aumentar o tempo de tramitação do ato e, por conseguinte, de declarar suas preferências. Um dos objetivos centrais da diplomacia de Lula da Silva, o tratado da Unasul, teve sua única matéria tramitada sendo objeto de várias vistas nas comissões, evidenciando a insatisfação partidária tanto da base governista quanto da oposição. Ademais, os projetos acerca da região da América do Sul foram aqueles que mais sofreram com as modificações e alterações propostas por deputados e senadores – em torno de 20%. Mas, mais importante, os acordos de cooperação Sul-Sul, outro objetivo primordial da administração Lula da Silva, formaram a maior parte das modificações: em torno de 52% das mensagens presidenciais com atuação parlamentar, evidenciando, novamente, a falta de coesão perante os objetivos do governo petista.

Tabela 18 – Mensagens presidenciais e atuação legislativa no Brasil e no Chile

	Brasil	Chile
Transformadas em norma jurídica (TNJ)		
Reservas e substitutivos	1	23
Emendas	1	1
Pedidos de retirada/adiamento	9	-
Vistas	8	-
Com vários relatores	33	-
Sem modificações	385	214
Total	437	238
Em tramitação		
Reservas e substitutivos	1	4
Pedidos de retirada/adiamento	1	-
Vistas	2	-
Sem modificações	2	24
Total	6	28
Retirado de pauta		
Reservas e substitutivos	-	1
Pedidos de reestudo pela Comissão	-	1
Sem modificações	2	6
Total	2	8

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Apesar dos substitutivos e diversos outros mecanismos evidenciarem espaços de atuação parlamentar no processo de tomada de decisão em política externa no Brasil e no Chile, não fica clara a disputa das preferências partidárias como variáveis centrais no processo de tomada de decisão – o objetivo central do estudo. Para tanto, é necessário examinar o processo de aprovação dos pareceres das Comissões Legislativas a partir de três dinâmicas, conforme a tabela 19 a seguir: com unanimidade em ambas as Comissões das Casas Legislativas; sem unanimidade na CREDN e na CREAM; e, por fim, com unanimidade na CREDN e na CREAM do Chile, mas sem unanimidade na CRE dos dois países. Tais mecanismos de voto não têm influência central e direta sobre o resultado final do parecer, mas destaca o posicionamento de deputados e senadores em relação à matéria.

Tabela 19 – Mensagens presidenciais a aprovação político-partidária nas Comissões do Brasil e do Chile

	Brasil	Chile
Transformadas em norma jurídica (TNJ)		
Com unanimidade em todas as Comissões	431	230
Sem unanimidade nas Comissões da Câmara dos Deputados	6	6
Sem unanimidade nas Comissões do Senado Federal	-	3
Sem unanimidade em todas as comissões	-	-
Total	437	239
Em tramitação		
Com unanimidade em todas as Comissões	4	27
Sem unanimidade nas Comissões da Câmara dos Deputados	2	1
Sem unanimidade nas Comissões do Senado Federal	-	-
Sem unanimidade em todas as comissões	-	-
Total	6	28

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Nos dois países, o índice de aprovação do parecer com unanimidade em ambas as comissões foi a norma: 98,6% no Brasil e 94,6% no Chile, em projetos já aprovados, e 66,7% no Brasil e 92% no Chile, em matérias que continuam em tramitação. Contudo, como se verá a seguir, apesar da aprovação majoritária, algumas mensagens presidenciais foram objeto de disputa partidária nas comissões, evidenciando posicionamentos contrários entre os partidos e disputas entre governo e oposição.

No Brasil, oito mensagens presidenciais foram ratificadas sem unanimidade, conforme mostra a tabela 20, de forma resumida. Em 20% dos casos analisados, houve apenas o conflito entre partidos opositoristas. Por sua vez, em 33,4% das mensagens examinadas prevaleceu a dicotomia governo/oposição. Contudo, 46,6% das matérias tramitaram e foram objeto de atuação de partidos pertencentes à base aliada, configurando a disputa entre governo e coalizão governista. Não houve um padrão definido do conflito, pois os projetos com disputa partidária envolveram áreas das mais variadas: evasão fiscal, direitos humanos, transporte,

educação, jurídico, de defesa e trabalhista. Porém, das oito matérias que tramitaram e foram objeto de disputa partidária, 50% delas foram relativas aos acordos do país com organizações e países do Sul – uma das prioridades do governo Lula.

Tabela 20 – Mensagens presidenciais e preferências político-partidárias em política externa no Brasil

MSC	Tramitação	Relator CREDN	Aprovaçã o	Disputa *	Relator CRE	Aprovação	Disputa	Situação
185/2005	Prioridade	PFL	Voto contrário	op x op	PSDB	Sim	Não	TNJ
924/2005	Prioridade	PSDB	Voto contrário	op x op	PSB	Sim	Não	TNJ
56/2006	Prioridade	1. PSDB 2. PTB 3. PP 4. PSB	1. Retirado 2. Retirado 3. Rejeição 4. Sim	op x op gov x coal gov x op Não	1. PSDB 2. DEM 3. PT	Sem manif. Sem manif. Sim	gov x op gov x op Não	TNJ
22/2007	Prioridade	PT	Voto contrário	gov x op	-	-	-	Em tramitação
82/2007	Prioridade	PT	Voto contrário	gov x op gov x coal	1. PSDB 2. Pmdb	Não Sim	gov x op Não	TNJ
292/2007	Prioridade	PMDB	Voto contrário	gov x op	PMDB	Sim	Não	TNJ
59/2008	Prioridade	PSB	Rejeição	gov x coal	-	-	-	Em tramitação
134/2009	Urgência	PSDB PR	Voto contrário	gov x coal gov x coal	PTB	Sim	Não	TNJ

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil.

*Disputa: governo x coalizão (gov x coal); governo x oposição (gov x op); oposição x oposição (op x op).

Nos dois primeiros casos, há apenas a clivagem oposição/oposição. A MSC 185/2005, com tramitação em regime de prioridade e que submetia à aprovação o acordo internacional entre o Brasil e África do Sul para prevenir rombos fiscais, teve parecer do deputado Vilmar Rocha, do PFL, mas com voto contrário do deputado Antonio Carlos Pannunzio, do PSDB, que destacou o prejuízo econômico que tal acordo poderia trazer para o Brasil. Nesse caso, houve conflito partidário entre partidos da oposição (PFL e PSDB), sem maiores consequências para a aprovação da mensagem presidencial. Já a MSC 924/2005, também com tramitação prioritária, sujeitava à apreciação do Congresso Nacional dois protocolos da ONU que versavam sobre Direitos Civis e Políticos e abolição da pena de morte. O parecer, pela aprovação, teve voto contrário do deputado Jair Bolsonaro, do PP, além de pedido de vista do

próprio deputado, suspendendo o processo de apreciação da proposição por duas sessões para análise mais detalhada o seu conteúdo (art. 57 RICD). Apesar da disputa entre os próprios partidos opositoristas (PSDB e PP), isso se deve mais às preferências do próprio deputado, conhecido por suas posições extremistas no âmbito dos direitos civis e políticos.

Por sua vez, a MSC 56/2006, com tramitação prioritária, submetia às Casas Legislativas o acordo sobre transporte marítimo entre Brasil e Estados Unidos, sendo recebida pela CREDN em 16/02/2006 e tendo parecer aprovado apenas 3 anos e 7 meses depois, em 15/09/2009, depois de ter passado por quatro relatores, com dois pareceres pela aprovação e dois pela rejeição. O primeiro relator foi o Dep. João Castelo (PSDB), com parecer pela aprovação; contudo houve o pedido de vista e voto em separado do Dep. Jair Bolsonaro (PP), de maneira que a matéria acabou sendo retirada de pauta. O segundo relator, Dep. José Múcio Monteiro (PTB), devolveu a mensagem sem manifestação. Em seguida, o Dep. Jair Bolsonaro (PP) foi designado relator, apresentando voto em separado e com parecer pela rejeição do acordo, sendo pedido, logo em seguida, vista conjunta dos deputados João Almeida (PSDB), Marcondes Gadelha (PSB), Nilson Mourão (PT) e William Woo (PSDB), o que facilitou o adiamento da discussão e sua nova retirada de pauta. Em seguida, foi aprovado o requerimento do dep. Dr. Rosinha (PT), que requeria a inclusão de um representante do setor de transporte de cargas em sessão de audiência pública. Novamente, em seguida, a matéria foi retirada de pauta mais três vezes. Por fim, o Dep. Marcondes Gadelha (PSB) foi incluído como o quarto relator, cujo parecer vencedor foi aprovado pela Comissão, com o parecer do relator Dep. Jair Bolsonaro (PP) passando a constituir voto em separado. Já na CRE do Senado Federal, a matéria passou por três relatores, sendo que dois não se manifestaram (Tasso Jereissati, do PSDB, e Marco Maciel, do DEM, ambos da oposição), constituindo parecer da Comissão o relatório da Senadora Gleisi Hoffman, do PT. Portanto, nessa matéria,

o que se viu foi uma clara disputa entre as preferências partidárias, com manifestações contrárias de partidos opositores e até mesmo da base governista em razão da não manifestação e da solicitação de audiência pública.

A MSC 22/2007, também em regime de prioridade, promovia o acordo de cooperação cultural e educacional do Brasil com Cuba, e teve como relator o dep. Nilson Mourão (PT), que apresentou o relatório pela aprovação. Contudo, o parecer teve vista do dep. João Almeida (PSDB), e com votos contrários dos deputados Colbert Martins (PPS), João Almeida (PSDB) e Arnaldo Madeira (PSDB). Nesse caso, vê-se uma clara disputa entre o governo e os partidos opositores, destacando o conteúdo ideológico do acordo de cooperação com Cuba. Cabe ressaltar, ainda, que o projeto se encontra em tramitação no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo sido retirado de pauta em diversas ocasiões.

Por sua vez, a MSC 82/2007 foi uma das mais polêmicas e conflituosas durante o período analisado. Tal matéria, com tramitação prioritária, submetida à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, tendo sido recebida pela CREDN em 10/07/2007, cujo relator, dep. Dr. Rosinha (PT), foi favorável à aprovação para, logo em seguida, ser objeto de vista conjunta dos deputados Aldo Rebelo (PC do B), Arnaldo Madeira, (PSDB), Luiz Carlos Hauly (PSDB) e Raul Jungmann (PPS), com retirada de pauta pelo próprio relator. Após o parecer ser aprovado com abstenção do Dep. Fernando Gabeira (PV), foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCCJ) e foi alvo de diversas manifestações. O parecer, apesar de aprovado, teve 17 votos contrários e 6 votos em separado, e enviado à CRE do Senado Federal em 12/03/2009.

Na CRE, o relator designado foi o Senador Tasso Jereissati (PSDB), que requereu audiência pública com embaixadores. Na audiência, foi aprovado o requerimento 13-2009, de autoria do próprio Senador, que solicitava informações ao Ministro de Estado das Relações

Exteriores do Brasil e do Embaixador do país na Venezuela. Logo em seguida, foram aprovados mais três requerimentos, de autoria dos senadores Fernando Collor (PTB), Eduardo Suplicy (PT) e Eduardo Azeredo (PSDB), solicitando a presença de especialistas e do Ministro de Relações Exteriores, e ocasionando a interrupção da tramitação da matéria. Em 29/09/2009, foi reencaminhada ao mesmo relator, que decidiu pela rejeição do acordo, considerando a proposta de adesão da Venezuela como inviável pelo exame dos fatos e normas aplicáveis, observando que os países do Mercosul não conseguiram concluir as negociações e, sendo assim,

“a aprovação do Protocolo, antes da conclusão das negociações, significará que a Venezuela se tornará um membro pleno do Mercosul sem que estejam definidas as condições em que serão cumpridos os compromissos aceitos no Protocolo. Isso faz com que o Senado não se sinta à vontade em recomendar ou sugerir a sua aprovação. Mesmo se considerarmos que as últimas informações prestadas pelo Ministro Celso Amorim, referidas ao Relatório, atendem ao requisito do Protocolo, as muitas dúvidas levantadas por diversos setores ao longo desses últimos anos justifica a adoção de maiores cautelas no projeto de decreto legislativo em análise (Relatório CRE-430, 2009, p.15-6)”.

Além disso, de acordo o relatório, do ponto de vista político, apesar de ser importante o ingresso da Venezuela no Mercosul, as condições políticas e institucionais sob o governo do Presidente Hugo Chávez impõem que se analise os aspectos de maneira mais acurada, pois

“o problema que certamente incomoda a muitos setores da sociedade brasileira e nos demais países do bloco, como se sabe, está no desenrolar do processo político que vem ocorrendo na Venezuela, subordinado à personalidade e ao *modus operandi* do seu presidente, que trazem incertezas quanto ao cumprimento dos compromissos que a Venezuela necessariamente deverá assumir no âmbito do Mercosul...se, por um lado não há ruptura democrática na Venezuela *strictu sensu*, por outro, fica a cada hora mais evidente o processo de cerceamento das liberdades democráticas naquele país, com sucessivas mudanças jurídicas, políticas e na ordem econômica, promovidas pelo governo central”. (Relatório CRE-430, 2009, p.18-9).

Por conseguinte, segundo o relatório, com o processo de desmonte das liberdades democráticas no país e de promoção de um projeto político/ideológico expansionista e de constante intervenção em outras nações, não deveria ser aprovada a adesão da Venezuela ao Mercosul, rejeitando o Projeto de Decreto Legislativo.

Em seguida, foram apresentados dois votos em separado. O primeiro, do Senador Romero Jucá (PMDB), votou pela aprovação do PDL 430/2008¹⁶⁵, e explicitou que não haviam motivos para que rejeitasse o ingresso do país no Mercosul, pois tal inclusão atenderia aos interesses nacionais do Estado brasileiro e contribuiria para os interesses econômicos do país, além de “atender às preocupações existentes com relação aos desenvolvimentos políticos dentro da Venezuela – em matéria de democracia, direitos humanos, paz e estabilidade” (Voto em Separado, 2009, p.31). Da mesma maneira, o segundo voto em separado, do Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB), ressaltou a necessidade de aprovação do PDL tendo em vista a grande importância para a consolidação do Bloco econômico a nível mundial. Assim, em 29/10/2009, a CRE rejeitou o relatório do Senador Tasso Jereissati e aprovou o voto em separado apresentado pelo Senador Romero Jucá (PMDB), em conjunto com outros dez senadores, que passou a constituir Parecer do Vencido, com declaração de voto do Senador Mozarildo Cavalcanti constante do segundo voto em separado apresentado. Em seguida, em 07/12/2009, a mensagem presidencial foi transformada em norma jurídica.

Portanto, como se viu, a mensagem presidencial foi alvo de extenso conflito partidário na CREDN, mesmo entre partidos da base aliada. Contudo, quando na CRE, a polarização entre governo e oposição se tornou evidente, com uma clara divisão entre aqueles que rejeitavam a matéria (PSDB e DEM) e os que a consideravam como central para o fortalecimento do Mercosul (PT, PTB, PMDB e PC do B).

¹⁶⁵ O voto em separado teve o apoio de dez senadores, todos da base governista.

A MSC 292/2007 adentrou na CREDN com tramitação prioritária e envolvia a consideração do acordo tecnológico entre Brasil e Rússia, que visava a exploração do espaço exterior para fins pacíficos. O relator da matéria, o Dep. Átila Lins (PMDB), decidiu pela aprovação da mensagem, mas com ressalvas em relação a

“vários dispositivos que mereceriam maiores esclarecimentos por parte do Poder Executivo para que, tanto a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, como as demais Comissões temáticas da Câmara dos Deputados, tenham a possibilidade de formar melhor juízo a respeito do conteúdo e dos eventuais impactos do instrumento. Na dúvida, deve vigor o princípio da precaução”. (Relatório CREDN 292, p.6, 2007).

Em seguida, a matéria sofreu vista do Dep. Claudio Cajado (DEM) para ter seu parecer aprovado contra o voto do Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB).

Já a MSC 59/2008, ainda em tramitação, foi enviada às Casas Legislativas do país para apreciação do texto da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador. Após pedido de audiência pública solicitada pelo Dep. Walter Ihoshi (DEM), o relator da matéria, Dep. Júlio Delgado (PSB), votou pela rejeição da mensagem presidencial e para a desnecessidade da adoção da Convenção

“em função do enorme prejuízo para os trabalhadores, para a geração de empregos, para o crescimento interno e a competitividade internacional do país...em seu texto, está claro que não se aplica quando se chocar com as leis nacionais (art. 1º) e, no caso do Brasil, isso ocorre com a própria Constituição Federal. Pelo fato da ratificação vir carregada de inconstitucionalidade, não poderia, como legislador e, principalmente, pela nossa formação, manifestarmos-nos favoráveis à tal proposta”. (Relatório CREDN 59, 2008, p.14).

Em seguida, foi pedido vista conjunta dos dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB), Dr. Rosinha (PT), Eduardo Lopes (PSB) e Vieira da Cunha (PDT), que apresentou voto em separado, divergindo do relator e votando pela aprovação da mensagem, a fim de que a Convenção seja ratificada pelo governo. Por fim, o parecer do relator foi aprovado pela

comissão, contra o voto do Dep. Nilson Mourão (PT), e com votos em separado dos deputados Vieira da Cunha (PDT) e Dr. Rosinha (PT). Portanto, o que se viu foi um claro embate entre a própria base governista, destacando outro caso de matéria que demonstra a consequência de coalizões mais amplas e heterogêneas para a formação das preferências dos atores.

Por fim, a MSC 134/2009, que submetia à apreciação do Congresso Nacional o acordo entre o Brasil e a Santa Sé em relação ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, foi a única matéria com regime de tramitação de urgência¹⁶⁶ em que ocorreu conflito partidário e participação legislativa. O primeiro relator, o Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB), teve seu parecer precedido por dois pedidos de audiência pública, solicitados pelos deputados Damião Feliciano (PDT) e Dr. Rosinha (PT). Em seguida, o parecer do deputado tucano foi pela aprovação. Contudo, houve quatro votos em separado: o primeiro, do Dep. Andre Zacharow (PMDB), destacou que o Estado brasileiro é laico, e não deve estabelecer acordo com igrejas de qualquer ordem, pois poderia ocasionar a perda da liberdade religiosa; o segundo, do Dep. Pastor Pedro Ribeiro (PMDB), que relatou que o acordo não deveria ser merecedor de aprovação congressual, pois não estaria respaldado em princípios constitucionais aplicáveis às relações internacionais do Brasil, reduzindo a confiança internacional no país (Voto em Separado, 2009, p.30); o terceiro, do Dep. Bispo Gê Tenuta (DEM), que reiterava que o Estado brasileiro jamais deveria ter assinado um tratado de cunho religioso; por fim, o quarto, do Dep. Ivan Valente (PSOL), votou pela rejeição da mensagem devido à necessidade do país manter seu caráter de Estado laico.

Em seguida, foi designado relator o Dep. Chico Abreu (PR), que teve seu parecer aprovado, mas com os votos em separado destacados acima, e contra os votos dos deputados

¹⁶⁶ Solicitada pelo Dep. Miguel Martini, do PHS.

Pastor Pedro Ribeiro (PMDB), Andre Zacharow (PDMB), Dr. Rosinha (PT), Takayama (PSC), Arlindo Chinaglia (PT), Ivan Valente (PSOL), Jefferson Campos (PTB), George Hilton (PP) e Bispo Gê Tanuta (DEM). Em síntese, houve a designação de dois relatores, duas solicitações de audiências públicas, quatro votos em separado e nove votos contrários ao parecer. Mas, mais importante, e mesmo com a tramitação em urgência, prevaleceu a disputa entre governo e os próprios partidos da base aliada, pois diversos deputados votaram contrariamente à mensagem presidencial e ao parecer final.

No Chile, por sua vez, de acordo com a tabela 21, foram analisadas as dez mensagens presidenciais sem unanimidade nas Comissões Legislativas, sejam elas ratificadas/transformadas em norma jurídica, não ratificadas ou em tramitação. Convém ressaltar que, contrariamente ao ocorrido no Brasil, metade das mensagens delas tramitaram sob regime ordinário, o que pode aumentar a qualidade do debate legislativo por meio da maior promoção de preferências partidárias. Ao se examinar a participação de partidos da base aliada da *Concertación* e de partidos de oposição, a diferença em relação ao Brasil se torna ainda maior. Isso porque em apenas 18% das matérias houve disputa entre governo e coalizão partidária; no caso brasileiro, por sua vez, houve maior confronto dentro da base governista (33,4% das mensagens e pareceres analisados). O que prevaleceu foi a disputa entre governo e oposição, verificada em 73% dos casos – índice muito superior ao Brasil. Por fim, em 9% das matérias houve conflito partidário entre o parecer e voto, ambos da oposição. Os conflitos, na maioria dos casos analisados, foram relativos à matérias de ordem jurídica em política externa, envolvendo direitos humanos e Convenções da Corte Penal Internacional, além de um tratado constitutivo da participação do país na ONU e outro que versava sobre a organização do Ministério de Relações Exteriores. Portanto, como se verá a seguir, a disputa entre os partidos políticos ocorreu principalmente em áreas jurídicas da política externa cujas

posições partidárias são mais divergentes, sendo que os partidos de centro-direita possuem posições mais retrógradas, em contraposição ao posicionamento mais progressista dos partidos membros da coalizão da *Concertación*. Houve, acima de tudo, o consenso em torno das políticas propostas pela *Concertación*, que procurou moderar suas propostas visando aprová-las e contar com o apoio de uma coalizão mais homogênea.

Tabela 21 – Mensagens presidenciais e preferências político-partidárias em política externa no Chile

MSC	Tramitação	Relator CREAMI	Aprovação	Disputa*	Relator CRE	Aprovação	Disputa	Situação
282-343/2001	Ordinária	PRSD	Voto contrário	gov x op	Própria CRE	-	-	Retirado
168-349/2003	Discussão imediata	PDC	Voto contrário	gov x op gov x coal	Própria CRE	Sim	-	TNJ
56-350/2003	Ordinária	PS	Voto contrário	gov x coal	Própria CRE	Sim	-	TNJ
125-251/2004	Urgência Simples	UDI	Sim	-	Própria CRE	Voto contrário	gov x op	TNJ
225-351/2004	Ordinária	PS	Sim	-	Própria CRE	Não	gov x op	TNJ
55-352/2004	Urgência Suma	UDI	Voto contrário	op x op	Própria CRE	Sim	-	TNJ
8-353/2005	Ordinária	UDI	Sim	-	Própria CRE	Voto contrário	gov x op	TNJ
52-354/2005	Ordinária	PPD	Voto contrário	gov x op	Própria CRE	Sim	-	TNJ
204-354/2006	Urgência Simples	PS	Voto contrário	gov x op	Própria CRE	Sim	-	TNJ
521-357/2009	Urgência Suma	PDC	Voto contrário	gov x op	Própria CRE	Sim	-	TNJ

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil.

*Disputa: governo x coalizão (gov x coal); governo x oposição (gov x op); oposição x oposição (op x op).

A MSC 282-343 de 2001, que submetia à aprovação congressual o protocolo internacional sobre eliminação das formas de discriminação contra a mulher, não foi aprovada e não se encontra em tramitação, mas foi retirada. Contudo, verificou-se o conflito partidário em torno da mensagem enquanto ela ainda se encontrava na CREAMI. Nela, o parecer do Dep. Carlos Abel Jarpa (PRSD) foi aprovado, com voto contrário do Dep. Cristián Leay (UDI), evidenciando a dicotomia governo *versus* oposição. Após iniciar o trâmite no Senado, o Poder Executivo retirou o projeto em 22/01/2002.

Já a MSC 168-349/2003, cuja tramitação fora de discussão imediata, referendava o Tratado de Livre-Comércio entre o Chile e os Estados Unidos. O relator designado foi Edgardo Riveros Marin (PDC), que concluiu pela sua aprovação, com uma emenda substitutiva que pouco alterava o conteúdo do tratado. Contudo, o parecer, apesar de aprovado na CREA, teve três votos contrários. A Dep. Alejandra Sepúlveda (Independente) e o Dep. José Antonio Galilea foram unânimes em destacar que o acordo não traria benefícios para todo o país, aumentando as desigualdades em regiões com pouca tradição exportadora. Já Sergio Aguiló (PS) afirmou que o TLC

“contém matérias de comércio, mas também um conjunto de outras matérias, como as de ordem financeira – vinculadas ao tratamento das exportações estrangeiras e norte-americanas -, de propriedade intelectual e de temas trabalhistas e ambientais que transcendem o tema estritamente comercial. Esses temas levaram a concluir que, ao menos, existe uma dúvida razoável do que compromete ou poderá comprometer a soberania do Chile para desenvolver no futuro estratégias e políticas inteiramente livres no campo econômico”. (Boletín 3318-10, 2003, p.31)¹⁶⁷.

Ademais, a aprovação do acordo de livre-comércio foi uma questão controversa, gerando debates calorosos, mas sendo outro exemplo que comprova a atuação responsiva tanto da coalizão quanto da oposição. Depois de uma negociação que durou três anos no plano externo, o acordo foi aprovado por 87 votos a 8 na Câmara dos Deputados; dos votos contrários, um foi do PS, cinco foram da UDI, e dois da RN. No Senado, o projeto foi aprovado com 34 votos a favor e 5 contrários, sendo dois deles provenientes da RN, dois do PDC e um do PPD. Dessa maneira, o cômputo dos votos é um reflexo do ajustamento das diferentes preferências partidárias mesmo em um contexto de assuntos extremamente

¹⁶⁷ Traduzido do original “contiene materias de comercio, pero también un conjunto de otras materias, como son las de orden financiero -vinculadas al tratamiento de las inversiones extranjeras y norteamericanas-, de propiedad intelectual y de temas laborales y ambientales que trascienden con mucho al tema estrictamente comercial. Estos temas le han llevado a concluir que, al menos, existe una duda razonable de que se hipoteca o que podría hipotecarse la soberanía de Chile para desarrollar en el futuro estrategias y políticas enteramente libres en el campo económico”.

controversos (Flores-Macías, 2012, p.162-3). Sendo assim, mesmo sendo uma mensagem presidencial de discussão imediata, que tornou-se norma jurídica em apenas dois meses de tramitação, houve atuação partidária tanto da oposição quanto da base aliada, evidenciando o componente conflituoso de um tratado dessa dimensão.

Por sua vez, a MSC 56-350, de 2003, tratava do protocolo das imunidades do Banco de Pagamentos Internacionais, sendo relatada pelo Dep. Juan Pablo Morel (PDC). É importante destacar que o parecer solicitou ao Presidente da República que considerasse, no momento da ratificação, a formulação de reserva ao seu artigo 4, aumentando a autonomia do país perante tal organismo. Contudo, apesar de aprovado, houve o voto contrário do Dep. Waldo Mora (PDC), da base governista.

A MSC 125-351/2004, com urgência simples, estabelecia normas relativas ao aperfeiçoamento da gestão institucional do Ministério das Relações Exteriores do Chile, sendo, portanto, uma norma doméstica de influência direta sobre a atuação do país no plano internacional. Na CREAMI, o Dep. Gonzalo Ibáñez Santa María (UDI) foi o relator designado, tendo seu relatório aprovado por unanimidade. Ao tramitar na CRE do Senado, os membros da Comissão aprovaram por unanimidade a maioria do acordo, mas os senadores Sergio Romero (RN), Jorge Martínez (*Independiente*) e Juan Antonio Coloma (UDI), todos da oposição, rejeitaram o artigo segundo da matéria, que previa que o Poder Executivo poderia modificar, por meio de decreto, a composição administrativa da *Cancillería*. O ponto principal, segundo o relatório aprovado, é que haveria excessiva centralização executiva por via de decretos com força de lei.

Outra matéria considerada como conflituosa foi a MSC 225-351/2004, que submetia à consideração das Casas Congressuais o Acordo entre o Chile e a Organização das Nações Unidas (ONU). Após o parecer da Dep. Isabel Allende Bussi (PS) ser aprovado por

unanimidade na CREAMI, os senadores opositores Hernán Larraín (UDI), Jorge Martínez (*Independiente*) e Juan Antonio Coloma (UDI) emitiram parecer contrário ao projeto, rechaçando-o na CRE. Sendo assim, apesar de aprovada três anos depois, a matéria pode ser considerada como mais um caso onde houve conflito entre governo e oposição; ademais, pela primeira vez houve um posicionamento de preferências contrárias entre as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado.

Um caso discrepante foi a MSC 55-352/2004, com urgência suma, visava aprovar o Convênio de Santa Cruz de la Sierra, constitutivo da Secretaria Geral Ibero-Americana. Fora aprovada em ambas as comissões legislativa; contudo, na CREAMI, o parecer aprovado do Dep. Ivan Moreira Barros (UDI) teve o voto contrário do Dep. Cristián Leay (UDI), o que reflete uma disputa dentro da própria oposição.

A MSC 8-353/2005, caracterizada como um acordo de cooperação militar e tecnológica entre o Chile e a Turquia, teve parecer do Dep. Ivan Moreira Barros (UDI) aprovado na CREAMI. Já na CRE houve a aprovação do parecer nos mesmos termos da Comissão anterior, mas com o voto contrário do Senador Juan Antonio Coloma (UDI), que emitiu parecer desfavorável porque o acordo “estabelece uma cláusula de confidencialidade com a Turquia, fazendo com que a matéria, ao passar pelo Parlamento, requiere quórum especial...e não simples” (Boletín 3919-10, 2005, p.9)¹⁶⁸. Houve, novamente, o voto contrário da UDI, caracterizando a disputa entre governo *versus* oposição.

A MSC 52-354/2005 foi outro Tratado de Livre-Comércio efetuado pelo governo Chileno, mas dessa vez com a China. Ao tramitar na CREAMI, o Dep. Jorge Tarud Daccarett foi designado relator, tendo relatório aprovado por maioria dos votos. Foram 20 votos a favor

¹⁶⁸ Traduzido do original “establece una cláusula de confidencialidad y secreto con Turquía y que dicha materia, al pasar por el Parlamento, requiere de quórum especial”.

e dois contrários, dos Dep. Gonzado Arenas (UDI) e da Dep. Alejandra Sepúlveda (PRI), ambos da oposição, o que denotou outra disputa da clivagem governo/oposição.

Já a MSC 204-354/2006, com urgência simples, submetia à aprovação congressual o Protocolo do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, adotado pela ONU, destinado a abolir a pena de morte. Na CREA, teve parecer aprovado, com formulação da Dep. Isabel Allende Bussi (PS), com voto contrário novamente de um congressista da oposição, o Dep. Iván Moreira Barros (UDI).

Por fim, a MSC 521-357/2008, com urgência suma, tratou do projeto de acordo aprovatório do Estatuto de Roma, da Corte Penal Internacional, adotado em julho de 1998 (ainda durante o governo de Eduardo Frei), entrando em tramitação no Congresso do país somente em junho de 2009. Tal matéria teve tramitação invertida, pois a casa iniciadora foi o Senado, cujo parecer foi aprovado por unanimidade na CRE. Contudo, ao ser submetido ao referendo da Casa Revisora, o parecer da CREA, do Dep. Renán Vildósola (PDC), teve dois votos contrários, dos deputados Juan Pellizzari e Iván Moreira Barros, ambos da UDI, de oposição. Em sua argumentação, o Dep. Barros expressou seu voto pois

“parece evidente que para analisar um tratado internacional dessa natureza, o conceito de soberania prevalece sobre a igualdade soberana, o que este projeto claramente viola. Há um conjunto de normas do acordo que colocam em dúvida a igualdade soberana, uma vez que países como Estados Unidos, Rússia e China não aderiram a ele e, com isso, mais da metade da população mundial se encontra fora da jurisdição do Tribunal Penal Internacional. Estamos na presença de uma justiça internacional seletiva, e não de uma justiça universal, como se procura acreditar” (Boletín 6560-10, 2009, p.24)¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Traduzido do original “parece evidente que para analizar un tratado internacional de esta naturaleza, el concepto de soberanía prima sobre la llamada igualdad soberana, y este proyecto de acuerdo claramente lo viola. A su parecer hay un conjunto de normas del Acuerdo que ponen en duda la igualdad soberana, toda vez que países como Estados Unidos de Norteamérica, Rusia y China no se adherieron a él, y con ello, más de la mitad de la población mundial queda fuera de la jurisdicción del Tribunal Penal Internacional. Estamos en presencia – sostuvo- de una justicia internacional selectiva, y no de una justicia universal como se ha hecho creer”.

Já o Dep. Masferrer justificou seu voto devido à

“atenção que o Governo qualificara seu despacho com urgência suma, de maneira que o Senado teve muito tempo para analizá-lo, ao passo que a Câmara dos Deputados está sendo forçada à uma decisão urgente. Com isso, peço ao governo que considere a retirada da urgência para buscar o maior consenso em seu tratamento”. (Boletín 6560-10, 2009, p.25)¹⁷⁰.

Dessa maneira, novamente houve uma clara disputa entre o governos e partidos opositoristas. Contudo, o projeto foi aprovado apenas um mês depois de adentrar no Congresso, o que demonstra que, apesar da oposição tentar impor suas preferências, a urgência do Executivo tornou a tramitação mais célere, evidenciando o componente consensual da política externa chilena.

4.3.2. Velocidade de tramitação e coalizões partidárias em política externa

A partir das seções anteriores, pode-se constatar que o Poder Legislativo, ou certos partidos políticos ou mesmo setores sociais e econômicos representados por esses, tem grande parte de suas preferências atendidas na formulação de política externa, reformulando algumas das matérias tramitadas e em tramitação, além de haver a disputa partidária a partir das relatorias e da formação de coalizões, seja em menor grau (Chile) ou em maior grau (Brasil). Com isso, a seguir, o estudo analisa o tempo de tramitação de atos internacionais como variável central para explicar a atuação legislativa em política externa e a disputa partidária entre governo e oposição, destacando casos onde o silêncio legislativo foi amplo e contribuiu para aumentar o conflito entre as legendas partidárias perante o governo.

¹⁷⁰ Traduzido do original “atención que el Gobierno calificara con suma urgencia su despacho, por cuanto el Senado tuvo mucho tiempo para analizarlo, pero a la Cámara de Diputados se le está forzando a una urgente decisión. Pidió al Gobierno que considerara el retiro de la urgencia para buscar un mayor consenso en su tratamiento”.

O debate acerca das consequências da velocidade do processo de tomada de decisão sugere que o tempo legislativo é variável central para compreender o desempenho de governos e a *accountability* em democracias (Chaisty, 2014, p.589). Por um lado, espera-se que o atraso na tramitação de projetos pode aumentar os riscos de governabilidade, reduzindo o tempo e os recursos destinados para outras decisões importantes (Woon e Anderson, 2012, p.410). Por outro lado, o aumento do tempo de tramitação também pode ser positivo, garantindo oportunidades de construção do consenso e do conflito como meio de fortalecimento das democracias (Borghetto e Giuliani, 2012). Em sistemas presidencialistas estáveis, multipartidários e com partidos políticos disciplinados e organizados em coalizões, como é o caso do Brasil e do Chile ao menos no período analisado, um processo decisório extremamente longo pode sinalizar o aumento de deliberação e até mesmo do conflito partidário como um viés positivo, sendo fatores essenciais para a consolidação de uma democracia com eficiente sistema de freios e contrapesos¹⁷¹. Tal hipótese é verificada no caso brasileiro, onde houve maior heterogeneidade de coalizões e, por conseguinte, maior tempo de tramitação de atos internacionais, evidenciando o aumento do conflito entre os partidos. Por outro lado, a tomada de decisão em ritmo mais acelerado é considerada como resultante de uma construção de coalizões mais eficiente na legislatura (e não em razão do fraco envolvimento do Poder Legislativo no processo de tomada de decisão), evidenciando a homogeneidade de preferências nos partidos como a hipótese central para o caso chileno, com menor tempo de tramitação de propostas de política externa.

Dessa maneira, embora o presidencialismo brasileiro e chileno possua características que poderiam ocasionar governos minoritários, o *modus operandi* é estável e

¹⁷¹ Com isso, rejeita-se a tese de Linz (1990), segundo a qual o aumento do tempo ocasiona o conflito prejudicial para democracias em consolidação. E, em sistemas multipartidários, a falta de incentivos para formar maiorias disciplinadas, o atraso de tramitação em projetos seria extremamente negativo.

baseado em coalizões majoritárias, com barganha e troca de poder entre Executivo e partidos governistas (Chaisty, 2013, p.591). Por conseguinte, a negociação com a base de apoio legislativa ocasiona a governabilidade, mas o tempo de tramitação de determinados projetos depende da efetividade dos presidentes em lidar com coalizões, de acordo com sua homogeneidade ou heterogeneidade. Ou seja, espera-se que, no caso brasileiro, com o aumento das coalizões governistas e devido à sua heterogeneidade de preferências, o processo de tomada de decisão em política externa será mais lento e com maior conflito. Quando não há compatibilidade entre as metas governamentais e prevalece o conflito das demandas no plano interno, o tempo de tramitação passa a ser maior. Por sua vez, no caso chileno, a presença de coalizões menos amplas e mais homogêneas faz com que a tramitação dos projetos de atos internacionais seja mais rápida, com base no consenso e moderação. Quando há compatibilidade entre as metas governamentais e o consenso no plano doméstico, a tendência é que o tempo de tramitação seja menor.

Para avaliar a utilização do tempo de tramitação como instrumento de manifestação partidária e de conflito entre governo e oposição, serão considerados (Souza, 2013):

- a. o tempo de tramitação desde sua promulgação no plano internacional, pelo Poder Executivo, até sua entrada nas Comissões de Relações Exteriores (TTE)¹⁷²;
- b. a velocidade do parecer nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, considerada como a Casa iniciadora (TTC1);

¹⁷² Não será considerada a análise do tempo de tramitação interno no Poder Executivo, mas convém destacar sua extrema importância para o processo decisório. Isso porque o Executivo pode, após assinar o ato internacional e antes de enviá-lo ao Congresso Nacional, arquivá-lo ou determinar estudos mais aprofundados acerca do tema no âmbito das suas agências, de maneira que a demora no envio do ato internacional para referendo sinaliza a existência de divergências entre as próprias agências, ou os reflexos negativos do ato no plano interno, considerando as preferências legislativas (Souza, 2013, p.104).

- c. o tempo de envio ao Senado e às Comissões de Relações Exteriores, caracterizando o tempo de tramitação na Câmara dos Deputados (TTCD);
- d. a velocidade do parecer nas Comissões de Relações Exteriores do Senado, considerado como a Casa revisora (TTC2);
- e. o tempo de tramitação no Senado, até sua publicação ou rejeição (TTSF);
- f. o tempo total de tramitação do ato internacional desde sua entrada no processo legislativo brasileiro e chileno (TTT);

Conforme a tabela 22, a seguir, pode-se confirmar a hipótese de que a amplitude ideológica e de aumento de partidos políticos na coalizão, evidenciado durante o governo do PT, torna o processo legislativo de atos internacionais nas comissões mais moroso, enquanto que a formação de coalizões mais homogêneas, estáveis e menos amplas, como visto na *Concertación*, ocasiona a maior celeridade de processo de tomada de decisão em política externa.

Tabela 22 – Tempo de tramitação das mensagens presidenciais, em média de dias (2000-2010)

	Brasil	Chile
TTE	708	1244
TTC1 – CREDN E CREAM	209	82
TTCD	625	146
TTC2 – CRE E CRE	121	116
TTSF	165	451
TTT	790	597

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

O primeiro aspecto, o tempo de tramitação executivo (TTE) considera a promulgação do ato no plano internacional até sua remessa às Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. No Brasil, durante o período analisado, a remessa durou em torno de 708 dias, enquanto que os presidentes chilenos demoraram quase o dobro do tempo, em torno de 1244 dias. No Chile, os tratados de livre-comércio foram aqueles que demoraram o menor tempo

para tramitar na CREAM – em média, apenas 241 dias. Por sua vez, no Brasil, projetos que envolveram países do BRICS e do IBAS, um dos objetivos centrais da diplomacia de Lula da Silva, foram os mais céleres, demorando em torno de 347 dias para ter sua tramitação iniciada na CREDN.

Assim, por um lado, o estudo pressupõe que a maior lentidão do envio ocasiona a maior preparação de parlamentares e partidos políticos para a tramitação da matéria, aumentando o consenso em torno do projeto e, conseqüentemente, sua celeridade processual; por outro lado, a pressa do Executivo em expedir o ato internacional resulta na menor preparação dos legisladores para o tema, diminuindo o consenso e aumentando, por conseguinte, sua demora para ser aprovado nas Comissões e nas Casas Legislativas.

Considerando a heterogeneidade das coalizões brasileiras e a maior homogeneidade e estabilidade das coalizões chilenas para referendar as hipóteses da presente análise, o segundo aspecto analisa a velocidade do parecer nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados – a casa iniciadora (TTC1). De acordo com os dados coletados, a CREDN demorou, em média, 209 dias para ter seus pareceres aprovados, enquanto que na CREAM do Chile a média foi de 82 dias. Porém, se considerarmos os objetivos de cada de cada país, a dinâmica se torna ainda mais diferente. O PT, nas duas administrações de Lula da Silva, centrou seus objetivos no fortalecimento do Mercosul e da Unasul, além de procurar a maior inserção internacional e aumento do *soft power* via acordos de cooperação com os BRICS, países do IBAS e da África, evidenciando, portanto, o privilégio da cooperação Sul-Sul. Contudo, isso não significou aceitação por parte dos partidos opositoristas e da oposição, que procuraram atrasar o tempo de tramitação nas relatorias da CREDN. Os projetos relativos ao Mercosul e à Unasul, por exemplo, demoraram em torno de 331 dias para ter seus pareceres aprovados; e, se contemplarmos somente a presença de relatores de partidos

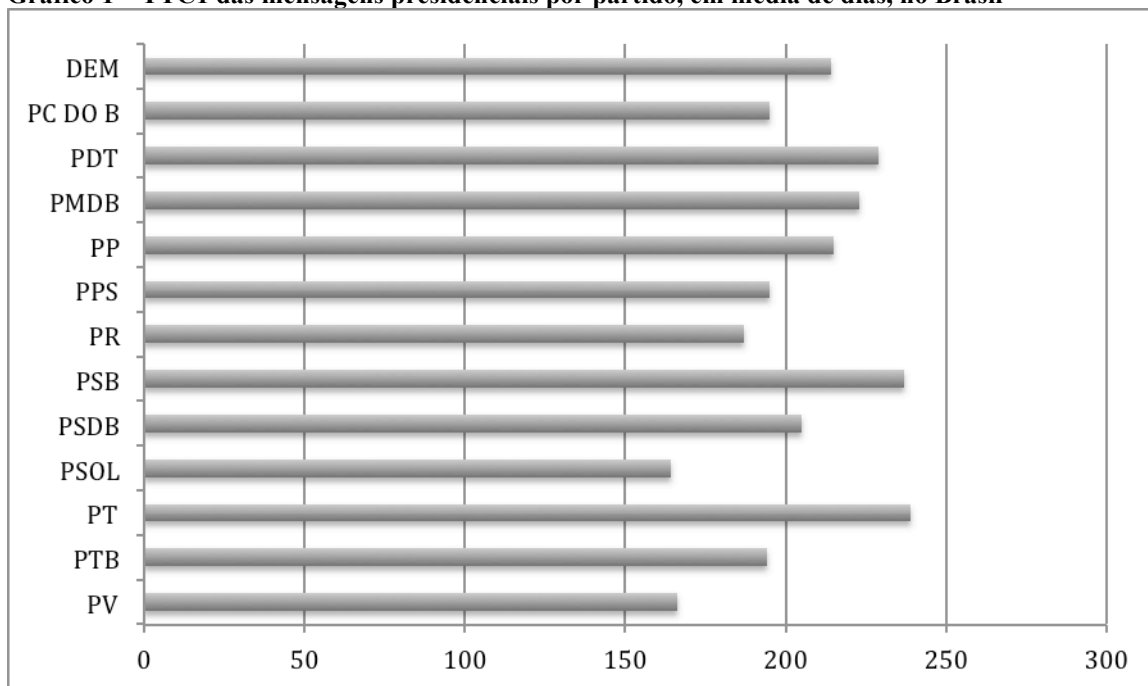
políticos de oposição, o tempo médio cai para 318 dias, o que demonstra os próprios relatores da base governista foram os que aumentaram o tempo de decisão do parecer na CREDN. De maneira semelhante, quando envolviam países dos BRICS e do IBAS, o tempo de tramitação também ficou acima da média – em torno de 212 dias. Assim como ocorrido nas matérias relativas ao Mercosul e à Unasul, os partidos de oposição (48% dos relatores totais) tiveram pareceres com menor tempo de tramitação (194 dias), o que evidencia, novamente, o conflito do governo com a própria base governista. Por sua vez, considerando os principais objetivos da política externa chilena como um todo, os acordos comerciais tramitaram rapidamente na CREAM – em torno de 69 dias; se considerarmos apenas os matérias de acordos comerciais que tiveram relatores da oposição (18% dos casos), o tempo médio aumenta para 78 dias. Para os tratados de livre-comércio, a dinâmica foi ainda mais rápida: em média, cada TLC durou 41 dias para ter seu parecer aprovado. Em 56% dos projetos de TLC houve a relatoria por parte de partidos opositores; nesses casos, o tempo médio de tramitação foi para 42 dias. Ou seja, pode-se observar o componente consensual em torno dos objetivos da política externa chilena a partir da celeridade do tempo de tramitação de acordos comerciais e de livre-comércio¹⁷³.

No Brasil, de acordo com o gráfico 1, assim como observado na seção anterior (que mostrou que grande parte dos pareceres foram objeto de votos contrários da própria base governista), os partidos da coalizão governista foram aqueles que mais demoraram para aprovar os pareceres na CREDN. Os pareceristas do PT foram aqueles com relatórios cujo tempo de tramitação foi o maior (239 dias), seguido por PDT (229 dias) e PMDB (223 dias); já os principais partidos da oposição, DEM e PSDB, demoraram, em média, 214 e 205, respectivamente. Ou seja, o padrão de maior tempo de tramitação observado no caso

¹⁷³ Para efeito de comparação, matérias de direitos humanos em política externa demoraram em torno de 117 dias para ter seus pareceres aprovados.

brasileiro resulta, dentre outros fatores, das próprias divergências entre os partidos da base governista, cuja dinâmica de aprovação dos pareceres é considerada mais dilatada.

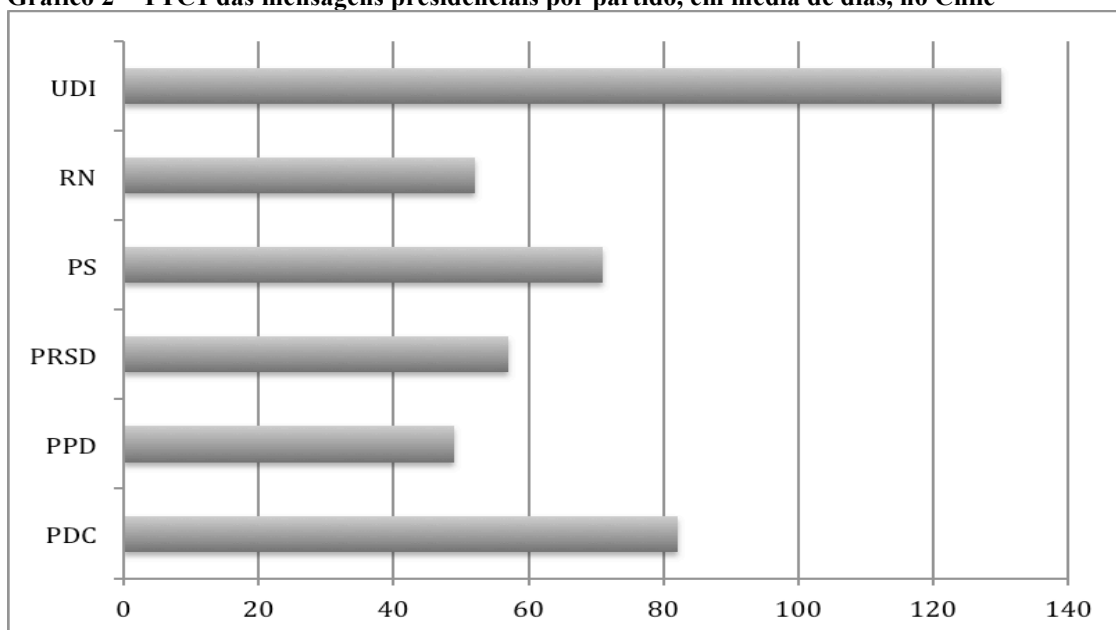
Gráfico 1 – TTC1 das mensagens presidenciais por partido, em média de dias, no Brasil



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil.

Já o gráfico 2, relativo à CREAMI no Chile, mostra que a UDI foi o partido que mais prolongou o tempo de tramitação dos relatórios na Comissão, com média de 130 dias. Já os outros partidos tiveram relatores cujos relatórios foram mais céleres, o que demonstra que houve maior consenso entre a coalizão da *Concertación* e até mesmo com um partido da oposição, a RN.

Gráfico 2 – TTC1 das mensagens presidenciais por partido, em média de dias, no Chile



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do site do Congresso Nacional do Brasil e do Chile.

Convém destacar que, apesar do TTC1 da CREAMI no Chile ser praticamente duas vezes menor que o TTC1 da CREDN no Brasil, houve casos discrepantes. A MSC 23-342/2001, que tratava do controle de movimentos fronteiriços adotados pela Convenção da Basileia, mesmo com tramitação com urgência simples, demorou oito anos (ou 3061 dias) para ter seu parecer, da Dep. Isabel Allende Bussi (PS), aprovado na Comissão. Da mesma maneira, a MSC 154-348/2002, que submetia ao referendo congressional o acordo científico entre o Chile e a República Dominicana, teve o parecer do Dep. Gonzalo Arenas (UDI) aprovado em nove anos, ou 3892 dias¹⁷⁴. No Brasil, os pareceres com tempo de tramitação maior foram: a MSC 504-2003, que encaminhava mensagem relativa ao texto de emenda à Constituição da OIT, sendo que o relatório do Dep. Paulo Delgado (PT), foi devolvido sem manifestação e aprovado em 1084 dias; e a MSC 56-2006, relativa ao acordo sobre transporte marítimo entre

¹⁷⁴ Assim como os dois maiores TTC1 no âmbito geral, a CREAMI também foi responsável pela aprovação de pareceres no mesmo dia de sua remessa, como se pode observar nas mensagens presidenciais 81-351/2004, 384-356/2008 e 1608-357/2009.

Brasil e Estados Unidos, cujo relatório final do Dep. Marcondes Gadelha (PSB) foi aprovado depois de diversos anteriores terem sido rejeitados.

Mas o maior exemplo de participação ativa do Congresso em temas de política externa está relacionado com o envio de tropas chilenas ao Haiti e a lei sobre operações de paz. Em 2004, o Presidente da República Ricardo Lagos decidiu formar parte da força multinacional para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), o que gerou severas críticas dos congressistas. Isso porque o Poder Executivo não consultou o Senado Federal, que deveria autorizar a saída de tropas nacionais do território em virtude da lei n. 19.067. Nesse contexto, os senadores aprovaram a autorização para a saída de tropas, mas houve forte questionamento quanto ao procedimento e à conveniência da decisão, passando a haver debates sobre a complexidade da missão e sua duração, assim como seus custos. Com a solicitação de prorrogação da autorização, o Senado continuou debatendo a participação das tropas chilenas a cada seis meses, de maneira que foi solicitada a formação de uma Comissão especial composta em igual número por Senadores da situação e da oposição, com o propósito de avaliar a situação do Haiti como o marco que regula a saída de tropas para futuras missões de paz. Sendo assim, em 2007, o Senado seguiu a recomendação da Comissão especial e aprovou a proposta de uma nova política nacional de participação em operações de paz, enviando, para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa, um projeto de lei que modificava a lei n. 19.067 e estabelecia normas para tal participação. Dessa maneira, o projeto foi aprovado em 2008, sendo posteriormente enviado à Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto após indicações propostas pelas comissões internas e emendou alguns aspectos do texto. Após o projeto passar pelo Senado Federal, o mesmo foi enviado à Presidente Michelle Bachelet, culminando na promulgação, em 2008, da lei n. 20.297, que “modifica a lei n. 19.067 e estabelece normas para a participação de tropas chilenas em operações de paz”.

Já o terceiro aspecto diz respeito ao tempo de tramitação na Câmara dos Deputados e posterior envio às CREs (TTCD). Nesse quesito, as matérias que adentraram na Câmara Baixa do Brasil, demoraram, em média, quatro vezes mais do que àquelas que foram objeto de ratificação entre os deputados chilenos. Enquanto o tempo de envio ao Senado Federal do Brasil demorou 652 dias, no caso chileno houve maior celeridade, com média de 146 dias, evidenciando o caráter consensual dos atos internacionais em tramitação na Casa. Os tratados de livre-comércio, principal objetivo da política externa chilena, demoraram em torno de 105 dias para sua aprovação na Câmara dos Deputados e envio ao Senado Federal. Se considerarmos apenas os acordos comerciais, a média ainda se mantém abaixo: 138 dias. No Brasil, os acordos relativos ao Mercosul/Unasul e ao grupo BRICS/IBAS se mostraram acima da média de tramitação na Câmara dos Deputados: 635 e 720 dias, respectivamente.

Por sua vez, o quarto aspecto considera a velocidade do parecer nas Casas Revisoras, ou seja, nas Comissões de Relações Exteriores dos casos analisados (TTC2). Nesse caso, o parâmetro mudou substancialmente. Isso porque houve praticamente o mesmo tempo de tramitação médio nos casos analisados: 121 dias para relatórios provenientes dos senadores brasileiros e 116 dias dos relativos aos legisladores chilenos na CRE. Como na CRE do Chile os relatórios foram feitos por todos os membros conjuntamente, não há como medir a velocidade do processo de tomada de decisão de acordo com os partidos. Novamente, no caso chileno, acordos comerciais e tratados de livre comércio tramitaram de maneira mais célere. Enquanto os primeiros demoraram em torno de 66 dias para serem aprovados, os segundos tiveram um lapso temporal ainda menor, de 56 dias (ou seja, metade do tempo de tramitação normal). No Brasil, por sua vez, a dinâmica de tramitação se caracterizou pela maior celeridade em relação aos objetivos primordiais do governo Lula. Os acordos relativos ao Mercosul/Unasul demoraram em torno de 120 dias, enquanto que as matérias que versavam

sobre atos internacionais relacionados aos BRICS e ao IBAS foram ainda mais céleres, com média de 78 dias. Com isso, pode-se evidenciar o principal ponto de conflito ocorreu na Câmara dos Deputados do Brasil; já o Senado Federal do país se manteve mais atrelado aos pressupostos centrais da diplomacia do governo Lula, de maneira que tanto senadores governistas quanto oposicionistas não atuaram de maneira conflitual, seja em pontos de modificação ou influenciando o maior tempo de tramitação. Contudo, novamente, os partidos cujos relatores mais contribuíram para aumentar o tempo de tramitação da matéria na CRE foram àqueles da base governista – PP (164 dias), PSB (163 dias) e PT (147 dias) – ao passo que os partidos de oposição mantiveram índices médios (DEM, com relatórios aprovados em 133 dias, e PSDB, em 97 dias). Já o Chile teve a mensagem presidencial que mais demorou para ter seu relatório aprovado: a MSC 68-353/2005, que previa o acordo de extradição entre o Chile e os países-membros do Mercosul, prolongando-se ao longo de 2191 dias na CRE do país.

O quinto aspecto, relativo ao tempo de tramitação no Senado Federal (TTSF), teve uma dinâmica completamente diferente. Na Câmara Alta do Brasil, demorou em média 165 dias para ser enviado ao Poder Executivo; já no Chile houve um tempo de tramitação severamente maior, em torno de 451 dias. As causas do ciclo mais célere no caso brasileiro podem ser evidenciadas por meio da importância do Colégio de Líderes para o processo de tomada de decisão no presidencialismo do país – o que ficou evidenciado nos acordos relativos ao Mercosul/Unasul (138 dias) e às matérias que tratavam de atos internacionais dos BRICS e do IBAS (111 dias). Cabe ressaltar a dinâmica constante dos acordos comerciais e de livre-comércio negociados pelo Chile e que foram aprovados no Senado Federal: em média, os atos comerciais comuns demoraram 398 dias, enquanto que os relativos a TLC vigoraram durante 259 dias.

Por fim, e como conclusão desta seção deste capítulo, o sexto aspecto diz respeito ao tempo total de tramitação do ato internacional desde sua entrada no âmbito legislativo (TTT), os dados coletados e analisados confirmam as principais hipóteses deste estudo. Em primeiro lugar, o governo Lula procurou formar coalizões amplas e heterogêneas, o que aumentou as distâncias entre as preferências dos partidos e da base governista, de maneira que houve maior discordância em relação à política pública examinada – a política externa. Com isso, além do maior conflito partidário intra-coalizão para formulação de pareceres nas comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, as mensagens presidenciais demoraram, em média, 790 dias para concluir seu rito de tramitação nas Casas Legislativas, de maneira que mesmo os partidos da base aliada contribuíram para o processo menos célere. E, em segundo lugar, as administrações de Lagos e Bachelet conformaram coalizões mais estáveis e homogêneas, diminuindo as distâncias entre as preferências dos partidos e o partido presidencial, o que aumentou o consenso na formulação da política externa ao longo dos anos. Por conseguinte, além do maior consenso intra-coalizão e mesmo entre os partidos opositoristas e o governo, as matérias relativas à atos internacionais foram mais céleres, demorando, em média, 597 dias no processo de tomada de decisão do Congresso Nacional chileno.

Considerando o aspecto primordial da discussão deste estudo, qual seja, a importância de partidos como promotores de interesses a partir de suas preferências programáticas e ideológicas e sua influência na formulação dos principais objetivos dos países em política externa, deve-se ressaltar que, no Chile, os partidos políticos e legisladores atuaram promovendo os propósitos da diplomacia do PS e do país: a tramitação mais célere de acordos comerciais e de tratados de livre-comércio. Os acordos comerciais, por exemplo, demoraram, em média, 521 dias para completar o rito de tramitação. Contudo, se considerarmos os TLCs,

tal dinâmica foi ainda menor, sendo que, desde sua entrada na CREAM, tais atos foram aprovados em menos de um ano, ou 363 dias.

Por sua vez, no Brasil, os legisladores e partidos políticos (principalmente os da base aliada) não se mostraram adeptos às prerrogativas e objetivos básicos do governo Lula da Silva, o que resultou na maior lentidão de matérias tidas como essenciais para o desenvolvimento da política externa do PT. Os acordos relativos ao Mercosul/Unasul, por exemplo, demoraram um pouco acima da média, em torno de 796 dias. Porém, as matérias negociadas com países dos BRICS e do IBAS se prolongaram ao longo de 831 dias, evidenciando o componente conflituoso desse tipo de política externa. É necessário ressaltar, também, que o governo Lula procurou realizar acordos internacionais com países cuja ideologia se moldava à do PT, tais como Venezuela, Bolívia e Cuba, ou países nos quais o Brasil tinha um relacionamento positivo, mas cujas práticas eram condenadas por partidos de oposição, tais como a Líbia e a Síria. Nesses casos, houve a maior demora do tempo de tramitação total, que perdurou, em média, 888 dias, ou seja, quase 100 dias a mais do que o tempo de tramitação normal.

* * *

Este capítulo confirmou aspectos centrais do processo de decisão em política externa no Brasil e no Chile a partir da análise de suas Comissões de Relações Exteriores do Congresso Nacional. Em primeiro lugar, apesar da predominância e da primazia do Poder Executivo em assuntos internacionais, o Poder Legislativo participa no processo de formulação de política externa, seja *ex ante*, influenciando e pressionando o posicionamento do Executivo nas negociações internacionais, ou *ex post*, por meio de mecanismos

institucionais e procedimentais contidos no processo de tomada de decisão. Em segundo lugar, e mais importante, a participação legislativa e partidária em política externa se dá nos moldes da clivagem governo *versus* oposição, seja em maior grau, como no caso brasileiro, ou em menor grau, evidenciando o consenso da coalizão da *Concertación* no Chile. Isso porque quanto menos coesa e homogênea é a coalizão, maior a obstrução e a barganha no processo legislativo em política externa, ocasionando maiores atrasos na tomada de decisão. No caso brasileiro, tanto os partidos políticos de oposição, mas acima de tudo os partidos da base aliada, procuraram aumentar o tempo de tramitação dos acordos que se caracterizavam como objetivos centrais da diplomacia brasileira durante o governo Lula – quais sejam, o fortalecimento político-institucional do Mercosul e da Unasul, e a cooperação com países do Sul do globo, em especial aqueles da coalizão BRICS e IBAS. Isso porque suas preferências ideológicas eram mais extremas e dispersas, além de heterogêneas, ocasionando maiores pontos de conflito entre governo e partidos políticos. Por outro lado, quanto mais coesa e homogênea é a coalizão, maior o consenso no processo legislativo em matérias de atos internacionais, resultando em uma tomada de decisão mais célere e eficaz. E, durante os governos Lagos e Bachelet, os acordos comerciais e os tratados de livre-comércio continuaram sendo a tona, assim como acontecera nos anos anteriores. E, como os partidos político chilenos possuem posições políticas e preferências mais moderadas e centristas em política externa, houve o arrefecimento do conflito partidário e o maior consenso entre as propostas que tramitaram, de maneira que foram oferecidos poucos pontos de modificações, além do aumento da celeridade em atos internacionais envoltos por questões comerciais e de livre-comércio – ambos caracterizados como os principais objetivos de todos os partidos políticos em política externa no Chile.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o processo de tomada de decisão em política externa a partir das mensagens presidenciais enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, examinando comparativamente os governos de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2010), no Brasil, e do *Partido Socialista* (2000 a 2009), no Chile, investigando como o processo decisório de atos internacionais pode ser objeto de atuação legislativa e partidária e, mais importante, que está sujeito ao conflito/consenso entre governo e oposição a partir da estruturação ideológica de coalizões que influenciam a negociação do acordo no plano internacional e principalmente no contexto doméstico.

A ideia central da tese é a de que a política externa é considerada como uma política pública, resultando da formulação no plano internacional em conjunto com sua tramitação no contexto doméstico (não sendo um tipo de política resultante de iniciativas exclusivas do Poder Executivo), envolvendo, por conseguinte, a atuação congressual, de partidos políticos, de grupos de interesse e dos mais variados atores. A política externa deve ser analisada a partir de seus condicionantes endógenos, considerando a arena de embate político e a pluralidade de atores e de preferências. Nesse sentido, o Poder Legislativo e os partidos políticos, assim como as coalizões partidárias, são *veto players* e têm suas preferências impostas e atendidas na formulação da política externa no plano internacional e na arena doméstica. Sendo assim, a explicação das diferenças de trajetórias dos dois países em política externa deve ser entendida à luz das próprias características do sistema partidário brasileiro e chileno e a partir do relacionamento das preferências do Poder Executivo das coalizões de

governo. Isso porque a atuação em política externa de determinado país não ocorre somente em razão do objetivo do Poder Executivo, das preferências partidárias do partido governista ou da configuração do sistema internacional, mas está sujeita à aspectos políticos e institucionais contidos no processo decisório de atos internacionais, fundamentalmente relacionados à forma como a organização partidária das coalizões se estrutura e à clivagem governo *versus* oposição.

Por conseguinte, o fator ideológico presente nas coalizões é uma variável que afeta o processo decisório em política externa. Quanto maior a heterogeneidade ideológica e o tamanho da coalizão, maior o conflito partidário em política externa. Por outro lado, quanto maior a homogeneidade ideológica e quanto menor o tamanho da coalizão, menor o conflito partidário em atos internacionais. Pressupõe-se que há a atuação legislativa, e que ela é pautada, acima de tudo, em razão das disputas partidárias nas próprias coalizões, e entre governo e oposição.

Brasil e Chile foram países cujas variáveis contextuais e institucionais das décadas anteriores à redemocratização influenciaram, em maior ou menor grau, a configuração do sistema de partidos e de relações Executivo/Legislativo da atualidade, o que acarretou diferentes posicionamentos na formulação em política externa. Isso porque a configuração do sistema político-partidário influencia o processo de tomada de decisão de qualquer política pública, e especificamente a política externa.

No Chile, os enclaves do período ditatorial não impediram o ressurgimento de partidos políticos que estavam presentes antes do golpe militar de 1973; assim, a correlação de forças e instituições que se fundaram e se institucionalizaram durante o período ditatorial teve consequências duradouras sobre a distribuição e alocação de poderes entre o Poder Executivo e os partidos políticos, garantindo a maior institucionalização do sistema partidário e das

preferências ideológicas dos partidos políticos da coalizão governista em consonância com a primazia do presidente em formular políticas públicas na área de política externa. Dessa maneira, apesar da propensão em ocorrer governos minoritários, os governantes chilenos pós-1990 formaram coalizões mais homogêneas e estáveis, com partidos mais conectados ideologicamente, o que manteve certa estabilidade, moderação e consenso em torno das matérias que tramitaram no Congresso do país, além do incentivo para a negociação intrapartidária, interpartidária e inter-coalizão e, conseqüentemente, a continuidade histórica da forma como o país se insere no sistema internacional e de paradigmas de atuação, privilegiando aspectos neoliberais e de abertura de mercado desde o regime autoritário de Pinochet até os governos atuais da *Concertación*. Sendo assim, a atuação do Poder Executivo do Partido Socialista em política externa, baseada na continuidade de paradigmas de inserção internacional, ocorreu em um ambiente pautado pela moderação e pelo compromisso partidário e construção do consenso em torno dos objetivos governamentais, quais sejam, os acordos comerciais e os tratados de livre-comércio, enfatizando a parceria com a América Latina. A atuação partidária, dessa maneira, ocorreu pautada pelo consenso, com poucas modificações em acordos comerciais e tratados de livre-comércio, e procurando acelerar o processo de tomada de decisão dos atos internacionais.

No Brasil, por sua vez, a configuração pós-redemocratização, apesar de manter a preponderância do Poder Executivo para formulação de políticas públicas em geral, não deixou marcas tão visíveis no sistema de partidos, que se caracterizou pelo aumento do multipartidarismo. O fim do bipartidarismo do período autoritário, aliado à centralidade do Poder Executivo, propiciou o fortalecimento dos partidos já existentes (embora com uma nova “roupagem”), e o surgimento de diversas agremiações partidárias que contribuíram para a maior complexidade da governabilidade, já que mais partidos políticos dividiam ou

concentravam fatias importantes do poder. E, com um sistema de representação proporcional no qual dificilmente um presidente governa de maneira majoritária, o Poder Executivo obrigou-se a formar coalizões amplas e heterogêneas e não tão estáveis quanto as chilenas, considerando diversas preferências partidárias e ideológicas e aumentando, por conseguinte, o componente conflituoso do processo de tomada de decisão, evidenciando o maior combate ideológico interno, na própria coalizão, e externo, em relação aos partidos opositoristas. Durante os dois governos de Lula da Silva (2003 a 2010), o Partido dos Trabalhadores foi fiel à algumas de suas posições intrínsecas em política externa e à sua agenda internacional, tanto no discurso quanto na prática, para manter a coerência com os objetivos e em favor do apaziguamento das camadas mais radicais da agremiação como uma forma de compensação pela adoção de uma política macroeconômica ortodoxa e contrária às propostas do próprio partido. Com isso, seu governo procurou a promoção do redirecionamento da política externa, em comparação à coalizão antecessora de centro-direita e em relação ao próprio PS, com o objetivo de influenciar o contexto internacional com aumento da atuação como *soft power* via diversificação de parceiros e do fortalecimento de acordos com países do Sul do globo, e a partir de uma posição de liderança na América do Sul, o que ocasionou divergências entre governo e oposição e principalmente entre os partidos da coalizão governista, evidenciando o componente heterogêneo das coalizões como central para a conformação da formulação mais conflituosa da política externa do país.

Em suma, em contextos democráticos, o grau em que a política externa é formulada varia em função do contexto internacional mas, acima de tudo, da correlação das preferências das forças político-partidárias e de configuração do Poder existentes no sistema político de cada país. Assim, devido à relevância do componente doméstico em acordos internacionais, as conclusões desse estudo são importantes para articular uma explicação das razões que levam

os países administrados por partidos políticos de centro-esquerda a atuarem de maneira diferente/similar em política externa, considerando governos anteriores e até mesmo os próprios países em períodos semelhantes, pois houve diferenças importantes entre os dois estilos de governo, considerando os objetivos gerais e partidários de política externa de cada país, assim como a composição e preferência ideológica das coalizões de governo. A partir dessas considerações finais, o estudo espera ter contribuído minimamente para o entendimento do processo decisório de política externa no Brasil e no Chile a partir de variáveis domésticas, como os partidos políticos e os mecanismos institucionais, trazendo elementos para que mais questões sejam formuladas sobre esse tema. Isso porque a tramitação e formulação de acordos internacionais no plano doméstico se tornou uma agenda de pesquisa tanto das Relações Internacionais quanto da Ciência Política, sendo essencial para se compreender a política externa dos países no plano internacional a partir da participação legislativa e partidária *ex ante* e *ex post*, no processo de tomada de decisão.

VI

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz e LOUREIRO, Maria Rita. (1998), “Burocracia na Nova Ordem Democrática Brasileira: o provimento de cargos no alto escalão do Governo Federal (Governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC)”. São Paulo: *EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações*.

ADB. (1994). “A partir da hipótese de ser eleito Presidente da República, qual é a sua visão do que será o Brasil e sua inserção no mundo em dez anos”? Boletim da ADB, Brasília, ano II, n. 11, p. 08-09, mar.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. (2006), “Os desafios de uma ordem internacional em transição”. In: LESSA, Antonio C.; ALTEMANI, Henrique. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo:Saraiva, v. 1

ALCANTARA, Lúcio (2001). “Os parlamentos e as relações internacionais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 44, n. 1, pp. 13-21, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2003), “A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula”. *Rev. Sociol. Polit., Curitiba*, n. 20, p. 87-102.

ALEMÁN, Eduardo e SAIEGH, Sebastián. (2006), “Legislative Preferences, Political Parties, and Coalition Unity in Chile. *Comparative Politics*, v. 39, n. 3.

ALTMAN, David. (2004), “Redibujando el mapa electoral chileno: incidencia de factores socioeconómicos y género em las urnas”, *Revista de Ciencia Política*, 24, 2, pp. 49–66.

_____ e LUNA, Juan, (2011). "Uprooted but Stable: Chilean Parties and the Concept of Party System Institutionalization". *Latin American Politics And Society*. pp.1-28.

ALEXANDRE, Cristina Vieira. (2006), *O Congresso Brasileiro e a Política Externa (1985-2005)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Instituto de Relações Internacionais.

ALLISON, Graham. (1971), *The Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Glenview, IL: Scott, Foresman.

ALMOND, Gabriel e GENCO, Stephen. (1977), “Clouds, Clocks and the study of politics”. *World Politics*, vol.29, n.4, pp.489-522.

ALONS, Gerry. (2007), “Predicting a State’s Foreign Policy: State Preferences between Domestic and International Constraints”, *Foreign Policy Analysis*, Vol. 3, No. 2, pp. 211–32.

ALTMAN, David. (2008), “Régimen de Gobierno y Sistema de Partidos en Chile”. In Arturo Fontaine, Cristián Larroulet, Jorge Navarrete e Ignacio Walker (Eds.), *Reforma de los partidos políticos en Chile*. Santiago: Libertad y Desarrollo, pp.41-74.

AMES, Barry. (2003), *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

AMORIM, Celso. (1994), “Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento e a democracia”. In: FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (Orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra, vol.1.

AMORIM NETO, Octávio (2007), “O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro.” In Lúcia Avelar and Antônio Octávio Cintra, eds., *Sistema político brasileiro: uma introdução* (2nd revised edition). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Christopher; ALMEIDA, Helga. (2012), “Poder Legislativo e Política Externa no Brasil: jogando com as regras”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.34, n.2, p.617-657.

ANGELL, Alan. (2003), “Party Change in Chile in Comparative Perspective”. *Revista de Ciencia Política*, vol.23, n.2, pp.88-108.

ANINAT, Cristóbal; LONDREGAN, John; NAVIA, Patricio e VIAL, Joaquín. (2004), “Political Institutions, Policy Making Process, and Policy Outcomes in Chile”. Manuscript.

ANTUNES, Karoline. (2009), *Democratização, Liberalização Econômica e Processo Decisório em Política Externa: um estudo de caso sobre o papel do Congresso mexicano nas legislaturas de 1994 s 2006*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

ARMIJO, Leslie et al. (2006), "Compared to What? Assessing Brazilian Political Institutions", *Comparative Political Studies* 39:6.

ARRETCHE, Marta. (2004), “Toward a unified and more equitable system: Health reform in Brazil. In Robert Kaufman e Joan Nelson (eds.), *Crucial needs, weak incentives: social sector reform, democratization, and globalization in Latin America*. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, pp.155-188.

ARROW, K. (1963), *Social Choice and Individual Values*. 2nd ed. New York : Wiley.

AZEVEDO, Déborah Bithiah de. (2001), “Os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos Assinados pelo Brasil. Estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados.

BADIE, Bertrand (2000),. *Um mundo sem soberania, os Estados entre o artifício e a responsabilidade*. Coleção Economia e Política. Lisboa: Instituto Piaget.

_____. (2004), *L'Impuissance de l'impuissance: essais sur les nouvelles relations internationales*. Paris: Fayard.

BAKER, Andy. (2009), *The market and the masses in Latin America*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

_____ e GREENE Kenneth (2011), "The Latin American Left's Mandate: Free Market Policies and Issue Voting in New Democracies," *World Politics* 63:1.

BARROS SILVA, Pedro L; BRAGA, José Carlos de S.; COSTA, Vera Lúcia. (2010), "Lula's administration at a crossroads: the difficult combination of stability and development in Brazil". In Kurt Weyland, Raúl Madrid, Wendy Hunter (Eds.), *Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.124-139.

BEACH, Derek. (2012), *Analyzing Foreign Policy*. Palgrave Macmillan: New York.

BERNAL-MEZA, Raúl.(1997), "Chili, un modèle périphérique d'insertion internationale". *Études internationales*, vol.28, n.1, p. 5-25.

BETANCOURT, Shirley. (2010), *Liderazgo y política exterior chilena: una interpretación de los cambios de la política regional en los gobiernos de Lagos y Bachelet*. Tesis de Magister. Santiago: PUC.

BOBBIO, Norberto. (1995), *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma divisão política*. São Paulo: Unesp.

BORGHETTO, E., and M. Giuliani. (2012). "A Long Way to Tipperary: Time in the Italian Legislative Process 1987–2008." *South European Society and Politics* 17 (1): 23–44.

BOSCHI, Renato e GAITÁN, Flavio. (2008), "Gobiernos progresistas, agenda neo desarrollista y capacidades estatales: la experiencia reciente en Argentina, Brasil y Chile". *Análise de Conjuntura OPSA*, n.1, pp.1-30.

BOUZAS, Roberto; VEIGA, Pedro Da Motta; e TORRENT, Ramón. (2002), "In-Depth Analysis of MERCOSUR Integration, Its Prospectives and the Effects Thereof on the Market Access of EU Goods, Services and Investment". Report presented to the Commission of the European Communities, Observatory of Globalization, Barcelona.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2006), *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

_____. (2010), "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, Brasília, pp. 169-186.

_____ e PASQUARELLI, Bruno. (2011), "Significados da chegada do PT à Presidência da República". In: *Revista Ideias*.

BRASIL. (1992), Câmara dos Deputados. Consulta no 2 de 1992. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=23333>>. Acesso em Abril/2014.

_____. (1993), Câmara dos Deputados. Consulta no 7 de 1993. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=12670>>. Acesso em Abril/2014.

_____. (2004), Câmara dos Deputados. Consulta no 4 de 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/236372.pdf>>. Acesso em Abril/2014.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: 2012.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. (2014), “Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-Americana Vista pelo Brasil”. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 549-583.

BURGESS, Sean. (2008), “Consensual Hegemony: theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War”. *International Relations*, vol. 22, nº 1, pp. 65-84.

CAMERON, Maxwell. (2009), “Latin America’s left turns: beyond good and bad”. *Third World Quarterly*, vol.30, n.2, pp.331-348.

CAMINO, Maria Ester. (2012), *Indicação parlamentar: proposição legislativa da Câmara dos Deputados*. Brasília: Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1988), “Desenvolvimento Associado-Dependente e a Teoria Democrática”. In Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2008), “Um mundo surpreendente”. In: BARROS, Octávio de; GIAMBIAGI, Fabio. *Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. Rio de Janeiro, Elsevier.

CAREY, John M. (2002), “Parties, Coalitions, and the Chilean Congress in the 1990s.” Em Scott Morgenstern e Benito Nacif (org.), *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARLSNAES, Walter (2002), “Foreign Policy”. *Sage Handbook of International Relations*, p.430-453.

CARVALHO, José Murilo. (2008), *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, M.I.V. (2003). “Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da

posição brasileira para Seattle”. *Contexto Internacional*, Vol. 25, No. 2, p. 363-401.

CASON, Jeffrey. (2006), “Hopes dashed? Lula’s Brazil”. *Current History*, vol.105, n.688, pp.74-78.

_____ e POWER, Timothy. (2009), “Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era”, *International Political Science Review*, vol. 30, n. 2.

CASTAÑEDA, Jorge. (1993), *Utopia unarmed: the Latin American left after the Cold War*. New York: Knopf.

_____. (2006), “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, vol.85, n.3, pp.28-43.

CASTELLS, M. (1999), *A Sociedade em Rede: economia, sociedade e cultura*. (vol.1). São Paulo: Paz e Terra.

CEPAL. (2008), *Panorama Social de América Latina*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y Caribe.

_____. (2009), *Panorama Social da América Latina*. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

_____. (2010), *Panorama Social da América Latina*. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CERVO, Amado. (2008), *Inserção Internacional do Brasil. Formação dos Conceitos*. São Paulo: Saraiva.

_____ e BUENO, Clodoaldo (2011), *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CHAISTY, Paul. (2014), "Presidential dynamics and legislative velocity in Russia, 1994–2007”. *East European Politics*. Vol. 30, No. 4, 588–601.

CHEIBUB, José Antonio. (2007), *Presidentialism, Parliamentarism, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHILE. (1980), *Constitución de la República de Chile*: 2012.

_____. *Reglamento Interno*. Disponível em: http://www.senado.cl/reglamento-del-senado/prontus_senado/2012-11-07/110101.html. Acesso em 7/2/2015.

CLEARY, Matthew. (2006), “Explaining the left’s resurgence”. *Journal of Democracy*, vol.17, n.4, pp.35049.

COELHO, Ricardo. (1999), *Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e Tomadas de Decisão na Constituinte*. São Paulo. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

COLLIER, David. (1993), “The Comparative Method”. In Ada Finifter (ed.), *Political Science: the State of the Discipline II*. Washington, D.C.: American Political Science Association.

_____ e SEAWRIGHT, Jason. (2004), “Glossary”. In Brady and Collier, *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp.273-314.

_____, SEAWRIGHT, Jason e MUNCK, Gerardo. (2004), “The Quest for Standards: King, Keohane and Verba’s Designing Social Inquiry”. In Brady and Collier, *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp 21-51.

CONCERTACIÓN DE PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA (1989). Programa de Gobierno Patricio Aylwin 1990–1994. Santiago: La Epoca.

_____. Programa de Gobierno (1999): Para Crecer con Igualdad. Santiago. 64 p.

_____. Programa de Gobierno(2006-2010). Santiago, 2005. 102 p.

_____. Un Gobierno para los Nuevos Tiempos: Bases programáticas del Segundo Gobierno de la Concertación. (1994) Santiago. 136 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (1988).

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE CHILE. (1980).

COPPEDGE, Michael. (1997), “A Classification of Latin American Political Parties”. *Working Paper*. Kellogg Institute, pp.1-82.

COOK, Olivia. (2012), “El Congreso Nacional en la política exterior de Chile, marzo 1990-marzo 2010”. In Ross, Cesar y Mario Artaza, *La política exterior de Chile, 1990-2009. Del aislamiento a la integración global*. Santiago: RIL editores.

COUTINHO, Marcelo e SANT’ANNA, Julia. (2008), “Estados de reacomodação social: política e políticas de combate à pobreza na América do Sul”. *Estudos e Cenários*, pp.1-38.

COX, Gary e MCCUBINS, Mathew. (1993), *Legislative Leviathan. Party Government in the House*. Berkeley: University of California Press.

DAHL, Robert. (1956), *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: Chicago University Press.

_____. (1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp.

- DALLARI, Pedro. (2003), *Constituição e tratados internacionais*. São Paulo: Saraiva.
- DANESE, Sérgio. (1999), *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro, Top books.
- DEMOCRATAS. (2010), Programa. Disponível em: <http://www.dem.org.br/pagina-estatuto>. Acesso em 2/9/2015.
- DINIZ, Simone (2005). “O desempenho dos Congressos Argentino e Brasileiro em perspectiva comparada”. *Contexto Internacional*, vol. 27, nº 1. Janeiro-Junho, pp. 159-215.
- _____. (2009), “Atos internacionais e Atuação do Legislativo”. *Teoria e Pesquisa*, vol. XVIII, n.1, p.27-60.
- _____ e RIBEIRO, Cláudio. (2008), “The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy: An Empirical Contribution to the Debate”. *Brazilian Political Science Review*.
- DOW, Jay. (1998), “A Spatial Analysis of Candidates in Dual Member Districts: the 1989 Chilean Senatorial Elections.” *Public Choice*, 97, pp.119-142.
- DRAIBE, Sônia. (1988), “O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas”. *Cadernos de Pesquisa*, NEPP, Campinas.
- _____. (2004), “Federal leverage in a decentralized system: Education reform in Brazil. In Robert Kaufman e Joan Nelson (eds.), *Crucial needs, weak incentives: social sector reform, democratization, and globalization in Latin America*. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, pp.376-406.
- DRAKE, Paul. (1978), *Socialism and populism in Chile, 1932-1952*. Urbana: University of Illinois Press.
- DUPAS, Gilberto. (2006), *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP.
- ERNST, Haas. (1971), “The study of regional integration: reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing”. In Leon Lindberg and Stuart Schengold (eds.), *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge: Cambridge University Press, p.3-44.
- FARES, Seme. (2005), *Democratização da Política Externa Brasileira: o papel do Legislativo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Brasília.
- FERMANDOIS, Joaquín. (2006), “Inserción global y malestar regional: la política exterior chilena en el ciclo democrático 1990-2006”. *Estudios Internacionales*, 39 (54).
- _____. (2011), “Pragmatism, Ideology and Tradition in Chilean Foreign Policy Since 1990”. Em Gardini, Gian Luca e Peter Lambert (eds.), *Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism*. New York: Palgrave Macmillan, p.35-52.
- FIGUEIRA, Ariane. “Processo Decisório em Política Externa no Brasil”. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). São

Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. (2009), "Poder de agenda e políticas substantivas". In Magna Inácio e Lucio Rennó (org.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 77-104.

FLORES-MACÍAS, Gustavo. (2003) *After Neoliberalism? The Left and Economic Reforms in Latin America*. Oxford: Oxford University Press.

FRIEDBERG, Aaron. (1991), "Is the United States Capable of Acting Strategically? Congress and the President". *Washington Quarterly* 14, p.5-23.

FUENTES, Cristián. (2009), "Balance crítico de la política exterior de Chile, 1990-2009". In Quiroga, Yesko e Ensignia, Jaime (Eds), *Chile en La Concertación (199-2010): Una mirada crítica, balance y perspectivas (Tomo I)*. Friedrich Ebert Stiftung: Santiago, p.123-158.

GABSCH, Rodrigo (2010), *Aprovação de Tratados Internacionais pelo Brasil: possíveis opções para acelerar o seu processo*. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília.

GALLEGOS, Franklin Ramires. (2006), "Mucho más que dos izquierdas," *Nueva Sociedad* 205.

GAMBOA, R. "Renovación Nacional". In: HUNEEUS, C.; BERRÍOS, F.; GAMBOA, R. (Org.). *Laselecciones chilenas de 2005: partidos, coaliciones y votantes en transición*. Santiago: Catalonia, 2007.

_____, LOPEZ, Miguel Ángel; e BAEZA, Jaime. (2013). "La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009: de La polarización al consenso". *Revista de Ciencia Política*, 33, 2, pp. 443-467.

GARRETÓN, Manuel. (2012). *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado: los gobiernos de la Concertación en Chile 1990-2010*, Editorial ARCIS CLACSOPROSPAL, Buenos Aires.

_____. (2007). "Matriz sociopolítica y desarrollo socioeconómico en Chile", Discussion Paper Series, 15, IPPG Programme Office, School of Environment & Development, University of Manchester.

GEORGE, Alexander. (1980), *Presidential Decision-making in Foreign Policy: The Effective Use of Information and Advice*. Boulder, Colo: Westview.

GIACCAGLIA, Clarisa. (2010), "La influencia de los actores domésticos en la política exterior brasileña durante el gobierno de Lula da Silva". *Confines*, 6/12, p.95-121.

GILLIGAN, Thomas e KREHBIEL, Keith. (1989), "Asymmetric Information and Legislative Rules with a Heterogeneous Committee." *American Journal of Political Science* 33, 2, p.459-90.

_____. (1990), "Organization of Informative Committees by a Rational Legislature" *American Journal of Political Science* 34,2, p.531-64.

GILPIN, Robert. (1981), *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

GPRI. (1989). "A política externa nas plataformas dos candidatos a Presidente do Brasil em 1989". Brasília : Grupo de Pesquisas em Relações Internacionais–Dep. Relações Internacionais–UnB.

GRATIUS, Susanne. (2007), "Brazil in the Americas: A Regional Peace Broker?" *Fride Working Paper* 35.

GUZMÁN, Eugenio. (1993), "Reflexiones sobre el sistema binomial." *Estudios Públicos*, n.51, pp.303-325.

HAGAN, Joe D., Philip P. Everts, Haruhiro Fukui, and John D. Stempel. (2001), "Foreign Policy by Coalition: Deadlock, Compromise, and Anarchy", *International Studies Review*, Vol. 3, No. 2, pp. 170–216.

HAMANN, Eduarda P. (2012), A "responsabilidade de proteger" e "ao proteger": breve histórico e alguns esclarecimentos. In: CEBRI, O Brasil e a Agenda Global. Dossiê, vol. 2, ed. esp., ano 10, 2012,

HILL, Christopher. (2003), *The Changing Politics of Foreign Policy*. Palgrave MacMillan.

HIRSCHMAN, Albert O. (1968), "The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America," *The Quarterly Journal of Economics*.

HIRST, Monica e LIMA, Maria Regina Soares de. (2006), "Brazil as an intermediate state and regional power". *International Affairs*, vol. 82, nº1, pp. 21-40.

_____, e PINHEIRO, Leticia. (2010), "A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios". *Nueva Sociedad*

HOLSTI, Ole. (2004), "Theories of International Relations". In Hogan and Paterson (eds.), *Explaining the History of American Foreign Relations*, p.54-116.

HUBER, Eveline; PRIBBLE, Jennifer e STEPHENS, John. (2010), "The Chilean left in power: achievements, failures, and omissions". In Kurt Weyland, Raúl Madrid, Wendy Hunter (Eds.), *Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.77-97.

HUDSON, Valerie. (2005), "Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations". *Foreign Policy Analysis*, 1, p.1-30.

_____. (2007), *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. Lanham: Rowman & Littlefield.

_____ e VORE, Christopher. (1995), "Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow". *Mershon International Studies Review*, vol.29, 2, pp.209-238.

HUNTER, Wendy. (2007), "The normalization of an anomaly: the Worker's Party in Brazil". *World Politics*, vol.59, n.3, pp.440-75.

HURRELL, Andrew. (2006), *Hegemony, Liberalism and Global Order: What space for Would-be Great Powers*. International Affairs. v.82. Jan.

_____. (2010), "Emerging Powers, Global Order and Global Justice". In: KINGSBURY, Benedict; WEILER, Joseph (Eds.) IILJ International Legal Theory Colloquium - The Turn to Governance the Exercise of Power in the International Public Space. New York: Institute for International Law and Justice.

INÁCIO, Magna. (2009), "Mudança procedimental, oposições e obstrução na Câmara dos Deputados". In Magna Inácio e Lucio Rennó (org.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 353-379.

IPEA. (2010), *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília.

JEDLICKI, Claudio. (2009), "L'insertion internationale du Chili face à la stratégie d'intégration régionale du Brésil". Em Girault, Christian (ed.), *Intégrations en Amérique du Sud*. CNRS Paris-Ivry, p.173-192.

JORDAAN, Eduard. (2003), "The Concept of a Middle Power in International Relations: Distinguishing Between Emerging and Traditional Middle Powers". *Politik on: South African Journal of Political Studies* 30, 2: 165–81.

JORNAL DO BRASIL. Rezek nos EUA defende política de não confrontação. 13 maio 1990.

KEOHANE, Robert. (1984), *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

_____. (1992), "Soberania estatal e instituições Multilaterais: respostas a interdependência assimétrica". In: MOISES, J. A. (org.) *O futuro do Brasil. A América Latina e o fim da Guerra Fria*.

_____ and NYE, Joseph. (1977), *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown.

KIEWIET, Roderick e MCCUBBINS, Mathew. (1991), *The Logic of Delegation*. Chicago: University of Chicago Press.

KINGSTONE, Peter e PONCE, Aldo. (2010), "From Cardoso to Lula: the triumph of pragmatism in Brazil". In Kurt Weyland, Raúl Madrid, Wendy Hunter (Eds.), *Leftists*

Governments in Latin America: Successes and Shortcomings. Cambridge: Cambridge University Press, pp.98-123.

KINZO, Maria D'alva Gil. (1990), "O quadro partidário e a Constituinte". In Bolívar Lamounier (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré.

_____. (2001), "A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição". *São Paulo em Perspectiva*, 15(4).

_____, Maria do Socorro Sousa. (2007), *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas/CNPq.

KIRCHHEIMER, Otto. (1966), "The Transformation of the Western European Party Systems". In Joseph La Palombara e Myron Weiner, (eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.

KREHBIEL, Keith. (1991), *Information and Legislative Organization*. An Arbor: University of Michigan Press.

LAMPREIA, Luiz Felipe. (1999), *Diplomacia Brasileira*. Rio de Janeiro: Lacerda.

LANZARO, Jorge. (2004), "El Frente Amplio: Estructura y claves de desarrollo," in *La izquierda uruguaya entre oposición y gobierno*, ed. Jorge Lanzaro. Montevideo: Editorial Fin de Siglo.

_____. (2009). "La socialdemocracia criolla". *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 3.

LEMKE, Douglas. (2002), *Regions of War and Peace*. Cambridge/New York: CUP.

LEMONS, Leany. (2008), "O sistema de comissões no Senado brasileiro: hierarquia e concentração de poderes nos anos 90". In Leany Lemos (org.), *O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, pp.351-390.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (eds). (2011). *The Resurgence of the Latin American Left*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.

LICHBACH, Mark e ZUCKERMAN, Alan. (1997), "Research Traditions and Theory in Comparative Politics: An Introduction". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-16.

_____. (2009), "Paradigms and Pragmatism: Comparative Politics During the Past Decade". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-17.

LIEBERMAN, Evan. (2005), "Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research". *American Political Science Review*. Vol. 99, n. 3.

LIJPHART, Arend. (1971), "Comparative Politics and the Comparative Method". *American Political Science Review*, 65, 682-693.

_____. (1994), *Electoral Systems and Party Systems: a study of twenty-seven democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press.

LIMA, Maria Regina Soares. (2000), "Instituições Democráticas e Política Exterior". *Contexto Internacional*, vol. 22, pp. 265-303.

_____. (2005), "Aspiração Internacional e Política Externa". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 82, p.11-5.

_____ e SANTOS, Fabiano. (2001), "O Congresso e a Política de Comércio Exterior". *Lua Nova*, nº 52.

LIMA, Maria Regina Soares de, e HIRST, Mônica. (2006), "Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities". *International Affairs*, vol.82, n.1.

LIMONGI, Fernando (2003), "Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório". *BIB*, São Paulo, n.55, pp.7-40.

LINDSAY, James. (1993), "Congress and Foreign Policy: Why the Hill Matters". *Political Science Quarterly*, vol. 107, n.4, p.607-28.

LINDSAY, James. (1994), *Congress and the Politics of U.S. Foreign Policy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

LINZ, Juan. (1978), *The Break down of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown, and Reequilibration*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

_____. (1994), "Presidential or Parliamentary Democracy: Does It Make a Difference?" In *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America*. Juan Linz e Arturo Valenzuela (ed.), pp. 3-90. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

LONDREGAN, John B. (2000), *Legislative Institutions and Ideology in Chile*. New York: Cambridge University Press.

LOPREATO, Francisco. (2006), "Política fiscal: mudanças e perspectivas". In Ricardo Carneiro (ed.), *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Unesp, pp.207-229.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. (2002), *Carta ao Povo Brasileiro*. <http://www.pt.org.br>

LUNA, Juan Pablo.(2006), *Chile and Uruguay: the Evolution of Programmatic and Non Programmatic Party-Voter Link ages in Two Institutionalized Party Systems*, Doctoral Dissertation, Political Science, University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill.

_____. (2007), "Frente Amplio and the Crafting of a Social Democratic Alternative in Uruguay," *Latin American Politics and Society* 49:4.

_____, Rovira Kaltwasser, Cristóbal. (2011), "Las derechas gobernantes en América Latina: hacia una caracterización preliminar", *LASA Forum*, XLII, 3, summer, pp. 16-19.

MACKIE, John L. (1982), *The cement of the universe: A study of causation*. Oxford: Oxford University Press.

MAGAR, Eric; ROSEMBLUM, David; e SAMUELS, David. (1998), "On the absence of centripetal incentives in Double-member districts – the case of Chile." *Comparative Political Studies*, 31, pp.714-739.

MAHONEY, James. (2010), "After KKV: The New Methodology of Qualitative Research". *World Politics*, 62, n.1, pp.120-147.

MAINWARING, Scott (1993), "Presidentialism, Multipartyism, and Democracy: The Difficult Combination". *Comparative Political Studies* 26, no.2.

MAIR, Peter (1995), *Party System Change: Approaches and Interpretations*, Oxford, Clarendon Press.

MAIRA, Luis. (2010), "La Política Exterior de Los Gobiernos de La Concertación. Contexto, Raíces, Formulación, Logros y Restricciones". In Quiroga, Yesko e Ensignia, Jaime (Eds), *Chile en La Concertación (199-2010): Una mirada crítica, balance y perspectivas (Tomo II)*. Friedrich Ebert Stiftung: Santiago, p.63-104.

MALAMUD, Andrés. (2004), "Regional Integration in Latin America. Comparative Theories and Institutions", *Sociologia. Problemas e Práticas* [Lisboa] 44, 135-54.

_____. (2005), "Presidential Diplomacy and the Institutional Underpinnings of Mercosur. An Empirical Examination", *Latin American Research Review* 40(1), 138-64.

_____. (2008), "The Internal Agenda of Mercosur: Interdependence, Leadership and Institutionalization", in Grace Jaramillo, ed.: *Los nuevos enfoques de la integración: más allá del regionalismo*. Quito: FLACSO, 115-35.

_____. (2011), "A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian Foreign Policy". *Latin American Politics and Society*, vol. 53, n° 3, pp. 1-24.

MARKS, Gary; WILSON, Carol e RAY, Leonard (2002), "National Political Parties and European Integration". *American Journal of Political Science*, vol. 46, n° 3, pp. 585-594.

MARTIN, Lisa. (2000), *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation*. Princeton: Princeton University Press.

MARTÍNEZ, Juan e SANTISO, Javier. (2003), "Financial markets and politics". *International Political Science Review*, vol.24, n.3, pp.363-395.

MARTINS, Eliane M. 2011, “Pré-sal, soberania e jurisdição marítima”. *Jus Navigandi*, 16, n.2773.

MAUREIRA, Sergio Toro. (2007), “Conducta Legislativa ante las Iniciativas del Ejecutivo: Unidad de los Bloques Políticos en Chile”. *Revista de Ciencia Política*, volume 27, n.1, pp.23-41.

MAZZUOLI, Valerio. (2001), “O treaty-making power na Constituição Brasileira de 1988: uma análise comparativa do poder de celebrar tratados à luz da dinâmica das relações internacionais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 44(2): 82-108.

MCCORMICK, James e WITTKOPF, Eugene. (1992), “Bipartisanship, Partisanship, and Ideology in Congressional-Executive Foreign Policy Relations, 1947-1988”. *The Journal of Politics* vol.52, n.4, pp.1077-1100.

MCCUBBINS, Matthew e SCHWARTZ, Thomas. (1984), “Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols and Fire Alarms”. *American Journal of Political Science* 2, p.165-179.

MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. O Poder Legislativo e os Tratados Internacionais. Porto Alegre: L&PM, 1983.

MELLO E SILVA, Alexandra.(1995), “O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea”. *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 15, pp. 95-118.

MENEGUELLO, Rachel. (1998), *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. (2013), Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41.

_____; LANIADO, Ruthy Nadia. (2006), “Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização”. *Cadernos do CRH-UFBA*, v. 19.

MILLET, Paz. (2002), “La política exterior de los gobiernos de la concertación”. *Colombia internacional*, n. 56-57, p.46-63.

MILNER, Helen. (1997), *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

_____; e JUDKINS, Benjamin. (2004), “Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left-Right Divide on Trade Policy”. *International Studies Quarterly*, vol. 48, pp. 95-119.

MINTZ, Alex. (2004), ‘How Do Leaders Make Decisions? A Polyheuristic Perspective’, *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 48, No. 1, pp. 3–13.

MORAVSICK, Andrew. (2008), “The New Liberalism”. In *The Oxford Handbook of International Relations* edited by C. Reus-Smit, and D. Snidal. Oxford: Oxford University Press, 234-54.

MORGENTHAU, Hans. (2003), *Política entre as Nações*. Brasília: Editora UNB.

NAVIA, Patricio. (2006). “Three's Company: Old and New Alignments in Chile's Party System”, Oppenheim, L. H. y Borzutzky, S. (ed.), *After Pinochet: the Chilean Road to Democracy and the Market*, University Press of Florida, Gainesville.

NEVES, João Augusto de Castro. (2003), “O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA”. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 1.

NICOLAU, Jairo. (2004), *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV.

NOLTE, Detlef. (2003), “El Congreso Chileno y su Aporte a la Consolidación Democrática en Perspectiva Comparada”. *Revista de Ciencia Política*, v. 23, n. 2.

_____. (2010), “How to compare regional powers: analytical concepts and research topics”. *Review of International Studies*, 36, 881-901.

NORTH, Douglass. (1990), *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press.

NYE, Joseph. (1990), *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.

OLIVEIRA, Amâncio e ONUKI, Janina. (2007), “Grupos de Interesse e a Política Comercial Brasileira: a atuação na arena legislativa”. *Papéis Legislativos*, nº 8. Rio de Janeiro: Necon.

_____ e ONUKI, Janina. (2010), “Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil”. *Revista Política Hoje*. vol. 19, n. 1, pp.144-185.

OLIVEIRA, Ana Cristina. (2011), “A Ideologia dos Partidos Políticos em Política Externa: 2003-2008”. In Nicolau e Braga (Orgs). *Para Além das urnas: reflexões sobre a Câmara dos Deputados*. Câmara dos Deputados: Brasília, pp.341-366.

OLIVEIRA, Augusto Corte de. (2013). “O Partido Socialista chileno nos 20 anos de Concertación: mudança organizacional, concessões programáticas e crise endógena”. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 12 - Nº 24, pp.115-144.

OLIVEIRA, Gesner. (1995), “The Brazilian economy under the Real: prospects for stabilization and growth”. Paper presented at the 19th International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, DC.

OLIVEIRA, Ivan Tiago. (2013), *A Política Externa Comercial Brasileira: uma análise de seus determinantes*. Saraiva: São Paulo.

OLIVEIRA, Jorge Amâncio. (2003), *Legislativo e Política Externa: das inconveniências da abdicação*. Working Papers Caeni, n.3, São Paulo.

ORGANSKI, A. F. (1958), *World Politics*. New York: Alfred A. Knopf.

PAGE, Benjamin e SHAPIRO, Robert. (1983), “Effects of Public Opinion on Policy”, *American Political Science Review*, Vol. 77, No. 1, pp. 175–90.

PANIZZA, Francisco (2006) “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 8.

PARECERES dos Consultores Jurídicos do Itamaraty/ Org. e prefácio de Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros. Brasília: Senado Federal, 2002, 9 v.

PARISH, Randall. (2004), *Presidents, Parties, and Foreign Policy: Domestic Institutions and Intestate Behavior in Latin America*. Paper presented at the 2004 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association at Chicago, Illinois.

PAROLA, Alexandre. (2007), *A Ordem Injusta*. Brasília: Funag.

PARTIDO DA REPÚBLICA. Doutrina. Disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/PR22>. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Programa. (2007). Disponível em: <http://www.psdb.org.br/biblioteca/publicacoes/Programa%20PSDB%202007.pdf>. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Estatuto.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa. Disponível em: <http://www.pmdb.org.br/?a=programa>. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, (1984). Plano de ação. In. Programa, Manifesto, Estatuto. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Partido dos Trabalhadores, (1994). “Programa de governo”. *Cadernos de Teoria e Debate*, São Paulo, ano 7, n. 24, p. 28–32, mar.–maio.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, (2002). “Carta ao povo brasileiro”. São Paulo : s/n. <http://www.pt.org.br>.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Declaração de São Paulo.(1990). Disponível em:<http://www.pt.org.br/portaltpt/dados/bancoimg/100728161714borradorversion3paradeliberacione/GT.doc>. Acesso em 2/9/2015.

_____. Programa de Governo. (2002). Disponível em: http://www.pt.org.br/portaltpt/images/arquivos/plano_governo.pdf. Acesso em 2/9/2015.

_____. Programa de Governo. (2007). Disponível em: http://www.pt.org.br/portaltpt/images/arquivos/plano_governo.pdf. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. Estatuto. (2002). Disponível em: http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opcao=partido&inc_partido=programa&portal=. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO POR LA DEMOCRACIA. Declaracion de Principios. <http://www.ppd.cl/documentos/Declaracion%20de%20Principios.pdf>. Acesso em 7/7/2015.

PARTIDO PROGRESSISTA. Programa. Disponível em: <http://www.pp.org.br>. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO RADICAL SOCIAL-DEMÓCRATA. Programa de gobierno. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/032f39_8264a71a91434a59b5e4c4506d48a1f3.pdf. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. Programa. Disponível em: <http://www.psol.org.br/nacional>. Acesso em 2/9/2015.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Programa. Disponível em: <http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=325>. Acesso em 2/9/2015.

PASQUARELLI, Bruno. (2011), "A atuação do Poder Executivo e dos Partidos Políticos no Presidencialismo Chileno (1990-2010): Sistema Eleitoral, Apoio Legislativo, Negociações e Distribuição de Cargos". *Leviathan - Cadernos de Pesquisa Política*, v. 3, p. 1-28.

_____. (2015), "Coalizões partidárias, sistema eleitoral e tomada de decisão: aspectos da reforma política do presidencialismo chileno". In Marcus Ianoni (org), *Reforma Política Democrática: temas, atores e desafios*. São Paulo: Perseu Abramo.

PAYNE, Anthony. (1996), 'US Hegemony and the Reconfiguration of the Caribbean', *Review of International Studies*, 20(2), p. 150-4.

PEREIRA, Carlos; MULLER, Bernardo (2003). "Partidos fracos na arena eleitoral e

PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy e RAILE, Eric. (2009), "Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do Mensalão". In Magna Inácio e Lucio Rennó (org.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 77-104.

PETKOFF, Teodoro. (2005), "Las dos izquierdas". *Nueva Sociedad*, 197, pp.114-128.

PIMENTA DE FARIA, Carlos Aurélio. (2012), "O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários". *Contexto Internacional*, v.34, n.1.

PINHEIRO, Leticia. (2004), *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PNUD. (2010), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

POLACHEK, William. (1980), 'Conflict and Trade', *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 24, No. 1, pp. 55–78.

POOLE, Keith e ROSENTHAL, Howard. (1997), *Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting*. New York, Oxford University Press.

POTTERS, Ján e SLOOF, Randolph. (1996), "Interest Groups: a survey of empirical models that try to assess their influence". *European Journal of Political Economy*, vol. 12, p.403-442.

POWER, Timothy e ZUCCO, Cesar. (2009), "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication." *Latin American Research Review* 44(1):219–246.

POWER, Timothy. (2010), "Optimism, Pessimism, and Coalitional Presidentialism: Debating the Institutional Design of Brazilian Democracy". *Bulletin of Latin American Research*, vol. 29, n.1, pp.18-33.

PRETO, Alessandra Falcão. (2006), *O Conceito de Diplomacia Presidencial: O Papel da Presidência da República na Formulação de Política Externa*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Depto. De Ciência Política, Universidade de São Paulo.

PROGRAMA OFICIAL DO CANDIDATO LULA. (2002). s/l : s/n. <http://www.lula.org.br/obrasil/programa.asp>.

PRZEWORSKI, Adam (1989) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, Cap. 1: "A Social-Democracia como um Fenômeno Histórico": 19-64.

_____ e TEUNE, Henry. (1970), *The Logic of Comparative Social Inquiry*. New York: John Wiley.

PT-PDT-PCDOB-PSB-PCB, (1998) . Diretrizes do programa de governo.

PUTNAN, Robert. (1988), "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games". *International Organization*, v. 42, nº 3, p. 231-252.

RABKIN, Rhoda. (1996), "Redemocratization, Electoral Engineering, and Party Strategies in Chile: 1989-1995." *Comparative Political Studies* 29.

RAILE, Eric; PEREIRA, Carlos e POWER, Timothy. (2006), "The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime." Forth coming in *Political Research Quarterly*.

RENOUVIN, P. e DUROSSELLE, J. (1964), *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Librairie Armand Colin.

RENOVACIÓN NACIONAL. Declaración de principios. Disponível em: <http://www.rn.cl/declaracion-de-principios-aprobada-por-el-consejo-general/> . Acesso em 7/7/2015.

_____. (2009), Programa de gobierno.

REPETTO, Claudio. (2011), “Parlamento y política exterior de Chile: un balance de veinte años”. *Serie de estudios*. Santiago de Chile. Fundación Konrad Adenauer.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO, Pedro e ONUKI, Janina. (2009), “Legislativo e Política Externa: Chile e Argentina em perspectiva comparada: partidos políticos e ideologia”. Artigo apresentado no XXIX Congresso Internacional da Latine American Studies Association, Rio de Janeiro, Brasil.

RIKER, William. (1986), *The art of political manipulation*. New Haven: Yale University Press.

ROBERTS, K. (1994), “Renovation in the Revolution? Dictatorship, democracy, and political change in the Chile an left”. Notre Dame. *Kellogg Institute (Working Paper 203)*, 36 p.

ROBERTS, Kenneth M, (1998). *Deepening Democracy? The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru*, Stanford University Press, Stanford.

ROBERTS, Kenneth M, (2011). “Chile. The left after Neoliberalism”, en Levitsky, Steven; Roberts, Kenneth M. (eds.), *The Resurgence of the Latin American Left*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.

ROCHA, Marta e BARBOSA, Cássio. (2008), "Regras, Incentivos E Comportamento: As Comissões Parlamentares Nos Países Do Cone Sul". *Revista Sociologia e Política*. vol. 16, , p. 93-104.

RODRÍGUEZ, Isabel. (2009), “La política de integración regional de Chile y la creación de UNASUR”. Em Girault, Christian (ed.), *Intégrations en Amérique du Sud*. CNRS Paris-Ivry, p.103-120.

ROSENAU, J. (1965), *Pré Theories and Theories of Foreign Policy*. Northwestern University Press.

SAÉZ, Manuel Alcántara. (2003), “La ideología de los partidos chilenos, 1994-2002: Rasgos constantes y particularidades”. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, vol.XXIII, n.2, pp.68-87.

SALLUM JR, Brasília. (2003), “Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n.52, pp.35-54.

SAMUELS, David. (2004), "From socialism to social democracy: party organization and the transformation of the Workers' Party in Brazil". *Comparative Political Studies*, vol.37, n.9, pp.999-1024.

SANAHUJA, J. A. (2009), "Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal: Crisis y cambio en la integración regional en América Latina". En L. Martínez, L. Peña, & M. Vázquez, *Anuario de la Integración de América Latina y el Gran Caribe*. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales.

SANTANA, Helton Reginaldo Presto. (2001), "Grupos de Interesse e Política Externa Brasileira para a Alca". *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 23, n.1, janeiro/junho 2001, pp. 167-196.

SANTOS, F. (2002). "Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264.

_____. (2003), *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMF; Rio de Janeiro: IUPERJ.

_____, e ALMEIDA, Acir. (2005), "Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.48, n.4, pp.693 a 735. e Almeida, 2005

SARAIVA, Miriam Gomes. (2007), "As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 50, nº 2.

SARAIVA, M.; VALENÇA, M. (2011), "A política externa brasileira e sua projeção internacional: um projeto caracterizado pela continuidade". Centro Brasileiro de Relações Internacionais, v. 1, n. 7, p. 15.

SARTORI, Giovanni. (1970), "Concept Misformation in Comparative Politics". *American Political Science Review*, 64, pp.1033-53.

SCHAMIS, Hector. (2006), "A Left Turn in Latin America? Populism, Socialism, and Democratic Institutions," *Journal of Democracy* 17:4.

SCHIRM, Stefan. (2002), *Globalization and the New Regionalism. Global Markets, Domestic Politics and Regional Cooperation*. Cambridge: Polity Press.

SCHMITTER, Philippe. (2004), "Neo-neofunctionalism", in Antjie Weiner and Thomas Diez (eds.), *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press.

SCULLY, Timothy R.; VALENZUELA, J. Samuel. (1993). "De la democracia a La democracia. Continuidad y variaciones em las preferencias del electorado y en el sistema de partidos en Chile", *Estudios Públicos*, 51, pp. 195-228.

SCULLY, Timothy. (1995), "Reconstituting Party Politics in Chile" In Mainwaring, S. & Scully, T.R. (eds.), *Building Democratic Institutions – Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, pp.100-137.

_____. (1996), "Capítulo 4: Sistema Institucionalizados de Partidos. La reconstitución de la política de partidos en Chile", en Mainwaring, Scott. (ed.), *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina*, CIEPLAN, Santiago.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. (2008), "Case Selection Techniques in Case Study Research. A Menu of Qualitative and Quantitative Options", *Political Research Quarterly*, 61, 2, June, pp. 294-308. Downs, 1999; Olson, 1999

SHEPSLE, K. A. (1986), "The Positive Theory of Legislative Institutions: An Enrichment of Social Choice and Spatial Models". *Public Choice*, n. 50, p. 135-178.

_____ e WEINGAST, Barry. (1987), "Institutional foundations of committee power". *American Political Science Review*, 81: 85-104.

SHUGART, Matthew S. e CAREY, John M. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

SIAVELIS, Peter. (2000), *The President and the Congress in Postauthoritarian Chile: Institutional Constraints to Democratic Consolidation*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

_____. (2003), "Chile: las relaciones entre el poder ejecutivo y el poder legislativo después de Pinochet". In: LANZARO, J. (Org.). *Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLASCO.

_____. (2009). "Enclaves de La transición y democracia chilena". *Revista de Ciencia Política* 29, 1: pp. 3–21.

SILVA, André Luiz Reis da. (2009), *Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica*. Curitiba: Juruá.

SILVA, Fabrício Pereira da. (2009), "Esquerdas Latino-Americanas: uma tipologia é possível?" Trabalho apresentado no *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, pp 1-21.

SILVA, L. I. L. (2002). *Compromisso com a campanha*. São Paulo: s/n. <http://www.lula.org.br>.

SNYDER, R. C., H. W. BRUCK, AND B. SAPIN. (1962), *Foreign Policy Decision-Making: An Approach to the Study of International Politics*. Glencoe, IL: Free Press.

SNYDER, Richard, BRUCK, H. W. SPIN, Burton. (2002), *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave-Macmillan.

SOUZA, Celina. (2006), “Políticas públicas: uma revisão da literature”. *Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez.

SOUZA, João Ricardo (2013), “A participação do Legislativo na política externa brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso e no primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva no tema Mercosul”. In Guimarães e Vieira (orgs.), *Legislativo e Democracia: reflexões sobre a Câmara dos Deputados*. Câmara dos Deputados: Brasília, pp.93-156.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “A Nova República Brasileira: sob a Espada de Dâmocles”. In Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, Amaury de. (2009), “A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula”. *Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*, Rio de Janeiro.

SPEKTOR, Matias. (2010), “Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, nº 1.

SPROUT, Harold, e Margareth SPROUT. (1965), *The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

STEPAN, Alfred (1988), *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

_____. e SKACH, C. (1993), “Constitutional frameworks and democratic consolidation: parliamentarism versus presidentialism”. *World Politics*, 46: 1-22.

STEWART, Philip, HERMANN, Margaret e HERMANN, Charles. (1989), “Modeling the 1973 Soviet Decision to Support Egypt”. *American Political Science Review*, 83:35–59.

STROM, Kaare. (1990), *Minority government and majorityrule*. Cambridge. Cambridge University Press.

STUART, Douglas. (2008), “Foreign Policy Decision-Making”. *Oxford Handbook of International Relations*. P.575-590.

SUNDQUIST, James (1981), *The Decline and Resurgence of Congress*. Washington, D.C.: Brookings Institution.

TORRES, Marisol. (2006), “La reforma constitucional de 2005 en materia de tratados internacionales”. *Revista de Estudios Internacionales*.

TSEBELIS, George (1995), “Processo Decisório em Sistemas Políticos: *Veto Players* no Presidencialismo, Parlamentarismo, Multicameralismo e Pluripartidarismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 34, pp. 89-117.

TSEBELIS, George. (1999), *Jogos Ocultos*. São Paulo: Edusp.

UNIÓN DEMÓCRATA INDEPENDIENTE. Programa de gobierno. Disponível em: http://www.archivochile.com/Partidos_burguesia/udi/de/PBdeudi0006.pdf. Acesso em 9/7/2015.

VALDIVIESO, Patricio. (2007), “Congreso Nacional y política exterior chilena. Estado actual y algunas propuestas”. *Estudios Internacionales*, 158, p. 149-177.

VALENZUELA, Arturo. (1998), “The Crisis of Presidentialism in Latin America”. In *Politics, Society, and Democracy: Latin America*, pp. 121-139. Boulder, CO: Westview.

VÁSQUEZ, David. (2006), “El sistema electoral binomial y las elecciones parlamentarias 1989-2005”. Santiago, Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile, serie estudios n.1.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. (2007), “A Política Externa de Lula da Silva: a Estratégia da Autonomia pela Diversificação”, *Contexto Internacional*, v. 29.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. (2011), *A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp.

VIGEVANI, Tullo; FAVARON, G.; RAMANZINI, H.; CINTRA, R. (2008), “O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, nº 1, pp. 5-27.

VIOLA, Eduardo; REIS, Hector R. (2007), *Sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado: desafios de Brasil e Argentina*. Florianópolis: Insular.

VISENTINI, Paulo. (2013), *A Projeção Internacional do Brasil, 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier.

WALTZ, Kenneth. (1979), *Theory of International Politics*. New York, McGraw-Hill.

WEHNER, Leslie. (2011), “Chile’s Rush to Free Trade Agreements”. *Revista de Ciencia Política*, 31 (2), p. 207-226.

WEINGAST, Barry e MARSHALL, William. (1988), “The Industrial Organization of Congress; or Why, Legislatures, like Firms, Are Not Organized as Markets”. *Journal of Political Economy* 96, 1, p.132-63.

WEYLAND, Kurt. (2005), “The growing sustainability of Brazil’s low-quality democracy”. In Frances Hagopian e Scott Mainwaring (Eds.), *The Third Wave of Democratization in Latin America. Advances and Setbacks*. New York: Cambridge University Press.

_____. (2009), "The rise of Latin America's two lefts: Insights from rentier state theory". *Comparative Politics*, v. 41, n. 2, p. 145-164.

_____. (2010), "The Performance of Leftists Governments in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues". In Kurt Weyland, Raúl Madrid, Wendy Hunter (Eds.), *Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.1-27.

WENDT, Alexander. (1999), *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

WIGHT, Martin. (1978), *Power Politics*. London: Royal Institute of International Affairs, p. 63.

WILHELMY, Manfred e DURAN, Roberto. (2003), "Los principales rasgos de la política exterior chilena entre 1973 y el 2000". *Revista de Ciencia Política. (Santiago)*, vol.23, no.2, p.273-286.

WOON, J., and S. Anderson. (2012). "Political Bargaining and the Timing of Congressional Appropriations." *Legislative Studies Quarterly* 38 (4): 409–436.

XIE, Tao. (2004), "Congressional Roll Call Voting on China Trade Policy". *American Politics Research*, vol. 32, n° 6, pp. 679-697.

YASHAR, Deborah. (2011), "The Left and Citizenship Rights," in *The Resurgence of the Latin American Left*, ed. Levitsky and Roberts.

ZAKARIA, Fareed. (1992), 'Realism and Domestic Politics: A Review Essay', *International Security*, Vol. 17, No. 1, pp. 177–98.

ZUCKERMAN, Alan. (1997), "Reformulating Explanatory Standards and Advancing Theory in Comparative Politics". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 277-310.

VII

ANEXO

Glossário do anexo

MSC: Mensagem Presidencial

Ano: Ano que iniciou tramitação no Congresso Nacional.

Ementa: apresentação do conteúdo do projeto.

Regime de tramitação: se há ou não a urgência, e qual tipo de urgência.

Área: qual tipo de política externa classifica a mensagem presidencial.

Sujeito: país, organização ou convenção na qual fora negociado o acordo no plano internacional. Abreviações: MERC = Mercosul; Org. = organização; Conv. = Convenção.

Região: região do globo pertencente ao acordo. Abreviações: Am. = América; EU = União Europeia;

PPE: data da publicação feita pelo Poder Executivo, quando negociou o acordo.

Despacho: data do despacho à CREDN do Brasil ou à CREAM do Chile.

TTE: Tempo de Tramitação Executiva (em dias).

Parecer CD: data do parecer feito pelas comissões da Câmara dos Deputados do Brasil e do Chile.

TTC1: Tempo de Tramitação na Comissão da Casa Iniciadora, até seu parecer (em dias).

Relator CREDN/CREAM: deputados responsáveis pela realização dos pareceres nas comissões do Brasil e do Chile.

Partido: Partido político ao qual pertence o deputado relator.

Situação: se o parecer foi aprovado. Abreviações: Unam. = com unanimidade; s/ unam. = sem unanimidade.

Subst.: se há substitutivos, emendas, vista, vários relatores, retirada de pauta pedido de adiamento.

Despacho CRE: data do despacho à Comissão de Relações Exteriores do Brasil e do Chile.

TTCD: Tempo de Tramitação na Câmara dos Deputados, em dias.

Parecer SF: data da publicação do parecer feito pelas comissões do Senado do Brasil e do Chile.

TTC2: Tempo de Tramitação na Comissão da Casa Revisora, até seu parecer (em dias).

Relator CRE: senadores responsáveis pela realização dos pareceres nas comissões do Brasil e do Chile.

Partido: Partido político ao qual pertence o senador relator.

Situação: se o projeto de lei foi aprovado ou se está em tramitação. Abreviações: TNJ = transformado em norma jurídica; em tram. = em tramitação.

Publicação: data da publicação do projeto de lei aprovado.

TTSF: Tempo de Tramitação no Senado Federal e no Senado do Chile, em dias.

TTT: Tempo de Tramitação Total do projeto de lei no processo decisório.

1. MSC no Brasil, durante o governo Lula (2003-2010)

MSC	Ano	EMENTA
1287	1999	Approva o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.
383	2000	Submete à consideração do Congresso Nacional os textos da Convenção Emendada da Organização Internacional de Telecomunicações Móveis por Satélite (INMARSAT) e da Emenda ao Acordo Operacional daquela Organização, aprovados em 24 de abril de 1998, por ocasião da 12ª Assembleia Geral das Partes, realizada em Londres.
141	2001	Approva o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.
142	2001	Approva o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.
218	2001	Approva os textos da "Lista de Compromissos Específicos" do Brasil, aprovado pela Resolução nº 9/96 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 25 de julho de 1996, e a nova "Lista de Compromissos Específicos" do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Resolução nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da "Lista de Compromissos Específicos".
421	2001	Approva o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.
602	2001	Approva o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado em Madrid, em 11 de novembro de 1999.
5	2002	Aprovado o Parecer. Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado sobre a Transfêrencia de Pessoas Condenadas, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, em Brasília, em 5 de setembro de 2001.
50	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o Texto do Acordo, por Troca de Notas, de Vistos Gratuitos aos Estudantes e Docentes, entre o Governo da República Argentina, o Brasil e o Governo da República Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.
121	2002	Approva o texto do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Criação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 1999.
140	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.
164	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993, para resumo, pelo Congresso Nacional, da ressalva feita ao parágrafo 2 do seu Artigo VII.
210	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.
269	2002	Approva o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.
292	2002	Approva o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados Partes do Mercosul, concluído em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.
577	2002	Encaminha Mensagem relativa ao texto dos termos de referência e regras de procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco (GIECZ).
578	2002	Encaminha Mensagem relativa ao texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco (GIECZ).
625	2002	Approva o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de dezembro de 2000.
640	2002	Approva o "Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul", assinado na cidade de Olivos, Província de Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002, pelos Governos da República Federativa do Brasil, da República da Argentina, da República do Paraguai e do Uruguai.
671	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em 20 de março de 2002.
672	2002	Approva o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Técnica, celebrado na cidade de Cabo, em 1º de março de 2000.
732	2002	Submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agroquímicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.
733	2002	Submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Deli, em 08 de abril de 2002.
780	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional os textos das Intenções ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de Setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da Décima-Primeira Reunião das Partes.
804	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em 3 de junho de 2002.
843	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.
961	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002.
974	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.
975	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Leñas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2067, de 12 de novembro de 1996.
1012	2002	Encaminha mensagem relativa ao texto da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembleia-Genl das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1999, e o texto de declaração entregue à Secretaria-Geral das Nações Unidas por ocasião da assinatura da referida Convenção.
1034	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, aprovado em Montevideo, em 19 de junho de 2001, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, como Estados Partes do Mercosul, e a República da Bolívia.
1124	2002	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São Salvador, em 21 de agosto de 2002.
1238	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto de modificação ao Convênio Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD, com a respectiva tradução juramentada.
1239	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto de modificação ao Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos.
1246	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras, concluído no dia 20 de junho último, em Brasília.
1247	2002	Submete-se à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Appropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos no dia 7 de março último, em Brasília.
11	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia sobre Cooperação no Campo da Veterinária, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.
16	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento das Utilizações Específicas da Energia Nuclear, celebrado em 25 de outubro de 2002, em Paris.

30	2003	Approva o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Planas, celebrado em 09 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.
35	2003	Approva o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área e Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.
82	2003	Approva o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2002.
87	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.
88	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque no Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002.
96	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.
97	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.
98	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prossaqueamento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.
100	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.
101	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.
119	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001.
120	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53, aprovado em Brasília, em 3 de julho de 2002, entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos.
134	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a alteração e o uso dos símbolos do MERCOSUL, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do MERCOSUL, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.
167	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, celebrado em Montevideu, em 21 de agosto de 2002.
190	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotado naquela cidade em 22 de maio de 2001.
218	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Europeia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002.
237	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.
267	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativa da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.
269	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.
297	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.
298	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau, em 23 de maio de 1992, e seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua, em 11 de junho de 1993.
299	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.
300	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.
306	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional os textos da Convenção nº 176 e da Recomendação nº 183 da Organização Internacional do Trabalho sobre Segurança e Saúde nas Minas, adotadas em Genebra, em 22 de junho de 1995.
307	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional os textos da Convenção nº 161 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 78ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.
348	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2000.
396	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002.
397	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.
412	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Facilitadas de Ciência e Tecnologia do Espaço Externo para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002.
425	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003.
454	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2002.
482	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.
483	2003	Encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sófia, em 10 de abril de 2003.

MSC	Ano	Regime	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTCI	Relator CREDIN	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCD	Parecer SF	TTC2	Relator CRE	Partido	Situação	Publicação	TTSF	TTT
1287	1999	Ordinária	Cultura	Países		17/7/1998	18/10/1999	458	25/9/2003	1438	Nice Lohão	PFL	Unam.	Não	25/11/2003	1499	29/1/2004	65	Rodolpho Tourinho	PFL	TNJ	11/5/2004	168	1667
383	2000	Prioridade	Comunicação	Org.		24/04/1998	04/03/2000	680	12/6/2003	1195	Paulo Delgado	PT	Unam.	Não										
141	2001	Ordinária	Cultura	País	Europa Oriental	11/09/2000	29/3/2001	199	14/05/2003	776	Paulo Baltazar	PSB	Unam.	Não	13/12/2005	1720	9/2/2006	58	Mão Santa	PMDB	TNJ	8/3/2006	85	1805
142	2001	Ordinária	Turismo	País	Europa Oriental	11/09/2000	29/3/2001	199	12/6/2003	805	Luciana Gerro	PT	Unam.	Não	13/12/2005	1720	14/3/2006	91	Gerson Camata	PMDB	TNJ	25/4/2006	133	1853
218	2001	Ordinária	Jurídico	Mercosul	Am do Sul	29/6/2000	29/3/2001	273	20/11/2003	966	João Almeida	PSDB	Unam.	Não	19/07/2005	1573	1/9/2005	44	Wellington Salgado	PMDB	TNJ	26/09/2005	69	1642
421	2001	Ordinária	Território	ONU		15/9/1976	17/5/2001	9010	7/5/2003	720	Heleno Silva	PL	Unam.	Não	12/08/2005	1548	9/2/2006	181	Eduardo Azeredo	PSDB	TNJ	2/3/2006	202	1750
602	2001	Ordinária	Tráfico	País	Europa	11/11/1999	29/6/2001	596	5/6/2003	706	Paulo Delgado	PT	Unam.	Não	05/02/2004	951	25/3/2004	49	Rodolpho Tourinho	PFL	TNJ	07/07/2004	153	1104
5	2002	Prioridade	Extraditão	País	Europa	09/05/2001	03/11/2002	543	14/05/2003	192	Paulo Baltazar	PSB	Unam.	Não	12/08/2005	1013	9/2/2006	181	Eduardo Azeredo	PSDB	TNJ	16/02/2006	188	1201
50	2002	Ordinária	Educação	País	Am do Sul	14/8/2001	03/04/2002	232	5/11/2003	581	Luciana Gerro	PT	Unam.	Não	18/03/2005	1080	5/5/2005	48	Eduardo Azeredo	PSDB	TNJ	19/07/2005	123	1203
121	2002	Ordinária	Agricultura	Mercosul	Am do Sul	25/11/1999	18/3/2002	844	10/12/2003	632	Vadão Gomes	PP	Unam.	Não	08/12/2005	1361	14/3/2006	96	Roberto Saturnino	PT	TNJ	02/05/2006	145	1506
140	2002	Prioridade	Turismo	País	Europa Oriental	12/12/2001	04/01/2002	23	5/6/2003	517	Paulo Delgado	PT	Unam.	Não	18/3/2005	1169	5/5/2005	48	Mão Santa	PMDB	TNJ	19/7/2005	123	1292
164	2002	Prioridade	Penal	Conv.		06/09/1993	22/3/2002	3119	7/5/2003	411	Thomas Nonô	PFL	Unam.	Sim	24/3/2006	1463	11/5/2006	48	Romeu Tuma	PFL	TNJ	19/07/2006	117	1580
210	2002	Prioridade	Penal	Mercosul	Am do Sul	15/12/2000	04/10/2002	658	10/9/2003	341	Vadão Gomes	PP	Unam.	Não	11/05/2003	219	18/12/2003	221	Mozartildo Cavalcanti	PFS	TNJ	9/2/2004	274	493
269	2002	Prioridade	Penal	Mercosul	Am do Sul	15/12/2000	29/4/2002	500	10/9/2003	499	Ivan Ranzolin	PP	Unam.	Não	11/05/2003	377	29/1/2004	263	Rodolpho Tourinho	PFL	TNJ	11/5/2004	366	743
292	2002	Prioridade	Jurídico	Mercosul	Am do Sul	15/12/2000	29/4/2002	500	21/8/2003	479	Pastor Frankobazzer	PTB	Unam.	Não	14/10/2003	553	4/12/2003	51	João Alberto Souza	PMDB	TNJ	19/12/2003	66	599
577	2002	Prioridade	Meio	Org.		07/05/2002	07/11/2002	184	9/4/2003	153	Antonio	PSDB	Unam.	Não	12/08/2005	1009	9/2/2006	181	Gerson Camata	PMDB	TNJ	8/3/2006	208	1217
578	2002	Prioridade	Meio	Org.		07/05/2002	07/11/2002	184	9/4/2003	153	Antonio	PSDB	Unam.	Não	12/08/2005	1009	3/4/2007	599	Antonio C Valadares	PSB	TNJ	24/10/2007	803	1812
625	2002	Prioridade	Turismo	País	América Central	23/11/2000	08/09/2002	654	30/7/2003	325	Paulo Delgado	PT	Unam.	Não	10/03/2003	183	4/12/2003	269	Rodolpho Tourinho	PFL	TNJ	19/12/2003	284	467
640	2002	Prioridade	Jurídico	Mercosul	Am do Sul	18/2/2002	08/09/2002	202	21/8/2003	347	Leonardo Mattos	PV	Unam.	Não	24/09/2003	381	13/10/2003	19	Jefferson Peres	PDT	TNJ	15/10/2003	21	402
671	2002	Ordinária	Energia	País	Am do Sul	20/3/2002	08/09/2002	172	3/4/2003	207	Nelson Mourão	PT	Unam.	Não	12/08/2005	1069	14/3/2006	214	Pedro Simon	PMDB	TNJ	2/5/2006	263	1332
672	2002	Prioridade	Tecnologia	País	África	03/01/2000	08/09/2002	979	3/4/2003	207	Feu Rosa	PSDB	Unam.	Não	26/6/2003	291	16/7/2003	20	Jefferson Peres	PDT	TNJ	24/7/2003	28	319
732	2002	Prioridade	Comércio	Conv.		09/10/1998	09/05/2002	1308	9/4/2003	335	Antonio	PSDB	Unam.	Não	11/05/2003	367	22/1/2004	256	Fátima Cleide	PT	TNJ	11/5/2004	366	733
733	2002	Prioridade	Tecnologia	País	Ásia	8/4/2002	05/09/2002	32	12/3/2003	188	Fernando Gabriela	PT	Unam.	Não	05/02/2004	500	18/3/2004	181	Mão Santa	PMDB	TNJ	2/3/2006	202	1274
780	2002	Prioridade	Meio	Org.		12/03/1999	23/9/2002	1291	12/3/2003	170	Fernando Gabriela	PT	Unam.	Não	05/02/2004	500	18/3/2004	42	Gilberto Meistrinho	PMDB	TNJ	26/5/2004	111	611
804	2002	Prioridade	Terrorismo	Conv.		06/03/2002	27/9/2002	205	28/08/2003	335	Coronel Alves	PRTB	Unam.	Não	19/7/2005	1026	18/8/2005	30	Romeu Tuma	PFL	TNJ	8/9/2005	51	1077
843	2002	Prioridade	Tecnologia	País	Ásia	20/5/2002	15/10/2002	148	21/8/2003	310	Paulo Delgado	PT	Unam.	Não	25/11/2003	406	11/12/2003	16	Eduardo Supley	PT	TNJ	16/12/2003	21	427
961	2002	Prioridade	Transporte	Mercosul	América do Sul	07/05/2002	18/11/2002	195	15/10/2003	331	Ivan Ranzolin	PP	Unam.	Não	20/11/2003	367	18/3/2004	119	Antônio C Magalhães	PFL	TNJ	26/5/2004	188	555
974	2002	Prioridade	Defesa	País	Europa Oriental	04/09/2002	17/12/2002	104	12/6/2003	177	João Almeida	PSDB	Unam.	Não	19/7/2005	945	01/09/2005	44	Marco Maciel	PFL	TNJ	26/9/2005	69	1014
975	2002	Prioridade	Jurídico	Mercosul	Am do Sul	11/12/1996	27/11/2002	2177	10/9/2003	287	José Thomaz	PFL	Unam.	Não	14/10/2003	321	4/12/2003	51	Marco Maciel	PFL	TNJ	19/12/2003	66	387
1012	2002	Prioridade	Terrorismo	Org.		11/10/2001	12/05/2002	213	5/11/2003	542	Reginaldo	PFL	Unam.	Não	18/3/2005	1041	5/5/2005	48	Romeu Tuma	PFL	TNJ	11/7/2005	115	1156
1034	2002	Prioridade	Jurídico	Mercosul	Am do Sul	19/6/2001	17/12/2002	546	1/10/2003	288	Leonardo Mattos	PV	Unam.	Não	11/12/2003	359	18/12/2003	7	Jefferson Peres	PDT	TNJ	7/5/2004	148	507
1124	2002	Prioridade	Trabalhistas	País	América Central	21/8/2002	10/01/2003	142	3/4/2003	83	Nice Lohão	PFL	Unam.	Não	13/12/2005	1068	23/3/2006	100	Sérgio Zambiasi	PTB	TNJ	25/4/2006	133	1201
1238	2002	Prioridade	Social	Org.	África	01/02/2003	18/2/2003	17	14/05/2003	85	Lincoln Portela	PR	Unam.	Não	05/02/2004	352	25/3/2004	49	Cristovam Buarque	PT	TNJ	07/07/2004	153	505
1239	2002	Prioridade	Jurídico	Org.		01/02/2003	18/2/2003	17	5/6/2003	107	Leonardo Mattos	PV	Unam.	Não	08/04/2010	2606	7/7/2010	90	Renato Casagrande	PSB	TNJ	11/8/2010	125	2731
1246	2002	Prioridade	Jurídico	País	América do Norte	20/06/2002	18/02/2003	243	3/4/2003	44	Moisés Lipnik	PTB	Unam.	Não	25/11/2003	280	25/03/2004	121	Eduardo Azeredo	PSDB	TNJ	26/05/2004	183	463
1247	2002	Prioridade	Jurídico	País	Europa	01/02/2003	18/02/2003	17	23/04/2003	64	Ivan Ranzolin	PP	Unam.	Não	13/12/2005	1029	23/03/2006	100	Mozartildo Cavalcanti	PPS	TNJ	25/04/2006	133	1162
11	2003	Prioridade	Saúde	País	Europa	04/09/2002	31/1/2003	149	7/5/2003	96	Vadão Gomes	PP	Unam.	Não	13/12/2005	1047	9/2/2006	58	Sérgio Zambiasi	PTB	TNJ	8/3/2006	85	1132
16	2003	Prioridade	Energia	País	Europa	25/10/2002	31/01/2003	98	7/5/2003	96	Pastor Pedro	PL	Unam.	Não	18/03/2005	777	05/05/2005	48	Cristovam Buarque	PDT	TNJ	11/7/2005	115	892
30	2003	Prioridade	Meio Ambiente	País	Europa	04/09/2002	22/9/2003	383	09/10/2003	17	Eneas	Prona	Unam.	Não	13/12/2005	813	14/03/2006	91	Marco Maciel	PFL	TNJ	2/5/2006	140	953
35	2003	Prioridade	Turismo	País	Am do Sul	12/06/2002	18/2/2003	251	26/06/2003	128	Mannilha	PT	Unam.	Não	12/08/2005	906	14/03/2006	214	Romeu Tuma	PFL	TNJ	2/5/2006	263	1169

82	2003	Prioridade	Turismo	País	América Central	21/10/2002	28/3/2003	158	24/09/2003	180	Alberto Fraga	PMDB	Usam.	Não	19/07/2005	844	15/09/2005	58	Wellington Salgado	PMDB	TNJ	1/12/2005	135	979
87	2003	Prioridade	Jurídico	Mercado	América Central	12/06/2002	04/07/2003	387	5/11/2003	124	Leonardo Mattos	PV	Usam.	Não	19/07/2005	746	01/09/2005	44	Roberto Saturnino	PT	TNJ	26/9/2005	69	815
88	2003	Prioridade	Meio Ambiente	País	América Central	11/11/2002	28/3/2003	137	3/12/2003	250	Leonardo Mattos	PV	Usam.	Não	26/02/2007	1431	10/5/2007	73	Flexa Ribeiro	PSDB	TNJ	9/10/2007	225	1656
96	2003	Prioridade	Educação	Mercado	América do Sul	12/05/2002	22/4/2003	345	5/11/2003	197	Colombo	PT	Usam.	Não	19/07/2005	819	1/9/2005	44	Flexa Ribeiro	PSDB	TNJ	26/09/2005	69	888
97	2003	Prioridade	Educação	Mercado	América do Sul	12/05/2002	04/07/2003	418	20/11/2003	139	Colombo	PT	Usam.	Sim	05/02/2004	216	18/03/2004	42	Marco Maciel	PFL	TNJ	7/7/2004	153	369
98	2003	Prioridade	Educação	Mercado	América do Sul	12/05/2002	04/07/2003	418	10/9/2003	68	Pastor Frankemberger	PTB	Usam.	Não	05/11/2003	124	18/12/2003	43	Rodolpho Tourinho	PFL	TNJ	28/01/2004	84	208
100	2003	Prioridade	Educação	Mercado	América do Sul	12/06/2002	04/07/2003	387	15/10/2003	103	Ivan Ranzolin	PP	Usam.	Não	25/11/2003	144	18/03/2004	114	Cristovam Blaque	PT	TNJ	26/05/2004	183	327
101	2003	Prioridade	Educação	Mercado	América do Sul	12/06/2002	22/4/2003	314	5/11/2003	197	Vadão Gomes	PP	Usam.	Não	19/07/2005	819	1/9/2005	44	Pedro Simon	PMDB	TNJ	26/09/2005	69	888
119	2003	Prioridade	Tráfico Internacional	ONU		07/11/2001	22/4/2003	531	28/08/2003	128	Coronel Alves	PL	Usam.	Não	13/12/2005	966	9/2/2006	58	Eduardo Azeredo	PSDB	TNJ	8/3/2006	85	1051
120	2003	Prioridade	Comércio	País	América Central	07/03/2002	28/4/2003	417	10/9/2003	135	Francisco Dornelles	PP	Usam.	Não	12/08/2005	837	27/04/2006	258	Eduardo Supley	PT	TNJ	19/07/2006	341	1178
134	2003	Prioridade	Jurídico	Mercado	América do Sul	12/06/2002	22/4/2003	314	10/9/2003	141	Fernando Gabreira	PT	Usam.	Não	05/11/2003	197	18/12/2003	43	Eduardo Azeredo	PSDB	TNJ	28/01/2004	84	281
167	2003	Prioridade	Trabalhista	País	América do Sul	21/08/2002	16/5/2003	268	21/08/2003	97	Ivan Ranzolin	PP	Usam.	Sim	24/09/2003	131	30/10/2003	36	Pedro Simon	PMDB	TNJ	26/11/2003	63	194
190	2003	Urgência	Meio Ambiente	Conv.		22/05/2001	29/05/2003	737	1/10/2003	125	Fernando Gabreira	PT	Usam.	Não	11/12/2003	196	22/01/2004	42	Juvêncio da Fonseca	PDT	TNJ	11/5/2004	152	348
218	2003	Prioridade	Defesa	Org.		02/01/2002	11/06/2003	525	1/10/2003	112	Francisco	PP	Usam.	Não	25/11/2003	167	29/01/2004	65	Lúcia Vânia	PSDB	TNJ	11/5/2004	168	335
237	2003	Prioridade	Jurídico	País	Oriente Médio	10/04/2002	07/01/2003	272	8/10/2003	274	Luiz Carlos Hauly	PSDB	Usam.	Não	06/05/2008	1946	7/8/2008	93	Marco A Costa	PSD	TNJ	22/09/2008	139	2085
267	2003	Prioridade	Transporte	País	América do Sul	02/07/2003	11/07/2003	9	10/9/2003	61	Francisco Rodrigues	PFL	Usam.	Não	18/03/2005	616	19/05/2005	62	Mozartildo Cavalcanti	PPS	TNJ	30/05/2005	73	689
269	2003	Prioridade	Jurídico	Org.		30/7/2002	11/07/2003	346	11/02/2003	82		PP	Usam.	Não	25/11/2003	137	29/01/2004	65	Rodolpho Tourinho	PFL	TNJ	11/5/2004	168	305
297	2003	Prioridade	Social	País	Oriente Médio	10/04/2002	11/07/2003	457	28/08/2003	48	Antonio Pannunzio	PSDB	Usam.	Não	12/08/2005	763	14/03/2006	214	Romeci Tuma	PFL	TNJ	2/5/2006	263	1026
298	2003	Prioridade	Penal	Conv.		06/11/1993	21/7/2003	3544	28/08/2003	38	Jose Thomaz	PFL	Usam.	Não	26/02/2007	1316	10/05/2007	73	Paulo Duque	PMDB	TNJ	9/10/2007	225	1541
299	2003	Prioridade	Infra-Estrutura	País	América do Sul	28/4/2003	16/7/2003	79	21/08/2003	36	Nilson Mourão	PT	Usam.	Não	11/12/2003	148	18/12/2003	7	Siba Machado	PT	TNJ	11/5/2004	152	300
300	2003	Prioridade	Jurídico	País	América do Sul	28/4/2003	16/7/2003	79	10/12/2003	147	Alberto Fraga	PMDB	Usam.	Não	12/08/2005	758	14/03/2006	214	Romeci Tuma	PFL	TNJ	2/5/2006	263	1021
306	2003	Prioridade	Trabalhista	OIT		22/06/1995	16/7/2003	2946	24/09/2003	70	Marcus Vicente	PTB	Usam.	Não	13/12/2005	881	23/03/2006	100	Sergio Zambiasi	PTB	TNJ	2/5/2006	140	1021
307	2003	Prioridade	Saúde	OIT		20/06/1988	16/7/2003	5504	1/10/2003	77	Francisco	PP	Usam.	Não	13/12/2005	881	14/03/2006	91	Gerson Camata	PMDB	TNJ	2/5/2006	140	1021
348	2003	Prioridade	Tecnologia	Org.	América do Sul	09/12/2000	08/04/2003	850	5/11/2003	211	Serafim Veazon	PSDB	Usam.	Não	06/05/2008	1855	3/7/2008	58	Cristovam Blaque	PDT	TNJ	22/09/2008	139	1994
396	2003	Prioridade	Extradção	País	Europa Oriental	14/01/2002	09/03/2003	419	10/12/2003	276	Jose Thomaz Nourá	PFL	Usam.	Não	24/03/2006	1111	1/6/2006	69	Alvaro Dias	PSDB	TNJ	10/8/2006	139	1250
397	2003	Prioridade	Extradção	País	Oriente Médio	10/04/2002	09/03/2003	333	20/11/2003	256	Luiz Carlos Hauly	PSDB	Usam.	Não	06/05/2008	1885	16/10/2008	163	Cristovam Blaque	PDT	TNJ	24/12/2008	232	2117
412	2003	Prioridade	Tecnologia	País	Ásia	27/11/2002	09/08/2003	255	20/11/2003	103	João Almeida	PSDB	Usam.	Não	19/07/2005	710	22/09/2005	65	Pedro Simon	PMDB	TNJ	28/11/2005	132	842
425	2003	Prioridade	Defesa	País	África	06/04/2003	09/10/2003	186	5/11/2003	27	Pastor Pedro Ribeiro	PL	Usam.	Não	18/03/2005	526	9/6/2005	83	Marcelo Crivella	PL	TNJ	19/07/2005	123	649
454	2003	Prioridade	Trabalhista	País	Oriente Médio	12/12/2002	10/03/2003	88	3/12/2003	268	Jose Thomaz Nourá	PFL	Usam.	Não	13/12/2005	1009	23/03/2006	100	Aelton Freitas	PL	TNJ	2/5/2006	140	1149
482	2003	Prioridade	Jurídico	Org.		30/07/2002	10/03/2003	223	3/12/2003	268	Leonardo Mattos	PV	Usam.	Não	19/07/2005	862	22/09/2005	65	Flexa Ribeiro	PSDB	TNJ	1/12/2005	135	997
483	2003	Prioridade	Turismo	País	Europa Oriental	04/10/2003	13/10/2003	9	20/11/2003	38	Nilson Mourão	PT	Usam.	Não	19/07/2005	645	18/08/2005	30	Flexa Ribeiro	PSDB	TNJ	9/9/2005	52	697

MSC	Ano	Ementa
209	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.
258	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.
673	2002	maio de 2002
1008	2002	Encaminha o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD.
1123	2002	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e a República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002.
1240	2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), assinado pelo Brasil em Paris, em 2001.
99	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002.
174	2003	em 4 de outubro de 2002.
329	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda.
378	2003	celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.
434	2003	Brasília, em 13 de dezembro de 2002
481	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.
561	2003	em 30 de julho de 2003.
585	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001.
586	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.
647	2003	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP.
97	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.
98	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, assinado em Lima, em 25 de agosto de 2003.
103	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre Circulação e o Tráfego Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.
119	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.
120	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bratislava, em 12 de novembro de 2003.
121	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênia, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003.
146	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.
159	2004	Submete o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cuba para a Cooperação nos Setores da Pesca e da Aquicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.
181	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.
182	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.
230	2004	Submete à apreciação do Congresso Nacional texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.
257	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate ao HIV / SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.
261	2004	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 178, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho de Trabalhadores Marítimos, bem como a Recomendação nº 185, da OIT, ambas assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.
271	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.
272	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.
301	2004	Territórios, celebrado em Lima em 10 de fevereiro de 2004.
335	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em Nova York.
355	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no campo de Cooperação Científica e Tecnológica.
394	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Cuba, para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.
453	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.
468	2004	Submete texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.
471	2004	Submete o Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaiá".
489	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma em novembro de 2001 e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002.
496	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma em novembro de 2001 e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002.
528	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.
550	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim em 24 de maio de 2004.
551	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima em 25 de agosto de 2003.
682	2004	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado, em Brasília, em 21 de outubro de 2003.
727	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003.
729	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003.

MSC	Ano	Regime	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREDN	Partido
209	2002	Prioridade	Jurídico	MERCO	América do Sul	15/12/2000	04/11/2002	689	06/02/2004	459	Ivan Ranzolin	PP
258	2002	Ordinária	Jurídico	MERCO	América do Sul	15/12/2001	17/4/2002	123	25/8/2004	861	Maninha	PT
673	2002	Prioridade	Cultura	País	Europa Oriental	7/5/2002	08/09/2002	65	19/5/2004	619	Paulo Delgado	PT
1008	2002	Prioridade	Social	Org.	África	22/11/2002	02/12/2002	10	24/3/2004	478	José Thomaz Nonô	PFL
1123	2002	Prioridade	Jurídico	MERCO	América do Sul	5/7/2002	01/10/2003	512	19/5/2004	231	Maninha	PT
1240	2002	Prioridade	Comércio	Org.		2/1/2003	18/2/2003	17	29/1/2004	345	Lindberg Farias	PT
99	2003	Prioridade	Defesa	País	América do Sul	9/12/2002	22/4/2003	222	19/5/2004	393	Francisco Rodrigues	PFL
174	2003	Prioridade	Penal	País	Oriente Médio	4/1/2002	06/04/2003	370	29/1/2004	298	Reginaldo Germano	PP
329	2003	Prioridade	Evasão Fiscal	País	Oriente Médio	15/7/2003	25/7/2003	10	23/3/2005	607	Alberto Goldman	PSDB
378	2003	Prioridade	Penal	País	Ásia	13/12/2002	27/08/2003	257	06/02/2004	163	Feu Rosa	PP
434	2003	Prioridade	Jurídico	Org.		13/12/2002	19/9/2003	280	14/4/2004	208	Leonardo Mattos	PV
481	2003	Prioridade	Jurídico	MERCO	América do Sul	6/12/2002	10/03/2003	271	05/06/2004	453	Fernando Gabeira	PT
561	2003	Prioridade	Jurídico	País	América do Sul	30/7/2003	31/10/2003	93	05/05/2004	187	Marcus Vicente	PTB
585	2003	Prioridade	Defesa	País	América do Sul	1/10/2001	14/11/2003	1038	19/5/2004	187	João Magno	PT
586	2003	Prioridade	Defesa	País	Ásia	14/8/2003	14/11/2003	92	06/02/2004	84	Ivan Ranzolin	PP
647	2003	Prioridade	Jurídico	Org.		30/9/2000	12/05/2003	954	06/02/2004	270	Marcos de Jesus	PL
97	2004	Prioridade	Jurídico	Org.		30/7/2002	25/3/2004	604	19/5/2004	55	Fernando Gabeira	PT
98	2004	Prioridade	Defesa	País	América do Sul	25/8/2003	16/3/2004	204	11/10/2004	209	Antonio Carlos Panunzio	PSDB
103	2004	Prioridade	Penal	País	América do Sul	16/10/2003	04/02/2004	111	25/8/2004	203	Jair Bolsonaro	PTB
119	2004	Prioridade	Pesca	País	América do Sul	26/8/2003	04/02/2004	162	16/6/2004	133	Zico Bronzeado	PT
120	2004	Prioridade	Jurídico	País	Europa Oriental	12/11/2003	30/3/2004	110	05/05/2004	36	André Zacharow	PP
121	2004	Prioridade	Educação	País	Europa Oriental	27/3/2003	30/3/2004	369	02/06/2004	64	Ivan Ranzolin	PP
146	2004	Prioridade	Cultura	País	Ásia	24/10/2003	16/4/2004	175	07/07/2004	82	Lincoln Portela	PL
159	2004	Prioridade	Pesca	País	América Central	26/9/2003	23/4/2004	210	25/8/2004	124	Edison Andrino	PMDB
181	2004	Prioridade	Jurídico	País		30/7/2002	30/4/2004	640	25/8/2004	117	João Herrmann Neto	PDT
182	2004	Prioridade	Turismo	País	Oriente Médio	4/12/2003	30/4/2004	384	25/8/2004	117	Francisco Rodrigues	PFL
230	2004	Prioridade	Transporte	País	Europa	11/11/2002	21/5/2004	557	11/10/2004	143	Zulaïê Cobra	PSDB
257	2004	Prioridade	Saúde	Org.		30/7/2002	28/5/2004	668	15/12/2004	201	Marcos de Jesus	PL
261	2004	Prioridade	Trabalhista	OIT		22/10/1996	06/04/2004	2723	20/10/2004	197	Zarattini	PT
271	2004	Prioridade	Defesa	País	Ásia	1/12/2003	06/04/2004	450	20/10/2004	197	André Zacharow	PP
272	2004	Prioridade	Trabalhista	País	América do Sul	2/10/2004	06/03/2004	25	25/8/2004	172	Edison Andrino	PMDB
301	2004	Prioridade	Território	País	América do Sul	2/10/2004	23/6/2004	134	20/10/2004	119	Paulo Delgado	PT
335	2004	Prioridade	Direitos Humanos	Org.		18/12/2002	07/02/2004	416	11/10/2004	247	Zulaïê Cobra	PSDB
355	2004	Prioridade	Tecnologia	País	África	8/11/2003	07/09/2004	393	10/11/2004	64	Antonio Carlos Panunzio	PSDB
394	2004	Prioridade	Saúde	País	América Central	26/9/2003	11/08/2004	320	20/10/2004	70	Paulo Delgado	PT
453	2004	Prioridade	Tecnologia	EU	Europa	19/1/2004	11/08/2004	205	11/10/2004	61	Luiz Carlos Haulý	PSDB
468	2004	Prioridade	Jurídico	País	Europa Oriental	29/4/2004	20/8/2004	113	11/10/2004	52	André Zacharow	PP
471	2004	Prioridade	Defesa	Países	América do Sul	8/12/2004	20/8/2004	8	20/10/2004	61	Zico Bronzeado	PT
489	2004	Prioridade	Agricultura	Org.		10/6/2002	09/03/2004	520	20/10/2004	225	Sigmaringa Seixas	PT
496	2004	Prioridade	Agricultura	Org.		28/6/1952	09/03/2004	18882	15/12/2004	281	Luiz Carlos Haulý	PSDB
528	2004	Prioridade	Saúde	País	África	5/11/2003	09/03/2004	303	15/12/2004	281	João Herrmann	PDT
550	2004	Prioridade	Penal	País	Ásia	24/5/2004	16/9/2004	115	24/2/2005	161	Thomaz Nonô	PFL
551	2004	Prioridade	Extradição	País	América do Sul	25/8/2003	14/9/2004	386	08/12/2004	85	Pastor Frankenberg	PTB
682	2004	Prioridade	Defesa	País	Europa Oriental	21/10/2003	20/10/2004	365	13/4/2005	175	José Thomaz Nonô	PFL
727	2004	Prioridade	Extradição	País	Europa Oriental	21/10/2003	11/10/2004	356	15/12/2004	65	André Zacharow	PP
729	2004	Prioridade	Extradição	País	América Central	17/11/2003	11/10/2004	329	03/09/2005	327	Marcos Jesus	PL

MSC	Ano	Ementa
330	2003	Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, assinados em Brasília em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.
549	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, em 14 de abril de 2004.
576	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.
620	2004	Submete, à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic, celebrado em 19 de dezembro de 2002, em Brasília.
621	2004	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli em 25 de janeiro de 2004.
653	2004	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.
726	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.
728	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.
809	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965.
817	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação, assinado em Brasília, em 22 de março de 2004.
852	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.
853	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004.
854	2004	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.
894	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.
964	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.
966	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Tegucigalpa, em 12 de agosto de 2004.
999	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.
1001	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 3 de dezembro de 2003, em Damasco.
55	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.
56	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.
77	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, celebrado em Brasília, em 16 de junho de 2004.
89	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.
125	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo Complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.
141	2005	Submete, à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.
142	2005	Submete, à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.
160	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004.
185	2005	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.
202	2005	Submete ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004.
203	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004.
245	2005	Submete ao Congresso Nacional, o texto do Convênio de Cooperação Regional para a Criação e Funcionamento do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e Caribe, celebrado na cidade do México, em 19 de outubro de 1990.
248	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Praia, em 14 de janeiro de 2005.
271	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiénicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003.
272	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinada em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.
313	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait, assinado em Kuwait, em 23 de fevereiro de 2005.
314	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004.
329	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 04 de dezembro de 2003.
335	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valencia, em 14 de maio de 2002.
438	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.
451	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.
453	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.
517	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.
534	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005.
538	2005	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da proposta de Emendas à Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias.
546	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.

MSC	Ano	Regime	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREDN	Partido	Situação	MSC
330	2003	Prioridade	Evasão Fiscal	País	Europa	20/11/2002	25/7/2003	247	08/03/2005	592	André de Paula	PFL	Unam.	330
549	2004	Prioridade	Penal	País	América do Sul	14/4/2004	21/9/2004	160	06/01/2005	107	André Zacharow	PMDB	Unam.	549
576	2004	Prioridade	Tecnologia	País	Oriente Médio	4/12/2003	23/9/2004	294	30/11/2005	433	André de Paula	PFL	Unam.	576
620	2004	Prioridade	Turismo	País	Europa Oriental	19/12/2002	12/06/2004	541	11/09/2005	456	Lincoln Portela	PL	Unam.	620
621	2004	Prioridade	Turismo	País	Ásia	25/1/2004	10/06/2004	137	13/4/2005	307	Paulo Delgado	PT	Unam.	621
653	2004	Prioridade	Território	País	América do Sul	8/7/2004	20/10/2004	104	24/2/2005	127	Marinha	PT	Unam.	653
726	2004	Prioridade	Jurídico	País	Europa	11/7/2003	11/10/2004	458	17/8/2005	310	Marcos de Jesus	PL	Unam.	726
728	2004	Prioridade	Extradução	País	América do Sul	25/8/2003	11/10/2004	413	13/04/2005	184	Zulniê Cobra	PSDB	Unam.	728
809	2004	Prioridade	Transporte	Conv.		9/4/1965	15/12/2004	14495	08/03/2005	83	João Paulo Gomes da Silva	PL	Unam.	809
817	2004	Prioridade	Aviação	País	América do Norte	22/3/2004	15/12/2004	268	08/03/2005	83	Medeiros	PL	Unam.	817
852	2004	Prioridade	Penal	País	América Central	24/9/2002	21/12/2004	819	06/01/2005	16	Jairo Carneiro	PFL	Unam.	852
853	2004	Prioridade	Penal	País	Europa	12/5/2004	22/12/2004	224	17/8/2005	238	Marcondes Gadelha	PTB	Unam.	853
854	2004	Prioridade	Evasão Fiscal	País	América Central	25/9/2003	22/12/2004	454	06/08/2005	227	Marinha	PT	Unam.	854
894	2004	Prioridade	Meio Ambiente	País	América do Sul	25/8/2003	29/12/2004	492	17/8/2005	231	Vadão Gomer	PP	Unam.	894
964	2004	Prioridade	Saude	País	Oriente Médio	4/12/2003	01/03/2005	453	01/06/2005	92	Francisco Rodrigues	PFL	Unam.	964
966	2004	Prioridade	Jurídico	País	América Central	12/8/2004	01/03/2005	201	05/05/2005	65	Feu Rosa	PP	Unam.	966
999	2004	Prioridade	Turismo	País	América Central	26/9/2003	02/04/2005	554	17/8/2005	137	João Castelo	PSDB	Unam.	999
1001	2004	Prioridade	Turismo	País	Oriente Médio	31/2/2003	02/04/2005	486	15/6/2005	74	João Herrmann	PDT	Unam.	1001
55	2005	Prioridade	Cultura	Conv.		17/10/2003	02/04/2005	533	01/06/2005	60	Julio Delgado	PPS	Unam.	55
56	2005	Prioridade	Educação	País	América Central	5/10/2004	14/2/2005	132	05/05/2005	80	Marcondes Gadelha	PTB	Unam.	56
77	2005	Prioridade	Saude	País	Ásia	16/6/2004	24/2/2005	253	05/05/2005	70	Francisco Rodrigues	PFL	Unam.	77
89	2005	Prioridade	Jurídico	País	América do Norte	8/7/2004	24/2/2005	231	01/06/2005	97	Nilson Mourão	PT	Unam.	89
125	2005	Prioridade	Meio Ambiente	País	América do Sul	20/8/2004	18/3/2005	210	01/06/2005	75	Feu Rosa	PP	Unam.	125
141	2005	Prioridade	Extradução	País	América Central	20/8/2004	23/3/2005	215	10/05/2005	48	Terezinha Fernandes	PT	Unam.	141
142	2005	Prioridade	Jurídico	País	Europa Oriental	16/10/2004	23/3/2005	158	15/6/2005	84	Zarattini	PT	Unam.	142
160	2005	Prioridade	Tráfego Internacional	País	América do Sul	14/9/2004	04/11/2005	416	09/11/2005	5	João Paulo Gomes da Silva	PSB	Unam.	160
185	2005	Prioridade	Evasão Fiscal	País	África	8/11/2003	14/4/2005	523	24/8/2005	132	Vilmar Rocha	PFL	S/ unam.	185
202	2005	Prioridade	Jurídico	Org.	América do Sul	12/7/2004	25/4/2005	287	15/6/2005	51	Nilson Mourão	PT	Unam.	202
203	2005	Prioridade	Transporte	País	África	29/7/2004	12/08/2005	379	24/8/2005	12	Francisco Rodrigues	PFL	Unam.	203
245	2005	Prioridade	Educação	Org.		19/10/1990	12/05/2005	5319	24/8/2005	104	Paulo Delgado	PT	Unam.	245
248	2005	Prioridade	Trabalhista	País	África	14/1/2005	13/5/2005	119	24/8/2005	103	André de Paula	PFL	Unam.	248
271	2005	Prioridade	Saude	País	Europa	7/10/2003	27/5/2005	598	05/10/2005	131	Marcondes Gadelha	PTB	Unam.	271
272	2005	Prioridade	Evasão Fiscal	País	América do Sul	14/2/2005	23/5/2005	98	31/8/2005	100	Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	Unam.	272
313	2005	Prioridade	Cultura	País	Oriente Médio	23/2/2005	02/06/2005	99	05/10/2005	125	Terezinha Fernandes	PT	Unam.	313
314	2005	Prioridade	Turismo	País	África	26/11/2004	06/01/2005	41	31/8/2005	237	Marinha	PT	Unam.	314
329	2005	Prioridade	Tráfego Internacional	País	Oriente Médio	4/12/2003	16/6/2005	560	31/8/2005	76	João Herrmann	PDT	Unam.	329
335	2005	Prioridade	Social	País	Europa	14/5/2002	20/6/2005	1133	08/02/2006	233	Feu Rosa	PP	Unam.	335
438	2005	Prioridade	Jurídico	País	Europa Oriental	25/2/2005	08/08/2005	164	11/09/2005	34	Jair Bolsonaro	PP	Unam.	438
451	2005	Prioridade	Comunicação	País	América do Sul	14/2/2005	08/08/2005	175	05/10/2005	58	Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	Unam.	451
453	2005	Prioridade	Aviação	País	África	12/4/2005	08/08/2005	118	11/09/2005	34	Pastor Frankembergen	PTB	Unam.	453
517	2005	Prioridade	Extradução	País	África	3/5/2005	08/11/2005	189	07/12/2005	29	Terezinha Fernandes	PT	Unam.	517
534	2005	Prioridade	Tecnologia	País	África	11/5/2005	19/9/2005	131	05/10/2005	16	João Gomes da Silva	PL	Unam.	534
538	2005	Prioridade	Meio Ambiente	Conv.		24/8/2005	31/8/2005	7	07/12/2005	98	Fernando Cabeira	PV	Unam.	538
546	2005	Prioridade	Defesa	País	Europa	15/7/2005	09/08/2005	25	05/10/2005	57	André de Paula	PFL	Unam.	546

MISC	Ano	Ementa
504	2003	Encaminha Mensagem relativa ao texto do Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho.
76	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 184, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), complementada pela Recomendação nº 192, assinada em 21 de junho de 2001.
963	2004	Submete ao Congresso Nacional o texto dos Atos da União Postal Universal - UPU, concluídos em Beijing, em 15 de setembro de 1999, a seguir relacionados: Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal, Regulamento Geral da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e Protocolo Final e Acordo Referente aos Serviços de Pagamento do Correio.
179	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.
443	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005.
643	2005	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.
644	2005	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005.
767	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, assinado em Brasília, em 26 de julho de 2005.
768	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto, 1978.
782	2005	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2005.
791	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Decisão nº 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a Integração e Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005.
797	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 2005.
798	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.
799	2005	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Criação do "Visto Mercosul", aprovado pela Decisão CMC 16/03, emanada da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevideu, em 16 de dezembro de 2004.
812	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.
830	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2005.
924	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova York, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução 44/128, de 15 de dezembro de 1989, da Assembleia Geral das Nações Unidas.
934	2005	Submete, ao Congresso Nacional, o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção das Expressões Culturais, celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005.
14	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.
15	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular no Campo de Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.
17	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.
20	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Tratado sobre Exatidão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, assinado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.
21	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.
22	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.
35	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.
43	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro, assinado em Berlim, em 17 de fevereiro de 2005.
80	2006	Submete à elevada deliberação do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul aprovado pela Decisão CMC 32/04, emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.
113	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.
114	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2005.
115	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo de Barbados, celebrado em Bridgetown, em 17 de maio de 2005.
137	2006	Submete, à apreciação do Congresso Nacional, o texto emendado da Convenção sobre Regulamento para Evitar Abaloamentos no Mar, 1972, bem como as Emendas adotadas até 29 de novembro de 2001.
158	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, celebrado em Brasília, em 16 de janeiro de 2006.
166	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, celebrado na cidade de Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.
183	2006	Submete, à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, na Área de Tecnologia Militar, celebrado na cidade de Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.
203	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005.
227	2006	Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas, assinado em Brasília, em 31 de agosto de 2004.
244	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação Policial, assinado em Bogotá, em 14 de dezembro de 2005.
304	2006	Submete, à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Estabelecimento da Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística (ICRANET), organização internacional com sede em Pescara, Itália, e de seus Estatutos, assinados em 21 de setembro de 2005.
354	2006	Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.
372	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 6 de fevereiro de 2006.
394	2006	Encaminha à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.
408	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul, aprovado pela Decisão nº 23/05, do Conselho do Mercado Comum, e assinado pelos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005.
436	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.
489	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 5 de junho de 2006.
557	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto de Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Salvador, em 29 de outubro de 2005.

MSC	Ano	Regime	Área	Sujeito	Região	PPF	Despacho	TTE	Favorec CD	TTCI	Relator CREDEN	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCED	Parcecer SF	TTC2	Relator CRE	Partido	Situação	Publicação	TTSF	TIT
304	2003	Prioridade	Trabalhista	OIT		10/07/2003	17/10/2003	99	05/10/2006	1084	Paulo Delgado	PT	Unam.	Não	10/07/2009	2093	12/10/2009	94	Roberto Cavalcanti	PRB	TNI	30/12/2009	173	2266
76	2004	Prioridade	Trabalhista	OIT		21/66/2004	03/05/2004	1047	08/02/2006	646	Francisco Tura	PP	Unam.	Não							em tram.			
963	2004	Prioridade	Jurídico	Org.		15/9/2004	01/03/2005	167	29/11/2006	638	André Costa	PDT	Unam.	Não	12/06/2008	1199	07/10/2008	117	Wellington Salgado	PMDB	TNI	23/9/2008	103	1302
179	2005	Prioridade	Extradadição	MERCO		16/12/2004	04/11/2005	323	24/5/2006	201	João Herrmann	PDF	Unam.	Não	06/05/2007	548	08/09/2007	125	Eduardo Azeredo	PSDB	TNI	24/10/2007	171	719
443	2005	Prioridade	Comunicação	Am do Sul		04/01/2005	08/08/2005	216	05/03/2006	209	Fel Rosa	PP	Unam.	Não	30/5/2008	1026	21/5/2009	356	Pedro Simon	PMDB	TNI	15/6/2009	181	1407
643	2005	Prioridade	Defesa	Europa		15/7/2005	17/10/2005	94	24/05/2006	219	Paulo Pimenta	PP	Unam.	Não	09/05/2006	204	09/06/2006	31	Cesar Borges	DEM	TNI	19/9/2006	133	337
644	2005	Prioridade	Comercio	MERCO	Am do Sul	19/3/2005	17/10/2005	212	22/11/2006	401	Reginaldo Germano	PT	Unam.	Não	30/5/2008	936	10/07/2008	41	Inácio Arruda	PCtob	TNI	05/09/2008	98	1054
767	2005	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	26/7/2005	23/11/2005	120	22/11/2006	364	Itamar Serpa	PP	Unam.	Não	30/5/2008	919	20/8/2008	82	Mariana Silva	PV	TNI	05/09/2008	98	1017
768	2005	Prioridade	Defesa	Conv		17/11/2005	23/11/2005	6	22/11/2006	364	Itamar Serpa	PSDB	Unam.	Não	06/05/2008	895	03/07/2008	58	Cristovam Buarque	PDT	TNI	22/9/2008	139	1034
782	2005	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	24/8/2005	01/12/2005	99	22/11/2006	356	João Magno	PT	Unam.	Não	30/5/2008	911	07/10/2008	130	Inácio Arruda	PCtob	TNI	05/09/2008	98	1009
791	2005	Prioridade	Jurídico	MERCO	Am do Sul	19/6/2005	01/12/2005	165	24/5/2006	174	Mannha	PSOL	Unam.	Relatores	09/05/2006	159	09/05/2006	0	Sergio Zambiasi	PTB	TNI	19/9/2006	133	292
797	2005	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	08/11/2005	06/12/2005	28	22/11/2006	351	Pastor Frankenberg	PTB	Unam.	Não	30/5/2008	906	08/07/2008	39	Jose Nery	PSOL	TNI	22/9/2008	115	1021
798	2005	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	30/8/2005	01/12/2005	93	22/11/2006	356	Socorro Gomes	PCtob	Unam.	Não	12/08/2009	1350	05/11/2009	83	Paulo Duarte	PMDB	TNI	07/12/2009	111	1461
924	2005	Prioridade	Jurídico	MERCO	Am do Sul	16/12/2004	12/09/2005	270	22/11/2006	436	Luiz Carlos Hauer	PSB	Unam.	Não	30/5/2008	991	16/10/2008	139	Romeu Tuma	PFL	TNI	24/12/2008	208	1199
812	2005	Prioridade	Aviação	Pais	Africa	09/06/2005	12/06/2005	3	20/12/2006	556	Eduardo Campos	PSB	Unam.	Não	30/5/2008	1083	08/07/2008	39	Jose Nery	PSOL	TNI	19/9/2008	112	1195
830	2005	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	08/09/2005	19/12/2005	102	22/11/2006	338	Mariângela Duarte	PT	Unam.	Não	16/06/2009	1275	03/09/2009	79	Tião Viana	PT	TNI	21/9/2009	97	1372
924	2005	Prioridade	Dir. Humanos	ONU		15/12/1989	24/12/2006	5884	24/5/2006	120	Luiz Carlos Hauer	PSDB	S' unam.	Sim	06/12/2008	1047	21/5/2009	166	Antônio Valadares	PSB	TNI	17/6/2009	193	1240
934	2005	Prioridade	Cultura	Conv		20/10/2005	20/12/2006	92	05/03/2006	44	Aroldo Cedraz	PFL	Unam.	Não	12/06/2006	143	19/12/2006	190	Romeu Tuma	PFL	TNI	26/12/2006	197	340
14	2006	Prioridade	Jurídico	Conv		28/8/1989	19/12/2006	6110	22/11/2006	307	Sabatell Carvalho	PFL	Unam.	Não	11/11/2008	1027	21/5/2009	191	Paulo Duarte	PMDB	TNI	15/6/2009	216	1243
15	2006	Prioridade	Agricultura	Pais	Africa	05/12/2005	19/12/2006	45	22/11/2006	307	Carlow Melles	PFL	Unam.	Não	12/06/2008	875	07/10/2008	117	Inácio Arruda	PCtob	TNI	22/9/2008	102	977
17	2006	Prioridade	Trabalhista	Am do Sul		14/8/2001	19/12/2006	1619	22/11/2006	246	Bo Paulo Gomes Da S	PMDB	Unam.	Não	05/05/2009	1200	21/5/2009	18	Pedro Simon	PMDB	TNI	22/6/2009	50	1250
20	2006	Prioridade	Extradadição	Pais	Am do Sul	21/12/2004	20/01/2006	395	22/11/2006	306	Alta Lus	PMDB	Unam.	Não	23/11/2009	1403	31/8/2010	281	Heraldo Fortes	PSB	TNI	09/08/2010	259	1662
21	2006	Prioridade	Penal	Pais	Africa	05/03/2005	24/12/2006	325	05/10/2006	254	Claudio Cajado	PFL	Unam.	Não	23/5/2007	484	08/09/2007	108	Marcelo Crivella	PRB	TNI	24/10/2007	154	638
22	2006	Prioridade	Trafico Inter.	Pais	Africa	09/06/2005	20/12/2006	225	22/11/2006	307	Marcos Mendes Gadelha	PT	Unam.	Não	12/06/2008	874	20/8/2008	69	Vigário de Carvalho	PSC	TNI	22/9/2008	102	936
35	2006	Prioridade	Penal	Pais	Am do Sul	16/2/2005	31/12/2006	349	05/10/2006	246	Nilson Mourão	PT	Unam.	Não	23/5/2007	477	09/06/2007	17	Pedro Simon	PMDB	TNI	30/10/2007	160	617
43	2006	Prioridade	Cultura	Pais	Europa	17/2/2005	02/03/2006	378	22/11/2006	265	Aroldo Cedraz	PFL	Unam.	Não	23/5/2007	447	05/07/2007	43	Francisco Dornelles	PP	TNI	24/10/2007	154	601
80	2006	Prioridade	Comercio	MERCO	Am do Sul	16/12/2004	03/10/2006	434	23/11/2006	272	Francisco Tura	PP	Unam.	Não	06/05/2007	437	09/06/2007	34	João Tenório	PSDB	TNI	30/10/2007	177	614
113	2006	Prioridade	Turismo	Pais	Am do Sul	30/11/2005	03/10/2006	307	22/11/2006	57	André Costa	PDT	Unam.	Não	30/5/2008	605	03/07/2008	34	Pedro Simon	PMDB	TNI	05/09/2008	98	703
114	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	06/07/2005	03/08/2006	393	22/11/2006	111	Alcete Almeida	PTB	Unam.	Retirada	30/5/2008	666	03/07/2008	34	Marco Marcel	DEM	TNI	05/09/2008	102	764
115	2006	Prioridade	Cultura	Pais	Am Central	17/5/2005	03/06/2006	443	22/11/2006	111	Bo Paulo Gomes Da S	PSB	Unam.	Retirada	12/06/2008	679	07/10/2008	117	Eduardo Duplcy	PT	TNI	22/9/2008	102	781
137	2006	Prioridade	Mao-Ambiente	Org.		29/11/2001	21/3/2006	1573	22/11/2006	246	Luiz Sergio	PT	Unam.	Não	16/6/2009	1183	12/10/2009	118	Paulo Duarte	PMDB	TNI	29/12/2009	196	1379
158	2006	Prioridade	Educacao	Pais	Africa	16/1/2006	21/3/2006	64	22/11/2006	246	André Zaccarow	PMDB	Unam.	Não	12/06/2008	814	07/10/2008	117	Mao Sana	PMDB	TNI	22/9/2008	102	916
166	2006	Prioridade	Defesa	Pais	Am do Sul	30/11/2005	29/03/2006	119	02/08/2006	126	Luiz Sérgio	PT	Unam.	Não	12/06/2006	75	13/12/2006	184	Romeu Tuma	PTM	TNI	26/12/2006	197	272
183	2006	Prioridade	Defesa	Pais	Am do Sul	30/11/2005	04/10/2006	308	22/11/2006	49	Aroldo Cedraz	PFL	Unam.	Relatores	30/5/2008	604	07/10/2008	130	Jefferson Praia	PSDB	TNI	05/09/2008	98	702
203	2006	Prioridade	Defesa	Pais	Europa	13/10/2005	04/10/2006	356	22/11/2006	49	Mannha	PSOL	Unam.	Não	12/06/2008	617	08/07/2008	26	Fleca Ribeiro	PSDB	TNI	22/9/2008	102	719
227	2006	Prioridade	Trafico Inter.	Pais	Africa	31/08/2004	27/4/2006	604	22/11/2006	209	Mannha	PSOL	Unam.	Não	12/06/2008	777	20/8/2008	69	Vigário de Carvalho	PSC	TNI	22/9/2008	102	879
244	2006	Prioridade	Penal	Pais	Am do Sul	14/12/2005	27/4/2006	134	22/11/2006	209	Jair Bolsonaro	PP	S' unam.	Não	30/5/2008	764	20/8/2008	82	Eduardo Duplcy	PT	TNI	05/09/2008	98	862
304	2006	Prioridade	Tecnologia	Org.		21/09/2005	15/5/2006	236	20/12/2006	182	Eduardo Campos	PSB	Unam.	Não	14/6/2007	395	04/09/2007	82	Antônio Valadares	PSB	TNI	24/10/2007	132	527
354	2006	Prioridade	Trafico Inter.	Pais	Am Central	20/08/2004	31/5/2006	649	29/11/2006	219	Socorro Gomes	PC do B	Unam.	Não	12/06/2008	743	20/8/2008	69	Antônio Valadares	PSB	TNI	22/9/2008	102	845
372	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	Am Central	06/02/2006	26/5/2006	109	20/12/2006	208	Fel Rosa	PP	Unam.	Não	30/5/2008	755	08/07/2008	39	João Tenório	PSDB	TNI	04/09/2008	97	832
394	2006	Prioridade	Evasão Fiscal	Pais	Am do Sul	17/2/2006	06/09/2006	201	06/07/2006	77	Aroldo Cedraz	PFL	Unam.	Não	05/09/2006	1033	15/7/2009	10	Antônio Valadares	PSB	TNI	08/11/2009	126	1159
408	2006	Prioridade	Jurídico	MERCO	Am do Sul	12/09/2005	31/5/2006	261	06/07/2006	36	Mannha	PSOL	Unam.	Não	05/09/2006	97	05/09/2006	0	Sergio Zambiasi	PTB	TNI	19/9/2006	14	111
436	2006	Prioridade	Defesa	Pais	Am do Sul	17/2/2006	22/6/2006	125	22/11/2006	153	Alcete Almeida	PTB	Unam.	Não	12/06/2008	721	07/10/2008	117	Jefferson Praia	PSDB	TNI	22/9/2008	102	823
489	2006	Prioridade	Infra-Estrutura	Pais	Asia	06/05/2006	11/07/2006	66	02/08/2006	22	Luiz Sérgio	PT	Unam.	Não	05/09/2006	56	06/09/2006	1	Sergio Zambiasi	PTB	TNI	19/9/2006	14	70
557	2006	Prioridade	Turismo	Pais	Europa	29/10/2005	08/01/2006	71	20/12/2006	346	Carlow Melles	PFL	Unam.	Não	12/06/2008	886	07/10/2008	117	Marco Marcel	DEM	TNI	22/9/2008	102	988
593	2006	Prioridade	Penal	Pais	Europa	22/5/2006	02/08/2006	72	20/12/2006	140	Antonio Panunzio	PSDB	Unam.	Não	06/05/2007	277	09/06/2007	34	Cesar Borges	PR	TNI	30/10/2007	177	454
594	2006	Prioridade	Esporte	Conv		19/10/2005	08/01/2006	81	20/12/2006	346	Carlow Melles	PFL	Unam.	Não	07/04/2007	454								

MSC	Ano	Ementa
788	2004	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.
46	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Específicos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004.
312	2005	Submete ao Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão sobre Cooperação no Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Brasília, em 29 de novembro de 2004.
497	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.
526	2005	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Argentina Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.
628	2005	Submete ao Congresso Nacional o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai - Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela - Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevideu, em 18 de outubro de 2004.
766	2005	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992) com Emendas feitas pela Conferência Plenipotenciária (Minskópolis, 1998), aprovados em Marraqueche, em 18 de outubro de 2002, juntamente com as reservas feitas pelo Brasil.
852	2005	Submete ao Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Desordenados do Transporte Marítimo e Aéreo, celebrado em Brasília, em 27 de julho de 2005.
184	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo para o estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.
373	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua assinado em Manágua, em 2 de fevereiro de 2006.
381	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção sobre transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.
437	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1 de abril de 2004.
468	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em Montevideu, em 8 de Dezembro de 2005.
469	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento para a Capacitação em Software Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Tunis, em 16 de novembro de 2005.
470	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo, por troca de Notas, sobre Supressão de Vistos entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Líbia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2002.
538	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de Novembro de 2005.
555	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Isenção Parcial de Vistos celebrado em Brasília, em 20 de Outubro de 2005.
556	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Saint George's, Granada, em 24 de abril de 2006.
575	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção de Extração entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.
624	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto para aprovação da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Buseca e Salvamento Marítimos, de 1979, adotadas por meio da Resolução MSC. 155(78) do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional.
626	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizado em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003.
628	2006	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia, celebrado em Brasília, em 15 de maio de 2006.
654	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2006.
721	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001), celebrado em Brasília, em 27 de novembro de 2003.
748	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinado pelo Brasil em Nova York, no dia 14 de setembro de 2005.
750	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional os textos dos Atos da União Postal Universal - UPU, aprovados em seu XXIII Congresso, em Bucareste, em 5 de outubro de 2004.
898	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.
899	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfico de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005.
911	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.
915	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.
916	2006	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.
949	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006.
1025	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, com vistas à sua entrada em vigor no Brasil.
1032	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro, de 2006.
1143	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.
1166	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional, os textos da Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP) e dos Estatutos Revisados, celebrados em Bissau, em 17 de julho de 2006, durante a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

22	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para o Reconhecimento de Títulos de Medicina expedidos em Cuba, celebrado em Havana, em 15 de setembro de 2006.
23	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006.
56	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas à sua ratificação e entrada em vigor em Brasília.
57	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.
59	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005.
60	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Trilateral entre o Governo da República da Índia e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.
82	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e da Venezuela.
83	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS - da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6 de dezembro de 2005.
110	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da Índia e da República da Índia no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-Africa do Sul, em 13 de setembro de 2006.
111	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-Africa do Sul, o Governo da República da Índia e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.
166	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.
167	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vau, assinado em Nova York, em 11 de maio de 2006.
232	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate à Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.
233	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.
349	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à criação de um Fórum Franco-Brasileiro de Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.
372	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo "Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia", assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.
373	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007.
389	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.
390	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007.
405	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paraguaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.
425	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Estatuto emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na Itália, em 30 de junho de 2005.
426	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de Um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o "Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguaguá para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande", celebrado em Brasília, no dia 21 de julho de 1987.
469	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.
505	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006.
506	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 9 de junho de 2005.
507	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.
602	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.
682	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha relativo ao projeto "Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí", concluído em Brasília, em 6 de setembro de 2006.
712	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Acochava, Colômbia, em 26 de fevereiro de 2007.
741	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007.

MSC	Ano	Regime	Area	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREDN	Partido
788	2004	Prioridade	Saúde	Pais	Oriente Médio	12/03/2003	12/10/2004	580	23/5/2007	953	Vieira da Cunha	PDT
46	2005	Prioridade	Defesa	Pais	Asia	25/1/2004	02/04/2005	433	18/04/2007	746	Carlito Merss	PT
312	2005	Prioridade	Tráfico Internacional	Pais	Oriente Médio	29/11/2004	06/01/2005	38	16/5/2007	860	George Hilton	PP
497	2005	Prioridade	Penal	Pais	Asia	11/12/2004	08/08/2005	240	30/5/2007	660	William Woo	PSDB
526	2005	Prioridade	Comércio	Pais	América do Sul	16/10/2003	17/08/2005	671	20/6/2007	672	Rosinha	PT
628	2005	Prioridade	Comércio	MERCO	América do Sul	18/10/2004	10/10/2005	357	20/3/2007	526	Rosinha	PT
766	2005	Prioridade	Comunicações	Org.		18/10/2002	23/11/2005	1132	18/4/2007	511	George Hilton	PP
852	2005	Prioridade	Evasão Fiscal	Pais	Europa	27/7/2005	18/1/2006	175	30/5/2007	497	Ricardo Berzoini	PT
184	2006	Prioridade	Comércio	Pais	América do Sul	30/11/2005	04/10/2006	308	4/7/2007	185	Rosinha	PT
373	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	América Central	02/02/2006	26/5/2006	113	23/5/2007	362	Vieira da Cunha	PDT
381	2006	Prioridade	Extradiação	Org.		23/11/2005	31/5/2006	189	23/5/2007	357	Isis de Araújo	PMDB
437	2006	Prioridade	Méio-Ambiente	Convenção		04/01/2004	22/6/2006	900	12/9/2007	535	Flavio Bezerra	PMDB
468	2006	Prioridade	Infra-estrutura	Pais	América do Sul	12/08/2005	30/6/2006	322	18/4/2007	292	Rosinha	PT
469	2006	Prioridade	Tecnologia	ONU		16/11/2005	30/6/2006	226	23/5/2007	327	Antonio Carlos Theme	PSDB
470	2006	Prioridade	Jurídico	Pais	Europa Oriental	11/04/2002	30/6/2006	1541	23/5/2007	327	Nilson Mourão	PT
538	2006	Prioridade	Penal	Org.		23/11/2005	19/7/2006	238	23/5/2007	308	Isis de Araújo	PMDB
555	2006	Prioridade	Jurídico	Pais	Asia	20/10/2005	08/02/2006	111	23/5/2007	469	William Woo	PSDB
556	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	América Central	24/4/2006	01/08/2006	99	11/7/2007	463	Augusto Farias	PTB
575	2006	Prioridade	Extradiação	Org.		23/11/2005	08/01/2006	46	28/2/2007	416	Claudio Cajado	PL
624	2006	Prioridade	Território	Org.		31/12/1975	08/07/2006	11147	28/3/2007	263	Marcondes Gadelha	PSB
626	2006	Prioridade	Trabalhista	MERCO	América do Sul	15/12/2003	08/07/2006	936	23/5/2007	319	Rosinha	PT
628	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	15/5/2006	08/07/2006	54	28/3/2007	263	Claudio Cajado	PL
654	2006	Prioridade	Tecnologia	OEA		23/5/2006	22/8/2006	91	7/3/2007	315	Luiz Carlos Haully	PSDB
721	2006	Prioridade	Comércio	Pais	Europa	27/11/2003	28/8/2006	1005	23/5/2007	268	Antonio Carlos Theme	PSDB
748	2006	Prioridade	Terrorismo	Convenção		14/9/2005	22/9/2006	373	28/2/2007	159	Luiz Carlos Haully	PSDB
750	2006	Prioridade	Jurídico	Org.		10/05/2004	22/9/2006	865	28/3/2007	187	Francisco Rodrigues	PL
898	2006	Prioridade	Transporte	Pais	Africa	02/08/2006	27/10/2006	86	15/8/2007	292	João Almeida	PSDB
899	2006	Prioridade	Tráfico Internacional	Pais	América do Sul	12/09/2005	27/10/2006	410	18/4/2007	173	Geraldo Resende	PPS
911	2006	Prioridade	Jurídico	Org.		09/01/1994	11/10/2006	4638	23/05/2007	224	José Mendonça Bezerra	DEM
915	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	Asia	08/01/2006	11/10/2006	276	20/5/2007	221	William Woo	PSDB
916	2006	Prioridade	Defesa	Pais	América Central	13/3/2006	11/08/2006	151	11/4/2007	450	Geraldo Resende	PPS
949	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	14/3/2006	21/11/2006	252	29/3/2007	128	Eduardo Lopes	PSB
1025	2006	Prioridade	Saúde	OMS		23/5/2005	12/08/2006	446	11/4/2007	449	Rosinha	PT
1032	2006	Prioridade	Tecnologia	Pais	Africa	09/10/2006	15/12/2006	67	15/8/2007	243	Vieira da Cunha	PDT
1143	2006	Prioridade	Méio-Ambiente	Pais	América do Sul	09/11/2006	03/07/2007	236	15/8/2007	43	Aldo Rebedo	PC do B
1166	2006	Prioridade	Jurídico	Org.		17/7/2006	01/02/2007	199	25/4/2007	83	José Aparecido Oliveira	PV
22	2007	Prioridade	Educação	Pais	América Central	15/09/2006	23/3/2007	189	12/9/2007	261	Nilson Mourão	PT
23	2007	Prioridade	Aviação	Pais	Asia	09/12/2006	08/02/2007	61	25/4/2007	76	Atila Lins	PSDB
56	2007	Prioridade	Trabalhista	OIT		09/01/2003	14/2/2007	1497	11/7/2007	266	Rosinha	PT
57	2007	Prioridade	Extradiação	Pais	América do Sul	16/2/2005	14/2/2007	728	23/5/2007	98	Jair Bolsonaro	PP
59	2007	Prioridade	Jurídico	Conv.		12/08/2005	14/2/2007	551	15/08/2007	182	André de Paula	DEM
60	2007	Prioridade	Transporte	IBAS		13/9/2006	14/2/2007	154	25/4/2007	70	Augusto Carvalho	PPS
82	2007	Prioridade	Jurídico	MERCO	América do Sul	07/04/2006	03/05/2007	391	24/10/2007	174	Rosinha	PT
83	2007	Prioridade	Patentes	OMC		12/06/2005	09/03/2007	635	23/5/2007	75	Fernando Gabeira	PV
110	2007	Prioridade	Agricultura	IBAS		13/9/2006	15/3/2007	183	9/5/2007	174	Aldo Rebedo	PC do B
111	2007	Prioridade	Energia	IBAS		13/9/2006	22/3/2007	190	25/4/2007	34	Carlito Merss	PT
166	2007	Prioridade	Penal	Pais	Africa	09/06/2005	04/04/2007	664	20/6/2007	77	Claudio Cajado	DEM
167	2007	Prioridade	Tecnologia	Pais	Oceania	05/11/2006	30/3/2007	145	20/6/2007	82	Laerte Bessa	PMDB
232	2007	Prioridade	Jurídico	Pais	Oriente Médio	19/6/2006	03/11/2007	502	11/7/2007	4	Atila Lins	PMDB
233	2007	Prioridade	Saúde	Pais	Oriente Médio	19/6/2006	23/4/2007	308	27/4/2007	4	Marcondes Gadelha	PSB
349	2007	Prioridade	Educação	Pais	Europa	25/5/2006	14/6/2007	385	21/11/2007	160	Marcondes Gadelha	PSB
372	2007	Prioridade	Tecnologia	IBAS		13/9/2006	28/6/2007	288	12/9/2007	164	Eduardo Lopes	PSB
373	2007	Urgência	Jurídico	Pais	América do Norte	06/01/2007	11/07/2007	186	17/10/2007	98	Aldo Rebedo	PC do B
389	2007	Prioridade	Comércio	Pais	Africa	02/08/2006	26/6/2007	328	26/9/2007	92	George Hilton	PP
390	2007	Prioridade	Tecnologia	Org.	Africa	28/2/2007	02/07/2007	124	17/10/2007	107	Iris de Araújo	PMDB
405	2007	Prioridade	Infra-estrutura	Pais	América do Sul	15/08/1990	28/6/2007	6161	19/9/2007	83	Takayama	PSC
425	2007	Prioridade	Direito Internacional	Conv.		30/6/2005	11/07/2007	741	11/7/2007	119	Raul Jungmann	PPS
426	2007	Prioridade	Infra-estrutura	Pais	América do Sul	21/7/1987	11/07/2007	7295	26/9/2007	77	João Almeida	PSDB
469	2007	Prioridade	Infra-estrutura	Pais	América do Sul	14/2/2007	07/12/2007	296	12/9/2007	2	Ruy Pauletti	PSDB
505	2007	Prioridade	Trabalhista	Pais	Asia	02/02/2006	08/09/2007	583	12/6/2007	89	Walter Yoshi	DEM
506	2007	Prioridade	Trabalhista	Pais	Africa	06/09/2005	08/09/2007	732	31/1/2008	145	Eudes Xavier	PT
507	2007	Prioridade	Turismo	Pais	América Central	25/5/2007	08/09/2007	106	12/5/2007	88	João Carlos Bacelar	PR
602	2007	Prioridade	Turismo	Pais	América do Sul	04/04/2007	21/8/2007	139	17/10/2007	57	Fernando Gabeira	PV
682	2007	Prioridade	Saúde	Pais	Europa	09/06/2006	27/9/2007	475	12/12/2007	76	João Almeida	PSDB
712	2007	Prioridade	Infra-estrutura	Pais	América do Sul	26/2/2007	10/08/2007	165	11/7/2007	89	Vieira da Cunha	PDT
741	2007	Prioridade	Evasão Fiscal	Pais	América do Norte	20/3/2007	25/10/2007	219	19/12/2007	55	João Almeida	PSDB

MSC	Ano	Ementa
285	2006	Submete ao Congresso Nacional o texto do Protocolo de 1988 relativo à Convenção Internacional sobre Linhas de Carga, 1966, celebrada em Londres, em 11 de novembro de 1988.
36	2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.
292	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em Brasília, em 14 de dezembro de 2006.
601	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Península, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.
637	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Medida 1 (2003) - Secretariado do Tratado Antártico, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado Antártico (ATCOM), realizada em Madri, em 2003.
784	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.
819	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Manágua, em 8 de agosto de 2007.
852	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.
898	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo do Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.
911	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Bolivariano da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.
953	2007	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.
955	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.
956	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova York, em 26 de setembro de 2007.
993	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007.
994	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujetas a Regimes Especiais, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.
997	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiros de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.
1011	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes para a Instalação da Delegação Permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, assinado no Cairo, em 23 de abril de 2007.
1012	2007	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.
29	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Alemanha sobre Cooperação Financeira, de 24 de outubro de 1991, relativo ao Projeto "Saneamento Básico Ceará II", concluído em 28 de junho de 2004.
30	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.
31	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.
32	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto das Resoluções MSC.180(79); MSC.203(81); MSC.209(81); STCW.6/Circ.3; STCW.6/Circ.4; STCW.6/Circ.5; STCW.6/Circ.6; STCW.6/Circ.7; STCW.6/Circ.8; STCW.6/Circ.9; STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW - 1978).
36	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Delhi, no dia 4 de junho de 2007.
37	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Tegucigalpa, em 27 de julho de 2007.
38	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.
40	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.
41	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007.
42	2008	Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.
38	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 139, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.
59	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador.
124	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007.
125	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.
126	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento - CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentas e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.
133	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.
134	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.
135	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional, a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).
226	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.
254	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação no Campo da Agropecuária, assinado em Brasília, em 4 de dezembro de 2007.
255	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.
256	2008	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Alemanha sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartições Consulares, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008.

MSC	Ano	Ementa
973	2008	Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate à Malaria/Paludismo, celebrado em São Tomé, em 26 de julho de 2004, durante a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
975	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto de Emenda à Convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas, em 30 de junho de 2007.
976	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, os textos das Resoluções MSC 201(81), MSC 202 (81), MSC 204 (81), MSC 216 (82) e MSC 227(82), com Emendas aos Capítulos II-1, II-2, III, IV, V e XII, do Anexo da Convenção SOLAS e ao Protocolo-1988 da mesma Convenção.
1001	2008	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008.
1002	2008	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Relativo à Assistência Mútua entre suas Administrações Aduaneiras, celebrado na Cidade do Cabo, em 11 de maio de 2008.
10	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino de Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008.
11	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia e Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo do Turismo no âmbito do Fórum de Diálogos IBAS, concluído em Nova Délhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado/Governo do IBAS.
12	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.
13	2009	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e das Relações Exteriores, o texto da Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), adotada pelos Estados-Membros em 1996, com vistas à autorização para o ingresso do Brasil na OIJ, por meio de depósito da Carta de Adesão junto ao Secretário-Executivo da mencionada Organização.
22	2009	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, assinado em Brasília, em 21 de agosto de 2007.
23	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Pensais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.
52	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.
76	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão, celebrado em Brasília, em 18 de fevereiro de 2008.
77	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional sobre Controle de Sistemas Antiincrustantes Danosos em Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 5 de outubro de 2001.
78	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Resolução MEPC. 165 (56), adotada em 13 de julho de 2007, com Emendas à Lista de Substâncias Anexa ao Protocolo Relativo à Intervenção em Alto-Mar em Casos de Poluição por outras Substâncias que não Óleo.
80	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo do Reino Hachemita da Jordânia, celebrado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.
81	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.
82	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Alteração do Prazo de Validade dos Vistos e os Emolumentos Consulares Incidentes sobre os Mesmos Vistos, celebrado em Brasília, em 14 de novembro de 2008.
83	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Italiana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo, celebrado em Roma, em 11 de novembro de 2008.
127	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia na Área da Educação, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008, por ocasião da visita do Rei Abdullah II da Jordânia.
128	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo relativo a Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008.
130	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social, celebrada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estados e de Governo.
134	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.
155	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção relativa à Admissão Temporária, também conhecida como "Convenção de Istambul", celebrado em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas.
156	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008.
170	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.
171	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008.
172	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2008.
217	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Instrumento de Adesão da República Federativa do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe - BDC, acompanhado de cópias (i) do Convênio Constitutivo do BDC (ii) do Instrumento de Adesão e (iii) da Deliberação nº 6/08 da Assembléia de Governadores do Banco, intitulada "Admissão do Brasil como Membro do Banco do Desenvolvimento do Caribe".
219	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em São Paulo, em 17 de novembro de 2008.
240	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.
241	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007.
278	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), celebrado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008.
289	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Díli, em 9 de janeiro de 2009.
327	2009	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, celebrado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.
328	2009	Submete à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.
342	2009	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Facilitação Comercial para Padronizações, Regulações Técnicas e Avaliação de Conformidade, concluído em Nova Délhi, em 15 de outubro de 2008.
344	2009	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Lomé, em 17 de março de 2009.

345	2009	Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benim sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Cotonou, em 13 de março de 2009
400	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado, assinada em Paris, em 6 de fevereiro de 2007.
401	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinada em Madri, em 25 de junho de 2007
402	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), contendo a última revisão, realizada em Lisboa, em 2007.
403	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinada em Moscou, em 13 de agosto de 2008
404	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinada em Brasília, em 24 de julho de 2007.
551	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado em Roma, em 23 de outubro de 2008.
552	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados, assinado em Bogotá em 19 de julho de 2008.
554	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2009.
555	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Programa Crédito Energias Renováveis", celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008.
563	2009	Encaminha ao Congresso Nacional o Texto de modificações do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata, respectivamente, da reforma da expansão da capacidade de investimento e renda do FMI e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros
578	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), assinado em Brasília, em 18 de março de 2009.
619	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo da Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça, assinada na Haia, em 25 de outubro de 1980.
666	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, celebrado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.
667	2009	Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, os textos da Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, adotada em 21 de dezembro de 2001, e do seu Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V, adotado em 28 de novembro de 2003
669	2009	Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Grande Jamáira Árabe Popular Socialista da Líbia na Área de Saúde Animal, assinado em Brasília, em 19 de fevereiro de 2009.
670	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.
671	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, assinado em Riade, em 16 de maio de 2009.
742	2009	Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

MSC	Ano	Ementa
535	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada na Haia, em 18 de março de 1970, com vistas à adesão por parte do Brasil.
899	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
909	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
910	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
900	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.
901	2009	Submete à elevada deliberação do Congresso Nacional a adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II, em conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.
912	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Líbria, celebrado em Montevideo, em 29 de maio de 2009.
976	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, celebrado em São Paulo, no dia 30 de julho de 2009.
1034	2009	Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.
1035	2009	Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Protocolo de Emenda ao "Acordo Latino-Americano de Co-Produção Cinematográfica", o qual passa a chamar-se "Acordo Ibero-Americano de Co-produção Cinematográfica", por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais Cinematográficas da Ibero-América (CAACI), em Quito, República do Equador, em 16 de julho de 2008.
808	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional, os Textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.
911	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.
873	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.
927	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.
913	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.
950	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cinesuara, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.
277	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado no Brasil, em 19 de maio de 2008.
872	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Sulço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes.
908	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.
72	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.
80	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.
156	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Vitória, em 16 de setembro de 2008.
158	2010	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Malawi, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.
163	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.
152	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Defesa, assinado em Roma, em 11 de novembro de 2008.
177	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Letícia, em 20 de julho de 2008.
154	2010	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.
71	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.
73	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
159	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.
165	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burkina Faso sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2009.
110	2010	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova York, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2007.
153	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1o de junho de 2009.
291	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado na Haia, no dia 23 de janeiro de 2009.
160	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênia em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.
164	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.
162	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

MSC	Ano	Regime	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREDN	Partido
973	2008	Prioridade	Saúde	Organização		26/7/2004	17/12/2008	1605	17/6/2009	182	José Fernando de Oliveira	PV
975	2008	Prioridade	Jurídico	Organização		30/6/2007	12/11/2008	501	17/6/2009	217	Walter Ihoshi	DEM
976	2008	Prioridade	Território	Organização		12/05/2008	17/12/2008	219	15/7/2009	210	Francisco Rodrigues	DEM
1001	2008	Prioridade	Trabalhista	País	Africa	22/8/2008	28/1/2009	159	17/6/2009	140	José Fernando de Oliveira	PV
1002	2008	Prioridade	Território	País	Africa	05/11/2008	22/12/2008	47	15/7/2009	205	Luiz Sérgio	PT
10	2009	Prioridade	Saúde	País	Africa	25/6/2008	28/1/2009	217	08/12/2009	314	Lelo Coimbra	PMDB
11	2009	Prioridade	Turismo	IBAS		15/10/2008	28/1/2009	105	08/12/2009	314	Claudio Cajado	DEM
12	2009	Prioridade	Defesa	País	América do Sul	19/7/2008	30/1/2009	195	22/4/2009	82	William Woo	PSDB
13	2009	Prioridade	Jurídico	Organização		14/1/2009	28/1/2009	14	15/7/2009	168	André de Paula	DEM
22	2009	Prioridade	Território	País	América do Sul	21/8/2007	28/1/2009	526	15/7/2009	168	Eduardo Lopes	PSB
23	2009	Prioridade	Jurídico	MERCOSUL	América do Sul	18/2/2002	28/1/2009	2536	15/7/2009	168	Eduardo Lopes	PSB
52	2009	Prioridade	Extradição	País	América do Sul	27/6/2008	17/2/2009	235	08/12/2009	294	Áttila Lins	PMDB
76	2009	Prioridade	Jurídico	País	Asia	18/2/2008	03/02/2009	351	17/6/2009	134	William Woo	PSDB
77	2009	Prioridade	Meio-ambiente	Organização		10/05/2001	03/03/2009	2854	09/09/2009	190	Aldo Rebelo	PC do B
78	2009	Prioridade	Meio-ambiente	Organização		13/7/2007	03/02/2009	571	08/12/2009	308	Ivan Valente	PSOL
80	2009	Prioridade	Comércio	País	Oriente Medio	23/10/2008	03/03/2009	131	17/6/2009	106	Damião Feliciano	PDT
81	2009	Prioridade	Tecnologia	País	Asia	07/10/2008	03/02/2009	119	11/11/2009	281	Takayama	PSC
82	2009	Prioridade	Jurídico	País	América do Norte	14/11/2008	03/03/2009	109	17/6/2009	106	Maria Lucia Cardoso	PMDB
83	2009	Prioridade	Trabalhista	País	Europa	11/11/2008	03/03/2009	112	17/6/2009	106	Maria Lucia Cardoso	PMDB
127	2009	Prioridade	Educação	País	Oriente Medio	23/10/2008	10/03/2009	138	15/7/2009	127	Damião Feliciano	PDT
128	2009	Prioridade	Trabalhista	País	Oceania	28/8/2008	10/03/2009	194	04/08/2009	147	Vieira da Cunha	PDT
130	2009	Prioridade	Social	Organização		11/10/2007	16/3/2009	522	27/5/2009	72	Mauricio Rands	PT
134	2009	Urgência	Jurídico	Organização		13/11/2008	25/5/2009	193	12/08/2009	79	Bonifacio de Andrada	PSDB
155	2009	Prioridade	Território	Organização		26/6/1990	26/3/2009	6848	09/09/2009	167	Walter Ihoshi	DEM
156	2009	Prioridade	Segurança	País	Europa	11/06/2008	23/3/2009	285	17/6/2009	86	Renato Amary	PSDB
170	2009	Prioridade	Extradição	País	América Central	08/10/2007	26/3/2009	535	15/7/2009	111	Maria Lucia Cardoso	PMDB
171	2009	Prioridade	Energia	País	Europa	14/5/2008	26/3/2009	316	08/12/2009	257	Renato Amary	PSDB
172	2009	Prioridade	Evasão Fiscal	País	América Central	23/7/2008	26/3/2009	246	26/8/2009	153	Aracely de Paula	PR
217	2009	Prioridade	Jurídico	Organização		15/4/2009	23/4/2009	8	15/7/2009	83	Mauricio Rands	PT
219	2009	Prioridade	Tecnologia	País	América do Norte	17/11/2008	22/4/2009	156	09/09/2009	140	Mauricio Rands	PT
240	2009	Prioridade	Saúde	País	Europa	02/12/2008	24/4/2009	143	17/6/2009	54	Marcondes Gadelha	PSB
241	2009	Prioridade	Saúde	País	Europa	17/10/2007	23/4/2009	554	08/12/2009	229	Ruy Pauletti	PSDB
278	2009	Prioridade	Território	País	América do Sul	19/9/2008	05/05/2009	228	21/10/2009	169	Nilson Mourão	PT
289	2009	Prioridade	Trabalhista	País	Asia	09/01/2009	13/5/2009	124	15/7/2009	63	José Fernando de Oliveira	PV
327	2009	Prioridade	Jurídico	País	Europa Oriental	26/11/2008	20/5/2009	175	17/6/2009	28	André Zacharow	PMDB
328	2009	Prioridade	Cultura	País	Oriente Medio	23/10/2008	21/5/2009	210	15/7/2009	55	Eduardo Lopes	PSB
342	2009	Prioridade	Comércio	IBAS		15/10/2008	28/5/2009	225	12/09/2009	107	Arlindo Chinaglia	PT
344	2009	Prioridade	Trabalhista	País	Africa	17/3/2009	28/5/2009	72	10/07/2009	43	Arlindo Chinaglia	PT
345	2009	Prioridade	Trabalhista	País	Africa	13/3/2009	28/5/2009	76	16/9/2009	111	Nilson Mourão	PT
400	2009	Prioridade	Direitos Humanos	Organização		02/06/2007	17/6/2009	746	25/11/2009	161	Iris de Araújo	PMDB
401	2009	Prioridade	Penal	País	Europa	25/6/2007	17/6/2009	723	09/09/2009	84	Maria Lucia Cardoso	PMDB
402	2009	Prioridade	Educação	Organização		20/11/2007	17/6/2009	575	09/09/2009	84	José Fernando de Oliveira	PV
403	2009	Prioridade	Jurídico	País	Europa Oriental	13/8/2008	18/6/2009	309	11/11/2009	146	Áttila Lins	PMDB
404	2009	Prioridade	Defesa	País	América Central	24/7/2007	17/6/2009	694	21/10/2009	126	Damião Feliciano	PDT
551	2009	Prioridade	Cultura	País	Europa	23/10/2008	08/05/2009	197	21/10/2009	166	Fernando Gabeira	PV
552	2009	Prioridade	Trafico internacional	País	América do Sul	19/7/2008	08/05/2009	293	21/10/2009	166	Raul Jungrmann	PPS
554	2009	Prioridade	Trabalhista	País	Africa	05/05/2009	08/05/2009	3	02/09/2009	117	Jair Bolsonaro	PP
555	2009	Prioridade	Energia	País	Europa	14/5/2008	08/05/2009	359	04/11/2009	180	Aracely de Paula	PR
563	2009	Prioridade	Jurídico	FMI		22/7/2009	05/08/2009	14	26/8/2009	21	Mauricio Rands	PT
578	2009	Prioridade	Jurídico	Organização		18/3/2009	08/05/2009	51	10/07/2009	63	Maria Lucia Cardoso	PMDB
619	2009	Prioridade	Direito Internacional	Organização		25/10/1980	18/8/2009	10524	30/9/2009	43	Marcondes Gadelha	PSB
666	2009	Prioridade	Tecnologia	País	Oriente Medio	23/10/2008	09/03/2009	137	18/11/2009	254	Aldo Rebelo	PC do B
667	2009	Prioridade	Penal	Organização		28/11/2003	09/01/2009	1869	21/10/2009	285	Julio Delgado	PSB
669	2009	Prioridade	Comércio	País	Africa	19/2/2009	09/09/2009	202	11/11/2009	63	Renato Amary	PSDB
670	2009	Prioridade	Defesa	País	Europa Oriental	26/11/2008	09/02/2009	75	30/9/2009	233	Marcondes Gadelha	PSB
671	2009	Prioridade	Educação	País	Oriente Medio	16/5/2009	01/09/2009	108	20/10/2009	49	Renato Amary	PSDB
742	2009	Prioridade	Educação	País	Africa	11/06/2009	17/09/2009	98	16/12/2009	90	Renato Amary	PSDB

MSC	Ano	Ementa
535	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada na Haia, em 18 de março de 1970, com vistas à adesão por parte do Brasil.
899	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
909	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
910	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
900	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.
901	2009	Submete à elevada deliberação do Congresso Nacional a adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II, em conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.
912	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Montevideo, em 29 de maio de 2009.
976	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, celebrado em São Paulo, no dia 30 de julho de 2009.
1034	2009	Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.
1035	2009	Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Protocolo de Emenda ao "Acordo Latino-Americano de Co-Produção Cinematográfica", o qual passa a chamar-se "Acordo Ibero-Americano de Co-produção Cinematográfica", por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais Cinematográficas da Ibero-América (CAACT), em Quito, República do Equador, em 16 de julho de 2008.
808	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional, os Textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.
911	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botswana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.
873	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.
927	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.
913	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.
950	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.
277	2009	Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado no Brasil, em 19 de maio de 2008.
872	2009	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes.
908	2009	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.
72	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.
80	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.
156	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Vitória, em 16 de setembro de 2008.
158	2010	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Malawi, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.
163	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.
152	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Defesa, assinado em Roma, em 11 de novembro de 2008.
177	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Leticia, em 20 de julho de 2008.
154	2010	Submete à apreciação do Congresso Nacional o Texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.
71	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.
73	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.
159	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.
165	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burkina Faso sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2009.
110	2010	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova York entre os dias 3 e 10 de setembro de 2007.
153	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 10 de junho de 2009.
291	2010	Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado na Haia, no dia 23 de janeiro de 2009.
160	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.
164	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.
162	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.
209	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.
210	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.
279	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura
309	2010	Texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial, celebrado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.
329	2010	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.

MSC	Ano	Regime	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parcer CD	TTC1	Relator CREDN	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCID	Parcer SF	TTC2	Relator CRE	Partido	Situação	Publicação	TTSF	TTT
555	2009	Prioridade	D. Internacional	Conv.		18/3/1970	20/7/2009	14369	17/3/2010	240	M. Lucien Cardoso	PMDB	Unan.	Não	24/11/2010	492	22/9/2011	302	Anibal Diniz	PT	TNU	22/2/2013	821	1313
899	2009	Prioridade	Cultura	Pais	Asia	28/5/2009	11/11/2009	167	31/3/2010	140	Andre Zacharow	PMDB	Unan.	Não	24/11/2010	378	19/5/2011	176	Blauro Maggi	PR	TNU	06/06/2011	194	572
909	2009	Prioridade	Tecnologia	Pais	Asia	28/5/2009	25/11/2009	181	31/3/2010	126	Andre Zacharow	PMDB	Unan.	Não	24/11/2010	364	19/5/2011	176	Blauro Maggi	PR	TNU	06/06/2011	194	558
910	2009	Prioridade	Comercio	Pais	Asia	28/5/2009	25/11/2009	181	31/3/2010	126	Andre Zacharow	PMDB	Unan.	Não	08/06/2015	2021	14/07/2015	36	Antonio Anastasio	PSDB	TNU	20/7/2015	42	2063
900	2009	Prioridade	Trabalhista	Pais	América Central	23/7/2009	11/11/2009	111	28/4/2010	168	Urzeni Rocha	PSDB	Unan.	Não	15/2/2011	461	05/12/2011	293	Eduardo Supley	PT	TNU	27/8/2011	101	562
901	2009	Prioridade	Juridico	Org.	África	11/05/2009	11/12/2009	214	28/4/2010	138	Luiz Carlos Hanly	PSDB	Unan.	Não	15/3/2012	825	07/05/2012	53	Anibal Diniz	PT	TNU	20/7/2012	127	952
912	2009	Prioridade	Tecnologia	Pais	África	29/5/2009	25/11/2009	180	28/4/2010	154	Jaane Peia	PT	Unan.	Não	26/4/2010	517	07/07/2011	72	Ana Arellano	PP	TNU	08/12/2011	226	743
976	2009	Prioridade	Aviação	Pais	América do Sul	30/7/2009	17/12/2009	140	28/4/2010	132	Renato Amary	PSDB	Unan.	Não	24/11/2010	342	21/12/2010	27			TNU	28/1/2011	65	407
1034	2009	Prioridade	Energia	Org.	Am. do	30/11/2007	19/01/2010	781	05/05/2010	106	Rosilina	PT	Unan.	Não	15/2/2011	392	19/5/2011	93	Luiz Henrique Cavalcanti	PMDB	TNU	06/06/2011	111	503
1035	2009	Prioridade	Cultura	Org.	Am. do	16/7/2008	19/12/2010	552	05/05/2010	106	Fernando Gaberia	PV	Unan.	Não	24/11/2010	309	06/09/2011	286	Francisco	PP	TNU	05/07/2011	223	532
808	2009	Prioridade	Transporte	Conv.	África	16/11/2008	21/10/2009	2896	05/12/2010	410	Arnon Bezerra	PTB	Unan.	Não	15/2/2011	482	05/05/2011	79	Jorge Viana	PT	TNU	27/8/2011	101	583
911	2009	Prioridade	Cultura	Pais	África	06/11/2009	25/11/2009	19	19/5/2010	175	Jaane Peia	PT	Unan.	Não	24/11/2010	364	19/05/2011	176	Ana Arellano	PP	TNU	06/06/2011	194	558
873	2009	Prioridade	Trabalhista	Pais	Asia	24/6/2009	11/12/2009	170	16/6/2010	187	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	11/05/2011	516	04/08/2011	85	Pedro Simon	PMDB	TNU	02/09/2011	114	630
927	2009	Prioridade	Aviação	Pais	Oriente Medio	22/7/2009	25/11/2009	126	07/07/2010	224	Iris de Araujo	PMDB	Unan.	Não	15/2/2011	447	26/5/2011	100	Paulo Bauer	PSDB	TNU	13/6/2011	118	565
913	2009	Prioridade	Transporte	Org.	América do Sul	29/6/2009	25/11/2009	149	08/04/2010	134	Nilson Mourão	PT	Unan.	Relatores	26/4/2011	517	06/09/2011	133	Mozarildo Cavalcanti	PTB	TNU	07/05/2011	11	528
950	2009	Prioridade	Aviação	Pais	Asia	23/11/2008	12/03/2009	107	08/04/2010	392	William Woo	PPS	Unan.	Não	15/2/2011	705	19/5/2011	93	Aloysio Nunes	PSDB	TNU	06/06/2011	111	816
277	2009	Prioridade	Agricultura	Org.	Asia	19/5/2008	05/05/2009	331	18/8/2010	470	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	24/11/2010	568	08/12/2010	14	Eduardo Azeredo	PSDB	TNU	22/12/2010	28	596
872	2009	Prioridade	Trabalhista	Pais	Europa	11/10/2009	13/11/2009	331	11/02/2010	332	Nelson Mourão	PT	Unan.	Relatores	08/03/2011	480	22/9/2011	198	Jose Agripino	DEM	TNU	13/10/2011	219	699
908	2009	Prioridade	Defesa	Pais	Europa	23/12/2008	19/11/2009	331	24/11/2010	370	Raul Jungmann	PPS	Unan.	Não	15/2/2011	453	24/3/2011	37	João Pedro	PCLab	TNU	04/12/2011	292	745
72	2010	Prioridade	Territorio	Pais	Asia	05/04/2007	17/3/2010	1077	19/5/2010	63	Ivan Valente	PSOL	Unan.	Não	08/03/2011	356	10/06/2011	94	Francisco	PP	TNU	25/10/2011	231	387
80	2010	Prioridade	Cultura	Pais	América Central	04/04/2008	18/3/2010	713	19/5/2010	62	Francisco Rodrigues	DEM	Unan.	Não	24/11/2010	231	19/5/2011	176	Ana Arellano	PP	TNU	06/06/2011	194	445
156	2010	Prioridade	Educação	Pais	Asia	16/9/2008	22/4/2010	583	26/5/2010	34	Ivan Valente	PSOL	Unan.	Não	24/11/2010	216	19/5/2011	176	Ana Arellano	PP	TNU	06/06/2011	194	410
158	2010	Prioridade	Tecnologia	Pais	África	16/9/2009	15/4/2010	211	26/5/2010	41	Jair Bolsonaro	PP	Unan.	Não	06/02/2011	297	25/8/2011	200	Maresio Crivella	PRB	TNU	16/9/2011	222	519
163	2010	Prioridade	Turismo	Pais	Oriente Medio	11/11/2009	15/4/2010	155	06/09/2010	144	Roberto Magalhães	DEM	Unan.	Não	15/2/2011	306	06/09/2011	203	Mozarildo Cavalcanti	PTB	TNU	07/05/2011	81	387
152	2010	Prioridade	Defesa	Pais	Europa	11/11/2008	20/4/2010	525	16/6/2010	57	Antonio Paimarzo	PSDB	Unan.	Não	24/11/2010	218	08/12/2010	14	Eduardo Azeredo	PSDB	TNU	13/12/2010	19	237
177	2010	Prioridade	Defesa	Pais	América do Sul	20/7/2008	20/4/2010	639	16/6/2010	57	William Woo	PPS	Unan.	Não	17/7/2013	1184	26/9/2013	71	Mozarildo Cavalcanti	PTB	TNU	24/10/2013	99	1283
154	2010	Prioridade	Penal	Org.	África	23/11/2005	15/4/2010	1604	14/7/2010	90	Renato Amary	PSDB	Unan.	Relatores	24/11/2010	223	25/8/2011	274	Mozarildo Cavalcanti	PTB	TNU	16/9/2011	296	319
71	2010	Prioridade	Defesa	Pais	África	26/3/2009	16/3/2010	355	04/08/2010	141	Nelson Mourão	PPS	Unan.	Relatores	30/6/2011	471	25/8/2011	56	Luiz Henrique	PTB	TNU	16/9/2011	78	549
73	2010	Prioridade	Agricultura	Pais	Asia	28/5/2009	18/3/2010	294	04/08/2010	139	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	06/10/2015	2028				PMDB	TNU	16/9/2011	78	549
159	2010	Prioridade	Trabalhista	Pais	Europa	10/04/2009	15/4/2010	370	04/08/2010	111	Nelson Mourão	PT	Unan.	Relatores	05/06/2011	416	16/6/2011	41	Francisco	PP	TNU	07/12/2011	155	571
165	2010	Prioridade	Cultura	Pais	África	11/12/2009	15/4/2010	125	04/08/2010	111	Marcia Mendes	PPS	Unan.	Não	27/3/2012	712	07/05/2012	41	Eduardo Supley	PT	TNU	20/7/2012	115	827
110	2010	Prioridade	Penal	Org.	África	09/10/2002	18/3/2010	2717	18/8/2010	153	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	06/01/2011	294	09/01/2011	3	Aloysio Nunes	PSDB	TNU	26/9/2011	263	357
153	2010	Prioridade	Defesa	Pais	África	06/01/2009	22/4/2010	471	18/8/2010	118	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	27/4/2011	370	16/6/2011	50	Mozarildo Cavalcanti	PTB	TNU	07/11/2011	194	564
291	2010	Prioridade	Extradicao	Pais	Europa	23/1/2009	23/6/2010	516	18/8/2010	56	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	27/4/2011	308	02/06/2011	36	Cyro Miranda	PSDB	TNU	15/6/2011	49	357
160	2010	Prioridade	Tecnologia	Pais	Europa Oriental	04/05/2009	22/4/2010	414	11/10/2010	172	Renato Amary	PSDB	Unan.	Não	08/03/2011	320	15/9/2011	191	Luiz Henrique	PMDB	TNU	10/04/2011	33	353
164	2010	Prioridade	Cultura	Pais	Europa Oriental	12/02/2009	20/4/2010	432	11/10/2010	174	Mauricio Ranels	PT	Unan.	Relatores	08/03/2012	688	17/5/2012	70	Luiz Henrique	PMDB	TNU	28/5/2012	81	769
162	2010	Prioridade	Aviação	Pais	Europa	10/04/2009	22/4/2010	377	11/10/2010	172	William Woo	PPS	Unan.	Relatores	30/6/2011	434	01/09/2011	63	Aloysio Nunes	PSDB	TNU	26/9/2011	88	522
209	2010	Prioridade	Transporte	Pais	América do Sul	14/9/2009	14/5/2010	242	11/10/2010	150	Antonio Paimarzo	PSDB	Unan.	Relatores	30/9/2011	504	02/11/2011	33	Paulo Bauer	PSDB	TNU	15/12/2011	76	580
210	2010	Prioridade	Agricultura	Pais	Asia	24/6/2009	24/5/2010	334	11/10/2010	140	Jair Bolsonaro	PT	Unan.	Relatores	11/05/2011	352	04/08/2011	85	Pedro Simon	PMDB	TNU	02/09/2011	114	466
279	2010	Prioridade	Agricultura	Org.	África	06/03/2010	06/10/2010	242	11/10/2010	5	Rosilina	PT	Unan.	Relatores	30/6/2011	267	15/9/2011	77	Blauro Maggi	PR	TNU	04/10/2011	96	363
309	2010	Prioridade	Defesa	Pais	Europa	09/07/2009	07/12/2010	516	08/12/2010	1	Sebastião Rocha	PDT	Unan.	Não	08/03/2011	91	15/9/2011	97	Aloysio Nunes	PSDB	TNU	10/04/2011	33	124
329	2010	Prioridade	Turismo	Pais	África	17/4/2009	29/6/2010	438	08/12/2010	162	Jaane Peia	PT	Unan.	Não	08/03/2011	252	10/06/2011	94	Cyro Miranda	PSDB	TNU	25/10/2011	231	483

2. MSC no Chile, durante os governos Lagos e Bachelet (2000-2009)

MSC	Año	Ementa
207-341	2000	Aprueba Convenio del Programa Cooperativo para el Fondo Regional de Tecnología Agropecuaria y el Convenio de Administración de dicho Programa Cooperativo
294-341	2000	Aprueba Convenio de transporte aéreo entre Chile y Costa Rica y su anexo
293-341	2000	Aprueba Convenio de promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo
287-341	2000	Aprueba Tratado de Libre Comercio entre Chile y Centroamérica con Costa Rica; El Salvador; Guatemala; Honduras y Nicaragua
397-341	2000	Convenio entre Chile y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe para regular el ejercicio de las actividades remuneradas de los conyuges de los funcionarios de dicho organismo internacional.
22-342	2000	Aprueba Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile, suscrito el 24 de julio de 1998, en Argentina.
23-342	2000	Aprueba las enmiendas al Convenio de Basilea sobre el Control de los Movimientos Transfronterizos de los Desechos Peligrosos y su eliminación, adoptadas en la Tercera y Cuarta Reunión de la Conferencia de las Partes, en Ginebra el 22 de septiembre de 1995 y Kiuching, Malasia, el 27 de febrero de 1998.
24-342	2000	Aprueba las rectificaciones al texto de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, adoptada en Nueva York el 9 de mayo de 1992
61-342	2000	Aprueba el Protocolo de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático y sus Anexos A y B, adoptado en Kyoto, Japón, el 11 de diciembre de 1997.
25-342	2000	Aprueba el Convenio sobre seguridad social entre la República de Chile y los Estados Unidos de América, suscrito en Santiago, Chile, el 16 de febrero de 2.000.
64-342	2000	Aprueba el Convenio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República de Ucrania referente a la Exención del Requisito de Visa para Titulares de Pasaportes Diplomáticos y Oficiales o de Servicio
62-342	2000	Aprueba Acuerdo de Exención de Visas para los Titulares de Pasaportes Diplomáticos, Oficiales y Especiales entre la República de Chile y el Reino Hachemita de Jordania
63-342	2000	Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el de la República de Honduras, referente a la extensión del requisito de Visa para Titulares de Pasaportes Diplomáticos, Oficiales y Especiales
65-342	2000	Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el de la República de Lituania referente a la Exención del Requisito de Visa para Titulares de Pasaportes Diplomáticos, Oficiales y Especiales
66-342	2000	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República de Albania para la supresión de Visado en Pasaportes Diplomáticos, Oficiales, Especiales y de Servicio
93-342	2000	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Nueva Zelanda sobre trabajo remunerado de los familiares dependientes del personal de las Misiones Diplomáticas y Consulares, suscrito en Wellington, Nueva Zelanda, el 14 de octubre de 1996
76-342	2000	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Rumania, por el que autoriza a los Familiares Dependientes del Personal Diplomático, Consular, Administrativo y Técnico de las Misiones Diplomáticas y Consulares, Administrativos y Técnicos de las Misiones Diplomáticas y Consulares de ambos Países, para desempeñar Actividades Remuneradas en el Estado Receptor, beneficio que se extiende, igualmente, a los Familiares Dependientes de Nacionales Chilenos o Rumanos Acreditados ante Organizaciones Internacionales con sede en cualquiera de los dos Países
69-342	2000	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República del Paraguay sobre el ejercicio de actividades remuneradas por parte de familiares dependientes del personal Diplomático, Consular, Administrativo y Técnico, suscrito en Santiago, el 24 de abril de 1997
68-342	2000	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Finlandia, autorizando a los familiares dependientes de los empleados del Estado de origen destinados en misión oficial al Estado receptor como miembros de una Misión Diplomática o Representación Consular o como miembros de una Misión ante un Organismo Internacional, para desempeñar un trabajo remunerado en el Estado receptor.
71-342	2000	Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno del Reino Unido de Dinamarca que autoriza el trabajo remunerado de familiares dependientes del personal Diplomático, Consular, Administrativo y Técnico de las Misiones Diplomáticas y Consulares en ambos Países.
70-342	2000	Acuerdo que Aprueba el Transporte aéreo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de los Estados Unidos de América y sus Anexos
s/n	2000	Acuerdo sobre el contrato de transporte y la responsabilidad civil del porteador en el transporte internacional de mercancías por carretera, entre la Rep. de Bolivia, la Rep. Federativa del Brasil, la Rep. de Chile, la Rep. del Paraguay, la Rep. del Perú y la Rep. Oriental del Uruguay.
150-342	2000	Acuerdo sobre el contrato de transporte y la responsabilidad civil del porteador en el transporte internacional de mercancías por carretera, entre la Rep. de Bolivia, la Rep. Federativa del Brasil, la Rep. de Chile, la Rep. del Paraguay, la Rep. del Perú y la Rep. Oriental del Uruguay.
s/n	2000	Acuerdo entre la República de Chile y la República de Bolivia sobre reconocimiento recíproco de licencias de conducir, suscrito en Arica el 3 de septiembre de 1999
s/n	2000	Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Tecnológica entre el Gobierno de Chile y el Gobierno de los Estados Unidos de América, adoptado por cambio de notas de fechas 5 de mayo y 22 de junio de 1999
s/n	2000	Aprueba el acuerdo entre la República de Chile y la Confederación Suiza sobre la promoción y la protección recíproca de inversiones y su protocolo, suscritos en Berna, el 24 de septiembre de 1999
s/n	2000	Aprueba las Enmiendas al Anexo del Convenio Internacional sobre normas de Formación, Titulación y Guardia para la Gente de Mar, 1978, y la parte A del Código de Formación, Titulación y Guardia para la Gente de mar.
s/n	2000	Aprueba enmiendas al anexo del convenio internacional sobre normas de formación, titulación y guardia para la gente de mar.
153-343	2000	Aprueba el Protocolo de 1992 y su Anexo, que enmienda el Convenio Internacional sobre Responsabilidad Civil nacida de daños debidos a contaminación por hidrocarburos, 1969, adoptado en Londres el 27 de noviembre de 1992
s/n	2000	Aprueba el Convenio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y Perú para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su Protocolo, suscritos en Lima, Perú, el 2 de febrero de 2.000

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parcer CD	TTCI	Relator CREAL	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCD	Parcer SF	TTC2	Situação	Publicação	TTSF	TTT
207-341	2000	Não	Tecnologia	Org.		15/03/1998	04/01/2000	660	21/03/2000	77	Gabriel Ascencio Mansilla	PDC	Unam.	Não	06/07/2000	184	08/09/2000	64	TNJ	11/02/2001	220	404
294-341	2000	Não	Aviação	País	América Central	06/04/1999	25/01/2000	294	21/03/2000	56	Carlos Caminondo Sáez	RN	Unam.	Não	13/06/2000	140	18/10/2000	127	TNJ	26/06/2001	378	518
293-341	2000	Não	Comércio	País	América Central	11/07/1996	25/01/2000	1293	14/03/2000	49	Isabel Allende Bussi	PS	Unam.	Não	11/04/2000	77	24/04/2000	13	TNJ	08/07/2000	88	165
287-341	2000	Não	TLC	Países	América Central	18/10/1999	07/03/2000	141	13/06/2000	98	JUAN MASFERRER PELLIZZARI	UDI	Unam.	Não	13/03/2001	371	06/06/2001	85	TNJ	14/02/2002	338	709
397-341	2000	Não	Trabalhista	Org.		19/04/2000	04/05/2000	15	09/05/2000	5	CARLOS IGNACIO KUSCHEL SILVA	RN	Unam.	Não	14/06/2000	41	20/07/2000	36	TNJ	22/11/2000	161	202
22-342	2000	Simplex	Jurídico	MERCO	América do Sul	24/07/1998	20/06/2000	697	16/05/2001	330	CARLOS IGNACIO KUSCHEL SILVA	RN	Unam.	Não	10/07/2001	385	19/10/2005	1562	TNJ	14/02/2006	1680	2065
23-342	2000	Simplex	Territorial	Conv.		27/02/1998	20/06/2000	844	06/11/2008	3061	Isabel Allende Bussi	PS	Unam.	Não	18/11/2008	3073	30/04/2009	163	TNJ	16/04/2011	879	3952
24-342	2000	Não	Meio Ambiente	ONU		09/05/1992	20/06/2000	2964	04/07/2000	14	EDGARDO RIVEROS MARIN	PDC	Unam.	Não	30/08/2000	71	08/01/2001	131	TNJ	12/06/2001	286	357
61-342	2000	Não	Meio Ambiente	ONU		11/12/1997	22/06/2000	924	11/07/2000	19	GABRIEL ASCENCIO MANSILLA	PDC	Unam.	Não	30/08/2000	69	18/06/2002	657	TNJ	16/02/2005	1631	1700
25-342	2000	Não	Social	País	América do Norte	16/02/2000	22/06/2000	127	11/07/2000	19	Isabel Allende Bussi	PS	Unam.	Não	13/12/2000	174	04/04/2001	112	TNJ	01/12/2001	353	527
64-342	2000	Não	Jurídico	País	Europa Oriental	26/03/1997	04/07/2000	1196	20/07/2000	16	CRISTIAN LEAY MORAÑA	UDI	Unam.	Não	08/08/2000	35	16/08/2000	8	TNJ	16/02/2001	192	227
62-342	2000	Não	Jurídico	País	Europa Oriental	18/06/1997	04/07/2000	1112	20/07/2000	16	CRISTIAN LEAY	UDI	Unam.	Não	08/08/2000	35	16/08/2000	8	TNJ	04/12/2000	118	153
63-342	2000	Não	Jurídico	País	América Central	01/07/1999	04/07/2000	369	20/07/2000	16	CRISTIAN LEAY	UDI	Unam.	Não	08/08/2000	35	16/08/2000	8	TNJ	28/09/2001	416	451
65-342	2000	Não	Jurídico	País	Europa Oriental	19/05/1999	04/07/2000	412	20/07/2000	16	CRISTIAN LEAY	UDI	Unam.	Não	08/08/2000	35	16/08/2000	8	TNJ	04/01/2001	149	184
66-342	2000	Não	Jurídico	País	Europa Oriental	18/12/1996	04/07/2000	1294	20/07/2000	16	CRISTIAN LEAY	UDI	Unam.	Não	08/08/2000	35	16/08/2000	8	TNJ	07/09/2004	1491	1526
93-342	2000	Não	Trabalhista	País	Oceania	14/10/1996	05/07/2000	1360	20/07/2000	15	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	08/08/2000	34	16/08/2000	8	TNJ	16/02/2001	192	226
76-342	2000	Não	Trabalhista	País	Europa Oriental	16/12/1999	05/07/2000	202	20/07/2000	15	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	08/08/2000	34	16/08/2000	8	TNJ	16/02/2001	192	226
69-342	2000	Não	Trabalhista	País	América do Sul	24/04/1997	05/07/2000	1168	20/07/2000	15	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	08/08/2000	34	16/08/2000	8	TNJ	16/02/2001	192	226
68-342	2000	Não	Trabalhista	País	Europa	11/05/1998	05/07/2000	786	20/07/2000	15	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	08/08/2000	34	16/08/2000	8	TNJ	16/02/2001	192	226
71-342	2000	Não	Trabalhista	País	Europa	12/05/1997	05/07/2000	1150	20/07/2000	15	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	08/08/2000	34	16/08/2000	8	TNJ	16/02/2001	192	226

MSC	Año	Ementa
2646-10	2001	Exime del pago del impuesto a la renta a las empresas designadas en el artículo 4º del Acta de Ejecución adoptada con el Perú, con fecha 13 de noviembre de 1999, en los casos que indica.
282-343	2001	Aprueba Protocolo facultativo de la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer
286-343	2001	Aprueba el Acuerdo Marco para la conservación de los recursos vivos marinos en la alta mar del Pacífico sudeste, Acuerdo de Galápagos, suscrito el 14 de agosto de 2000, durante la VI reunión de cancilleres de la Comisión Permanente del Pacífico Sur.
321-343	2001	Aprueba el acuerdo entre las Repúblicas de Chile y de Guatemala para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo, suscritos en Santiago de Chile el 8 de noviembre de 1996.
320-343	2001	Aprueba el Acuerdo entre las Repúblicas de Chile y de Honduras para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo, suscritos en Santiago de Chile el 11 de noviembre de 1996, y las rectificaciones al referido acuerdo adoptadas por intercambio de notas entre las partes
319-343	2001	Acuerdo entre las República de Chile y de Nicaragua para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su Protocolo, suscritos en Santiago el 8 de noviembre de 1996
012-344	2001	Aprueba las emendas de 1991 y 1996 al Anexo del protocolo relativo a la Intervención en Alta Mar en casos de Contaminación del Mar por sustancias distintas de los hidrocarburos.
009-344	2001	Aprueba diversas emendas al Convenio Internacional para la Seguridad de la Vida Humana en el Mar, SOLAS 1974, adoptadas por el Comité de Seguridad Marítima de la Organización Marítima Internacional OMI
010-344	2001	Aprueba diversas emendas al Convenio Internacional para prevenir la Contaminación por los Buques.
011-344	2001	Aprueba las emendas de 1998 al Convenio Internacional sobre Búsqueda y Salvamento Marítimo
003-344	2001	Aprueba Convención Interamericana para la eliminación de todas las formas de discriminación contra las personas con discapacidad.
163-344	2001	Aprueba el Protocolo Bilateral al Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Chile y sus Anexos, suscrito entre los Gobiernos de las Repúblicas de El Salvador y Chile, en Santiago, el 30 de noviembre de 2.000
s/n	2001	Aprueba el Convenio Internacional para la Represión de la Financiación del Terrorismo, adoptado en Nueva York, el 9 de diciembre de 1999
s/n	2001	Aprueba el convenio internacional para la represión de los atentados terroristas cometidos con bombas, adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas, en Nueva York, el 15 de diciembre de 1997
180-344	2001	Aprueba el Convenio relativo a la importación temporal, adoptado en Estambul
121-345	2001	Aprueba el Cuarto protocolo Anexo al Acuerdo General sobre el Comercio de Servicios (telecomunicaciones básicas), de la Organización Mundial del Comercio
140-345	2001	Proyecto de Acuerdo que aprueba la Convención Interamericana sobre asistencia mutua en materia penal adoptada por la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos en Nassau, Bahamas, el 23 de Mayo de 1992, y su protocolo facultativo adoptado en Managua, Nicaragua, el 11 de Junio de 1993.
134-345	2001	Proyecto de Acuerdo que aprueba el Convenio Básico de Cooperación Técnica y Científica entre los Gobiernos de Chile y Perú, suscrito en Lima, el 22 de Junio de 1998.
124-345	2001	Proyecto de Acuerdo que aprueba el Tratado entre las Repúblicas de Chile y Bolivia sobre transferencia de personas condenadas, suscrito en la Paz, el 22 de Febrero del 2001

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREAL	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTC2	Parecer SF	Situação	Publicação	TTSF	TTT
2646-10	2001	Não	Evasão Fiscal	País	América do Sul	13/11/1999	03/01/2001	417	28/03/2001	84	EDGARDO RIVEROS MARIN	PDC	Unam.	Sim	04/07/2001	182	22/08/2001	TNJ	23/03/2002	262	444
282-343	2001	Não	Social	Conv.		06/10/1999	06/03/2001	517	12/07/2001	128	Carlos Abel Jajpa Wagar	PRSD	S/unam.	S/Unam.	12/07/2001	128	21/08/2001				
286-343	2001	Não	Méio-Ambiente	Pacífico-Sul		14/08/2000	14/03/2001	212	17/04/2001	34	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS	Unam.	Não	03/07/2001	111	08/08/2001	TNJ			
321-343	2001	Não	Comércio	País	América Central	08/11/1996	03/04/2001	1607	15/05/2001	42	GABRIEL ASCENCIO	PDC	Unam.	Não	31/07/2001	119	21/08/2001	TNJ	10/12/2001	132	251
320-343	2001	Não	Comércio	País	América Central	11/12/1998	03/04/2001	844	15/05/2001	42	GABRIEL ASCENCIO	PDC	Unam.	Não	31/07/2001	119	21/08/2001	TNJ	12/01/2002	165	284
319-343	2001	Não	Comércio	País	América Central	08/11/1996	03/04/2001	1607	15/05/2001	42	GABRIEL ASCENCIO	PDC	Unam.	Não	31/07/2001	119	21/08/2001	TNJ	10/12/2001	132	251
012-344	2001	Não	Méio-Ambiente	Org.		10/07/1996	05/06/2001	1791	10/07/2001	35	Cristián Leay Morán	UDI	Unam.	Não	07/08/2001	63	21/08/2001	TNJ	13/01/2003	524	587
009-344	2001	Não	Méio-Ambiente	Org.		27/04/1996	05/06/2001	1865	10/07/2001	35	ARTURO LONGTON	RN	Unam.	Não	14/11/2001	162	19/12/2001	TNJ	17/04/2004	885	1047
010-344	2001	Não	Méio-Ambiente	Org.		04/05/1995	05/06/2001	2224	10/07/2001	35	Cristián Leay Morán	UDI	Unam.	Não	07/08/2001	63	21/08/2001	TNJ	22/08/2003	745	808
011-344	2001	Não	Territorial	Conv.		18/05/1998	05/06/2001	1114	10/07/2001	35	ARTURO LONGTON	RN	Unam.	Não	14/11/2001	162	19/12/2001	TNJ	26/10/2002	346	508
003-344	2001	Não	Social	Conv.		07/06/1999	19/06/2001	743	14/08/2001	56	IVAN MOREIRA BARROS	UDI	Unam.	Não	16/10/2001	119	14/11/2001	TNJ	20/06/2002	247	366
163-344	2001	Não	TLC	País	América Central	30/11/2000	21/08/2001	264	06/11/2001	77	VICTOR REYES ALVARADO	PDC	Unam.	Não	19/12/2001	120	22/01/2002				
s/n	2001	Urgentíssima	Direito Internacional	Conv.		09/12/1999	02/10/2001	663	09/10/2001	7	JOAQUIN PALMA IRARRAZAVAL	PDC	Unam.	Não	10/10/2001	8	30/10/2001	TNJ	13/09/2002	338	346
s/n	2001	Urgentíssima	Direito Internacional	ONU		15/12/1997	02/10/2001	1387	09/10/2001	7	JOAQUIN PALMA IRARRAZAVAL	PDC	Unam.	Não	10/10/2001	8	30/10/2001	TNJ	06/02/2002	119	127
180-344	2001	Não	Comércio	Conv.		26/06/1990	02/10/2001	4116	08/01/2002	98	JOAQUIN PALMA IRARRAZAVAL	PDC	Unam.	Não	06/03/2002	155	03/04/2002	TNJ	10/08/2004	888	1043
121-345	2001	Não	Comércio	OMC		15/04/1997	13/11/2001	1673	09/04/2002	147	Isabel Allende Bussi	PS	Unam.	Não	06/08/2002	266	15/10/2002	TNJ	26/06/2004	690	956
140-345	2001	Não	Penal	OEA		11/06/1993	18/12/2001	3112	04/06/2002	168	JUAN MASFERRER	UDI	Unam.	Sim	06/08/2002	231	02/04/2003	TNJ	08/07/2004	702	933
134-345	2001	Não	Tecnologia	País	América do Sul	22/06/1998	18/12/2001	1275	09/07/2002	203	WALDO MORA LONGA	PDC	Unam.	Não	13/08/2002	238	14/05/2003	TNJ	17/12/2003	491	729
124-345	2001	Não	Extraditção	País	América do Sul	22/02/2001	18/12/2001	299	14/05/2002	147	CRISTIAN LEAY MORAN	UDI	Unam.	Não	09/07/2002	203	19/08/2002	TNJ	10/12/2004	885	1088

MISC	Año	Ementa
146-345	2002	Aprueba la Convención sobre prohibiciones o restricciones del empleo de ciertas armas convencionales que puedan considerarse excesivamente nocivas o de efectos indiscriminados, y sus protocolos I, II (enmendado), III y IV.
145-345	2002	Aprueba la Convención Interamericana Contra la Fabricación y el Tráfico Ilicito de Armas de Fuego, Municiones, Explosivos y Otros Materiales Relacionados y su anexo, adoptada en Washington, el 14 de noviembre de 1997.
159-345	2002	Aprueba el quinto protocolo anexo al acuerdo general sobre comercio de servicios financieros de la Organización Mundial del Comercio, adoptado en Ginebra, el 27 de febrero de 1998.
233-345	2002	Acuerdo entre el Gobierno de Chile y el Centro de Justicia de las Américas, suscrito en Santiago, el 22 de enero de 2001.
043-346	2002	Proyecto de acuerdo para promover el cumplimiento de las medidas internacionales de conservación y ordenación por los buques pesqueros que pescan en alta mar, adoptado por la Conferencia de la FAO.
038-346	2002	Proyecto de Acuerdo para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo, entre Chile y la República Árabe de Egipto.
039-346	2002	Acuerdo para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo, entre Chile y la República Helénica.
041-346	2002	Proyecto de Acuerdo para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo, entre Chile y El Líbano.
027-346	2002	Proyecto de Acuerdo Multilateral sobre la Liberalización del Transporte Aéreo Internacional y su Anexo, suscrito en Washington el 11 de mayo de 2001.
040-346	2002	Proyecto de Acuerdo para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo, entre Chile e Indonesia.
13-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y Colombia para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
15-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y la República Dominicana para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
16-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y la República de Tínez para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
10-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y Vietnam para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
11-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y Nueva Zelanda para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
12-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y Turquía para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
14-347	2002	Proyecto de Acuerdo entre Chile y Sudáfrica para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo.
41-347	2002	Proyecto de acuerdo entre las Repúblicas de Chile y de Hungría para la promoción y protección recíproca de las inversiones y su protocolo.
123-347	2002	Aprueba el Protocolo Facultativo de la Convención sobre los derechos del niño relativo a la venta de niños, la prostitución infantil y la utilización de los niños en la pornografía.
087-347	2002	Aprueba el Convenio entre las Repúblicas de Chile y de Ecuador para evitar la doble tributación y prevenir la evasión fiscal, y su protocolo.
139-347	2002	Convenio entre República de Chile y República Federativa del Brasil para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y al patrimonio y su protocolo.
136-347	2002	Convenio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República de Polonia para evitar la doble tributación y para prevenir la Evasión Fiscal en relación a la renta y al patrimonio, y su protocolo.
126-347	2002	Convenio de seguridad social entre Chile y Venezuela.
161-347	2002	Convenio entre Chile y el Reino de Noruega para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y al patrimonio, y su protocolo.
3062-10	2002	Modifica el Convenio de Seguridad Social de 1993, entre el Gobierno de Chile y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, suscrito en Arica el 20 de marzo del año 2002.
197-347	2002	Aprueba el Convenio sobre Cooperación Comercial y Económica entre los Gobiernos de Chile y de Ucrania.
47-348	2002	Protocolo Facultativo de la Convención Sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de niños en los conflictos armados.
64-348	2002	Convenio de Seguridad Social entre Chile y la República Checa.
46-348	2002	Convenio entre Chile y Corea para evitar la doble imposición.
154-348	2002	Proyecto de Acuerdo que aprueba el convenio Básico de Cooperación Técnica y científica entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y Dominicana, suscrito en Santo Domingo de Guzmán el 4 de marzo de 1998.
222-348	2002	Aprueba el acuerdo por el que se establece una asociación entre la Comunidad Europea y sus Estados miembros, por una parte, y la República de Chile por la otra y sus anexos, apéndices, protocolos y notas, suscritos en Bruselas, el 18 de Noviembre de 2002.
111-348	2002	Aprueba el Acta de Fundación de la Organización Iberoamericana de Juventud (O.I.J.), adoptada en la VII Conferencia Iberoamericana de Ministros de Juventud y suscrita en Buenos Aires, el 1 de agosto de 1996.
78-348	2002	Aprueba Convención sobre asistencia en caso de accidente nuclear o emergencia radiológica.
249-348	2002	Acuerdo entre los Gobiernos de Chile y Argentina en el área de la coproducción cinematográfica.
114-348	2002	Proyecto de Acuerdo de servicios aéreos entre los Gobiernos de la República de Chile y el Reino de Bélgica y su anexo, suscrito en Bruselas, el 13 de septiembre de 2001.
117-348	2002	Acuerdo de servicios aéreos entre los Gobiernos de la República de Chile y el Reino de Noruega y su anexo, suscrito en Copenhague, el 27 de junio de 2001.
118-348	2002	Proyecto de Acuerdo de servicios aéreos entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y el Reino de Suecia y su anexo, suscritos en Copenhague, el 27 de junio de 2001.
115-348	2002	Acuerdo de servicios aéreos entre los Gobiernos de la República de Chile y el Reino de Dinamarca y su anexo, suscritos en Copenhague el 27 de junio 2001.
119-348	2002	Proyecto de acuerdo sobre convenio de transporte aéreo entre el Gobierno de las Repúblicas de Chile y Popular China relacionado con el transporte aéreo civil y su anexo, suscritos en Santiago, el 3 de junio de 1996.

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREAM	Partido
146-345	2002	Não	Penal	Org.		10/10/1980	08/01/2002	7760	30/04/2002	112	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD
145-345	2002	Não	Tráfego Internacional	Org.		14/11/1997	08/01/2002	1516	30/04/2002	112	Carlos Abel Jarpa Wevar	PRSD
159-345	2002	Não	Comércio	OMC		27/02/1998	09/01/2002	1412	16/04/2002	97	Gonzalo IBÁÑEZ SANTA MARÍA	UDI
233-345	2002	Não	Jurídico	Org.		22/01/2001	02/04/2002	435	07/05/2002	35	SILVA	RN
043-346	2002	Não	Pesca	FAO		11/11/1993	11/04/2002	3073	02/07/2002	82	Victor Rebolledo Gonzales	PPD
038-346	2002	Não	Comércio	País	África	05/08/1999	16/05/2002	1015	não houve			
039-346	2002	Não	Comércio	País	Europa Oriental	10/07/1996	16/05/2002	2136	02/07/2002	47	Cristián Pareto Vergara	PDC
041-346	2002	Não	Comércio	País	Oriente Medio	13/10/1999	16/05/2002	946	02/07/2002	47	Cristián Pareto Vergara	PDC
027-346	2002	Não	Aviação	Org.		01/05/2001	16/05/2002	380	18/06/2002	33	IVÁN MOREIRA BARROS	UDI
040-346	2002	Não	Comércio	País	Ásia	07/04/1999	16/05/2002	1135	02/07/2002	47	Cristián Pareto Vergara	PDC
13-347	2002	Não	Comércio	País	América do Sul	30/03/2000	06/06/2002	798	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
15-347	2002	Não	Comércio	País	Central	30/05/2002	06/06/2002	7	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
16-347	2002	Não	Comércio	País	África	23/10/1998	06/06/2002	1322	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
10-347	2002	Não	Comércio	País	Ásia	16/09/1999	06/06/2002	994	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
11-347	2002	Não	Comércio	País	Oceania	22/07/1999	06/06/2002	1050	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
12-347	2002	Não	Comércio	País	Ásia	21/08/1998	06/06/2002	1385	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
14-347	2002	Não	Comércio	País	África	12/11/1998	06/06/2002	1302	02/07/2002	26	Cristián Pareto Vergara	PDC
41-347	2002	Não	Comércio	País	Europa Oriental	10/03/1997	10/11/2002	2071	10/05/2005	912	EDGARDO RIVEROS MARÍN	PDC
123-347	2002	Não	Social	Org.		28/06/2000	30/07/2002	762	13/08/2002	14	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS
087-347	2002	Não	Evasão Fiscal	País	América do Sul	26/08/1999	30/07/2002	1069	29/10/2002	91	Cristián Leay Morán	UDI
139-347	2002	Não	Evasão Fiscal	País	América do Sul	03/04/2001	20/08/2002	504	29/10/2002	70	Cristián Leay Morán	UDI
136-347	2002	Não	Evasão Fiscal	País	Europa	10/03/2000	20/08/2002	893	29/10/2002	70	Cristián Leay Morán	UDI
126-347	2002	Não	Social	País	América do Sul	20/08/2001	20/08/2002	365	10/09/2002	21	ROSA GONZÁLEZ ROMÁN	UDI
140-347	2002	Não	Evasão Fiscal	País	Europa	26/10/2001	20/08/2002	298	29/10/2002	70	Cristián Leay Morán	UDI
161-347	2002	Não	Social	País	América do Sul	20/03/2002	03/08/2002	136	01/10/2002	59	CARMEN IBÁÑEZ SOTO	RN
3062-10	2002	Não	Comércio	País	Europa Oriental	03/05/1999	12/09/2002	1228	08/10/2002	26	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD
197-347	2002	Não	Direitos Humanos	Conv.		15/11/2001	01/10/2002	320	21/10/2002	20	Carlos Ignacio Kuschel Silva	RN
47-348	2002	Não	Evasão Fiscal	País	América do Sul	25/06/2002	03/10/2002	100	29/10/2002	26	Cristián Leay Morán	UDI
64-348	2002	Não	Social	País	Europa Oriental	07/12/2000	12/11/2002	705	07/01/2003	56	WALDO MORA LONGA	PDC
46-348	2002	Não	Evasão Fiscal	País	Ásia	18/04/2002	12/11/2002	208	07/01/2003	56	Iván Moreira Barros	UDI
154-348	2002	Não	Tecnologia	País	Central	04/03/1998	19/11/2002	1721	04/03/2003	105	Gonzalo IBÁÑEZ SANTA MARÍA	UDI
222-348	2002	imediatada	Comércio	EU	Europa	18/11/2002	03/12/2002	15	17/12/2002	14	Juan Masferrer Pellizzari	UDI
111-348	2002	Não	Jurídico	Org.		01/08/1996	03/12/2002	2315	04/03/2003	91	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS
78-348	2002	Não	Saúde	Org.		18/10/2002	03/12/2002	46	17/06/2003	196	WALDO MORA LONGA	PDC
249-348	2002	Não	Cultura	País	América do Sul	16/12/1994	10/12/2002	2916	09/06/2003	181	Cristián LEAY MORÁN	UDI
114-348	2002	Não	Aviação	País	Europa	13/09/2001	10/12/2002	453	21/01/2003	42	Edmundo Villouta Concha	PDC
117-348	2002	Não	Aviação	País	Europa	05/11/2002	10/12/2002	35	03/03/2003	83	Edmundo Villouta Concha	PDC
118-348	2002	Não	Aviação	País	Europa	27/06/2001	10/12/2002	531	03/03/2003	83	Edmundo Villouta Concha	PDC
115-348	2002	Não	Aviação	País	Europa	05/11/2002	10/12/2002	35	04/03/2003	84	Edmundo Villouta Concha	PDC
119-348	2002	Não	Aviação	País	Ásia	04/11/2002	10/12/2002	36	04/03/2003	84	Edmundo Villouta Concha	PDC

MSC	Ano		Situação	Subst.	Despacho CRE	TTC	Parecer SF	TTC2	Situação	Publicação	TTSF	TTT
146-345	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Sim	30/07/2002	203	09/07/2003	344	TNJ	13/09/2004	776	979
145-345	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	18/06/2002	161	09/07/2003	386	TNJ	18/02/2004	610	771
159-345	2002	Union por Chile	Unam.	Sim	21/05/2002	132	15/10/2002	147	TNJ	21/07/2004	792	924
233-345	2002	Union por Chile	Unam.	Não	21/05/2002	49	10/07/2002	50	TNJ			
043-346	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	06/08/2002	117	13/11/2002	99	TNJ	10/06/2004	674	791
038-346	2002			Não					Retirada			
039-346	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	89	06/11/2002	85	TNJ	07/03/2003	206	295
041-346	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	89			Retirada			
027-346	2002	Union por Chile	Unam.	Sim	09/07/2002	54	16/07/2002	7	TNJ	05/11/2002	119	173
040-346	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não					Retirada			
13-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	09/07/2002	33			Retirada			
15-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	68			Retirada			
16-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	68			Retirada			
10-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	68			Retirada			
11-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	68			Retirada			
12-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	68			Retirada			
14-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	13/08/2002	68			Retirada			
41-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	14/09/2005	1039			Retirada			
123-347	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	22/08/2002	23	15/10/2002	54	TNJ	06/09/2003	380	403
087-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	19/11/2002	112	22/01/2003	64	TNJ	05/01/2004	412	524
139-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	19/11/2002	91	22/01/2003	64	TNJ	24/10/2003	339	430
136-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	19/11/2002	91	22/01/2003	64	TNJ	27/03/2004	494	585
126-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	29/10/2002	70	22/01/2003	85	TNJ	16/04/2005	900	970
140-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	19/11/2002	91	22/01/2003	64	TNJ	20/10/2003	335	426
161-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	12/11/2002	101	22/01/2003	71	TNJ			
3062-10	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	05/11/2002	54	13/11/2002	8	TNJ	18/03/2003	133	187
197-347	2002	Union por Chile	Unam.	Não	05/11/2002	35	21/01/2003	77	TNJ	17/12/2003	407	442
47-348	2002	Union por Chile	Unam.	Não	19/11/2002	47	14/05/2003	176	TNJ	05/01/2004	412	459
64-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	18/03/2003	126	02/05/2003	45	TNJ	01/03/2004	349	475
46-348	2002	Union por Chile	Unam.	Não	18/03/2003	126	07/05/2003	50	TNJ	20/10/2003	216	342
154-348	2002	Union por Chile	Unam.	Não	25/03/2003	126	07/05/2003	43	TNJ	21/01/2010	2494	2620
222-348	2002	Union por Chile	Unam.	Não	18/12/2002	15	10/01/2003	23	TNJ	01/02/2003	45	60
111-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	18/03/2003	105	02/05/2003	45	TNJ	25/10/2003	221	326
78-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	06/08/2003	246	28/08/2003	22	TNJ	12/04/2005	615	861
249-348	2002	Union por Chile	Unam.	Não	17/06/2003	189	03/09/2003	78	TNJ	19/12/2003	185	374
114-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	12/03/2003	92	21/04/2003	40				
117-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	12/03/2003	92	21/04/2003	40	TNJ	22/08/2003	163	255
118-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	12/03/2003	92	21/04/2003	40	TNJ	26/08/2003	167	259
115-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	12/03/2003	92	21/04/2003	40	TNJ	26/07/2003	136	228
119-348	2002	Concertacion por la Democracia	Unam.	Não	12/03/2003	92	26/03/2003	14	TNJ	02/08/2003	143	235

MSC	Año	Ementa
212-348	2003	Aprueba el protocolo del Acuerdo Multilateral sobre liberación del Transporte Aéreo Internacional, adoptado en Washington, el 1 de mayo de 2001.
116-348	2003	Proyecto de acuerdo entre el Gobierno de Chile y el Gobierno del Gran Ducado de Luxemburgo relativo a servicios aéreos entre sus respectivos territorios y su Anexo, suscrito en Luxemburgo, el 25 de febrero de 2002.
431-348	2003	Acuerdo entre la República de Chile y el Reino de España sobre libre ejercicio de actividades remuneradas para las personas que indica
79-348	2003	Aprueba tratado de Extradición entre Chile e Italia.
007-348	2003	Acuerdo entre Chile y la OIT relativo al establecimiento de una Oficina en Chile
3118-10	2003	Aprueba tratado de Asistencia Judicial en materia Penal entre las Repúblicas de Chile y de Italia.
488-348	2003	Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y la Organización Europea para la Investigación Astronómica en el hemisferio austral relativo al establecimiento de un nuevo centro de observación
199-348	2003	Aprueba el acuerdo que sustituyen los artículos 10 y 12 del Convenio sobre Servicios Aéreos entre los Gobiernos de Chile y Corea.
458-348	2003	Aprueba el nuevo texto revisado de la Convención Internacional de Protección Fitosanitaria
540-348	2003	Aprueba el acuerdo sobre la aceptación mutua de prácticas enológicas y su anexo, adoptados en Toronto, el 18 de diciembre de 2001
N° 3246-10	2003	Aprueba Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional
15-349	2003	Arbitraje Comercial Internacional
3-349	2003	Aprueba el Tratado de Libre Comercio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Corea, y sus Anexos
44-349	2003	Aprueba la Convención Interamericana contra el Terrorismo.
168-349	2003	Aprueba el Tratado de Libre Comercio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de los Estados Unidos de América y sus anexos, adoptados en Miami el 6 de junio del 2003.
112-349	2003	Proyecto de Acuerdo que rescato en el convenio de Róterdam para la aplicación del procedimiento de consentimiento fundamentado previo a ciertos plaguicidas y productos químicos peligrosos objeto de comercio internacional y sus anexos, adoptados en Róterdam, el 10 de septiembre de 1998
113-349	2003	Proyecto de Acuerdo que rescato en el convenio de Estocolmo sobre contaminantes orgánicos persistentes y sus anexos, suscritos en Estocolmo, el 22 de mayo de 2001.
48-350	2003	Proyecto de acuerdo que aprueba el tratado entre la República de Chile y la República Argentina sobre traslado de nacionales condenados y cumplimiento de sentencias penales, suscrito en Santiago el 29 de octubre de 2002
83-350	2003	Aprueba acuerdo entre la República de Chile y la República de Bulgaria, sobre exención del requisito de visa para los titulares de pasaportes diplomáticos, oficiales y especiales, suscrito en Sofía, el 3 de abril de 2003.
N° 3387-10	2003	Aprueba acuerdo entre la República de Chile y la República Federativa del Brasil
N° 3388-10	2003	Aprueba el Convenio Internacional del Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías
N° 3405-10	2003	Proyecto de acuerdo que aprueba el convenio de seguridad social entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Australia
N° 3411-10	2003	Aprueba el Convenio sobre Seguridad Social entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República del Perú, suscrito en Santiago, el 23 de agosto de 2002
56-350	2003	Proyecto de acuerdo que aprueba el protocolo relativo a las inmunidades del Banco de Pagos Internacionales, adoptado en Bruselas el 30 de julio de 1936, y suscrito por la República de Chile el 2 de septiembre de 2003

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parceres CD	TTCI	Relator CREA-I	Partido	Situação	Subst.	Depacho CRE	TTCD	Parceres SF	TTC2	Situação	Publicação	TTSF	TTT
212-348	2003	Não	Aviação	Org.		01/05/2001	10/12/2002	588	21/01/2003	42	LAURA SOTO GONZÁLEZ	PPD	Unam.	Não	11/03/2003	91	21/04/2003	41	TNU	17/12/2003	281	372
116-348	2003	Não	Aviação	País	Europa	05/11/2002	10/12/2002	35	03/03/2003	83	Edmundo Villalba Concha	PDC	Unam.	Não	11/03/2003	91	21/04/2003	41				
431-348	2003	Não	Trabalhista	País	Europa	09/05/2001	18/03/2003	678	13/05/2003	56	CARLOS ABEL JARPA WEVVAR	PRSD	Unam.	Não	03/06/2003	77	10/06/2003	7	TNU	24/10/2003	143	220
79-348	2003	Não	Extradição	País	Europa	27/02/2002	12/11/2002	258	09/07/2003	3892	Gonzalo ARENAS	UDI	Unam.	Não	31/07/2003	3914	18/12/2003	140				
007-348	2003	Não	Trabalhista	OIT		10/01/2002	12/11/2002	306	07/01/2003	56	EDGARDO RIVEROS MARIN	PDC	Unam.	Não	18/03/2003	126	15/04/2003	28	TNU	04/10/2003	200	326
3118-10	2003	Não	Penal	País	Europa	27/02/2002	12/11/2002	258	13/05/2003	182	CARLOS IGNACIO KUSCHEL SILVA	RN	Unam.	Não	10/06/2003	210	08/07/2009	2220	TNU	05/09/2011	3009	3219
488-348	2003	Não	Ciência	Org.	Europa	21/03/2003	08/04/2003	18	29/04/2003	21	FRANCISCO ENCINA MORLAJMEZ	PS	Unam.	Não	13/05/2003	35	20/05/2003	7	TNU	03/09/2003	113	148
199-348	2003	Não	Aviação	País	Asia	22/11/2002	08/04/2003	137	07/06/2003	791	Ivan MOREIRA BARRROS	UDI	Unam.	Não	03/08/2003	848	19/08/2005	16	TNU	29/12/2006	513	1361
458-348	2003	Não	Saúde	Org.		17/11/1997	08/04/2003	1968	03/06/2003	56	ARTURO LONGTON GUERRERO	RN	Unam.	Não	01/07/2003	84	21/04/2004	295	TNU	25/10/2007	1577	1661
540-348	2003	Não	Comércio	Org.		18/12/2001	30/04/2003	498	17/06/2003	48	Juan MASHERRER PELLIZZARI	UDI	Unam.	Não	01/07/2003	62	30/07/2003	29	TNU	28/02/2004	242	304
Nº 3246-10	2003	Não	Penal	ONU		15/11/2000	03/06/2003	930	25/08/2003	83	IVÁN MOREIRA BARRROS	UDI	Unam.	Não	09/09/2003	98	02/12/2003	84	TNU	16/12/2005	829	927
15-349	2003	Não	Comércio	Org.		02/06/2003	10/06/2003	8	26/08/2003	77	JORGE TARUD DACCARETT	PPD	Unam.	Não	04/11/2003	147	11/05/2004	189	TNU	29/09/2004	330	477
3-349	2003	Não	TLC	País	Asia	17/04/2003	08/07/2003	82	12/08/2003	35	LAURA SOTO GONZÁLEZ	PPD	Unam.	Não	27/08/2003	50	16/09/2003	20	TNU	01/04/2004	218	268
44-349	2003	Não	Terrorismo	Conv.		09/06/2003	09/07/2003	30	09/09/2003	62	EDUARDO VILLOUITA CONCHA	PDC	Unam.	Não	14/10/2003	97	14/01/2004	92	TNU	10/02/2005	485	582
168-349	2003	Urgentíssima	TLC	País	América do Norte	06/06/2003	14/08/2003	69	06/10/2003	53	EDGARDO RIVEROS MARIN	PDC	S/ unam.	Sim	08/10/2003	55	21/10/2003	13	TNU	31/12/2003	84	139
112-349	2003	Não	Agricultura	Org.		10/09/1998	09/09/2003	1825	14/10/2003	35	Francisco Bayo Valoso	RN	Unam.	Não	09/12/2003	91	13/07/2004	217	TNU	19/05/2005	527	618
113-349	2003	Não	Agricultura	Org.		22/05/2001	09/09/2003	840	14/10/2003	35	Francisco Bayo	RN	Unam.	Sim	09/12/2003	91	13/07/2004	217	TNU	19/05/2005	527	618
48-350	2003	Não	Extradição	País	América do Sul	29/10/2002	07/10/2003	343	06/01/2004	91	Carlos Abel Jarpa Wevar.	PRSD	Unam.	Não	13/01/2004	98	18/08/2004	218	TNU	30/06/2005	534	632
83-350	2003	Não	Jurídico	País	Europa Oriental	03/04/2003	28/10/2003	208	04/11/2003	7	Gonzalo Ibáñez Santa María	UDI	Unam.	Não	09/12/2003	42	16/12/2003	7	TNU	22/04/2004	135	177
Nº 3387-10	2003	Não	Comércio	País	América do Sul	03/07/1996	28/10/2003	2673	04/11/2003	7	Waldo Mora Longa	PDC	Unam.	Não	17/12/2003	50	11/05/2004	146	TNU	29/09/2004	287	337
Nº 3388-10	2003	Não	Comércio	Org.		06/07/1993	28/10/2003	3766	06/01/2004	70	Carlos Ignacio Kuschel Silva	RN	Unam.	Não	09/03/2004	133	31/08/2004	175	TNU	24/01/2008	1416	1549
Nº 3405-10	2003	Não	Social	País	Oceania	25/03/2003	04/11/2003	224	18/11/2003	14	JORGE TARUD DACCARETT	PPD	Unam.	Não	16/12/2003	42	06/01/2004	21	TNU	28/05/2004	164	206
Nº 3411-10	2003	Não	Social	País	América do Sul	23/08/2002	12/11/2003	446	18/11/2003	6	CARLOS IGNACIO KUSCHEL SILVA	RN	Unam.	Não	16/12/2003	34	06/01/2004	21	TNU	29/04/2004	135	169
56-350	2003	Não	Jurídico	Org.		02/09/2003	16/12/2003	105	02/03/2004	77	JUAN PABLO LETELLER MOREL	PS	S/ unam.	Sim	14/04/2004	120	31/08/2004	139	TNU	19/05/2005	400	520

MSC	Ano	Ementa
327-350	2004	Acuerdo que aprueba el Protocolo Modificatorio del Acuerdo Marco para la Conservación de los Recursos Vivos Marinos en Alta Mar del Pacífico Sudeste, 'Acuerdo de Galápagos', suscrito el 27 de noviembre de 2003
90-350	2004	Aprueba el protocolo contra el tráfico ilícito de migrantes por tierra, mar y aire, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional, aprobado por la Asamblea General de las Naciones Unidas, el 15 de noviembre de 2000, y suscrito por Chile el 8 de agosto de 2002
127-350	2004	Aprueba el protocolo para prevenir, reprimir y sancionar la trata de personas, especialmente mujeres y niños, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional, aprobado por la Asamblea General de las Naciones Unidas en su resolución A/RES/55/25, de 15 de noviembre de 2000, y suscrito por Chile el 8 de agosto de 2002
564-350	2004	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de India sobre Exención del Requisito de Visa para los Titulares de Pasaportes Diplomáticos y Oficiales, suscrito en Nueva Delhi el 24 de abril de 2003.
574-350	2004	APRUEBA LAS ENMIENDAS AL CONVENIO INTERNACIONAL PARA LA SEGURIDAD DE LA VIDA HUMANA EN EL MAR, 1974, ENMENDADO, ADOPTADAS POR EL COMITÉ DE SEGURIDAD MARÍTIMA DE LA ORGANIZACIÓN MARÍTIMA INTERNACIONAL MEDIANTE LA RESOLUCIÓN MSC. 99 (73), DE 5 DE DICIEMBRE DE 2000, Y LAS ENMIENDAS AL PROTOCOLO DE 1988, RELATIVO AL CONVENIO INTERNACIONAL PARA LA SEGURIDAD DE LA VIDA HUMANA EN EL MAR, 1974, ENMENDADO, ADOPTADAS POR EL COMITÉ DE SEGURIDAD MARÍTIMA DE LA ORGANIZACIÓN MARÍTIMA INTERNACIONAL MEDIANTE RESOLUCIÓN MSC. 100 (73), DE 5 DE DICIEMBRE DE 2000.
572-350	2004	APRUEBA LAS ENMIENDAS AL ANEXO DEL CONVENIO INTERNACIONAL PARA LA SEGURIDAD DE LA VIDA HUMANA EN EL MAR, SOLAS 1974, Y EL CÓDIGO INTERNACIONAL PARA LA PROTECCIÓN DE LOS BUQUES Y DE LAS INSTALACIONES PORTUARIAS PBIP, ADOPTADOS MEDIANTE LAS RESOLUCIONES 1 Y 2, RESPECTIVAMENTE, DE FECHA 12 DE DICIEMBRE DE 2002, DE LA CONFERENCIA DE LOS GOBIERNOS CONTRATANTES DE DICHO CONVENIO INTERNACIONAL, CELEBRADA ENTRE LOS DÍAS 9 Y 12 DE DICIEMBRE DE 2002.
573-350	2004	APRUEBA LAS ENMIENDAS AL CONVENIO INTERNACIONAL PARA LA SEGURIDAD DE LA VIDA HUMANA EN EL MAR, SOLAS 1974, ADOPTADAS POR EL COMITÉ DE SEGURIDAD MARÍTIMA DE LA ORGANIZACIÓN MARÍTIMA INTERNACIONAL MEDIANTE LAS SIGUIENTES RESOLUCIONES: MSC. 69 (69), DE 18 DE MAYO DE 1998; MSC. 87 (71), DE 27 DE MAYO DE 1999, Y MSC. 91 (72) Y MSC. 92 (72), DE 26 DE MAYO DE 2000.
576-350	2004	Aprueba las enmiendas de 1999 al anexo del Protocolo de 1978, relativo al Convenio Internacional para Prevenir la Contaminación por los Buques 1973, adoptadas por resolución mepc.78 (43) de 1999.
577-350	2004	Aprueba las enmiendas de 1997 al anexo del Protocolo de 1978 relativo al Convenio Internacional para Prevenir la Contaminación por los Buques 1973, adoptados por resolución mepc.75 (40) de 1997
571-350	2004	Aprueba el acuerdo relativo a vuelos humanitarios entre la República de Chile y la República Argentina, suscrito en Santiago, el 20 de agosto de 1999.
586-350	2004	Aprueba el Protocolo sobre los Privilegios e Inmidades de la Autoridad Internacional de los Fondos Marinos, adoptado el 27 de marzo de 1998, y suscrito por Chile el 14 de abril de 1999
78-351	2004	Aprueba la Convención sobre la Pronta Notificación de Accidentes Nucleares, adoptada por la Conferencia General del Organismo Internacional de Energía Atómica, el 26 de septiembre de 1986
82-351	2004	Aprueba el Convenio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República del Perú, sobre Protección y Restitución de Bienes Culturales y su Anexo, suscrito el 23 de agosto de 2002
76-351	2004	Aprueba el Tratado de Libre Comercio entre la República de Chile y los Estados Miembros de la Asociación Europea de Libre Comercio y sus Anexos, Apéndices, Protocolos y Notas; y, los Acuerdos Complementarios sobre Comercio de Mercancías Agrícolas entre la República de Chile y la Confederación Suiza, el Reino de Noruega y la República de Islandia, y sus Anexos y Apéndices, respectivamente, todos suscritos en Kristiansand, Noruega, el 26 de junio de 2003
79-351	2004	Convenio de Servicios Aéreos y su Anexo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República Italiana, suscrito el 27 de febrero de 2002
77-351	2004	Aprueba el Acuerdo de Cooperación para la Promoción de la Ciencia y la Tecnología Nucleares en América Latina y El Caribe, adoptado en Viena, el 25 de septiembre de 1998
80-351	2004	Aprueba el Convenio de Transporte Aéreo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de la República de Guatemala y su Anexo, suscritos en ciudad de Guatemala, el 28 de abril de 2003
81-351	2004	Aprueba las Firmas a los Artículos 7 y 74 de la Constitución de la Organización Mundial de la Salud (OMS), adoptadas en 1965 y 1978, respectivamente
225-351	2004	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y la Organización de las Naciones Unidas, suscrito en Santiago, el 19 de junio de 2003.
125-351	2004	Establece normas relativas al mejoramiento de la gestión institucional del Ministerio de Relaciones Exteriores.
118-351	2004	Aprueba el instrumento de enmienda a la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo, 1997, adoptado el 19 de junio de 1997, en la 85ª reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo
116-351	2004	Convenio de Cooperación en materia de Cultura, Educación y Ciencia, entre el Gobierno de Ucrania y el Gobierno de la República de Chile, suscrito en Kiev el 26 de marzo de 1997
119-351	2004	Aprueba el acuerdo sobre la conservación de albatros y petreles y sus dos anexos, adoptado el 19 de junio de 2001, en Canberra, Australia
111-351	2004	Convención Interamericana sobre Transparencia en las adquisiciones de armas convencionales y sus Anexos I y II adoptado el 7 de junio de 1999 por la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos.
123-351	2004	Crea la Organización Internacional de la Viña y el Vino y sus Anexos
21-352	2004	Acuerdo Básico de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica entre los Gobiernos de Chile y de Rumania, adoptado en Santiago el 20 de noviembre de 1998
97-352	2004	Convenio entre la República de Chile y el Reino de Dinamarca para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y al patrimonio y su protocolo.
94-352	2004	Convenio entre la República de Chile y la República de Croacia para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y su protocolo.
92-352	2004	Convenio entre la República de Chile y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y a las ganancias de capital.
137-352	2004	Aprueba Convenio Marco de la Organización Mundial de la Salud para el Control del Tabaco
88-352	2004	Modifica el artículo 3º de la ley N° 18.340, que fija el arancel consular
55-352	2004	Aprueba el Convenio de Santa Cruz de la Sierra constitutivo de la Secretaría General Iberoamericana.
12-352	2004	Protocolo sobre Cooperación, preparación y lucha contra los sucesos de contaminación por sustancias nocivas y potencialmente peligrosas y su Anexo
82-352	2004	Acuerdo entre los gobiernos de las Repúblicas de Chile y República Dominicana sobre el libre ejercicio de actividades remuneradas para familiares dependientes del personal diplomático, consular, administrativo y técnico de misiones diplomáticas y oficinas consulares
83-352	2004	Acuerdo entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Perú, adoptado por intercambio, de notas por el cual se autoriza a familiares dependientes del personal diplomático, consular, administrativo y técnico de las misiones diplomáticas y consulares de ambos países para desempeñar actividades remuneradas en el Estado receptor.
14-352	2004	Memorandum de Entendimiento sobre Cooperación en materia de educación, suscrito con Canadá
57-352	2004	Acuerdo de Cooperación Turística entre las Repúblicas de Chile y de Túnez.
50-352	2004	Cooperación turística entre los gobiernos de las Repúblicas de Chile y Guatemala.
16-352	2004	Acta Constitutiva de la Asociación de Estados Iberoamericanos para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de los Países de Iberoamérica, ABINIA.
51-352	2004	Acuerdo entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de las Islas Marshall referente a la exención del requisito de visa para portadores de pasaportes diplomáticos, oficiales y especiales.
58-352	2004	Convenio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Mongolia sobre supresión de visa para los portadores de pasaportes diplomáticos, oficiales y especiales de la República de Chile y portadores de pasaportes diplomáticos y oficiales de Mongolia.
49-352	2004	Acuerdo entre los gobiernos de las Repúblicas de Chile y Socialista de Vietnam, sobre exención del requisito de visa para los titulares de pasaportes diplomáticos y oficiales
86-352	2004	Acuerdo entre las Repúblicas de Chile y de Estonia referente a la exención del requisito de visa para pasaportes que indica
13-352	2004	Convenio de Seguridad Social entre las Repúblicas de Chile y de Colombia
56-352	2004	Aprueba las Enmiendas al Reglamento Internacional para Prevenir los Abordajes, 1972, adoptadas por la Resolución A.910 (22) de 29 de Noviembre de 2001, de la Asamblea de la Organización Marítima Internacional (OMI).
15-352	2004	Tratado para la Creación del Consejo Sudamericano del Deporte
52-352	2004	Acuerdo Marco de Cooperación entre el Gobierno de la República de Chile, por una parte, y el Gobierno de la Región de Valona y el Gobierno de la Comunidad Francesa de Bélgica, por otra parte.
18-352	2004	Convención sobre Defensa del patrimonio Arqueológico, Histórico y Artístico de las Naciones Americanas.
54-352	2004	Cooperación Científica y Técnica entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de las Islas Marshall.
96-352	2004	Convenio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Islandia para la promoción y protección recíproca de las inversiones.
91-352	2004	Convenio sobre cooperación comercial y económica entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y del Líbano.
87-352	2004	Convenio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de la Federación de Rusia sobre cooperación y asistencia mutua en materia aduanera.
85-352	2004	Convenio Complementario al Convenio de Seguridad Social entre la República de Chile y el Reino de España.

MSC	Ano	Urgência	Area	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREAL	Partido
327-350	2004	Não	Ambiente	Org.		27/11/2003	13/01/2004	47	13/01/2004	0	ARTURO LONGTON GUERRERO	RN
90-350	2004	Não	Internacional	ONU		15/11/2000	17/03/2004	1218	13/04/2004	27	Juan MASFERRER PELLIZZARI	UDI
127-350	2004	Não	Penal	ONU		08/08/2002	17/03/2004	587	13/04/2004	27	Juan MASFERRER PELLIZZARI	UDI
564-350	2004	Não	Jurídico	País	Ásia	24/04/2003	21/04/2004	363	04/05/2004	13	Waldo MORA LONGA	PDC
574-350	2004	Não	Social	Conv.		05/12/2000	04/05/2004	1246	18/05/2004	14	LILY PÉREZ SAN MARTÍN	RN
572-350	2004	Não	Social	Conv.		12/12/2002	04/05/2004	509	18/05/2004	14	LILY PÉREZ SAN MARTÍN	RN
573-350	2004	Não	Social	Conv.		26/05/2000	04/05/2004	1439	18/05/2004	14	LILY PÉREZ SAN MARTÍN	RN
576-350	2004	Não	Ambiente	Conv.		01/07/1999	04/05/2004	1769	18/05/2004	14	Ivan MOREIRA BARROS	UDI
577-350	2004	Não	Ambiente	Conv.		25/09/1997	04/05/2004	2413	18/05/2004	14	Ivan MOREIRA BARROS	UDI
571-350	2004	Não	Aviação	País	América do Sul	28/09/1999	04/05/2004	1680	30/08/2005	483	Juan MASFERRER PELLIZZARI	UDI
586-350	2004	Não	Jurídico	Org.		14/04/1999	04/05/2004	1847	15/06/2004	42	Edgardo Riveros Marín	PDC
78-351	2004	Não	Ambiente	Org.		26/09/1986	22/06/2004	6479	20/07/2004	28	Francisco Bayo Veloso	RN
82-351	2004	Não	Cultura	País	América do Sul	23/08/2002	22/06/2004	669	13/07/2004	21	EDMUNDO VILLOUTA CONCHA.	PDC
76-351	2004	Não	TLC	EU	Europa	26/06/2003	22/06/2004	362	13/07/2004	21	ARTURO LONGTON GUERRERO	RN
79-351	2004	Não	Aviação	País	Europa	27/02/2002	22/06/2004	846	22/03/2005	273	ROSA GONZÁLEZ ROMÁN	UDI
77-351	2004	Não	Tecnologia	Org.		25/09/1998	22/06/2004	2097	20/07/2004	28	Francisco Bayo Veloso	RN
80-351	2004	Não	Aviação	País	Central	28/04/2003	22/06/2004	421	06/07/2004	14	Jorge Tarud Daccarett	PPD
81-351	2004	Não	Saúde	OMS		20/05/1965	22/06/2004	14278	22/06/2004	0	LAURA SOTO GONZÁLEZ	PPD
225-351	2004	Não	Jurídico	ONU		19/06/2003	04/08/2004	412	16/11/2004	104	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS
125-351	2004	Não	Jurídico	MRE		03/08/2004	10/08/2004	7	07/09/2004	28	Gonzalo Ibáñez Santa María	UDI
118-351	2004	Não	Trabalhista	OT		19/06/1997	07/09/2004	2637	14/09/2004	7	Carlos Abel Jarpa Wevar	PRSD
116-351	2004	Não	Educação	País	Oriental	26/03/1997	07/09/2004	2722	12/10/2004	35	Juan Masferrer Pellizzari	UDI
119-351	2004	Não	Ambiente	Org.		19/06/2001	07/09/2004	1176	16/11/2004	70	LILY PÉREZ SAN MARTÍN	RN
111-351	2004	Não	Jurídico	Conv.		07/06/1999	07/09/2004	1919	10/01/2005	125	Gonzalo Ibáñez Santa María	UDI
123-351	2004	Não	Comércio	Org.		03/04/2001	05/10/2004	1281	12/10/2004	7	Edmundo Villouta Pellizzari	PDC
21-352	2004	Não	Tecnologia	País	Europa Oriental	10/11/1998	13/10/2004	2164	16/11/2004	34	EDGARDO RIVEROS MARÍN	PDC
97-352	2004	Suma	Evasão fiscal	País	Europa	20/11/2003	15/11/2004	361	30/11/2004	15	JORGE TARUD DACCARETT	PPD
94-352	2004	Suma	Evasão fiscal	País	Europa	24/06/2003	15/11/2004	510	30/11/2004	15	JORGE TARUD DACCARETT	PPD
92-352	2004	Suma	Evasão fiscal	País	Europa	12/07/2003	15/11/2004	492	30/11/2004	15	JORGE TARUD DACCARETT	PPD
137-352	2004	Suma	Saúde	OMS		25/09/2003	15/11/2004	417	04/01/2005	50	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS
88-352	2004	Não	Jurídico	MRE		20/10/2004	15/11/2004	26	30/11/2004	15	Laura Soto González	PPD
55-352	2004	Suma	Jurídico	Org.		15/11/2003	17/11/2004	368	22/03/2005	123	Ivan MOREIRA BARROS	UDI
12-352	2004	Não	Saúde	Org.		15/11/2003	14/12/2004	395	12/04/2005	119	Edgardo Riveros Marín	PDC
82-352	2004	Não	Trabalhista	País	Central	26/04/2004	14/12/2004	232	11/01/2005	28	Francisco Bayo Veloso	RN
83-352	2004	Não	Trabalhista	País	América do Sul	12/11/2002	14/12/2004	763	17/01/2005	34	Francisco Bayo Veloso	RN
14-352	2004	Não	Educação	País	do Norte	21/01/1998	14/12/2004	2519	19/04/2005	126	Edmundo Villouta Concha	PDC
57-352	2004	Não	Turismo	País	África	20/01/1997	14/12/2004	2885	22/03/2005	98	Waldo MORA LONGA	PDC
50-352	2004	Não	Turismo	País	Central	18/05/2004	14/12/2004	210	22/03/2005	98	Waldo MORA LONGA	PDC
16-352	2004	Não	Educação	Org.		12/10/1999	14/12/2004	1890	19/07/2005	217	Edmundo VILLOUTA CONCHA	PDC
51-352	2004	Não	Jurídico	País	Oceania	14/10/2002	14/12/2004	792	11/01/2005	28	Edmundo VILLOUTA CONCHA	PDC
58-352	2004	Não	Jurídico	País	Ásia	27/09/2003	14/12/2004	444	11/01/2005	28	Edmundo VILLOUTA CONCHA	PDC
49-352	2004	Não	Jurídico	País	Ásia	22/10/2003	14/12/2004	419	11/01/2005	28	Edmundo VILLOUTA CONCHA	PDC
86-352	2004	Não	Jurídico	País	Oriental	02/11/2000	14/12/2004	1503	11/01/2005	28	Edmundo VILLOUTA CONCHA	PDC
13-352	2004	Não	Social	País	do Sul	09/12/2003	14/12/2004	371	22/03/2005	98	Juan Masferrer Pellizzari	UDI
56-352	2004	Não	Jurídico	Org.		29/11/2001	14/12/2004	1111	08/03/2005	84	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD
15-352	2004	Não	Esporte	Org.		04/05/2002	14/12/2004	955	09/08/2005	238	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD
52-352	2004	Não	Comércio	País	Europa	31/07/1997	14/12/2004	2693	19/04/2005	126	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS
18-352	2004	Não	Cultura	Org.		16/06/1976	14/12/2004	10408	02/08/2005	231	FRANCISCO BAYO VELOSO	RN
54-352	2004	Não	Tecnologia	País	Oceania	14/10/2002	14/12/2004	792	19/04/2005	126	Francisco Bayo Veloso	RN
96-352	2004	Não	Comércio	País	Europa	26/06/2003	14/12/2004	537	12/04/2005	119	LILY PÉREZ SAN MARTÍN	RN
91-352	2004	Não	Comércio	País	Medio	26/11/1997	14/12/2004	2575	12/04/2005	119	LAURA SOTO GONZÁLEZ	PPD
87-352	2004	Não	Evasão fiscal	País	Oriental	04/10/2002	14/12/2004	802	19/04/2005	126	EDGARDO RIVEROS MARÍN	PDC
85-352	2004	Não	Social	País	Europa	14/05/2002	14/12/2004	945	22/03/2005	98	Juan Masferrer Pellizzari	UDI

MSC	Año	Ementa
47-352	2005	Acuerdo General de Cooperación entre los Gobiernos de la República de Chile y del Reino de Marruecos.
93-352	2005	Aprueba las Actas que indica el XXII Congreso de la Unión Postal Universal.
399-352	2005	el 31 de enero y 7 de febrero de 2005
48-352	2005	Acuerdo entre los Gobiernos de Chile y de Australia sobre servicios aéreos y su Anexo
362-352	2005	Acuerdo de transporte aéreo entre Chile y el Consejo Federal Suizo.
356-352	2005	Convenio de transporte aéreo entre Gobiernos de Chile y Uruguay.
359-352	2005	Acuerdo entre Chile y Canadá sobre transporte aéreo.
50-353	2005	Modifica párrafo 4º de las Reglas de Financiación anexas a los Estatutos de la Organización Mundial de Turismo O.M.T.
49-353	2005	Acuerdo entre los Estados partes del MERCOSUR y las Repúblicas de Chile y de Bolivia: 1. sobre asistencia jurídica mutua en asuntos penales, 2. acuerdo complementario a dicho acuerdo, 3. acuerdo de enmienda del mencionado acuerdo complementario.
052-353	2005	Aprueba el Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios de Nivel Primario y Medio no Técnico entre Estados Partes del MERCOSUR.
72-353	2005	Aprueba convenio entre Chile y Bolivia sobre Controles Integrados de la Frontera
69-353	2005	Convenio entre Chile y el Reino de Suecia para evitar la doble imposición y prevenir el evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y al patrimonio y su Protocolo.
70-353	2005	Aprueba Convenio entre los Gobiernos de Chile de la República Francesa para evitar la doble imposición y para Prevenir la evasión Fiscal en relación a los impuestos a la renta y al patrimonio y su Protocolo.
68-353	2005	Acuerdo sobre Extradición entre los Estados Partes del MERCOSUR y las Repúblicas de Chile y de Bolivia.
71-353	2005	Acuerdo de Cooperación y Asistencia Jurisdiccional en materia Civil, Comercial, Laboral y Administrativa entre los estados parte del MERCOSUR y la República de Bolivia y de Chile.
048-353	2005	Aprueba el Acuerdo que interpreta el artículo V del Convenio Básico de Cooperación Científica y Técnica entre las Repúblicas de Chile y Oriental del Uruguay
003-353	2005	Aprueba el Protocolo Adicional al Acuerdo de Asociación Chile-Unión Europea y sus Anexos.
005-353	2005	Acuerdo de Cooperación Económica y Técnica suscrito con el Gobierno de la República de Indonesia
009-353	2005	Convenio entre las Repúblicas de Chile y de Corea sobre Cooperación en los usos pacíficos de la energía nuclear
8-353	2005	Acuerdo de Cooperación entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Turquía sobre Entrenamiento Militar, Industria de Defensa, Tecnología y Ciencia
198-353	2005	Convención de las Naciones Unidas contra la corrupción
006-353	2005	Convenio entre Chile y Nueva Zelanda para evitar la doble imposición y para evitar la evasión fiscal con relación a los impuestos a la renta y su Protocolo
157-353	2005	Aprueba el Convenio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de la República Federal de Alemania, sobre Cooperación Financiera, suscrito en Santiago el 4 de julio de 2005.
229-353	2005	Aprueba el Acuerdo Estratégico Transpacífico de Asociación Económica entre Chile, Brunei Darussalam, Nueva Zelanda y la República de Singapur y sus Anexos.

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTCI	Relator CREAMI	Partido	Situação	Subst.	Despacho CREI	TTC2	Situação	Publicação	TTSF	TTT
47-352	2005	Não	Comércio	País	África	14/05/1999	16/03/2005	2133	19/04/2005	34	CARLOS ABEL JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	20/07/2005	126	Retrado			
93-352	2005	Não	Jurídico	Org.	Europa	15/09/1999	16/03/2005	2009	19/04/2005	34	GONZALO IBÁÑEZ SANTA MARIA	UDI	Unam.	Não	15/06/2005	308	TNJ	28/08/2008	1170	1261
399-352	2005	Não	Transporte	País	Europa	07/02/2005	12/04/2005	64	19/04/2005	7	Francisco BAYO VELOSO	RN	Unam.	Não	03/05/2005	21	TNJ	07/09/2005	127	148
48-352	2005	Não	Aviação	País	Oceania	07/09/2001	10/05/2005	1341	07/06/2005	28	Waldo MORA LONGA	PDC	Unam.	Não	02/08/2005	84	TNJ	21/12/2005	141	225
362-352	2005	Não	Aviação	País	Europa	22/07/2004	17/05/2005	299	07/06/2005	21	Waldo MORA LONGA	PDC	Unam.	Não	02/08/2005	77	TNJ	21/12/2005	141	218
356-352	2005	Não	Aviação	País	América do Sul	10/03/2005	17/05/2005	68	07/06/2005	21	Waldo MORA LONGA	PDC	Unam.	Não	02/08/2005	77	TNJ	18/11/2009	1569	1646
359-352	2005	Não	Aviação	País	América do Norte	04/12/2003	17/05/2005	530	07/06/2005	21	Waldo MORA LONGA	PDC	Unam.	Não	02/08/2005	77	TNJ	21/12/2005	141	218
50-353	2005	Não	Turismo	Org.		09/06/2005	21/06/2005	12	30/08/2005	70	Arturo LONGTON GUERRERO	RN	Unam.	Não	07/03/2006	259	TNJ	19/02/2007	349	608
49-353	2005	Não	Penal	MERCO	América do Sul	06/06/2003	21/06/2005	746	05/07/2005	14	Lily PÉREZ SAN MARTÍN	RN	Unam.	Sim	19/07/2005	28	TNJ	17/10/2009	1551	1579
052-353	2005	Não	Educação	MERCO	América do Sul	05/12/2002	21/06/2005	929	05/07/2005	14	Lily PÉREZ SAN MARTÍN	RN	Unam.	Sim	19/07/2005	28	TNJ	27/03/2008	982	1010
72-353	2005	Não	Território	País	América do Sul	17/02/2004	22/06/2005	491	16/08/2005	55	Cristian LEAY MORÁN	UDI	Unam.	Não	14/09/2005	84	TNJ	06/12/2006	448	532
69-353	2005	Imediata	Evasão Fiscal	País	Europa	04/06/2004	22/06/2005	383	12/07/2005	20	Edgardo RIVEROS MARÍN	PDC	Unam.	Não	31/08/2005	70	TNJ	18/04/2006	230	300
70-353	2005	Imediata	Evasão Fiscal	País	Europa	07/06/2004	22/06/2005	380	12/07/2005	20	Edgardo RIVEROS MARÍN	PDC	Unam.	Não	31/08/2005	70	TNJ	14/09/2006	379	449
68-353	2005	Não	Extradução	MERCO	América do Sul	10/12/1998	22/06/2005	2386	05/07/2005	13	Lily PÉREZ SAN MARTÍN	RN	Unam.	Sim	19/07/2005	27	TNJ	18/04/2012	2465	2492
71-353	2005	Não	Jurídico	MERCO	América do Sul	05/07/2002	22/06/2005	1083	05/07/2005	13	Lily PÉREZ SAN MARTÍN	RN	Unam.	Não	19/07/2005	27	TNJ	07/08/2009	1480	1507
048-353	2005	Não	Tecnologia	País	América do Sul	26/09/1997	05/07/2005	2839	12/07/2005	7	Edgardo RIVEROS MARÍN	PDC	Unam.	Não			Retrado			
003-353	2005	Não	Comércio	EU	Europa	16/12/2004	14/07/2005	210	19/07/2005	5	Laura SOTO GONZÁLEZ	PPD	Unam.	Sim	10/08/2005	27	TNJ	27/12/2005	139	166
005-353	2005	Não	Comércio	País	Ásia	28/04/2004	14/07/2005	442	02/08/2005	19	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS	Unam.	Não	07/03/2006	236	TNJ	26/02/2008	721	957
009-353	2005	Não	Defesa	País	Ásia	12/11/2002	14/07/2005	975	02/08/2005	19	ISABEL ALLENDE BUSSI	PS	Unam.	Não	04/10/2005	82	Retrado			
8-353	2005	Não	Defesa	País	Ásia	19/04/2004	14/07/2005	451	18/10/2005	96	Ivan MOREIRA BARROS	UDI	Unam.	Não	07/03/2006	236	TNJ	04/08/2007	515	751
198-353	2005	Não	Jurídico	ONU	Oceania	11/12/2003	06/09/2005	635	11/10/2005	35	Waldo MORA LONGA	PDC	Unam.	Não	08/03/2006	183	TNJ	30/01/2007	328	511
006-353	2005	Não	Evasão Fiscal	País	Oceania	10/10/2003	06/09/2005	697	08/11/2005	63	Lily PÉREZ SAN MARTÍN	RN	Unam.	Não	04/04/2006	210	TNJ	04/09/2006	153	363
157-353	2005	Não	Comércio	País	Europa	04/07/2005	11/10/2005	99	18/10/2005	7	Edgardo RIVEROS MARÍN	PDC	Unam.	Não	08/03/2006	148	TNJ	13/10/2006	219	367
229-353	2005	Não	Comércio	Países	Oceania	18/07/2005	13/12/2005	148	20/12/2005	7	Jorge Tard Decarret	PPD	Unam.	Não	10/05/2006	148	TNJ	08/11/2006	182	330

MSC	Año	Ementa
101-353	2006	Acuerdo entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y del Perú sobre cooperación y ayuda mutua en materia de prevención y atención de desastres.
390-353	2006	Protocolo Adicional a la Convención Americana sobre Derechos Humanos en materia de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, denominado Protocolo de San Salvador.
035-354	2006	Acuerdo sobre el beneficio de litigar sin gastos y la asistencia jurídica gratuita entre los Estados Parte del MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile, suscrito en Florianópolis.
031-354	2006	Tratado que Aprueba el Acuerdo de alcance parial entre Chile e India y sus Anexos, suscrito en Nueva Delhi, India, el 8 de marzo de 2006.
052-354	2006	Aprueba el Tratado de Libre Comercio entre los Gobiernos de la República de Chile y de la República Popular China y sus Anexos, suscrito en Busan, Corea del Sur, el 18 de noviembre de 2005.
044-354	2006	Aprueba la Convención para la Protección de los Bienes Culturales en caso de Conflicto Armado, su Reglamento y su Protocolo, adoptados el 14 de mayo de 1954, en la Conferencia Intergubernamental de La Haya.
041-354	2006	Acuerdo sobre los Privilegios e Inmunidades del Tribunal Internacional del Derecho del Mar, adoptado en Nueva York por los Estados Parte en la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar.
39-354	2006	Aprueba el Convenio de Transporte Aéreo entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y del Paraguay, suscrito en Santiago el 5 de mayo de 2005.
071-354	2006	Acuerdo de Asociación Estratégica entre la República de Chile y los Estados Unidos Mexicanos, suscrito en Yfina del Mar, el 26 de enero de 2006.
168-354	2006	Acuerdo que modifica el Convenio de Seguridad Social entre la República de Chile y el Reino de Suecia.
218-354	2006	Aprueba el Protocolo de Montreal N° 4, adoptado por los Estados Miembros de la Aviación Civil Internacional.
221-354	2006	Aprueba Acuerdo Especial en materia de sobrevuelos entre las Repúblicas de Chile y de Argentina y su Anexo N° 1, adoptados en Buenos Aires el 16 de diciembre de 1998.
169-354	2006	Protocolo facultativo de la Convención contra la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes, adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas, el 18 de diciembre de 2002.
315-354	2006	Aprueba Acuerdo entre los gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Jamaica sobre supresión de visa para los titulares de pasaportes diplomáticos y oficiales, suscrito el 9 de junio de 2006, en Kingston, Jamaica.
205-354	2006	Protocolo de la Convención Americana sobre Derechos Humanos relativo a la abolición de la pena de muerte, adoptado en Asunción el 8 de junio de 1990, en el Vigésimo Periodo Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de la OEA, y suscrito por Chile el 10 de septiembre de 2001.
204-354	2006	Aprueba el Segundo Protocolo Facultativo del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos destinado a abolir la pena de muerte, adoptado por la Asamblea General de la ONU, el 15 de diciembre de 1989.
206-354	2006	Aprueba el Convenio de Seguridad Social entre las Repúblicas de Chile y del Ecuador, suscrito en Santiago el 23 de enero de 2006, y el Acuerdo por Cambio de Notas adoptado por las Partes, que corrige el Convenio de Seguridad Social, fechados en Santiago el 25 y 29 de mayo de 2006.
274-354	2006	Acuerdo entre las Repúblicas de Chile y de Bolivia sobre el libre ejercicio de actividades remuneradas para familiares dependientes del personal consular, administrativo y técnico que presta servicios en las respectivas representaciones de Oficinas Consulares en Bolivia y Chile, suscrito por intercambio de notas fechadas el 3 y 4 de octubre de 2005, en La Paz y Santiago, respectivamente.

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTCI	Relator CREAI	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCO	Parecer SF	TTCO	Situação	Publicação	TTSF	TTT
101-353	2006	Não	Méio-Ambiente	País	América do Sul	10/12/2004	24/01/2006	410	07/03/2006	42	Isabel ALLENDE BUSSI	PS	Unam.	Sim	04/04/2006	70	11/07/2006	98	TNJ	06/12/2006	246	316
390-353	2006	Não	Direitos Humanos	Organização	América do Sul	05/06/2001	24/01/2006	1694	07/03/2006	42	Carlos Abel JARPA WEYAR	PRSD	Unam.	Não	21/03/2006	56			tram.			
035-354	2006	Não	Jurídico	MERCOSUL	América do Sul	15/12/2000	03/04/2006	1935	19/12/2006	260	Oswaldo Palma Flores	RN	Unam.	Não	20/03/2007	351	04/04/2007	15	TNJ	25/10/2007	219	570
051-354	2006	Não	Comércio	País	Ásia	08/03/2006	09/05/2006	62	06/09/2006	120	Roberto Leon Ramirez	PDC	Unam.	Sim	03/10/2006	147	08/11/2006	36	TNJ	18/08/2007	319	466
052-354	2006	Não	TLC	País	Ásia	18/11/2005	09/05/2006	172	11/07/2006	63	Jorge Tarud Daccarett	PPD	S/ unam.	Sim	19/07/2006	71	02/08/2006	14	TNJ	23/09/2006	66	137
044-354	2006	Não	Cultura	Organização		26/03/1999	18/05/2006	2610	06/06/2006	19	Isabel ALLENDE BUSSI	PS	Unam.	Não	14/06/2006	27	09/08/2006	56	TNJ	05/01/2009	936	963
041-354	2006	Não	Território	ONU		23/05/1997	04/07/2006	3329	05/09/2006	63	Carlos Abel JARPA WEYAR	PRSD	Unam.	Não	07/11/2006	126	11/01/2007	65	TNJ	31/12/2007	419	545
39-354	2006	Não	Aviação	País	América do Sul	05/05/2005	04/07/2006	425	01/08/2006	28	ROBERTO DELMASTRO NASO	RN	Unam.	Não	03/10/2006	91	18/10/2006	15	TNJ	31/08/2007	332	423
071-354	2006	Não	Defesa	País	América do Norte	26/01/2006	11/07/2006	166	01/08/2006	21	Marcelo Diaz Diaz	PS	Unam.	Não	10/10/2006	91	18/10/2006	8	TNJ	10/02/2007	123	214
168-354	2006	Não	Saúde	País	Europa	12/12/2005	12/07/2006	212	18/07/2006	6	PEDRO PABLO ALVAREZ-SALAMANCA BÜCHI	RN	Unam.	Não	09/08/2006	28	29/08/2006	20	TNJ	14/02/2007	189	217
218-354	2006	Não	Aviação	Organização		25/09/1975	22/08/2006	11289	05/09/2006	14	FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Não	13/09/2006	22	03/10/2006	20	TNJ	16/01/2009	856	878
221-354	2006	Não	Aviação	País	América do Sul	16/12/1998	03/10/2006	2848	31/10/2006	28	Juan Masferrer Pellizzari	UDI	Unam.	Sim	14/11/2006	42	06/12/2006	22	TNJ	16/05/2007	183	225
169-354	2006	Suma	Direitos Humanos	ONU		18/02/2002	03/10/2006	1688	21/11/2006	49	Ivan Moreira Barros	UDI	Unam.	Sim	02/05/2007	211	02/09/2008	489	TNJ	14/02/2009	654	865
315-354	2006	Não	Jurídico	País	América Central	09/06/2006	19/12/2006	193	02/01/2007	14	PEDRO PABLO ALVAREZ-SALAMANCA BÜCHI	RN	Unam.	Não	04/04/2007	106	15/05/2007	41	TNJ	25/10/2007	204	310
205-354	2006	Simplex	Direitos Humanos	OEA		10/09/2001	19/12/2006	1926	20/11/2007	336	Isabel ALLENDE BUSSI	PS	S/ unam.	Sim	08/01/2008	385	03/07/2008	177	TNJ	16/12/2008	343	728
204-354	2006	Simplex	Direitos Humanos	ONU		15/12/2001	19/12/2006	1830	20/11/2007	336	Isabel ALLENDE BUSSI	PS	S/ unam.	Sim	08/01/2008	385	03/07/2008	177	TNJ	05/01/2009	363	748
206-354	2006	Não	Social	País	América do Sul	29/05/2006	19/12/2006	204	09/01/2007	21	Marcelo Diaz Diaz	PS	Unam.	Não	06/03/2007	77	20/03/2007	14	TNJ	01/08/2008	514	591
274-354	2006	Não	Trabalhista	País	América do Sul	04/10/2005	19/12/2006	441	02/01/2007	14	Isabel ALLENDE BUSSI	PS	Unam.	Sim	21/03/2007	92	15/05/2007	55	TNJ	14/02/2009	696	788

MISC	Año	Evento
387-354	2007	Aprueba la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales y su Anexo, adoptada en la 33a. Conferencia General de las Naciones Unidas para la Educación, Ciencia y Cultura, UNESCO.
013-355	2007	Tratado de Libre Comercio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Panamá, adoptado en Santiago el 27 de junio de 2006.
585-354	2007	Tratado de Cooperación en materia de patentes (PCT), elaborado en Washington el 19 de junio de 1979, enmendado el 28 de septiembre de 1979, modificado el 3 de febrero de 1984 y el 3 de octubre de 2001, y su Reglamento anexo.
26-355	2007	Aprueba la Enmienda al artículo 1 de la Convención sobre prohibiciones o restricciones del empleo de ciertas armas convencionales que puedan considerarse excesivamente nocivas o de efectos indiscriminados.
167-355	2007	Modifica la ley N° 19.067 y establece normas para la participación de tropas chilenas en operaciones de paz.
102-355	2007	Acuerdo de Libre Comercio entre las Repúblicas de Chile y Colombia, que constituye un Protocolo Adicional al ACE N° 24, adoptado en Santiago.
210-355	2007	Aprueba el Acuerdo de Asociación Económica Estratégica entre la República de Chile y Japón y sus Anexos, adoptados en Tokio, el 27 de marzo de 2007.
180-355	2007	Acuerdo de Libre Comercio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno del Perú, que modifica y sustituye el ACE N° 38, sus Anexos, apéndices, protocolos y demás instrumentos que hayan sido suscritos a su amparo, adoptado en Lima el 22 de agosto de 2006, y el Acuerdo que lo modifica.
27-355	2007	Acuerdo sobre Seguridad Social entre la República de Chile y el Reino Unido de los Países Bajos, adoptado en La Haya el 15 de junio de 2005, que modifica el Convenio de Seguridad Social entre la República de Chile y el Reino de los Países Bajos, suscrito en Santiago el 10 de enero de 1996.
218-355	2007	Aprueba el Protocolo Bilateral al Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Chile y sus Anexos, suscrito entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y Honduras, en Santiago el 22 de noviembre de 2005.
562-355	2007	Convenio de Complementación Económica entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Cuba, suscrito en Montevideo el 20 de diciembre de 1999.
474-355	2007	Convenio de Seguridad Social entre las Repúblicas de Chile y Federativa del Brasil, suscrito en Santiago el 26 de abril de 2007.
670-355	2007	Convenio de Seguridad Social entre las Repúblicas de Chile y del Paraguay, suscrito en Santiago el 7 de junio de 2007.
830-355	2007	Acuerdo sobre reconocimiento mutuo de licencias de conductor entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y Corea, suscrito en Seul, el 3 de mayo de 2007.
873-355	2007	Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, adoptada en París el 17 de octubre de 2003, en la 32a Conferencia General de la Organización de la Educación, la Ciencia y la Cultura.
1046-355	2007	Acuerdo relativo a la Convención Internacional para la protección de todas las personas contra las desapariciones forzadas.
1060-355	2007	Acuerdo entre las Rep. de Chile y de Guatemala sobre reciprocidad en el libre ejercicio de actividades remuneradas para familiares dependientes del personal diplomático, consular, administrativo y técnico de misiones diplomáticas y consulares.
1067-355	2007	Acuerdo entre los Gobiernos de las Rep. de Chile y los Estados Unidos Mexicanos para el otorgamiento recíproco de permisos de trabajo a favor de los dependientes de agentes diplomáticos y funcionarios consulares acreditados en el otro país.
1098-355	2007	Convenio entre las Rep. de Chile y del Paraguay para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación al impuesto a la renta y al patrimonio y su protocolo.
1096-355	2007	Convenio entre Chile e Irlanda para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación al impuesto a la renta y las ganancias de capital y su protocolo.
1097-355	2007	Convenio entre Chile y Malasia, para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y su protocolo.
1095-355	2007	Acuerdo entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de la Federación de Rusia para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación al impuesto a la renta y al patrimonio.
1099-355	2007	Convenio entre Chile y Portugal, para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación al impuesto a la renta y su protocolo.
1104-355	2007	Requisitos para el etiquetado de vino del Grupo Mundial del Comercio del Vino.

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTCI	Relator CREAMI	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCO	Parecer SF	TTC2	Situação	Publicação	TTSF	TTT
387-354	2007	Simplex	Cultura	UNESCO	América Central	20/10/2005	02/01/2007	439	09/01/2007	7	Roberto Delmaistro	RN	Unam.	Não	16/01/2007	14	23/01/2007	7	TNJ	27/06/2007	162	176
013-355	2007	Não	TLC	País	América Central	27/06/2006	03/04/2007	280	17/04/2007	14	Marcelo FORNI LOBOS	UDI	Unam.	Não	04/07/2007	92	04/09/2007	62	TNJ	07/03/2008	247	339
585-354	2007	Simplex	Patentes	Org.		03/10/2001	10/04/2007	2015	22/10/2007	195	Marcelo FORNI LOBOS	UDI	Unam.	Não	05/12/2007	239	20/06/2008	198	TNJ	02/06/2009	545	784
26-355	2007	Não	Penal	Org.		21/12/2001	08/05/2007	1964	15/05/2007	7	Renan FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Sim	12/06/2007	35	06/07/2007	24	tram.			
167-355	2007	Suma	Defesa	Org.		09/05/2007	05/06/2007	27	02/01/2008	211	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Unam.	Não	16/01/2008	225	13/03/2008	57	TNJ	13/12/2008	332	557
102-355	2007	Não	TLC	País	América do Sul	27/11/2006	05/06/2007	190	27/06/2007	22	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Unam.	Não	02/01/2008	211	22/01/2008	20	TNJ	08/05/2009	492	703
210-355	2007	Simplex	Comércio	País	Ásia	27/03/2007	13/06/2007	78	10/07/2007	27	Renan FUENTEALBA	PDC	Unam.	Não	10/07/2007	27	31/07/2007	21	TNJ	03/09/2007	55	82
180-355	2007	Não	TLC	País	América do Sul	18/04/2007	13/06/2007	56	02/10/2007	111	OSVALDO PALMA FLORES	RN	Unam.	Não	11/12/2007	181	11/01/2008	31	TNJ	28/02/2009	445	626
27-355	2007	Não	Social	País	Europa	10/01/1996	13/06/2007	472	17/07/2007	34	Roberto LEÓN RAMÍREZ	PDC	Unam.	Não	04/09/2007	83	05/12/2007	92	tram.			
218-355	2007	Não	TLC	País	América Central	22/11/2005	19/06/2007	574	27/07/2007	38	Carlos Abel JARPA WEVAR	PRSD	Unam.	Não	02/10/2007	105	11/12/2007	70	TNJ	28/08/2008	331	436
562-355	2007	Não	Comércio	País	América Central	20/12/1999	28/08/2007	2808	31/10/2007	64	Marcelo Díaz Díaz	PS	Unam.	Não	07/11/2007	71	22/01/2008	76	TNJ	28/08/2008	295	366
474-355	2007	Não	Social	País	América do Sul	26/04/2007	28/08/2007	124	02/10/2007	35	Jaime Quintana Leal	PPD	Unam.	Não	18/03/2008	203	06/05/2008	49	TNJ	18/11/2009	610	813
670-355	2007	Não	Social	País	América do Sul	07/06/2007	30/10/2007	145	20/11/2007	21	Pedro Pablo ALVAREZ - SALAMANCA	RN	Unam.	Não	18/03/2008	140	09/04/2008	22	TNJ	28/03/2013	1856	1976
830-355	2007	Não	Transporte	País	Ásia	03/05/2007	06/11/2007	187	20/11/2007	14	JUAN MASFERRER PELLIZZARI	UDI	Unam.	Não	22/01/2008	77	05/03/2008	43	TNJ	22/05/2008	121	198
873-355	2007	Não	Cultura	ONU		17/10/2003	21/11/2007	1496	06/12/2007	15	Maximiano Errozariz Egiguren	RN	Unam.	Não	14/05/2008	175	21/08/2008	99	TNJ	13/03/2009	303	478
1046-355	2007	Discussão imediata	Direitos Humanos	Org.		20/12/2006	21/11/2007	336	18/12/2007	27	Marcelo FORNI LOBOS	UDI	Unam.	Não	08/01/2008	48	04/08/2009	574	TNJ	16/04/2011	1194	1242
1060-355	2007	Não	Trabalhista	País	América Central	30/08/2007	20/12/2007	112	10/01/2008	21	Carlos Abel Jarpa Wevar	PRSD	Unam.	Não	06/05/2008	138	03/06/2008	28	TNJ	25/08/2008	111	249
1067-355	2007	Não	Trabalhista	País	América Central	20/09/2007	20/12/2007	91	10/01/2008	21	Carlos Abel Jarpa Wevar	PRSD	Unam.	Não	06/05/2008	138	03/06/2008	28	TNJ	23/08/2008	109	247
1098-355	2007	Não	Evasão Fiscal	País	América do Sul	30/08/2005	20/12/2007	842	10/01/2008	21	Renan FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Não	13/05/2008	145	30/07/2008	78	TNJ	02/10/2008	142	287
1096-355	2007	Não	Evasão Fiscal	País	Europa	02/06/2005	20/12/2007	931	10/01/2008	21	Renan FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Não	13/05/2008	145	30/07/2008	78	TNJ	28/10/2008	168	313
1097-355	2007	Não	Evasão Fiscal	País	Ásia	03/09/2004	20/12/2007	1203	10/01/2008	21	Renan FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Não	13/05/2008	145	30/07/2008	78	TNJ	02/10/2008	142	287
1095-355	2007	Não	Evasão Fiscal	País	Europa Oriental	19/11/2004	20/12/2007	1126	10/01/2008	21	Renan FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Não	13/05/2008	145	30/07/2008	78	TNJ	02/08/2012	1542	1687
1099-355	2007	Não	Evasão Fiscal	País	Europa	07/07/2005	20/12/2007	896	10/01/2008	21	Renan FUENTEALBA VILDOSOLA	PDC	Unam.	Não	13/05/2008	145	30/07/2008	78	TNJ	28/10/2008	168	313
1104-355	2007	Simplex	Comércio	Org.		23/01/2007	20/12/2007	331	18/01/2008	29	Roberto LEÓN RAMÍREZ	PDC	Unam.	Sim	09/04/2008	111	14/08/2008	127	TNJ	13/01/2012	1374	1485

MSC	Año	Evento
1400-355	2008	Acuerdo entre las Repúblicas de Chile y del Estado de Israel, sobre actividades remuneradas para los familiares de una misión diplomática o representación consular.
1401-355	2008	Proyecto de acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Barbados, sobre exención de visas para titulares de pasaportes diplomáticos y oficiales.
1263-355	2008	Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad y su protocolo facultativo, adoptados por la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas.
1392-355	2008	Aprueba el Tratado de Asistencia Judicial en materia Penal entre la Rep. de Chile y la Confederación Suiza, suscrito en Santiago, el 24 de noviembre de 2006.
181-356	2008	Reglamento Sanitario Internacional (2005), adoptado en la 56a Asamblea Mundial de Salud
198-356	2008	Acuerdo entre Chile y Canadá para Enmendarse el Tratado de Libre Comercio entre el Gobierno de la República de Chile y el Gobierno de Canadá por el cual se adiciona un capítulo sobre contratación pública.
197-356	2008	Acuerdo entre la República de Chile y la Unión Europea sobre la Participación de la República de Chile en la operación militar de gestión de crisis de la Unión Europea en Bosnia y Herzegovina.
195-356	2008	Acuerdo entre la República de Chile y el Reino de Bélgica sobre el Ejercicio de actividades remuneradas para ciertos miembros de la familia del personal de las Misiones Diplomáticas y de las Oficinas Consulares.
199-356	2008	Protocolo por el que se adiciona el Capítulo de Compras del Sector Público al Tratado de Libre Comercio entre la República de Chile y los Estados Mexicanos.
288-356	2008	Acuerdo Marco sobre Cooperación en materia de seguridad regional entre los Estados Partes del MERCOSUR y las Rep. de Bolivia, Chile, Ecuador, Perú y la Rep. Bolivariana de Venezuela.
351-356	2008	Convenio para la Unificación de Ciertas Reglas para el Transporte Aéreo Internacional
384-356	2008	Acuerdo para la enmienda de la Convención sobre protección física de los materiales nucleares
477-356	2008	Protocolo a la convención sobre prohibiciones o restricciones del empleo de ciertas armas nucleares convencionales que pueden considerarse excesivamente nocivas o de efectos indiscriminados sobre los restos explosivos de guerra.
348-356	2008	Acuerdo entre las Repúblicas de Chile y la Confederación Suiza para eliminar la doble imposición con respecto a las empresas que operan aviones en tráfico internacional.
481-356	2008	Protocolo Adicional a los Convenios de Ginebra del 12 de agosto de 1949, relativo a la Aprobación de un Signo Distintivo Adicional
336-356	2008	Protocolo Bilateral al Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Chile suscrito entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y Guatemala.
533-356	2008	Aprueba el Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), suscrito en Brasilia, República Federativa del Brasil, el 23 de mayo de 2008.
688-356	2008	Acuerdo en materia de servicios aéreos entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de Jamaica
759-356	2008	Modifica diversos cuerpos legales con el objeto de modernizar el ministerio de Relaciones Exteriores
808-356	2008	Aprueba el Convenio de Integración Cinematográfica Iberoamericana, suscrito en Caracas el 11 de noviembre de 1989.
880-356	2008	Aprueba el Tratado de Libre Comercio entre los Gobiernos de la República de Chile y de Australia
1123-356	2008	Aprueba Segundo protocolo Adicional al Acuerdo por el que se establece una Asociación entre la República de Chile, por una parte y, la Comunidad Europea y sus Estados Miembros, por otra, para tener en cuenta la Adhesión de la República de Bulgaria y Rumanía a la Unión Europea, y sus Anexos

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PFE	Despacho	TTE	Parecer CD	TTC1	Relator CREAL	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTC2	Situação	Publicação	TTSF	TTT
1400-355	2008	Não	Trabalhista	País	Oriente Médio	01/11/2007	06/03/2008	126	18/03/2008	12	Oswaldo Palma Flores	RN	Unam.	Não	08/07/2008	85	TNJ	16/12/2008	161	285
1401-355	2008	Não	Trabalhista	País	América Central	07/11/2005	06/03/2008	850	18/03/2008	12	Ivan Moreira Barros	UDI	Unam.	Não	29/07/2008	113	TNJ	17/03/2009	231	376
1263-355	2008	Simplex	Social	ONU		13/12/2006	13/03/2008	456	11/04/2008	29	JAIIME OLINTIANA LEAL	PPD	S/unam.	Não	29/04/2008	63	TNJ	17/09/2008	141	188
1392-355	2008	Não	Penal	País	Europa	24/11/2006	08/04/2008	501	15/04/2008	7	Jorge Terand Diecarett	PPD	Unam.	Não	08/07/2008		tram.			
181-356	2008	Não	Saúde	Org.		23/05/2005	29/04/2008	1072	13/05/2008	14	Marcelo Díaz Díaz	PS	Unam.	Não	10/06/2008	65	TNJ	23/12/2008	196	238
198-356	2008	Não	TLC	País	América do Norte	15/11/2006	07/05/2008	539	20/05/2008	13	Marcelo Forni Lobos	UDI	Unam.	Não	11/06/2008	56	TNJ	10/01/2009	213	248
187-356	2008	Suma	Defesa	EU	Europa	25/07/2005	07/05/2008	1017	13/05/2008	6	Pedro Pablo Alvarez-Salamanca Büchi	RN	Unam.	Não	30/07/2008	62	TNJ	17/03/2009	230	314
195-356	2008	Não	Trabalhista	País	Cooperação	06/12/2007	07/05/2008	153	20/05/2008	13	Maximiano Errizartiz Eguiguren	RN	Unam.	Não	29/07/2008	64	TNJ	02/03/2010	581	664
199-356	2008	Não	TLC	País	América Central	28/08/2007	07/05/2008	253	20/05/2008	13	Marcelo Forni Lobos	UDI	Unam.	Não	11/06/2008	56	TNJ	24/11/2008	166	201
288-356	2008	Não	Saúde	MERCO	América do Sul	20/07/2006	03/06/2008	684	11/06/2008	8	Rein Fuentetaja Vidossola	PDC	Unam.	Não	15/07/2008	185	tram.			
351-356	2008	Não	Aviação	Org.		28/05/1999	18/06/2008	3309	08/07/2008	20	Carlos Abel Iarpa Wovar	PRSD	Unam.	Não	30/07/2008	111	TNJ	19/05/2009	293	335
384-356	2008	Não	Méio-Ambiente	Org.		08/07/2005	15/07/2008	1103	15/07/2008	0	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Unam.	Não	05/08/2008	21	tram.			
477-356	2008	Não	Penal	Org.		28/11/2003	14/07/2008	1690	31/07/2008	17	Roberto León Ramirez	PDC	Unam.	Não	08/10/2008	86	TNJ	24/02/2010	504	590
348-356	2008	Não	Tráfico Internacional	País	Europa	01/06/2007	29/07/2008	424	23/09/2008	56	Jorge Terand Diecarett	PPD	Unam.	Sim	04/11/2008	98	TNJ	18/11/2009	379	477
481-356	2008	Não	Jurídico	Org.		08/12/2005	29/07/2008	964	11/08/2008	13	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Unam.	Não	10/09/2008	202	TNJ	06/01/2010	483	526
336-356	2008	Não	TLC	País	América Central	07/12/2007	13/08/2008	250	19/08/2008	6	Ivan Moreira Barros	UDI	Unam.	Não	04/11/2008	83	TNJ	05/08/2010	639	722
533-356	2008	Não	Jurídico	Unasul	América do Sul	23/05/2008	19/08/2008	88	11/09/2008	23	Oswaldo Palma Flores	RN	Unam.	Não	21/01/2009	155	TNJ	05/09/2011	957	1112
688-356	2008	Não	Aviação	País	América Central	17/08/2007	09/09/2008	389	23/09/2008	14	Enrique Accorsi Opazo	PPD	Unam.	Não	16/12/2008	98	TNJ	21/01/2010	401	499
759-356	2008	Não	Jurídico	MRE		08/09/2008	30/09/2008	22	31/01/2009	123	Marcelo Díaz Díaz	PS	S/unam.	Não	01/09/2009	336	tram.			
808-356	2008	Não	Cultura	Org.	América do Sul	11/11/1989	14/10/2008	6912	05/03/2009	142	Maximiano Errizartiz Eguiguren	RN	Unam.	Não	14/06/2011	973	TNJ	19/05/2012	340	1313
890-356	2008	Discussão imediata	TLC	País	Oceania	30/07/2008	02/12/2008	125	11/12/2008	9	Marcelo Díaz Díaz	PS	Unam.	Não	23/12/2008	21	TNJ	06/03/2009	73	94
1123-356	2008	Não	Comércio	EU	Europa	30/06/2008	11/12/2008	164	14/01/2009	34	Marcelo Forni Lobos	UDI	Unam.	Não	28/04/2009	138	TNJ	30/04/2011	732	870

MSC	Año	Ementa
1248-356	2009	Aprueba el Acuerdo Modificatorio del Convenio de Seguridad Social entre las Repúblicas de Chile y Argentina, suscrito en Buenos Aires el 26 de abril de 1996
1343-356	2009	Proyecto de Acuerdo que Aprueba el Acuerdo sobre el Derecho de Marcas (TLT).
966-356	2009	Aprueba el Segundo Protocolo Adicional sobre Infracciones y Sanciones y Sanciones al Acuerdo de alcance parcial sobre transporte internacional terrestre entre los gobiernos de las Rp. de Argentina, Bolivia, Federativa del Brasil, de Chile, del Paraguay, del Perú y oriental del Uruguay.
1422-356	2009	Aprueba el Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social
967-356	2009	Aprueba la Convención Interamericana para la Protección y Conservación de las Tortugas Marinas, y sus Anexos.
917-356	2009	Aprueba el Acuerdo entre el Gobierno de Chile y la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura referente a la creación y funcionamiento del Centro Regional del Agua para Zonas Áridas y Semáridas de América Latina y El Caribe.
1435-356	2009	Convenio Internacional para la Protección de Obtenciones Vegetales
103-357	2009	Acuerdo entre Chile y Colombia para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal con relación a los impuestos a la renta y su protocolo
102-357	2009	Acuerdo entre Chile y la Confederación Suiza para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal con relación a los impuestos a la renta y su protocolo.
104-357	2009	Acuerdo entre los Gobiernos de Chile y Reino de Tailandia, para evitar la doble imposición y prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y su protocolo
1512-356	2009	Acuerdo que modifica el Convenio de Seguridad Social entre los Gobiernos de Chile y Australia, adoptado por Intercambio de Notas de 2 de octubre y 18 de diciembre de 2008
101-357	2009	Acuerdo entre Chile y el Reino de Bélgica para evitar la doble imposición y para prevenir la evasión fiscal en relación a los impuestos a la renta y su protocolo.
247-357	2009	Aprueba el Convenio Internacional para la Represión de los Actos de Terrorismo Nuclear
157-357	2009	Aprueba el Tratado Internacional sobre los Recursos Fitogenéticos para la Alimentación y la Agricultura y sus dos anexos, adoptado por la Conferencia de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), el 3 de noviembre de 2001
521-357	2009	Proyecto de acuerdo que aprueba el "Estatuto de Roma que erol la Corte Penal Internacional", adoptado en dicha ciudad el 17 de julio de 1998.
548-357	2009	Acuerdo de Contratación Pública entre las Repúblicas de Chile y Oriental del Uruguay, y sus Anexos, suscrita en Montevideo el 22 de enero del año 2009.
248-357	2009	Acuerdo de Servicios Aéreos entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y de la India, suscrito en Santiago el 21 de abril de 2008.
941-357	2009	Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas
882-357	2009	Aprueba el Quintagésimo Tercer Protocolo Adicional al Acuerdo de Complementación Económica N° 35, sobre el comercio de servicios, celebrado entre los Gobiernos de los Estados Partes del MERCOSUR y el Gobierno de Chile, en Montevideo, el 27 de mayo de 2009.
058-357	2009	Convención sobre Municiones de Racimo
831-357	2009	Acuerdo Suplementario sobre el Comercio de Servicios del Tratado de Libre Comercio entre los Gobiernos de las Repúblicas de Chile y Popular China.
974-357	2009	Acuerdo entre el Gobierno de la República de Chile y el Consejo Federal Suizo, relativo al intercambio de Pasantes
1065-357	2009	Aprueba el protocolo de 1996 relativo al Convenio sobre prevención de la Contaminación del Mar por Vertimiento de Desechos y otras materias, denominado "Convenio de Londres 1972"
982-357	2009	Facilita a los ministerios de Relaciones Exteriores; Hacienda, Economía, Fomento y Reconstrucción, y al Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, para integrarse al Directorio de la Fundación Imagen de Chile.
1608-357	2009	Acuerdo que aprueba el Tratado de Maipú de Integración y Cooperación entre la República de Chile y la República Argentina, suscrito en Maipú el 30 de octubre de 2009, y sus Protocolos Complementarios sobre la Constitución de una Entidad Binacional para el Proyecto Túnel de Baja Altura-
1571-357	2009	Ferrocarril Transandino Central, y sobre la Constitución de la Entidad Binacional para el Proyecto Túnel Internacional paso de Agua Negra, ambos firmados en Maipú, el 30 de octubre de 2009.
1179-357	2009	Acuerdo para aprobar las Emisendas al Acuerdo Constitutivo de la Organización Internacional de Telecomunicaciones por Satélite
1684-357	2009	Acuerdo que Aprueba el protocolo contra la fabricación y el Tráfico de Armas de Fuego, sus Piezas y Componentes y Municiones, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional.
1719-357	2009	Acuerdo entre la República de Chile y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico sobre privilegios, inmunidades y facilidades otorgadas a la organización
1790-357	2009	Aprueba la Convención de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos y sus protocolos suplementarios números 1 y
1717-357	2009	Tratado de Libre Comercio entre las Repúblicas de Chile y Turquía.
1596-357	2009	Acuerdo sobre los Privilegios e Inmunidades de la Corte Penal Internacional

MSC	Ano	Urgência	Área	Sujeito	Região	PPE	Despacho	TTE	Parcer CD	TTCI	Relator CREAL	Partido	Situação	Subst.	Despacho CRE	TTCO	Parcer SF	TTCO	Situação	Publicação	TTSF	TTI
1248-356	2009	Não	Social	País	América	25/09/2008	13/01/2009	110	20/01/2009	7	RENAN FUENTESALBA	PDC	Uti.	Não	29/04/2009	106	13/05/2009	14	TNJ	31/12/2009	246	352
1343-356	2009	Não	Patentes	Org.		27/10/1994	20/01/2009	5199	11/03/2009	50	Carlos Abel Jampa Wevar	PRSD	Uti.	Não	03/06/2009	134	08/09/2010	462	TNJ	16/02/2012	988	1122
966-356	2009	Não	Transporte	Países	América	16/02/2005	03/03/2009	1476	31/03/2009	28	Oswaldo Palma Flores	RN	Uti.	Não	01/07/2009	120	15/07/2009	14	TNJ	18/11/2009	140	260
1422-356	2009	Não	Social	Org.		10/11/2007	04/03/2009	480	19/03/2009	15	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	19/08/2009	168	06/10/2009	48	TNJ	18/11/2011	821	989
967-356	2009	Não	Méio-Ambiente	Org.		01/12/1996	04/03/2009	4476	19/03/2009	15	Roberto León Ramírez	PDC	Uti.	Não	15/07/2009	133	19/08/2009	35	TNJ	06/08/2010	387	520
917-356	2009	Não	Méio-Ambiente	ONU		22/10/2008	17/03/2009	146	31/03/2009	14	Iván Moreira Barros	UDI	Uti.	Não	18/08/2009	154	09/06/2010	295	TNJ	16/04/2011	606	760
1435-356	2009	Simplex	Méio-Ambiente	Org.		19/03/1991	31/03/2009	6387	08/04/2009	8	Jorge Tanud Dacaret	PPD	Uti.	Não	12/05/2009	42	15/03/2011	672	tram.			
103-357	2009	Não	Evasão Fiscal	País	América do Sul	19/04/2007	08/04/2009	720	29/04/2009	21	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	08/07/2009	91	11/08/2009	34	TNJ	11/02/2010	218	309
102-357	2009	Não	Evasão Fiscal	País	Europa	02/04/2008	08/04/2009	371	29/04/2009	21	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	30/09/2009	175	06/01/2010	98	TNJ	06/08/2010	310	485
104-357	2009	Não	Evasão Fiscal	País	Ásia	08/09/2006	08/04/2009	943	29/04/2009	21	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	30/09/2009	175	06/01/2010	98	TNJ	09/08/2010	313	488
1512-356	2009	Não	Social	País	Oceania	08/12/2008	07/04/2009	120	16/04/2009	9	Ximena Valence Becerra	RN	Uti.	Não	09/06/2009	63	30/06/2009	21	TNJ	18/11/2009	162	225
101-357	2009	Não	Evasão Fiscal	País	Europa	06/12/2007	08/04/2009	489	29/04/2009	21	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	30/09/2009	175	06/01/2010	98	TNJ	17/07/2010	290	465
247-357	2009	Não	Defesa	Org.		13/04/2005	04/06/2009	1513	08/07/2009	34	Carlos Abel Jampa Wevar	PRSD	Uti.	Não	27/10/2009	145	13/07/2010	259	TNJ	30/04/2011	550	695
157-357	2009	Simplex	Agricultura	Org.		03/11/2001	09/06/2009	2775	07/10/2014	1946	Jorge Subag	PDC	Uti.	Não	07/01/2015	2038			tram.			
521-357	2009	Suma	Direito Internacional	Org.		17/07/1998	09/06/2009	3980	09/06/2009	0	Renán Fuentesalba Vidósoła	PDC	S/ unam.	Não	11/06/2009	2	17/06/2009	6	TNJ	01/08/2009	51	53
548-357	2009	Não	Jurídico	País	América do Sul	27/01/2009	11/08/2009	196	02/09/2009	22	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	28/10/2009	78	16/06/2010	231	tram.			
248-357	2009	Não	Aviação	País	Ásia	21/04/2008	11/08/2009	477	02/09/2009	22	Iván Moreira Barros	UDI	Uti.	Não	04/11/2009	85	30/06/2010	238	TNJ	30/04/2011	542	627
941-357	2009	Discussão	Direitos Humanos	Org.		09/06/1994	03/09/2009	5565	09/09/2009	6	Oswaldo Palma Flores	RN	Uti.	Não	25/11/2009	83	05/01/2010	41	TNJ	24/02/2010	91	174
882-357	2009	Suma	Comércio	MERCO	América do Sul	27/05/2009	08/09/2009	104	02/11/2009	55	Jorge Tanud Dacaret	PPD	Uti.	Não	14/09/2010	371	10/11/2010	57	TNJ	29/11/2011	441	812
058-357	2009	Não	Comércio	Org.		30/05/2008	29/09/2009	487	01/10/2009	2	Jorge Tanud Dacaret	PPD	Uti.	Não	25/11/2009	57	07/05/2010	163	TNJ	02/08/2011	615	672
831-357	2009	Suma	TLC	País	Ásia	13/01/2009	29/09/2009	259	07/10/2009	8	Enrique Accorsi Opazo	PPD	Uti.	Não	16/12/2009	78	13/04/2010	118	TNJ	28/07/2010	224	302
974-357	2009	Não	Jurídico	País	Suíça	22/12/2008	29/09/2009	281	07/10/2009	8	Ximena Valence Becerra	RN	Uti.	Não	13/01/2010	106	06/10/2010	266	TNJ	18/04/2011	460	566
1065-357	2009	Não	Méio-Ambiente	Org.		07/11/1996	07/10/2009	4717	14/10/2009	7	Isabel Allende Bussi	PS	Uti.	Não	19/01/2010	104	04/01/2011	350	TNJ	11/04/2012	813	917
982-357	2009	Suma	Cultura	MRE		28/10/2009	10/11/2009	13	12/01/2010	63	Juan Masferrer Pelizzari	UDI	Uti.	Não	19/01/2010	70	22/03/2011	427	TNJ	10/05/2011	476	546
1608-357	2009	Suma	Comércio	País	América do Sul	30/10/2009	25/11/2009	26	25/11/2009	0	Oswaldo Palma Flores	RN	Uti.	Não	25/11/2009	0	25/11/2009	0	TNJ	02/03/2010	97	97
1571-357	2009	Não	Penal	Org.		08/11/2001	15/12/2009	2959	16/08/2010	244	Marco Antonio Núñez Lozano	PPD	Uti.	Não	27/10/2010	316	14/01/2011	79	TNJ	23/03/2012	513	829
1179-357	2009	Não	Comunicação	Org.		17/11/2000	21/12/2009	3321	09/03/2010	78	Carlos Abel Jampa Wevar	PRSD	Uti.	Não	11/05/2010	141	14/12/2010	217	TNJ	14/12/2012	948	1089
1654-357	2009	Suma	Tráfico Internacional	ONU		31/05/2001	05/01/2010	3141	27/04/2010	112	Gonzalo Arenas Hödar	UDI	Uti.	Não	11/05/2010	126	02/06/2010	22	TNJ	26/08/2010	107	233
1719-357	2009	Não	Comércio	Org.		28/05/2009	13/01/2010	230	19/01/2010	6	Renán Fuentesalba Vidósoła	PDC	Uti.	Não	03/03/2010	49	10/03/2010	7	TNJ	26/08/2010	176	225
1790-357	2009	Discussão	Comércio	Org.		14/12/1960	13/01/2010	17927	19/01/2010	6	Renán Fuentesalba Vidósoła	PDC	Uti.	Não	03/03/2010	49	10/03/2010	7	TNJ	26/08/2010	176	225
1717-357	2009	Simplex	TLC	País	Ásia	14/07/2009	08/03/2010	237	24/05/2010	77	Roberto Delmastro Niso	RN	Uti.	Não	16/06/2010	100	30/09/2010	106	TNJ	01/03/2011	258	358
1596-357	2009	Não	Penal	Org.		09/09/2002	10/03/2010	2739	09/06/2010	91	Carlos Abel Jampa Wevar	PRSD	S/ unam.	Não	30/06/2010	112	14/01/2011	198	TNJ	18/01/2012	567	679

